

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

Departamento de História

Programa de Pós-Graduação em História

Anclaos en Brasil: a presença argentina no Rio Grande do Sul (1966 - 1989)

Aluno: Jorge Christian Fernandez*

Orientador: Profa. Dra. Claudia Wasserman

Setembro, 2011

* Mestre em História

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

Departamento de História

Programa de Pós-Graduação em História

Anclaos en Brasil: a presença argentina no Rio Grande do Sul (1966 - 1989)

Aluno: Jorge Christian Fernandez*

Tese apresentada como requisito parcial à
obtenção do grau de Doutor em História.

Orientador: Profa. Dra. Claudia Wasserman

Setembro, 2011

* Mestre em História

Agradecimentos

A CAPES e ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS.

A Profa. Dra. Claudia Wasserman pela sua competente orientação e inabalável calma.

Aos professores do PPGH da UFRGS e da Unisinos, todos responsáveis por minha formação profissional.

A todos os colegas da UFRGS com os quais tive edificantes discussões acadêmicas.

Aos funcionários do PPGH da UFRGS.

Aos responsáveis (ou funcionários) dos seguintes arquivos, que souberam me atender com presteza e dedicação: Acervo da Luta contra a Ditadura/Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul – AHRGS (Porto Alegre); Museu de Comunicação Social “Hipólito Jose da Costa” (Porto Alegre); Arquivo do Estado de São Paulo – AESP (São Paulo); Arquivo Nacional (Brasília); Arquivo do Movimento de Justiça e Direitos Humanos – MJDH (Porto Alegre); Centro de Estudios Legales y Sociales – CELS (Buenos Aires); Arquivo do Círculo Argentino de Porto Alegre – CADEPA (Porto Alegre); Arquivo da Igreja “Nossa Senhora da Pompéia” (Porto Alegre) e o Centro de Investigación de la Cultura de Izquierdas en la Argentina – CEDINCI, Buenos Aires.

Aos meus colegas e amigos Enrique Serra Padrós, Carol Bauer, Ananda Simões, companheiros de estrada nesta luta pela justiça e verdade.

Aos senhores Jair Krischke, Carlos Claret, Héctor Garaventa, Diego e Gabriel Martinez, pela sua inestimável ajuda e confiança depositada.

E, *at least but not the last*, a meus saudosos pais e especialmente a minha eterna companheira, parceira inseparável de todas as horas, Vanessa. Este trabalho é também dela, mais uma vez.

Dedicatoria

Este trabajo es dedicado a todos los argentinos que tuvieron que abandonar su tierra de origen, sea en virtud de cuestiones políticas, económicas o sociales u por la funesta y frecuente combinación de todas ellas. Pero, en particular a aquellos que desde sus distintos roles sociales lucharon, cada uno a su modo, para que la Argentina (pero no solo la Argentina) del futuro deviniese una nación libre, soberana y socialmente más justa.

Y, más especialmente aún, deseo agradecer (aunque no los pueda citar por sus nombres, so pena de violar el compromiso hecho de guardar y proteger las identidades) a todas aquellas personas que me permitieron robarle preciosos minutos (a veces horas...) de sus vidas para brindarme gentilmente con sus enriquecedores y conmovedores relatos de sus recuerdos. Sin contar la noble confianza en abrir, no solo las puertas de sus hogares u otros espacios privados a un extraño, pero principalmente la disposición y desapego de permitir el acceso a sus vidas cotidianas. No solo eso: también tuve la posibilidad de conocer gente maravillosa que, a medida que se ahondaba la investigación y se ampliaba el contacto con esas personas, también nacía ahí una relación de confianza y amistad, que pretendo mantener y conservar hasta el fin de mis días.

Aquí está, esta es mi humilde forma de agradecimiento. Aquí espero que se puedan ustedes ver a sí mismos, aunque anónimos. Aquí espero que se reconozcan a lo largo de cada página. Esta es su historia, o mejor dicho, la confluencia de todas ellas: las historias personales, las familiares, la de Argentina, la del Brasil...En resumen, nuestra compleja y caleidoscópica historia latinoamericana.

Como epílogo, dedico este trabajo a mi hijo (que breve llegará), esperando que estas laudas también se conviertan en un puente histórico entre los que se fueron y los que ahora llegan, que otorgue identidad, sentido y dirección.

SUMÁRIO

Lista de Figuras	09
Lista de Tabelas	11
<i>Abstract</i>	12
Resumo	13
Prólogo	14
Introdução	20
Metodologia e Fontes	32
Plano de Capítulos	50
Capítulo 1 – Panorama da Diáspora Argentina	57
1.1. Imigração, Exílio e Diáspora: Definições e Conceitos, Semelhanças e Diferenças	57
1.2. O Fenômeno Migratório: Emigração e Imigração	58
1.3. Exílios e Desterros	67
1.4. Argentinos “Fora do Lugar”: Exilados, Refugiados ou Imigrantes?	83
1.5. Diásporas	99
1.6. Itinerários do Exílio e da Imigração Argentina	102
1.6.1. Aproximações ao Número da Diáspora Argentina	107
Capítulo 2 – Contexto Argentino	110
2.1. Dinâmica Migratória da Argentina: de País Receptor a País Emissor	110
2.1.2. Peronismo, Anti-peronismo e o Início do Processo Migratório Reverso	118
2.1.3. Desenvolvimentismo, Instabilidade Política e Econômica: o Fenômeno do <i>Brain Drain</i>	125
2.2. Da Revolução Argentina ao Ocaso de Lanusse: o Aumento dos Fatores de Expulsão Populacional	134
2.2.1. Deixando a Ante-sala do Inferno: Imigração e Exílios Pontuais, do Fracasso da “Primavera Camporista” à Queda de Isabel Perón	147
2.3. O Processo de Reorganização Nacional: Terror, Genocídio e Expulsão	165
2.3.1. Reminiscências do Golpe e do Terror de Estado	171
2.3.2. A Metodologia do Terror	176

2.3.3. O Terror Econômico	186
2.3.4. Viver em Ditadura	188
2.3.5. A Crise Geral da Ditadura	196
Capítulo 3 – Fronteiras	202
3.1. Cenário Geográfico	202
3.1.1. Cruzar a Fronteira	205
3.1.2. A Fuga dos Oprimidos: Como e Por Onde Sair da Argentina?	206
3.1.3. Cruzando o Rio Uruguai	208
3.1.4. Via Uruguaiana	212
3.1.5. Via Uruguai	218
3.1.6. Via Aérea	219
3.1.7. Via Foz do Iguaçu	220
3.1.8. Controle e Repressão na Fronteira Brasil e Argentina	222
3.2. Trampolim: O Brasil como Rota de Fuga	229
3.2.1 A Ponte para a Liberdade	243
3.3. Destino: Brasil. Porquê o Brasil?	251
3.3.1 Perfil dos Emigrados Argentinos	252
3.3.2 Brasil: Os Fatores de Atração	258
3.3.3. A Imigração Seletiva	260
3.3.4. Estranho Lugar para o Exílio	264
3.3.5. Redes, Geografia, Relações Políticas e/ou Afetivas	265
3.3.6. Exílio e Fuga de Cérebros	269
3.3.7. Os Diversos Matizes da Emigração	273
3.4 Como Permanecer no Brasil: A Residência	275
3.4.1. O Novo Estatuto dos Estrangeiros: O AI-5 dos Estrangeiros	282
Capítulo 4 - E o Condor argentino sobrevoou o Rio Grande do Sul	289
4. 1. A Operação Condor e seus Antecedentes	289
4. 1. 1. A Legitimização do Condor	291
4. 1. 2. A Máquina do Condor	295

4. 1. 3. Habegger, Lilian e Universindo: O Condor Age no Brasil	298
4. 1. 4. Impacto do “Caso dos Uruguaios” entre os Argentinos	308
4. 2. Um Condor Esquecido: O Sequestro do Engenheiro Argentino em Passo Fundo	313
4. 2. 1. A Efêmera Primavera da JP	314
4. 2. 2. Da Clandestinidade ao Exílio	319
4. 2. 3. O Exílio dos Claret no Brasil	324
4. 2. 4. Terça-feira, 12 de Setembro de 1978: A Detenção de Claret	331
4. 2. 5. Mobilização e Solidariedade	334
4. 2. 6. No “Xadrez” da Polícia Federal	339
4. 2. 7. A Chegada do <i>Grupo de Tareas</i>	344
4. 2. 8. O Caso Claret e a Conexão Repressiva do Condor	349
4. 2. 9. “Alguém Importante Vem te Ver”: A Visita de Guy Prim	354
4. 2. 10. Epílogo e Recomeço	361
4. 3. A Banalização do Condor: O Estranho Caso de Cristina Fiori de Vina	363
4. 4. O Condor <i>versus</i> a Contraofensiva	372
4. 4.1. <i>Resistir es Vencer</i>	372
4. 4. 2. O Exército <i>Montonero</i>	374
4. 4. 3. As Bases <i>Montoneras</i> no Brasil e a Contraofensiva	378
4. 4. 4. Infiltração, Delação, Desaparecimento e Morte: O Condor Argentino Ataca no Brasil	387
4. 4. 5. O Condor Ataca no Sul do Brasil	392
Capítulo 5. A Visita de Videla e a Guerra das Malvinas: Dois Momentos Marcantes para a Colônia Argentina	401
5. 1. Chefe Condor 2 em Porto Alegre: A Visita de Videla	401
5. 1. 1. Um Visitante Controverso	402
5. 1. 2. Precauções Frente a Videla	406
5. 1. 3. Entre Homenagens e Protestos	409
5. 1. 4. A Chegada de Videla	414
5. 1. 5. Os Argentinos de Porto Alegre, Videla e o <i>Zapato Roto</i>	421
5. 2. Malvinas: O Conflito Externo e Interno dos Argentinos	431
5. 2. 1. O Brasil, as Malvinas e os Argentinos do Brasil	436

5. 2. 2. A Diversidade do Apoio a Argentina	442
5. 2. 3. A Condenação da Guerra: Os Comitês pela Paz	458
5. 2. 4. Os Voluntários para a Luta	460
5. 2. 5. Se Informar para Discordar: Os Divergentes da Guerra	467
5. 2. 6. Acompanhando a Guerra pelas Ondas do Rádio	473
5. 2.7. Efeitos da Guerra na Imigração para o Sul do Brasil	475
Capítulo 6 – Viver no Brasil	479
6. 1. O Brasil que os Argentinos Encontraram	479
6. 1. 1. As Visões Prévias sobre o Brasil	491
6. 1. 2. As Primeiras Impressões	497
6. 2. Assimilação ou Integração? Acerca das Estratégias de Inserção	503
6. 2. 1. Os Diversos Espaços de Inserção e Adaptação	505
6. 2. 2. Trabalhar e Residir no Brasil	513
6. 3. Argentinos X Brasileiros: Da Rivalidade nos Gramados à Discriminação dos “Castelhanos”	519
6. 3. 1. Argentinos X Argentinos: A Desconstrução da Sabedoria de <i>Martin Fierro</i>	530
6. 3. 2. CADEPA, Uma Instituição da Diáspora Argentina	536
6. 4. Porto Alegre e a Geografia da Diáspora Argentina: Construção de Espaços Identitários e Ponte Intercultural	554
6. 4. 1. Língua, Costumes e Culinária: Reforço ou Diálogo entre Identidades?	566
6. 5. Retornos: A Volta da Democracia na Argentina e o Regresso dos Emigrados	571
6. 5. 1. A Sina do Sujeito Eternamente Dividido	584
Considerações Finais	591
Bibliografia	602

Lista de Figuras

<u>Capítulo 2</u>	
Figura 2. 1.	142
Figura 2. 2.	146
Figura 2. 3.	149
Figura 2. 4.	152
Figura 2. 5.	156
Figura 2. 6.	165
Figura 2. 7.	180
Figura 2. 8.	182
Figura 2. 9.	190
Figura 2. 10.	197
<u>Capítulo 3</u>	
Figura 3. 1.	203
Figura 3. 1A.	221
Figura 3. 1B.	204
Figura 3. 1C.	211
Figura 3. 1D.	214
Figura 3. 1E.	205
Figura 3. 2.	241
Figura 3. 3.	287
<u>Capítulo 4</u>	
Figura 4. 1.	294
Figura 4. 2.	307
Figura 4. 3.	329
Figura 4. 4.	330

Figura 4. 5.	339
Figura 4. 6.	351
Figura 4. 7.	358
Figura 4. 8.	360
Figura 4. 9.	375
Figura 4. 10.	399
<u>Capítulo 5</u>	
Figura 5. 1.	406
Figura 5. 2.	414
Figura 5. 3.	417
Figura 5. 4.	420
Figura 5. 5.	434
Figura 5. 6.	440
Figura 5. 7.	441
Figura 5. 8.	454
Figura 5. 9.	456
Figura 5. 10.	470
Figura 5. 11.	472
<u>Capítulo 6</u>	
Figura 6.1.	539
Figura 6.2.	541
Figura 6.3.	543
Figura 6.4.	559
Figura 6.5.	560
Figura 6.6.	564

Lista de Tabelas

TABELA 1 – Causas da emigração dos entrevistados de acordo com o recorte temporal.	254
TABELA 2 – Atuação profissional dos entrevistados na Argentina e no Brasil.	257
TABELA 3 – Nível de escolaridade dos entrevistados.	257
TABELA 4 – Naturalidade dos entrevistados.	258

Abstract

The Argentina of the 1960s and 1970s was a scenario of intense social and political movement, in the midst of a deep structural crisis and that it drove citizens to emigrate. Because of the growing popular discontent and anti-establishment movements, the military launched a repressive policy inspired by the Doctrine of National Security. The coup of 1976 established the state terror forging a climate of fear and insecurity where the whole population became potentially "subversive." The character of totalitarian repression triggered a specific migratory flux: the political exile. However, since 1980, the effects of political persecution are juxtaposed with economic and social consequences of the implementation of dictatorship's neoliberal economic model, also increasing the flow of migration. Thus, this paper focuses on the presence of the Argentine and the formation of an Argentine community in Rio Grande do Sul, from 1966 to 1989. This migration phenomenon is approached from a historical perspective, yet its complexity and plural character also required a multidisciplinary look. To map the dynamics and the spread of these migration flows, the research encompassed the collective community of Argentina, but sought to highlight and emphasize, within this, the existence of groups and individuals with different and specific characteristics. From the analysis of documentary sources we historically reconstructed the presence and activities of these Argentines as well as the complex relationship between themselves and the host society. At work still stands out the polyphony of oral sources and their wealth narrative, in which the recollection of experiences, and perceptions of social actors allow both design and/or differentiate the subjective identities of the actors, as well as to the (re)construction of social and historical memory of this ethno-national collective of southern Brazil.

Index Terms: exile, immigration, Argentina, Brazil, dictatorship and state terrorism.

Resumo

A Argentina das décadas de 1960 e 1970 foi palco de intensa movimentação social e política, em meio a uma profunda crise estrutural e que já impulsionava cidadãos a emigrar. Frente à crescente insatisfação popular e os movimentos contestatórios, os militares desencadearam uma política repressiva inspirada nas Doutrinas de Segurança Nacional. O golpe de 1976 implantou o Terror de Estado plasmando um clima de medo e insegurança onde o conjunto da população tornava-se potencialmente “subversiva”. O caráter totalizante da repressão disparou uma corrente migratória específica, o exílio político. Contudo, desde 1980, aos efeitos da perseguição política se justapuseram as consequências econômicas e sociais da implantação do modelo econômico neoliberal da ditadura, aumentando o fluxo migratório. Assim, este trabalho focaliza a presença dos argentinos e a conformação de uma comunidade argentina no Rio Grande do Sul, de 1966 a 1989. Tal fenômeno migratório é abordado desde uma perspectiva histórica, contudo sua complexidade e caráter plural exigiu também um olhar multidisciplinar. Para mapear a dinâmica e a abrangência destes fluxos de migração, a pesquisa abarcou o coletivo da comunidade argentina, mas procurou evidenciar e enfatizar, dentro desta, a existência de grupos e indivíduos com características diferenciadas e específicas. A partir da análise das fontes documentais foi reconstruída historicamente a presença e as atividades desses argentinos, assim como a complexa relação entre si e com a sociedade de acolhida. No trabalho destaca-se ainda a polifonia das fontes orais e sua riqueza narrativa, em que a rememoração das vivências, experiências e percepções dos atores sociais permitem tanto delinear e/ou diferenciar as identidades subjetivas dos atores, quanto à (re)construção da memória social e histórica desse coletivo étnico-nacional no sul do Brasil.

Termos de Indexação: exílio, imigração, Argentina, Brasil, ditadura, terrorismo de Estado.

Prólogo

*Tirao por la vida de errante bohemio
estoy, Buenos Aires, anclao en París.
Cubierto de males, bandeado de apremio,
te evoco desde este lejano país.
Contemplo la nieve que cae blandamente
desde mi ventana, que da al bulevar
las luces rojizas, con tono muriente,
parecen pupilas de extraño mirar.*

*Lejano Buenos Aires ¡qué lindo que has de estar!
Ya van para diez años que me viste zarpar...
Aquí, en este Montmartre, fobourg sentimental,
yo siento que el recuerdo me clava su puñal.*

*¡Cómo habrá cambiado tu calle Corrientes..!
¡Suipacha, Esmeralda, tu mismo arrabal..!
Alguien me ha contado que estás floreciente
y un juego de calles se da en diagonal...
¡No sabes las ganas que tengo de verte!
Aquí estoy varado, sin plata y sin fe...
¡Quién sabe una noche me encane la muerte
y, chau Buenos Aires, no te vuelva a ver!*

Anclao en París¹

“*Estoy, Porto Alegre, anclao en Brasil...*” Assim cantavam Rafa e Tony, dois amigos argentinos que moravam na ainda provinciana capital gaúcha, no início da década de 1980. Essa pequena, porém significativa, alteração na letra não apenas parodiava a original, como principalmente adaptava à sua realidade geográfico-espacial o velho e emblemático tango “*Anclao en Paris*”. Esta canção, escrita em 1931 por Barbieri e Cadícamo, havia se convertido em grande sucesso na voz do já então internacionalmente aclamado Carlos Gardel. Por essa época, Paris ainda era uma espécie de Meca cultural que atraía inúmeros artistas argentinos que buscavam fama e dinheiro na concorrida noite parisiense. Claro que as luzes do *Quartier Latin*

¹ Tango, 1931. Música: Guillermo Barbieri - Letra: Enrique Cadícamo.

não brilhavam igual para todos, mais ofuscavam do que iluminavam e, para a grande maioria, a bela Paris não passou de uma quimera, um sonho fugaz que pronto se esvaneceu.

Nesta canção, que foi trilha de um filme estrelado pelo próprio Gardel, o melancólico protagonista lamenta, desde o exílio (mesmo que auto-imposto) do outro lado do Atlântico, o seu caráter errante ao lembrar sua querida e idolatrada terra natal. Percebe-se a força de atração telúrica representada na evocação constante de referenciais identitários da cidade de Buenos Aires, amada cidade de origem, desejada, mas inatingível e perdida em um nebuloso e indefinido tempo passado. O tango, em um *crescendo*, transmite uma densa atmosfera nostálgica exponencialmente potencializada pela equação “tempo mais distância e impossibilidade de retorno”. Neste canto embargado pela emoção (e é assim que Gardel o interpretava, de forma muito intensa) também se expressa uma dor desgarradora, natural à condição de expatriado do personagem.

O expatriado é uma figura arquetípica da cultura argentina, pois tanto o exílio, quanto a imigração são dois elementos sempre presentes e constituintes da história do país. Ou seja, a Argentina foi essencialmente construída por imigrantes em detrimento dos habitantes autóctones (desde os primórdios exterminados sem piedade pelo conquistador branco e seus descendentes). E que, talvez por ironias da História, cabe lembrar que muitos desses imigrantes também haviam sido expulsos de seus lugares originários. Mas principalmente, não pode ser desprezado o fato de que a formação do Estado nacional argentino ocorreu em meio a disputas fratricidas e intolerantes que sempre exigiram a exclusão física do “outro”, seja ele “diferente”, “dissidente”, enfim de qualquer um artífice de um projeto alternativo derrotado.

Tal como no personagem do filme de Gardel, a nostalgia era um sentimento que atingia permanentemente os dois amigos, também expatriados. Rafa tinha pouco mais de 50 anos, Tony recém havia completado seus 30. Duas gerações diferentes e que, embora tivessem motivos bem diferentes para partir, os dois haviam sido expulsos pelo mesmo contexto histórico, a Argentina dos anos 1970.

Tony era um jovem estudante de classe média, militante da esquerda peronista e que havia sido preso, mas conseguira escapar da máquina da morte castrense. Por caminhos tortuosos acabou fugindo e, sozinho, veio para o Brasil,

onde se casou, teve seus filhos e procurou refazer sua vida, ameaçada pelos militares que haviam se assenhoreado do poder em 24 de março de 1976.

Por sua vez, Rafa veio com a família. Oriundo da classe trabalhadora conseguiu tornar-se um técnico fabril especializado. Apesar de ser um profissional reconhecido no mercado, estava desempregado há anos (desde o colapso da indústria local promovido pelas políticas econômicas liberalizantes) e tentava viver abrindo pequenos negócios que invariavelmente fracassavam: o clima não era benévolo para os micro-empresendedores, apenas para os grandes monopólios e, de preferência, estrangeiros. Além disso, nos seus tempos de fábrica assistira, ainda em 1975, o início das represálias dos militares contra os trabalhadores. Viu colegas presos, mortos ou desaparecidos. Foi e sentiu-se ameaçado. O medo radial também se instalou no seu seio familiar.

Ambos, mesmo que por caminhos diversos, perceberam que lhes era impossível continuar a viver no país de origem. No país onde reinavam a “ordem” e a “verdade”, a única verdade era a do regime militar. Em vez das vozes dissonantes de outrora, só restara o silêncio sepulcral, e a proclamada “paz” do regime era tão somente a paz fria e inerte dos cemitérios, como costumava dizer Rafa. Com cautela, apenas entre as quatro paredes do lar. Também por um sem-fim de motivos, Tony e Rafa foram parar no Brasil. E nesse Brasil, tão estranho e maravilhoso ao mesmo tempo, o tango parecia adquirir uma dimensão extraordinária. Era como se fosse um fio invisível, uma raiz fina, mas, ao mesmo tempo, forte e que tanto nutria suas saudades como os mantinha permanentemente ligados à “sua” Argentina. O fazia sentirem-se argentinos: dava-lhes identidade e sentido. Além do mais, as notas do tango os transportavam a aquela Argentina etérea, idealizada (porém necessária) e perdida em algum lugar de sua infância ou juventude. E as suas letras tocavam profundamente seus corações.

É importante destacar que para os rio-platenses (termo genérico para denominar simultaneamente argentinos e uruguaios), o tango não é um simples estilo musical. Ele engloba toda uma cultura que é, em essência, transnacional. Simboliza um comportamento, um modo de vestir, de andar, de dançar, de falar. Enfim, todo um particular estilo de vida e uma filosofia simples, de povo. O tango, que traduz o sentir nacional em ambas as margens do Rio da Prata, confere identidade e estrutura

arquétipos e representações sociais: *el malevo, la mina, el cana, la vieja*, etc. Além disso, têm também um caráter didático que veicula preceitos morais e éticos, elabora a crítica social e ironiza as classes altas e os donos do poder. Alguns argentinos dizem que sempre existe um tango para cada ocasião da vida: para a desilusão amorosa, para o jogo, para a diversão, para o amor e paixão. Mas também os há para a revolta, a mudança social, para a alegria, assim como para a perda e a nostalgia, para as partidas e os retornos.

Neste último ponto é que se encontra o sentido deste tango em particular para Rafa e Tony. Ao trocar “Paris” por “Brasil” era como se eles ocupassem simbolicamente o lugar do protagonista original do tango. A versão dava um ressignificado pessoal e atualizava o conteúdo de acordo com o novo contexto e local, conferindo-lhe uma identidade singular: para eles, já não era mais a Paris dos anos 1930 que estava ali retratada e sim, a Porto Alegre dos anos 1980. Ademais, essa paródia exemplificava a forma singular encontrada por eles para representar esse duplo sentimento comum a todo desterrado: de desarraigo e nostalgia. Melancolia seria um conceito mais adequado, dada a impossibilidade de retorno a um país cuja realidade distava enormemente daquele país idealizado, tal como estava retratado na memória do indivíduo.

Evidentemente que esses sentimentos estavam presentes em Rafa e Tony, dois argentinos comuns que, como tantos outros compatriotas nas últimas décadas, também tiveram de abandonar sua terra por questões políticas, sociais ou econômicas, quando não pela justaposição de todas elas. Segundo o escritor Edward Said, o abandono do lugar de origem representa

(...) uma fratura incurável entre um ser humano e um lugar natal entre o eu e seu verdadeiro lar: sua tristeza essencial jamais pode ser superada. E, embora seja verdade que a literatura e a história contem episódios heróicos, românticos, gloriosos e até triunfais da vida de um exilado, eles não são mais do que esforços para superar a dor mutiladora da separação.²

Marcas e sensações muito particulares, com intensa variação quanto à forma, a intensidade e a capacidade de reação e/ou adaptação frente ao fenômeno do desterro, mas que, de um modo geral, sinalizam este conflito interno. Estas

² SAID, Edward W. *Reflexões sobre o Exílio e outros ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p.46.

“cicatrizes” podem ser encontradas em quase todas aquelas pessoas que tiveram de enfrentar situações de desterro.

Mas Tony e Rafa não foram os únicos a outorgar um novo sentido ao “reformatar” o tango de Barbieri e Cadícamo, embora pareçam ter sido precursores. Pouco tempo depois, em 1985, o celebrado cineasta argentino (e exilado) Fernando “Pino” Solanas se apropriou acertadamente do mesmo tango no seu filme sobre o exílio argentino, *“Tangos, el exilio de Gardel”*. Mas ele não precisou modificar a letra, já que a ação do filme transcorre exatamente em Paris, tornando desnecessária a adequação geográfica. Contudo, se modificou o sentido original, ao transformar metaforicamente Gardel, em um exilado político, como eles da geração dos anos 1970.

Eis aqui a origem do título e também da inspiração para este trabalho. Pois o autor gravou mentalmente as imagens de Rafa e Tony, naqueles almoços familiares de domingo na praia de Atlántida, litoral do Rio Grande do Sul, em 1983, quando os dois amigos, entre cervejas e churrasco, nos brindavam com o seu melancólico repertório “tanguero”, quase que invariavelmente terminado em furtivas e discretas lágrimas. Musicalmente amadores, quiçá eles não eram muito afinados, mas sem dúvida eram muito intensos e genuínos na sua forma de expressar esses sentimentos pela música.

A volta da democracia em 1983 não inspirou muito Tony, que se recusava a voltar e correr riscos, dada à instabilidade política crônica da Argentina: quem lhe garantia que os militares não retornariam? Já Rafa depositou suas esperanças em Alfonsín com quem, infelizmente, se decepcionou logo após um breve retorno a sua querida Buenos Aires. Porque essa Buenos Aires era uma desconhecida. Estava deformada, quase irreconhecível. Em definitiva, o país todo não era mais o mesmo após o projeto criminoso iniciado em 24 de março de 1976 e que havia sido meticolosa e violentamente executado pelos uniformados com a complacência e o suporte de seus associados civis. Assim, a falta de perspectivas imediatas após aquele vendaval e a incapacidade de poder vislumbrar saídas ou projetar um futuro, trouxe Rafa de novo ao Brasil, de onde nunca mais saiu.

Os caminhos da vida nos distanciaram de Tony, a quem nunca mais vimos, nem soubemos mais nada. Já no alvorecer do século XXI, Rafa veio a falecer em

terras alheias, sempre ansiando voltar a sua origem, a seu *barrio*. Como na estrofe final do supracitado tango de Barbieri e Cadícamo: “*lo encanó la muerte*”. A vida emulou a arte. Entretanto, ao contrário do personagem da canção (para quem a morte significava a impossibilidade de ver novamente sua terra natal) quem sabe se Rafa, completamente liberto da materialidade, não possa recorrer livremente às ruas de Buenos Aires, de uma Buenos Aires onírica, detida em um tempo passado, abstrato e indefinido?

Introdução

Desde os seus primórdios, o Rio Grande do Sul tem se caracterizado por ser uma terra de imigrantes, de contatos intensos, mas nem sempre pacíficos entre diversos povos. Ao longo do século XVIII, uma vez subjugados os nativos da terra, portugueses e espanhóis disputaram palmo a palmo este estratégico território, conflitante fronteira entre os domínios coloniais da coroa portuguesa e o império colonial espanhol. No alvorecer do século seguinte, ainda ecoavam pelos pampas as salvas de artilharia das batalhas, agora entre o novíssimo Império Brasileiro e as chamadas Províncias Unidas do Rio da Prata. Com o decorrer do século XIX novos atores foram sendo incorporados ao cenário sul rio-grandense: primeiro os alemães, logo depois os italianos. Mais tarde, poloneses, ucranianos, judeus, russos e outras tantas nacionalidades e etnias que foram trazendo seus aportes culturais tão singulares. Pouco a pouco, essa somatória de diferentes povos foi se constituindo em um verdadeiro caleidoscópio étnico e cultural e que representa a multifacética sociedade gaúcha atual.

Mais recentemente, a partir da segunda metade do século XX, o Rio Grande do Sul começou a receber novas levas de imigrantes. Entretanto, estes não vinham mais de tão longe e sim chegavam atravessando as fronteiras mais próximas eram os uruguaios e os argentinos. Deste modo, os ainda jocosamente apelidados de “castelhanos” retornavam ao Rio Grande do Sul, embora não mais em pé-de-guerra nem com afã de conquista, como outrora o haviam feito.

Este trabalho se concentra na imigração argentina³, contudo deve ser dito que, em linhas gerais, as razões que serviram de *leitmotiv* para a emigração em ambos os

³ Sobre a imigração uruguaia recomenda-se o trabalho de GONZÁLEZ, Ana M. S. *Identidad/es en Diáspora, Identidad/es en Construcción. Inmigración uruguaya en Porto Alegre*. Porto Alegre: PUCRS, Dissertação de Mestrado, 2006.

países platinos é bastante similar, seja nos aspectos profissionais, políticos ou econômicos.

Mas o que significou essa tardia, porém ininterrupta leva de imigrantes argentinos? Porque e como vieram? Quem eram eles? Quantos eram? Onde estavam ou estão hoje? Qual era então e qual é hoje o seu papel na sociedade brasileira e gaúcha? Essas são algumas das questões que direcionaram o rumo deste trabalho.

A questão é que desde meados da década de 1950 a Argentina, outrora uma promessa de potência continental, entrou numa espiral descendente, um quadro grave de crise estrutural. O fracasso dos diversos modelos econômicos propostos, aliados à instabilidade política expressa na alternância de governos civis e militares, denotando a fragilidade das instituições democráticas, levou a uma situação social precária. É importante destacar também que as disputas políticas dos últimos cinquenta anos na Argentina, sejam entre civis e militares ou entre facções e partidos, foram extremamente polarizadas, o que frequentemente levou a um conflito virulento entre as partes, com episódios marcados pelo fanatismo e pela violência extremada.

Basta relembrar alguns dos diversos eventos trágicos da recente história argentina, como o bombardeio de Buenos Aires, em junho de 1955, pelos golpistas anti-peronistas e que resultou cerca de 300 mortos⁴, ou os atentados e execuções propiciados por extremistas de direita e esquerda durante a década de 1970. Para culminar, destaca-se o massacre promovido pela última *Ditadura Civil-Militar de Segurança Nacional*⁵ de 1976 a 1983, o qual deixou um saldo de mais de 30.000

⁴ ROMERO, Luis Alberto. *Breve historia contemporânea de la Argentina*. Buenos Aires: Fondo Cultura Económica, 2004, 2 ed., p.130.

⁵ Este conceito é específico para os regimes de exceção surgidos do Cone Sul da América Latina, durante as décadas de 1960 e 1970, em pleno contexto da Guerra Fria, e sob a influência da *Doutrina de Segurança Nacional* (DSN) emanada desde Washington. Essa doutrina estadunidense pregava a defesa da “civilização ocidental” contra o comunismo internacional, supostamente infiltrado de forma sub-reptícia dentro de cada país, sem respeitar fronteiras nacionais: eis o chamado *inimigo interno* ou *subversão*. Logo, nesta concepção, travava-se (especialmente na periferia do mundo ocidental) uma guerra ideológica constante e indireta, a qual devia ser combatida de formas similares, ou seja, de forma oculta: a *contra insurgência*, também conhecida por “*guerra suja*”. Dado a característica ideológica e global do conflito a DSN desconheceu as fronteiras geográficas, passando a se referir à defesa das “*fronteiras ideológicas*” entre o bloco ocidental e o bloco comunista. A DSN será analisada no Capítulo 4. Por questão de praticidade, optamos pelo uso abreviado do termo *ditadura civil-militar* acompanhado ou não do respectivo adjetivo nacional para nos referirmos a esses governos ilegais e ilegítimos do subcontinente neste período.

desaparecidos⁶, um eufemismo para ocultar o real destino das pessoas sequestradas, torturadas e assassinadas pelo governo golpista, quem usufruiu das prerrogativas do Estado para levar adiante seu projeto político e econômico. Uma “guerra civil”, porém silenciosa, encoberta e, principalmente, “suja”, como os próprios militares a denominaram. Mas sempre é uma guerra, e como tal, seus efeitos traumáticos e cicatrizes ainda perduram, dividindo quase que irreparavelmente a população.

A volta da democracia formal e sua posterior consolidação não foram suficientes para resolver os problemas do país. Na última década do século XX, o progressivo dismantelamento do Estado, a continuidade e o aprofundamento de políticas neoliberais agravaram a situação econômica. O resultado foi o empobrecimento geral dos setores médios e populares, o que insuflou antigas dicotomias políticas e reavivou conflitos sociais, além de desatar uma nova torrente migratória, especialmente após a crise geral de 2000-2001.

Logo, pode-se dizer que o conjunto da sociedade argentina viveu, nas últimas décadas, marcada pelas oscilações políticas, as incertezas econômicas e uma crescente sensação de insegurança, intimamente relacionadas com a falta de perspectivas de futuro a curto e médio prazo. Neste contexto, a saída do país se configurou, por diversas vezes na história recente da Argentina, como uma alternativa ou hipótese plausível para escapar de um horizonte sombrio.

Inicialmente, procurou-se traduzir em números esse fenômeno migratório. Contudo, definir em termos quantitativos a presença dos argentinos no Brasil, mais especificamente no Rio Grande do Sul, durante o recorte temporal englobado pela pesquisa é um problema insolúvel. Por exemplo, segundo dados atuais da Polícia Federal brasileira, há 3.500 residentes argentinos registrados no Rio Grande do Sul. Já os registros do próprio Consulado Geral da República Argentina, em Porto Alegre, apontam que esses números chegaram a 7.500.⁷ Todavia, é provável que esses números sejam bem maiores, talvez dobrem ou até mesmo tripliquem em função da

⁶ FERNÁNDEZ, Jorge C. Argentina: extermínio organizado de uma nação. In: PADRÒS, Enrique S. *As ditaduras de segurança nacional: Brasil e o Cone Sul*. Porto Alegre: CORAG – Comissão de Acervo da Luta contra a Ditadura, 2006, p. 32-43.

⁷ Ambos os números são dados oficiais fornecidos gentilmente pelo Consulado Argentino. Entrevista com o Cônsul Geral Jorge Biglione e o Cônsul Adjunto Gustavo Coppa realizado em Porto Alegre. 03/04/2008.

mobilidade migratória, da clandestinidade e da permeabilidade que permitem as fronteiras em comum, como será visto mais adiante.

Se, atualmente, o volume da migração argentina continua sendo um dado nebuloso apesar de todos os meios de controle existentes e da tecnologia empregada para estes fins, imagine-se no que se refere a alguns anos atrás. Segundo nos disse um alto funcionário da *Dirección Nacional de Migraciones* da Argentina, os dados de saída de cidadãos argentinos durante as décadas passadas inexistem, pois não foram preservados e, mesmo se existissem ainda, tampouco seriam confiáveis porque não espelham a realidade, em função do alto índice de clandestinidade e irregularidade na saída⁸. Portanto, os próprios números de saída, quando existem, não são considerados como quantificáveis, confiáveis ou representativos. De qualquer forma, neste trabalho, mais do que aferir dados estatísticos, se priorizou uma abordagem humanística buscando “contar” a história das pessoas envolvidas neste fenômeno migratório.

Logo, a presente tese se propõe realizar, a partir de uma perspectiva histórica plural e multidisciplinar, um estudo qualitativo sobre a presença argentina no extremo sul do Brasil, desde 1966 a 1989. Buscando mapear a dinâmica e abrangência deste fluxo migratório, focaliza-se o conjunto da coletividade argentina, mas sublinhando a existência de grupos diferenciados dentro desta.

Baseado em aportes bibliográficos recentes, e a partir do cruzamento e a análise das fontes primárias, orais e escritas, procura-se reconstruir historicamente a presença e a atuação deste coletivo social e sua complexa inter-relação elaborada com a sociedade receptora. Destaca-se a riqueza narrativa na polifonia dos relatos orais, um elemento fundamental para o resgate das experiências e percepções singulares destes atores sociais, seja tanto para a reconstrução de uma memória histórica quanto para, simultaneamente, perceber, delinear e diferenciar as diversas identidades destes emigrados argentinos.

O trabalho pretende ser plural no sentido de procurar se aproximar do objeto de estudo de um modo abrangente, utilizando os mais variados tipos de fontes históricas, porém sempre examinados sob a perspectiva de uma análise crítica. Entre as fontes escritas, destacamos o uso de documentos oficiais brasileiros, argentinos e

⁸ Entrevista com Hugo Maujan realizada em Buenos Aires - 25/03/2008.

estadunidenses, além da pesquisa em diversos meios impressos. Também foram analisados diversos documentos privados, como diários, documentos internos e publicações de instituições e organismos não governamentais (ONG). Além disso, contou-se com o especial aporte dado pela utilização das fontes orais, entre as quais destacamos os depoimentos dos emigrados (os sujeitos desta história em particular) e as entrevistas com dirigentes de instituições públicas e privadas, assim como funcionários governamentais, que nos serviram como valiosos informantes.

A polifonia manifesta-se no sentido de permitir que múltiplos pontos de vista expressos nessa diversidade de fontes venham à tona e que esses discursos possam, uma vez decifrados, ser confrontados e comparados uns com os outros de forma dialética. Isto se aplica especialmente no tocante às fontes orais, onde literalmente muitas “vozes” vão contar “suas histórias”, cada uma através de um prisma particular. Segundo Paul Thompson, *a realidade é complexa e multifacetada; e um mérito principal da história oral é que (...) permite que se recrie a multiplicidade original de pontos de vista.*⁹

Também é interdisciplinar porque dado à especificidade da temática e suas peculiares características, como por exemplo, ser um processo dinâmico e inacabado, se coloca a necessidade de utilizar conceitos oriundos de outras áreas, como as Ciências Sociais, a Antropologia e, em especial, a Psicologia. Sem adentrar exclusivamente no campo da Psicologia, acredita-se que o especial aporte teórico desta ciência proporciona um suporte diferenciado ao historiador, cujo instrumental de análise teórico e metodológico pode ser insuficiente para revelar a complexidade da experiência real da imigração e dos exílios.¹⁰

Para a Psicologia, por exemplo, a problemática da imigração e do exílio suscita uma série de questões, como a experiência traumática provocada pelo abandono do lugar de origem, o contato com a alteridade, a ruptura da identidade e a aquisição e/ou justaposição de novas identidades. Enfim, são contradições inerentes a um plural e complexo processo que marca um hiato na vida de quem vivencia semelhante experiência. Portanto, é de vital importância conjugar a inter-

⁹ THOMPSON, Paul. *A Voz do Passado. História Oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002, p. 25.

¹⁰ CALANDRA, Benedetta. Los chicos del Exílio: memória e identidad de hijos de argentinos em Europa In: INTERNATIONAL ORAL HISTORY ASSOCIATION (IOHA)/ COMUNE DE ROMA. *XIII International Oral History Conference*. Atti del Convengo (Anais Eletrônicos), 2004, p. 2.

disciplinabilidade para o descobrimento e o desenvolvimento dos aspectos “invisíveis”, porém não menos perceptíveis, da vivência da imigração como fenômeno individual e coletivo.

Embora a presença argentina permeie todos os estratos sociais e esteja presente até os dias de hoje na sociedade brasileira e rio-grandense, este grupo étnico-nacional é praticamente ignorado nos estudos acadêmicos e na bibliografia. Esta ausência não é uma lacuna somente da historiografia brasileira, mas também na própria historiografia argentina. Exceção seja feita ao recente artigo sobre os exilados argentinos no Rio de Janeiro e publicado em 2007 por Samantha V. Quadrat.¹¹ Mesmo em estudos mais específicos dedicados a desvendar o problema da imigração e do exílio, apenas se menciona o Brasil como destino migratório.

A respeito da imigração argentina conta-se com alguns estudos gerais. Destaca-se o trabalho de Juan C. Zuccotti, que aborda as diversas etapas e define tipologias para as correntes migratórias argentinas ocorridas desde os anos 1950. Descritiva, a obra oferece um panorama da conformação de comunidades organizadas de argentinos em diversos países, mas o Brasil apenas é citado.

Já o trabalho de Fernando Esteban possui maior densidade teórica, pois aborda em linhas gerais toda a dinâmica migratória argentina, desde a chegada dos europeus no século XIX até o atual e intenso processo migratório desatado após a crise de 2001. Esteban baseia seu estudo na análise estrutural e na comparação de índices macroeconômicos, tais como desemprego, pobreza e distribuição de renda nas últimas décadas. Este autor identifica os fluxos migratórios recentes como sendo um autêntico exílio econômico.

Em termos de uma teorização da problemática do exílio político, mas neste caso sobre brasileiros exilados, existe o trabalho desenvolvido por Denise Rollemberg, “Exílio. Entre raízes e radares”, publicado em 1999, e um texto mais recente, “Nômades, sedentários e metamorfoses: trajetórias de vidas no exílio”, de 2004, onde são recolhidos e analisados alguns depoimentos e reflexões sobre a experiência do desterro dos brasileiros.

¹¹ QUADRAT, Samantha, V. Exiliados Argentinos en Brasil: una situación delicada. In: YANKELEVICH, Pablo. JENSEN, Silvina. *Exilios. Destinos y experiencias bajo la dictadura militar*. Buenos Aires: Libros del Zorzal, 2007, p. 63-103.

Em uma linha similar, encontra-se o trabalho de Dora Schwarzstein, específico sobre o exílio republicano espanhol na Argentina, após a guerra civil da Espanha (1936-1939), “*Entre Franco y Perón*”. Esta obra traz um importante aporte, não somente em teorização do exílio e das questões de memória e identidade do exilado, mas também no tocante à metodologia e à prática da história oral e sua utilização concomitante com fontes escritas “ortodoxas”.

Para o caso particular dos argentinos podemos dizer que, apesar de uma vasta produção bibliográfica, surgida em meados dos anos 1980, sobre as causas e efeitos da última ditadura civil-militar e do resgate do tema exílio, bem como da publicação de artigos e livros sobre o tema (provavelmente motivadas pelas sucessivas ondas migratórias recentes), em verdade poucos autores realmente discutem a problemática do exílio e da imigração do ponto de vista histórico. São, em sua maioria, coletâneas de memórias dos exilados e imigrantes que, embora muito ricas em transmitir impressões e climas, carecem de uma análise mais aprofundada.

Neste contexto destaca-se a coletânea organizada por Pablo Yankelevich, publicada em 2004, que reuniu diversos historiadores e consiste numa abordagem sobre o exílio argentino em vários países, focalizando singularmente o fenômeno em cada país receptor. Contudo, notamos a especial ausência de dados acerca do Brasil, complementado em parte com o supracitado texto de Samantha Quadrat, publicado em outra coletânea de Yankelevich e Jensen, “Exílios”, no qual intentam ocupar diversas lacunas deixadas pela publicação anterior.

Ainda sobre a análise bibliográfica deve-se destacar que, se por um lado, a questão do exílio/imigração não figura como um tema corriqueiro na produção historiográfica, por outro, encontra um terreno fértil na psicologia, em especial na teoria psicanalítica, para qual a migração levanta uma série de problemas e, não estranhamente, muitos dos estudiosos que se debruçam sobre esta temática, são pessoas que vivenciaram a migração ou o exílio.

Ressaltam-se aqui os trabalhos de Fanny Blanck-Cereijido, em especial destaque para a coletânea multidisciplinar realizada em conjunto com o já citado historiador Pablo Yankelevich e o médico e psicanalista uruguaio Marcelo Viñar, um importante especialista sobre a questão da alteridade e que possui várias obras

publicadas sobre os resultados traumáticos oriundos das práticas de *Terrorismo de Estado* (TDE)¹², lembrando que o exílio é também uma consequência deste último.

Além do interesse acadêmico movido pela constatação da quase inexistência de trabalhos que abordassem o tema em questão, o autor contou com fortes motivações pessoais para empreender esta tarefa. E me desculpem a licença, mas isto deve ser narrado em primeira pessoa para fazer sentido.

Filho de pais argentinos, eu nasci em 1969, no Brasil, em Porto Alegre para ser mais exato. Contudo, me criei em São Paulo, onde vivi os meus primeiros cinco anos de vida. Aos seis anos de idade, em meados de 1975, minha família resolveu voltar à Argentina. Havia então uma confluência de problemas familiares, entre os quais a não renovação do contrato de trabalho de meu pai, o que dificultava muito a nossa permanência no Brasil.

Assim, partimos em direção a Buenos Aires, onde fomos residir. Pouco tempo depois, no chuvoso outono de 1976 (apenas uma semana antes do Golpe de 24 de março) ingressei na escola pública e logo tomei consciência de algumas diferenças que me distinguiam dos outros garotos. Embora já falasse o espanhol, meu sotaque brasileiro denotava minha condição de “estranho”, mas nesse momento, parecia mais um diferencial do que um problema. Levou um tempo para me acostumar, mas apenas alguns meses depois, eu já havia adquirido um típico sotaque e comportamento “portenho”, cheio de gírias e maneirismos, me tornando mais um *pibe*¹³ portenho.

Contudo, quando tinha entre dez e onze anos, o irrespirável clima político e o asfixiante contexto econômico da ditadura civil-militar nos levaram a tentar um retorno ao Brasil, a Porto Alegre. Meu pai, homem de origem proletária, antimilitarista, anticlerical e com ideias de esquerda moderada, chocava frontalmente com o pensamento único do regime. Além disso, ele estava sem emprego fixo.

¹² Entendemos por *Terrorismo de Estado* ou *Estado Terrorista*, quando um Estado de Direito viola os próprios limites do seu poder coercitivo imposto pelas leis vigentes e passa a exercer diversas formas de violência institucional e mecanismos de terror (físico, psicológico, etc.). O objetivo é eliminar e desarticular setores sociais contestatários (“o inimigo interno”), mas também desmobilizar e atomizar o conjunto da sociedade para assim poder exercer um vasto controle social e facilitando, inclusive, a cooptação de determinados grupos em apoio ao seu projeto de poder hegemônico. No Cone Sul da América Latina, entre as décadas de 1960 e 1980, o TDE foi aplicado em diversas modalidades e graus de intensidade, com particularidades de acordo com cada país. Ao longo do texto, o TDE e seus mecanismos serão abordados mais detalhadamente.

¹³ *Pibe*: garoto, menino, guri.

Assim, a primeira tentativa foi em 1980, uma viagem de sondagem. Em março de 1981, viria à emigração definitiva. Este foi um momento muito difícil para a família. A escola, a cidade e as pessoas me causavam estranheza por não dizer, certa ojeriza. Desnecessário dizer que virei alvo de galhofas por parte da turma da escola, devido a meu jeito de falar (um portunhol carregado que eu imaginava ser português...), vestir e até mesmo as conversas, os gostos musicais, etc. Indubitavelmente, eu não fazia parte desse cenário, cujos códigos eram diferentes e parecia que minha bagagem prévia era imprestável nesse lugar. Fazer amizades é difícil se você não pertence a determinado lugar, logo acabei me relacionando com um argentino e um uruguaio, ambos também recém-chegados. Mesmo sem ter esta percepção, o que se buscava era uma proximidade cultural, principalmente baseada na língua em comum.

Com a ansiada mudança dos ventos políticos na Argentina, com a retirada dos generais depois da catastrófica Guerra das Malvinas, minha família tentou o retorno. Entrementes, nosso pequeno núcleo familiar já havia sofrido baixas: minha mãe falecera no início de 1983, vitimada por um câncer de longa data. Profundamente entristecidos, mas ainda esperançosos de uma nova vida, refizemos as malas (algumas sequer haviam sido desfeitas) novamente e voltamos a Buenos Aires, em dezembro de 1983, quase junto com o presidente Alfonsín.

Começou 1984 e nos demos conta que muita coisa havia mudado na cidade. Definitivamente, aquele não parecia ser o mesmo lugar que eu havia deixado em 1981, sem falar que eu também havia mudado muito, pois eu já me sentia integrado a Porto Alegre. O retorno, antes tão desejado, agora era visto como um incômodo. Ironicamente, invertia-se a situação: agora era o brasileiro estrangeiro na Argentina. Voltei a ser alvo das galhofas, só que agora proferidas em espanhol. Mais um processo de ruptura, de perdas e aparentemente de poucos ganhos. Consegui, a duras penas, me reinsserir na cultura portenha. Porém, em 1986, novamente o deterioro geral da situação social e econômica da raquítica democracia Argentina, levou minha família a tentar a sorte por última vez no Brasil e, desde então, aqui estou.

No entanto, esta vida um tanto nômade me deixou (além dos problemas narrados e um punhado de amigos espalhados em dois países) uma longa série de interrogações no que tange à chamada identidade nacional, à percepção das alteridades e ao contraste entre as diferentes culturas. Individualmente ainda posso

me questionar até que ponto eu sou argentino ou brasileiro, ou por que conservo traços característicos de uma e outra cultura e, ao mesmo tempo, sem considerar pertencer a nenhuma, embora os “outros” (leia-se indistintamente brasileiros, argentinos e até mesmo uruguaios!) tentem me atribuir uma ou outra identidade nacional. No Brasil seguido me perguntam se sou da “fronteira” (aqui no Rio Grande do Sul) ou “castelhano”, aquele rótulo elástico e indefinido com o qual nós, brasileiros, nos referimos a qualquer cidadão que fale espanhol, seja ele oriundo de lugares tão díspares quanto o Uruguai, a Colômbia ou o México. Já quando vou a Argentina, não conseguem discernir meu raro sotaque e me dizem com um deixo de clássico deboche portenho: “*Hablás muy bien el castellano, pero de donde sós?*”. Portanto, estendo agora meus questionamentos, traduzidos em linguagem acadêmica, aos muitos outros que, dentro das suas particularidades, tem uma história similar ao passar por uma experiência migratória desse tipo.

Logo, uma questão a ser tratada nessa tese é a criação de mecanismos de sobrevivência na alteridade. Desta forma, considera-se que a mesma necessidade de sobreviver que impeliu o imigrante ou exilado a partir da sua terra, também o leva individual ou coletivamente a inserir-se no país receptor, mesmo que em grau diverso e em profundidades variáveis, em novas dinâmicas e práticas sociais, culturais, políticas e econômicas, criando assim estratégias para continuar sobrevivendo após a ruptura provocada pela experiência migratória. Contudo, em certos casos (especialmente de migração forçada), pode persistir uma negação completa em aceitar a realidade proporcionada pelo novo entorno. Essa rejeição perante um “novo mundo” concreto funciona como uma barreira quase intransponível obstaculizando a adaptação e levando, em alguns casos mais extremos, até a incompatibilidade com a vida. Isso será visto mais adiante, quando se tratar mais especificamente do exílio político.

Também se procura analisar o processo migratório desde a elaboração da chegada a uma terra estrangeira até a configuração de um novo *habitat*. Assim pretende-se observar, num marco temporal delimitado pela duração dessa experiência, até que ponto o imigrante ou exilado se ensimesmou em práticas e códigos culturais singulares, ou ainda se inseriu ou se submeteu a cultura do outro, buscando na compreensão da alteridade, a raiz de uma nova identidade e de um novo

pertencimento. Neste ponto, encontra-se uma das características mais criativas e positivas da imigração ou do exílio: o emigrado pode “perder” seu país, mas em contraposição, pode ter um ganho no que se refere a ampliar os seus horizontes e perspectivas, tomar uma distancia crítica com respeito a “seu país”, além de adquirir consciência e compreensão dos novos aspectos sociais, culturais, políticos e religiosos, e assim aprender a lidar com a diferença. Evidentemente, o sujeito exilado ou imigrante adquire, em palavras de Juan Vives-Rocabert, *la facultad de la visión comparativa, con lo que suele ganarse en la capacidad de juicio de la realidad*.¹⁴

No entanto, todo desterrado é um sujeito dividido entre a nação de origem e a adotiva, e esta cisão é permanente, variando as diversas formas com a qual os exilados ou os imigrantes lidam com essa problemática. Isto se encontra intimamente relacionado tanto com os motivos que levam a migração (se forçada ou não) e a perspectiva da duração desta etapa (curta, media, longa ou indefinida) quanto com características singulares do sujeito, como a idade e flexibilidade do indivíduo em se adaptar a novas circunstâncias e desafios. De qualquer forma, estas pessoas permanecem divididas entre um lugar e o outro e, como afirma Juan Vives-Rocabert, situadas em uma curiosa condição de “estrangeiros permanentes”, pois mesmo o retorno à terra natal implica em ser considerado “diferente”, o que leva a um novo conflito e assim por diante. Estes processos de assimilação são de uma complexidade ímpar e de certa forma são impossíveis de resolver, contudo podem ser mitigados se houver a possibilidade de combinação das duas vertentes identitárias.¹⁵ Por exemplo, uma pessoa dividida entre dois países pode, algumas vezes, suprir temporariamente essa carência dos elementos específicos de um determinado lugar (uma paisagem, uma cidade, amigos, alguns sabores, etc.) com uma viagem que tenha um significado afetivo especialmente atribuído pela pessoa: pode ser um evento especial, uma data específica, uma festa comemorativa ou até mesmo um simples passeio por alguma rua qualquer, mas que transmita um todo um conjunto de emoções, lembranças e sentimentos para esse indivíduo em particular. Veremos alguns bons exemplos disso ao longo do trabalho.

¹⁴ VIVES-ROCAERT, Juan. El extranjero y sus hijos. In: BLANCK-CEREIJIDO, Fanny; YANKELEVICH, Pablo. *El otro, el extranjero*. Buenos Aires: Libros del Zorzal, 2003, p. 57.

¹⁵ Idem, p. 57.

As observações anteriores encerram outras questões mais específicas a serem desdobradas e analisadas, outorgando a forma e o conteúdo da tese, quais sejam:

- 1) Identificar qual é o perfil sócio-econômico, político e cultural dos imigrantes, exilados políticos e econômicos argentinos, destacando as diferenças e verificando semelhanças e interfaces. Comparar as diversas correntes migratórias e suas distintas tipologias.
- 2) Procurar entender como se deu este complexo processo migratório e as causas que os levaram a emigrar: crise econômica, atividade político-partidária, medo da repressão, falta de perspectivas de vida? É possível caracterizar a imigração argentina do período em questão em termos exclusivamente econômicos ou políticos? Existem outras interfaces e combinações possíveis?
- 3) Avaliar se a emigração para o Brasil representou uma saída para aqueles que careciam de melhores condições materiais, bem como, em se tratando do exílio político, até que ponto o Rio Grande do Sul foi um destino final ou somente uma “rota de fuga” para outras regiões do Brasil ou outros lugares (EUA, México, Europa, etc.).
- 4) Avaliar a reconstrução de uma identidade argentina na diáspora: Houve no Rio Grande do Sul a criação de alguma associação ou grupo de argentinos? Mantiveram sua cultura, suas práticas políticas e econômicas, suas relações sociais, idiossincrasias, enfim, todo um conjunto de representações? Buscaram a construção de uma “Pequena Argentina” no Brasil? No âmbito privado, analisaremos como se processou o ambíguo e contraditório olhar sobre o “outro”: “argentinos versus brasileiros”, mas também “argentinos versus argentinos”.
- 5) Verificar se entre os emigrados, especialmente os exilados políticos, houve alguma espécie de militância, organismo ou associação que os congregasse em torno de um determinado objetivo ou atividade específica como denunciar a ditadura civil-militar do país de origem, a luta e defesa dos Direitos Humanos, etc.

- 6) Analisar as relações e conflitos dos emigrados argentinos no Rio Grande do Sul com os poderes institucionais de ambos os países: o governo brasileiro e a representação consular argentina. Como estes emigrados foram percebidos e tratados pelos governos ditatoriais de ambos os países? Foram eles alvo da repressão transnacional?
- 7) Avaliar o mito do “eterno retorno” e/ou do “eterno exílio”: quando e como se coloca o dilema da volta ou da permanência definitiva. Quais as questões que são colocadas em jogo?

Enfim, o trabalho pretende utilizar-se de todas as ferramentas possíveis para efetuar um fluído diálogo não somente entre o historiador, suas fontes e a sua bibliografia, mas também entre o historiador e as áreas científicas correlatas com a finalidade de obter uma melhor aproximação com o nosso objeto de estudo, para assim poder realizar o que deve ser nosso objetivo principal como profissionais da história: fazer uma “boa história”, concisa, coerente e comprometida.

Metodologia e fontes

Este trabalho partiu da pesquisa com dados obtidos nas fontes primárias, escritas e orais, concomitantemente amparadas pela pesquisa nas referências bibliográficas. A técnica utilizada foi o estudo e a análise crítica do conteúdo bibliográfico, levando a estabelecer uma relação direta e de diálogo entre a produção historiográfica e as fontes primárias, independente de serem elas escritas ou orais.

As fontes primárias escritas foram interpretadas levando-se em conta serem um produto do contexto histórico, político, social e econômico em que foram geradas e isto é um fator que devemos obviamente levar em consideração. Sem esquecer que, mesmo em se tratando de documentos ditos “objetivos”, temos de levar em conta que certos aspectos subjetivos permeiam todos os tipos de fontes.

Os jornais e revistas analisados apresentam características diferenciadas. Logo, não devemos tratar o texto de um periódico, destinado ao grande público, da mesma forma que o discurso de um texto de circulação limitada, destinado a um núcleo, ou coletivo em particular. Sabemos que quando um escritor aborda um

determinado assunto ou tema, age de acordo com os seus pontos de vista e seus próprios conceitos, valores ou ideologias, procurando atingir um leitor específico, como no caso de uma publicação dirigida, ou não, tendo como exemplo a grande imprensa.

Cada escritor tem por alvo um leitor determinado, a quem seu discurso se direciona, e este mesmo escritor também pode produzir vários tipos de textos diferenciados: informativo, persuasivo, etc. Nessa ótica, consideramos os jornais como textos que são produto de determinado discurso e fruto de um processo histórico inserido em um determinado contexto. Por exemplo, no caso dos jornais e revistas ou periódicos brasileiros e argentinos, publicados na época das respectivas ditaduras civis-militares, devemos levar em conta elementos tais como a censura à imprensa e o alinhamento ou identificação do meio de comunicação em questão com aqueles regimes militares.

Baseados nestes princípios houve um especial cuidado ao tratar das fontes obtidas dos arquivos policiais brasileiros, devido a sua multiplicidade e variedade. As fontes policiais costumam possuir origem variada: documentação oficial entre repartições, fichas e históricos dos supostos “subversivos” e material político apreendido pela repressão policial. Cada um destes documentos foi analisado tendo-se em vista o autor do documento, a quem ele se dirigiu, e observando-se o contexto de produção no qual o documento em questão se inseriu.

Devido às suas características particulares, as fontes orais foram trabalhadas de modo diferenciado, levando-se em conta a importância das mesmas para captar essencialmente a experiência de vida, as impressões vivenciadas pelos emigrados, as múltiplas interpretações e opiniões pessoais do sujeito, enfim, as suas diversas representações e imaginário sociais. Questões subjetivas que escapam às frias estatísticas e a rigidez burocrática dos documentos oficiais, e fornecem uma face mais humana ao trabalho acadêmico do historiador.

Desta forma, o uso das fontes orais, seja como elemento principal neste trabalho de pesquisa ou mesmo como complemento perante certas lacunas presentes nas fontes escritas, nos remete automática e diretamente à questão da constituição da memória. Portanto, as entrevistas orais com os emigrados têm por objetivo acessar as memórias, individuais ou grupais, ou ainda melhor, recuperar parte dessas

lembranças já que nunca acessamos a memória por completo, mas apenas parte do seu “acervo”. A memória, em si, é um “arquivo de difícil acesso”, conforme destacava Dora Schwarzstein.¹⁶

Neste sentido, consideramos que a memória tanto é parte integrante da identidade individual como da identidade social, visto que os mecanismos da memória permitem que os indivíduos se relembrem e se reconstruam enquanto membros pertencentes a um grupo.¹⁷ Já Michel Pollak, a partir dos pressupostos de Maurice Halbwachs, afirmou que

*(...) a memória deve ser entendida também ou, sobretudo, como um fenômeno coletivo e social; ou seja, como um fenômeno construído coletivamente e submetido a flutuações, transformações, mudanças constantes.*¹⁸

Assim, a memória possui esse caráter de ser uma reconstrução e reordenação permanente do passado no presente, podendo ser constantemente re-elaborada, alterada e atualizada a cada vez que é acessada, buscando dar um sentido no presente aos fatos, personagens e lugares do passado, elementos constitutivos da memória, ainda segundo Pollak.

Por outro lado, coexistem em nossa memória experiências pessoais junto a acontecimentos dos quais não participamos diretamente, mas que permanecem impregnados de tal forma em nós ou no grupo ao qual pertencemos e que podemos dizer que são uma espécie de “memória herdada”. Isso também ocorre com personagens da esfera pública que, mesmo ao transcender o âmbito de contato social, sentimos que nos “relacionamos” com eles, mesmo de forma unilateral, associando com os estes até certo grau de conhecimento ou mesmo familiaridade.

Situação análoga se apresenta com relação aos chamados “lugares da memória” caracterizados por Pierre Nora.¹⁹ Além dos lugares que remetem a nossa vida como evento particular (aqueles situados na infância, por exemplo) são sobrepostos aqueles lugares públicos lembrados como “lugares de comemoração”,

¹⁶ SCHWARZSTEIN, Dora. Conferência no II Encontro Regional Sul de História Oral, Maio 2001.

¹⁷ SCHWARZSTEIN, Dora. *Entre Franco y Perón: Memória y Identidad del Exilio Español en Argentina*, Barcelona: Crítica, 2001, p. 217-218.

¹⁸ POLLAK, Michel. Memória e Identidade Social. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 5, n^o 10, 1992, p. 201.

¹⁹ POLLAK, Michel. Memória Esquecimento, Silêncio. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 2, n^o 3, 1989, p. 3.

muitas vezes sem conexão direta com o tempo cronológico da pessoa que lembra, mas sim constituindo um importante local de culto da identidade social e, por conseguinte, das pessoas que fazem parte dessa coletividade.

Ao tratarmos da memória nos deparamos obrigatoriamente com questões relativas ao tempo em relação à memória. Deve ser destacado que as lembranças geralmente não são “datadas” com precisão. Michel Pollak²⁰ assinalou que podemos notar diferenças entre a rememoração do tempo vivido quando cotejado em relação à visão do tempo presente. Pessoas públicas tendem a pautar suas lembranças pessoais entremeadas aos acontecimentos ocorridos na esfera pública. Por outro lado, pessoas sem esta preocupação “pública” tendem em geral a serem imprecisas nas datas históricas ou públicas, mas identificam datas importantes da vida pessoal, familiar ou grupal. Em função deste fenômeno a história oral possuiria um caráter vago no que tange a cronologia. Segundo Philippe Joutard, o único meio de datar a (...) *intrusión de la historia general en la historia personal es todavía referirse a la cronología familiar: casamiento, nacimiento o muerte. (...) El tiempo de la familia organiza el tiempo de la historia.*²¹

Justamente por possuir este caráter de constante reinterpretação e seletividade preferiu-se evitar o uso das fontes orais (e mesmo depoimentos escritos, também ligados à questão da memória, embora com outro tipo de processo de rememoração) no tocante aos dados históricos mais “objetivos”, como eventos, datas, nomes de pessoas ou lugares. Além disso, outra questão que ocorre com certa frequência é a confusão entre fatos de temporalidades distintas, onde lembranças “herdadas” e transmitidas de geração em geração podem ser mais representativas que a lembrança original em virtude de um maior impacto psicológico ou emocional. Pollak denominou estes fenômenos de “transferência” e “projeção”.

No entanto, essa aparente debilidade do uso da oralidade, paradoxalmente reforça a idéia de que a riqueza das fontes orais reside justamente na sua subjetividade. E é essa subjetividade que também se constitui como mais um objeto de estudo do historiador, como afirma Verena Alberti.²² São as entrevistas que nos

²⁰ POLLAK, Michel, op. cit., 1992, p. 202-203.

²¹ JOUTARD, Phillippe. *Esas voces que nos llegan del pasado*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1999, p. 290-291.

²² ALBERTI, Verena. “Histórias dentro da História”. Em: PINSKI, Carla B. (org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005, p. 163.

permitem captar impressões, sentimentos ou significados sobre as experiências do passado, aquilo que o oralista Ronald Fraser denominou genericamente como “ambiente”. São elementos dificilmente palpáveis ou quantificáveis, mas nem por isso são abstratos, pois são produtos de uma multiplicidade de acontecimentos e experiências reais e resultantes de uma complexa rede que interliga conflitos pessoais, sociais, políticos e culturais, dentre outros. Além disso, a somatória de entrevistas, cada uma delas singular e não repetível possibilita-nos a construção de um rico e detalhado mosaico histórico, onde cada narrativa individual nos oferece, através do prisma do narrador, uma visão particular do passado, mesmo que seja mediada e construída em função do presente.

Mas podemos guardar tudo na memória? Será que temos essa capacidade? Ao que tudo indica não. A memória é seletiva, capaz de hierarquizar lembranças relegando algumas delas ao esquecimento, porém pode também ocasionar “falhas”, descontinuidades e contradições ou omissões, onde existirem lembranças que remetam a situações dolorosas ou traumáticas. Eis aqui os espaços nebulosos onde residem os “silêncios”, que podem ser muitas vezes mais reveladores que as próprias falas. Mesmo um “equivoco” envolve uma recordação e uma ligação com o passado, e, como afirma Lowenthal, até uma falsa recordação na qual se acredita com firmeza pode converter-se em um fato por si só.²³ O oralista italiano Alessandro Portelli vai além e considera que não há “falsas” fontes orais já que a importância do testemunho se dá não tanto em função da proximidade com o fato, mas sim do seu distanciamento em relação a ele, do seu simbolismo, do imaginado, das expectativas, daquilo que poderia ser ou mesmo ter sido.²⁴

Existe outro ponto a ser destacado: a memória por si só não é um sinônimo de história, nem representa a dimensão real do passado, e muito menos espelha ou revela a realidade. Segundo Enrique Padrós, a memória,

(...) trata-se de uma construção onde há veladamente mediações que expressam relações de poder priorizando e secundarizando,

²³ LOWENTHAL, David. Como Conhecemos o Passado. In: *Revista Projeto História*, Número 17, São Paulo: PUC-SP, novembro de 1998, p. 87.

²⁴ PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. In: *Projeto História*. São Paulo: PUC/SP. Número 14, fevereiro de 1997 [1979]. p.32.

*segundo os interesses dominantes, aspectos de classe, religiosos, políticos, etc.*²⁵

Deste modo, a memória coletiva e social situa-se num amplo campo de batalha onde diferentes atores sociais e políticos lutam entre si para conquistar-lhe a hegemonia e reconstruí-la ou instrumentalizá-la de forma a que se adapte aos interesses de cada grupo social. Claro está que isso pode depender da capacidade organizacional do grupo em questão, do nível socio-econômico, dos mecanismos de articulação política, assim como da coesão identitária e do arcabouço de valores éticos e morais dos seus membros. Pollak denominou essa construção de “memória enquadrada”: cada coletivo social desenvolve para si (inclusive com a mediação de historiadores “orgânicos” ao grupo) uma memória “negociada” entre os membros do grupo, uma memória que vai enfrentar “outras” memórias na disputa por um espaço dentro da memória nacional, aquela que transcende o grupo. Mas frente a essa construção piramidal forjada na “luta de memórias” e em cujo topo se encontra a memória nacional ou oficial, ainda persistem outras memórias que não foram incorporadas ao coletivo social: as “memórias subterrâneas”. São aquelas que, mesmo silenciadas, subsistem anos a fio à sombra da hegemonia do Estado, de seus discursos oficiais ou mesmo do peso da sociedade homogeneizante, sendo passadas oralmente em círculos ou no âmbito privado. Em momentos políticos e sociais propícios podem então surgir (ou ressurgir) nos espaços públicos, até como símbolos de resistência. O silêncio dessas lembranças “clandestinas” não foi “esquecimento” e sim, muitas vezes, uma imperiosa questão de sobrevivência. Entretanto, esse silêncio também foi, por diversas vezes,

*(...) moldado pela angústia de não encontrar uma escuta, de ser punido por aquilo que se diz, ou, ao menos, de se expor a mal entendidos (...) A fronteira entre o dizível e o indizível, o confessável e o inconfessável, separa (...) uma memória coletiva subterrânea da sociedade civil dominada ou de grupos específicos, de uma memória coletiva organizada que resume a imagem que uma sociedade majoritária ou o Estado desejam passar e impor.*²⁶

²⁵ PADRÓS, Enrique S. “Tempos de Barbárie e Desmemória” em: RIBEIRO, Luiz Dario T.; PADRÓS, Enrique S. *Contrapontos: Ensaios de História Imediata*. Porto Alegre: Folha da História/Palmarinca Editora, 1999, p. 30-31.

²⁶ POLLAK, Michel, op. cit., 1989, p. 9.

Além disso, persiste ainda o problema da memória em relação à situação traumática e de violência, uma dimensão que devemos analisar inserida em suas dinâmicas e contextos específicos, como afirma Calandra:

(...) el plan de la memoria se enreda y se sobrepone constantemente con el de la violencia y, para complejizar y matizar aún más el marco analítico en el que se mueve la investigación, cabe decir que muchas veces esta memoria se identifica con algo negado por la censura, más aún por la autocensura, borrado por la represión, olvidado consciente o inconscientemente por los mismos protagonistas.²⁷

Dessa forma, os próprios “erros”, lacunas ou omissões, assim como os silêncios conscientes ou inconscientes, se constituem em “matéria histórica” merecedora de ser estudada: eles carregam significados, escolhas ou pontos de vista que, por determinado motivo, não podem vir à tona. Neste sentido, trabalhar com a subjetividade da memória não implica em abandonar a visão de processo histórico ou perder o eixo principal da problemática histórica, mas sim adotar mais um instrumento que permite uma maior aproximação com o que ocorreu no passado.

Contudo, as fronteiras dessas categorizações e tipologias das memórias podem ser, às vezes, difusas ou sobrepostas. No caso específico dos emigrados argentinos, sabemos que seus discursos tanto podem se reportar a um ou mais enquadramentos de grupo, especialmente se considerarmos que há uma sobreposição e hierarquização de identidades grupais complexas e suas respectivas memórias. Por exemplo, além de ex-exilado, um indivíduo pode ser um ex-presos político, ex-membro de uma organização armada de esquerda e parente de um *desaparecido*, o que poderia implicar um enquadramento simultâneo em diversos discursos atualmente em disputa de espaços pela memória nacional argentina, em plena construção. As diversas memórias dos grupos podem coexistir, desde que integradas na memória dominante, no dizer de Pollak. O problema são aquelas memórias clandestinas que não estão integradas ou que não plasmaram ainda sua visão coletiva.

A partir destas premissas devemos utilizar a história oral com signo inverso. Ou seja, ao invés de analisar a construção de um discurso enquadrado pela memória

²⁷ CALANDRA, Benedetta. “Los chicos del exilio: memoria e identidad de hijos de argentinos en Europa”. In: INTERNACIONAL ORAL HISTORY ASSOCIATION (IOHA)/ COMUNE DI ROMA. *XIII Internacional Oral History Conference*. Atti del Convegno (Anais Eletrônicos) Roma. 2004, p. 2.

coletiva e social, partir-se-á da singularidade das memórias individuais para poder evidenciar os limites, possibilidades e problemas gerados pelo “enquadramento” da memória coletiva e social e, dessa forma, evidenciar as contradições, mágoas, cicatrizes abertas, etc. O enquadramento é uma sutil armadilha perante a qual o historiador deve permanecer alerta frente ao risco de, mesmo que inadvertidamente, fazer o papel de “historiador membro” do grupo que estuda.

A priori, os entrevistados selecionados seriam emigrados argentinos residentes ou que houvessem residido em Porto Alegre no recorte temporal inicialmente abarcado pela pesquisa, de 1973 a 1985, o contexto imediatamente anterior e posterior à ditadura civil-militar de 1976 a 1983. A maioria das pessoas entrevistadas era desconhecida para o autor, embora o pesquisador contasse previamente com um pequeno núcleo de conhecidos. A partir de este núcleo inicial surgiram as indicações para outros possíveis entrevistados os quais, por diversas vezes, indicaram terceiros. Deste modo, foi se conformando uma autêntica rede de contatos, uma cadeia de transmissão de informantes. Mas paralelamente, para ampliar as possibilidades deste leque de histórias, o pesquisador também contactou o Consulado Geral da Argentina, o qual concordou em divulgar a pesquisa na sua listagem de endereços eletrônicos de residentes registrados, em torno de quinhentos *e-mails*, dos quais obtivemos um retorno inferior a 10%. Mesmo assim, a pesquisa aumentou sua abrangência ao possibilitar o contato com o conjunto da comunidade de argentinos residentes no Rio Grande do Sul e assim descobrir novas pessoas. Ao todo, foram entrevistadas vinte e nove pessoas, algumas delas duas, três ou mais vezes, dependendo da temática abordada e, evidentemente, da disponibilidade do entrevistado. Esses foram nossos atores principais. Além disso, foram também entrevistados alguns “indivíduos-chave” relacionados com o tema e que cumpriram um não menos importante papel de informantes na nossa investigação.

Com o surgimento e a expansão dessas novas fontes orais, o rumo deste trabalho foi também se modificando e delineando novas e instigantes possibilidades de investigação. Em primeiro lugar, houve uma mudança no recorte temporal. Já não mais limitado ao período ditatorial de 1976-1983, embora este ainda seja o ponto central em virtude da sua transcendência histórica, mas englobando desde 1966 (quando se inicia a primeira ditadura civil-militar inspirada pela DSN na Argentina e

que antecipa, em muitos aspectos, a de 1976) até 1989, fim do primeiro mandato democrático, já no período pós-ditatorial. Portanto, esta nova abordagem considera o exílio político de 1976 a 1983 como um episódio pontual, encerrado, mas também como um capítulo de um fenômeno migratório de cunho mais amplo, um evento de caráter estrutural cujo processo ainda está em aberto e, portanto, mutável, dinâmico e em desenvolvimento.

A seguir, o autor observou que os entrevistados eram oriundos das mais variadas regiões da Argentina, sendo cada sujeito portador de peculiares traços regionais destacando-se notável diversidade cultural. Ou seja, isto introduziu a questão de que a Argentina não é uma só e apresenta uma sensível dicotomia capital-interior. Todavia, as representações identitárias mais comuns que remetem ao “ser argentino”, especialmente para os estrangeiros, são “portenhas”: leia-se o tango e o *lunfardo*²⁸ principalmente, mas também os lugares de memória, tais como o Obelisco, a Casa Rosada ou a Praça de Maio.

Estes elementos apenas representam uma das múltiplas identidades que congregam a nação Argentina, a chamada identidade “portenha”, ou seja, de Buenos Aires, embora freqüentemente estendidos a todos os argentinos, sem considerar as culturas regionais. Vários entrevistados fizeram menção sobre o fato da Argentina não ser apenas Buenos Aires, geralmente destacando que eles não eram oriundos da capital, ressaltando seus sotaques característicos como modo de diferenciação.

Outra característica a ser destacada diz respeito à diversidade geracional dos entrevistados. Isto permitiu ao autor verificar, por exemplo, como se processam as memórias e as diferentes percepções sobre a experiência da emigração entre pelo menos duas gerações de uma mesma família, ou como se transmitem, de pais para filhos, as memórias pós-traumáticas numa família submetida à perseguição política e ao exílio. É um processo de transmissão complexo, que não é linear nem direto, como afirmam Jelin e Kaufman.²⁹ Segundo as autoras, uma herança simbólica

²⁸ *Lunfardo*: conjunto de vocábulos utilizados pelos portenhos em substituição a língua corrente. Uma espécie de “gíria”, falada em Buenos Aires (hoje parcialmente dispersa por outras regiões) e oriunda da mistura de vários dialetos da Itália setentrional trazidos pelos imigrantes no século XIX. O *lunfardo* tem íntima relação com o tango, a milonga, expressões musicais muito populares e enraizadas na cultura portenha e platina em geral. Veja GOBELLO, José; OLIVIERI, Marcelo H. *Lunfardo. Curso básico y diccionario*. Buenos Aires: Libertador, 2005, p. 11-12.

²⁹ JELIN, Elizabeth & KAUFMAN, Susana G. Transmisión Intergeneracional: vivencias y aprendizajes. In: INTERNATIONAL ORAL HISTORY ASSOCIATION (IOHA)/ COMUNE DE

composta por um conjunto de crenças, filiação ou capital cultural pode ser um imperativo dos pais ao legar um *patrimônio experiencial* e identitário aos filhos. Contudo, esses filhos não apenas absorvem os relatos e impressões “herdados”, mas ressignificam esses valores, pois a constituição de sentidos (relacionada com o seu singular contexto de produção) assim como as experiências vividas pelos pais são sempre únicas e intransferíveis.

Ter conhecimento prévio sobre a origem social, cultural e econômica, permitiu ao autor descobrir pistas sobre as inúmeras posturas, atitudes, estratégias assumidas frente ao dilema e a realidade da imigração ou do exílio. Ou seja, de que modo questões como a formação familiar, o grau de instrução, profissão, formação política, enfim o histórico de cada pessoa pode influenciar na criação das diversas estratégias de sobrevivência entendidas como reações manifestadas frente à expatriação. Estratégias não só como a assimilação cultural e a adaptação ao meio, mas também a sua contrapartida: leia-se reforço da identidade e incapacidade de adaptação ao meio. Logo, observa-se que a imigração e o exílio são fenômenos com uma dupla dimensão, coletiva e individual, e que como tal geram múltiplas e diferentes possibilidades de resposta nessas duas esferas.

Também é importante destacar certos fatores que favoreceram uma melhor aproximação e empatia com os entrevistados. Evidentemente, parte disto deveu-se ao fato do autor ser também de origem argentina (filho de argentinos), o que possibilitou contar com elementos em comum com os entrevistados: a questão da linguagem, certa raiz histórica, alguns lugares. Enfim, compartilhar estes importantes elementos identitários não somente minimizaram possíveis dicotomias e alguns preconceitos ainda existentes entre brasileiros e argentinos, mas também matizaram a natural oposição existente entre o pesquisador e o seu interlocutor, facilitando o acesso à informação e distendendo visivelmente o processo da entrevista em si. Contudo, como o pesquisador ainda é alheio à comunidade, portanto é importante manter-se alerta, pois existem “filtros” que impedem que certas realidades sejam reveladas, por mais que o pesquisador esteja integrado ou tenha sido aceito, como

relembra Joutard³⁰. Paradoxalmente, em certos casos, um estranho pode ouvir certas confidências que sequer a família do entrevistado teve conhecimento.

Outro fator que certamente favoreceu a interação e a distensão na relação entrevistado-entrevistador foi à garantia de preservação da identidade oculta dos entrevistados, o que permitiu aos mesmos uma maior liberdade de expressão, aliado a uma sensação de proteção em virtude do anonimato. As reservas alegadas pelos entrevistados, quanto ao fato de ter o seu nome divulgado na tese, foram de índole diversa. Porém, de um modo geral, estavam especialmente relacionadas com temores subjacentes despertados pela temática relacionada com a passada ditadura civil-militar na Argentina. Cita-se um exemplo a seguir:

Uma professora ex-residente no Brasil e que atualmente vive na Argentina, pediu expressamente que seu nome não fosse citado.³¹ Aprioristicamente, mesmo sem haver sido exilada política, nem ter envolvimento direto com questões políticas, alegou que o assunto da pesquisa era “delicado” e lembrou a recente desapareição de Julio José Lopez, em setembro de 2006, um *ex-detenido-desaparecido*³² e que servira de testemunha da Promotoria no julgamento de Miguel Etchecolatz, ex-oficial da Polícia Federal argentina, sobre quem pesam graves acusações de tortura e desapareição de pessoas ocorridas durante 1976-1983.

Ou seja, falar sobre temas que envolvam fatos ocorridos durante o recente período ditatorial da Argentina, ainda é temerário aos olhos de muitas pessoas. Evidentemente, isto indica a permanência dos efeitos, reflexos irradiados e abrangência das práticas do TDE instituído entre 1976-1983 e que atingiu de um modo horizontal o conjunto da população argentina, incluindo-se também até aqueles que residiam no exterior.

Também se pode dizer que, para uma boa parte dos argentinos, esse tempo “não passou”, ou melhor, não foi passado a limpo como deveria ter sido, por diversas razões. Enrique Padrós destacou que as ditaduras civis-militares no Cone Sul implantaram um descarado negacionismo das suas práticas terroristas, além do “confisco da memória”, um mecanismo que consiste na expropriação do passado e a

³⁰ JOUTARD, Philippe, op. cit., p. 247.

³¹ Entrevista a E. G. realizada em Mendoza, Argentina - 25/09/2007.

³² *Detenido-desaparecido* refere-se à pessoa seqüestrada, torturada e encarcerada ilegalmente pela ditadura civil-militar. Sabe-se hoje que a maioria dos *desaparecidos* está morta, poucos sobreviveram a essa condição.

implantação de um *corpus* ideológico e de valores que se reporta aos interesses do novo poder, em detrimento da memória e das interpretações anteriores do passado, que são banidas.³³

Entretanto, os governos democráticos que se também pouco fizeram no sentido de reconstituir uma memória coletiva e social que possibilitasse a inteligibilidade do passado, dando sentido histórico ao que havia ocorrido no período anterior. Muito pelo contrário, em nome da “salvaguarda das frágeis instituições democráticas” e contra o “revanchismo” se evitou que os responsáveis pelo TDE sofressem as sanções cabíveis por lei, escudados em leis de anistia, incentivando o “apagamento” da memória. Além disso, o adiamento da discussão apostava também que o inexorável avanço do tempo eliminasse naturalmente as testemunhas inconvenientes. Padrós assinalou alguns mecanismos dessas “políticas de amnésia”,

*(...) existem inúmeros rastros da eliminação dos vestígios do passado; de eliminação, transformação, manipulação ou “maquiamento” do que existiu. São invenções e mentiras que ocupam o lugar da realidade simultaneamente à proibição da procura e difusão da verdade.*³⁴

Essas “políticas de amnésia”, que combinavam apagamento do passado com a construção deliberada de falsificações, por diversas vezes se ocultaram atrás de uma pretensa fachada conciliadora e imparcial, procurando tanto matizar os reflexos e sequelas do passado no presente quanto ocultar a cumplicidade de determinados setores da sociedade com um “passado incômodo” (que eles pretendiam que fosse “esquecido” pelo conjunto da sociedade) e, assim, se eludissem responsabilidades coletivas pelo ocorrido no passado.

Mas, independentemente destas tentativas de ocultação da verdade histórica, a memória dos sobreviventes permaneceu, provavelmente por ter de coexistir forçadamente com a impunidade dos criminosos. Em 2001, Bruno Groppo explicava que, além do fenômeno de “obsessão pela memória”, atualmente observado nas sociedades ocidentais, parte dessa obstinação do “passado em não passar” se devia ao seguinte:

³³ PADRÓS, Enrique S. “Usos da Memória e do Esquecimento na História”. Em: *Literatura e Autoritarismo*, Revista Letras Número 22, Santa Maria: UFSM-RS, janeiro - junho de 2001, p. 85.

³⁴ Idem, p. 85-86.

Para estos crímenes, la amnistía parece inaceptable y la impunidad de la que se benefician sus responsables alimenta, en amplios sectores de la sociedad, un profundo sentimiento de injusticia y de rebelión que impide ‘dar vuelta la página’ de ese pasado. ¿Cómo aceptar, en efecto, que criminales como Massera o Astiz, declarados culpables y condenados por la justicia, estén en libertad? ¿Cómo vivir en un país donde las personas que fueron torturadas corren el riesgo de encontrarse en una esquina con su torturador, en cualquier momento? ¿Cómo vivir en un país en el que la mayoría de los que participaron en la represión y en las violaciones a los derechos humanos han podido proseguir tranquilamente en sus carreras y todavía hoy se encuentran ocupando puestos de responsabilidad? En estas condiciones, es difícil olvidar.³⁵

E se o esquecimento é difícil em virtude da injustiça e da impunidade, o que se dirá do “perdão”, que alguns setores pretensamente conciliadores pretendem?

Por outra parte, apesar de haver um amplo consenso social, quicá majoritário, sobre o caráter nefasto do governo militar, ainda permanecem no corpo da sociedade resquícios de discursos do tempo dos militares ou releituras desses velhos discursos e que reivindicam as ações dos militares. O que sugere não somente a sobrevida de núcleos identificados com o projeto militar, mas também a permanência de um pensamento, principalmente dentro das casernas e delegacias (onde talvez ainda seja dominante) e que justifica plenamente o acionar antissubversivo da década de 1970.

Assim, indivíduos ou grupos, vinculados de forma direta ou indireta a esses setores, tem se sentido acuado frente à retomada dos processos judiciais contra os criminosos acusados de violações aos direitos humanos, especialmente desde a eleição do presidente Nestor Kirchner em 2003, quem rompeu com as políticas de impunidade praticadas por seus antecessores. O problema reside em que as ações judiciais contra os violadores dos direitos humanos (que parte dos militares e seus acólitos entendem como mero revanchismo) possam ser revidadas por meio da violência. Especialmente na modalidade subterrânea, cuja metodologia ilegal é de inteiro domínio do aparelho coercitivo do Estado argentino.

Portanto, os receios e temores que suscitam as questões relacionadas ao período ditatorial não são meramente infundadas. Então, a identidade das pessoas entrevistadas será mantida oculta, a menos que o entrevistado queira fazer constar

³⁵ GROPPPO, Bruno. Traumatismos de la memoria e imposibilidad de olvido en los países del Cono Sur. In: GROPPPO, Bruno; FLIER, Patricia (Comp.). *La imposibilidad del olvido. Recorridos de la memoria en Argentina, Chile y Uruguay*. La Plata: Ediciones Al Margen, 2001, p. 20.

expressamente o seu nome no texto da tese, ou no caso de pessoas públicas cuja notoriedade seja evidente demais para ser oculta. Lamentavelmente, este caráter confidencial da entrevista impossibilita a transformação da mesma em documento oral passível de ser colocada a disposição de um arquivo público, em função do compromisso previamente assumido com os entrevistados.

Quanto à forma escolhida da entrevista, preferiu-se utilizar o *relato oral de vida*, uma modalidade mais dirigida a uma temática em particular, embora o entrevistado tenha total liberdade de exposição. No entanto, este já conhece o interesse específico do entrevistador e pode pautar de modo mais organizado a sua fala. Nesta modalidade o pesquisador solicita ao narrador que aborde em particular determinados aspectos da sua vida.³⁶ Logo, é um formato de entrevista bastante dinâmico e participativo, onde ambas as partes interagem de forma muito fluida, dando liberdade maior ao pesquisador para intervir, retomar ou até debater algum determinado tema em especial. Embora a entrevista não seja o mesmo que um diálogo ou uma conversa informal, como afirma Thompson³⁷, é desejável que a entrevista corra de modo distendido, permitindo ao narrador poder entrar em confiança com o pesquisador e a este poder entrar em sintonia com o entrevistado.

O tempo da entrevista é de média duração, geralmente ela dura de uma a duas horas, como recomendado no manual de Thompson.³⁸ Contudo, houve exceções, uma destas chegou à durar 3 horas e meia, todavia esta era uma atípica entrevista coletiva, onde foram entrevistados um casal e sua filha. Acompanham geralmente a entrevista, notas e comentários do entrevistador, quando são apontadas algumas impressões e sensações verificadas e que podem servir de modo complementar na transcrição ou mesmo na análise.

Previamente, era aplicado um questionário dirigido, a ficha do entrevistado, para controle de dados do entrevistador.³⁹ Estes dados pessoais (nome, idade, naturalidade, profissão, grau de escolaridade, locais de residência na Argentina e no Brasil, etc) assim como as entrevistas, não serão divulgados publicamente. Mas

³⁶ LANG, Alice Beatriz da Silva Gordo. História Oral: muitas dúvidas, poucas certezas e uma proposta. In: MEIHY, Jose Carlos Sebe Bom. *(Re) Introduzindo a História Oral no Brasil*. São Paulo: Xamã, 1996, p. 35.

³⁷ THOMPSON, Paul, op. cit., p. 271.

³⁸ Idem, op. cit., p. 273.

³⁹ Similar ao modelo proposto por THOMPSON, Paul, op. cit. p. 284.

serviu ao pesquisador tanto como registro científico das entrevistas realizadas quanto como dados utilizados para desenvolver um perfil do imigrante, evitando sempre identificar alguém em particular.

Embora nem todos solicitassem expressamente o anonimato, depois dos pedidos de alguns entrevistados, o pesquisador iniciava a entrevista esclarecendo a pessoa a este respeito. Em geral, todos se sentiram mais a vontade para se expressar sabendo que o anonimato era possível.

Desde o início, buscamos deixar a pessoa a ser entrevistada o mais à vontade possível, a começar pela escolha do local. De um modo geral, as entrevistas foram realizadas na própria casa do depoente. Algumas vezes sugerimos a escolha da residência como lócus, mas na maioria das vezes, essa sugestão veio por conta dos próprios entrevistados. Contudo, alguns deles ainda optaram por fazê-las no seu local de trabalho ou até mesmo em locais públicos, como bares ou restaurantes. Ao permitir que o entrevistado determinasse o lugar, pudemos perceber que, de um modo geral, os entrevistados buscavam não somente a comodidade e a tranquilidade da sua casa, mas também a familiaridade e a segurança representada pelo lar, pelo fato de eles estarem em “seu território”, a resguardo. Mas, paradoxalmente, isso ainda implicava em abrir as portas da sua intimidade para o “outro”, um desconhecido, independente de toda espécie de recomendações ou avais prévios que pudéssemos apresentar.

Outros entrevistados, embora em número bem menor, preferiram locais mais neutros que não implicavam nessa suposta violação da intimidade do seu lar. Dentre esses, alguns certamente o fizeram por temor ou desconfiança. Nem tanto em relação ao entrevistador (embora isso até possa ter ocorrido), mas sim quanto ao uso e circulação das informações prestadas a este: mais de um de entrevistado manifestaram ressalvas e preocupação neste sentido. Este tipo de comportamento estava geralmente vinculado à questão política, mas não exclusivamente: outras questões, como as de índole pessoal, também estavam em jogo. Logo, frequentemente o entrevistador teve de “inverter o papel”, tornando-se objeto de minuciosas “contra-entrevistas” levadas a cabo pelas pessoas selecionadas para ser entrevistadas. Recém a partir destes esclarecimentos, que envolviam questões

específicas sobre a pesquisa e sobre o autor, é que se iniciava então a “nossa entrevista”.

A pauta da entrevista abordou diversos assuntos, tais como: breve histórico pessoal, motivos da migração, atividades desenvolvidas na Argentina, atividades desenvolvidas no Brasil, dificuldades de adaptação, problemas com a linguagem, vínculos com outros argentinos no Brasil, questões concernentes à identidade cultural, etc. As perguntas são formuladas de modo aberto, permitindo ao narrador total liberdade de exposição e tentando-se evitar interrupções. Quando estas ocorrem é para retomar algum ponto obscuro ou que exija uma explicação mais elaborada.

Neste trabalho, houve também uma atualização tecnológica no processo de registro de gravação. Ao invés do tradicional gravador magnetofônico, com fita cassete, foi utilizado o gravador eletrônico, ou *MP3 player/recorder*. Independente da questão tecnológica que implica a modernização na captação da fonte oral em mídia digital (facilidade de armazenamento de maior quantidade de dados, durabilidade em tese superior a da fita cassete, possibilidades de realização de inúmeras cópias de segurança) o uso da moderna mídia eletrônica foi importante por permitir algumas mudanças sensíveis no que se refere ao próprio andamento da entrevista.

Uma das principais vantagens do *MP3 player/recorder* é permitir uma longa duração da entrevista, sem interrupções, já que um aparelho comum com capacidade para 512 *megabytes* pode gravar até 8 horas contínuas. Ou seja, extingue-se o problema da narração ser interrompida em função do término da fita, o que pode ser negativo tanto por desviar a atenção (do narrador, do entrevistador ou de ambos), quanto por romper o “clima” da entrevista e perturbar a concatenação de ideias do narrador, a linearidade e a continuidade da narração, tornando muitas vezes difícil a retomada ao mesmo ponto. Outra vantagem é a completa ausência de ruídos por parte do aparelho.

No início, os entrevistados estranham e notam a falta do microfone ou do gravador, um elemento presente no imaginário quando se fala em entrevista, especialmente para as pessoas de idade mais avançada. Mas depois literalmente se “esquecem”, até em função das reduzidas dimensões do aparelho de MP3, fazendo

com que este passe quase que despercebido. Sem essa “presença incomoda”, a entrevista tende a transcorrer de forma mais distendida e amena.

Isto pode não parecer relevante para alguns, mas é necessário destacar que o gravador pode mesmo intimidar ou constranger algum narrador. Perde-se, no mínimo, a espontaneidade presente em uma conversa não gravada: a gravação carrega um peso simbólico de ser um “registro eterno”. Num caso extremo, lembre-se o fato de que os aparelhos repressivos, por diversas vezes, registravam os interrogatórios e as sessões de tortura.⁴⁰ Logo, é possível que em alguns casos em particular a presença do gravador tradicional pudesse não somente inibir como também trazer à tona sensações nefastas para o entrevistado assim como desencadear indesejáveis reações de estresse pós-traumático.

Portanto, é necessário utilizar as ferramentas mais adequadas a fim de se obter uma gravação de qualidade, pois dela depende o trabalho posterior do pesquisador, já que o documento oral é a gravação e não a transcrição, que por si já é uma tradução, (...) *con todas las infidelidades que supone una traducción*, conforme Joutard.⁴¹ Entretanto, a transcrição é muito importante, pois nos fornece um texto concreto sobre o qual o historiador pode debruçar-se e exercer sua tarefa de análise e interpretação, ainda mais se considerando o apreço geral, quase fetichista, que os historiadores têm pela palavra escrita, pelo documento, etc. Todavia, esse texto é incapaz de reproduzir efetivamente as pausas, silêncios, gestos corpóreos, as vacilações, as risadas, o soluçar e a entonação das vozes ou os sotaques característicos. Todos eles elementos que também podem se constituir em fonte de informação para enriquecer o trabalho do pesquisador. Por isso, no decorrer do processo de redação, é tão importante retornar a gravação tantas vezes quando for necessário.

Ainda sobre as entrevistas, pode-se se destacar que nelas encontramos um elemento que pode nos indicar maior ou menor grau de adaptação à cultura do país

⁴⁰ O conhecido relatório Nunca Mais sobre as violações de direitos humanos na Argentina contém diversas referências sobre a utilização das gravações em sessões de tortura. Ver: CONADEP. *Nunca Mais (relatório Sabato)*. Porto Alegre: LP&M, s. d. Um entrevistado, Carlos Claret, registrou que em seu cativeiro na sede da Polícia Federal brasileira em Porto Alegre, entre os implementos de tortura, também havia um gravador. CLARET, Carlos A. Testimonio - Escritura n° 113 – Declarativa Testimonial: Carlos Alfredo Claret, La Plata, 17/06/2009, p.6. Acervo Movimento Justiça e Direitos Humanos (MJDH) – Porto Alegre.

⁴¹ JOUTARD, Phillippe, op. cit., p. 265.

receptor: o fator linguístico. Sabe-se que a língua é um dos principais atributos que conferem identidade aos grupos humanos desde os tempos imemoriais, seja no espectro nacional, regional ou local, pois a língua (e a forma em que ela é expressa) possibilita tanto que a pessoa possa reconhecer-se quanto permite reconhecer outros como sendo “pares” com quem se compartilha o pertencimento a um determinado lugar. Por outro lado, operando com sinal invertido, a língua também vai indicar quem é o “estrangeiro”. Mas ela também vai além disso, pois como afirma Andrea Beremblum,

(...) as línguas não são simplesmente instrumentos que servem a comunicação humana, mas instrumentos de poder que, ao mesmo tempo em que transmitem informação, evidenciam a posição do sujeito falante na estrutura social e o valor – desigual – dos discursos nessa estrutura.⁴²

A problemática em relação à importância da língua como elemento articulador da identidade foi bem apontada neste aguçado questionamento de Hobsbawm:

O que dizer da linguagem? Não será a verdadeira essência daquilo que distingue um povo do outro, “nós” de “eles”, seres humanos reais dos bárbaros que não podem falar uma língua genuína, mas apenas proferem ruídos incompreensíveis? Cada leitor da Bíblia, não apreendeu, no episódio da torre de Babel, como o inimigo foi tomado por amigo pela correta pronúncia da palavra shiboloth? Não se definiram assim os gregos, como protonacionalistas, contra o restante da humanidade, os “bárbaros”? A mais óbvia barreira de comunicação não será a ignorância da língua de outro grupo, e portanto aquilo que mais claramente define as linhas que separam os grupos?⁴³

Corroborando nesse sentido de definir linhas demarcatórias entre grupos humanos distintos, também opera o “sotaque” que, segundo Beremblum, funciona como a “marca da diferença”, (...) *elemento que destrói a aparente igualdade inicial e que ativa no interlocutor todo um mecanismo de representações e associações acerca de quem é esse outro, diferente, estranho, estrangeiro.*⁴⁴

⁴² BEREMBLUM, Andréa. *A invenção da palavra oficial. Identidade, língua nacional e escola em tempos de globalização*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003, p. 92.

⁴³ HOBSBAWM, Eric. *Nações e nacionalismos desde 1780*. São Paulo: Paz e Terra, 1998, p. 68

⁴⁴ BEREMBLUM, Andréa, op. cit., p. 20.

Portanto, as estratégias de inserção social também passam invariavelmente pela língua falada (e sua forma peculiar e regional de pronúncia), um elemento principal na difícil tarefa de adaptação ao novo meio, mas que também pode se constituir em um elemento conflitante com a identidade prévia. Assim, uma entrevistada que se assume hoje como “brasileira”⁴⁵, fez toda sua narrativa em português, enquanto a maioria dos entrevistados utilizou o espanhol em seus depoimentos, mesmo que permeado de expressões e palavras “brasileiras”. Uma pessoa chegou a narrar separadamente nos dois idiomas: ao falar da Argentina o fazia em espanhol, ao falar do Brasil, o fazia em português.⁴⁶ É como se uma “chave seletora” mental selecionasse a língua em função de uma tipologia de memórias a serem narradas. Nessa singular seleção e hierarquização subjetiva, a língua *mater* parecia estar reservada para as lembranças mais distantes no tempo e de caráter mais íntimo, além de haver um claro recorte temporal: a Argentina pertencia a um “antes”, cujo marco era a partida para o exílio. Já o Brasil pertencia ao “depois” que seguia a essa ruptura. O historiador oralista Joutard destaca que deve se dar atenção a este tipo de narração bilíngüe e que a passagem de uma língua à outra também se constitui em informação histórica.⁴⁷

Plano de Capítulos

A tese encontra-se dividida em seis capítulos os quais passamos a descrever brevemente. No Capítulo 1 “Panorama da diáspora argentina” define-se conceitos, analisam-se diferenças e semelhanças em relação às diferentes tipologias migratórias. Ou seja, o que é imigração e em que se diferencia do exílio político, se há um exílio econômico, porque se devem aprimorar estes conceitos, e ainda se podemos falar em diáspora Argentina e o que a caracterizaria. Neste capítulo também se trata dos diversos itinerários escolhidos pelos argentinos, imigrantes ou exilados, e colocam-se questões sobre o retorno destes a sua terra natal.

⁴⁵ Foi o único caso observado em que o entrevistado se adjudicou uma nova identidade nacional. Entrevista com M. G. realizada em Porto Alegre – 11/09/2007.

⁴⁶ Entrevista com J. V. realizada em Porto Alegre – 20/06/2007.

⁴⁷ JOUTARD, Phillippe, op. cit., p. 274.

O Capítulo 2 inicia-se com a análise da dinâmica migratória da Argentina, em especial, seu processo de transformação de um país “receptor” de imigrantes na virada do século XIX - XX em país “expulsor” desde os anos 1950 a 1960, quando inicia o chamado processo migratório reverso. Posteriormente, aborda-se o fenômeno do *Brain Drain*, também conhecido por “fuga de cérebros”, que causou preocupação na Argentina entre os anos de 1960 a 1970. A seguir, será analisado o período mais crítico da recente história argentina, os anos 1970 a 1980, um período marcado pela violência política, pelo TDE e, posteriormente, o “terror” econômico causado pelas políticas neoliberais do regime militar. Assim, expõe-se um panorama sobre o contexto histórico da Argentina, sempre inter-relacionando o quadro social, político e econômico com a questão migratória e, quando possível, buscando entrecruzar com os depoimentos orais, o que vincula e enreda as diversas histórias individuais com a “grande história” nacional. Nesses singulares depoimentos adquire melhor contorno o cenário que instou esses indivíduos a migrar, pois aparecem neles às incertezas, os medos, assim como as múltiplas escolhas e decisões tomadas, muitas vezes em situações-limite, sob risco da própria vida ou dos familiares.

O Capítulo 3 marca uma passagem: da Argentina para o Brasil, com a conseqüente mudança de cenário. Embora sem contar com um capítulo específico sobre o contexto brasileiro, este aparece diluído e é desenvolvido gradualmente ao longo do restante do trabalho, pois é o Brasil o cenário onde se desenvolve a nossa ação, onde se inserem os nossos atores. Assim, o Capítulo começa com uma análise da fronteira, sua conformação geográfica, suas peculiaridades, mas também explica as dificuldades, medos e riscos que encerrava esta travessia, especialmente nos tempos das ditaduras civis-militares, e particularmente para os perseguidos políticos. As especificidades dos diversos pontos geográficos dessa travessia Argentina-Brasil também são contempladas e esmiuçadas, a partir dos dados obtidos nas entrevistas e na documentação. Ou seja, como se fazia esta passagem, em que condições, por onde, etc.

Além disso, verificou-se a utilização do território brasileiro como “corredor de fuga” por parte do exílio político argentino. Em função dessa circulação “indesejada”, a ditadura civil-militar brasileira aumentou a vigilância nos controles fronteiriços. Logo, analisam-se tanto as medidas empregadas pelo governo brasileiro

para capturar dissidentes dos países vizinhos, quanto às estratégias utilizadas pelos perseguidos e seus protetores, os organismos de defesa dos direitos humanos, para burlar a repressão e os mecanismos de controle.

Outra importante questão marca este capítulo: porque escolher o Brasil? Que razões tinham os argentinos para residir aqui? O que os atraía? Assim, procura-se também responder estas questões explicando os múltiplos, distintos e, geralmente inter-relacionados, fatores de atração exercidos pelo Brasil sobre os argentinos ao longo do recorte temporal do trabalho, sempre destacando que estes também distavam de ser um coletivo homogêneo: estavam fracionados em grupos, com interesses ora divergentes e motivações particulares. Para isso, foi necessário esboçar um perfil desses argentinos, para que possamos identificar similitudes ou diferenças entre eles e podermos entender melhor suas motivações e expectativas em relação ao Brasil, fossem eles imigrantes seletivos, exilados políticos ou econômicos. No caso particular dos exilados políticos, procuramos responder uma pergunta crucial: qual sentido havia em se refugiar de uma ditadura civil-militar em outra similar?

Por fim, trata-se sobre a política migratória brasileira, suas leis restritivas (os Estatutos do Estrangeiro) e os inúmeros entraves colocados à imigração, especialmente àquela oriunda dos países vizinhos, considerada como “suspeita”, em meio a um contexto marcado pelas concepções chauvinistas e xenofóbicas da DSN. Assim, verificou-se que os emigrados, em muitos casos, enfrentaram dificuldades na inserção social no Brasil, seja para se estabelecer definitivamente e/ou para conseguir trabalho, para poder viver de forma digna como cidadãos plenos.

O Capítulo 4 tem por objetivo geral contribuir para o estudo da chamada Operação Cóndor, essa espécie de “internacional repressiva” paraestatal articulada entre as ditaduras civis-militares do Cone Sul, entre a década de 1970 e 1980. Originalmente a questão da coordenação repressiva havia sido idealizada como apenas mais um tópico, dentro de um amplo capítulo sobre o cotidiano da comunidade argentina no Rio Grande do Sul na época, onde se procuraria categorizar momentos de tensão em virtude do contexto de perseguição política. No entanto, o conteúdo naturalmente adquiriu maior relevância com a diversificação tipológica das fontes (especialmente as entrevistas feitas a membros da comunidade argentina) e a

partir do cruzamento de dados entre fontes orais e escritas, de onde surgiu uma interface que permitiu ampliar este foco de análise para poder desenvolver esta narrativa sobre as incursões da repressão extraterritorial argentina no Rio Grande do Sul. Mas, vamos dar detalhes mais precisos deste processo de descoberta.

Em uma dessas entrevistas anteriormente citadas, em agosto de 2008, tomamos conhecimento do caso Claret. Um entrevistado, Héctor Garaventa, mencionou que “lá por 1978” a prisão de um amigo e conterrâneo, de nome Carlos Claret, havia comovido o pequeno núcleo de argentinos que habitava Passo Fundo, cidade ao norte do Rio Grande do Sul. No entanto, a informação inicial era escassa, descontínua e fragmentada: a própria data do evento era incerta, não se conhecia bem o porquê da prisão e muito menos detalhes da mesma.

Entretanto, Garaventa nos forneceu dois dados essenciais para iniciar e estruturar uma investigação. Primeiro, ele sabia que Claret fora libertado e partira com a família para a Suécia, como refugiado. E, por último, indicou que quem havia intercedido para a libertação de Claret era Jair Krischke, conselheiro do Movimento de Justiça e Direitos Humanos.

Assim, contatamos Jair Krischke. Ele confirmou o fato e também acrescentou alguns detalhes sobre a prisão e sobre o posterior refúgio de Claret. Além disso, o depoimento de Krischke não somente permitiu uma aproximação cronológica mais precisa do evento (o qual situou aproximadamente em setembro-outubro de 1978), mas também comentou que, segundo se recordava, o caso teria sido publicado em um jornal local de Passo Fundo. De posse dessa informação iniciou-se uma busca nos arquivos a cata dessa suposta evidencia material. Depois de muito tempo investido na pesquisa, finalmente chegou-se até a notícia da prisão de Claret, uma nota publicada no jornal O Nacional de Passo Fundo. Esse era um dado concreto, contudo a nota não acrescentava muito e parecia que a pesquisa chegara a um impasse.

De fato, quase um ano se passara sem nenhuma nova descoberta sobre o caso Claret. De acordo com a informação obtida até esse momento, o caso ainda não aparentava a importância que revelaria logo em seguida. Pela análise prévia se poderia até dizer-se que o tema parecia esgotado naquele ponto. Entretanto, se desconhecia que Garaventa decidiu retomar o contato (perdido há trinta anos) com o amigo e buscou Claret pela Internet, a quem encontrou ainda morando na Suécia.

Claret, por sua vez, já abrira um processo contra o Estado argentino e pensava também em responsabilizar o Brasil pela perseguição sofrida. Assim, decidiu recorrer à ajuda de um experiente conselheiro ligado aos Direitos Humanos: Jair Krischke.

Em setembro de 2009, fomos surpreendidos por Krischke sobre o reaparecimento de Claret e sua iminente visita ao Brasil. Imediatamente, Krischke nos colocou em contato e assim conseguimos agendar a primeira entrevista com o protagonista principal daquele obscuro episódio. A entrevista e a documentação aportada por Claret mudou totalmente a percepção sobre o evento, cuja real importância era ainda desconhecida, até mesmo por Krischke, e adquirindo uma dimensão além da imaginada. Por outro lado, à medida que se reconstruía a narrativa do evento também aumentava o leque de indagações sobre os entrevistados, ressurgindo destes tanto testemunhos quanto novos personagens ligados de algum modo ao caso.

Aos poucos, a até então aparente “prisão rotineira” de um imigrante ilegal transformar-se-ia em um episódio típico da repressão política do período. E não somente: a irrupção do Caso Claret também reafirmava-nos a posição estratégica do Rio Grande do Sul na cartografia da repressão internacional e incluía Passo Fundo no raio de ação da Operação Condor. Como se pode perceber, a dinamicidade e riqueza quase ilimitada, imanente às fontes orais, é que determinaram o rumo e a evolução seguida pela tese. Além do caso Claret, também são abordados outros casos de sequestros inseridos na mesma dinâmica ilegal, como o de Cristina Fiore de Vina.

Encerra-se o capítulo com um estudo sobre a atuação da guerrilha argentina no Brasil e no Rio Grande do Sul, onde se pode observar como o território brasileiro foi usado, estrategicamente, como lugar de trânsito de militantes combativos, seja como rota de fuga ou reingresso no território argentino, ou então como um lugar apropriado para o estabelecimento de “bases de apoio logístico” à guerrilha na Argentina. Por mais paradoxal que isso pareça seria a partir dessas bases estrangeiras, que a organização armada *Montoneros* lançaria sua derradeira contraofensiva, o que inevitavelmente fixou o Brasil e, particularmente o Rio Grande do Sul, na aguçada mira da transnacional repressiva. O resultado foi à captura e desaparecimento de diversos militantes, entregues pelas autoridades brasileiras aos

militares argentinos, como Jorge Adur e Lorenzo Viñas, ambos sequestrados no Rio Grande do Sul. Mais uma vez, a utilização das entrevistas orais com antigos militantes nos permitiu aceder a histórias pouco conhecidas e narradas desde uma perspectiva singular.

No Capítulo 5, tratamos sobre dois momentos históricos diferentes, porém impactantes, para a comunidade argentina no Rio Grande do Sul: a visita do ditador Videla a Porto Alegre e a Guerra das Malvinas. Ambos os eventos representaram uma espécie de interface entre a história argentina e brasileira e serviram para polarizar politicamente tanto a comunidade argentina quanto parte da sociedade brasileira. Não podemos esquecer que o período pós-anistia era de intensa atividade no cenário político e de grande mobilização popular em prol do retorno da democracia no Brasil.

Enquanto a visita de Videla era saudada pelo colega Figueiredo, os setores oposicionistas condenavam a ditadura civil-militar vizinha e estabelecia um paralelo para reforçar as críticas à ditadura civil-militar brasileira. A comunidade argentina também estava dividida: alguns empresários e residentes saudavam o general-presidente; já os emigrados políticos esperavam que a visita do ditador trouxesse um incremento na atividade repressiva; enquanto a massa de imigrantes ilegais temia o endurecimento da lei de estrangeiros e a deportação.

Na questão Malvinas, os argentinos no Brasil se mobilizaram intensamente. Alguns criaram “comités de defesa”, de corte nacionalista e belicista, organismos discretamente vinculados ao governo argentino. Outros, desde uma perspectiva mais crítica, geralmente grupos ligados à oposição ao regime, defendiam simultaneamente a luta anti-imperialista contra a Inglaterra, mas aliavam a questão ao retorno da democracia, repudiando tanto a intervenção militar britânica quanto a ditadura civil-militar argentina. De um modo geral, essa dicotomia entre as posturas de “direita” e de “esquerda” também incidiu sobre os brasileiros que se alinharam a favor da causa argentina. Podemos dizer também que estes se dividiram em linhas antagônicas respeito ao conflito, de acordo com suas próprias idiossincrasias ideológicas e passando a se identificar com um ou outro ponto de vista exibido pelos argentinos. Por fim, alguns argentinos e brasileiros também advogaram pela causa da paz.

No Capítulo 6, analisa-se o fenômeno da diáspora argentina no Brasil e seus problemas, a partir dos dados obtidos e através da perspectiva das colocações pessoais dos entrevistados, sujeitos-atores deste processo histórico. Neste ponto aparecem as diversas manifestações que marcam a identidade e acentuam a alteridade, representações, símbolos, costumes e idiossincrasias. Observam-se os problemas resultantes do contato com o “outro”, assim como questões referentes ao trabalho com a subjetividade implícita da memória, tais como a visão do fenômeno de ontem percebido através da distância, nos dias de hoje.

A abordagem também focaliza a vida desses estrangeiros no Brasil e em Porto Alegre mais especificamente, suas estratégias de sobrevivência, os diversos processos de adaptação e inserção no meio social novo, o cotidiano dos emigrados: o seu apego aos costumes, a determinadas práticas culturais, a construção de espaços identitários, mas que também servem de pontes interculturais. Da mesma forma, se analisam também as complexas e múltiplas redes sociais e suas inter-relações, não somente entre os exilados e os imigrantes argentinos, mas também entre os brasileiros e os argentinos. De fato, um complexo processo dialético onde se mesclam diferenças e conflitos, estigmas e rivalidades (como no futebol), mas também se constroem laços de solidariedade, cooperação, associativismo e militância. Isto também nos leva a analisar as complexas e ambíguas relações dos emigrados com o poder institucional de seu país, representado pela diplomacia.

Finaliza-se o capítulo com um estudo sobre os retornos. Primeiro, o retorno da democracia argentina em 1983, que gerou esperança entre grande parte dos emigrados e que impulsionou alguns a voltar, apesar das implicações: custo financeiro, psicológico, profissional, etc. Abordamos esse contexto histórico e sua especificidade, seus avanços e seus retrocessos, assim como as promessas não cumpridas pela democracia. Segundo, o retorno dos emigrados em si. Um processo complexo, turbulento e não isento de ambiguidades e incertezas, onde se coloca em jogo a própria identidade do sujeito, pois o retorno também significa uma nova ruptura e que coloca o indivíduo, novamente, em situação de fragilidade e assim por diante, tornando o evento migratório algo infundável. Como se do exílio nunca se pudesse retornar.

Capítulo 1 – Panorama da Diáspora Argentina

1.1 Imigração, Exílio e Diáspora: Definições e Conceitos, Semelhanças e Diferenças

Embora os termos *diáspora*, *exílio* e *imigração* sejam de uso corriqueiro na língua portuguesa e pareçam auto-explicativos, é necessário que se tente definir com maior precisão esses conceitos para um estudo científico. O que ocorre é que estes vêm sendo usados de diversas formas em nosso cotidiano e muitas vezes de modo equívoco. Logo, a simples aplicação destes conceitos num trabalho de cunho histórico, sem uma prévia análise que paute e delimite sua instrumentalização para o campo acadêmico pode gerar algumas omissões e distorções senão problemas metodológicos e epistemológicos.

Falar em *imigração*, de um modo geral, remete quase imediatamente a imagens um tanto estereotipadas construídas pela literatura e, mais recentemente, também pelo cinema e televisão, onde geralmente se representa a imigração na figura do clássico imigrante europeu entre os séculos XIX e XX partindo em direção a América. Esta é uma visão presente no imaginário coletivo. Frequentemente, a imigração é idealizada, sendo o imigrante retratado como um personagem carregado de atributos e valores morais positivos: corajoso, trabalhador, ambicioso, dedicado e tenaz, além de lhe ser arrogado também um caráter de mito fundador em muitas culturas e nações.⁴⁸

De forma semelhante, *diáspora* é um termo que mentalmente remete à expulsão do povo judeu da Palestina pelos romanos na Antiguidade, e sua posterior dispersão pelo mundo. Contudo, poucos associam que existiram e existem inúmeras outras diásporas étnico-nacionais ao redor do mundo, como será visto adiante. Já o

⁴⁸ Entre elas, a Argentina, os Estados Unidos, a Austrália e o Brasil.

termo *exílio*, também ligado a uma idéia de expulsão, geralmente se aplica mais frequentemente a um fato individual do que a um acontecimento coletivo. Neste sentido, o exílio parece ser apenas um atributo em comum que une alguns personagens tão díspares ao longo da história da humanidade: Napoleão Bonaparte, Dom Pedro II, Albert Einstein, João Goulart, entre outros. Em realidade, o exílio pode ter e, em diversos casos têm, uma dimensão coletiva e tanto no exílio quanto na diáspora frequentemente se encontra o presente binômio: perseguição-expulsão.

Embora sejam fenômenos distintos, *diáspora* e *exílio* às vezes são utilizados como sinônimos, pois são eventos que possuem diversos pontos de contato e limites vagos, tornando complexa sua separação e conceituação. Mesmo assim é imperativo destacar a singularidade que envolve ambos os eventos, pois nem toda diáspora se origina a partir de uma condição de exílio, assim como nem todo exílio se converte obrigatoriamente em diáspora. Isso reforça a idéia que motivou o autor a aprofundar estas definições, já que todos os conceitos supracitados vão além do que lhes é atribuído pelo uso cotidiano e o senso comum.

1.2 O Fenômeno Migratório: Emigração e Imigração

De um modo geral e com poucas variações, os dicionários definem nestes termos a emigração ou migração: *acción de pasar de un país a otro para establecerse en el razas o pueblos enteros*.⁴⁹ Similarmente, o ato de imigração, ou seja, imigrar significa: *llegar a un país para establecerse en el los que estaban domiciliados en otro*.⁵⁰ Mas não é somente isso, pois como toda ação humana, estes fatos geram questões sociais, econômicas, políticas, culturais e psicológicas, entre outras e que interagem simultaneamente, combinando-se entre si, mesmo que com peso desigual ou de forma assimétrica. Portanto, abordar estes eventos migratórios implica contemplar a sua complexidade em função dessas variadas e múltiplas dimensões e planos em que eles se desenvolvem.

O fenômeno migratório em si, o ato de se deslocar (ou ser deslocado) de um lugar originário para outro é um elemento de caráter estrutural na condição humana, conforme afirma Vives–Rocabert. Segundo o psicanalista, na gênese mítica do

⁴⁹ DICCIONÁRIO ENCICLOPÉDICO SOPENA, Barcelona: Editorial Ramón Sopena, 1977, p. 2766.

⁵⁰ Idem, p. 2260.

primeiro homem já temos a figura do emigrado, Adão, levado a abandonar o Jardim do Éden, seu “paradisíaco” lugar de nascença. De forma semelhante, muitas etnias e culturas situam seus lugares de origens em territórios longínquos que deixaram, ou foram levados a deixar, em virtude de algum infortúnio.⁵¹ A história do homem também é a história de suas migrações. De fato, ao longo da História, os homens têm se deslocado territorialmente, de forma individual ou coletiva, impulsionados por uma miríade de fatores que vão desde a procura por novas pastagens para seus rebanhos até perseguições políticas, religiosas ou raciais, passando pelas catástrofes naturais, guerras e suas conseqüências ou ainda o surgimento de novas oportunidades além das fronteiras conhecidas.

Na história contemporânea, o século XIX se destacou em função do deslocamento de importantes contingentes populacionais da Europa em direção a América, mas o século XX é considerado “o século das migrações”, não somente pelo volume dos contingentes envolvidos neste processo, mas também pelas facilidades de deslocamento com o avanço dos meios de transporte, pela mobilidade e abrangência global adquirida pelo fenômeno migratório. Ou seja, os constantes deslocamentos humanos passaram a ocorrer em todos os sentidos, de um hemisfério para o outro, intercontinentais e internacionais, mas também inter-regionais, colocando em relevo a dinamicidade deste processo.

Dinâmica esta que é também característica do processo histórico, e que em seu desenvolvimento modifica os contextos onde se desenvolvem os fenômenos migratórios, o que fez, por exemplo, com que a Europa deixasse de ser um continente emissor de população até a metade do século XX para transformar-se, nas últimas décadas, num dos maiores receptores (mesmo que a contragosto) de consideráveis contingentes populacionais vindos especialmente da América, da África e da Ásia.

Emigrar e imigrar são sub-processos, associados com um possível retorno ou re-imigração, que constituem o chamado fenômeno migratório. De acordo com Fernando Esteban, estes fenômenos ou movimentos migratórios são aqueles deslocamentos espaciais que implicam uma mudança de entorno político-

⁵¹ VIVES-ROCAERT, Juan. *op. cit.*, p. 53-54.

administrativo e sócio-cultural relativamente duradoura para o sujeito migrante.⁵² Isso significa que, quando ocorre uma mudança permanente de residência, concomitantemente se opera uma vasta reordenação das atividades anteriormente exercidas pelo migrante. Há uma total mudança na lógica e no ritmo da vida do migrante e sua adjacência mais próxima. A rotina pós-migratória não é mais a mesma, o cotidiano assume outras formas. O ato de migrar é uma ruptura que interrompe uma solução de continuidade e se transforma num hiato na vida de qualquer pessoa que adquira essa experiência.

Portanto, todo deslocamento ou migração, seja ele forçado ou não, gera diversos traumas e perturbações psicológicas, em diferentes formas e diversos graus.⁵³ Traumas que se iniciam com o abandono do lar de origem, geralmente acompanhado da separação ou desestruturação familiar, quando uma sensação de “perda” invade o sujeito que migra. Esta “perda” possui um duplo viés: concreto e abstrato. “Perdem-se” desde as mais singelas referências espaciais, como o armazém da esquina ou a casa das avós, até os elementos mais significativos de identidade, como a língua materna, os cultos religiosos e os códigos culturais. Mas também existe a perda de bens pessoais, dos objetos materiais com valor afetivos, somado a perda da profissão, geralmente acompanhada daquele sentimento de pertença que indica nosso papel de utilidade social. Ainda se soma a isso, os constrangimentos, as arbitrariedades e humilhações freqüentemente sofridas por quem migra passando pelas mãos de autoridades alfandegárias e forças de segurança, gerando um sentimento permanente de injustiça, conforme Trindade⁵⁴, mas também de inferioridade e insegurança.

O processo migratório incide não apenas sobre o migrante, mas envolve simultaneamente uma comunidade emissora e outra receptora, sujeitos individuais e coletivos e que interagem dinamicamente entre si e com outros elementos de caráter estrutural, tais como o modo de produção ou o contexto histórico. Estas diversas e

⁵² ESTEBAN, Fernando O. Dinámica migratoria Argentina: inmigración y exilios. In: *Exilios. Historia reciente de Argentina y Uruguay*. Revista de Ciencias Sociales América Latina Hoy, Vol. 34, Salamanca: Universidad de Salamanca, 2003, p. 16-17.

⁵³ Ver VIVES-ROCABERT, Juan, op. cit., p. 56-57, mas também ZUCCOTTI, Juan C. *La Emigración Argentina Contemporánea (a partir de 1950)*. Buenos Aires: Editorial Plus Ultra, 1987, p. 134 e TRINDADE, Antonio A. C. Reflexiones sobre el desarraigo como problema de derechos humanos frente a la conciencia jurídica universal. In: VVAA. *Derechos Humanos y refugiados en las Américas*. San José: ACNUR, 2001, p. 7.

⁵⁴ TRINDADE, Antonio A. C, op. cit., p. 7-8.

complexas combinações revelam as múltiplas dimensões possíveis dos fenômenos migratórios. Este caráter de multi-dimensionalidade faz com que os movimentos migratórios sejam considerados “fatos sociais totais” por parte dos estudiosos do tema.⁵⁵

Com base no trabalho de Esteban⁵⁶, optou-se por escolher alguns critérios instrumentais com a finalidade de definir uma tipologia analítica para identificar as diversas correntes migratórias argentinas e, em especial, a migração de argentinos para o Brasil. Os critérios empregados no trabalho referem-se primeiramente às causas da migração, depois se aborda a questão da territorialidade e limites dos eventos migratórios e, para finalizar o grau de voluntariedade da migração e de fixação do migrante à nova terra.

No tocante às causas que levam a migração, podemos dividir primordialmente em causas econômicas, políticas e diversas. Segundo Zuccotti, as migrações econômicas são motivadas por uma série de fatores, mas a principal é a procura por uma melhora de nível de vida. Para este autor, a maioria dos movimentos migratórios da Argentina contemporânea, mesmo aqueles de caráter mais político, tem principalmente um fundo econômico que deriva em problema social.⁵⁷

Gabriel Sheffer, em seu estudo sobre o fenômeno da diáspora, destaca que nos eventos migratórios operam basicamente duas forças: uma de atração, chamada de *pull factor* e mais ligada às migrações voluntárias, e outra de repulsão, ou *push factor*, mais associado às migrações forçadas.⁵⁸ Cada um desses “fatores” encerra um variado conjunto de elementos, objetivos e subjetivos. O “fator de atração” é aquele exercido por um determinado país cujas condições políticas, econômicas e sociais ou culturais são consideradas favoráveis pelos candidatos a migrantes voluntários (ou não tão “voluntários”), que passam a considerar determinado território ou país como um possível destino para assentamento. É o elemento distintivo entre um país e outro aos olhos do migrante. Já o “fator de expulsão ou repulsão” é aquele movimento que obriga as pessoas a abandonarem seus países. Abrange também um amplo espectro incluindo razões político-ideológicas, sócio-culturais ou econômicas e que, dado a

⁵⁵ Colectivo IOE, apud ESTEBAN, Fernando O, op. cit. p.17.

⁵⁶ ESTEBAN, Fernando O, op. cit., p. 17.

⁵⁷ ZUCCOTTI, Juan C, op. cit., p. 29.

⁵⁸ SHEFFER, Gabriel. *Diaspora Politics: at home abroad*. New York: Cambridge University Press, 2003, p. 51.

sua complexidade, podem englobar desde rivalidades entre dois ou mais grupos políticos, minorias étnicas ou religiosas, situação de miséria e fome generalizada, epidemias e catástrofes diversas, indo até guerras internas ou externas. Ou seja, fatores de expulsão geralmente possuem um espectro de ação com uma determinada delimitação geográfica (nacional, regional ou local), enquanto que o movimento migratório em torno dos pólos de atração tende a possuir uma lógica mais abrangente, global. Em síntese, o país que se converte em “pólo” passa a funcionar como um “ímã”, atraindo pessoas deslocadas de várias partes do planeta, como até pouco ocorria com os Estados Unidos.

Já Esteban aprofunda a discussão sobre a problemática social ao afirmar que as migrações econômicas são

(...) movimientos migratorios en los cuales los sujetos participantes se desplazan motivados principalmente por el desfase entre sus expectativas de ingreso y la posibilidad real, material de satisfacerlas en la sociedad donde viven.⁵⁹

Segundo este autor, esta dicotomia tem se acelerado e aprofundado nos últimos anos em função das contradições resultantes do processo de globalização da economia. O desenvolvimento da mídia e das telecomunicações tem propiciado aos países periféricos um maior contato e absorção dos modelos de consumo americano e europeu e, subseqüentemente, levando a exportação desses padrões, cuja implantação é assimétrica, dada as condições de desigualdade do terceiro mundo. Logo, o acesso a determinados itens de consumo é restrito para a maioria da população e esta impossibilidade de obtenção de bens materiais tidos como necessários gera, de acordo com o autor, uma enorme frustração coletiva, a qual seria um dos motores para a migração. Mas não somente isso.

Conforme Trindade, a globalização da economia carrega paralelamente a desestabilização social, que tem gerado um empobrecimento maior dos estratos menos favorecidos da sociedade, com a conseqüente marginalização e exclusão social. De acordo com Trindade,

(...) la rapidez con que los capitales entran y salen de determinadas regiones, en búsqueda de ganancias fáciles e

⁵⁹ ESTEBAN, Fernando O, op. cit., p. 19.

*inmediatas, ha seguramente contribuido (...) a algunas de las más graves crisis financieras de la última década, generando movimientos poblacionales en medio a un fuerte sentimiento de inseguridad humana*⁶⁰.

Ou seja, nas últimas décadas, e como consequência das recorrentes crises, aqueles setores mais desprotegidos e negligenciados pelo poder público, cada vez mais ausente no seu papel social, são levados a sair ou “fugir” dos seus países. Desta forma, setores médios em decadência e camadas populares buscam, cada um dentro de suas possibilidades monetárias, saídas que contemplem uma expectativa de futuro, que pode ser um país de “primeiro mundo” ou mesmo um país fronteiriço cujas condições e recursos aparentem oferecer uma melhoria de vida, se comparado ao país de origem. Nestes delineamentos gerais se insere grande parte dos deslocamentos populacionais internacionais dos últimos anos, entre eles a emigração de argentinos para o Brasil.

Dentro das migrações de tipo econômico ainda se encontra um subtipo, chamado de “seletivo” ou “qualificado”. São aqueles protagonizados por elementos de elevada formação profissional (ou intelectual) nas mais diversas áreas e que se deslocam internacionalmente em direção a países mais desenvolvidos. São impulsionados a migrar essencialmente pela esperança de atingir maiores possibilidades de realização pessoal dentro do âmbito profissional escolhido (geralmente consideram que o seu país não lhes oferece condições de infraestrutura para exercer com plenitude a profissão), embora também possam ser colateralmente afetados pela desconformidade com a situação política e social interna, especialmente quando esta lhes acarreta uma notória diminuição do nível intelectual, técnico ou tecnológico no país de origem.⁶¹ Este movimento, que na Argentina adquiriu especial notoriedade durante os anos 1950 e 1960, em pleno contexto da Guerra Fria, ficou conhecido por “fuga de cérebros” ou seu nome em inglês “*brain drain*”, o qual será abordado no capítulo seguinte.

Esteban destaca que também existe um movimento análogo, porém inverso, que parte do “primeiro mundo” em direção aos países menos desenvolvidos. Este

⁶⁰ TRINDADE, Antonio A. C, op. cit., p. 6.

⁶¹ Veja-se ESTEBAN, Fernando O, op. cit, p. 20 e GARZÓN –VALDEZ, Ernesto. La emigración Argentina: acerca de sus causas ético-políticas. In: WALDMANN, Peter; GARZÓN –VALDEZ, Ernesto. *El poder militar en la Argentina 1976-1981*. Buenos Aires: Galerna, 1983, p. 180 e ss.

movimento é protagonizado por técnicos, administradores, gerentes e executivos especializados, geralmente funcionários de empresas multinacionais, que embora não sejam rotulados como imigrantes, o são de fato.⁶² Evidentemente, a finalidade destes movimentos é visar uma melhoria de posição social e econômica no plano individual, dado que estes deslocamentos geralmente implicam em um aumento substancial nos rendimentos daquele que migra. Por outra parte, também podem resultar em privilégios ou aumento de poder e distinção frente aos seus pares na empresa, no qual um cargo no estrangeiro pode significar um crescimento hierárquico dentro da estrutura corporativa.

Já sobre as migrações de caráter político, que abarcam também as perseguições religiosas e étnicas, pode dizer-se que estão subdivididas em diversas categorias: *exílio* e *asilo* representam, de um modo geral, situações individuais enquanto *refúgio* e *deslocamento* se vinculam a uma problemática de índole coletiva.⁶³ Mas, ao contrário do “exílio”, um termo que não possui status jurídico, “asilo” e “refúgio” são também instituições jurídicas reconhecidas internacionalmente e que definem políticas de atuação além de direitos e deveres, a serem outorgados àqueles que solicitam ou necessitam desta proteção por parte dos Estados nacionais ou organismos supra-nacionais, que concedem estes direitos em função de sua subscrição aos tratados internacionais, os quais regulam e atualizam esta matéria.

Foge aos limites deste trabalho participar do amplo debate que se desenvolve hoje sobre uma definição jurídica mais acurada e que delimite diferenciações entre as instituições do asilo e do refúgio, mas cabe citar as acepções mais comumente usadas pelo menos até a década de 1990, na América Latina, e que compreendem o recorte temporal do trabalho.⁶⁴ Neste período, o *asilo* se aplicava àqueles que eram perseguidos em nível individual, enquanto o *refúgio* era concedido a grupos, ou seja, grandes deslocamentos populacionais.

Contudo, esta própria visão jurídica carregava alguns preconceitos e, ao hierarquizar em categorias, foi também ajudando a formular representações sociais

⁶² ESTEBAN, Fernando O, op. cit., p. 20.

⁶³ ESTEBAN, Fernando O, op. cit., p. 19.

⁶⁴ Sobre este debate veja-se CENTRO DE DERECHOS HUMANOS DE LA UNIVERSIDAD NACIONAL DE LANUS (Argentina). El Asilo y la protección de los refugiados en América Latina. In: VVAA. *Derechos Humanos y refugiados en las Américas*. San José: ACNUR, 2001, p. 175-190.

estereotipadas: o “asilado”, como um tipo intelectual, netamente urbano, de classe média ou alta. Já o “refugiado”, seria vindo das camadas pobres e possuindo origem camponesa e/ou indígena.⁶⁵ Estas migrações políticas geralmente implicam em um caráter forçado, involuntário, pois muitas vezes se tratam de fugas, individuais ou em massa, organizadas ou desordenadas.

Determinar o grau de espontaneidade do fenômeno migratório nos indica se a decisão de partir foi tomada pela pessoa ou grupo ou se houve alguma coação ou constrangimento que influísse nesta escolha. Uma “migração voluntária” é aquela na qual o sujeito tem plena capacidade de decisão e parte voluntariamente, sendo este geralmente o caso das migrações econômicas, especialmente as seletivas. Já a “migração forçada” engloba situações na qual o migrante não somente não decide sua partida como também muitas vezes sequer elege seu itinerário. Segundo Esteban, o sujeito é obrigado a partir em função da ameaça do exercício da violência física, simbólica e a perda de direitos sobre sua pessoa e sua família.⁶⁶

Contudo, ambas as categorizações merecem ser relativizadas em função da sua excessiva rigidez. Por exemplo, em certos casos de exílio pode ser questionada a in-voluntariedade do mesmo, pois ele pode ser auto-induzido pelo sujeito em função da percepção do entorno, sem existir uma perseguição direta sobre o indivíduo em questão. Ou seja, o exílio pode tanto ser fruto de um ameaça real e concreta a pessoa quanto pode ser desencadeado apenas por uma percepção subjetiva de ameaça que, no entanto, pode ser sentida como muito “real” pela pessoa atingida. No item específico sobre exílio, será abordada esta questão.

No plano da territorialidade, as migrações podem ser “internas” ou “externas”. São “internas” quando há um deslocamento populacional de uma região a outra, mas ocorre dentro do espaço jurídico delimitado pelo Estado nacional. Logo, a migração “externa” ocorre quando esta ultrapassa as fronteiras do Estado Nação. Mas esta migração externa possui três dimensões possíveis em função de seu raio de ação. Ela pode ser “limítrofe”, quando o deslocamento ocorre para um país vizinho; “regional”, quando a migração ocorre dentro do mesmo espaço geográfico, todavia não limítrofe, que pode ser o subcontinente, por exemplo. E finalmente, existem as

⁶⁵ CENTRO DE DERECHOS HUMANOS DE LA UNIVERSIDAD NACIONAL DE LANUS (Argentina), op. cit., p. 183-184.

⁶⁶ ESTEBAN, Fernando. O, op. cit., p. 18.

migrações “transoceânicas”, que implicam em longas travessias deslocando-se de um hemisfério ou continente em direção a outro. Em tese, os movimentos migratórios de caráter político devem, em função de suas peculiares características, serem direcionados ao exterior. Assim, de acordo com Esteban, (...) *el exílio, asilo, desplazamiento y refugio deben convertirse necesariamente en una emigración internacional*⁶⁷, já que a soberania política e o monopólio legítimo da violência é um atributo do Estado nacional.

Todavia, mesmo esta assertiva deve ser relativizada, pois nem sempre o Estado nacional conseguiu atingir da mesma forma e com a mesma intensidade todos aqueles rotulados como inimigos, já que sua presença institucional (armada ou não) não se configura de forma homogênea, regular e sistematicamente efetiva em todos os cantos do país. Isto permitiu a alguns perseguidos a possibilidade de sobreviver vivendo clandestinamente, mimetizados em locais ermos ou no anonimato dos grandes centros urbanos, esperando a mudança do contexto. São os chamados “exílios internos” (ou *inxilios*, no dizer do escritor uruguaio Diego Perez Pintos⁶⁸) ocorridos dentro do próprio país de origem.

Sobre o grau de fixação dos migrantes a terra, eles podem ser divididos da seguinte forma: permanentes, temporários e móveis. A migração é “permanente” quando o migrante se assenta efetivamente em forma definitiva ou prolongada em uma região determinada, procurando integrar-se ao lugar para atingir certa estabilidade familiar, social e econômica que possibilite a (re) construção de seu projeto de vida em uma nova terra. Geralmente é o caso dos migrantes tradicionais, impulsionados primordialmente por motivações econômicas.

As migrações “móveis” ou “pendulares”⁶⁹ são aquelas caracterizadas pela não fixação do migrante à terra mas sim por um movimento de deslocamento intermitente de um país a outro apenas com o intuito de realizar determinados trabalhos, geralmente de modo sazonal, para voltar ao local de origem e migrar novamente para desempenhar outra tarefa. Este tipo de migração, protagonizada principalmente por assalariados e autônomos de diversas espécies, é extremamente

⁶⁷ Idem, p. 19.

⁶⁸ Citado em PERELLI, Carina; RIAL, Juan. *De Mitos y Memórias Políticas: La represión, el miedo y después...* Montevideo: Banda Oriental, 1986, p. 90, nota (4).

⁶⁹ Em língua espanhola, esta modalidade é mais conhecida por *migración golondrina* (andorinha) ZUCCOTTI, Juan C, op. cit., p. 29.

dinâmica e muito comum em zonas de fronteira onde há intensa atividade econômica, social e política. Segundo o Consulado Geral Argentino em Porto Alegre, uma grande parte dos cidadãos argentinos presentes no RS é composta por estes migrantes móveis.⁷⁰

A migração “temporária” é aquela na qual o migrante se instala em outro território de modo provisório, não tecendo maiores vínculos com o lugar de acolhida, em virtude que pretende que sua estadia “fora” seja um lapso breve. Considerando seu retorno não uma possibilidade, mas um fato futuro. Este caráter temporário pode estar presente na migração “seletiva”, protagonizada por um especialista que vem desenvolver um determinado trabalho num prazo previamente delimitado. Mas também pode estar presente num exilado, que espera numa espécie de “limbo terreno no estrangeiro” uma mudança conjuntural ou a solução do problema político-social que o fez abandonar seu país. Contudo, no caso do exilado, um indivíduo abalado estruturalmente e em situação instável, sob vários aspectos. Aqui, o status de “provisório” assume uma feição mais dramática de precariedade. Um entrevistado soube ilustrar metaforicamente, em uma única frase, o significado do sentir-se “precário”: *é (...) a sensação do exílio, tu sempre vais voltar, então não prega um prego na parede, não rega as plantas (...) sensação de precariedade.*⁷¹ A particularidade desta modalidade migratória será analisada a seguir.

1.3 Exílios e Desterros

No debiera arrancarse a la gente de su tierra o país, no a la fuerza. La gente queda dolorida, la tierra queda dolorida. Nacemos y nos cortan el cordón umbilical. Nos destierran y nadie nos corta la memoria, la lengua, los colores. Tenemos que aprender a vivir como el clavel del aire, propiamente del aire. Soy una planta monstruosa. Mis raíces están a miles de kilómetros de mí y no nos ata un tallo, nos separan dos mares y un océano. El sol me mira cuando ellas respiran en la noche, duelen de noche bajo el sol.

*Roma, 14/05/1980 - Juan Gelman, poeta argentino, exilado.*⁷²

⁷⁰ Entrevista com o Cônsul Geral Jorge Biglione e o Cônsul Adjunto Gustavo Coppa realizado em Porto Alegre. 03/04/2008.

⁷¹ Entrevista com J. V. realizada em Porto Alegre – 20/06/2007.

⁷² BAYER, Osvaldo; GELMAN, Juan. *Exilio*. Buenos Aires: Planeta, 2006, p.34

O *exílio* é uma punição que consiste em (...) *expulsar a una persona de un lugar o territorio, para que temporal o perpetuamente resida fuera de él.*⁷³ Segundo Zuccotti, exílio também é sinônimo de (...) *expatriación, extrañamiento, expulsión, destierro, confinamiento, exclusión y ostracismo.*⁷⁴ Contudo, os significados do *exílio* e sua complexidade como fenômeno transcendem a mera questão semântica. Para o médico e psicanalista Marcelo Viñar, o tema do exílio é vasto como (...) *um oceano, demais para o olhar e a compreensão*, e seu estudo requer interpelar diversas disciplinas e teorias. Segundo ele, (...) *é preciso ser sociólogo, demógrafo, politólogo, psicólogo social, além (...) de psicanalista. E ainda faltaria aquela essência de que são feitos os poetas ou os romancistas (...)*⁷⁵ mas também historiador, como acrescentou Rollemberg⁷⁶, para que se possa captar as diversos leituras possíveis que encerram este problema.

De acordo com a historiadora Denise Rollemberg, o exílio é um eixo que estrutura figuras mitológicas, os arquétipos da cultura ocidental, utilizados como referências simbólicas universais para compreender comportamentos, sentimentos e situações paradigmáticas comuns aos homens. A autora remonta a história de Ulisses, herói guerreiro de Homero, proibido por Posêidon de voltar a sua terra natal, Ítaca. Considera Ulisses o protótipo do exilado. Mas também cita outros casos presentes na mitologia ocidental: o rei Édipo, Loth e sua esposa Ruth de Sodoma e o próprio Jesus de Nazaré. Sem esquecer-nos dos já citados Adão e Eva, aqui representados como “os primeiros exilados” do Paraíso natal.⁷⁷

Já o também médico e psicanalista Juan Vives-Rocabert vai além. Para ele (...) *todo nacimiento es un exilio del útero materno, todo bebé es un exiliado de la carne materna.*⁷⁸ O nascimento costuma ser vivenciado pela pessoa como uma expulsão, eis para ele a origem do que chama de “*sensación de extranjería*” dos seres humanos. Ou seja, todos nós somos “estrangeiros” fora do lócus originário de onde fomos “exilados” ao nascer. Pode-se dizer que a tríade nascimento, vida e morte inclusive representam metaforicamente as distintas fases do exílio:

⁷³ Dicionário Enciclopédico Sopena, 1977, p.1379-1744.

⁷⁴ ZUCOTTI, Juan C, op. cit., p. 30.

⁷⁵ VIÑAR, Maren e Marcelo. *Exílio e tortura*. São Paulo: Escuta, 1992, p. 109.

⁷⁶ ROLLEMBERG, Denise. *Exílios. Entre raízes e radares*. Rio de Janeiro: Record, 1999, p. 46.

⁷⁷ ROLLEMBERG, Denise, op. cit., 1999, p. 23.

⁷⁸ VIVES-ROCABERT, Juan, op. cit., p. 54.

“nascimento” simboliza o momento de expulsão, do dêns-enraizamento. A “vida” é o exílio propriamente dito, na qual o sujeito é condenado a viver fora da origem, como eterno estrangeiro e com a impossibilidade de retorno. A não ser pela “morte”, um autêntico “*desexilio*”.⁷⁹ Em realidade a morte significa o retorno a “mãe terra”, mas tal como ocorre com todos os exilados, o local da volta é sempre diferente daquele que foi deixado ao partir. Este é o axioma do exílio, nunca se retorna ao mesmo lugar.

Por representar uma ruptura na dinâmica de vida da pessoa, uma separação das raízes familiares e afetivas, o exílio possui um componente traumático que pode favorecer o aparecimento de diversas patologias latentes. De fato, diversos autores destacam que, tanto os exilados são propensos a perturbações psicológicas, quanto entre eles existe uma elevada taxa de pessoas com surtos psicóticos, crises paranóides e/ou depressão melancólica que pode, em casos extremos, levar ao suicídio.⁸⁰

Logo, pode se considerar o exílio como um momento de perda extrema: perda da pátria de origem, de paisagens, das amizades, dos códigos sociais e culturais, da língua, do ambiente de trabalho, dos referenciais políticos, religiosos e sociais ou mesmo geográficos. Ou seja, este singelo inventário nos desenha uma idéia da infinidade do universo pessoal perdido, desde elementos subjetivos e valores simbólicos até objetos materiais bem concretos, e que tornam a experiência do exilado especialmente traumática. Além de ser uma prova de resistência física e psíquica que nem todos conseguem superar. O depoimento deste exilado é revelador da intensidade e dos conflitos que envolvem desta complexa experiência

*Después viene el exilio, una cosa es la llegada, el reencuentro... pero luego viene el desgaste del exilio también. Nosotros tenemos gente loca, gente que se ha suicidado, gente que no ha soportado ni su propia historia ni el exilio, ni el fracaso, ni la separación, ni el idioma, ni nada... ¡y se volvió loca!*⁸¹

⁷⁹ O termo foi criado pelo escritor uruguaio exilado Mario Benedetti em 1984 e adquiriu notoriedade no marco histórico do retorno dos exilados latino-americanos com a volta das democracias no Cone Sul. Já está incorporado tanto na linguagem coloquial quanto na acadêmica, pelo menos na Argentina, Chile e Uruguai.

⁸⁰ VIVES-ROCABERT, Juan, op. cit., p. 57 e VIÑAR, Maren e Marcelo, op. cit., 1992, p. 70-71 e 110 a 118.

⁸¹ Entrevista com Carlos Claret, realizada em Foz do Iguaçu - 18/09/2009.

Marcelo Viñar explica como age na psique humana o mecanismo do exílio:

*O homem se constrói a partir de suas ilusões e de seus projetos, e uma das dimensões da existência é o fato de remodelar permanentemente este jogo de ilusões e de projetos, que se dá entre o ser e as pessoas de sua convivência. O exílio faz abortar este movimento e o destrói, para retomá-lo na existência do não-familiar. Daí sua dimensão de traumatismo.*⁸²

Essa capacidade intrínseca e certa de fraturar a identidade das pessoas, de “romper a ancoragem narcisística” na linguagem da psicanálise, talvez explique porque o exílio enquanto prática punitiva é tão antigo quanto à própria história da humanidade. Do ponto de vista de quem o gera é eficiente; logo, do ponto de vista de quem o sofre é demolidor.

O primeiro registro de exclusão de um indivíduo de sua terra natal data do ano 2000 A. C.⁸³ Ao longo dos séculos, pensadores, filósofos, poetas, líderes rebeldes e outros “indesejáveis de plantão” foram escolhidos para “expiar” as culpas da própria sociedade em que viveram, sofrendo na própria pele as agruras de serem arrancados de suas raízes e repentinamente jogados às incertezas de uma terra estrangeira. Segundo Rollemberg, o *exílio é fruto da exclusão, da negação, da dominação, da anulação, da intolerância*⁸⁴. Indo além, Said afirma que o exílio é *uma condição criada para negar a dignidade - e a identidade às pessoas*.⁸⁵ Logo, exílio pode ser compreendido essencialmente como sendo uma excrescência da intolerância, da não aceitação da alteridade.

Na antiga Atenas de Clístenes (508-502 A. C.), o exílio, também conhecido como “ostracismo”, adquiriu caráter institucional. Configurou-se então como um procedimento jurídico, uma penalidade decidida pelo voto dos cidadãos. Tanto servia para excluir da cidade um elemento considerado perturbador da ordem constituída por um período de dez anos, quanto era oferecido como opção para evitar a aplicação de um severo castigo corpóreo ou mesmo a pena de morte. Posteriormente, a expulsão dos judeus da Babilônia e posteriormente da Palestina e do Egito outorgou

⁸² VIÑAR, Maren e Marcelo, op. cit., 1992, p. 111.

⁸³ É a expulsão de Sinuhé, no Egito antigo. CUNHA-GIABBAI, Gloria. *El Exílio: realidad y ficción*. Montevideo: ARCA, 1992, p. 13.

⁸⁴ ROLLEMBERG, Denise, op. cit., 1999, p. 24.

⁸⁵ SAID, Edward W. *Reflexões sobre o Exílio e outros ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p. 48.

ao exílio um novo sentido histórico: o exílio transcendeu o âmbito individual atingindo uma dimensão coletiva, sendo também uma novidade este movimento migratório ocorrer em virtude de uma declarada perseguição religiosa. Contudo, o *leitmotiv* destas perseguições não se limita geralmente ao religioso, mas carregam considerações econômicas, políticas e sociais implícitas. Com estes elementos novos, ampliavam-se e definiam-se também novos parâmetros de exclusão.

A perseguição por motivo religioso marcaria igualmente cristãos e muçulmanos alguns séculos depois. Os cristãos, ao longo da sua história, foram atingidos diversas vezes pelas perseguições, desde os tempos de Roma, tendo de deslocar-se por diversas vezes de residências ao longo dos séculos. Por outro lado, a perseguição reforçou a crença dos fiéis remanescentes no exílio o que os tornou grandes difusores da crença cristã, além das fronteiras da Palestina sob o domínio romano.

Os muçulmanos, por sua vez, foram alvo dos cruzados ocidentais cuja Guerra Santa, tradução da intolerância e do obscurantismo, aliado a sede de poder e cobiça, foi responsável também pelo deslocamento forçado de milhares de habitantes originários da Ásia Menor, da Palestina, do Egito e da Síria, entre outras. Um destino similar sofreram os mouros da Espanha, expulsos da Península Ibérica pela força do binômio corrente na cristandade, a “cruz e a espada”.

Ainda na Idade Média, podem-se destacar alguns exemplos dos deslocamentos protagonizados pelos cristãos, como a transferência da sede do Papado de Roma em direção à França durante o século XIV, um resultado das disputas entre o rei Felipe IV e a Igreja. Antes da queda de Constantinopla em mãos dos otomanos em 1453, um grande fluxo de cientistas e sábios bizantinos, de fé cristã ortodoxa ou judaica e herdeiros da tradição grega, se deslocou em direção ao Ocidente, o que corrobora o fato de que a “fuga de cérebros” não é um fenômeno exclusivo do mundo contemporâneo. Especialmente em direção à Itália, em cujas resplandcentes e pujantes cidades-estados por ora pareciam respirar-se ares um pouco mais tolerantes e liberais.

Mas, além das aparências, foi nestas mesmas cidades italianas do Renascimento onde os deslocamentos humanos adquiriram um sentido mais político como consequência das lutas territoriais. Para Cunha-Giabbai,

(...) la vida en las ciudades de la península itálica se caracterizó por un constante ir y venir de ciudadanos expulsados por considerarse que su presencia y liderazgo socavaba el orden imperante, debilitando el poder de las autoridades.⁸⁶

As motivações essencialmente políticas para as migrações começam a nascer concomitantemente com o estabelecimento de fronteiras territoriais juridicamente estabelecidas a raiz do surgimento dos Estados nacionais na era Moderna e as lutas entre os diversos projetos políticos que deram origem a esses Estados: a Guerra Civil Inglesa de 1642 a 1649, a Revolução Gloriosa de 1688 a 1689 e a Revolução Francesa de 1789. Todos estes eventos históricos geraram uma considerável massa humana deslocada devido a seu pertencimento ou filiação a um determinado grupo que foi derrotado política ou militarmente por outro. Desta forma, puritanos ingleses partiram para os Estados Unidos assim como os realistas franceses se refugiaram na Inglaterra e na Prússia, após 1789.

Neste ponto é importante fazer um aparte sobre a relação dialética entre o exílio e o nacionalismo. De fato, sabemos que o processo de formação das nações e a explosão do sentimento nacionalista está intrinsecamente interligado a questão do exílio. Sabe-se que os processos de construção das identidades ocorrem tanto no plano individual quanto no plano coletivo, e que “exílio” e “identidade nacional” são elementos dialeticamente imbricados e que, para Edward Said, se constroem enquanto (...) *opostos que informam e constituem um ao outro.*⁸⁷ O nacionalismo é uma declaração de pertencimento a algum lugar, para isto se utiliza de um conjunto de artefatos ideologicamente criados para este fim: idéia de povo, cultura em comum, língua, costumes, etc. O exílio é a sua negação, já que significa o “não pertencimento”, ou ainda a proibição de pertencer.

Cabe lembrar que, em suas origens, tanto a ideia de nação, quanto os nacionalismos foram “inventados” (na clássica acepção de Ernest Gellner⁸⁸) em função das exigências da consolidação de um poder hegemônico, econômico e cultural. A partir desse construto artificial, a nação, o poder deve dar início a um processo de integração da população nessa nação, na qual os habitantes deverão se

⁸⁶ CUNHA-GIABBAI, Gloria, op. cit., p. 14.

⁸⁷ SAID, Edward, op. cit., p. 49.

⁸⁸ GELLNER, Ernest apud HOBBSBAWM, Eric, op. cit., p. 19.

sentir incluídos e representados, devendo compartilhar elementos culturais em comum, o que lhes confere identidade. Para Benedict Anderson, a nação é percebida como uma *comunidade imaginada*. Ou seja, uma entidade política imaginada e, como tal, implicitamente limitada e soberana. Dentro desse conceito, a nação também é imaginada como sendo uma comunidade interligada por laços de fraternidade profunda e horizontal.⁸⁹ É claro que a definição das características dessa comunidade imaginada constituída em “nós”, também leva, em contrapartida, a representar socialmente todos aqueles que não se incluem nessa comunidade imaginada específica como sendo o “outro”, o diferente. O problema maior reside quando há uma apreciação do “outro” como sendo equivalente a “inimigo”, o que conduz à intolerância xenofóbica, um ingrediente combustível em diversas guerras e conflitos.

Por sua parte, o exilado afastado de sua terra e privado do convívio dos seus tende, em contrapartida, a exacerbar seu sentimento nacional na pátria de outrem. A tensão é permanente e aparentemente sem solução. Edward Said nos alerta sobre os riscos desse patriotismo exacerbado:

Os nacionalismos bem-sucedidos atribuem a verdade exclusivamente a eles mesmos e relegam a falsidade e a inferioridade aos outros (...) e logo adiante da fronteira entre “nós” e os “outros” está o perigoso território do não pertencer, para o qual (...) imensos agregados de humanidade permanecem como refugiados e pessoas deslocadas.⁹⁰

Para o mundo ocidental, o século XIX foi um período político e socialmente convulsionado. Tal cenário de disputas políticas, instabilidade generalizada seguida da alternância de grupos no poder, se tornou um meio propício para o crescimento da instituição do exílio como fenômeno individual e coletivo. Muitos desses exílios eram efeitos das disputas em torno das aspirações de autonomia ou independência que desembocaram na criação de novas nações tanto no Velho quanto no Novo continente. Outros se aplicavam como imperativos a indivíduos e grupos envolvidos com projetos políticos de emancipação social que ousavam enfrentar ou até mesmo aqueles que apenas questionavam o *status quo*.

⁸⁹ ANDERSON, Benedict. *Nação e Consciência Nacional*. São Paulo: Ática, 1989, p. 14-16.

⁹⁰ SAID, Edward, op. cit., p. 50.

Assim, é lícito afirmar que neste período a prática do exílio político se tornou corriqueira e foi imposta de uma forma ou outra, como a maioria dos independentistas latino-americanos, dos autonomistas e nacionalistas europeus e dos revolucionários e contestadores de filiação política diversa. Avanços e retrocessos imbricados nestes processos históricos também fizeram com que estes exílios muitas vezes tivessem uma característica pendular: exílio e posterior retorno, um novo exílio, etc.

Efetivamente, após as guerras napoleônicas na Europa, os herdeiros remanescentes dos revolucionários de 1789, com Napoleão à cabeça, é que tiveram de partir ao exílio face à restauração conservadora e monárquica do Congresso de Viena, em 1815. Na América Latina influenciada pelas idéias da Revolução Francesa, mas principalmente pela Independência dos Estados Unidos, desataram as guerras de independência que fraturaram o império colonial espanhol. O complexo processo de nascimento e posterior consolidação das novas nações, surgido a partir da fragmentação da antiga América espanhola, foi permeado pelo exílio de diversas figuras. As várias polarizações políticas no contexto da luta intestina pelo controle do Estado levaram a exclusão sistemática do grupo rival derrotado. São conhecidos os casos de Francisco de Miranda e Simon Bolívar da Venezuela, de Mariano Moreno e José de San Martín na Argentina ou de José Artigas no Uruguai. Contudo, ao exílio dos “próceres notáveis”, seguia-se geralmente o desterro de um sem-número de anônimos, seguidores e simpatizantes daqueles chefes e que tiveram um destino análogo, porém, bem menos glorioso e às vezes sequer lembrado pelas histórias oficiais. No Brasil, a chegada da família real e o transplante e instalação da sede do aparelho de Estado português fora de Portugal representou um autêntico caso de “governo no exílio”. Na realidade, a marca do exílio se imprimiu como uma sina na estirpe dos Bragança: além de D. João VI, seu filho D. Pedro I e seu neto D. Pedro II se tornaram também desterrados.

Ainda durante o Século XIX, deve-se destacar o surgimento e expansão dos movimentos libertários e de emancipação social na Europa, como os anarquistas e os socialistas. A prédica e a prática revolucionária, que afrontou o poder constituído, obteve como resposta do Estado uma repressão severa e que para alguns se traduziu em cárcere e morte, mas também em proscrição ou exílio de muitos dos seus

artífices. Todavia, os exílios destes elementos revolucionários carregam consigo um elemento inovador, sua característica de ser recorrente.

A reivindicação classista que ameaçava a estrutura social e a abrangência internacional das idéias libertárias fez com que socialistas e anarquistas fossem considerados “inimigos” por qualquer Estado nacional de então, o que os condenava a viver numa desagradável condição onde o deslocamento era quase uma constante e o cotidiano tornava-se uma sobreposição de exílios. Não bastava abandonar os limites jurídicos de um determinado país para estar a salvo: os revolucionários sociais eram intrinsecamente indesejados em qualquer lugar que estivessem.

Evidentemente, tanto o ideário revolucionário quanto o esforço empreendido pelo *establishment* para combatê-lo transcendiam os limites geográficos das fronteiras nacionais. Estes exilados políticos eram transformados em autênticos “párias”. Basta lembrar o emblemático caso de Karl Marx, que abandona a região alemã do Reno por causa da sua militância revolucionária, assentando-se em Paris, de onde foi expulso em 1845, junto com outros emigrados políticos. Posteriormente também o seria da Bélgica, à raiz dos acontecimentos de 1848, tendo passado por Colônia e pela França novamente, de onde foi banido para assentar-se finalmente em Londres, cujo penoso, embora produtivo exílio é sobejamente conhecido.⁹¹ Inúmeros foram os casos de exílio entre os revolucionários das mais diversas correntes desse período. Já no século XX, lembre-se o penoso desterro dos anarquistas ucranianos com Nestor Makhno à cabeça, expulsos pelo Exército Vermelho de Leon Trotski. Ironicamente, ele mesmo se tornaria um futuro exilado em virtude de suas desavenças com Josef Stálin. Muitas vezes o exílio dos revolucionários anônimos, em virtude do preconceito que pairava sobre suas cabeças, teve de ser obscurecido ou camuflado sob a face da migração econômica para a América, por exemplo.

Durante o século XX, devido às perseguições políticas, raciais ou religiosas promovidas por regimes de força ou a desestruturação social e econômica em virtude das inúmeras guerras, revoluções e contra-revoluções desatadas no decorrer do século, o exílio foi perdendo gradualmente seu caráter pontual e/ou circunscrito a determinados grupos sociais para se transformar num autêntico fenômeno de massa, inserido na dinâmica dos grandes deslocamentos forçados.

⁹¹ GIANNOTTI, José A. (et alli) *Karl Marx: manuscritos econômico filosóficos e outros textos escolhidos*. São Paulo: Abril Cultural, 1978 p.X, XIV, XV.

Como afirma Said (...) *nossa época, com a guerra moderna, o imperialismo e as ambições quase teológicas dos governantes totalitários, é, com efeito, a era do refugiado, da pessoa deslocada, da imigração em massa.*⁹² Segundo este autor, a principal diferença entre os exilados do passado e os do século XX não é qualitativa, mas quantitativa. Ou seja, é uma questão de escala, pois houve um acréscimo desmesurado no volume de seres humanos levados a viver nesta precária condição. Portanto, um fenômeno que antes podia ser mensurado em “dezenas” ou em “centenas” de atingidos, passaria a ser medido em milhares e, nos dias de hoje, até mesmo em milhões.⁹³

Assim o atestam, para citar alguns casos mais emblemáticos desde o início do século: a fuga de milhares de armênios perseguidos pelos turcos, nacionalistas ucranianos, russos brancos e cidadãos dos países Bálticos fugindo do bolchevismo na década de 1920. No final dos turbulentos anos 1930, a Guerra Civil Espanhola (1936-1939) teve como consequência quase um milhão de exilados. É digna de menção a epopéia vivida pelos 450.000 espanhóis republicanos no seu desesperado êxodo através dos Pirineus nevados no rigoroso inverno de 1939, frente à ameaça representada pelo totalitarismo de Franco.⁹⁴

Durante a Guerra Civil Espanhola ocorreu um fenômeno ímpar que aqui serve para exemplificar a relação entre exílio e nacionalismo, a qual já se fez referência, o caso das Brigadas Internacionais. Surgidas como uma unidade militar internacional para ajudar a Espanha Republicana na sua luta contra o fascismo, as Brigadas eram compostas principalmente por militantes políticos, vindos de 54 países.⁹⁵ Grande parte dessas pessoas era exilada, duplamente atingidas pelo nacionalismo exacerbado e o amplo espectro de preconceitos e intolerância do nazi-fascismo, tendo sido expulsas de seus países e/ou tornadas apátridas em virtude de sua filiação política ou origem étnica. Para Hannah Arendt, o fenômeno das Brigadas “assustou” a Europa.

⁹² SAID, Edward, op. cit., p. 47.

⁹³ No ano 2000 já se contabilizavam 22 milhões de pessoas deslocadas. A afirmação é de Kofi Annan, então secretário da ONU, em uma obra lançada em comemoração ao cinquentenário da ACNUR. Ver: ACNUR, *La situación de los refugiados en el 2000. Cincuenta años de acción humanitaria de ACNUR*. Barcelona: Icaria Editorial, 2000, p. IX.

⁹⁴ LEGUINECHE, Manuel. El destierro republicano. In: Revista El País Semanal (Edición Extra): *Exilio, la historia olvidada*. 12/01/2003, p. 14-15.

⁹⁵ Durante a Guerra da Espanha, os estrangeiros do lado republicano podem ter somado entre 35 mil e 45 mil voluntários. Em seu auge (1937), as Brigadas Internacionais chegaram a somar algo entre 15 mil e 18 mil combatentes.

Não somente pelo preconceito xenófobo contra quem sai de “seu” país para lutar por “outro” que era (e provavelmente continua sendo) muito forte. Mas porque parecia que aqueles homens estavam se desapegando das suas nacionalidades originais e adotando outra comunidade nacional. Entretanto, como a autora mesmo afirmou:

Este não era absolutamente o caso. As pessoas sem Estado haviam demonstrado surpreendente teimosia em reter a sua nacionalidade (...). A Brigada Internacional dividia-se em batalhões nacionais, nos quais os alemães pensavam estar lutando contra Hitler e os italianos contra Mussolini, da mesma forma que, apenas alguns anos depois, na Resistência, os refugiados espanhóis julgavam estar lutando contra Franco, quando ajudavam os franceses contra o governo colaborador de Vichy.⁹⁶

O que deve ser destacado aqui é que mesmo que esses exilados tivessem perdido seu direito à cidadania, sendo rejeitados pelos seus governos e não reconhecidos como “cidadãos nacionais” pelos seus Estados, eles teimavam em manter a sua nacionalidade no exílio, o que indica claramente que o sentimento nacional estava acima do Estado e de meras fronteiras geográficas, além de associar-se genuinamente a movimentos de libertação social. Pois, assim como Hobsbawm procurou nos demonstrar ao longo da sua obra sobre os nacionalismos, a identidade nacional não necessita divorciar-se de outras formas identitárias, tais como identidade de classe, religiosa ou mesmo opção política, muito pelo contrário.

A construção de uma identidade nacional consiste também em uma complexa justaposição de outras identidades que se agregam e se sobrepõem, mas mantendo cada uma suas características essenciais.⁹⁷ E se o exílio significa a negação ou interrupção da nacionalidade para uma determinada pessoa, paradoxalmente ele também pode se constituir em um reforço do “sentir-se nacional” para quem o sofre.

Neste ponto, o exílio pode adquirir sentido como parte da luta política, transformando-se também em uma forma de resistência à exclusão e à intolerância. Pois, mesmo que o exílio (...) *se apresenta como um tempo de tormenta, o naufrágio e a catástrofe: (também) propõe o desafio do que podemos construir a partir da perda, da desilusão, do desencorajamento, da derrota.*⁹⁸ Como contrapartida da

⁹⁶ ARENDT, Hannah. *Origens do Totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 316.

⁹⁷ HOBBSAWM, Eric, J, op. cit., p. 20.

⁹⁸ VIÑAR, Maren e Marcelo, op. cit., 1992, p. 111.

exclusão e da intolerância, o exílio também significa, para algumas pessoas que o vivenciam, um reforço da luta em defesa de seus ideais, expressando nele uma vontade de justiça, de resistência frente ao poder institucional que as tornou excluídas do sistema nacional. Desse modo, o exílio também acrescentou experiência militante, ao re-significar as formas de luta política incorporando-lhe novas bandeiras a serem desfraldadas, tais como a defesa dos direitos humanos, a denúncia dos crimes e da perseguição política das ditaduras civis-militares, por exemplo. Assim, ao incorporar essa nova luta os exilados puderam encontrar nela o oposto da intolerância: a solidariedade, a proteção, o refúgio, a hospitalidade e a compreensão.

Para outras pessoas, o exílio pode significar a abertura de novos horizontes. Embora represente uma condição perversa, o exílio pode, em alguns casos, romper com a pequenez do cotidiano e a estagnação e monotonia do sedentarismo, oferecendo a quem passa por essa experiência uma oportunidade de despertar para novas descobertas. O deslocamento em direção ao desconhecido, aos domínios do “estrangeiro”, permite também ampliar a percepção de mundo facilitando a aceitação da alteridade. Além disso, possibilita a oportunidade de lançar um olhar diferenciado, crítico e/ou comparativo, tanto sobre si mesmo em oposição aos outros, quanto sobre o “seu universo” (a terra de origem) versus o dos “outros” (a terra do exílio).

Desta forma, viver no exílio pode mudar a percepção da realidade, mostrando que ela não é única, mas muitas e diversas, e também pode levar a reordenação ou transformação do indivíduo. A desestruturação do conforto do mundo conhecido, proporcionado pelo exílio, rompe com a alienação causada pela representação pública que cada pessoa constrói sobre si mesma. Aquele personagem não corresponde mais ao novo cenário, as vestes da representação caem, expondo sobremaneira o “eu” indefeso. Portanto, Viñar afirma que o exílio revela, enquanto experiência, os *extratos mais secretos da pessoa*. E (...) *desnuda, desmascarando e amplificando, o louco que cada um de nós carrega em si.*⁹⁹ Em síntese, pode-se dizer que o exílio destaca e exacerba, simultaneamente, tanto as qualidades quanto os defeitos da própria condição humana.

Retornando a breve cartografia do exílio, pode-se afirmar que durante os anos de 1930 a 1940 era a própria condição humana que estava em jogo, ameaçada pelo

⁹⁹ VIÑAR, Maren e Marcelo, op. cit., 1992, p. 114.

totalitarismo nazifascista e pela ditadura stalinista. Ainda no alvorecer da Segunda Guerra Mundial, houve a fuga empreendida pelos judeus de quase toda a Europa, caçados pelo nazismo alemão e seus êmulos locais dos países colaboracionistas, sem esquecer ainda o exílio de milhares de antifascistas alemães, italianos e de outras nações aderidas ao fascismo em voga, muitos dos quais lutaram tanto na Guerra da Espanha quanto nos movimentos de resistência ao nazi-fascismo durante a Segunda Guerra Mundial. A divisão territorial proposta pelo pacto Germano-Soviético de agosto de 1939, também colocou contingentes humanos em situação de risco, levando a fuga de milhares de poloneses, lituanos, letões, estonianos e outros.

Contudo, as dimensões de semelhantes tragédias humanas ainda progrediriam de forma geométrica. Segundo assevera uma obra coletiva do ACNUR:

*La Segunda Guerra Mundial y el período inmediatamente posterior provocaron el mayor desplazamiento de población de la historia moderna. En mayo de 1945, se calculaba que en Europa había más de 40 millones de personas desplazadas, sin contar a los alemanes que habían huido del avance de los ejércitos soviéticos en el Este y los trabajadores forzosos extranjeros que estaban en la propia Alemania.*¹⁰⁰

À guisa de exemplo ilustra-se apenas o caso alemão. Logo depois da Segunda Guerra, houve a expulsão dos 13 milhões de *volksdeutsche*, os “alemães raciais” do leste europeu. Muitos haviam sido assentados pelas políticas de colonização racial do III Reich, mas a maioria pertencia a antigos enclaves de alemães étnicos, minorias dentro de outros Estados nacionais: União Soviética, Polônia, Tchecoslováquia e outros países da Europa oriental. Em contrapartida, existiam ainda 11,3 milhões de trabalhadores estrangeiros escravizados sob o jugo nazista e que pretendiam repatriação.¹⁰¹ Situações análogas se registraram não somente na Europa devastada, mas em várias partes do globo onde teve lugar o conflito, por exemplo, no Extremo Oriente, onde também ocorreram grandes deslocamentos populacionais.

A problemática criada por estes gigantescos movimentos humanos levou os Aliados a criarem já em 1943 a Administração das Nações Unidas para Socorro e Reconstrução (*United Nations Relief and Rehabilitation Administration, UNRRA*). Mais preocupado em repatriar a força, “reordenando” o espaço europeu a partir de

¹⁰⁰ ACNUR, op. cit., p. 15.

¹⁰¹ Idem, p. 15.

premissas anteriores à guerra, do que prestar assistência e proteção aos perseguidos e desamparados, este pioneiro organismo foi substituído, em 1947, pela Organização Internacional dos Refugiados. Ambas as organizações foram antecessoras diretas do ACNUR, criada em 1950. Os direitos e obrigações, estabelecidos na Convenção da ONU sobre o Estatuto dos Refugiados de 1951, constitui o núcleo de trabalho desenvolvido pelo ACNUR.

Contudo, este estatuto apresentava problemas conceituais e limitações na sua abrangência. A primeira questão referia-se a delimitação epistemológica do próprio conceito de “refugiado” e que desatou um sério debate entre aqueles países que pretendiam uma visão mais ampla (os europeus) e os que propunham maiores restrições, como os EUA, em termos jurídicos do conceito. Mas finalmente, se desenvolveu uma síntese entre as diversas matrizes com a qual concordaram ambas as partes: *Los gobiernos acordaron una definición general, aplicable universalmente, del término “refugiado”, centrado en los “fundados temores de ser perseguida” de una persona.*¹⁰²

Outro problema que representava uma limitação referida a este estatuto é que ele não se aplicava às pessoas convertidas em refugiados como consequência de eventos ocorridos posteriormente à Convenção da ONU, em janeiro de 1951, e seu raio de ação jurídica estava delimitado ao espaço geográfico da Europa. Isso equivale a dizer que o estatuto era praticamente dirigido a intentar solucionar o problema dos velhos deslocamentos populacionais herdados da Segunda Guerra e os novos deslocamentos ocorridos com a reorganização do mapa europeu com a Guerra Fria e a inclusão dos países do leste na órbita soviética, a chamada “cortina de ferro”. De fato, a instalação das democracias populares na Europa oriental havia desatado mais uma corrente migratória em direção ao ocidente. O referido estatuto não somente era eurocêntrico, mas também era ideológico ao estar impregnado do espírito anticomunista da Guerra Fria.

Porém, novos fluxos de refugiados provenientes das guerras de descolonização da África e da Ásia obrigaram a ONU a elaborar uma reestruturação jurídica que resultou no “Protocolo de 1967 da Convenção da ONU sobre os

¹⁰² ACNUR, op. cit., p. 29.

Refugiados de 1951”¹⁰³, que suprimiu as limitações temporais e geográficas. Com pequenos adendos ao longo do tempo, o Protocolo ainda é o instrumento que fundamenta as normas do Direito Internacional que garante os direitos dos refugiados.

Eis aqui alguns pontos essenciais da legislação que merecem atenção. A adoção da definição do termo “refugiado” constituiu uma mudança política significativa, pois a partir desse documento, os refugiados não seriam identificados apenas como grupo, mas também de forma individual. Assim, a definição não se restringia aos grupos nacionais como antigamente, mas seria aplicada de forma geral. A criação da figura jurídica do “refugiado” se configurou como uma opção para o exilado que não podia usufruir das prerrogativas concedidas pelo asilo político ou territorial. Mesmo que a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 tivesse consagrado o direito de toda pessoa em buscar asilo e ter seus direitos preservados a realidade era bem diferente. Segundo a própria organização do ACNUR,

*(...) la importancia que los Estados conferían a la preservación de su derecho soberano a autorizar la entrada en su territorio hizo que los Estados que redactaron la Convención de la ONU sobre los Refugiados no estuvieran dispuestos a reconocer un derecho de asilo incondicional en esta nueva Convención jurídicamente vinculante (o Protocolo de 1967).*¹⁰⁴

Isso significa dizer que a nova Convenção não inclui menção alguma ao “direito de asilo”, permanecendo a decisão de outorgar ou não este recurso uma questão exclusiva da soberania e do domínio interno dos Estados. Embora, uma das principais disposições desta Convenção seja a obrigatoriedade por parte dos Estados que ratificaram o documento em não expulsar ou devolver um refugiado a outro país onde possa sofrer qualquer tipo de perseguição. Esse princípio jurídico, considerado “pedra angular da proteção internacional aos refugiados”¹⁰⁵ é conhecido por (...) *non-refoulement*, e significa o (...) *principio de la no devolución o prohibición de expulsión y de devolución (refoulement), definido en el artículo 33 de la Convención.*¹⁰⁶ Em síntese, enquanto o “asilo territorial” ou o “asilo diplomático”

¹⁰³ Idem, p. 60-61.

¹⁰⁴ ACNUR, op. cit., p. 30.

¹⁰⁵ TRINDADE, Antonio A. C, op. cit., p. 14 e 23.

¹⁰⁶ Idem, p. 30.

(também conhecido por asilo político) se aplica a casos individuais e é outorgado por um Estado em particular, o “refúgio” se configura como um mecanismo de proteção a um coletivo perseguido em massa e é aplicado pela comunidade organizada internacional.

A figura do exilado poderia se encaixar em qualquer um desses casos, dependendo da circunstância, ou mesmo em nenhuma das duas. É o caso dos “exilados puros”, ou seja, aqueles que não puderam se amparar na instituição do asilo ou porque os países de desterro não ofereciam essa opção, ou porque ela não dependia da vontade do interessado, mas sim de uma decisão administrativa das autoridades migratórias.¹⁰⁷ O mesmo se aplica ao status de refugiado concedido pelo ACNUR. Lembre-se que para obter o direito de refúgio é necessário “provar” que o exílio foi motivado em virtude do risco de vida ao ser alvo de perseguições do Estado, uma situação que nem sempre pode ser satisfatoriamente comprovada.

De qualquer forma, o importante é destacar que não só os exílios, mas os fenômenos migratórios de um modo geral, tem se transformado em acontecimentos cada vez mais complexos e dinâmicos, com inúmeras interfaces, pontos de intersecção e sobreposições possíveis quanto aos critérios de definição (motivo político, econômico, étnico, etc) e que dificultam sobremaneira a utilização de conceitos “duros” ou categorizações mais específicas. Para Paul Tabori, exílio é um termo político, mas também ético, cuja definição perfeita ou completa não somente é impossível, como talvez nem seja aconselhável tê-la.¹⁰⁸

Em sua aproximação com o estudo do exílio argentino dos anos 1970, Franco e Bernaldo propõe alternativamente a categoria de “emigração política” como instrumento teórico e metodológico para a análise do fenômeno, afirmando que o exílio é parte de uma prática migratória, mas não vinculam unicamente a questão do exílio com a luta armada, militância política ou resistência contra a ditadura civil-militar. Em vez disso, atribuem ao problema uma dimensão ampla, complexa, mais coerente com a própria natureza da perseguição política das ditaduras civis-militares, onde o conceito de *inimigo interno* era difuso e podia abranger toda a população,

¹⁰⁷ YANKELEVICH, Pablo; JENSEN, Silvina. La actualidad del exilio. In: YANKELEVICH, Pablo; JENSEN, Silvina. (comp.) *Exilios. Destinos y experiencias bajo la dictadura militar*. Buenos Aires: Libros del Zorzal, 2007, p. 13.

¹⁰⁸ TABORI, Paul apud CUNHA-GIABBAI, Gloria, op. cit., p. 15

tornando desnecessária uma “prova de risco de vida iminente” para definir o perfil do sujeito exilado. Por outra parte, há um mosaico infindável de combinações e situações possíveis do fenômeno do exílio mostrando, por exemplo, que nem todos estavam em risco de vida direto ou que nem todos foram expulsos, quiseram ou puderam sair do país. Por fim, sugerem inclusive que a construção do fazer político do exilado pode ser elaborada posteriormente, já na terra de acolhida.¹⁰⁹

Existe ainda uma questão a ser destacada que é a reutilização geral do termo “exílio”, porém aplicado à corrente migratória desatada após o colapso geral da economia argentina, em 2001. Assim, o caráter econômico, e em tese voluntário, deste movimento desabonaria o uso do termo “exílio”. No entanto, a aplicação instrumental da categoria “exílio” para um fenômeno migratório de caráter econômico, talvez não seja tão descabida se pensarmos seriamente nas inter-relações entre as esferas do “político” e do “econômico”. Onde residem estas linhas divisórias? Até que ponto podemos “engessar” ou flexibilizar estes campos e conceitos? Por outro lado, o caos social e econômico gerado não é também resultado das práticas políticas dos governos? No item seguinte, se buscam possíveis respostas a estas indagações.

1.4. Argentinos “Fora do Lugar”: Exilados, Refugiados ou Imigrantes?

“Imigrante”, “refugiado” e “exilado” são categorias classificatórias que tendem a enquadrar e generalizar a experiência migratória de indivíduos ou de coletivos humanos que se deslocam da terra de origem em direção a outra.¹¹⁰ Para estabelecer estas diferenças utilizam-se critérios definidos primordialmente em torno do grau de voluntariedade da partida e dos elementos circunstanciais que motivaram a mesma.

Neste sentido, o imigrante “clássico” ou *stricto sensu* se configura como um sujeito que faz uma “opção” de partir, condicionado pelas circunstâncias, mas

¹⁰⁹ FRANCO, Marina; BERNALDO, Pilar G. Cuando el sujeto deviene objeto: la construcción del exilio argentino en Francia. In: YANKELEVICH, Pablo (comp.) *Represión y destierro: Itinerarios del exilio argentino*. La Plata: Ediciones Al Margen, 2004, p. 18 e ss.

¹¹⁰ Aqui nos referimos exclusivamente a migração extra-territorial internacional, mas amiúde ocorrem migrações e deslocamentos forçados internos.

motivado pela busca de melhores condições de trabalho ou pela defasagem entre as expectativas de ganho e as possibilidades de satisfazê-las no lugar onde vive.¹¹¹

Em contrapartida, o “exilado” se caracteriza pelo caráter forçado da migração e motivado principalmente por divergências político-ideológicas com o poder político vigente no país, ou seja, um sujeito perseguido ou expulso em virtude de sua filiação ou militância política. Embora, o motivo da expulsão ou fuga pode também ser devido a crenças religiosas ou mesmo pertencimento a determinado grupo étnico, enfim, ser vítima de diversos tipos de intolerância em seu país de origem. Segundo Tabori, exilado é um indivíduo

(...) obligado a salir o a permanecer fuera de su país de origen a raíz de un bien fundado temor a la persecución por motivos de raza, credo, nacionalidad o ideas políticas; una persona que considera que su exilio es temporal (a pesar de que pueda durar toda la vida) deseando regresar a su patria cuando las condiciones lo permitan – pero incapaz o no dispuesto a hacerlo si persisten los factores que lo convirtieron en un exilado.¹¹²

Portanto, se ao imigrante o retorno é, em tese, permitido o mesmo não ocorre com o exilado político, a menos que haja uma mudança conjuntural nas estruturas do poder. O mesmo ocorre com o refugiado e de acordo com a definição jurídica, técnica e objetiva do ACNUR, o refugiado é uma pessoa que:

“debido a fundados temores de ser perseguida por motivos de raza, religión, nacionalidad, pertenencia a determinado grupo social u opiniones políticas, se encuentre fuera del país de su nacionalidad y no pueda o, a causa de dichos temores, no quiera acogerse a la protección de tal país...”¹¹³

Embora “exilado”, “refugiado” e “imigrante” pareçam conceitos auto-explicativos e sejam consolidados no aspecto lingüístico, jurídico (exceto o termo “exílio”, que não possui valor jurídico) ou político-institucional, notamos que o uso operacional direto destes conceitos no trabalho histórico, sem uma prévia análise que paute e delimite sua instrumentalização para o trabalho acadêmico, pode gerar algumas omissões, distorções e problemas metodológicos e epistemológicos.

¹¹¹ ESTEBAN, Fernando O, op. cit., p. 19.

¹¹² TABORI, Paul apud CUNHA-GIABBAI, Gloria, op. cit., p. 15.

¹¹³ O sublinhado é deste autor. ACNUR. *La protección de los refugiados 2007-2008*. p. 4. Versão online disponível em www.acnur.org. Acessado em 23/06/2008.

Os próprios critérios delimitadores dos conceitos (político x econômico; forçado x voluntário) de caráter funcional para algumas áreas, como o direito internacional, por exemplo, são colocados como simples antinomias e aplicados de forma objetiva e burocrática, geralmente obliterando matizes, inter-relações ou interfaces possíveis entre esses próprios conceitos, desprezando questões subjetivas e singularidades presentes nas diversas possibilidades das experiências migratórias. Ao assinalar as diferenças existentes entre os imigrantes e os refugiados, o ACNUR constrói fronteiras invisíveis entre ambos, atribuindo valores e hierarquizando categorias. Por fim, discrimina os imigrantes e todos os outros casos que não se enquadram no pré-requisito de “refugiado”. Vejam-se, sublinhadas, os critérios delimitadores que pautam as definições jurídicas operacionalizadas pelo ACNUR

(...)Los refugiados y los inmigrantes son fundamentalmente diferentes y, por esa razón, son tratados de forma muy diferente por el Derecho internacional; incluso aunque, a menudo, viajen del mismo modo. Los inmigrantes, especialmente, los que emigran por motivos económicos, eligen trasladarse para mejorar sus perspectivas de futuro y las de sus familias. Los refugiados tienen que desplazarse para poder salvar sus vidas o preservar su libertad.¹¹⁴

Concorda-se com Rollemborg, quando este afirma que as fronteiras que diferenciam refugiados de imigrantes são tênues, e muitas vezes, se confundem entre si. O próprio ACNUR reconhece implicitamente isto quando afirma que

(...) los actuales patrones globales de migración son particularmente complejos, comprendiendo no sólo a refugiados, sino también a millones de inmigrantes en busca de una vida mejor.¹¹⁵

Logo, esta nítida separação entre refugiados e imigrantes, de cunho jurídico, aplicada pelo ACNUR somente pode existir no plano de uma análise teórica. Por outra parte, parece contraditório que o ACNUR, que prima em aplicar conceitos tão pragmáticos e objetivos, utilize um critério tão subjetivo, emocional e irracional como o “medo” para definir o que é um refugiado.¹¹⁶ Rollemborg acredita que este sentimento seja utilizado pelo ACNUR como denominador comum, como “critério

¹¹⁴ ACNUR, op. cit., 2008, p. 6-7.

¹¹⁵ ACNUR, op. cit., 2008, p. 6.

¹¹⁶ ROLLEMBERG, Denise, op. cit., 1999, p. 39.

unificador das diferenças” frente à ampla diversidade humana: todos os homens, independentes de cor, credo, naturalidade, faixas etária ou meio social, sentem medo.

Neste sentido afirmamos que os fenômenos migratórios humanos, sejam eles voluntários ou forçados, são processos por demais complexos para serem pautados somente por critérios únicos e tão estreitos, puramente operacionais. Um estudo mais acurado destes fenômenos obriga a ir além da simples dicotomia “forçado-voluntário” utilizada pelo ACNUR.

Tal como coloca Jensen: *No hubo un “exilio” sino múltiples y tantos como la cantidad de seres humanos que protagonizaron esa experiencia.*¹¹⁷ Paralelo semelhante pode ser traçado no tocante à migração econômica. Cada exílio e cada imigração é, em primeiro lugar, um processo singular, individual, uma experiência única podendo ser apreendida e vivenciada de diferentes formas, de acordo com a bagagem prévia de cada pessoa. Mas também é uma experiência coletiva, pois existe um substrato em comum: a “condição humana”, que nos torna semelhantes na essência, apesar das particularidades individuais de cada ser humano. Além disso, a pluralidade desses fenômenos migratórios indica que também devem ser analisados no eixo dessa dupla dimensão, individual e coletiva, e buscando captar todas as nuances e peculiaridades possíveis. Questões talvez irrelevantes para outras áreas, mas que consideramos primordiais para o saber histórico.

O importante é destacarmos que tanto na migração econômica quanto no exílio político há uma dimensão social que não pode ser desprezada. Não são meramente processos individuais, fruto apenas de decisões pessoais: eles refletem uma dinâmica estrutural da sociedade onde se gesta o processo migratório. Há todo um contexto prévio, um ambiente circundante que gera condições concretas capazes de levar as pessoas a partir, independente ou não da motivação mais imediata. Concordamos com Denise Rollemberg quando afirma que:

(...) o migrante não opta individualmente pela partida e sim é levado socialmente a escolher esta opção. Em sociedades marcadas pela desigualdade, sobretudo em períodos de crise

¹¹⁷ JENSEN, Silvina. Política y cultura del exilio argentino en Cataluña. In: YANKELEVICH, Pablo (comp.) *Represión y destierro: Itinerarios del exilio argentino*. La Plata: Ediciones Al Margen, 2004, p. 120.

*econômica (...) é difícil encontrar o lugar da opção entre os excluídos.*¹¹⁸

Em vista do exposto, optamos por incorporar como categoria de análise a de “exilado econômico”, além de exilado político e de imigrante *stricto sensu*. Neste caso trata-se de um sujeito diferente daquele “imigrante qualificado” citado anteriormente no item 1.1.2 e que, de modo consciente e objetivo, busca melhorar sua condição social e profissional por meio da imigração, fazendo desta, entre outras, mais uma possibilidade de escolha. O “exilado econômico” seria aquele que, esgotadas as chances de inserção no mundo do trabalho do seu lugar de origem, se vê obrigado a partir. Pois tal como o coloca pertinentemente Fernando Esteban:

*(...) la constante imposibilidad de acceso a recursos materiales que se perciben como necesarios produce sistemáticamente grandes cantidades de frustración colectiva. Una de las respuestas individuales que genera es la migración. Entonces sería lícito preguntarse hasta qué punto es una actitud voluntaria, máxime cuando la sumisión en la pobreza o indigencia es un ejercicio de violencia económica institucionalmente aplicada por el poder político.*¹¹⁹

Evidentemente, este caso se aplica ao cenário desenhado pela ditadura civil-militar argentina de 1976 que, ao coadunar terror repressivo com terror econômico, foi definitivamente responsável pelo deslocamento de importante parcela da população ao exterior para garantir a vida e a liberdade. Pablo Pozzi, em seu texto sobre os exilados e imigrantes nos EUA, fala categoricamente em “exilados políticos” e “exilados econômicos”, aliando razões de deterioro econômico à instabilidade e à perseguição política.¹²⁰ Para Garzón-Valdez, o fenômeno da emigração argentina começa a se acelerar a partir do terceiro mandato de Perón, aumenta durante o governo de sua esposa Isabel e chega a elevados patamares com o Golpe de 1976. Segundo o autor, sob a ditadura civil-militar,

Los factores de expulsión adquieren una importancia primordial precisamente como consecuencia del aumento sin precedentes de la intolerancia política y del deterioro económico. Las

¹¹⁸ ROLLEMBERG, Denise op. cit., 1999, p. 43.

¹¹⁹ ESTEBAN, Fernando E, op. cit., p. 20.

¹²⁰ POZZI, Pablo. Denuncia: una experiencia editorial de inmigrantes y exiliados argentinos en los Estados Unidos (1976-1983). In: YANKELEVICH, Pablo (comp.) *Represión y destierro: Itinerarios del exilio argentino*. La Plata: Ediciones Al Margen, 2004, p. 253.

*posibilidades de elegir el país de destino disminuyen en proporción directa a la urgencia de salir de la Argentina, a fin de asegurar la supervivencia física y material.*¹²¹

Longe de considerá-los apenas vítimas passivas acreditamos que tanto exilados políticos quanto emigrados econômicos, enquanto sujeitos históricos sofreram os efeitos das ações arbitrárias do governo militar, mesmo que estas ações assumissem formas muito distintas (repressão física ou desarticulação da economia, por exemplo) e fossem percebidas com intensidade desigual, assimétrica ou com certa defasagem temporal. Como herança a ditadura civil-militar “legou” efeitos políticos e econômicos, geralmente irreversíveis e que perduraram, mostrando a eficiência do caráter destrutivo destas medidas na própria permanência residual desses efeitos na sociedade. Mas há diferenças marcantes que surgem entre estas categorias de emigrados e que devem ser claramente apontadas, tal como colocam Bernetti y Giardinelli:

*Esto nos parece definitivo: si alguien pretende buscar, alguna vez, los elementos que hicieron de esa transacción un exilio, no podrá dejar de concentrar su búsqueda en estos dos substantivos (denuncia y solidaridad). Quizás, además, la gran diferencia que hubo respecto de los compatriotas que buscaron otros horizontes de vida, o de los que salieron del país en otros tiempos, o más recientemente por exclusivas razones económicas, pues sintieron desaliento intelectual o quisieron que sus hijos encontraran sociedades más libres y tuviesen nuevas oportunidades, estuvo en el diverso grado de compromiso con la denuncia y la solidaridad que impulsaron los organismos y agrupaciones del exilio. Quede claro: no se pretende, con la afirmación anterior, separar a la militancia de cualesquiera otras circunstancias que pudieron ser también válidas para quien optó por salir del país (y según datos extra-oficiales serían como dos millones de personas). Simplemente, se trata aquí de ubicar términos que permitan definir el sentido último y profundo del adjetivo “político” que se acopló al substantivo “exilio”.*¹²²

Então, o que realmente diferencia o “exilado político” do “exilado econômico” e do imigrante? A política (enquanto “adjetivo” que se adere ao “substantivo” exílio, como asseveram Bernetti e Giardinelli) e toda uma série de

¹²¹ GARZÓN-VALDEZ, Ernesto, op. cit., p. 185.

¹²² BERNETTI, Jorge L.; GIARDINELLI, Mempo. *México: El Exilio que hemos vivido. Memoria del exilio argentino en México durante la dictadura, 1976-1983*. Quilmes: Universidad Nacional de Quilmes, 2003, p. 53-54.

desdobramentos correlatos a ela. Ou seja, sua militância, a filiação e toda forma de compromisso assumido frente a um determinado projeto político coletivo tornado parte da identidade pessoal e que foi cerceado, proibido e derrotado pelo poder militar.¹²³

A primeira vista poderíamos pensar somente nos membros de organizações armadas, militantes políticos ativos, líderes estudantis ou operários. Entretanto, deve-se enfatizar o fato de que não podem ser traçadas relações causais diretas entre militância combativa e exílio, visto que a universalidade da repressão exercida pelos governos militares sobre o conjunto da sociedade levou ao desterro um universo de indivíduos que, além de não ter relação com a guerrilha, sequer possuía um passado de ativismo político anti-militarista¹²⁴ ou revolucionário anti-sistêmico.

Marina Franco e Pilar G. Bernaldo afirmam que devido ao contexto repressivo, simultaneamente seletivo e indiscriminado, (...) *no es necesario pedir una prueba de riesgo inminente -vinculada a una militancia política- para catalogar de verosímil el sentimiento de riesgo.*¹²⁵ Lembrando que a prova de “risco iminente” era um dos principais critérios designados pelo ACNUR para outorgar o status de “refugiado” a uma pessoa que se declarasse perseguida política.

Sempre polêmica, a concessão do *status* de “refugiado” pelo ACNUR permitiu diversas leituras, geralmente contraditórias. Para alguns representou um privilégio, uma possibilidade de proteção, a qual poucos tiveram acesso, se comparado ao universo do que representou um exílio maciço como o dos argentinos nos anos 1970. Para se ter uma idéia, em agosto de 1980, haveria (...) *cerca de 30.000 refugiados latino-americanos, principalmente argentinos, em São Paulo*, dos quais apenas cerca de cinquenta deles constavam estar sob proteção da ACNUR.¹²⁶ Por outra parte, essa proteção não estava disponível para todos que a solicitassem, pois além da prova de “risco iminente” (exigência nem sempre fácil de comprovar) o ACNUR também fazia claras distinções ideológicas sobre quem estava qualificado

¹²³ ROLLEMBERG, Denise, op. cit., 1999, p. 45.

¹²⁴ SZNAJDER, Mario; RONIGER, Luis. De Argentina a Israel: escape y exilio. In: YANKELEVICH, Pablo (comp.) *Represión y destierro: Itinerarios del exilio argentino*. La Plata: Ediciones Al Margen, 2004, p. 166.

¹²⁵ FRANCO, Marina; BERNALDO, Pilar G. op. cit., p. 23.

¹²⁶ Zero Hora, 11/08/1980, p. 18. Arquivo Museu de Comunicação Social Hipólito Jose da Costa – Porto Alegre.

ou não para receber esse *status*, muito além da exclusão dos sujeitos enquadrados como simples migrantes que mencionamos anteriormente.

Em um documento desclassificado do Departamento de Estado dos Estados Unidos, o embaixador americano em Buenos Aires, Richard Hill, informava a seus superiores (com base em uma conversa com um membro não divulgado da ACNUR, apagado do documento) que se acreditava que mais de 1000 argentinos buscavam asilo no Brasil em abril de 1977, quando da abertura da seção brasileira da ACNUR. Contudo, o principal problema da ACNUR frente aos argentinos era como identificá-los. Ou seja, como ter certeza sobre quais eram “refugiados de boa-fé” ou quais eram ou foram “terroristas”, nas palavras textuais do documento abaixo:

*(Nome apagado) told Emboff he believes that more than 1000 Argentines are seeking asylum in Brazil and that their presence is viewed with grave concern by Brazilian authorities (...) a major problem for UNHCR will be to ascertain which are bona fide refugees and which are or were terrorists and thus ineligible for refugee status under the UNHCR mandate.*¹²⁷

Obviamente que estes sujeitos considerados como “terroristas” não se encaixavam na categorização da ACNUR, sendo automaticamente excluídos. Com base nestes pressupostos, podemos supor que o “refugiado de boa-fé”, no entender da ACNUR, seria uma vítima passiva e, portanto, “inocente” da perseguição estatal. Mas, o que entendia a ACNUR por “terrorista”? Acaso ela utilizava, talvez até inadvertidamente, um conceito similar ao do governo americano ou argentino para catalogar alguém como “terrorista”? É factível que sim, dado à própria origem da ACNUR como um organismo com um forte perfil ideológico anticomunista, forjado no início da Guerra Fria. Esse possível resquício de um passado não muito distante entrava em contradição com a nova realidade (onde os esquerdistas eram perseguidos por governos pró-ocidentais) e o papel humanitário que a organização deveria enfrentar na América Latina da década de setenta.

Contudo, quais seriam os critérios empregados para diferenciar um refugiado de um terrorista? Certamente dentro de uma lógica da democracia formal do mundo ocidental, o refugiado deveria ser entendido como um “opositor pacífico”, de espírito

¹²⁷ HILL, Robert. Telegram, Argentine refugees in Brazil, 17/04/1977, p. 1. (<http://foia.state.gov/SearchColls/CollsSearch.asp>). Acessado em 16/11/2009.

democrático e que sofre perseguição tornando-se vítima de um poder arbitrário. Porém, o que acontece quando o opositor utiliza a via armada como forma de resistência, ou pior, se este pretender a substituição da ordem estabelecida por outro modelo político-econômico contrário? Nesse caso, é lógico que os militantes dos grupos armados de esquerda fossem enquadrados como “terroristas” pelos parâmetros da ACNUR.

Entretanto, também se usavam artifícios para burlar estes empecilhos legais. Não somente o próprio interessado tendia a ocultar (por segurança própria e dos seus companheiros) as verdadeiras razões da sua vinda e que tipo de atividades exercera na sua militância política na Argentina. Por vezes, até o próprio funcionário da ACNUR, extra-oficialmente, indicava ao interessado como proceder ao preencher os formulários de solicitação de refúgio, sobre qual informação devia ser constar no papel ou sobre o que deveria ser omitido, sob risco de inviabilizar o pedido. Um entrevistado, Carlos, comentou que o próprio Guy Prim, representante da ACNUR no Brasil, o visitou no cárcere e lhe disse ao entregar o formulário: - *Escribí un argumento de como fue todo esto (sua prisão) y tu historia en la Argentina, pero no precisas poner nada comprometedor.*¹²⁸ O “comprometedor” referia-se ao envolvimento com a luta armada, com a qual, no caso específico do nosso depoente, não havia relação nenhuma. Mas, certamente graças a estes estratagemas, pode salvar-se muita gente que teria sido rotulada como “terrorista” e como tal teria tido seu pedido indeferido.

Em contrapartida, alguns militantes de esquerda também desdenhavam o auxílio da ACNUR, pois consideravam que transformar-se de “exilado” (que embora não tenha validade jurídica possui claramente um significado próprio, um valor simbólico entre os militantes que lhes confere identidade e até certo *status*) em “refugiado” significava ser desqualificado como ser político, pois lhe retirava a identidade da luta militante e o compromisso político. Isso equivalia a redesenhar seus papéis sociais ao representá-los unicamente como “vítimas indefesas” perseguidas pelo Estado e não como resistentes ou combatentes por um “ideal elevado”. Por fim, outros militantes ainda deviam considerar que, além de vergonhoso, o passaporte concedido pelo ACNUR não era estrategicamente

¹²⁸ Entrevista com Carlos Claret, realizada em Foz do Iguaçu - 18/09/2009.

interessante para nenhum revolucionário. Como nos disse um depoente, militante de um partido revolucionário

Nos ofereceram ir para a Costa Rica ou ao Canadá como refugiado da ACNUR (...) “y” a gente “decidió que no”, porque o passaporte da ACNUR é uma sentença de morte... tu ficas marcado pra toda a vida.¹²⁹

Por outro lado, outros “candidatos a refugiado” também podem ter rejeitado a proteção da ACNUR em função de um complexo enramado de questões pessoais e familiares

(...) ACNUR nos colocaba en algunos países, a mi me habían indicado que fuera a Dinamarca... o Alemania, y yo dije que no. Primero, porque somos una familia muy unida y me iba a quedar... y aparte cuando yo salí, salí solo, mi mujer y mis hijos quedaron en Córdoba. ¡Yo dije no! Cuanto más lejos me vaya... hasta que me los pude traer (para o Brasil).¹³⁰

É preciso destacar que a possibilidade real do exílio não estava ao alcance de todos os perseguidos ou daqueles que se sentiam potencialmente ameaçados. Cabe ressaltar também que embora o exílio seja considerado como sendo um ato involuntário, forçado ou também a “opção daqueles sem opção”, na verdade, nem todos que deveriam ter partido o fizeram. Nesse sentido, “permanecer” foi de certa forma uma opção.¹³¹ Muitos se recusaram a partir descartando a possibilidade do exílio por considerá-lo a confirmação de uma derrota que não pretendiam admitir ou por sentir que, partindo para o exílio, estavam traindo seus companheiros caídos na luta. Os que partiram geralmente carregam o sentimento de “culpa do exilado”. Muitos ainda carregam consigo uma carga de culpabilidade referente ao fato de terem podido escapar com vida enquanto muitos outros padeceram e sucumbiram nos campos de concentração do regime militar. Alguns, contraditoriamente, chegaram a perceber o próprio exílio como um “privilégio”.

¹²⁹ Entrevista com J. V. realizada em Porto Alegre – 20/06/2007.

¹³⁰ Entrevista com J. P. realizada em Porto Alegre - 09/08/2008.

¹³¹ Opção “cara” que muitos pagaram com as próprias vidas. ROLLEMBERG, Denise, op cit., 1999, p. 45.

O sentimento de “culpa” foi uma problemática persistente principalmente entre aqueles mais profundamente comprometidos na militância política e que estavam imersos em um imaginário que contemplava visões de “heroísmo” e de “sacrifício por um ideal”, o que contrastavam com a segurança física proporcionada pelo exílio. Essa questão foi bastante agravada no final dos anos 1970, quando o governo argentino, mediante o uso dos meios de comunicação em massa ao serviço de sua descarada política negacionista, afirmava que os “desaparecidos” se encontravam vivos, refugiados em “exílios dourados” nas praias do Brasil, do México ou então nas capitais européias, de onde presumivelmente dirigiam uma campanha “anti-argentina”, denegrindo e colocando em situação desconfortável o conjunto da comunidade argentina no exílio.¹³²

Contudo, concretizar o exílio exigia uma confluência obrigatória de diversos fatores como os custos da operação não somente em termos materiais (custos da viagem, capital para a subsistência no exterior, entre outros), mas também por razões particulares como o abandono da família (e também o medo de deixar a família como virtual “refém” da repressão), do trabalho ou dos estudos. Enfim, a desagregação do seu mundo circundante, um custo muito elevado que nem todos querem ou podem arcar. Por exemplo, Carlos, perseguido desde 1974, somente aceitou partir para o exílio com seu núcleo familiar em 1976, quando sua filha adoeceu gravemente. Até esse momento, vivera se deslocando internamente acreditando que poderia evadir a repressão usando o recurso do *inxilio*:

*Pusieron una bomba en mi casa en Rio Cuarto, donde yo vivía. (...) En Rio Cuarto nos conocían, entonces no podíamos quedarnos ahí (...) pero yo al irme de Rio Cuarto, eso todo quedo fuera de... en Zárate no me buscaron nunca, y en Gualaguaychu (...) a mi familia no la molestaron, no le preguntaron nunca.*¹³³

Um caso à parte do exílio eram os “presos PEN” expulsos, pois se tratava de “ex-detidos desaparecidos” que, após passarem um tempo em detenção clandestina, foram “legalizados” e colocados à disposição do Poder Executivo Nacional argentino. Graças a uma lógica perversa do regime que lhes poupou a vida sob a condição de guardar silêncio, alguns deles foram transportados do cárcere

¹³² BERNETTI, Jorge L.; GIARDINELLI, Mempo, op cit., p. 48 e 127.

¹³³ Entrevista com Carlos Claret, realizada em Foz do Iguaçu - 18/09/2009.

diretamente até o aeroporto, sendo que alguns tiveram inclusive suas passagens aéreas pagas pelo Estado.¹³⁴ Eles foram, literalmente, banidos do país.

De acordo com Gómez, poucas pessoas vinculadas organicamente às organizações armadas ou aos partidos políticos proscritos contaram com o suporte dessas estruturas para empreender a fuga¹³⁵, fato corroborado por vários de nossos entrevistados, exilados políticos. Geralmente, esses “privilégios” estavam disponíveis apenas para quadros e militantes de primeiro escalão. Isso que dizer que a grande maioria dos indivíduos compelidos à partir tiveram de fazê-lo por conta e risco próprios. Sem falar que muitas organizações, em processo de desagregação, já não contavam mais com fundos nem estrutura destinados à retirada do pessoal. Muitos outros, ainda, careciam de vínculos políticos, partidários ou organizacionais que lhes proporcionassem apoio ou alguma espécie de cobertura.

Assim, a experiência do exílio ficava também condicionada à capacidade pessoal e aos recursos financeiros de cada exilado e suas redes de solidariedade (contatos pessoais ou de trabalho, acadêmicos, etc.), o que também serviu para definir o itinerário do exílio. Esse fator remete diretamente à problemática da origem sócio-econômica dos exilados: para sair do país e enfrentar as dificuldades no exterior era necessário ter um mínimo de capital, e quem possuía ou podia aceder a esse capital pertencia majoritariamente à classe média, mesmo que em vias de proletarianização.¹³⁶

Aos membros das classes subalternas restava resistir e subsistir, se possível fosse, suportando o peso da violência real e simbólica da ditadura civil-militar, no máximo buscando refugiar-se num possível exílio interior, não isento também de matizes cinzentos e contornos dramáticos. Sobre o drama do *inxilio*, um entrevistado narrou a seguinte história:

Yo tenía un amigo que estaba en (uma cidade argentina), el fue y se encerró en un campo: nunca salió y está medio loco. Vive ahí, metido...la mujer lo dejó, un chico se le ahogó (...) él era un (profissional) brillante... el hizo ¡plim! (gesto com os dedos) Y se

¹³⁴ GÓMEZ, Albino. *Exilios: Porqué volvieron*. Buenos Aires: Editorial Tea, 1999, p. 133.

¹³⁵ Idem, p. 182.

¹³⁶ Aqui empregado no sentido literal de empobrecimento e não no sentido utilizado pelas organizações da esquerda que levavam seus membros a passar por um ritual de “proletarianização” para conhecer e integrar-se à realidade da classe operária.

cerró... pero no es que se metió al campo a trabajar... si, trabaja pero no habla con nadie, no tiene teléfono. Es un ermitaño. Vive entre los animales, se le mueren... Terrible, una cosa dolorosísima (...) y nosotros no tenemos duda que es el inxilio, que no lo pudo superar.¹³⁷

Com senso aguçado e perspicácia, o advogado e líder das Ligas Camponesas Francisco Julião, ao voltar ao Brasil do seu exílio no México, declarou a respeito desta complexa e por vezes esquecida ou ignorada questão do *inxilio*:

Cheguei a conclusão que o exílio fora da pátria, em um país capitalista, foi feito especialmente para os políticos que dispõem de recursos, para os técnicos, os professores e os politólogos. Ai dos operários! Dos camponeses! Da gente pobre sem eira nem beira que caiu em desgraça porque um dia se ligou a uma causa, pejejou por ela, mas a perdeu! É por isso que não buscam as embaixadas! Nem sequer sabem onde elas estão e para que servem. A pátria é seu exílio.¹³⁸

Evidentemente, tal como ocorreu no Brasil, a “pátria foi o exílio” para a maioria dos operários, dos militantes de base, dos *villeros* da Argentina. Significativamente, de um total de 8.960 desaparecidos na Argentina, o número oficial reconhecido pela CONADEP, 30,2% deles eram operários, 21% eram estudantes e 17,9% eram empregados assalariados.¹³⁹ Pois bem, quem poderia ter mais medo e desconfiança se expondo publicamente senão aqueles *de abajo*, aqueles que historicamente sofriam todo o peso da opressão política e econômica do sistema capitalista?

Para finalizar, coloca-se a seguinte questão: como imigrantes e exilados enfrentam a saída da origem e o dilema da adaptação ao novo? De um modo geral, considera-se que o migrante *stricto sensu* está mais disposto, em tese, a encarar uma nova vida no exterior tendendo a aceitar melhor os desafios, complexidades e incertezas geradas pelo transplante geográfico. Segundo uma afirmação de Zuccotti, *el auténtico inmigrante debe estar dispuesto a olvidarse de todo.*¹⁴⁰ Embora parecendo exagerada, a afirmação acima, longe de colocar o imigrante como um sujeito que renega sua terra, procura destacar elementos como o arrojo, a ousadia e a

¹³⁷ Entrevista com Carlos Claret, realizada em Foz do Iguaçu - 18/09/2009.

¹³⁸ Revista CLAMOR, março 1980, p.16. APOF – Acervo da Luta contra Ditadura

¹³⁹ CONADEP, op. cit., p. 346-347.

¹⁴⁰ ZUCCOTTI, Juan C., op. cit. p.134.

impetuosidade, como características intrínsecas que deveriam estar presentes em quem decidiu partir por vontade própria. Lógico que ainda trata-se de uma ruptura, mas consentida e de alguma forma negociada internamente. Importante destacar que esses sintomas da ruptura quase desaparecem enquanto o imigrante for recompensado externamente com o reconhecimento pessoal e profissional, somado ao aumento do ingresso bruto e a possibilidade de ascensão social, clássico coroamento do triunfo do imigrante.

Já no exilado, aquele que foi expulso ou teve de partir obrigado, percebe-se uma dupla situação inter-relacionada que combina provisório e a transitoriedade, pois de um modo geral ele pretende que sua estadia no exterior seja “apenas uma questão de tempo”, tornando a sua estadia um lapso temporal para poder voltar a seu país tão logo mudem as circunstâncias que impulsionaram sua saída. Por isso muitas vezes o exilado evita estabelecer vínculos com a sociedade receptora dificultando a interação com o meio social circundante e aumentando seu isolamento e distanciamento pessoal. Até porque isso significaria uma nova ruptura no caso de uma futura saída, quiçá tão dolorosa quanto à primeira. Para Margarita Del Olmo Pintado, o sentir-se provisório permitiu aos exilados

(...) seguir viviendo por referencia al lugar que salieron, creer que el poder por el que fueron privados de sentido y de razón fue injusto y por lo tanto no podía durar. Acentuar la provisionalidad significó renunciar a aceptar la legitimidad de salida forzosa del país y, además, crear la sensación de que el exilio en cualquier momento se iba a acabar.¹⁴¹

O escritor Edward Said, afirma que o exílio (...) *é a vida levada fora da ordem habitual, (e é) portador de uma força desestabilizadora inerente.*¹⁴² Portanto, o exilado pretende reconstruir-se a si próprio a partir dos fragmentos do passado em oposição dialética a nova dinâmica de vida enfrentada no tempo presente. Ao perder seus referenciais (lugares, pessoas, contextos, etc.), o exilado tende a fechar-se em um passado congelado e idealizado onde todas as coisas da “mãe pátria” transmitem familiaridade e segurança, cumprindo uma função determinada num ordenamento mental: a aparente “ordem e segurança” do passado é seu refúgio frente às incertezas

¹⁴¹ DEL OLMO PINTADO, Margarita. El exilio después del exilio. In: *Exilios. Historia reciente de Argentina y Uruguay. Revista de Ciencias Sociales América Latina Hoy*. Volumen 34, Salamanca: Universidad de Salamanca, Agosto de 2003, p. 40.

¹⁴² SAID, Edward, op. cit., p. 60.

da nova vida que se configura à sua frente. No primeiro momento, inclina-se inclusive a rejeição do lugar que lhe serve de acolhida, mesmo que de modo inconsciente e carregado de culpa por considerar-se ingrato. Até mesmo porque o exilado não busca a legitimidade de representação do seu “eu” ou o sentido de sua existência no lugar de acolhida, mas sim na sua terra original. Ele ficou lá, e não aqui. O exilado é em essência, um ser em crise de identidade cultural.¹⁴³

Esta crise de identidade se manifesta quando a pessoa não consegue antever o comportamento dos outros, suas ações ou respostas, em virtude de que não compartilha com eles os mesmos códigos sociais. Portanto, sua tradução é equivocada ou confusa. O problema reside em que este processo se desenvolve num plano inconsciente onde se pressupõe que os únicos códigos válidos são os próprios do indivíduo ou da coletividade a qual pertence. Ainda de acordo com Del Olmo Pintado, isto ocorre porque, quando as pessoas se socializam num lugar determinado, adquirindo normas específicas, diferentes das existentes em outros locais, acabam por internalizar inconscientemente esse conjunto de normas como se fosse a única possibilidade de pautar o contato com a alteridade. Estas crises de identidade, esse descompasso em entender a sintonia do novo local são compartilhadas tanto pelos migrantes quanto pelos exilados, na verdade, elas estão presentes nos processos migratórios em geral, onde o “partir” já simboliza a ruptura. Contudo, no caso dos exilados políticos a crise pode anteceder a partida:

La crisis de identidad, en este caso, no fue desencadenada por la llegada a una sociedad distinta de aquella en la que habían crecido y donde habían sido educados, como ocurre en el caso de la inmigración argentina a España actual, sino que se produjo antes, en el propio país y por las mismas circunstancias que provocaron el mismo hecho del exilio (...) sus actuaciones y sus proyectos, por diversos motivos, estaban poniendo en peligro su libertad física e incluso su propia integridad. Sus objetivos de vida fueron deslegitimados desde el poder político. Para recuperar su legitimidad gobierno o exiliado tenían que cambiar.¹⁴⁴

¹⁴³ Utilizamos aquí o conceito de *identidade cultural* no sentido empregado por Del Olmo Pintado, como sendo (...) *un proceso en continua reelaboración que permite al individuo colocarse socialmente en una posición determinada, con respecto al entorno que le rodea, para ser capaz de predecir el comportamiento de los demás y el que los demás esperan de uno mismo, se trata, en definitiva, de un modelo de referencia para orientar el comportamiento social.* DEL OLMO PINTADO, Margarita, op. cit., p. 39.

¹⁴⁴ DEL OLMO PINTADO, Margarita, op. cit., p. 40.

Uma das tentativas de superação da crise de identidade, e que tanto imigrantes quanto exilados procuram de alguma forma, consiste em manter e fortalecer as suas características identitárias originais em uma terra estrangeira. Como vimos anteriormente, o novo lar é percebido como “estranho” além de pertencente ao “outro”. Um “outro” que, por sua vez, percebe o recém-chegado como “estrangeiro” e “diferente”, ao qual também pode ser potencialmente hostil. Eis a antiga problemática da alteridade recriada na dimensão do exílio.

Baseado em Tzvetan Todorov, Viñar situa três eixos dimensionais desta complexa relação entre o “nós” e o “outro”: A primeira dimensão, axiológica, é o juízo de valores que lançamos sobre o outro, de caráter maniqueísta e que ressalta a relação de oposição. A segunda é praxeológica, na qual a tensão reside em “quem domina quem”, adesão ou submissão aos códigos e valores do outro. Por último, a dimensão epistêmica, que significa conhecer e reconhecer a alteridade, superando as dimensões precedentes de amor-ódio e domínio-submissão.¹⁴⁵ Um processo de contato complexo, longo e árduo (que muitas vezes não se resolve na mesma geração) e que nem sempre obtém os resultados almejados: muitos são aqueles inadaptados que permanecem flutuando nesse tempo suspenso, esperando o ansiado retorno ao lugar que deixaram no passado. O “mito do retorno”, o qual será abordado mais adiante, pende sobre o imigrante, mas principalmente sobre os exilados. Uma entrevistada, imigrante sem motivação política, se referiu a estes últimos como (...) *aquellos que no se acostumbran y están siempre con las valijas atrás de la puerta.*¹⁴⁶ São aqueles que permanecem vivendo em um passado perpétuo, estático e que só existe ainda na mente daquele que partiu para o exílio.

É interessante retomar aqui a ideia de que as experiências migratórias (forçadas ou não) podem ampliar os horizontes de quem as vivenciam. Não somente isso: é preciso mencionar ainda que a migração pode se tornar uma “experiência cumulativa” que vai preparando e enriquecendo o indivíduo, tornando-o mais propenso a aceitar uma nova sociedade de acolhida e diminuindo a intensidade do choque cultural. Sobre como é sentida esta “experiência cumulativa” da migração, é

¹⁴⁵VIÑAR, Marcelo. El reconocimiento del prójimo: notas para pensar el odio al extranjero. In: BLANCK-CEREJIDO, Fanny; YANKELEVICH, Pablo (comp.). *El otro, el extranjero*. Buenos Aires: Libros del Zorzal, 2003, p. 42-44.

¹⁴⁶ Entrevista com E. K. realizada em Porto Alegre - 29/06/2007.

interessante ouvir o que um depoente explicou de forma eloquente, revelando sutilmente na sua fala bilíngue a marca desta rica experiência:

Yo tengo un pasado húngaro, un pasado argentino y un pasado "brasileiro"...vos "pegas" de tres o cuatro culturas...al final sos un "cara" universal, adonde caes te adaptas! Porque ya te adaptaste a tres, mas una no va a "fazer" diferencia. Por eso uno no sintió mucho el venir a Brasil (...) te adaptas a la circunstancia.¹⁴⁷

Como se pode observar, coexistem simultaneamente entre exilados e imigrantes, proximidades e semelhanças, mas também se percebem diferenças. Contudo, volta-se sempre a questão da antinomia inicial “exílio x imigração”. Evidentemente, “forçado” e “voluntário” são critérios úteis de diferenciação em alguns casos, todavia é importante ressaltar que devemos relativizar estas acepções, pois cada caso é um caso particular e as dinâmicas desses processos migratórios revelam um espectro amplo e diverso de variáveis e combinações.

Do mesmo modo, aplicar indistintamente os conceitos de “exilado” e “imigrante” sem perceber que englobam variadas experiências singulares e em diversos contextos históricos pode nos levar a apreciações não acuradas. Ou seja, em determinados casos os contornos entre estes conceitos se tornam difusos ou imprecisos em virtude da aglutinação ou justaposição de fatores que pautam os critérios delimitadores, tornando ainda mais complexa a delimitação.

1.5 Diásporas

Como já dissemos no início deste Capítulo, o termo “diáspora” ultrapassa nos dias de hoje a tradicional acepção relacionada quase que unicamente com a história do êxodo do povo hebreu na Antiguidade. Por exemplo, o termo também pode ser aplicado a outros povos com fenômenos históricos análogos de migração maciça (forçada ou voluntária) durante a Antiguidade, como o êxodo dos povos gregos, ou na Idade Média, como a diáspora chinesa de 1276 frente à ameaça mongol.¹⁴⁸ Mas o

¹⁴⁷ Entrevista com F. K. realizada em Porto Alegre - 29/06/2007.

¹⁴⁸ SHEFFER, Gabriel, op. cit., p. 60-62.

conceito de “diáspora” também é epistemologicamente válido para eventos e formações sociais similares dos tempos modernos e contemporâneos.

O moderno conceito de “diáspora étnico-nacional”, tal como enunciado por Sheffer¹⁴⁹, engloba uma formação social e política criada como resultado de migração forçada ou espontânea, cujos membros se reportam a uma mesma origem étnica ou nacional e residem de forma permanente, como minorias, em um ou mais países hospedeiros. Além disso, os integrantes destas entidades podem manter contatos regulares ou ocasionais com indivíduos ou grupos de “sua terra”, assim como outros grupos cognatos residentes em outros países.

Apesar de estabelecidos no estrangeiro, esses coletivos étnico-nacionais procuram reforçar sua identidade originária através de diversas ações, a começar pela solidariedade entre os membros do grupo e que também espelha e fortalece a sua filiação étnica e/ou nacional.¹⁵⁰ E, isso independentemente de que os membros da diáspora possam ter origem social diversa, ou que alguns tenham vindo como migrantes econômicos e outros como exilados políticos. Essas diferenças serão discutidas ou administradas dentro do coletivo da diáspora. Assim, esses conjuntos de pessoas de origem e identidade afim costumam se organizar para poder ocupar um espaço na sociedade anfitriã e desempenhar um papel dentro da mesma, tanto seja na área social e econômica, quanto na área cultural ou política. Claro que esta atuação sempre depende dos limites impostos pelas leis e condições reais do lugar onde estão residindo.

Por fim, cabe ressaltar que esses “grupos da diáspora” são organizações com um elevado grau de complexidade, que estabelecem intrincadas redes trans-nacionais e que inter-relacionam vários atores sociais, simultaneamente, em diversas esferas: elas acabam por tecer uma delicada rede que envolve o país originário, o país anfitrião, as comunidades locais, etc.

¹⁴⁹ Sheffer ressalta o uso do adjetivo “étnico-cultural” para este conceito no sentido de restringir a sua utilização a formações compostas por grupos que compartilhem e se identifiquem em função de uma origem étnica ou nacional, dividindo mesma cultura e língua. E é neste mesmo sentido que este conceito vai ser empregado ao longo deste texto, pois existe outro uso do termo “diáspora”, só que aplicado a uma ampla gama de formações sociais de variado tipo e que transcendem o escopo da nacionalidade. Seja em função de crença política, como o comunismo internacionalista ou em virtude de ideologias nacionalistas e crenças trans-nacionais, como o pan-germanismo ou pan-islamismo, respectivamente. *Idem*, p. 8-11.

¹⁵⁰ Deve ser destacado também que nem todas as diásporas tem conexão com um Estado nação formalmente constituído. Existem, ainda hoje, diversos povos em diáspora que ainda não possuem esta vinculação, como os kurdos ou os palestinos.

No entanto, o que diferencia uma “diáspora” de um processo migratório composto de um conjunto de indivíduos avulsos, sejam eles refugiados ou meros imigrantes da mesma origem? E quando surge uma “diáspora”?

De acordo com Sheffer¹⁵¹, poucos imigrantes ou refugiados seriam movidos por uma intencionalidade prévia de se integrar ou assimilar ao novo país, ou ainda pensar em formar entidades de diáspora antes da chegada ao destino. Segundo ele, para a grande maioria de imigrantes, a decisão de se integrar ou formar uma comunidade de diáspora (ou se juntar a uma diáspora pré-existente) só pode ser tomada uma vez instalado no país hospedeiro e, mesmo assim, somente a partir de certo tempo de estabelecimento do imigrante aliado a perspectiva de permanência desse imigrante na terra de acolhida. Este “tempo” é bastante indefinido e assaz variável, mas deve ser o suficiente para que o imigrante possa obter um panorama geral da situação e analisar as condições oferecidas pela nova terra. Já a opção pela permanência do imigrante, pode ser dada em função de uma multiplicidade de questões interligadas. Desta forma, fatores objetivos e outros de caráter mais subjetivo-emocional se entrelaçam incidindo e influenciando nesta escolha. Por exemplo, a permanência do imigrante pode ocorrer tanto em virtude de condições econômicas e políticas concretas do governo que os recebe, quanto a partir de uma percepção favorável do país anfitrião, devido à receptividade e hospitalidade oferecida pelo “outro”.

Para Scheffer, logo após a instalação do imigrante no país hospedeiro e a resolução dos problemas mais prementes, como moradia ou trabalho, o imigrante deve enfrentar-se ao seu principal dilema dessa nova realidade de vida, lembrando que esta escolha será estratégica e de importância crucial para o seu futuro. Por um lado, está à possibilidade de assimilação ou completa integração a nova cultura, deixando de lado parte importante da sua identidade, geralmente em virtude de obtenção de benefícios e incentivos de parte do governo hospedeiro. Pelo outro lado (e deve ser dito que há um leque de estratégias intermediárias entre ambos os lados), está à possibilidade de se organizar entre seus pares e erguer uma entidade que os congregue e represente, baseada na manutenção de uma identidade étnica ou nacional comum, na preservação das raízes culturais e unida entre si por laços de

¹⁵¹ Idem, p. 77.

solidariedade. Dessa forma surgem as comunidades de diáspora, muitas vezes também como forma de reação perante diversos níveis de hostilidade ou discriminação encontrados nos países hospedeiros.¹⁵²

Por outro lado, os migrantes que se pretendem temporários (como exilados, refugiados ou trabalhadores contratados sazonalmente) geralmente não mostrarão interesse em assimilar-se ou mesmo em somar-se as diásporas, por que eles estão exclusivamente focados na expectativa de um retorno futuro (e não muito distante, em tese) a terra natal.

Com base no panorama acima exposto sobre a diáspora, nos cabe perguntar: será que houve uma diáspora argentina nestes termos? E será que podemos ou não considerar que os argentinos estabelecidos no Brasil (e no RS) se constituíram em entidades típicas de diáspora? As respostas devidas serão dadas ao longo do texto.

1.6 Itinerários do Exílio e da Imigração Argentina

Embora os motivos que levavam muitos argentinos a imigração ou ao exílio fossem diferentes quanto à índole ou a sua voluntariedade, no entanto, pode-se observar que os itinerários de uns e outros muitas vezes eram coincidentes. Mas como se dava a escolha destes itinerários?

Não há padrões definidos para o processo de escolha: pode ser um fato individual, um projeto familiar ou decisão coletiva. Alguns podem planejar e/ou calcular meticulosamente, por exemplo, comparando um hipotético país de destino em relação ao outro, ou fazer viagens de prospecção para examinar *in loco* e mais atentamente o destino desejado. Enfim, se rodear de cuidados para minimizar ou prever possíveis problemas vindouros. Já outros podem não dispor do tempo, dinheiro, conhecimento ou mesmo a vontade e disposição necessária para operar desta forma. Por outro lado, nem sempre pode haver muita possibilidade de escolha ou esta é limitada em função do momento histórico, familiar, pessoal, etc. Entretanto, mesmo na mais desesperada das fugas, são necessárias mínimas ponderações e que acabam por converter-se, de certa forma, em opções. Frequentemente é o caso de muitos exilados que tiveram de partir às pressas sem poder carregar muito além da

¹⁵² SHEFFER, Gabriel, op. cit., p. 76-83.

roupa do corpo, como veremos nos estudos de caso específico do Capítulo 4. E como já foi dito anteriormente, a possibilidade de emigrar (fosse ela de índole econômica ou política) permanecia geralmente atrelada aos recursos pessoais de cada emigrado. Ou seja, o seu poder aquisitivo, a sua profissão ou ofício, sem esquecer as diversas redes sociais às quais estava ligado e que poderiam servir como fatores de suporte: familiares, amigos, colegas de trabalho ou faculdade. Por fim, deve ser destacado também que a imigração ou o exílio frequentemente não é uma opção ao alcance das camadas mais populares devido aos custos que envolvem tais deslocamentos. Não emigra quem quer, mas sim que tem condições para fazê-lo.

No caso específico dos exilados, cabe lembrar uma questão importante e que acabou por restringir diversas vezes as escolhas de itinerários possíveis: os “papéis”. Ou seja, muitos indivíduos não tinham documentos necessários para empreender uma viagem ao exterior, principalmente viagens para países não limítrofes, que requerem a obrigatoriedade do passaporte e cuja expedição requer a apresentação perante as autoridades, o que para alguns significava assinar a própria sentença de morte. Restava assim, sair do país em direção aos países limítrofes, clandestinamente ou não, utilizando os documentos de identidade. Assim, se nem todos podiam ou tinham condições de partir para a Europa, restavam como óbvias saídas os países fronteiriços: o Brasil, a Bolívia, o Paraguai, o Uruguai ou Chile. Claro está que atravessar a fronteira de qualquer um destes países implicava em profundos riscos, dada a colaboração entre os regimes militares da região e, por outro lado, a permanência se constituía em um problema levando a alguns a partir em direção a uma segunda etapa do exílio.¹⁵³

Do ponto de vista social e econômico, cabe relembrar ao leitor que incidem sobre os movimentos migratórios forças de atração ou repulsão e que também acabam por direcionar o sentido dos fluxos migratórios. Esses fatores de atração e expulsão são vetores opostos, mas eles podem ter uma relação de reciprocidade e

¹⁵³DELLI-ZOTTI, Guillermo M. La singularidad del exilio argentino en Madrid: Entre las respuestas a la represión de los 70 y la interpelación a la Argentina posdictatorial. In: YANKELEVICH, Pablo (comp.) *Represión y destierro: Itinerarios del exilio argentino*. La Plata: Ediciones Al Margen, 2004, p. 89, e OLIVEIRA-CÉZAR, Maria. El exilio argentino en Francia. *Amérique Latine Histoire et Mémoire*, Numéro 1-2000 - *Migrations en Argentine*. [En ligne], mis en ligne le 22 décembre 2004. URL: <http://alhim.revues.org/document67.html>.

equilíbrio complementar em determinados contextos históricos. Por exemplo: enquanto a Europa de final do Século XIX expulsava seus excedentes populacionais diversos países do continente americano se apresentavam como um grande fator de atração para essas massas europeias deslocadas, em função das inúmeras possibilidades de desenvolvimento no Novo Mundo. Assim, enquanto uns expulsavam outros recebiam, e a balança migratória parecia quase que simetricamente equilibrada.

Já mais recentemente, os migrantes argentinos da segunda metade do Século XX não contaram, em geral, com a mesma reciprocidade histórica. Contribuíram para esse resultado as mudanças de paradigma de um esquema de migração livre (do final do Século XIX) a um modelo progressivo de migrações restritivas e seletivas no Século XX,¹⁵⁴ como resultante de um mundo cada vez mais desigual e assimétrico, dividido politicamente e cujo mercado de trabalho interno, cada vez mais especializado e em crescente processo de encolhimento pelas novas tecnologias de produção, não comportava mais concorrentes aos postos de trabalho.

Ou seja, vivia-se nas décadas de 1970-1980 (e vive-se ainda) uma situação paradoxal onde os países do chamado Primeiro Mundo, reputados como principais pólos de atração, eram aqueles que justamente estavam cada vez mais seletivos e restritivos no tocante a imigração estrangeira. No entanto, havia exceções e brechas nas rígidas políticas migratórias para aqueles que possuíam habilidades profissionais específicas na qual os anfitriões pudessem ter algum interesse, assim como para aquela minoria de “migrantes com capital” que se propusessem a investir seus fundos no país. Mas também se abriam possibilidades em virtude da dupla cidadania de muitos argentinos, filhos ou netos de antigos imigrantes europeus. Dessa forma, a possibilidade de emigrar para a Espanha, Itália e, em menor grau França, Inglaterra e Alemanha, se transformou em um “sonho” para muitos migrantes argentinos, fossem eles exilados políticos ou econômicos. Para uns e outros, esses países se tornaram atrativos por diversos motivos, mas pode se destacar entre eles sua maior estabilidade econômica e possibilidades de trabalho, aliado à liberdade política e de expressão. Contudo, não podemos obliterar fatores como a familiaridade cultural e histórica, especialmente com a Espanha e a Itália, e a fundamental questão do

¹⁵⁴ FRANCO, Marina; BERNALDO, Pilar G, op. cit., p. 20.

compartilhamento da mesma língua, no caso da Espanha. Somado a isso, à permanência de certo idílio no imaginário coletivo argentino no qual o ato de migrar para a Europa representava uma espécie de “retorno às origens”:

*En nuestro país, los recuerdos, las costumbres y las tradiciones conservadas por cientos de familias que inmigraron desde Europa, lograron estimular la imaginación de las nuevas generaciones, haciendo posible la vivencia del retorno a las raíces familiares.*¹⁵⁵

Mas houve a presença de argentinos em outros países europeus com os quais não havia essa proximidade cultural. É o caso dos países escandinavos (Suécia, Dinamarca, Noruega) especialmente na Suécia, onde se estabeleceram núcleos de argentinos, a grande maioria na condição de refugiados políticos sob a proteção das Nações Unidas. Nesses casos, a escolha por um desses itinerários mais do que uma “opção” era mais uma imposição circunstancial, visto que os países “prediletos” eram outros, como vimos acima. Inclusive a sugestão era geralmente dada pelos próprios funcionários da ACNUR, já de antemão conhecedores das respostas dissuasivas ou negativas dadas por países como Itália ou Espanha, que não aceitavam oficialmente refugiados. Em contraste com o pouco ou nenhum interesse destes em receber mais estrangeiros, fossem eles imigrantes ou refugiados, a Suécia adotara oficialmente uma ativa política de proteção ao refugiado, inclusive como forma de condena dos governos militares do Cone Sul, como assinala Canelo.¹⁵⁶

Entrementes, no continente americano as opções para os emigrados também eram bastante diversas. Desde os anos 1960, os Estados Unidos eram o lugar predileto de escolha dos imigrantes seletivos, alguns com capital, mas a maioria gente com elevado nível de conhecimento profissional ou capacidade intelectual, aquilo que Zuccotti chamou (não isento de certa dose de fanfarronice e chauvinismo) de “aristocracia” argentina no exterior.¹⁵⁷ Mais tarde, a partir da década seguinte, a estes se agregariam muitos imigrantes econômicos, de diversa origem social, e que conformariam diversas comunidades argentinas em importantes cidades norte-

¹⁵⁵ BARON, Ana; DEL CARRIL, Mario; GÓMEZ, Albino. *Porqué se fueron. Testimonios de argentinos en el exterior*. Buenos Aires: Editorial Emecé, 1995, p. 11.

¹⁵⁶ CANELO, Brenda. Cuando el exilio fue confinamiento. Argentinos en Suecia. In: YANKELEVICH, Pablo; JENSEN, Silvina. (comp.) *Exilios. Destinos y experiencias bajo la dictadura militar*. Buenos Aires: Libros del Zorzal, 2007, p.109-110.

¹⁵⁷ ZUCCOTTI, Juan C. op. cit., p. 33.

americanas, como Nova Iorque, Los Angeles, Chicago ou São Francisco. Estranhamente, entre 1976 e 1981, lá também encontrariam refúgio alguns exilados, devido à pressão interna de movimentos de solidariedade com a Argentina sobre o governo americano que, apesar de exercer naquele momento uma política em defesa dos direitos humanos, ainda era bastante reticente em receber “perigosos” refugiados de esquerda.¹⁵⁸ Ainda na América do Norte, o Canadá foi outro lugar de escolha, especialmente para imigrantes econômicos, em um amplo escopo que incluía desde gente com alto gabarito profissional até trabalhadores da construção civil.¹⁵⁹

De fato, os EUA não eram um destino comum para os exilados, que de longe preferiam assentar-se em Cuba ou no México. O primeiro país não parecia estar ao alcance de qualquer refugiado, mas sim para alguns quadros ou membros da cúpula de organizações armadas proscritas, como *Montoneros*, que lá se asilou.

Já o México foi um dos primeiros itinerários escolhidos, ainda bem antes do Golpe de 24 de Março de 1976, dada a repressão do governo Isabel Perón contra os ex-integrantes da esquerda peronista e outros grupos de esquerda. Fiel a sua tradição em acolher os perseguidos pela intolerância, o México representou um exemplo de solidariedade latino-americana ao receber abertamente, sem ressalvas, refugiados argentinos (além de muitos outros latino-americanos) das mais diversas tendências políticas. Todavia, isso não quer dizer que fosse uma espécie de “exílio dourado”. A solidariedade geral encontrada se contrapunha a complicada e vagarosa burocracia do Estado mexicano que colocava diversos entraves legais aos estrangeiros que pretendiam residir no país asteca.¹⁶⁰ De qualquer forma, o México, tornou-se um autêntico símbolo para o exílio argentino.

Na América Latina, além do Brasil, onde se instalou um número considerável de argentinos, ainda houve colônias argentinas no Paraguai, Peru, Venezuela, Colômbia, Equador, Panamá e Costa Rica, geralmente compostas por imigrantes, mas também contaram com pequenos núcleos de exilados políticos. Já no Peru e na Venezuela, o contingente de exilados parece ter sido um pouco mais significativo,

¹⁵⁸ Sobre a atuação dos exilados nos EUA veja-se: POZZI, Pablo, op. cit., p. 253-274.

¹⁵⁹ ZUCCOTTI, Juan C. op.cit., p. 54 e ss.

¹⁶⁰ BERNETTI, Jorge L.; GIARDINELLI, Mempo, op. cit., p. 27-28.

apesar de que ainda não possuímos maiores estudos históricos específicos sobre elas, conforme coloca Yankelevich.¹⁶¹

1.6.1 Aproximações ao Número da Diáspora Argentina

Muitos autores tentaram quantificar o crescente fenômeno da emigração argentina (iniciado em meados da década de 1950) especialmente o seu *boom* durante o período 1976-1983. Contudo, o número de argentinos que abandonaram o país, sejam eles imigrantes econômicos ou exilados políticos, ainda é tema de intenso debate acadêmico e cuja discussão foge aos nossos propósitos. No entanto, nos parece importante desenhar um panorama dos números em discussão para termos uma dimensão aproximada da magnitude desta diáspora, para posteriormente enfocarmos este fenômeno no Brasil e no RS, mais especificamente.¹⁶²

Em dezembro de 1980, uma extensa enquete realizada por uma organização privada, o *Comité de Estimulo a los Universitarios Argentinos en el Exterior* (CEUAE) apontava que o número de argentinos residindo fora do país, desde os anos 1960, era estimado entre 1.700.000 e 2.125.000.¹⁶³ Nesta cifra se incluíam desde os residentes permanentes e seus descendentes até os residentes temporários e outros vagamente catalogados como (...) *transeúntes especiales, visados de mediano y largo plazo, indocumentados y otros con permanencia indefinida en el país que eligieron residir (...)*,¹⁶⁴ onde provavelmente se encaixariam boa parte dos então “inomináveis” exilados políticos e dos “invisíveis” imigrantes econômicos. Estes cálculos foram aceitos e a sua divulgação teve um caráter de denúncia apresentando bastante repercussão pública na época por chamar a atenção para um êxodo que abarcava entre 8% ou 9% da população argentina.

Porém, desde o início, os números da enquete (ou *encuesta*, em espanhol) foram instrumentalizados com finalidade política, como colocam Yankelevich e Jensen:

¹⁶¹ YANKELEVICH, Pablo (comp.) *Represión y destierro: Itinerarios del exilio argentino*. La Plata: Ediciones Al Margen, 2004, p. 14-15.

¹⁶² Os dados são variados e imprecisos, mas por volta de 1980 os números oscilavam entre 45.000 e 100.000 argentinos no Brasil, variando segundo a fonte. O caso específico da imigração para o Brasil será tratado no Capítulo 4.

¹⁶³ ZUCCOTTI, Juan C. op. cit., p. 53.

¹⁶⁴ Idem, p. 53-54.

Al no encontrarse discriminados los resultados que arrojaba la “Encuesta”, se terminó por confundir la condición de exiliado político con la de residente en el extranjero, operación en extremo eficaz para evitar que la magnitud de la cifra constituya un argumento contundente para denunciar la brutalidad represiva de la dictadura militar.¹⁶⁵

Ou seja, a imprensa argentina da época, conivente com o regime dos generais, até divulgou estas cifras, mas sem referir-se ao problema dos exilados. Já parte da imprensa internacional, simpática ao exílio argentino, converteu a cifra de dois milhões na quantidade de exilados desde 1976. Certamente um “exagero”, também com um claro sentido político, mas de outro signo.¹⁶⁶

Mais recentemente, se procura fazer uma distinção mais acurada entre residentes e exilados políticos, para poder medir o real impacto da perseguição política durante a ditadura civil-militar recente e sua inter-relação com o fluxo migratório pré-existente. Assim, os números da emigração no final dos anos 1980 eram aproximados entre 300.000 e 500.000 pessoas e eles resultavam do cruzamento de dados de censo argentinos com dados similares obtidos dos países receptores.¹⁶⁷ Cabe recordar que pretender maior precisão e discriminação nestes dados nos parece uma quimera em função das complexidades observadas nas fontes e na natureza do próprio objeto, o exílio. Quanto às fontes, basta colocar que não há estatísticas oficiais referentes aos fluxos migratórios de 1977 a 1981. Segundo diversos autores¹⁶⁸, esses registros teriam sido propositalmente apagados pela ditadura civil-militar argentina: não se sabe quantos saíram, por onde, em que direção ou mesmo se voltaram. Contudo, mesmo se existissem estes dados, eles pouco elucidariam sobre o exílio político ao não separá-lo da emigração corrente, já que como nos disse um funcionário da *Dirección Nacional de Migraciones (...): No se pregunta a la gente por que se van.*¹⁶⁹ E mesmo se lhes fosse perguntado, dificilmente a resposta seria sincera, pois o caráter de perseguição inerente ao exílio obrigou as pessoas, ou a sair de forma clandestina, ou sair mimetizados de turistas, como será visto nos depoimentos ao longo do texto.

¹⁶⁵ YANKELEVICH, Pablo; JENSEN, Silvina, op. cit., p. 214.

¹⁶⁶ GARZÓN VALDÉZ, Ernesto, op. cit., p. 195.

¹⁶⁷ YANKELEVICH, Pablo; JENSEN, Silvina, op. cit., p. 214.

¹⁶⁸ Idem, p. 211; DELLI-ZOTTI, Guillermo M, op. cit., p. 134.

¹⁶⁹ Entrevista com Hugo Maujan realizada em Buenos Aires - 25/03/2008.

Por fim, uma pesquisa mais recente aponta que 334.126 pessoas deixaram a Argentina no decênio 1974-1984, mas sem ainda poder discernir entre emigrados e exilados.¹⁷⁰ Nos dados, eles continuam sobrepostos e misturados reafirmando não só que o exílio é parte indissociável desse fluxo migratório, gerador de saldos negativos de população nativa argentina, iniciado há décadas. Mas que, principalmente, o exílio desencadeado pela ditadura civil-militar de 1976-1983 também é um momento de explosão nessa corrente migratória pré-existente.

¹⁷⁰ YANKELEVICH, Pablo. Exilio y dictadura. In: LIDA, Clara E.; CRESPO, Horácio; YANKELEVICH, Pablo. (comp.) *Argentina, 1976: estudios en torno al golpe de Estado*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Economica: El Colégio de México, 2008, p. 211.

Capítulo 2 – Contexto Argentino

2.1. Dinâmica Migratória da Argentina: de País Receptor a País Emissor

Desde início do século XIX até quase a metade do século XX, a Argentina configurou-se como um país receptor de imigrantes, tal como outros países do Novo Mundo, entre eles os Estados Unidos, o Canadá e o Brasil. Desde a década de 1820, o governo de Buenos Aires passou a promover uma incipiente colonização europeia trazendo principalmente escoceses, ingleses e alemães. Contudo, estes primeiros esforços fracassaram sob o signo da instabilidade política com as guerras locais e a falta de apoio estatal aos colonos. De acordo com Fausto e Devoto, somente a partir de 1830 é que a imigração começou a tomar vulto na Argentina. Essa corrente migratória foi

(...) favorecida pelo vazio demográfico que as guerras de independência e as guerras civis deixaram no litoral. Irlandeses, genoveses, bascos e franceses iniciaram o povoamento das cidades e vilas da região, assim como de algumas zonas rurais (sobretudo ao sul de Buenos Aires).¹⁷¹

É importante destacar que esta população não representava um salto demográfico propriamente dito, mas antes destinava-se a preencher um déficit populacional. Embora não se possuam registros históricos confiáveis a respeito, o censo de 1855 da cidade de Buenos Aires assinala que os estrangeiros já somavam 30% da população bonaerense, e em 1869 atingiram a marca de 50%.¹⁷² É preciso lembrar que a Europa, na virada do século XIX passava por um período de crise social e econômica generalizada, agravada por um substancial crescimento demográfico. Esta crise atingia especialmente os países periféricos, de economias

¹⁷¹ FAUSTO, Boris; DEVOTO, Fernando J. *Brasil e Argentina: um ensaio de história comparada, 1855-2002*. São Paulo: Ed. 34, 2005, 2 ed., p. 41.

¹⁷² FAUSTO, Boris; DEVOTO, Fernando J, op. cit., p. 41-42.

menos desenvolvidas e estruturas sociais arcaicas, como a Espanha, a Itália e os países do Leste europeu.

Além da questão estrutural, devem ainda somar-se outras problemáticas locais, de caráter variável e sazonal, mas que também incidiram como fatores de expulsão demográfica. No caso espanhol, por exemplo, houve freqüentes carestias de grãos, que provocavam fome generalizada, e ainda as pragas da lavoura, como a *filoxera*¹⁷³, que arrasavam as precárias estruturas dos minifúndios. Mas também havia problemas políticos. Muitas dessas crises agrícolas desdobraram-se em revoltas populares dirigidas contra a elite e o governo, posteriormente abafadas com extrema violência. Logo, a América era também uma opção de refúgio para escapar da perseguição. Por outro lado, muitos jovens das camadas subalternas fugiram do recrutamento militar forçado para as guerras coloniais de Cuba e das Filipinas, que a Espanha travava com os Estados Unidos no final do século XIX. Processo similar ocorreria anos mais tarde, quando da guerra colonial do Marrocos, entre 1915 e 1923. Mais uma vez, se percebe o quão difícil é enquadrar a migração econômica como um ato plenamente voluntário. Perez Murillo afirma que

*(...) muchos de estos emigrantes que se veían obligados a marchar a tierras desconocidas por las injustas estructuras de opresión semifeudal de sus lugares de origen, gritaban al embarcarse (nos navios de bandeira estrangeira): ¡Muera España, mueran los caciques, muera el país que deja perecer a los pobres!*¹⁷⁴

Os imigrantes, em geral, eram camponeses e artesãos, gente deslocada em função da transição do mundo rural para o mundo industrial/urbano, ou assalariados urbanos mas de origem rural. É bem provável que, para a maior parte dessas pessoas, a imigração acarretasse a esperança de uma re-inserção no mundo rural, a possibilidade de voltar a ser proprietário de um quinhão de terra. Neste sentido, a Argentina certamente era imaginada como uma espécie de “paraíso terreno”, com abundantes terras férteis e “vagas” a serem exploradas. Contudo, restavam poucos espaços para o estabelecimento de colonos.

¹⁷³ *Filoxera*: inseto semelhante ao pulgão que se alimenta de plantas.

¹⁷⁴ PEREZ-MURILLO, Maria D. (org.) *Oralidad e historias de vida de la emigración andaluza hacia América Latina (Brasil y Argentina) en el siglo XX*. Cádiz: Servicio de Publicaciones de la Universidad, 2000, p. 45.

Por volta de 1830, o latifúndio já havia iniciado um processo de expansão sobre o sul e o oeste do pampa, ao alcançar as terras ditas “públicas”, um verdadeiro botim obtido com o massacre dos índios. Desde 1850, o cercamento dos campos já havia definido os direitos jurídicos de propriedade do latifúndio e, finalmente, na década de 1880, a expansão da fronteira da economia agro-exportadora por sobre as últimas terras indígenas, com o conseqüente extermínio destes na Campanha do Deserto¹⁷⁵, chegava ao seu auge e deixava poucos espaços “vagos” para projetos de colonização alternativos. De acordo com Stanley e Bárbara Stein,

*(...) Por volta de 1880 talvez as melhores terras de toda a Argentina já eram de propriedade privada (...); quando 100.000 imigrantes entraram no país, a Argentina era uma terra de extensas propriedades, pertencentes a uma oligarquia latifundiária que desprezava os imigrantes, embora necessitasse deles.*¹⁷⁶

Carmagnani explica em números a questão da posse e da divisão da terra brutalmente expropriada aos povos originários,

*(...)Treinta millones de hectáreas, gran parte de las cuales acabaron en manos privadas, la de los estancieros, mientras que solamente una décima parte fueron destinadas a la creación de las colonias agrícolas.*¹⁷⁷

Mas o que se pretendia então com a imigração européia? Evidentemente, havia na Argentina um projeto liberal de desenvolver o capitalismo a partir de um modelo *farmer*, ou seja, de uma classe de pequenos e médios proprietários de terra ao estilo norte-americano. Neste sentido, a criação de colônias agrícolas pretendia povoar o país com a imigração, utilizando os (...) *colonos imigrantes como instrumento de civilização, no intento de povoar o deserto, onde se julgava impossível o nascimento de qualquer sociabilidade.*¹⁷⁸ Pode-se observar que os

¹⁷⁵ Foi uma cruenta campanha militar, desatada a partir de 1879 sobre os enclaves indígenas remanescentes ao sul do pampa. Comandada pelo general Julio A. Roca, posteriormente alçado a herói nacional, a operação militar significou para as elites a vitória da “civilização sobre a barbárie”, mas efetivamente seu interesse residia na obtenção de terras para a expansão do latifúndio. A campanha representou o derradeiro grande avanço territorial da oligarquia latifundiária e a consolidação de um projeto de nação Argentina como a “pátria do latifúndio”.

¹⁷⁶ STEIN, Stanley e Barbara apud CUEVA, Agustín. *O desenvolvimento do capitalismo na América Latina*. São Paulo: Global, 1983, p. 76-77

¹⁷⁷ CARMAGNANI, Marcello. *Estado y sociedad en América Latina, 1850-1930*. Barcelona: Grijalbo, 1984, p. 22

¹⁷⁸ FAUSTO, Boris; DEVOTO, Fernando J, op. cit., p. 90.

projetos de colonização estavam marcados por teorias civilizatórias, com forte arraigo racista e discriminador. Essas teorias, supremacistas e eurocêntricas, pregavam uma pretensa superioridade dos caucasianos sobre os outros povos, especialmente os autóctones da América e os escravos africanos, recomendando a não-miscigenação e buscando promover o branqueamento da população, abrindo suas portas para os excedentes populacionais da Europa.

Mas esses projetos esbarravam no latifúndio, espaço concreto que expressava simultaneamente a supremacia econômica, o poder político e o prestígio social da oligarquia *terratiente*. Não que houvesse, por parte da elite fundiária, uma oposição ideológica à colonização, mas o crescimento da economia agro-exportadora e o apoio governamental favoreceram a expansão do latifúndio. De acordo com Carmagnani, o principal motivo dessa expansão (...) *se debió a la necesidad por parte de la clase dominante de impedir que el excedente demográfico producido por el aumento de población se apropiase de los factores productivos.*¹⁷⁹

Resulta claro que o projeto de colonização dos intelectuais liberais argentinos não encontrou eco na elite fundiária agro-exportadora. Assim, como afirmam Fausto e Devoto, (...) *os intereses desses setores (agro-exportadores), conjugados a necessidade de o Estado (...) aumentar seus recursos fiscais para cobrir o déficit público, logo viriam a desfavorecer a ambição colonizadora.*¹⁸⁰

De fato, poucas colônias agrícolas vingaram na Argentina. Todavia, as que se destacaram, como as colônias judaicas do Barão Hirsch, encontravam-se principalmente na região de Santa Fé e Entre Rios. Fundadas em 1856, o sucesso temporal destas colônias se deveu principalmente, ao suporte diferenciado propiciado pelos governos provinciais, em contraste com o governo nacional, e a conjuntura favorável do mercado de cereais e da expansão das ferrovias. Algumas outras pequenas colônias também se estabeleceram em regiões do Chaco e Misiones.¹⁸¹ Contudo, por volta de 1910 a 1920, o latifúndio predominou sobre a pequena propriedade e esta remanesceu como exceção. As parcelas de terra familiar resultavam insuficientes na divisão de herança, tornando-se presa fácil dos *terratientes*. Frente a estas adversidades e empecilhos, a maioria dos imigrantes

¹⁷⁹ CARMAGNANI, Marcello, op. cit., p. 24.

¹⁸⁰ FAUSTO, Boris; DEVOTO, Fernando J, op. cit., p. 91.

¹⁸¹ PEREZ-MURILLO, Maria D, op. cit., p. 48.

que sonhavam em se transformar em proprietários dos seus meios de produção, teve de abdicar de suas aspirações e se conformar com o trabalho assalariado nas estâncias ou então, tornar-se arrendatário das mesmas. No entanto, uma parcela expressiva desses imigrantes formaria parte do imenso êxodo rural que se dirigia para a capital e as cidades pampeanas e litorâneas, em pleno processo de crescimento.

A partir de 1880 a Argentina iniciou uma política migratória de “portas abertas”. Os imigrantes começaram a fluir em grande número e se espalharam pelo território. Ao longo do tempo compuseram diversas ondas migratórias, vindos de países europeus ocidentais e do mediterrâneo, mas também muitos outros vindos do Leste da Europa e do Oriente próximo, trazendo em suas bagagens inúmeras expectativas alimentadas pelas diversas possibilidades oferecidas por um país jovem num cenário extremamente dinâmico, em constante desenvolvimento.

Os contingentes migratórios eram compostos, em sua maioria, por trabalhadores sem qualificação, oriundos do mundo rural em desagregação. Ao chegarem na Argentina e depararem-se com a quase impossibilidade de acesso à terra, tiveram de sujeitar-se ao trabalho assalariado no campo e na cidade. Era possível encontrá-los na instalação das vias férreas por toda a República, na indústria açucareira do norte, como arrendatários nas plantações de trigo e forrageiras, nas vinícolas de Mendoza e San Juan, na incipiente construção de rodovias e, principalmente, na indústria da construção civil e na intensa atividade portuária de Rosário e Buenos Aires.¹⁸²

Cada vez mais as cidades argentinas exerciam uma espécie de magnetismo sobre os imigrantes. Na virada do século, as cidades haviam se tornado tanto beneficiárias do lucro obtido pela oligarquia agro-exportadora quanto das inversões do Estado, que decidira empreender o caminho da modernização, redesenhando os espaços públicos e introduzindo melhorias na infraestrutura urbana, seguindo as tendências em voga nas metrópoles européias. Enquanto o Estado se dedicava a construção de gigantescos edifícios públicos, além de parques e avenidas, a elite fundiária erguia suntuosos palacetes nos novos bairros elegantes. Assim, o poder constituído e o grupo social dominante traduziam concomitantemente, e de modo

¹⁸² PEREZ-MURILLO, Maria D, op. cit., p. 49.

simbólico, sua força política e pujança econômica por meio da majestuosidade arquitetural.

Segundo explica a afirmativa de Romero,

*(...) el ingreso rural se difundió en la ciudad, multiplicando el empleo y generando a su vez nuevas necesidades de comercios, servicios y finalmente, de industrias, pues en conjunto con las ciudades, sumadas a los centros urbanos de las zonas agrícolas, constituyeron un mercado atractivo. El sector industrial alcanzó una dimensión significativa y ocupó a mucha gente. (...) Este sector industrial creció asociado con la economía agropecuaria, expandiéndose y contrayéndose a su ritmo y nutriéndose de capitales extranjeros.*¹⁸³

Evidentemente, não faltavam ofertas de trabalho para os recém chegados, que demonstraram grande flexibilidade e capacidade de adaptação perante as diversas possibilidades que lhes oferecia o mercado. Portanto, para os imigrantes, a Argentina se destacaria por ser a principal opção de assentamento, frente aos outros países sul-americanos. Estima-se que entre 1880 e 1890 o número de imigrantes desembarcados nos portos argentinos tenha atingido um milhão de pessoas, das quais 650.000 fixaram residência no país.¹⁸⁴ O restante teve de empreender o não menos difícil caminho de retorno ao país de origem.

Na primeira década do século XX, esta marca milionária seria novamente atingida. Neste período, metade da população da Argentina era composta por estrangeiros oriundos do mundo todo, mas especialmente italianos e espanhóis. Romero assevera que a imigração em massa e o progresso econômico remodelaram tão profundamente a sociedade Argentina que poderia dizer-se que a “reconstruíram”.¹⁸⁵ Contudo, outros autores, sem diminuir a importância do significado do aluvião imigratório, destacam que este fenômeno em nada afetou a estrutura social tradicional do país, que manteve-se intacta. Afirmam inclusive, que a própria ascensão social e econômica de alguns imigrantes foi devido a “vias subsidiárias” da atividade econômica e não a sua inserção na tradicional oligarquia.¹⁸⁶ A manutenção da cristalizada estrutura social tradicional pode ser

¹⁸³ ROMERO, Luis A, op. cit., p. 22.

¹⁸⁴ ROMERO, Luis A, op. cit., p. 19.

¹⁸⁵ ROMERO, Luis A, op. cit., p. 23.

¹⁸⁶ PEREZ-MURILLO, Maria D, op. Cit., p. 49.

compreendida como a chave para entender o processo de esgotamento da capacidade de absorção demográfica e integração populacional na dinâmica da sociedade Argentina.

O fluxo migratório estrangeiro perderia seu ímpeto durante e a década de 1920, devido a certa recuperação da Europa do pós Primeira Guerra Mundial, mas ainda se observaria a chegada intermitente de contingentes migratórios em busca de uma nova fronteira, embora em bem menor grau. A Grande Depressão de 1929 que abalou fortemente os alicerces do sistema capitalista mundial, evidenciando sua fragilidade estrutural, também afetou a dinâmica dos fluxos migratórios. A quebra da Bolsa de Nova Iorque e o conseqüente esfacelamento do sistema bancário norte-americano levou a um refluxo dos capitais norte-americanos na Europa e América Latina, bem como à quebra das economias locais que se encontraram desprovidas de recursos para financiamento, essenciais para a manutenção da máquina produtiva. A desestruturação econômica levou à estagnação da produção industrial nas economias centrais e, da produção agrícola nas economias de tipo periférico, como a Argentina.

Os países exportadores primários foram atingidos em cheio pelo retraimento operado nos mercados dessas potências industriais. A ausência de uma demanda mínima para seus produtos gerou uma crise de superprodução sem precedentes e suas economias dependentes e voltadas “para fora” expuseram assim toda sua fragilidade e incapacidade de resistir às flutuações do mercado. Ao estado de paralisação das atividades produtivas em geral seguiu-se uma onda de desemprego em massa que atingiu concomitantemente os países centrais e periféricos.

Para fazer frente ao caos social que se abatia sobre a Argentina, os conservadores no poder, com Agustín P. Justo na presidência, decidem interromper drasticamente o que restava do fluxo migratório. Não somente isso, para os conservadores e nacionalistas a imigração permitia, em tese, a entrada de elementos potencialmente perigosos para a ordem social, como os comunistas. Inclusive, diversos militantes sociais de origem estrangeira já haviam sido repatriados para seus países de nascença. Assim, como reflexo da crise e mecanismo de controle social e político, em 1932 se decretou a suspensão de vistos a imigrantes sem ocupação garantida, ou seja, sem contrato prévio de trabalho. Mas, o impacto de tal medida na diminuição da imigração deve ser relativizado, pois já existia então uma noção

generalizada de que a crise era de abrangência global e, por outro lado, o inflacionamento dos custos de viagem aliado ao baixo poder aquisitivo das pessoas, já agiam como fatores restritivos frente às possíveis levas migratórias com motivação econômica. De fato, o saldo migratório de 1931 a 1940 se reduziu a pouco mais de 70 mil imigrantes.¹⁸⁷

Os refugiados do fascismo também se fizeram presentes na Argentina, apesar do governo nacionalista e conservador ser pouco receptivo. A derrota dos republicanos na Guerra Civil Espanhola, em 1939, lançou ao mundo um exército de desterrados. Pressões populares e dos setores democráticos da Argentina, solidários com os republicanos, levaram o governo a ceder em algumas restrições. Portanto, alguns exilados puderam chegar de forma individual e, posteriormente, até mesmo alguns contingentes de refugiados espanhóis, atingindo um número aproximado de 2.500 pessoas¹⁸⁸, de variada origem social e posição política, mas todos escapando do obscurantismo, da barbárie e das represálias praticadas pelo franquismo.

Embora atenuado pelos entraves legais restritivos, o perfil da Argentina como país “receptor” duraria até alguns anos depois da Segunda Guerra Mundial, quando da chegada das últimas levas de europeus fugindo do terrível pós-guerra. Da Europa ocidental vieram novas, porém derradeiras, levas de italianos e espanhóis. Os primeiros, em função da caótica situação enfrentada pela Itália, que se encontrava virtualmente destruída no imediato pós-guerra. Os segundos, devido a uma complexa rede de fatores, a começar pela estagnação e profunda crise econômica que assolava a Espanha desde o final da guerra civil e sua lenta capacidade de recuperação, passando pelo asfixiante clima repressivo interno propiciado pelo franquismo. Para estes casos, um fator de atração primordial era, evidentemente, a preexistência de sólidas comunidades nacionais de ambos os países instaladas com sucesso no território argentino e que proporcionavam a existência de diversas redes de relacionamento.

Do leste europeu, também vinham refugiados de guerra, mas que possuíam geralmente signo político inverso ao daquele dos refugiados espanhóis. Com a derrota do Eixo nazi-fascista, milhares de pessoas se deslocaram (ou foram expulsas)

¹⁸⁷ GOLDAR, Ernesto. *Los Argentinos y la Guerra Civil Española*. Buenos Aires: Plus Ultra, 1996, p. 102.

¹⁸⁸ SCHWARZSTEIN, Dora, op. cit., p. 83.

em função do avanço e conseqüente ocupação soviética do Leste europeu. Basicamente eram civis, mas também haviam ex-militares alemães e dos países aliados do III Reich: húngaros, croatas, romenos, letões, etc. Entre eles, haviam diversos criminosos de guerra e notórios nazistas, aos quais o governo nacionalista de Juan Domingo Perón também garantiu refúgio discreto e seguro.

Contudo, com a mudança do contexto a partir do dinâmico processo de reconstrução da Europa incentivado pela Guerra Fria, a imigração europeia para a Argentina foi arrefecendo gradativamente e aos poucos foi mudando o perfil dos imigrantes: ao invés dos europeus, chegavam agora migrantes internos vindo do mundo rural e dos países limítrofes, atraídos pela força gravitacional exercida pela capital portenha e outras grandes cidades pampeanas no auge de seus processos de urbanização e carentes de mão-de-obra para alavancar o seu crescimento, especialmente durante o primeiro governo de Juan Domingo Perón.¹⁸⁹

2.1.2 Peronismo, Anti-peronismo e o Início do Processo Migratório Reverso

O general Juan D. Perón, que governava a Argentina desde 1945, apoiado por sua carismática esposa Maria Eva Duarte ou Evita, representava o protótipo do governante populista. Perón possuía um estilo pessoal característico, de forte apelo popular e, partindo da mística do “Estado forte”, ou seja, um Estado de caráter intervencionista, protetor e corporativo, deu impulso ao desenvolvimento industrial autóctone iniciado nas décadas anteriores, instituindo uma política econômica voltada para a criação de um mercado interno, aquilo que se chamou de “política de substituição de importações”. Paradoxalmente, a mudança em direção ao paradigma industrial foi financiada a partir do acúmulo de divisas obtidas com a exportação agropecuária durante o período da Segunda Guerra Mundial e, posteriormente, com a política de transferência de recursos oriundos do setor agrário-rural para o setor urbano-industrial¹⁹⁰. Mas principalmente, Perón redesenhou o pacto social. Ao introduzir a legislação trabalhista esquecida desde os anos 1930 e articular a inclusão de setores subalternos historicamente marginalizados na vida econômica e social do país, Perón adquiriu ampla base popular para o seu governo.

¹⁸ ESTEBAN, Fernando O, op. cit., p. 23.

¹⁹⁰ ROMERO, Luis A, op. cit., p. 106-107.

Esta base popular foi conformada particularmente a partir das maciças migrações internas, oriundas do mundo rural, que re-configuraram os espaços urbanos da Argentina durante a década de 1940 e 1950 e que, em parte, substituíam a imigração européia de outrora. Eram milhares de pessoas atraídas pelo processo de expansão do mercado interno gerado pelo peronismo, sua conseqüente redistribuição de renda nacional e a geração de postos de trabalho. Aliado a tudo isso, devem somar-se ainda as benesses do Estado de bem estar social, com suas políticas públicas assistencialistas, cuja marca indelével ainda é presente no imaginário coletivo das camadas populares argentinas.¹⁹¹

Com a prosperidade atingida pela Argentina peronista, especialmente com a expansão de suas cidades, desencadeou-se um processo de transformação das imigrações internacionais. A Argentina não mais oferecia tanto atrativo para os europeus, todavia convertera-se em um fator de atração incidindo sobre os países limítrofes. A migração limítrofe, e freqüentemente ilegal, era composta, neste período, principalmente por paraguaios e logo depois pelos bolivianos. Contudo, também havia uruguaios e chilenos, embora em bem menor grau, pelo menos até o final dos anos 1960, como será visto mais adiante. Os paraguaios continuariam representando, ao longo das últimas décadas do século XX, o fluxo majoritário de imigrantes.

Basicamente, tanto os migrantes internos quanto estes imigrantes limítrofes ocupariam a base da pirâmide social, sedimentando-se na periferia das grandes cidades e, geralmente, ocupando postos de trabalho que não requeriam especialização e que eram indesejados pelos trabalhadores mais qualificados. Restava, portanto para os imigrantes o trabalho pesado, perigoso, degradante e/ou mal remunerado. Além dessas dificuldades, havia um sério problema que Esteban destaca: o preconceito xenófobo e racial. Os setores dominantes e parte da classe média nutriam – e nutrem ainda – forte preconceito contra estes migrantes em razão de sua origem indígena.¹⁹² A elite, de um modo geral, demonizava os novos imigrantes ao considerar que estes representavam o primitivo, o retardo, a incultura, o promíscuo, a criminalidade, enfim, culpando-os irracionalmente de todas as mazelas nacionais.

¹⁹¹ ESTEBAN, Fernando O, op. cit., p. 23.

¹⁹² Idem, p. 24.

No campo ideológico, Perón, com seu discurso nacionalista e autoritário – e uma indisfarçável simpatia para com o Eixo – posicionava-se perigosamente numa pretensa “terceira posição” entre capitalismo e comunismo, em meio a Guerra Fria. Portanto, não é de estranhar que concomitante ao apoio das massas populares, o governo peronista enfrentasse também pesada oposição. No plano externo, os EUA acusavam Perón de ser um êmulo do nazismo, mas principalmente consideravam o nacionalismo do seu discurso, e as práticas reformistas do governo, um acinte aos interesses americanos. No plano interno, as crescentes insatisfações com a política econômica distributiva praticada pelo governo levaram as elites agro-exportadoras, os representantes do capital monopolista e os setores conservadores das Forças Armadas a conspirarem pela sua queda. Mas não somente: ao coro dos insatisfeitos somaram-se posteriormente à Igreja, com quem Perón teve um conturbado relacionamento, as classes médias urbanas e alguns setores populares ligados aos socialistas e comunistas, todos denunciando o caráter autoritário do regime.

Nesse contexto de crise do segundo governo peronista, dava-se início um processo migratório de técnicos, profissionais de alto nível, cientistas, professores e especialistas de diversas profissões em direção ao exterior, e que incluíam desde atores de cinema e radialistas até jogadores de futebol.¹⁹³ As justificativas apresentadas eram, de um modo geral, a busca por melhores condições de trabalho ou ampliação das possibilidades de estudos, além de oportunidades de crescimento na carreira ou simplesmente a procura de abundantes ofertas de emprego com salários mais elevados, aproveitando as oportunidades que se abriam com a reestruturação do mundo ocidental no pós-Segunda Guerra Mundial.

Esses imigrantes escolhiam principalmente os Estados Unidos e a Europa Ocidental como destino.¹⁹⁴ Não se descarta que, concomitantemente aos motivos descritos acima, alguns desses emigrantes carregassem também uma motivação política para deixar o país. Segundo Garzón-Valdez, havia nos anos 1950 um clima de desconforto no meio universitário com respeito à situação política, e muitos consideravam que o peronismo “embrutecera” a universidade com certo obscurantismo e constatavam a diminuição do nível intelectual e acadêmico.¹⁹⁵ Por

¹⁹³ ZUCCOTTI, Juan C, op. cit., p. 33.

¹⁹⁴ GARZÓN-VALDEZ, Ernesto, op. cit., p. 180.

¹⁹⁵ Idem.

outro lado, cabe lembrar que aqueles que não eram filiados ao peronismo eram destituídos ou relegados a segunda plana, não conseguindo espaço no meio acadêmico. A obra de Baron, del Carril e Gómez resgata o depoimento do conhecido físico Mario Bunge, declaradamente antiperonista e ex-marxista, sobre aquele período,

Yo venía de una Argentina empobrecida económica y culturalmente por Perón, arribaba a un lugar (São Paulo) donde había físicos de primera categoría, (...) y no atorrantes como los que había puesto Perón. El peronismo tuvo un efecto desastroso sobre la vida cultural e intelectual del país (...) quería imponer una ideología uniforme, la llamada doctrina nacional. Se apodero de las universidades; se apodero de los medios de difusión masiva, quiso controlar los cerebros y lo logró.¹⁹⁶

É fato que o peronismo desagradava a muitos e por motivos diferentes, começando pelas elites, de um modo geral, e perpassando inclusive às classes médias. Entre os desafetos havia muitos intelectuais, que independentemente de filiação política, defendiam a democracia e diziam abominar o que consideravam ser um modelo político autoritário e personalista, assim como a retórica demagógica e populista do peronismo e sua doutrina. Evidentemente, o que estes intelectuais certamente odiavam eram a autêntica gravitação dos setores subalternos em torno do peronismo e seu genuíno apelo popular. Os intelectuais da direita porque provavelmente estavam imbuídos de um forte preconceito de classe e viam na mobilização das classes subalternas uma perigosa subversão da ordem, enquanto os de esquerda porque, de alguma forma, o peronismo se apoderara daquilo que consideravam próprio, a hegemonia sobre a classe trabalhadora.

A maior parte dos emigrantes desta época eram justamente pessoas oriundas das classes altas e médias. Mas a este movimento migratório, de caráter primordialmente econômico iniciado por estes “pioneiros”, logo se seguiriam outros, cuja gama de motivações para a migração começava a apresentar cada vez mais matizes políticos em virtude do fechamento autoritário do regime ou refletia o agravamento das questões econômicas e sociais da república. Garzón-Valdez coloca que a desconformidade com a situação política não seria motivo para levar ao

¹⁹⁶ *Atorrantes: Sem-vergonhas.* BARON, Ana. DEL CARRIL, Mario. GOMEZ, Albino. *Por qué se fueron: testimonio de los argentinos en el exterior.* Buenos Aires: Emecé, 1995, p. 52-53.

abandono do país, se houvessem possibilidades de expressar atitudes de oposição dentro do jogo democrático. O problema é que

(...) lo que mas afectaba a muchos de estos jóvenes era la conciencia de la inviabilidad de esta oposición y la omnipresencia de un régimen que iba perdiendo la legitimidad originaria y procuraba afianzarse con medidas que no dejaban de presentar cierta similitud con las de los sistemas totalitarios.¹⁹⁷

A partir de 1951 iniciou-se um processo de deterioração progressiva do ambiente democrático e nítido avanço autoritário. Uma reforma na lei garantia ao peronismo maioria no Congresso. Em 1952, Perón era elevado legalmente à categoria de “Libertador da Republica” e sua esposa Evita a de “Chefa Espiritual da Nação”. De acordo com Halperin Donghi, o segundo plano quinquenal, em vez de abordar das questões econômicas, se preocupou mais em legalizar uma nova periodização da história argentina e proclamar o ideário do peronismo, conhecido por *justicialismo*, como “doutrina nacional”.¹⁹⁸ A situação política e econômica do país se agravou seriamente durante 1953: se percebia a escassez de produtos alimentícios, houve protestos e os setores resistentes ao peronismo passaram a ser reprimidos. Muitos opositores foram presos. Por outro lado, surgiram grupos de ação direta contra o governo.

Durante 1954 a 1955 o governo peronista foi marcado pela introdução de uma nova política petrolífera e pelo estranho conflito com a Igreja. Perón havia assinado acordos de concessão de áreas de exploração petrolíferas a companhias norte-americanas numa tentativa de reverter à deficitária balança comercial e mostrar-se receptivo aos investidores estrangeiros. O acordo, porém, contrastava com os próprios princípios antiimperialistas do peronismo e a oposição aproveitou esta contradição, denunciando-a como “traição”. O conflito eclesiástico surgiu à raiz de uma série de fatores, mas principalmente em torno da disputa na demarcação de espaços e limites de ação institucional entre o Estado e a Igreja. Perón desaprovava a ingerência religiosa no ensino público, na ação política e nos sindicatos católicos. Por sua vez, a Igreja temia perder seus espaços no assistencialismo e beneficência e reprovava o culto laico ao líder e sua falecida esposa.

¹⁹⁷ GARZÓN-VALDEZ, Ernesto, op. cit., p. 180.

¹⁹⁸ HALPERIN DONGHI, Tulio. *La democracia de masas*. Buenos Aires: Paidós, 2000, p. 81

Halperin Donghi afirma que talvez Perón tenha buscado no anticlericalismo arraigado de alguns setores da sociedade argentina um elemento de coesão política que lhe faltava.¹⁹⁹ Contrariamente, as medidas anticlericais adotadas por seu governo, como a lei de divórcio, a suspensão do ensino religioso nas escolas do Estado e, principalmente, a queima de igrejas por parte de simpatizantes peronistas acabaram por galvanizar as heterogêneas forças de oposição.

Em junho de 1955, um levante de oficiais da Marinha resultou no bombardeio aéreo da Praça de Maio e da Casa Rosada, sede do governo em Buenos Aires. O objetivo dos golpistas era matar Perón, mas em seu lugar, pagaram com suas vidas mais de trezentos civis agrupados na Praça em apoio ao presidente.²⁰⁰ Os atacantes fugiram com seus aviões para Montevideú, tradicional refúgio dos dissidentes argentinos, independentemente de sua coloração política. Embora tenha fracassado em seu intento, a sublevação indicava que o peronismo tinha seus dias contados.

Apenas três meses depois, em setembro de 1955, uma nova insurreição militar, desta vez em Córdoba, deu origem à chamada “Revolução Libertadora”. Era a materialização concreta de um frente antiperonista num amplo espectro, ou seja, um golpe dado por militares, mas com o beneplácito das oligarquias, a benção da Igreja, a simpatia dos EUA e o apoio de setores civis imbuídos de um discurso liberal, democrático e antiperonista. Perón renunciou, abandonou o poder e, embarcando numa canhoneira de bandeira paraguaia já como asilado, partiu para um exílio que durou quase 18 anos, acompanhado por alguns de seus acólitos, tal como ocorrera no passado com San Martín, Rosas e outros políticos argentinos caídos em desgraça e igualmente perseguidos por seus opositores. Segundo Héctor Sandler, *cumpliendo la cuota de exilio que pareciera exigir el país a todo político*.²⁰¹

O fenômeno do exílio político, embora evento histórico e corrente na cultura política do país, ainda não atingira nesse período um caráter de abrangência massiva. Ou seja, o exílio permanecia como um acontecimento circunscrito apenas a um núcleo de determinadas figuras políticas proscritas em virtude de sua filiação, militância ou vínculos mais ou menos diretos com o governo derrocado. Agora, era a vez dos peronistas partirem para o exílio. Desde seu asilo na capital panamenha de

¹⁹⁹ HALPERIN DONGHI, Tulio, op. cit., p. 84

²⁰⁰ ROMERO, Luis A, op. cit., p. 130.

²⁰¹ SANDLER, Héctor apud ZUCCOTTI, Juan C, op. cit., p.3.

Colón, Perón manteve fluido contato via correspondência com os peronistas exilados no Brasil, Uruguai, Paraguai, Chile e Bolívia, tentando reorganizar a estrutura do movimento peronista a partir do exílio e articular um movimento de resistência que permitisse o seu retorno ao país. Para esta finalidade, chegou a criar unidades especiais tipo “comando” em diversos países (entre os quais o Brasil) para realizar missões de sabotagem e propaganda armada na Argentina.²⁰²

Enquanto isso, na Argentina, após um inicial e breve período conciliador, onde o grupo golpista moderado do general Eduardo Lonardi buscou um consenso entre o movimento antiperonista vitorioso e a “massa peronista” descabeçada, impondo-se ao final o grupo militar mais reacionário. Este grupo, encabeçado pelo general Pedro Eugenio Aramburu e o almirante Isaac Rojas, era portador de um projeto econômico liberal e de um reformulado sistema político formalmente democrático, mas excludente ao banir via decreto a figura de Perón e seu movimento da vida pública e política. Seguiu-se um expurgo violento dos peronistas no aparato do Estado: foram expulsos das universidades, dos meios de comunicação, das forças armadas e da administração pública em geral e muitos deles tomaram o rumo do exílio. Ironicamente, a “Revolução Libertadora”, que nascera sob o discurso da democracia e da liberdade, na práxis se revelou tão intolerante quanto seu antecessor derrocado.

Contudo, a proibição do peronismo não significou de modo algum a sua extinção, antes pelo contrário. Tornou patente o quanto estava entranhado este fenômeno no tecido social da Argentina, a tal ponto que todos os governos (eleitos ou de fato) que sucederam ao movimento golpista de 1955 até o retorno dos peronistas ao poder em 1973, buscaram formas de convivência, acordo ou cooptação dos peronistas (não só a base, mas especialmente a burocracia sindical) no sentido de poder governar com uma mínima legitimidade.

Na ilegalidade, os peronistas tentaram um contragolpe em 1956 a partir de setores civis e militares ainda fiéis a Péron. O levante fracassou militarmente, mas foi punido de modo brutal com a execução sumária e ilegal dos implicados, num deplorável episódio que passaria para a história como o *Masacre de José León*

²⁰² Revista *O Cruzeiro*, 13/07/1957, p. 91 e ss. Museu de Comunicação Social Hipólito Jose da Costa – Porto Alegre.

*Suarez*²⁰³, polarizando e radicalizando ainda mais a clivagem da sociedade entre peronistas e antiperonistas. As vítimas seriam prontamente transformadas em mártires da chamada “resistência peronista”, tendo como objetivos: o retorno de Perón ao poder e a vingança do “sangue peronista” derramado, dando continuidade a espiral de violência iniciada com o bombardeio de Buenos Aires.

2.1.3 Desenvolvimentismo, Instabilidade Política e Econômica: o Fenômeno do *Brain Drain*

Durante as décadas de 1960 e 1970, a Argentina se tornou um cenário de intensa movimentação social e política, o corolário de um intrincado e complexo processo histórico que passava pelo fracasso do populismo e a instabilidade democrática, alternada com freqüentes saídas autoritárias refletidas em “panacéias” imediatistas para as crises institucionais. As freqüentes rupturas na ordem institucional da Argentina, como os golpes de Estado ocorridos em 1955, 1962, 1966 e 1976, somados aos resultados das oscilações políticas com sua crescente polarização e radicalização ocorriam num quadro geral ascendente de instabilidade econômica e insegurança social, favorecendo um meio propício para o gradativo aumento do fluxo migratório reverso. Data aproximadamente deste período – final dos anos 1950 – os primeiros “saldos negativos de argentinos” no fluxograma migratório. De acordo com Lattes, o tal fenômeno era novidade, pois revertia a história da Argentina como terra fundamentalmente receptora de movimentos migratórios²⁰⁴. Este fluxo ainda tênue, no entanto cresceria sobremaneira em volume ao longo dos anos subseqüentes, como veremos a seguir.

Após a saída dos militares que depuseram Perón do governo, em 1958, até 1966, os argentinos passaram por diferentes governos civis, oriundos do tradicional

²⁰³ A partir dos assassinatos de líderes peronistas, a “Revolução Libertadora” passaria a ser conhecida popularmente por “Revolução Fuziladora”.

²⁰⁴ LATTES, Alfredo. Visión general de la emigración internacional en la Argentina. In: LATTES, Alfredo OTEIZA Enrique (eds.). *Dinámica migratoria argentina (1955-1984) Democratización y retorno de los expatriados*. Tomo I. Buenos Aires, CEAL, 1987, p.41.

radicalismo²⁰⁵, mas sempre sob “tutela militar”: Arturo Frondizi, José M. Guido (provisório) e Arturo Illia. De acordo com Alain Rouquié

Los presidentes minoritarios llegan al poder bajo la estrecha vigilancia de un ejército dividido en tendencias de innegables afinidades civiles. La discrepancia entre la orientación dominante en el ejército y la del gobierno civil entraña una inestabilidad crónica. El ejército no interviene como “ultima ratio” ni en condiciones excepcionales, sino como “partido militar”, para imponer por la fuerza la política rechazada por la opinión pública. (...) Por más que el gobierno civil maniobre frente a la tutela militar, está condenado desde el vamos a la impotencia y, finalmente, la caída.²⁰⁶

É evidente que nenhum desses presidentes terminou o tempo de mandato previsto. Embora eleitos pelo sufrágio (Frondizi inclusive venceu graças a uma efêmera aliança com Perón, que lhe garantiu seus votos), eles nunca contaram com base de apoio significativa, e sua legitimidade democrática sempre foi questionada pelo povo em razão da permanência da proscricção ao peronismo como força política. Ou seja, era uma democracia formal e pouco representativa.

Em linhas gerais, os governos pós-peronistas apresentavam modelos políticos e econômicos ambíguos: propunham projetos desenvolvimentistas estruturados num discurso modernizador, embora temperado ainda com fortes doses de populismo, o que servia também para ocultar interesses do grande capital que manejavam a política econômica. De certa forma, era a continuação da fase industrialista iniciada com Perón, mas com forte concentração de capitais, mormente estrangeiros. Conforme Caraballo, Charlier e Garulli

(...)Con Frondizi se puso en marcha una nueva etapa en la política de sustitución de importaciones, en la cual el capital extranjero y las empresas transnacionales comenzaron a desempeñar un rol central. Este modelo industrialista “concentrador” (...) consistió en la expansión de industrias productoras de bienes durables, suntuarios, a los cuales tenía acceso una franja reducida de la población que concentraba mayores ingresos.²⁰⁷

²⁰⁵ A *Unión Cívica Radical (UCR)* havia se fracionado em dois grupos rivais: uma linha mais conservadora na *UCR del Pueblo*, liderada por Ricardo Balbín e da qual também fazia parte Arturo Illia, e uma linha progressista, a *UCR Intransigencia y Renovación* comandada por Arturo Frondizi.

²⁰⁶ ROUQUIÉ, Alain. *El Estado militar en América Latina*. Buenos Aires: EMECÉ, 1984, p. 305-306.

²⁰⁷ CARABALLO, Liliana; CHARLIER, Noemí; GARULLI, Liliana. *Documentos de la Historia Argentina (1955-1976)*. Buenos Aires: Eudeba, 1999, p. 24.

A necessidade de contar com solvência financeira para seus projetos levou o governo a estabelecer uma relação estreita com o Fundo Monetário Internacional (FMI), marcada pela dependência do governo em relação aos investidores estrangeiros e por um crescente processo de endividamento externo. À expansão inicial da economia seguiu-se um período recessivo, marcado pela inflação e déficit na balança de pagamentos. A solução encontrada, de acordo com Romero, foi aplicar uma política liberal ortodoxa, que embora contrária ao desenvolvimentismo, na verdade agia como complemento deste, reforçando seus efeitos. Na prática, se observou a desvalorização monetária, seguido pelo congelamento dos salários e liberação dos controles estatais sobre os preços.²⁰⁸ Essas medidas econômicas tiveram efeitos devastadores sobre a massa trabalhadora.

Logo, no plano social, o governo de Frondizi, que no início contava com o apoio e a admiração de diversos setores progressistas acabou enfrentando sérios conflitos com os trabalhadores. Seja por atacar certas estruturas do Estado de bem-estar social, violando as cláusulas do pacto eleitoral tratado com Perón, mas também pelas consequências dos planos econômicos que causaram perda do poder aquisitivo e desemprego. Some-se a isto sua inabilidade em negociar com os sindicatos verticalistas. Às frequentes greves e sabotagens, o governo respondeu com a intervenção aos sindicatos e a instauração do plano CONINTES (*Conmoción Interna del Estado*), que utilizava a força militar para reprimir e dissolver os movimentos grevistas, como o do frigorífico Lisandro de la Torre, em Buenos Aires, no início de 1959.

Um dos entrevistados para este trabalho, que não somente foi membro do UCR, mas também pertenceu ao *staff* do governo de Frondizi com apenas 23 anos, ofereceu um relato repleto de significados sobre a decepção que se abateu sobre sua pessoa ao perceber que o governo que integrava não só tomava rumos bem distantes daquilo prometido nas campanhas eleitorais, mas também notava que a fração conhecida por *UCR Intransigencia y renovación* se desviava perigosamente de sua linha política e ideológica original.

El radicalismo fue una fraude total (...) (Seus antigos correligionarios) ¡se negaban a darme la jeta, tenían miedo a

²⁰⁸ ROMERO, Luis A, op. cit., p. 142.

dar-me la jeta, iban a quedar mal con el partido! Porque yo me fui del radicalismo, (...) yo me fui del gobierno. (...) Analizando con los años, hay una mezcla en que me fui, que me hicieron ir. Pero hay un hecho funesto en todo esto y que se repite bastante más a menudo. (...) Yo pertenecía a Intransigencia y Renovación (...) era uno de los tipos más capaces de esa izquierda (...) y había mucha gente de izquierda ¡que después hasta formaron gobierno con la represión! ¡Y cuando yo me fui... me fui solo! Los demás, siguieron quedándose... el poder, parece que era tan importante... hay una fragilidad del ser humano.²⁰⁹

Então aos 24 anos, o “jovem veterano”, como se auto-intitulava Ricardo, demitiu-se do governo e abruptamente encerrou sua carreira política. Seu relato, embora carregue uma mágoa e ressentimento muito particular, devido ao papel destacado representado pelo entrevistado no cenário político, certamente também espelha sentimentos similares aos que se abateram em boa parte do eleitorado de Frondizi e da população em geral, prontamente frustrada nas suas esperanças pelo não cumprimento das promessas eleitorais e indignada com o visível agravamento da situação interna do país.

Já Andréa, que era na época uma jovem estudante secundarista, relatou aqui seu envolvimento com o movimento radical, ancorado numa tradição familiar, mas também evidenciando este como algo renovador frente à vertente autoritária do peronismo e ao golpismo dos militares, destacando especialmente a figura de Frondizi:

Mi familia había sido radical y en aquella época el movimiento radical era más progresista, democrático, estaba Frondizi con sus ideas, entonces yo y una de mis hermanas éramos de la juventud radical, y teníamos un grupo de amigos que leíamos Sartre, Camus, Simone de Beauvoir, hacíamos debates en una biblioteca. Había una intensa actividad de lectura (...) en la misma ciudad de Santiago del Estero. (...) En el 1959 me fui a Córdoba a estudiar (universidade) (...) y estaba la “enseñaza libre o laica”, porque en esa época estaba el PC (partido comunista) pidiendo que la enseñanza fuese libre y laica, que sacasen de las universidades y los colegios la enseñanza religiosa y que se yo. Ahí se eligió Frondizi con esa plataforma...y después... ¡el tipo rompió!²¹⁰

²⁰⁹ *Dar la jeta*: encarar a pessoa, apresentar-se, em *lunfardo*. Entrevista com R. A. realizada em Porto Alegre - 05/09/2007.

²¹⁰ Entrevista com A. T. realizada em Porto Alegre - 01/04/2008.

Além da decepção com a atuação de Frondizi, sua fala também revela o alto grau de politização e conscientização operado na juventude e na sociedade argentina em geral, indicativo também de uma boa formação educacional oriunda do sistema público, mesmo em regiões periféricas, como era o caso de Santiago del Estero, província pobre da região central Argentina. Isso também está relacionado à questão da educação “*libre o laica*”, citada pela entrevistada, que foi uma pedra angular dos diversos movimentos progressistas durante os anos de 1950 a 1960, que advogavam um ensino “nacional”, comprometido com a sociedade e o desenvolvimento do país.

Para estes setores mais politicamente comprometidos, o ensino tanto não poderia sair do controle estatal e cair nas mãos da iniciativa privada, especialmente da Igreja ou de corporações transnacionais, quanto o ensino privado não deveria ser beneficiado e receber subsídios e isenções estatais. Mesmo após intensos debates e manifestações populares, Frondizi acabou sancionando uma lei que, contrariando sua postura inicial, reconhecia finalmente os títulos emitidos pelas instituições de ensino privadas.

Ainda durante a era de Frondizi, houve também um processo de divisão e radicalização dentro do próprio seio do peronismo. Setores de base, da “resistência peronista”, começaram a se opor às manobras conciliadoras entre a antiga burocracia sindical e os governos pós-peronistas. Progressivamente migraram em direção à esquerda, situando seus oponentes no campo do imperialismo e aprofundando os conceitos de justiça social do peronismo num sentido claramente revolucionário e emancipador. Nesse contexto, a impossibilidade de acesso à via política corroborava cada vez mais com a opção pelas armas. Já em 1959, uma embrionária organização guerrilheira fez a sua aparição, os Uturuncos. Era a gênese do movimento revolucionário peronista. A desilusão geral dos setores progressistas da sociedade, da esquerda socialista até os nacionalistas de esquerda, deu-se após o fracasso do modelo democrático-progressista de Frondizi. Esse fracasso, que destacava as limitações da “democracia burguesa”, também induziu um paulatino processo de radicalização e polarização política, ainda mais após a vitória da Revolução Cubana. Lembra uma entrevistada: (...) *todo el idealismo de uno se concentraba en eso (Revolução Cubana), en Fidel Castro, el Che Guevara... ¡eran nuestros ídolos!*²¹¹

²¹¹ Entrevista com A. T. realizada em Porto Alegre - 01/04/2008.

Paralelo ao agravamento da situação política, econômica e social do país observava-se o surgimento de um fenômeno migratório que se tornaria corriqueiro nos anos seguintes: o “êxodo ou fuga de cérebros” ou *brain drain*, literalmente “drenagem de cérebros”. Este fenômeno adquiriu volume progressivamente ao longo da década de 1960, tornando-se um tema de debates, palestras e conferências, tanto na mídia impressa, radial ou televisiva, quanto em nível acadêmico. Tratava-se de entender o que levava intelectuais, cientistas, profissionais de nível superior e técnicos especializados a deixarem a Argentina em número cada vez maior. Em 1960, os expatriados já somavam uns 4.500 e, em 1963, a cifra se elevava em torno dos 15.000.²¹²

Outra estatística revela que, entre 1962 e 1966, 7,2 % dos médicos e 5,2 % dos engenheiros formados a cada ano abandonavam o país.²¹³ Por essa época, o cientista social Enrique Oteiza havia sintetizado em quatro pontos fundamentais as razões que julgava como causais do êxodo intelectual argentino. Em primeiro lugar, o “diferencial de remuneração”, no qual inclui diferenças de ordem econômica entre um país e outro, e isso englobam tanto a remuneração pessoal quanto a estabilidade do sistema econômico. Em segundo lugar, aquilo que Oteiza denomina de “diferencial de apoio logístico”, ou seja, a diferença no que se refere aos meios para realizar a tarefa profissional, por exemplo, laboratórios, bibliotecas, tecnologia, destacando que a não renovação destes elementos provocava um envelhecimento no campo científico que conduzia irremediavelmente à estagnação. Em terceiro, o “diferencial de reconhecimento profissional”, que trata do prestígio e reconhecimento adquirido pelo trabalho em si e não por função de vícios corporativos, clientelismo, relações políticas ou pessoais. E em quarto e último, o “diferencial residual”, que inclui as diferenças na situação política e universitária, o grau de participação no processo de desenvolvimento social, assim como o nível de tolerância política, racial, religiosa, entre outras.²¹⁴

É importante destacar que este fenômeno da “fuga de cérebros” ocorreu concomitantemente com a etapa de maior desenvolvimento acadêmico e científico da República Argentina, situado entre os anos de 1957 até 1966. Segundo Pigna e

²¹² ZUCCOTTI, Juan C, op. cit., p. 19.

²¹³ GARZÓN-VALDEZ, Ernesto, op. cit., p. 181.

²¹⁴ OTEIZA, Enrique apud ZUCCOTTI, Juan C, op. cit., p. 106.

Seoane, este período, que não por acaso coincidiu com a doutrina do desenvolvimentismo (...) *estuvo imbuido de una tendencia modernizadora que se fijó en el objetivo de reorganizar la institución universitaria, actualizar los métodos de enseñanza y extender la investigación científica a todo el país.*²¹⁵

Por mais paradoxal que possa parecer, a Argentina era um celeiro intelectual e profissional, que contava com um sistema público de ensino de alta qualidade e prestígio, desde o primário até a universidade, porém carecia de espaços concretos suficientes para o pleno desenvolvimento das potencialidades dos seus egressos, conforme se menciona acima. Por outro lado, esse êxodo foi fomentado por alguns setores do país, mas também por interesse externo. Internamente operavam questões de privilégios pessoais, tais como favorecimentos, concursos e licitações fraudulentas, discriminação política, racial, de gênero ou idade e que alijavam aqueles que não possuíam uma rede de contatos “importantes”, pessoas chave encasteladas nos claustros institucionais e que facilitassem o acesso às instituições públicas ou mesmo às instituições privadas.

Externamente, o êxodo era indiretamente incentivado por meio de convênios e acordos de pesquisa, assim como atrativas bolsas de estudo oferecidas por governos, instituições ou corporações estrangeiras. Desta forma, enquanto um país do Terceiro Mundo arcava durante anos com onerosos custos da formação de um cientista ou especialista de qualquer área, o Primeiro Mundo usufruía posteriormente dos seus benefícios a um baixíssimo ou inexistente custo. Zuccotti calculava que a formação de um técnico especializado desde a infância até a Universidade custava aos cofres públicos em torno de 80.000 dólares, sem contar os estudos de pós-graduação, que poderiam estar por volta dos 40.000 dólares.²¹⁶ No que diz respeito aos interesses de países como Estados Unidos e Europa, os processos de drenagem intelectual também representam - mesmo que transversalmente - outro aspecto da lógica de exploração capitalista e que, oportunamente, obtêm vantagens da instabilidade interna dos países periféricos, como neste caso, da Argentina.

²¹⁵ PIGNA, Felipe; SEOANE, Maria. *La noche de los bastones largos: a 40 anos del saqueo de la ciencia en la Argentina*. Buenos Aires, Fundación Octubre, 2006, p. 8.

²¹⁶ ZUCCOTTI, Juan C, op. cit., p. 34.

Preocupados com o que podia representar a “fuga de cérebros” em um futuro não muito distante, um grupo de intelectuais e profissionais de diversas áreas do conhecimento fundou, em 1960, o *Comité de Estímulo a los Universitarios Argentinos en el Exterior* (CEUAE).²¹⁷ A principal preocupação do referido comitê era fomentar o retorno daqueles que haviam se ausentado ao exterior em virtude de bolsas de estudo e convênios, procurando criar mecanismos de atração e que facilitassem o retorno e a re-inserção profissional destes emigrados para que estes pudessem utilizar e retribuir ao país suas aptidões, seus saberes e suas experiências. Neste sentido, o CEUAE reivindicou junto ao governo políticas de re-inserção, tais como benefícios, franquias ou isenções fiscais. Tais negociações tornaram-se decreto-lei em 1962, sendo sancionado pelo presidente provisório José Maria Guido, ex-presidente do Senado, colocado no poder pelos militares após derrubarem o impopular Frondizi, curiosamente acusado de “marxista”. Nos dois anos seguintes, o novo presidente eleito em 1963, Arturo Illia, sancionaria ainda outros dois decretos complementares. Contudo, era evidente que não se atacava o cerne do problema, apenas minimizavam-se alguns de seus efeitos.

Enquanto isso, a instabilidade política e institucional crescia. Frondizi, Guido e Illia sofreram pressões mais duras do setor militar no tocante ao trato que devia ser dado ao peronismo e, por conseqüência, às camadas trabalhadoras. No contexto da Guerra Fria os militares, embora divididos por divergências internas, cada vez mais definiam suas posições anticomunistas associadas ao antiperonismo, duplamente calcadas no pensamento ultracatólico e liberal. Em 1962, dois grupos militares (“azuis” e “vermelhos”) entraram em confronto armado. Os primeiros, legalistas, aceitavam um projeto político que integrasse os peronistas; já os “vermelhos”, ultraconservadores, associavam o peronismo ao comunismo e se pautavam por uma saída autoritária à crise institucional. A vitória do setor “azul” significou uma garantia constitucional para a posse de Illia, eleito com menos de 25% dos votos, mas também significou a manutenção da proscricção eleitoral do peronismo, pois os “vermelhos” haviam conseguido impor parte de suas exigências.

Os quase três anos do governo do moderado Arturo Illia, da fração *UCR del Pueblo*, foram marcados simultaneamente por crises no plano econômico, político e

²¹⁷ Idem, p. 17-18.

social. O cancelamento dos contratos petrolíferos com as companhias estrangeiras e a lei de medicamentos, que regulamentou a venda de drogas farmacêuticas, indispsô o governo com as corporações transnacionais. Já os empresários locais exigiam menos intervenção estatal e mais “eficácia” administrativa do governo. Pelo outro lado, os trabalhadores e sindicatos peronistas mantiveram sua política de pressão para obter vantagens e concessões do Estado, além da exigência do retorno de Perón – ainda proscrito – quase concretizada em 1964.²¹⁸

Ainda nessa época, o governo enfrentou o surgimento de um foco guerrilheiro com inspiração cubana: o *Ejército Guerrillero del Pueblo (EGP)* na região de Salta, ao norte. O grupo guerrilheiro foi prontamente debelado. Contudo, durante este curto período as Forças Armadas abstiveram-se de influenciar diretamente a vida política: estavam reorganizando internamente suas estruturas, sua disciplina vertical e unidade, abaladas pela luta entre os próprios militares ao longo dos anos anteriores. O artífice desta manobra reformadora era o comandante do Exército, general Juan Carlos Onganía, antigo chefe dos “azuis” e arauto da ordem e da autoridade, além de um acentuado anticomunista, muito celebrado por setores do empresariado e da imprensa, em virtude de ser considerado “apolítico”, progressista e eficiente. A mesma imprensa que detratou permanentemente as instituições democráticas, preparando a opinião pública para convencê-la da necessidade de um governo forte, moderno e eficiente, capaz de levar o país para um “futuro de grandeza”.

Nos tempos de Illia a sociedade começou a tomar conhecimento, principalmente por meio da imprensa, da ocorrência de um processo migratório em desenvolvimento. Tornava-se patente que um volume cada vez mais expressivo de cidadãos argentinos abandonava ou tencionava abandonar o país. O próprio presidente Illia fez referência ao problema, ao salientar a necessidade de deter a marcha do êxodo intelectual e profissional durante seu discurso de posse, em outubro de 1963.²¹⁹

²¹⁸ A manobra, conhecida como *Operativo Retorno* foi orquestrada pelo chefe do sindicalismo peronista, Augusto Timoteo “*el lobo*” Vandor. No dia 2 de dezembro de 1964, Perón tentaria retornar à Argentina num avião comercial. Contudo, o vôo foi detido a pedido do governo argentino pelos militares brasileiros no Aeroporto do Galeão, no Rio de Janeiro. Por sua vez, Perón foi obrigado a retornar para seu exílio na Espanha.

²¹⁹ ZUCCOTTI, Juan C, op. cit. p.19.

Tal como aqueles que haviam partido nos anos 1950, os migrantes mantinham um perfil social mais elevado (classes médias), com boa formação educacional ou profissional e com certo poder aquisitivo que lhes permitia aventurar-se, “tentar a vida” em terras estrangeiras sem maiores desassossegos. A maioria provinha do setor tecnológico ou acadêmico. Eram geralmente cientistas, professores universitários, profissionais liberais, técnicos e especialistas nas mais diversas áreas, desde a medicina até as artes. As justificativas que eram apresentadas para sair do país não diferiam muito daquelas apresentadas nos anos 1950: a eterna busca de melhores condições de trabalho, desenvolvimento de estudo acadêmico, crescimento na carreira ou a expectativa de um emprego com uma possibilidade de maior remuneração salarial, além da instabilidade interna do país. Em poucos anos, o número de argentinos que abandonavam o país anualmente em busca de melhores horizontes já somava alguns milhares.²²⁰

Os migrantes destinavam-se principalmente aos Estados Unidos, mas também o fizeram em direção a países da Europa, como Alemanha, França ou Inglaterra. No decorrer da década de 1960, este tipo de migração especializada incluiu novos itinerários entre eles, a Venezuela, o México e o Brasil, que se perfilava como um país em franco desenvolvimento aos olhos dos argentinos e que oferecia vantagens e oportunidades em setores estratégicos para fomentar o crescimento e expansão nos mais diversos ramos de atividades (como a produção industrial, setores de ponta tecnológicos, institutos de pesquisa científica, ensino superior e técnico) e áreas do conhecimento (Medicina, Física, Engenharias, Química, Psicologia, entre outras). Este processo foi observado em particular a partir do sucesso amplamente divulgado, embora relativo, do programa econômico do governo militar brasileiro instaurado com o golpe de 1964, o chamado “milagre brasileiro”.

2. 2. Da Revolução Argentina ao Ocaso de Lanusse: O Aumento dos Fatores de Expulsão Populacional

*Bronca cuando rien satisfechos
al haber comprado sus derechos*

²²⁰ Em 1969, só nos EUA, já residiam mais de 75.000 argentinos. Veja ZUCCOTTI, Juan C, op. cit. p.33.

*Bronca cuando se hacen moralistas
 y entran a correr a los artistas
 Bronca cuando a plena luz del día
 sacan a pasear su hipocresía
 Bronca de la brava, de la mía,
 bronca que se puede recitar
 Para los que toman lo que es nuestro
 con el guante de disimular
 Para el que maneja los piolines
 de la marioneta general
 Para el que ha marcado las barajas
 y recibe siempre la mejor
 Con el as de espadas nos domina
 y con el de bastos entra a dar y dar y dar
 ¡Marcha! Un, dos...
 No puedo ver tanta mentira organizada
 sin responder con voz ronca: mi bronca, mi bronca
 Bronca porque matan con descaro
 pero nunca nada queda claro
 Bronca porque roba el asaltante
 pero también roba el comerciante
 Bronca porque está prohibido todo
 hasta lo que haré de cualquier modo
 Bronca porque no se paga fianza
 si nos encarcelan la esperanza
 Los que mandan tienen este mundo
 Repodrido y dividido en dos
 Culpa de su afán de conquistarse
 por la fuerza o por la explotación
 Bronca pues entonces cuando quieren
 que me corte el pelo sin razón,
 es mejor tener el pelo libre
 que la libertad con fijador(...)
 Bronca sin fusiles y sin bombas
 Bronca con los dos dedos en Ve
 Bronca que también es esperanza
 Marcha de la bronca y de la fe...*

La Marcha de la bronca²²¹

A precária situação política interna da Argentina agravou-se ainda mais a partir de 1966. Em 28 de junho desse ano, o presidente Illia não encontrou eco quando de seu solitário protesto, ao ser detido por militares em seu gabinete. Era como se o conjunto da sociedade já tivesse feito a sua escolha, sacrificando a frágil democracia argentina em prol de uma nova promessa autoritária. Nas palavras de Luis A. Romero: *Con la caída de la democracia limitada terminó el empate, las*

²²¹ Rock-folk, 1971. Música - Letra: Miguel Cantilo e Jorge Durietz, do dueto *Pedro y Pablo*.

*opciones se definieron y los conflictos de la sociedad, hasta entonces disimulados, pudieron desplegarse plenamente.*²²² A junta militar que derrubou Illia entregou o poder ao general Onganía. De início, seu governo contou com uma extensa rede de apoio vinda de quase todas as camadas sociais, desde os grupos empresariais e as amplas classes médias até os sindicalistas, além dos mais diversos partidos políticos. A própria esquerda radicalizada festejava a queda da “democracia burguesa”. Pairava na República um consenso geral de que o modelo democrático estava superado e havia uma esperança que este novo grupo militar levasse adiante um projeto nacional modernizador.

Inicialmente, Onganía procurou instaurar um projeto econômico desenvolvimentista, que logo seria socavado, adquirindo um perfil liberal graças ao auxílio da tecnocracia e sob pressões da elite. O seu estilo de governo era autoritário e personalista, baseado na força militar e fortemente influenciado pelos princípios da DSN, sem a qual não haveria desenvolvimento possível. Isto era traduzido na prática por repressão política e social, tanto ao peronismo revolucionário e aos setores da esquerda, como também à burocracia sindical e aos outros partidos políticos, extintos junto com o Congresso. O governo militar interveio com violência nas universidades, consideradas focos da “subversão comunista”, cassando professores, expulsando alunos e abolindo associações estudantis. Além disso, num marco de enquadramento de corte militar da sociedade, os militares instituíram mecanismos de censura à imprensa e impuseram medidas de cunho moralista na sociedade, ditadas pelos setores integristas.

No tocante a questão migratória, pode-se dizer que o governo Onganía foi responsável por aprofundar e acelerar o processo do *brain drain*, especialmente devido a sua política repressiva sobre setores da Universidade e da intelectualidade em geral, já que acabou enviado para o exílio um substrato humano altamente qualificado, ao expulsar 1.378 professores e pesquisadores das universidades e centros de pesquisa estatal, dos quais 301 emigraram.²²³ O conflito com o meio acadêmico iniciou-se com um decreto presidencial que abolia os preceitos de autonomia acadêmica que regia a universidade Argentina desde a Reforma Universitária de 1918. Em protesto a esta violação constitucional, os estudantes e

²²² ROMERO, Luis A, op. cit., p.168.

²²³ PIGNA, Felipe; SEOANE, Maria, op. cit., p. 63-65.

alguns docentes decidiram, em assembléia, ocupar pacificamente os claustros acadêmicos, concentrados na faculdade de Ciências Exatas, mas também na de Arquitetura. Em 29 de julho de 1966, as forças da polícia e grupos paramilitares invadiram o recinto com extrema violência, destruindo o local e espancando indistintamente docentes e alunos, num episódio que ficaria registrado na história como *La noche de los bastones largos*, em referência aos cassetetes utilizados em profusão pelas forças repressivas.

Segundo Pigna e Seoane, além das depurações feitas pelos golpistas, pouco tempo depois, em torno de 1.500 docentes argentinos apresentaram suas renúncias, muitos deles engrossando as fileiras da emigração. Como afirmou Liliana de Riz (...) *muchos de ellos optaron por el exilio y la fuga de cérebros encaminó a los científicos “indeseables” hacia los centros de estudios de Europa, Estados Unidos y América Latina*²²⁴, onde foram, obviamente, muito bem recebidos.

Institutos completos, como o de Biologia Marinha, Cálculo (primeiro laboratório de computação da Argentina), Meteorologia e o pioneiro Instituto de Televisão Educativa foram completamente desmantelados pela ação da intervenção militar, assim também como a outrora bem-sucedida *Editorial de la Universidad de Buenos Aires*, a EUDEBA.²²⁵ Um entrevistado, então pesquisador recém formado e admitido na *Universidad de Buenos Aires* (UBA), testemunhou a depuração feita pelos militares em 1966:

*Cuando yo me “forme”, me recibí, yo me fui a trabajar a la Universidad de Buenos Aires, y a los 3 o 4 meses fue la revolución de Onganía. (...) de un día para el otro (...) el grupo de investigaciones que yo estaba (...) todo el mundo se fue de la Universidad, incluso muchos se fueron al extranjero. Y yo me quede en un inmenso laboratorio, ¡solo! (...) En aquella época se fue, salió mucha gente.*²²⁶

Outra entrevistada, que havia sido docente na *Universidad Nacional de Córdoba* (UNC), também relembrou esses tempos sombrios do assalto à autonomia universitária e o processo que levou a emigração de centenas de pessoas eminentes:

²²⁴ RIZ, Liliana de. *La Política en Suspense 1966/1976*. Buenos Aires: Paidós, 2000, p. 51.

²²⁵ PIGNA, Felipe; SEOANE, Maria. Op. Cit., p. 80.

²²⁶ Entrevista com F. K. realizada em Porto Alegre - 29/06/2007.

*(...) volví en el 1969 y comencé a escribir mi tesis y allí comenzó la situación política en Argentina, cuando (...) por primera vez, la policía entró en la UBA (...) y ahí fue el primer gran éxodo de profesionales argentinos y muchos del área de física. Muchos se vinieron para Brasil, otros se fueron para Estados Unidos, pero ahí se formó una especie de un puente ¿no? Muchos se fueron a Venezuela, que en Venezuela también se estaban formando grupos (de pesquisa). En esa época, Argentina en el área de física, como en otras áreas, realmente estaba a un nivel bastante... no digo mucho más alto, pero era más alto de lo que sería Venezuela, Brasil, Chile y todo.*²²⁷

Em sua memória “vívida por tabela”, como diria Michel Pollak, pois se encontrava fora do país quando do expurgo em 1966, evidencia-se o impacto que o evento causou no momento e a longa duração dos seus reflexos, especialmente para a comunidade acadêmica. Dessa forma, a entrevistada incorporou legitimamente à lembrança pessoal, o imaginário coletivo do grupo ao qual pertencia.

Segundo afirma Garzón-Valdez, além da UBA, o expurgo atingiu outras instituições tais como o próprio Instituto de Matemática, Astronomia e Física da UNC – onde trabalhava a entrevistada - e que em 1966 perdeu a metade de seus professores.²²⁸ Ao mesmo tempo, notamos na sua fala o problema dos vestígios datados de memória, pois a data precisa que ficou gravada para a entrevistada, não é a do acontecimento público em si, mas o de um evento marcante na sua vida privada, transferido inadvertidamente para a esfera pública. Evidentemente, ao não ser uma pessoa pública, suas lembranças e experiências são pautadas em virtude da história pessoal.²²⁹ Neste relato, também é digno de menção o destaque que a entrevistada dá ao nível das instituições de pesquisa e desenvolvimento argentinas, superiores então as de outros países na América Latina, o que fazia com que cientistas, professores e técnicos argentinos fossem preferidos, frente aos nacionais, em alguns países.

Cabe lembrar que o êxodo profissional já havia sido iniciado bem antes, como foi visto anteriormente. Durante a primeira metade da década de 1960, o *brain drain* já era um fenômeno crescente, porém silencioso – ou silenciado. No entanto, o golpe dado por Onganía nos setores acadêmicos causou grande estardalhaço não só em nível nacional, mas também internacional, já que a repressão atingiu até mesmo

²²⁷ Entrevista com A. T., realizada em Porto Alegre - 01/04/2008.

²²⁸ GARZÓN-VALDEZ, Ernesto, op. cit., p. 196.

²²⁹ Sobre estes fenômenos de projeção e transferência veja-se POLLAK, Michael. Memória e identidade social. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992, p. 201-203.

professores visitantes estrangeiros, que denunciaram o fato publicamente. O fenômeno do êxodo profissional, agora com contornos de exílio para alguns mais politizados, não podia mais ser negado e progrediria ainda mais. Deve-se mencionar ainda que o expurgo de Onganía, não foi tão abrangente em âmbito nacional como o seria o da ditadura civil-militar seguinte.

Pouco tempo depois a “Revolução Argentina” começou a dar sinais de ruptura. As crescentes adversidades econômicas como inflação, recessão, baixos salários e desemprego se encarregariam de expulsar outro contingente populacional, visto que refletiam os desacertos das práticas liberais levadas a cabo pelos ministros do regime militar, indicados pelo *establishment*, e o acelerado e contundente desmantelamento das políticas de bem-estar social remanescentes dos tempos peronistas.

Frente a este quadro social e econômico em franco deterioro não é de estranhar que, além dos professores universitários e intelectuais, outras pessoas (geralmente de setores médios urbanos) com formação técnica ou superior, também buscassem novos horizontes fora da Argentina. Com o passar do tempo começam a migrar também autônomos e trabalhadores sem maior qualificação, evidenciando que a migração atingiu também setores da classe média baixa e da classe trabalhadora. Longe de ser apenas uma resposta individual frente a uma conjuntura política e econômica determinada, a opção pela saída do país adquire um caráter cada vez mais coletivo e social. De acordo com Zuccotti, por volta de 1970 o quadro da emigração era “verdadeiramente alarmante” e com tendência ao agravamento progressivo. Além dos ciclos econômicos recessivos observados em 1960, 1965 e 1970 se deve somar ainda as crises político-institucionais de 1962 e 1966.²³⁰ A partir de 1969 a 1970 acrescenta-se a este complexo quadro conjuntural o influxo do crescimento da violência institucional e do nascimento da violência guerrilheira.

A crescente oposição ao regime de Onganía culminou num levante popular espontâneo ocorrido no enclave industrial e estudantil de Córdoba, em maio de 1969, o qual passaria a ser conhecido por *Cordobazo*. Durante dias, populares desafiaram a autoridade governamental, colocando em xeque a sua capacidade de manter a “ordem”, seu único capital político por então. O levante significou o início de um

²³⁰ ZUCCOTTI, Juan, op. cit., p. 39.

processo de radicalização social que se estenderia até 1975, no qual os setores subalternos (principalmente o operariado e os estudantes) teriam um papel fundamental, pautando seu acionar em função da identificação do inimigo a ser combatido: o poder militar autoritário, considerado “testa-de-ferro” do grande capital.²³¹ Estudante de psicologia durante o período, Hilda G. relembrou e explicou um pouco da sua atuação na política estudantil:

*¡En psicología, allá en (calle) Independencia, era un “fervo” de actividad política terrible! (...) en la intervención en la Universidad se armaron los NURES, que eran los Núcleos de Resistencia a la Intervención (...) y entonces íbamos a las paseatas, íbamos a actos relámpagos, a todas cuestiones de los estudiantes. Yo sin mucha consistencia ideológica: iba porque me parecía una barbaridad tener un “cana” en la sala de aula, alguien que pudiera invadir la libre discusión de hechos.*²³²

Tal como outros milhares de jovens, a jovem Hilda também percorreu sofregamente um caminho de conscientização e radicalização política, vivido com muita intensidade e fervor voluntarista:

*En una de esas actividades conocí a “Bruno”, que era medio como un líder, de los que subían y discursaban...ahí entonces si comencé a leer materiales (...) de volantes, libros, y Marx, y Engels y comencé a entender un poco más las razones políticas de las historias. ¡Y militábamos como locos! (...) todos los momentos que había los utilizábamos para los movimientos (...) para los actos relámpago, volanteos, pintábamos, hacíamos de todo (...) ¡pero estábamos convictos de lo que hacíamos!*²³³

Além da situação interna, o próprio contexto internacional favorecia a radicalização e a polarização política: a permanência e sucesso dos exemplos cubano e chinês, o Maio francês, os distúrbios nos EUA contra a guerra do Vietnã, a própria resistência vietnamita e a “Primavera dos Povos”, em Praga. O poder autoritário, fosse ele americano ou soviético, era questionado contundentemente, em especial pelos jovens. Na América Latina, entendia-se que o poder autoritário vinha do “imperialismo norte-americano”, representado por seus agentes e sócios nos governos locais. Contra eles se dirigiram os esforços dos movimentos armados de esquerda. O *Cordobazo* marcou também uma união e confluência entre a base

²³¹ ROMERO, Luis A, op. cit, p.176.

²³² *Cana*: policial em *lunfardo*. Entrevista com H. G., realizada em Porto Alegre - 13/07/2007.

²³³ Entrevista com H. G., realizada em Porto Alegre - 13/07/2007.

operária e os estudantes nunca antes vista. Uma das pessoas entrevistadas rememora sua participação num dos tantos grupos que justamente intentavam dar coesão a esta integração política:

En esas actividades estudiantiles me vinculé con un grupo trotskista y entonces trabajábamos en el Frente Obrero Estudiantil (FOE) (...) en las huelgas y los paros, habían actividades del grupo estudiantil con el frente obrero (...) volantes, pintadas y ese tipo de actividades (...) Yo estaba destruida: porque me levantaba a trabajar, estudiaba, estaba en el FOE, volanteábamos hasta las 3-4 de la mañana (...) corrimos mil veces (da policía), aprendimos a “chutar” las bombas lacrimógenas, tirar cócteles molotov, ¡todo eso que los jóvenes aprendimos a hacer!²³⁴

Estas aproximações e contatos possibilitaram gradativamente o surgimento dos grupos guerrilheiros, marxistas ou peronistas, todos animados pelo voluntarismo “a la cubana” e pretendendo tornar-se a vanguarda de um processo revolucionário à imagem do já então ícone Che Guevara. O peronismo, ainda proibido, mas presente no imaginário político como a autêntica resistência ao imperialismo e com uma longa tradição de lutas atraiu muitos jovens da classe média criados no vazio do antiperonismo. Deve-se destacar que o discurso elástico de Perón permitia variadas interpretações por parte de seus seguidores, muitas delas conflitivas e antagônicas como se veria mais tarde. Portanto, ainda que oriundos do nacionalismo católico, da esquerda marxista ou da Igreja de Terceiro Mundo - corrente eclesiástica então em voga, identificada com os pobres - esses grupos jovens concordavam em identificar o peronismo como uma genuína expressão popular e libertadora, chegando a associá-lo com o cristianismo engajado, para finalmente culminar no socialismo.

Entre meados das décadas de 1960 e 1970 surgiram diversos grupos armados de esquerda na Argentina. A partir das diversas linhas do marxismo surgiram correntes revolucionárias que foram se constituindo em organizações guerrilheiras. Assim, inspirados no foquismo guevarista surgiram as *Fuerzas Armadas de Liberación* (FAL); das cisões maoístas do tradicional Partido Comunista Argentino (PCA), ligado a III^o Internacional, surgiu a *Organización Comunista Poder Obrero* (OCPO) e o Partido Comunista Revolucionario (PCR); e do *Partido Revolucionario de los Trabajadores* (PRT), originalmente de linha trotskista, nasceu o *Ejército*

²³⁴ Entrevista com H. G. realizada em Porto Alegre - 13/07/2007.

Revolucionario del Pueblo (ERP) que se tornaria posteriormente a mais importante organização armada marxista guevarista. Da esquerda peronista emergiram “formações especiais” como as *Fuerzas Armadas Revolucionárias* (FAR), as *Fuerzas Armadas Peronistas* (FAP) e os *Descamisados*. No entanto, a mais importante delas surgiria em 1970, englobando os outros grupos menores e se tornando uma poderosa organização cujo objetivo imediato consistia no retorno de Perón ao poder, para assim poder dar continuidade ao processo revolucionário que construiria o “socialismo nacional”, a organização *Montoneros*.



Figura 2. 1. No início dos anos 1970, a guerrilha colocava em xeque o governo militar e marcava sua presença nas ruas. (Fonte: Zero Hora, 24/01/1974, p.10. Arquivo Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa – Porto Alegre).

Seus métodos consistiam na chamada “ação direta”, uma metodologia que emprega a violência como instrumento da política. A primeira ação de envergadura dos *Montoneros*, em 29 de maio de 1970, foi espetacular, carregada de revanchismo e profundo simbolismo: o sequestro e assassinato de Pedro Aramburu, ex-presidente militar e artífice do golpe de 1955, tido como responsável pelos fuzilamentos de peronistas em 1956. A data era duplamente provocativa, pois além de ser o Dia do Exército Argentino, também relembra um ano da explosão social do *Cordobazo*.²³⁵ Aos poucos se seguiram atentados, ocupações armadas de povoados, fábricas e quartéis policiais, e também “expropriações”, sequestros, execuções de “inimigos” como militares, policiais, empresários e também líderes da burocracia sindical que negociavam com o governo, considerados “traidores de Perón ou da classe

²³⁵ GILLESPIE, Richard. *Soldados de Perón: los Montoneros*. Buenos Aires: Grijalbo, 1998, p. 120.

trabalhadora”. Aos poucos a guerrilha urbana foi crescendo como opção de luta no vácuo deixado pela prática política, desabonando paralelamente qualquer manifestação política conciliadora ou mesmo uma saída política democrática para pôr fim ao regime militar.

De fato, nenhum dos grupos guerrilheiros argentinos soube traduzir em projeto político um futuro para o país, alguns por considerar Perón a solução para todos os males e outros por acreditarem que a luta armada era o processo revolucionário em si e a violência uma parte integral da solução.²³⁶ Assim, para uma importante parcela da população a violência guerrilheira parecia justificada e referendada pela presença da violência do Estado nas mãos dos militares. Portanto, a propalada “Revolução Argentina” de Onganía, que deveria durar até o ano 2000, não suportou o peso das reivindicações da população, acossada tanto pela política econômica quanto pelo espectro da guerrilha ou pela falta de liberdade e perspectivas. O ditador Onganía foi deposto pelos próprios colegas de armas em junho de 1970.

O general Alejandro Agustín Lanusse foi o artífice da manobra que depôs Onganía e, ao invés de assumir o comando da nação como chefe da Junta, preferiu indicar o general Roberto Levingston. Pretendia assim resguardar-se em prol de suas próprias aspirações políticas. Levingston, militar da corrente nacionalista e vagamente populista, procurou apoio em líderes políticos de segunda linha para levar a cabo seu projeto de governo, o qual além de não encontrar eco popular na proposta ainda irritou as elites, setores liberais das forças armadas e as corporações transnacionais. Entretanto, o que precipitou sua queda, tal como a de Onganía, foi um novo levante popular em Córdoba, em fevereiro de 1971, onde houve presença ostensiva das forças guerrilheiras. Mais uma vez, a questão da ruptura da segurança coletiva do sistema colocava o governo em xeque. Restava à junta militar uma última cartada, o próprio general Lanusse.

Embora antiperonista ferrenho, Lanusse havia chegado a conclusão que o peronismo era uma realidade e que sem Perón a paz e o pacto social pareciam impossíveis. Politicamente mais hábil que seus antecessores, tinha plena consciência da necessidade de uma saída institucional para a crise do regime militar concertando

²³⁶ DE RIZ, Lilitiana, op. cit., p.77.

um “Grande Acordo Nacional” que permitiria a abertura política, a legalização dos partidos e garantiria eleições, nas quais pretendia apresentar-se como candidato de transição. Contudo, deveria contar com apoio dos políticos de diversos matizes, como Ricardo Balbín da UCR, mas em especial de Perón, esperando que este contivesse as organizações armadas em troca de benefícios políticos e pessoais.

Perón, com seu típico discurso político “pendular”, oscilava entre a pacificação e a provocação, incitando principalmente os setores armados da juventude peronista, cujas ações se multiplicavam fustigando o governo, que reagia com maior violência ainda. Apesar de ser naturalmente ilegítimo, o regime pretendia mascarar suas manobras repressivas com um verniz de institucionalidade, pela criação de um tribunal especial antissubversivo, o chamado *Camarón*, e de modificações no código penal para enquadrar os exclusivamente guerrilheiros. Mas continuavam as detenções sem julgamento prévio, a tortura sistematizada e a violação dos direitos humanos dos detidos. Conforme Duhalde, durante o governo de Lanusse a aplicabilidade da violência institucional paralela e em oposição às normas vigentes do Estado de direito alcançaram um ápice:

(...) aparece la metodología de la desaparición con el sentido que adquirirá masivamente después del golpe del '76. Es decir, secuestrar para hacer desaparecer. (...) Secuestrar para torturar, extraer información y luego matar.²³⁷

Todavía, o pior estava por vir. Em 22 de agosto de 1972, dezesseis líderes guerrilheiros das FAR, *Montoneros* e do ERP reclusos em uma base naval, foram executados a sangue frio pelos militares da Marinha sob alegação falaciosa de uma tentativa de fuga.²³⁸ O estarrecedor acontecimento veio a público, sendo prontamente conhecido por “massacre de Trelew”, acirrando ainda mais os ânimos populares contra o regime e incentivando a escalada de violência guerrilheira. Ainda segundo Duhalde, o acontecido em Trelew prova que as forças armadas argentinas já haviam assumido o TDE como metodologia repressiva quatro anos antes do golpe de 1976. Tal como uma maquete em escala reduzida, o massacre de Trelew continha, em pequenas dimensões, as características básicas do que se aplicaria posteriormente em

²³⁷ DUHALDE, Eduardo L. *El Estado terrorista argentino. Quince años después, una mirada crítica*. Buenos Aires: EUDEBA, 1999, p. 39-40.

²³⁸ ANGUITA, Eduardo; CAPARRÓS, Martín. *La voluntad. El cielo por asalto*. Tomo 2, Buenos Aires: Booket, 2006, p. 576-578.

grande escala: o aniquilamento físico dos dissidentes, a “pedagogia do terror” para reestabelecer a autoridade, o falseamento ou a negação da autoria dos crimes, o “pacto de sangue” que envolvia no crime o conjunto das forças armadas e a aplicação da “lei de fuga” como pretexto para justificar os assassinatos.²³⁹

Se o panorama político era pouco alentador, o panorama econômico não ficava atrás. Os indicadores econômicos sinalizavam um quadro de crise em desenvolvimento. Na virada de 1972, a inflação chegou a atingir 34,7 %, quase triplicando a inflação do ano 1970.²⁴⁰ A produção entrava em desaceleração e consequente recessão, a queda na produção pecuária e agrícola levou a uma alta nos preços, que o governo tentava controlar mediante o binômio tabelamento de preços e aumentos salariais, mas sem sucesso por causa da espiral inflacionária. Zuccotti descreve resumidamente o cenário econômico de 1972:

Desesperante carestía de la vida. Emigración de cerebros y de la población en general. Éxodo del ahorro nacional convertido en moneda extranjera. Alarmante desocupación: un millón de parados forzosos. Los jubilados muertos de hambre. Generalizado subconsumo popular. Quiebra de la empresa privada. Vaciamientos y desnacionalizaciones. La producción en acentuada baja. La construcción paralizada (...) Juego y corrupción en ascenso. El sector terrateniente, prospero como siempre. Los monopolios nacionales y foráneos desangrando al pueblo. La república sin gobierno. Los políticos al acecho para asaltar las posiciones públicas, firmemente disputadas.²⁴¹

Evidentemente que este caótico contexto potencializava a emissão demográfica, embora de um modo geral os fatores de “expulsão” e de “atração” se mantivessem em certo equilíbrio até meados da década de 1970, excetuando-se os períodos de maior intolerância política: 1952-1955, 1955-1958, 1962, 1966-1972.²⁴² Além da já notória fuga de cérebros, agora cada vez mais pessoas “fugiam” da Argentina, como pequenos comerciantes e industriais, técnicos de nível médio e operários com ou sem qualificação. O perfil urbano se mantinha. O país que ainda exercia o maior fator de atração era os Estados Unidos, mas por esta época, a Austrália começava a se configurar também como uma nova e atrativa opção

²³⁹ DUHALDE, Eduardo L, op. cit., p. 40-41.

²⁴⁰ ANGUITA, Eduardo; CAPARROS, Martín, op. cit., Tomo 2, p. 459.

²⁴¹ ZUCCOTTI, Juan, op. cit., p. 40-41

²⁴² GARZÓN-VALDEZ, Ernesto, op. cit., p. 185.

receptora para os candidatos a imigrante. O governo australiano, inclusive, pagava-lhes as passagens aéreas.²⁴³ Paralelamente, o país continuava a receber migrantes internos e dos países limítrofes, verdadeiros foragidos da miséria de seus locais de origem. Por esta época, houve um sensível acréscimo de cidadãos chilenos (55.917 registrados entre 1970 e 1974) e uruguaios (54.627 registrados entre 1970 e 1974), e deve se destacar que alguns destes vinham com motivação política.²⁴⁴ Com o progressivo estancamento do processo de desenvolvimento econômico argentino, estes contingentes populacionais foram diretamente afetados, passando da pobreza estrutural para a miséria e a marginalização, tornando-se cada vez mais membros indesejados e, portanto, excluídos da sociedade habitando nos cinturões miseráveis que germinavam em torno das cidades.



Figura 2. 2. Em novembro de 1972, Perón voltou temporariamente a Argentina para consolidar alianças políticas visando as eleições de 1973. Na foto acima, Perón (à direita) está acompanhado por sua terceira esposa, Isabel Martinez, que se tornaria presidente quando da morte de Perón em 1º de julho de 1974. Entre eles se encontra Giancarlo Valori, da loja maçônica P2 e atrás dele está José Lopez Rega, quem se tornaria uma espécie de conselheiro e ministro plenipotenciário durante o governo de Isabel. Lopez Rega também seria o responsável pelos grupos paramilitares da tríplice A.

²⁴³ ZUCCOTTI, Juan, op. cit., p. 40.

²⁴⁴ LATTES, Alfredo, op. cit., p. 46.

(Fonte: Revista *Ansiedad Popular*, N° 31, 15/07/1974, s. p. Arquivo pessoal do autor).

O projeto político de Lanusse fracassou após uma longa e desgastante negociação com Perón, porém ainda conseguiu neutralizar a candidatura deste a presidência, mesmo que à custa da sua própria candidatura. A transição democrática estava garantida. A solução peronista temporária foi à escolha de Héctor Cámpora, fiel secretário de Perón e ligado à esquerda do movimento como candidato às eleições de março de 1973. O lema da campanha da coalizão peronista *Frente Justicialista de Liberación* (FREJULI) não ocultava a manobra política e o caráter fictício da representação política do candidato indicado: “*Cámpora al gobierno, Perón al poder*”.²⁴⁵

2. 2. 1. Deixando a Ante-sala do Inferno: Imigração e Exílios Pontuais, do Fracasso da “Primavera Camporista” à Queda de Isabel Perón

Após a vitória eleitoral -com quase 50% dos votos- e a festa popular na posse de Cámpora, em 25 de maio de 1973, faltava somente o retorno do velho líder para concluir aquele ciclo interrompido em 1955. Para os jovens revolucionários parecia haver chegado o momento do “socialismo nacional”, e esse socialismo viria de mãos dadas com Perón. Um entrevistado explanou com clareza porque se distanciou do trotskismo em que militava para somar-se a corrente revolucionária peronista, que se tornava majoritária:

*Yo no estaba con las tesis foquistas, sino con las insurreccionalistas, entonces las de la Juventud Peronista. (...) Yo consideraba que la única revolución posible era con un movimiento social en acción (...) o las masas se plegaban a una posición de izquierda o era una derrota segura. Tuve contactos con las FAR, pero los consideré medio desencajados del movimiento. Por eso me quedé con Montoneros, que fue inclinándose cada vez más a la izquierda, y la consigna que me convenció a mí fue cuando la elección de Cámpora: ¡Qué lindo, que lindo, que lindo que va a ser! ¡Un hospital de niños el Sheraton Hotel!*²⁴⁶

²⁴⁵ ROMERO, Luis A, op. cit. p. 189.

²⁴⁶ Entrevista com B. M. realizada em Porto Alegre - 13/07/2007.

Embora o entrevistado ofereça uma explicação racional para justificar sua nova opção política pelos *Montoneros* em vez das FAR, uma opção teoricamente mais lógica em função de seu passado marxista²⁴⁷, percebeu-se no depoimento que a sua motivação também tinha raízes íntimas e emocionais, calcadas talvez no imaginário coletivo que idealizava o peronismo das décadas de 1940 e 1950, assim como no genuíno apelo popular e a mística presente em torno do peronismo. Sem falar na peculiar leitura do fenômeno peronista feita pelos setores da juventude radicalizada e incentivada pelo próprio Péron desde o exílio. Ou seja, o peronismo visto como uma experiência histórica anti-imperialista e anti-oligárquica cerceada pela força militar, cujos únicos e legítimos herdeiros seriam justamente a organização *Montoneros*. O que se reflete simbolicamente, na promessa de expropriar um hotel de luxo “imperialista” para convertê-lo em um hospital popular, o bordão que emocionou (e emociona ainda nos dias de hoje) este entrevistado.

Evidentemente, longe de ser um movimento coeso, o peronismo era um conglomerado político com interesses muito diversos e díspares, embora todos cultuassem a mesma figura. Para os operários peronistas da velha guarda, Perón era o líder paternal que reinstalaria as benesses do Estado benfeitor dos tempos idos. Para a extrema direita peronista, ele era o caudilho militar que re-implantaria a ordem e a segurança, expulsando os “infiltrados marxistas” do movimento. A questão era a seguinte: qual papel Perón representaria efetivamente no seu retorno ao cenário político?

Mas os acontecimentos atropelaram o governo de Cámpora, precipitando a sua derrocada. Já na mesma noite da posse, enquanto os militares em retirada eram “expulsos” da mítica Praça de Maio pela população enfurecida, outra multidão forçou a libertação dos presos políticos no presídio de Villa Devoto, levando o novo governo a assinar um decreto de anistia para salvar a uma parcela da institucionalidade. Cabe destacar que, apesar das aparências, o governo de Cámpora não foi apenas um interregno para o retorno de Perón: se constituiu também em um espaço onde a esquerda peronista pode ocupar algumas importantes posições no governo, seja nos ministérios ou nos governos provinciais. Também a atividade social e política foram intensas e extremadas. Nesse período proliferaram ocupações

²⁴⁷ As FAR eram originalmente uma organização armada marxista e que ao longo do tempo foi aderindo ao peronismo revolucionário, chegando a ser absorvida pelos *Montoneros*.

de fábricas, hospitais, repartições públicas e até mesmo escritórios privados, por parte de seus empregados, muitos deles ligados a militância orgânica de esquerda. Como colocam Anguita e Caparrós, essas ocupações tinham diversas finalidades, como por exemplo, extinguir o continuísmo da ditadura civil-militar no serviço público, já que muitos de seus ex-funcionários estavam ainda em seus cargos. Mas o primordial era a luta e a pressão pela obtenção de melhorias concretas para as camadas trabalhadoras num governo democrático e que era legitimamente popular. Outra questão importante, especialmente para as múltiplas facções do peronismo, era ganhar espaços dentro do próprio governo.²⁴⁸ Logicamente que esta agitação política foi percebida como uma situação pré-revolucionária que, se por um lado, extasiava os setores revolucionários, pelo outro, trazia à tona o velho fantasma do comunismo que tanto atemorizava as classes mais favorecidas e instigava a paranóia contra tudo que pudesse remeter a “marxismo”, “revolução”, etc.



Figura 2. 3. Impressionante manifestação popular na posse de Cámpora, maio 1973. Por um curto período de tempo, os *Montoneros* ocuparam um lugar de destaque na constelação do poder peronista, ironicamente até a assunção do próprio Perón. (Fonte: CARABALLO, Liliana; CHARLIER, Noemí; GARULLI, Liliana. *Documentos de la História Argentina (1955-1976)*. Buenos Aires: Eudeba, 1999, p. 192).

Contudo, o momento de inflexão do camporismo se daria com o episódio de Ezeiza. Em 20 de junho de 1973, uma multidão de aproximadamente dois milhões

²⁴⁸ ANGUIITA, Eduardo & CAPARRÓS, Martín. *La voluntad. Una historia de la militancia revolucionaria en Argentina: La patria socialista, 1973-1974*. Tomo III, Buenos Aires: Booket, 2006, p.72-73.

de pessoas aguardava no aeroporto internacional de Ezeiza a volta do velho líder ao país. Contudo, a festa transformou-se em tragédia quando a equipe que fazia a segurança do palco onde Perón discursaria - formada por grupos paramilitares de direita e alguns mercenários estrangeiros - abriu fogo contra a massa de jovens militantes da esquerda peronista que vinha saudar o seu chefe. Os dados são contraditórios até hoje, mas é provável que houvesse mais de uma centena de pessoas mortas. Pode-se ter uma idéia do impacto e do efeito recidivo em nível cognitivo provocado por este trágico acontecimento, a partir da evocação desta entrevistada: *Hasta hoy, cuando llega el avión a Ezeiza... ¡Yo solo pienso en el masacre que fue cuando Perón llegó!*²⁴⁹

Ezeiza se tornaria mais um tristemente célebre “lugar de memória” da história recente da Argentina, outro espaço concreto de luta a ser mitificado. O evento demonstrou a extrema polarização do movimento peronista ao público e foi dissipando na sociedade as expectativas de ver em Perón um líder pacificador ou mediador de conflitos. Pressionado por vários lados, mas especialmente por Perón, Cámpora renunciou pouco tempo depois (13 de julho de 1973) em favor de novas eleições que, finalmente, empossaram Perón como presidente e sua nova esposa, Isabel, como vice. No séqüito íntimo do general apenas apareciam os notórios e obscuros personagens da extrema-direita peronista, como José Lopez Rega, Jorge Osinde e os primos Carlos e José Maria Villone. O octagenário líder havia finalmente definido a escolha do seu papel. No plano social e econômico a ruptura já se evidenciava em termos da defasagem entre o modesto projeto reformista reciclado pelo general Perón e a idéia revolucionária pretendida pela jovem ala esquerda do justicialismo.

A queda de Cámpora significou conseqüentemente o canto do cisne dos setores revolucionários do peronismo. Gradativamente, os seus espaços no governo foram caindo nas mãos dos grupos de direita. Assim, logo chegaria a vez dos governadores, ministros e demais funcionários próximos à “Tendência” e que foram exonerados de seus cargos por meio de artifícios legais criados para esta finalidade específica, como a chamada *Ley de Prescindibilidad*, que permitiu a demissão de

²⁴⁹ Entrevista com A. T. realizada em Porto Alegre - 01/04/2008.

servidores considerados suspeitos de “ligações subversivas”, mas também a vingança contra todo tipo de desafetos, uma autêntica “caça as bruxas” .²⁵⁰

As províncias de Buenos Aires e Córdoba foram as mais atingidas pelos expurgos: Oscar Bidegain, o governador bonaerense injustamente acusado de cumplicidade com a guerrilha, foi obrigado a renunciar sendo substituído pelo seu vice Victório Calabró, de linha ortodoxa. Já em Córdoba houve um “golpe” dado pelo coronel Navarro, chefe de Polícia provincial, ao prender o governador Ricardo Obregón Cano e o vice Atílio Lopez. Poucos dias após, Perón indiretamente chancelava a manobra golpista ao decretar a intervenção na província.²⁵¹

Prontamente, a vasta repressão política também chegou às universidades, último reduto dos setores revolucionários do peronismo. Em agosto de 1974, o novo ministro de Educação, Oscar Ivanissevich, nomeou notórios fascistas para comandar as universidades, cuja “missão” consistia em “purificar” os recintos acadêmicos do marxismo.²⁵² O processo se desenrolou nas diversas universidades federais e houve a expulsão de todos os indivíduos ligados (ou mesmo apenas suspeitos de serem ligados) principalmente à “Tendência Revolucionária”. Todavia, mesmo que dirigidos inicialmente aos considerados “infiltrados marxistas” no peronismo, os expurgos e as perseguições atingiram colateralmente todos os esquerdistas, sem maior distinção, em vários pontos do país.

Logo, os choques entre os extremos do movimento e o desgaste contínuo entre Perón e a esquerda peronista levou a ruptura final dentro do peronismo ocorrida em primeiro de maio de 1974, quando Perón foi abandonado pelos *Montoneros* após um discurso onde o líder insultou a ala revolucionária do partido. Um antigo militante da Juventude Peronista, conhecida por JP, não somente relembra a data fatídica, como também brinda a sua particular leitura da querela interna do peronismo:

Entonces yo estuve el primer de mayo (de 1974). Que fue un masacre... ¡Vamos acabar con los imberbes! ¡Que se retiren de la Plaza! Porque nosotros no coincidimos con la consigna de levantar solamente banderas argentinas, levantamos la de los

²⁵⁰ GASPARINI, Juan. *Montoneros: Final de cuentas*. La Plata: De la Campana, 2005, p. 65.

²⁵¹ SAENZ QUESADA, Maria. *Isabel Perón: La Argentina en los años de Maria Estela Martinez*. Buenos Aires: Planeta, 2003, p. 151.

²⁵² GILLESPIE, Richard, op. cit., p.195-196.

Montoneros porque el intentaba diluir el movimiento de las “formaciones especiales” (as unidades guerrilheiras do peronismo) (...) (antes) participé también cuando rodeamos la quinta de Perón (...) exigiendo una entrevista con Perón, sino invadíamos y capturábamos a Perón. Perón accedió a la entrevista y dijo: “¡No, muchachos, yo estoy con ustedes!” ¡Claro, volvieron con el “gran mensaje” de Perón, todos contentos y después nos hicieron mierda! No era ingenuidad, digo para aclarar. Era una lucha de presiones en el campo político a ver quién quedaba con la conducción y había que jugar. Ahí se definía el destino de la revolución posible. En realidad él (Perón) era un fascista, a pesar de ser empirista.²⁵³

Apesar das pressões e ameaças exercidas, o grupo *Montoneros* foi gradativamente perdendo espaços, aliado ao efeito intimidador das perseguições sofridas pelos seus militantes nas mãos dos grupos paramilitares da direita peronista.²⁵⁴ Vendo frustradas suas aspirações, cada vez mais o grupo tenderia ao isolamento, deixando os poucos espaços políticos ainda existentes e enveredando numa política militarista e desvinculada das massas. Enquanto isso, a esquerda não peronista, o ERP, levantava a trégua que outorgara a Cámpora e retomava as operações de guerrilha.



Figura 2. 4. No prédio do *Congreso de la Nación* centenas de milhares de pessoas enfrentaram o gélido e chuvoso inverno de julho de 1974 para dar o adeus ao carismático líder falecido. (Fonte:

²⁵³ Entrevista com B. M. realizada em Porto Alegre - 13/07/2007.

²⁵⁴ Diversos grupos armados de extrema direita, ligados ao peronismo ortodoxo ou aos nacionalistas de corte fascista, agiam por essa época, entre eles o *Comando de Organización* (CdeO), o *Comando Nacional Universitario* (CNU), a *Juventud Peronista de la República Argentina* (JPRA), além da *Tríplice A*.

Revista *Ansiedad Popular*, N° 31, 15/07/1974, s. p. Arquivo pessoal do autor).

O falecimento de Perón, em 1° de julho de 1974, marcou o fim de uma época e foi um indício dos tempos difíceis que se avistavam. Pelo lado político significou a consolidação do círculo da extrema direita peronista no poder. No campo econômico, significou o fim do projeto de uma economia que priorizava a industrialização e o desenvolvimento interno e estava assentada no intervencionismo estatal. O fraco governo de Isabel Perón e seu braço direito, o ministro Lopez Rega, foi alvo constante de críticas da opinião pública. Durante o período a violência política aumentou, seja pela ação da repressão paramilitar ilegal ou pela evolução da guerrilha. Surgida nas entranhas do governo ainda enquanto Perón estava vivo, a famigerada *Alianza Anticomunista Argentina* (AAA), Tríplice A ou simplesmente 3A, era uma organização de repressão clandestina acobertada pela estrutura do ministério de Bem Estar Social. Comandada por Lopez Rega, ex-cabo da polícia federal argentina convertido em ministro, era formada basicamente por uma centena de militares e policiais aposentados ou desligados em função de irregularidades no serviço, mas contava também com diversos criminosos comuns em seu quadro.²⁵⁵ A Tríplice A era incapaz de combater a guerrilha armada, portanto, agia como unidades comando, dedicando-se à caça de militantes sociais de qualquer tipo - de preferência desarmados - praticando uma série de atentados, sequestros e mortes violentas que estarreceram e comoveram a opinião pública, como o do deputado e advogado de presos políticos Rodolfo Ortega Peña, o professor Silvio Frondizi – prestigioso intelectual marxista e irmão do ex-presidente - e o ex-vice-governador de Córdoba Atílio Lopez, entre muitos outros. Segundo afirma Eduardo Duhalde, mais de 400 homicídios teriam sido adjudicados a Tríplice A até março de 1976.²⁵⁶ Assim, numa república formalmente democrática e teoricamente regida sob o império das leis, a ação ilegal, mas encoberta da Tríplice A, paradoxalmente instalou um permanente clima de terror e insegurança. Como ponderou um depoente:

¡Era una situación muy loca! Por un lado uno estaba en un partido político legal que tenía sede, locales, pero por otro te lo metrallaban, te lo bombardeaban, etc... Entonces, todas las

²⁵⁵ SAENZ QUESADA, Maria, op. cit., p. 273.

²⁵⁶ Em novembro de 1973, ele próprio foi vítima de um duplo atentado falho das AAA contra seu escritório de advocacia e a sede de sua revista. DUHALDE, Eduardo L, op. cit., p. 42-43.

organizaciones (políticas) y no solamente las de izquierda, el partido radical, etc, comenzaron a tener guardias armadas. Hubo hasta una autorización verbal, por supuesto, del Ministro del Interior: “Bueno, se van a tener que cuidar”. Claro, había una diferencia enorme. ¡En Pacheco había unos cuantos compañeros armados con carabinas, revólveres, pero los tipos (das 3A) creo que derribaron la puerta con una bazuca! ¡Fue una masacre! Secuestraron a 3 compañeras y 6 compañeros. A las chicas las largaron kilómetros después, de pegarles (...) en la época todavía estos tipos tenían cierto respeto por las mujeres (...) y a los muchachos los ataron con alambre, los torturaron y fueron fusilados cerca de Pergamino²⁵⁷.

O entrevistado, José V. se refere ao chamado “massacre de General Pacheco”, quando um local pertencente ao *Partido Socialista de los Trabajadores*, (PST), na província de Buenos Aires, foi alvo de um ataque das 3A, um dos tantos episódios de violência paraestatal que grassaram durante o período de 1974 a 1975. Nessa época ele militava no PST, na rama sindical. Em seu depoimento se evidencia a desigualdade existente entre o parco equipamento dos grupos de autodefesa partidários, especialmente daqueles partidos que não pregavam a luta armada como o PST, em contraste com o equipamento de guerra à disposição das unidades paramilitares. Por último, José destacou que, apesar da brutalidade, havia ainda um “certo respeito” frente à condição feminina. Contudo, o vago prurido ético-moral dos repressores logo se dissiparia na crescente brutalidade de suas ações, como veremos mais adiante.

Enquanto isso, os grupos ligados à esquerda armada acirravam a luta contra o governo, os militares e também os grupos políticos da extrema direita, contribuindo para o caos generalizado. A guerrilha do ERP já havia iniciado seu foco guerrilheiro na zona rural em Tucumán, enquanto os *Montoneros* (então na clandestinidade) reiniciaram suas operações guerrilheiras no meio urbano, visando estender-se em direção ao campo com a finalidade de estabelecer um “território liberado”. A sociedade já se encontrava submersa em um clima de pânico e insegurança, onde o cotidiano da violência marcava a prática política através de atentados com bombas, sequestros, desaparecimentos, assassinatos e freqüentes tiroteios nas ruas das principais cidades. Bruno M., antigo militante do peronismo revolucionário e que

²⁵⁷ Entrevista com J.V. realizada em Porto Alegre - 20/06/2007.

entre 1974 e 1975 exercia um cargo de chefia na UBA, relembra as dificuldades enfrentadas e um evento especialmente traumático deste período:

Entonces iba a dormir a casa cuando podía (...) porque todo esto me consumía tiempo (refere-se ao trabalho e a militância) y, en fin la seguridad también, porque a esa altura ya estaban las 3A en funcionamiento, a mil. (...) Había noches que no dormía en casa, y por miedo a ser localizado, dormía donde la noche caía (...) Entonces los tiroteos eran casi diarios. Ahí cae (...) Marta (...) Las 3A la fueron a buscar al hospital (...) era la jefa de mi sector (...) era sicóloga y trabajaba en el hospital Lanús, la fueron a buscar, la sacaron arrastrándola por las escaleras y a los médicos que intentaron defenderla les dieron una paliza, a uno casi lo matan, después lo fueron a buscar y se lo llevaron y nunca más apareció. A ella la mataron.²⁵⁸

No seu depoimento evidencia-se o recrudescimento da violência paraestatal e como esta operava com total liberdade de ação, em locais públicos ou espaços privados, frente a testemunhas, que podiam sofrer igual destino ao da vítima. Enfim, com total ausência de limites legais e parâmetros éticos ou morais. Mas mostra também a perplexidade inicial que tomou conta dos militantes, desacostumados com esta nova modalidade empregada pela repressão. Por outro lado, mais uma vez se coloca a questão da disparidade de forças entre os militantes revolucionários e as forças que faziam parte da repressão clandestina. Em sua escalada, a violência política passou a ser cada vez mais indiscriminada em função do caráter terrorista, abrangente e intimidador que foi adquirindo sobre o tecido social passando, portanto, a atingir maiores parcelas da população.

²⁵⁸ Entrevista com B. M. realizada em Porto Alegre - 13/07/2007.



Figura 2. 5. O humor negro da direita peronista. Pergunta o ancião: “Um feito criminoso?” Responde o policial: “Não, um feito picadinho.” O crescente clima de violência, com o crescimento da repressão paraestatal, é banalizado pelo órgão oficial do peronismo, a revista doutrinária *Las Bases*. Não estranhamente a revista era dirigida por Norma Lopez Rega, filha do ministro José Lopez Rega. (Fonte: Revista *Las Bases*, N° 97, 04/06/1974, p. 40. Arquivo pessoal do autor).

Frente a esta profunda crise de direitos e valores inerentes a uma sociedade organizada, a tendência dos argentinos a emigrar, que havia arrefecido a partir das expectativas geradas com o retorno da democracia em 1973, retornou a ordem do dia. Durante o início do terceiro mandato peronista também se observou um acréscimo nos fluxos migratórios oriundos de dois países limítrofes, o Chile e o Uruguai. De fato, durante 1974 e 1975 milhares de exilados econômicos uruguaios e chilenos fugiram dos respectivos países, ambos com as economias em crise e sob o influxo autoritário esperando encontrar na promissora “Argentina Potência” de Perón, novas oportunidades para uma vida digna. Boa parte destes imigrantes era de baixo nível de instrução e vinham atraídos pela reativação da produção industrial e da construção civil evidenciada entre 1973 a 1974, com as políticas keynesianas introduzidas por Ber Gelbard, ministro de economia de Cámpora e Perón. Portanto, de um número estimado em mais de 100.000 uruguaios que emigraram entre 1974 e 1975, calcula-se que 65% deles tiveram como destino a Argentina.²⁵⁹

Também é importante ressaltar que durante o tortuoso interregno democrático de 1973 a 1976, e em especial o curto governo de Cámpora, a Argentina havia concedido refúgio a diversos exilados de países vizinhos. Principalmente após o

²⁵⁹ WONSEWER, Israel; TEJA, Ana Maria. *La emigración uruguaya 1963-1975. Sus condicionantes económicas*. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 1983, p. 84 e 98.

golpe no Uruguai, em julho de 1973 e a derrubada de Salvador Allende no Chile, ocorridos em setembro de 1973, quando se intensificou também o fluxo de chilenos, brasileiros, uruguaios e outros latino-americanos que haviam encontrado refúgio anteriormente no país andino. Mas este perfil acolhedor de refugiados e excluídos duraria apenas por um breve intervalo, pois nos anos seguintes a Argentina não só se fecharia para os perseguidos do exterior, mas também passaria a expulsar seus próprios filhos de forma ininterrupta e cada vez mais intensa.

Durante o governo da viúva de Perón, os grupos de extermínio paraestatal local e os agentes de segurança dos regimes vizinhos, que operavam semi-clandestinamente, começaram a caçar dissidentes estrangeiros, militantes de esquerda, exilados e asilados em território argentino. Alguns casos foram notórios: os assassinatos dos líderes políticos uruguaios Zelmar Michelini e Héctor Gutierrez Ruiz, e também o atentado que vitimou o general chileno Carlos Prats, ex-ministro de Allende e a execução do ex-presidente boliviano Juan José Torres. Alguns brasileiros também foram “desaparecidos” na Argentina nesse período que antecedeu o golpe de março de 1976. A descrição dada pelo jornal Zero Hora sobre o caso de Sidney Fix Marques dos Santos é típica do procedimento utilizado pelos parapoliciais: foi seqüestrado às 3 horas da madrugada do dia 15 de fevereiro, por 10 homens vestidos à paisana, supostamente policiais, sendo levado com extrema violência para um carro *Ford Falcon*, o preferido dos grupos paramilitares. Apesar dos insistentes pedidos dos familiares vindos do Brasil, as autoridades argentinas negaram a prisão de Sidney.²⁶⁰ Um mês depois desapareceria Francisco Tenório Cerqueira Junior, o “Tenorinho”, músico que acompanhava Vinicius de Moraes e Toquinho na sua *turne* por Buenos Aires.²⁶¹ Deixara o seu hotel em plena Avenida Corrientes, uma das mais movimentadas do centro portenho, para comprar comida (ou cigarros, segundo a versão) e nunca mais regressou, sendo provavelmente seqüestrado ao ser confundido com outra pessoa.²⁶² Segundo pesquisas da Comissão

²⁶⁰ Zero Hora, 02/03/1976, p. 9. Arquivo Museu de Comunicação Social Hipólito Jose da Costa – Porto Alegre.

²⁶¹ Zero Hora, 22/03/1976, p. 14. Arquivo Museu de Comunicação Social Hipólito Jose da Costa – Porto Alegre.

²⁶² Segundo versões recentes, Tenorinho teria sido torturado por militares argentinos e brasileiros na famigerada ESMA. Sua morte seria uma “queima de arquivo”, já que se fosse solto poderia denunciar e comprometer ambos os governos. CALLONI, Stella. *Operación Cóndor: Pacto criminal*. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 2006, p. 155-156.

de Mortos e Desaparecidos Políticos oito cidadãos brasileiros desapareceram na Argentina entre 1975 - 1980 e nunca mais reapareceram.²⁶³ Pouco a pouco, o país foi se transformando numa autêntica “ratoeira” e deixando de ser um lugar habitável, não somente para os exilados estrangeiros, mas também, e principalmente, para muitos argentinos que começaram a abandoná-lo cada vez em maior número, por diversos motivos, fossem eles políticos, econômicos ou uma complexa confluência de dois ou mais fatores.

Remonta ao período de 1973 a 1974 o início do fenômeno da emigração política, que se expandiria sobremaneira ao longo dos anos seguintes. Neste período ela ainda era pontual, ou seja, um evento geralmente circunscrito a alguns indivíduos cuja atuação ou notoriedade os tornava potenciais alvos, seja para os grupos paramilitares, seja para a guerrilha. Contudo, a maior parte dos que abandonaram o país o fizeram devido à ameaça da Tríplice A e dos grupos de extrema direita. Deste modo, jornalistas, artistas, escritores, políticos, sindicalistas, advogados, cientistas e muitos outros passaram a se dirigir ao exterior como um meio de garantir a sobrevivência. Alguns deles partiram em virtude de perseguições e ameaças concretas à própria vida ou da família, lembre-se que a Tríplice A frequentemente enviava “avisos prévios” às suas vítimas. Mas muitas outras pessoas, sentindo-se simplesmente atemorizadas, deixaram o país de forma preventiva, talvez até pressentindo que tempos piores poderiam estar por vir.

Em meados de 1975, a Argentina já se encontrava à beira do colapso político e, para piorar a situação, afundada numa vertiginosa crise social e econômica, sob os efeitos do desastroso plano econômico conduzido por Celestino Rodrigo, novo ministro de economia de Isabel Perón, também vinculado a Lopez Rega. A política econômica aplicada por Rodrigo seguia as receitas monetaristas dos liberais, e implicou em desvalorização da moeda em relação ao dólar, cujos efeitos imediatos foram às remarcações de preços, o aumento dos preços dos insumos básicos, das tarifas de serviços públicos e das taxas impositivas e a perda da liquidez dos depósitos bancários. A ortodoxia liberal da política econômica desatou na inflação e na especulação financeira, levando às famosas corridas ao dólar. A inflação atingiu

²⁶³ MARIANO, Nilson. Operação Condor: a internacional repressiva. In PADRÓS, Enrique (org). *As Ditaduras de Segurança Nacional: Brasil e Cone Sul*. Porto Alegre: CORAG/ Comissão Acervo da Luta contra a Ditadura, 2006, p. 49.

patamares nunca antes observados, causando intenso mal-estar e revolta na população, especialmente nas camadas subalternas e na classe média, o qual repercutiu em espontâneos movimentos de protesto, paralisações e greves de diversos setores: desde a indústria automotiva até os professores.²⁶⁴

Além disso, membros do impopular gabinete de Isabel pareciam envolvidos em casos de corrupção e os serviços de informação militares colocaram em evidência, de forma oportunista, a vinculação de Lopez Rega e do Ministério de Bem-Estar Social com a organização da Tríplice A. Por razões distintas, sindicalistas e militares pressionaram a presidente exigindo a saída de Lopez Rega e seu grupo, pouco tempo depois este renunciou e partiu para a Europa como “embaixador”.

De qualquer forma, durante 1975 e 1976 os fatores de expulsão da Argentina se potencializaram mais ainda: por um lado, a ação do medo instaurado de forma generalizada na sociedade, por causa do terrorismo exercido clandestinamente desde o Estado, mas também da escalada da violência guerrilheira. Em outubro de 1975 foram chanceladas pelo presidente interino Ítalo Luder, quem exercia o poder na ausência médica de Isabel Perón, as leis antissubversivas que deram plenos poderes às Forças Armadas para combater a guerrilha, o que legitimava o acionar repressivo e outorgava carta branca aos militares para (...) *aniquilar el accionar de los elementos subversivos en todo el país*.²⁶⁵ Não se desmantelou ainda a Tríplice A, mas a partir de então o controle sobre esta organização seria dos militares e sua estrutura operativa seria gradativamente absorvida pelas forças armadas. Em Tucumán, militares das três armas desencadearam o *Operativo Independencia* e procediam ao aniquilamento do foco guerrilheiro rural do PRT-ERP, sem se preocupar com procedimentos legais ou códigos de ética militar. Desta forma, a união entre as três forças militares se dava quase que exclusivamente em função da luta antissubversiva, pois cada força tinha interesses particulares, posicionamentos ideológicos e vinculações políticas díspares. O elemento principal de coesão entre elas era o anticomunismo, um dos fundamentos da DSN.

Por outro aspecto, evidenciava-se no país o agravamento dos problemas no cenário político, econômico e social. A presidente, sem o suporte “espiritual” do conselheiro Lopez Rega, estava cada vez mais isolada. O seu governo era

²⁶⁴ SAENZ QUESADA, Maria, op. cit., p. 298, 301.

²⁶⁵ Documento secreto N° 2772 – 6/10/1975, citado em: DUHALDE, Eduardo, op. cit., p. 66-67.

visivelmente frágil e inoperante frente aos desafios apresentados. Um reflexo disso era a sua saúde, freqüentemente debilitada e que originou diversos boatos e especulações sobre uma possível renúncia. Considerada incapaz de arbitrar por sobre os conflitos sociais e reestruturar o pacto social, Isabel pretendeu aferrar-se ao poder tentando inutilmente cooptar para sua esfera de influência algum dos diversos atores corporativos, fora o circuito da burocracia sindical: empresários, militares e partidos políticos. A essa altura, todos estes setores estavam envolvidos em disputas intersticiais pela partilha e controle do poder Estatal, negociando entre si o espólio futuro de um Estado democrático ainda agonizante em seu leito de morte.

Impacientes, setores ultranacionalistas da Força Aérea se insurgiram em dezembro de 1975, pedindo simultaneamente a renúncia do comandante da Força Aérea, da presidente e propondo que o Comandante em Chefe do Exército Videla assumisse a presidência, proposta que este sabiamente recusou. Embora fracassada no intento de derrubar a presidente, a sublevação serviu para evidenciar as debilidades do governo e sua incapacidade de negociar uma saída constitucional para a crise política. Um artigo na revista *Gente* ponderava que frente à debilidade e a opaca atuação da classe política no evento, destacava-se o profissionalismo legalista dos comandantes do exército e da marinha, cuja lealdade as instituições democráticas haviam sido postas a prova num momento limite.

*Videla observó que la situación estaba planteada en dos planos: uno, el de la Fuerza Aérea (...) y otro el plano nacional. Aquí dio a entender que confiaba de las "instituciones" rápidos remedios para la crisis. (...) La que ha salido, pues, fortalecida de esta crisis es la autoridad de dos comandantes generales y tambien la de un nuevo comandante de la Fuerza Aérea, prácticamente elegido por sus pares.*²⁶⁶

Como se pode ver, parte da opinião pública contribuía conscientemente a desprestigiar o governo e as instituições políticas em geral e, concomitantemente, construía por oposição uma imagem positiva das forças armadas para a população. Os militares eram apresentados como paladinos da lei e da ordem, os únicos capazes de salvaguardar a nação da crise, da subversão e da corrupção. Além de aumentar o prestígio dos chefes militares, a manobra golpista também serviu para aumentar a coesão militar e unificar os objetivos das três forças armadas, assim como para

²⁶⁶ *Gente*, 25/12/1975, p.18. Arquivo pessoal do autor.

“sincronizar o relógio” dos golpistas. Apenas alguns dias depois da tentativa insurrecional, quase na véspera de Natal, o governo receberia outra manobra desestabilizadora, desta vez das mãos da guerrilha. Um nutrido comando composto por mais de 150 jovens militantes do ERP tentou ocupar o arsenal do exército na região de Monte Chingolo, província de Buenos Aires, próximo a capital.

O objetivo dos atacantes era apropriar-se de uma grande quantidade de armas para abastecer fartamente a guerrilha rural. No entanto, o efeito surpresa, indispensável ao bom funcionamento da operação fracassou em virtude da organização estar completamente infiltrada pelo inimigo.²⁶⁷ Os militares tinham pleno conhecimento dos planos do ataque, que se revelou uma armadilha mortal para os desavisados guerrilheiros. Estes foram caçados e eliminados por um impressionante aparato militar -artilharia, blindados e aviação- que incluía, além das forças armadas, as polícias e a repressão indiscriminada atingiu inclusive muitos moradores vizinhos da base. Contudo, conforme afirmam Anguita e Caparrós, nunca houve um registro preciso das mortes de Monte Chingolo, mas a quantidade oscilava entre 90 e 165 pessoas.²⁶⁸ O ERP nunca se recuperou desse impacto e Monte Chingolo marcou um ponto de inflexão descendente na organização guerrilheira.

Andréa, professora universitária e militante do PRT que instruía politicamente os quadros combatentes do ERP, pode sentir naquele momento a baixa moral de combate e o pessimismo grassando entre os militantes:

*En 1975 a mí me pasan a una escuela de cuadros políticos (...) y ahí en contacto con los cuadros te das cuenta que el asunto estaba difícil. Entonces la política era que si había golpe militar había que salir con todo (ao ataque frontal) y vos veías a los tipos “quebrándose”, vos veías a los tipos en un estado...*²⁶⁹

Mas, principalmente, considerou que o partido estava descolado da realidade e absorvido exclusivamente pela ótica militarista em detrimento da luta de massas, encaminhando-se em direção ao que considerou uma “política suicida”. A sua

²⁶⁷ As próprias armas usadas pelo ERP no ataque haviam sido alvo de sabotagem a cargo do armeiro Jesus Rainier, que havia sido cooptado pelos militares. O não funcionamento das mesmas somente foi notado no momento do combate.

²⁶⁸ ANGUITA, Eduardo; CAPARRÓS, Martín. Op. Cit., Tomo 4, p. 475 lista 165 mortos citando a edição de 31 de dezembro de 1975 do jornal *La Prensa*. O número de 90 mortes é da revista *Gente*, de 25/12/1975, p. 2.

²⁶⁹ *Quebrado* significava desmoralizado, no jargão guerrilheiro. Entrevista com A. T. realizada em Porto Alegre - 01/04/2008.

discordância com a linha do partido a levou posteriormente a pedir o seu desligamento, um processo complexo e repleto de dúvidas e contradições, permeado pelo peso emocional que implica a ruptura com um compromisso dessa magnitude, o de um projeto político que pretendia mudar a estrutura social, e o sentimento de culpa ao sentir que abandonava a luta a qual havia dedicado vários anos de sua vida.

Para os militares, a relativamente fácil derrota imposta à guerrilha demonstrou a impotência das mesmas no plano militar. Logo, o perigo da tomada do poder por parte da guerrilha estava descartado.²⁷⁰ Os militares, que até pouco haviam sido meros espectadores do caos, colocaram-se como protagonistas da marcha acelerada rumo ao poder. No virulento discurso de Natal do comandante do exército, general Videla, se impunha a governante um prazo de 90 dias para colocar o “país no rumo” desejado. O golpe possuía já uma data definida.

As diversas saídas institucionais propostas para a crise política, tais como renúncia ou destituição da presidente via *impeachment*, esbarraram na falta de respaldo mútuo entre os diversos setores políticos, mais preocupados com seus interesses de grupo do que com a democracia em perigo. Muitos já confabulavam com os militares, visando cargos num futuro governo. Desafiante e, ao mesmo tempo, incoerente, Isabel Perón negou-se até o último minuto a dar a sua renúncia e a entregar o poder aos civis ou aos militares. Dizia não temer o golpe militar que se avizinhava e, numa bravata ingênua e quase infantil, ameaçava (...) *agarrar um chicote e terminar com aqueles que querem o caos e a destruição.*²⁷¹

No início de 1976 a situação geral na Argentina era desesperadora. No Brasil, a crise de Argentina era acompanhada de perto pela imprensa, especialmente no sul. Por esses dias, o jornal gaúcho Zero Hora, que dedicava boa parte da sua seção “Mundo” à crise Argentina e que reproduzia para seus leitores as informações colhidas *in loco* ou veiculadas pelas agências internacionais, noticiou que:

(...) *prosseguiam os sequestros, atentados terroristas e a agitação operária em vários pontos do país, ante a crescente crise da situação econômica, traduzida numa inflação de 423 % (...) e na*

²⁷⁰ SAENZ QUESADA, Maria, op. cit., p. 391.

²⁷¹ Zero Hora, 12/03/1976, p. 12. Arquivo Museu de Comunicação Social Hipólito Jose da Costa – Porto Alegre.

*carestia de gêneros de primeira necessidade e consumo, cujos preços subiram vertiginosamente*²⁷².

De fato, evidenciava-se o fracasso do mais recente plano econômico. Lançado em janeiro de 1976, o plano de choque idealizado por Emilio Mondelli pretendia reorganizar a economia e controlar a inflação, mediante o congelamento de preços e salários, criando novos impostos emergenciais e uma nova desvalorização monetária, além de uma política de reaproximação com o Fundo Monetário Internacional (FMI), que fracassou de antemão. O empréstimo concedido pelo FMI, de 130 milhões de dólares, era inferior ao solicitado e mal alcançaria para pagar os compromissos assumidos até meados de maio, colocando o país a beira da insolvência, devido à carestia de reservas.²⁷³ Concomitantemente, esta derradeira tentativa travou frente ao reclamo dos sindicalistas e dos políticos radicais, mas também face ao desabastecimento como parte da campanha desestabilizadora dos setores empresariais, que tinham outro projeto político e econômico em mente.

Paralelamente, estes setores corporativos patronais já haviam pactuado alianças com os militares, avalizando o caminho para o golpe. Às vésperas do assalto ao poder, o jornal conservador *La Prensa* divulgou um relatório oficioso, mas atribuído aos órgãos de segurança pública, que foi apresentado como um balanço da violência da época peronista onde figuravam 1.358 mortos em consequência de atentados extremistas, assassinatos políticos e operações antiguerrilha. Esse número se tornaria mítico, e seria brandido pelos militares e seus comparsas civis como um forte argumento para justificar a deposição da presidente. Por exemplo, além de louvar a ação militar na edição do dia 25 de março, a facciosa revista *Gente* ofereceu a seus leitores um “valioso documento” intitulado *Dramática Crónica de los 1035 dias del Peronismo*, uma autêntica representação do “calvário” onde se demonizava indistintamente as várias etapas da administração peronista, mas que invariavelmente culminava com a “redentora” ação militar.²⁷⁴ Cansada da violência política, da insegurança geral e da instabilidade econômica, uma grande parte da sociedade argentina, agora totalmente descrente da democracia, encarava a intervenção militar como inevitável e necessária.

²⁷² Idem.

²⁷³ Zero Hora, 23/03/1976, p. 14. Arquivo Museu de Comunicação Social Hipólito Jose da Costa – Porto Alegre.

²⁷⁴ Gente, 25/03/1976, p. 16 e 70-75. Arquivo pessoal do autor.

O colapso político e econômico evidentemente se traduziu em um substancial aumento do fluxo migratório em direção ao exterior, já em marcha. Neste cenário de “final dos tempos bíblicos” em que se encontrava a Argentina, milhares de pessoas encontravam no Aeroporto de Ezeiza e na Estação de Retiro a única saída plausível para a crise do país: estava instalado o “salve-se quem puder”. Contraditoriamente, esses abatidos emigrantes e exilados muitas vezes cruzavam-se, em sentido oposto, com milhares de animados turistas brasileiros, especialmente durante as férias escolares de 1975 e 1976. Completamente alheios à terrível situação que imperava no país vizinho – e que inclusive vitimava brasileiros – os frívolos e alienados turistas do Brasil lotavam as lojas e invadiam as ruas portenhas, aproveitando-se dos “benefícios” da inflação do vizinho país e da desvalorização do peso argentino em relação ao dólar para consumir desenfreadamente. Ironizando a própria situação caótica do país, o humorista Landrú listava algumas “vantagens da inflação” e entre elas que: (...) *vienen más turistas a nuestro país, con grán alegría de los comerciantes argentinos.*²⁷⁵

Isso devia ser verdade, pelo menos para os comerciantes da região central de Buenos Aires. Contudo, segundo asseverava o comentarista da Zero Hora, Newton Carlos, a indústria do turismo explorava inescrupulosamente a desgraça alheia: (...) *nos últimos tempos chegava-se a promover a ida de turistas para lá na base do “vá logo, aproveite, antes que a Argentina acabe”.*²⁷⁶

Na madrugada do dia 24 de março de 1976, uma junta militar encabeçada pelos chefes das Forças Armadas, o general Jorge Rafael Videla, o almirante Emilio Eduardo Massera e o brigadeiro Orlando Ramón Agosti, depôs a viúva de Perón. Uma proclama radial anunciou o fato à população ordenando o acatamento das diretivas emanadas do poder militar. Tinha se iniciado o “*Proceso de Reorganización Nacional*”.

²⁷⁵ Idem, p. 48.

²⁷⁶ Zero Hora, 26/03/1976, p. 4. Arquivo Museu de Comunicação Social Hipólito Jose da Costa – Porto Alegre.

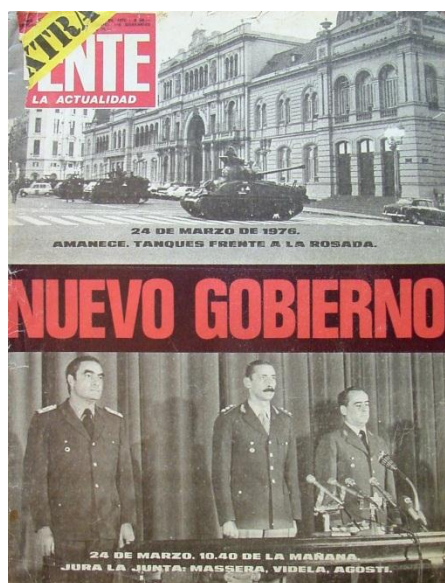


Figura 2. 6. A imprensa noticiou e saudou o novo governo militar. (Fonte: revista *Gente*, N° 557, 25/03/1976, capa. Arquivo pessoal do autor).

2. 3. O Processo de Reorganização Nacional: Terror, Genocídio e Expulsão

“La subversión no es sólo lo que se ve en la calle. Es también la pelea entre hijos y padres, entre padres y abuelos. No es solamente matar militares. Es también todo tipo de enfrentamiento social.”

General Jorge Rafael Videla, presidente militar argentino, abril de 1976.²⁷⁷

“Primero mataremos a todos los subversivos, luego a sus colaboradores, después [...] a sus simpatizantes, enseguida [...] a aquellos que permanecen indiferentes, y finalmente mataremos a los tímidos.”

General Ibérico Saint Jean, gobernador da Província de Buenos Aires, maio de 1977.²⁷⁸

Quais eram as justificativas dadas pelos militares para o golpe? Em primeiro lugar, promover a “ordem e a segurança social”, o que significava aniquilar a guerrilha esquerdista e desmobilizar os grupos de extermínio da direita. O segundo objetivo declarado era remover um governo impopular e desmoralizado pela sua corrupção, embora tendo sido legalmente eleito. Para tal, a democracia deveria ser sacrificada, mas isto foi considerado, por uma grande parte da sociedade, como um “mal menor” tendo-se em conta que a segurança e a tranquilidade da nação estavam

²⁷⁷ *Gente*, 15/04/1976, s. p. Citado por: DUHALDE, Eduardo, L. op. cit., p. 67.

²⁷⁸ Citado por: YANKELEVICH, Pablo (comp.) *Represión y destierro: Itinerarios del exilio argentino*. La Plata: Ed. Al Margen, 2004, p.23.

sendo ameaçadas em virtude de uma “má democracia”. Muito revelador desta postura é o texto abaixo, editorial da revista *Gente*, preparado pouco antes do golpe:

La democracia es válida e indestructible cuando cumple sus objetivos sociales, cuando instrumenta un mejor nivel de vida en todos los estratos, cuando asegura la paz, la libertad, genera trabajo, bienestar para todos. Si no lo hace, si sólo es válida para el regodeo de unos pocos, para favorecer la corrupción y la subversión, para el juego de la política por el juego mismo, entonces el sistema corre el peligro de ser, con razón, cuestionado e inútil. (...) Se elegimos la democracia, hay que honrarla y hacerla útil para el país, para el pueblo. Hasta ahora solo declamamos: “esta democracia sirve”. ¿Sirve? Si en lugar de actitudes vanas, algún dirigente tuviese la valentía de reconocer errores, de aceptar culpas y proponer cambios rigurosos, expeditivos, y no fórmulas perimidas, responsables de este hoy argentino; si alguno fuese lo suficientemente sensato para afirmar: “me equivoqué, que venga otro a hacer lo que yo no pude o no supe”, entonces, recién entonces esta democracia tendría razón de ser. Tal vez sea demasiado tarde. Tal vez imposible.²⁷⁹

Finalmente, os golpistas se propunham poder reorganizar a economia controlando a inflação, acabando com o tabelamento de preços e salários, o desabastecimento, a recessão e os vícios corporativos dos sindicatos, em especial aqueles da classe trabalhadora. O paradoxo do golpe residia no fato de que, apesar da nata inconstitucionalidade, a junta afirmava que seus procedimentos respeitariam os parâmetros legais e jurídicos da carta magna.

Em primeira instância, o conjunto da sociedade, mas particularmente a classe média, respirou com alívio e até apoiou o golpe em virtude de estar cansada da violência política, da insegurança geral e da instabilidade econômica; um quadro muito bem desenhado e constantemente alimentado pelo discurso mediático dos grandes grupos de comunicação. Um entrevistado, cuja família circulava próxima as esferas do poder, se lembra bem da ânsia com que alguns setores esperavam esse tão anunciado golpe:

El 24 fue el Golpe, el sábado 19, yo estaba en un casamiento y llegó Videla, y mi madre me dice: “ahora vamos a tener un presidente como la gente, un hombre honesto”. Porque mi vieja lo conocía a Videla y ella es de ultra derecha. Yo la miré y dije: “no

²⁷⁹ *Gente* N° 557, 25/03/1976, p. 82. Arquivo pessoal do autor.

*conozco milico honesto”. En ese casamiento en Belgrano, cuando el llega, la gente le preguntaba cuando asumirían...*²⁸⁰

É importante destacar que o golpe teve um importante componente civil, onde diversos setores da sociedade, em especial a elite empresarial, os representantes do setor financeiro, os setores agroexportadores e a cúpula eclesiástica incitaram o golpismo e confabularam permanentemente com os militares. Todavia, a aliança mais orgânica era representada na associação direta entre os militares e os setores empresariais monopolistas vinculados as multinacionais. Essa sociedade entre o capital e as armas implicou em uma divisão social do trabalho, na qual foram atribuídas áreas de atuação e as funções específicas de cada setor. A função do setor empresarial era reorganizar a economia de acordo com a cartilha liberal, implantando a economia de mercado e eliminando qualquer vestígio do outrora vigoroso Estado de bem-estar social argentino. O novo governo recebeu também o apoio externo que havia sido negado ao governo anterior. Uma vez consolidado o golpe, a novíssima junta militar recebeu mensagens de júbilo do Secretário de Estado americano, Henry Kissinger, acompanhadas por concessões de créditos milionários vindos do FMI.²⁸¹

Nessa divisão de tarefas, o “sócio” militar se encarregaria de promover a “ordem e a segurança” que o mercado necessitava eliminando aquele ente de contornos pouco definidos que os militares denominavam “subversão”. Mas o que eles entendiam realmente por “subversão”? O que estava englobado nesse conceito? Em primeira instância, os grupos armados de esquerda, principalmente o ERP e os *Montoneros* (mas também outros grupos menores) que podem ter atingido algo em torno de 2.000 ou 3.000 combatentes (no seu auge e somados todos os grupos) e talvez uns 50.000 simpatizantes, sendo que os *Montoneros* eram, de longe, o grupo mais numeroso e que, em determinado momento histórico, contou com forte apelo popular em virtude do peronismo.²⁸² Assim, segundo a classificação esquemática desenhada pelos militares para identificar o seu inimigo, haviam os *combatentes*, seguidos de perto pelos *ideólogos*, aqueles que seriam responsáveis por instigar idéias alheias ao “pensamento cristão e ocidental” e uma extensa gama de

²⁸⁰ Entrevista com I. M. realizada em Porto Alegre - 12/08/2008.

²⁸¹ PIGNA, Felipe. *Lo pasado, pensado*. BsAs.: Planeta, 2006, p. 309.

²⁸² NOVARO, Marcos; PALERMO, Vicente. *La Dictadura Militar 1976/1983: del golpe de Estado a la restauración democrática*. Buenos Aires: Paidós, 2003, p. 74. Alguns autores elevam essa cifra a 5.000. Entrevista a Miguel Bonasso. In: PIGNA, Felipe, op. cit. p. 201.

colaboradores e simpatizantes. Mas os *combatentes*, aqueles dedicados a ação armada de tipo militar, atuando na guerrilha urbana ou rural eram, obviamente, uma minoria de indivíduos. Logo, os militares decidiram “drenar a água para capturar os peixes”, desconstruindo na práxis a máxima teórica de Mao Tse Tung onde afirma que a guerrilha deve se mover no seio do povo como um “peixe no meio do oceano”. Dessa forma, a subversão se tornou um conceito suficientemente flexível e modelável para permitir sua aplicabilidade a uma parcela da população que, em sua grande maioria, estava mais vinculada a um tipo de militância política, estudantil, classista ou social, não armada e legalmente visível, ao contrário da clandestinidade dos grupos de guerrilha. Isso facilitou, inclusive, a tarefa repressiva dos militares. Pois, como afirmam Novaro e Palermo,

*(...) los militares, que no veían una substancial diferencia entre guerrilleros armados y simpatizantes o militantes desarmados les resultaría más fácil arrojar sus redes sobre los segundos para eliminar a los primeros y a su periferia, siguiendo el método infalible que encadenaba el secuestro, la tortura y la delación, conducente a nuevos secuestros.*²⁸³

Aos poucos, a construção do perfil do inimigo, mediante a extrapolação do conceito de subversão, foi sendo ampliada até chegar ao paroxismo do absurdo. Logo, em uma dimensão muito ampla, qualquer opinião, questionamento ou pensamento que destoasse do único discurso possível, o do regime, era considerado ameaçador dos princípios da sociedade “cristã e ocidental” e, portanto, poderia ser enquadrado naquilo que se entendia como sendo um ato subversivo. E, como pondera Duhalde²⁸⁴, criminalizar a opinião (delito de opinião) e torná-la parte de um conjunto de práticas consideradas subversivas equivalia a condenar a morte aqueles que a esgrimissem; uma lógica perversa que explicaria como se chegou ao saldo de 30.000 desaparecidos na Argentina. Para o regime, o subversivo e a subversão deveriam ser aniquilados, um termo que os militares utilizaram sem pruridos ou eufemismos de nenhuma espécie, o que pode ser magistralmente exemplificado no tão atroz quanto grotescamente sincero discurso do general Saint Jean que ilustra a epigrafe deste item.

²⁸³ NOVARO, Marcos; PALERMO, Vicente, op. cit., p. 77-78.

²⁸⁴ DUHALDE, Eduardo, L. op. cit., p. 66.

Ao se referirem à subversão, os militares empregavam metáforas desumanizadoras do inimigo e que já indicavam de que forma estes deveriam proceder para “extirpar o tumor social” ou eliminar o “monstro subversivo”. Assim, não causa estranheza que nessa lógica de guerra ideológica total, “acima do bem e do mal” como dissera o almirante Massera, qualquer meio é justificado para aniquilar com êxito o inimigo. Os militares consideravam que a guerrilha, encoberta pela ilegalidade e capaz de ocultar-se e passar despercebida entre a população, estava em vantagem operacional frente às Forças Armadas. Logo, a situação ideal de combate deveria ocorrer num plano semelhante, onde as Forças Armadas pudessem também operar de forma encoberta. Nesse sentido, os militares consideravam as leis e os regulamentos de um Estado de direito como um entrave ao sucesso das operações bélicas. Os fracassos na repressão a guerrilha feita pelos governos militares de 1970/1972, essencialmente baseada na ação policial, e a anistia aos guerrilheiros em 1973 serviram de reforço para a escolha da metodológica da “guerra suja”, em detrimento da legalidade, ainda por cima referendada pela experiência de um “laboratório” antiguerrilha bem sucedido: o *Operativo Independencia*, que aniquilou o foco rural do ERP em Tucumán, durante 1975. Ou seja, embora contassem com todos os recursos legais e o aparato do Estado para combater a subversão, os militares preferiram a utilização de um sistema ilegal especialmente gerado para a guerra contra a subversão.

O paradigma utilizado pelos militares argentinos era o da contra-insurgência, seguindo a escola francesa e norte-americana, cujos métodos brutais já haviam sido testados nas guerras da Argélia e no Vietnã, conforme veremos melhor no Capítulo 4. A partir deste aprendizado, a junta militar montou um aperfeiçoado aparelho de inteligência e repressão nunca antes visto na Argentina e funcionando paralelo ao Estado, sob controle do executivo, entretanto, fora de qualquer controle de tipo legal. Uma parte desse aparelho provinha dos grupos de repressão clandestinos preexistentes, como a Tríplice A, que foram incorporadas e absorvidas pela nova estrutura orgânica. O aparato repressivo ilegal era uma complexa e intrincada estrutura baseada nos princípios hierárquicos e verticais das Forças Armadas, cuja entidade era comandada e principalmente composta por militares das três Armas. Entretanto, também integravam o organograma da repressão pessoal oriundo das

forças auxiliares, como as guardas de fronteira terrestre e naval, *Gendarmeria* e *Prefectura Naval*, respectivamente, e integrantes da Polícia Federal argentina, das diversas polícias provinciais e inclusive houve participação de funcionários civis do Estado e indivíduos particulares.

Nesse ínterim, tanto ERP quanto *Montoneros*, apesar das suas nuances ideológicas, fizeram uma leitura equivocada do golpe. Ambas as organizações guerrilheiras pensavam que a repressão aumentaria inicialmente, mas dentro dos parâmetros conhecidos tendo em base a ditadura civil-militar de Lanusse. Acreditavam inclusive que devido à natureza da instituição militar a repressão seria legalizada e o enfrentamento procurado pelos militares seria de tipo aberto, entre aparatos militares, frente ao qual a guerrilha deveria recuar estrategicamente para poder preservar seus quadros e depois passar a contraofensiva.

O que houve é que as organizações armadas não perceberam o próprio isolamento em relação com a população e o seu esquemático dogmatismo ideológico os levou a ponderar que não haveria apoio popular ao golpe, antes pelo contrário: o golpe aumentaria o nível de violência repressiva o que acirraria as contradições entre as elites e os setores populares, assim como legitimaria novamente a ação militar da guerrilha, até então desgastada pelo seu enfrentamento com um governo *de jure* e democrático. Para o ERP, o fim da “democracia burguesa” sinalizava um verdadeiro avanço para a revolução socialista:

*El golpe carece de apoyo social significativo y lejos de unificar a la burguesía acentuará sus divisiones. (...) El paso dado por los militares, clausura definitivamente toda posibilidad electoral y democrática y da comienzo a un proceso de guerra civil abierta que significa un salto cualitativo en el desarrollo de nuestra guerra revolucionaria.*²⁸⁵

Segundo Gillespie, os *Montoneros* pretendiam empregar frente ao golpe uma estratégia de “defesa ativa”, que se traduzia em deter o avanço inimigo mediante ataques relâmpago contra pessoas e instalações chave do inimigo, o que demonstraria

²⁸⁵ Editorial de El Combatiente (orgão oficial do ERP): *Argentinos a las Armas*, 30/03/1976. In: ANGUIITA, Eduardo; CAPARRÓS, Martín, op. cit., Tomo 5, p. 41.

a vulnerabilidade do inimigo e serviria de estímulo para que as massas populares, reorganizadas, passassem a resistência e, daí a insurreição.²⁸⁶

No entanto, a resposta das Forças Armadas foi exatamente o oposto do esperado e a repressão ilegal em grande escala semeou o terror e dissolveu qualquer possibilidade de resistência sistemática. Bruno, que nessa época ainda estava na ativa junto aos *Montoneros*, descreve metaforicamente a repressão como uma “avalanche”, algo humanamente impossível de ser contido. Seu depoimento revela a impotência frente a um inimigo infinitamente superior em termos bélicos e a dificuldade de gerar respostas efetivas para contra-restar à ação do inimigo que decidiu mudar as regras do jogo militar, o que acabou por redundar em uma debandada desordenada da guerrilha. Enquanto isso, nesse cenário caótico, manchado com o sangue de colegas e amigos e impregnado com o odor de medo dos fugitivos, o terror se infiltrava e se internalizava nas pessoas. Para Bruno (mas também para muitos outros), o contexto parecia equacionar apenas duas possibilidades diametralmente opostas: ficar e morrer ou fugir e viver. Ele optou pela segunda.

Ahí los Montoneros declararon la guerra, pero era una guerra declarada a la desesperada, porque había 10.000 combatientes en pie, pero estábamos fragmentados, infiltrados y ahí empezó el sálvese quien pueda. (...) yo mantuve la militancia hasta mediados del '76, hasta abril-mayo del '76, cuando vi la avalancha que se venía, me abrí. Además, porque nosotros formábamos una célula universitaria con... Se me borraron los nombres de esa época, hasta para protegerme y protegerlos... y el muchacho que dirigía nuestra célula y era el puente con el grupo de logística de Montoneros: lo mataron en el obelisco. Y nosotros quedamos desconectados y nadie se atrevía a hacer una conexión porque no se sabía si se iba a conectar con un infiltrado o no. Nuestro grupo se dispersó: (Uma companheira) se fue a Lima (Um casal de companheiros) se fueron a México. (...) Empezó la dispersión y el exilio. Y ahí era agarrar las pilchas y tomárselas, ¿no? El que no lo hizo, murió.²⁸⁷

Assim, o exílio passou a ser a opção principal para milhares de argentinos que fugiam do terror.

2. 3. 1. Reminiscências do Golpe e do Terror de Estado

²⁸⁶ GILLESPIE, Richard, op. cit., p. 283.

²⁸⁷ Entrevista com B. M. realizada em Porto Alegre - 13/07/2007.

De modo geral, o golpe de 1976 (e o período que lhe segue) foi lembrado como um evento negativo, quando não traumático e trágico, por nossos entrevistados. Alguns deles assistiram o evento a distância, desde o Brasil. Mesmo assim acompanhavam a situação pelas notícias da imprensa e por informações que recebiam diretamente de parentes e amigos na Argentina. Alguns, envolvidos com questões políticas, viveram na própria pele a repressão e tiveram a sorte de poder fugir. Já outros vivenciaram o momento como cidadãos comuns, espectadores de uma violência crescente a qual muitos preferiam ignorar apesar das evidências, pelo menos até o momento em que esta não os atingisse de forma mais direta. Na maioria dos depoimentos também encontramos, em maior ou menor grau de acordo com a experiência de vida de cada um, a marca indelével das práticas de terror implantadas pelo Estado argentino: o medo generalizado, a incerteza, a vulnerabilidade e o desamparo.

Pelo relato de Gabriel, militante social junto aos padres terceiro-mundistas, podemos perceber claramente o cerco e o avanço sistemático da violência do Estado, em primeiro lugar, sobre aqueles setores política e socialmente mobilizados da população.

*Estábamos 3 hermanos viviendo en Chamental medio refugiados internos, en el país. Viniendo de Córdoba, que era uno de los lugares más peligrosos. (...) Ya en febrero, antes del golpe, me habían detenido junto a un grupo de amigos... En el '76, en julio, los asesinaron a los curitas de este pueblito, Chamental, entonces ahí nos quedamos preocupados cuando lo mataron a un laico que se dedicaba a las cooperativas de trabajo y yo estaba metido en eso, en la organización de esas cooperativas de trabajo de este pueblo. Y luego lo matan a Angelelli. (...) Claro, cuando la represión llega a Chamental ya vemos que no hay para mantenerse acá y nos vamos, ¿no? Bueno, en agosto nos fuimos de Chamental y nos fuimos a BSAS y después nos fuimos en ómnibus a Brasil.*²⁸⁸

²⁸⁸ O depoente refere-se às mortes dos padres franceses Gabriel José Longueville e Carlos de Dios Murias. Seus corpos baleados foram encontrados na região de El Chañar, horas após ser sequestrados por um grupo identificado como sendo da polícia, em 21 de julho de 1976. Dias após, o Bispo de La Rioja, Monsenhor Enrique Angelelli sofreu um acidente automobilístico que ceifou sua vida. O “acidente” teria sido um assassinato forjado por agentes da ditadura civil-militar. Angelelli morreu justamente quando se dirigia a mesma localidade com a finalidade de investigar as mortes dos seus sacerdotes. DUHALDE, Eduardo, L., op. cit., p. 372. Entrevista telefônica com Gabriel Martínez Agüero, desde La Rioja - 22/11/2010.

No depoimento de Gabriel também deve ser destacada a presença de um artifício tentado por muitos na esperança de poder passar incólumes pela repressão, o refugio interior, ou *inxilio*. Contudo, à medida que este recuo tático (geralmente aliado ao abandono ou diminuição do ritmo de militância) se revelava insuficiente perante a intensidade e alcance da violência estatal. Nesse sentido, a única saída possível parecia ser o exterior. Finalmente, na sua fala percebe-se o quão abrangente eram os parâmetros utilizados pelos militares para enquadrar alguém como “subversivo”, o que ultrapassava a questão política, indo além da dissidência e incluía até mesmo uma questão geracional: *Claro, el pensar diferente, hasta ser joven, el tener consciencia social y el tener una mínima actividad ya implicaba en “peligro” para esa gente que estaba en el poder.*²⁸⁹

Ao contrário de Gabriel, Francisco não tinha atuação política. Mas ele estava apreensivo com situação vivida na Argentina e viera ao Brasil a título de experiência, apenas dois meses antes do golpe. Com os militares no poder, ele acrescentou a sua lista mais um motivo para permanecer no Brasil:

*(...) en el fondo la cosa (...) empeoró porque hubo la revolución, eh...el golpe militar. Y entonces en Argentina comenzó todas aquellas persecuciones... yo no tenía problemas políticos porque nunca hice nada en política, por lo tanto no había problema, pero esa sensación de inseguridad... los parientes me decían: “no volvías que esto es un caos, la gente desaparece en el medio de la noche...”*²⁹⁰

Note-se que o entrevistado inicialmente confundiu “revolução” com “golpe”, o que se traduziria numa manifestação inconsciente da percepção de uma solução de continuidade entre a “Revolução Argentina” de 1966, cuja intolerância o entrevistado conhecera de perto e o Processo de 1976, que observou à distância. Segundo Novaro e Palermo, o que existia na Argentina de então era um costume já arraigado de aceitar normalmente a alternância de governos civis e governos militares, com o qual impediu que se percebesse que o regime implantado em 1976 possuía um caráter messiânico e recriador da sociedade, de cunho diametralmente diferentes das anteriores experiências autoritárias.²⁹¹ Por outra parte, observa-se na fala do depoente

²⁸⁹ Idem.

²⁹⁰ Entrevista com F. K. realizada em Porto Alegre - 29/06/2007.

²⁹¹ NOVARO, Marcos; PALERMO, Vicente, op. cit., p. 130.

a reprodução de um discurso típico da época: (...) *nunca hice nada en política, por lo tanto no había problema, pero esa sensación de inseguridad*. Hoje, este discurso é um reflexo de um momento histórico no qual as pessoas tentavam se convencer a si mesmas de que ao assumir uma posição desvinculada da política lhes garantiria, hipoteticamente, a sua integridade frente à imprevisibilidade da repressão. Eis o que explicam Novaro e Palermo sobre estes mecanismos sociais de defesa:

*La modalidad represiva facilito una interpretación que, en esencia, lo que hacía era acotar la “condición subversiva”, permitiendo resolver la incertidumbre respecto si el castigo podía caer sobre cualquiera. Este es uno de los sentidos de la tristemente célebre expresión “por algo será”: los individuos imaginan que la selectividad de la represión establece un corte, y que ellos quedan afuera del círculo de sangre. Para los mínimamente politizados y más o menos perspicaces funcionó algo así como una incongruencia radical: entre la tranquilidad derivada de la interpretación “no soy un subversivo, ergo, a mí no va a pasar nada” y la vaga sospecha de que los militares aplicaban una noción de “condición subversiva”, por la que a cualquier opositor potencial le podía pasar algo, aunque no fuera muy probable. (...) “No es con nosotros” es la fórmula que sintetiza un modo de tomar distancia del temor.*²⁹²

Neste outro relato dado por uma entrevistada que também não tinha militância política, evidencia-se que a percepção do ambiente de medo vivido por então já atingia colateralmente o cotidiano das pessoas “comuns”, ou seja, aquelas que não estavam envolvidas com disputas políticas:

*Yo una vez fui a Buenos Aires porque tenia que hacer unos trámites (...) y me acuerdo que fui por la calle Belgrano y iba caminando para tomar el micro, ya venia de regreso para Bernal, y cuando hago una cuadra, cuando llego (...) a la otra esquina, donde yo había pasado... ¡boom! ¡Una bomba! Era una casa, un comercio, no sé que...y vos decís, dos minutos antes que hubiera pasado por ahí... ¿me revientan? Ese era el clima, total inseguridad.*²⁹³

Ou seja, o que antes poderia acontecer aos “outros”, agora poderia também acontecer a “si”, a violência era incerta e imprevisível. Por sua parte, a irrupção do terror generalizado significou uma ruptura na vida cotidiana das pessoas. Neste sentido, desestruturou aquele conjunto de normas e práticas sociais entendidas como

²⁹² Idem, p. 133.

²⁹³ Entrevista com E. G. realizada em Mendoza - 25/09/2007.

normalidade ou naturalidade, invertendo, introduzindo ou reformulando sentimentos, práticas e imaginários que passaram a suplantar aquilo que antes se entendia por “normal”. Segundo Caviglia²⁹⁴, esse cotidiano do terror começou a gestar-se muito antes do golpe de 1976 e, obviamente, não foi uma exclusividade da ditadura civil-militar. Isso quer dizer que práticas, sentimentos e discursos imbricados com a experiência do terror já apareciam inseridos com naturalidade anteriormente e que já estavam de certa forma sendo incorporadas à vida diária “normal” das pessoas “normais”. Em alguns casos isso levaria a uma espécie de anestesia social e a uma sensação de indiferença frente ao que ocorria, o que também operaria de modo funcional a banalização do terror.

Ou seja, cada vez mais a violência aplicada verticalmente pelo Estado se irradiava horizontalmente, de pessoa a pessoa, e ia abrangendo e contaminando o tecido social em função da apreciação difusa e subjetiva do “Inimigo” por parte da ditadura civil-militar. Isto gerou uma “cultura do medo”²⁹⁵, condição e efeito do regime ditatorial que buscava implantar uma ordem normativa para remodelar e enquadrar a sociedade dentro dos preceitos dos grupos no poder. A procura de um refúgio frente a um terror de características imprevisíveis, pelo desconhecimento ou nebulosidade das regras e da lógica repressivas implantadas pelo Estado, as pessoas, cada vez mais isoladas e desconfiadas umas em relação às outras, passavam a evitar os âmbitos de convivência coletiva e se retrair ao foro privado, aos redutos íntimos, restringindo laços de solidariedade e instituindo o predomínio do “egoísmo social”, que se resumia em cada um cuidar da sua própria vida e evitar olhar para o problema do próximo. Isso também funcionava como uma espécie de manobra de defesa que pretendia sinalizar para a ditadura civil-militar que a violência Estatal deveria ser dirigida para os “outros”, os “subversivos”, símbolos daqueles que não se inseriam naquilo que se considerava socialmente aceito como “normal”. Evidente que tudo isso se constituiu em uma forma de colaboracionismo, em alguns casos, inconsciente. Não tanto por adesão ao regime, mas por medo, para dirimir as dúvidas quanto à idoneidade dessa pessoa em relação ao regime. Como assinala Romero:

²⁹⁴CAVIGLIA, Mariana. *Dictadura, vida cotidiana y clases medias. Una sociedad fracturada*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2006, p. 60 e 83

²⁹⁵VEZZETTI, Hugo. *Op. Cit.*, p. 50-52.

Lo más notable, sin embargo, fue una suerte de asunción e internalización de la acción estatal, traducida en el propio control, en la autocensura, en la vigilancia del vecino. La sociedad se patrulló a sí misma, se llenó de “kapos”, ha escrito Guillermo O’Donnell, asombrado por un conjunto de prácticas que – desde la familia a la vestimenta o las creencias – revelaban lo profundamente arraigado que en ella estaba el autoritarismo que el discurso estatal potenciaba.²⁹⁶

A ação combinada de todo este conjunto de elementos resultavam em um estado de inoperância ou desmantelamento das redes sociais, o que era essencial para cumprir com os objetivos estratégicos do TDE. Com isso, se aniquilava qualquer possibilidade de resistência e mobilização popular frente ao projeto político e econômico dos golpistas e aliados, que se utilizava do TDE como instrumento de disciplinamento e normatização da malha social, especialmente dos setores combativos e opositoristas (como a classe trabalhadora e os setores juvenis), dentro dos parâmetros almejados pelas elites. Da mesma forma, se eliminaram quaisquer propostas políticas ou projetos progressistas visando quaisquer mudanças na base social. Além disso, pelos mecanismos do TDE também se dava a desestruturação e sucateamento do modelo de Estado de bem-estar social, assim como se eliminava a sua matriz política, de vertente populista, para ser substituído pelo novo modelo político e econômico, concentrador de renda e excludente. Desta vez, os militares iam muito além da tradicional intervenção político-institucional do exército na cambaleante democracia argentina: em 1976, eles ambicionavam reedificar a Argentina a sua imagem e semelhança transformando o país em um gigantesco quartel e, como tal, ordenado, submisso e cegamente obediente.

2. 3. 2. A Metodologia do Terror

O funcionamento do aparelho repressivo ditatorial dependia de planejamento e organização estratégica por parte do comando militar, o qual determinava cada “alvo” (indivíduo) a ser atingido. A partir da identificação, os serviços de inteligência investigavam a localização do indivíduo para proceder ao sequestro. Isso poderia levar algum tempo no caso de guerrilheiros e militantes na clandestinidade, mas no caso de pessoas em situação legal, não era muito difícil: bastava recorrer aos

²⁹⁶ROMERO, Luis A., op.cit. p. 211.

arquivos policiais, já que cada argentino deve registrar o seu domicilio legal e toda mudança de endereço na polícia. O sequestro ocorria geralmente à noite e se dava na residência onde se encontrava a vítima, mas também podia ocorrer a plena luz do dia, em um local de trabalho ou até mesmo na rua.

Um depoente, José V., militante do *Partido Socialista de los Trabajadores* (PST), esteve muito próximo de ser capturado pelos grupos de tarefas da repressão. Mesmo não pregando a luta armada, com o golpe, o seu partido foi incluído na lista dos proscritos passando sua militância a atuar na clandestinidade e ser perseguida. O entrevistado relatou que aos poucos, diversos colegas seus foram caindo nas mãos da repressão: (...) *eran cada vez más compañeros que no venian a las citas.*²⁹⁷ A cada “queda” a consigna era “levantar a casa”; ou seja, recolher todos os pertences possíveis e encontrar outro lugar, por medida de segurança. Muitas vezes, mais por precaução que por perigo real ou iminente. Porém, um dia:

*Tocó el “interfone” y (...) preguntan por el nombre de ella (sua companheira) y por el apellido de ella. Cosa que era imposible porque el departamento estaba alquilado a mi nombre (...) le digo: ¡vamos a levantar todo! Entonces conversamos con la madre de ella que teníamos que irnos, al interior, o al exterior.*²⁹⁸

Após passar umas duas semanas vivendo em casa de amigos, parentes e hotéis ele e sua companheira receberam a notícia, por um vizinho, de que o apartamento tinha sido invadido por forças de segurança. Mas, eles haviam chegado tarde, pois até a mudança já havia sido feita. Contudo, isso significava que o perigo era real.

De um modo geral, as equipes encarregadas dos sequestros dos supostos “subversivos” combinavam anonimato com ostentação: policiais e militares à paisana ou sem uniforme identificável, algumas vezes até encapuzados ou disfarçados. Eram comumente vistos tripulando carros civis sem placas (os famosos *Ford Falcon* verdes) e, algumas vezes, também participavam das operações veículos pesados militares portando armamento de guerra à vista e até mesmo helicópteros. Assim, o poderio militar empregado e a magnitude da violência aplicada, quase sempre

²⁹⁷ Entrevista com J.V. realizada em Porto Alegre - 20/06/2007.

²⁹⁸ Idem.

desmedida e desnecessária para os objetivos, imobilizavam vítimas e espectadores.²⁹⁹

Freqüentemente, os *grupos de tareas*, como eram denominados estes grupos comando, tinham de operar em outra jurisdição e graças à colaboração repressiva transnacional até mesmo operariam em outros países, como veremos. Para evitar problemas e encontros acidentais (fogo amigo), as autoridades policiais e militares da região onde ocorreria o sequestro eram avisadas previamente. No jargão militar o lugar onde deveria se desenvolver a operação devia ser “área liberada”. Desinformação, intimidação e ameaças diretas aos familiares ou vizinhos, testemunhas do fato, completavam o cenário de terror das ações encobertas. Não poucas vezes as famílias se tornavam reféns dos comandos até a chegada do “alvo”.

A detenção da vítima seguia-se o saque de todos os seus bens materiais, como imóveis, carros (muitas vezes, as vítimas eram obrigadas a assinarem escrituras e os documentos de transferência), dinheiro, jóias, móveis, eletrodomésticos, livros. Enfim o que houvesse de valor ou pudesse ser aproveitado. Esse mecanismo de apropriação foi sendo aperfeiçoado, chegando alguns militares ao extremo de constituir empresas para vender o fruto do “botim de guerra”. É necessário destacar que em muitos casos o “botim” incluiu seres humanos: filhos menores de idade das vítimas ou bebês nascidos de mães em cativeiro.

Sem dúvida, o sequestro das crianças é um dos aspectos mais aberrantes das práticas do TDE argentino. Para Duhalde, este crime de lesa humanidade tinha alguns objetivos relacionados com a matriz ideológica e a metodologia do TDE. Assim, a captura das crianças possuía um aspecto funcional e rentável: servia para gerar medo na população e, mais especificamente, como uma forma de vingança contra os membros da família que se pretendia atingir. Do ponto de vista das abjetas táticas de contra-insurgência, as crianças poderiam converter-se em alvo dos interrogatórios e servir especialmente para alquebrar a resistência dos pais:

En el caso de los militantes políticos opositores a la dictadura militar, aún aquellos más decididos en correr los mayores riesgos personales, la posibilidad que sus hijos pequeños caigan en manos de los torturadores y padezcan inenarrables vejámenes y sufrimientos es altamente destabilizadora, e incluso, puede

²⁹⁹ CELS (Centro de Estudios Legales y Sociales). *El secuestro como método de detención*. Buenos Aires, ¿Mayo-Junio 1982?, p.6.

llegar a ser paralizante. Por ello los oficiales operativos tenían instrucciones de secuestrar a los niños; en múltiples casos no lo hicieron, abandonándolos o entregándoselos a los vecinos: hasta para muchos de estos criminales, secuestrar niños superaba lo posible.³⁰⁰

De fato, o terror em pensar o que poderia ocorrer com os filhos era uma preocupação constante daqueles perseguidos, quase uma tortura antecipada. Carlos, emocionado ao relembrar, nos contou as precauções tomadas por ele e sua esposa com respeito a seu filho pequeno. O seu depoimento ilustra como se desenvolviam estratégias de sobrevivência aprendidas naqueles tempos de indizíveis pesadelos:

Mi hijo, al año, cuando caminó, una de las primeras cosas que le enseñamos a hacer fue a abrir la heladera, sacar la leche y tener la leche siempre abajo... porque estos hijos de puta te levantaban a la gente y dejaban a los chicos encerrados...³⁰¹

Porém, os militares também poderiam se aproveitar economicamente dessas crianças como botim vendendo-as aos estrangeiros; ou então, dentro da ótica re-fundadora, os bebês “filhos de subversivos” seriam “salvos” de uma futura educação “marxista” e entregues para adoção, para ser formados em lares alinhados com a ideologia castrense. Ou seja, geralmente acabavam apropriados por famílias de militares, quando não pelos próprios seqüestradores dos pais dessas crianças.

Enquanto isso, o seqüestrado era então levado até um dos centros clandestinos de detenção onde se iniciava um período obrigatório e sistemático de tortura. A tortura era um procedimento usual e planejado, um protocolo que combinava tecnologia avançada e sadismo para atingir seus objetivos. Ela podia ser física. Ou seja, quando a violência era aplicada diretamente ao corpo da vítima, como afogamentos, choques elétricos, violência sexual e espancamentos, mas também podemos incluir aqui a privação sensorial, a desorientação espaço-temporal e a fome administrada. Também se aplicavam torturas de tipo psicológico, mediante a utilização de ameaças verbais, humilhações diversas, coações, chantagens, simulacros de execução ou, um dos métodos considerados mais eficientes, obrigando à vítima a assistir ou ouvir seus parentes e amigos sendo torturados. Independente

³⁰⁰ DUHALDE, Eduardo, L. op. cit., p. 341.

³⁰¹ Entrevista com Carlos Claret realizada em Foz do Iguaçu - 18/09/2009.

das modalidades escolhidas pelos repressores, a tortura era parte inalienável dos procedimentos de interrogatório para obter informações, para alimentar a produção dos serviços de inteligência, mas também servia para alquebrar a resistência física, psicológica, moral e emocional da vítima, a qual, isolada em seu desamparo e humilhação, tinha certeza de que ninguém, naquele momento, poderia interceder a seu favor.³⁰² Muitos não resistiam e morriam nas mãos dos torcionários, enquanto alguns sobreviventes cometeriam suicídio, dada a incapacidade subjetiva de alguns em poder viver com as seqüelas dessa terrível experiência.



Figura 2. 7. Cassino de oficiais da *Escuela de Mecánica de la Armada*, a ESMA. Para o subsolo deste prédio, situado em um bairro nobre de Buenos Aires, eram levados os seqüestrados pelo *Grupo de tareas* GT 3.3.2. da marinha argentina. Os presos eram encapuzados e viajavam jogados no piso de carros. Após a rotina de tortura e interrogatório, os sobreviventes eram levados para o sótão, onde repousavam enquanto esperavam que os militares decidissem o seu destino: a maioria deles foi embarcada nos vôos da morte. (Foto do autor, setembro 2005).

Os seqüestrados permaneciam detidos por tempo indeterminado nos centros de detenção clandestinos. Esses verdadeiros campos de concentração eram geralmente dependências dentro de unidades militares ou policiais legais. Ou seja, os locais onde se torturavam e matavam aqueles considerados “subversivos”. De acordo com Novaro e Palermo, no auge da escalada repressiva se estima em 340 o número

³⁰² Voltaremos a esta questão no Capítulo 4, onde um de nossos depoentes nos narrou sua sofrida experiência na tortura, mas aqui no Brasil.

de centros clandestinos de detenção (CCD) em todo o país, divididos entre as três Armas e forças auxiliares.³⁰³ Alguns se tornaram internacional e tristemente célebres, tais como a *Escuela de Mecanica de la Armada* (ESMA), o *Campo de Mayo*, *El Olimpo*, *Automotores Orletti*, etc. Além das torturas e violações dos mais elementares direitos humanos, completavam o quadro de degradação geral das vítimas as abjetas condições do cativeiro: maus tratos, péssima alimentação (pobre em proteínas, vitaminas e carboidratos) e inúmeras doenças, fruto da absoluto descaso com a higiene e a completa ausência de cuidados médicos.

Uma vez em poder do aparelho repressivo e após um exame minucioso da sua ficha por parte do comando, a vítima podia seguir três caminhos: se considerado de “baixa periculosidade” ou se “inocente” (no caso de um engano) podia ser liberado. Se considerado com possibilidades de “recuperação”, o indivíduo podia ser colocado à disposição da Justiça e legalizado. Em ambos os casos, todavia, a vítima era ameaçada e advertida no sentido de silenciar os tormentos sofridos, caso contrário uma segunda vez poderia ser pior. No entanto, caso a vítima fosse considerada um elemento “perigoso” para a Segurança Nacional, a pessoa era encaminhada para o *translado*. Nada mais era que um eufemismo para a execução sumária e posterior ocultação do cadáver. No início, os corpos apareciam nas ruas como “mortos em enfrentamentos” com as autoridades, o que também servia para aumentar o nível de terror da sociedade. Aos poucos, com o aumento do número de vítimas, os militares passaram a incinerar ou dinamitar os corpos, enterrá-los em cemitérios clandestinos, ou então a jogá-los ainda vivos, mas dopados para evitar resistência, de aviões no Rio da Prata. Surge a figura do *desaparecido*. A ocultação dos corpos seguia um preceito jurídico usado de forma espúria: sem corpo não há crime, portanto era a base para a negação das execuções por parte do governo, não podendo haver imputação legal por conta do desaparecimento. A situação beirava a esquizofrenia. Se por um lado o caráter secreto das operações obviamente procurava esconder a dimensão do que estava ocorrendo tanto para a sociedade civil quanto para o exterior, procurando evitar a imagem negativa do país (como havia ocorrido no Chile de Pinochet), pelo outro, a população podia perceber que o terror existia, mesmo que sua autoria fosse propositalmente nebulosa. Conforme a análise do *Centro de Estudios Legales e*

³⁰³ NOVARO, Marcos; PALERMO, Vicente, op. cit., p. 118.

Sociales (CELS), prontamente se percebeu que a repressão se utilizava de sistemas paralelos:

La conexión entre un sistema de represión regular y otro paralelo –que opera al margen de las reglas públicas y manifiestas-, se hace también evidente que los casos donde hay varios procedimientos vinculados con el mismo secuestro. Algunos de ellos pueden ser realizados por el aparato regular y otros por el paralelo.³⁰⁴

Ou seja, significava que as operações eram oficiais e que os mecanismos regulares e públicos do aparelho coercitivo do Estado eram usados concomitantemente e em conexão com as unidades de repressão clandestinas, mas estas últimas tinham primazia e ascendência neste tipo de ação encoberta. A guerra antissubversiva tinha prioridade. A essa combinação de repressão ilegal operando sob uma estrutura de comando oficial, cumprindo ordens emanadas de chefes militares e políticos que detinham o controle do Estado, se denominou de “paralelismo global”.³⁰⁵



Figura 2. 8. Detalhe de um minúsculo calabouço no edifício da D2, departamento especial da Polícia Provincial de Córdoba, no Paseo Catalinas, pleno centro de Córdoba. Este cubículo mede aproximadamente 2x1 metros. O prédio serviu como centro de detenção clandestino mesmo antes do golpe de 1976. Nas suas paredes, grafites são testemunhos silenciosos de parte da história dos presos. (Foto do autor, setembro 2007).

³⁰⁴ CELS (Centro de Estudios Legales y Sociales), op. cit., p.7.

³⁰⁵ Idem, p. 16.

Durante o período o governo militar praticou uma política negacionista do genocídio, afirmando cinicamente, por exemplo, que os desaparecidos eram pessoas que tinham se clandestinizado, trocado de identidade, ou então que gozavam de boa saúde no exílio. As desapareições de pessoas, em número ainda hoje discutido, são estimadas em 30.000.³⁰⁶ Assim, conforme o relatório *Nunca más*,

Houve milhares de mortos. Nenhum dos casos fatais teve sua definição por via judicial ordinária ou militar; nenhum deles foi a derivação de uma sentença. Tecnicamente falando, são homicídios qualificados. Homicídios a respeito dos quais nunca se levou a cabo uma investigação profunda e jamais se soube de sanção alguma aplicada aos responsáveis. Em conclusão, o regime que considerou indispensável alterar nossa tradição jurídica, implantando na legislação a pena capital, nunca a utilizou como tal. Ao invés disso, organizou o crime coletivo, um verdadeiro extermínio massivo, patenteado hoje no mórbido achado de centenas de cadáveres sem nome, e no testemunho dos sobreviventes dando conta dos que morreram em atrozes suplícios.³⁰⁷

A principal razão de essas mortes terem sido praticadas de forma clandestina, apesar de existir pena de morte prevista por lei no país, reside no fato de que os militares não quiseram correr o risco de assumir a responsabilidade política no caso de haver execuções públicas de opositores, o que atrairia a atenção e a resoluta condena de governos estrangeiros e organismos internacionais. Para os militares, o modelo clandestino e encoberto garantia impunidade aos seus executores e era mais “prático”: se eliminavam expedientes intermediários da justiça que podiam conceder amparo a vítima e se concentrava indiciamento, julgamento e execução sumária em uma única ação devinda de um único poder do Estado, o poder militar. E, dentro desse poder militar, todos os integrantes deveriam repartir entre eles as responsabilidades (e culpabilidades) das torturas e mortes. Como se fosse um pacto de sangue de uma seita ocultista, os membros das Forças Armadas e de Segurança, independente de graus e patentes, deveriam se revezar nas tarefas repressivas e “sujar

³⁰⁶ A comissão que em 1984 investigou os desaparecimentos, publicados no célebre relatório *Nunca más*, indicou um número de 9.640 pessoas destacando que poderiam existir muitos casos não denunciados. Os organismos de direitos humanos sustentam a cifra de 30.000 vítimas.

³⁰⁷ CONADEP. *Nunca Más. Informe da Comissão Nacional Sobre o Desaparecimento de Pessoas na Argentina*. Porto Alegre: L&PM, s. d., p. 154.

a mãos” nestas práticas inomináveis. Para as corporações militares, sempre adeptas aos ritos iniciáticos, a “guerra suja” era um autentico batismo de fogo. Místicas e rituais a parte, isso era um modo de garantir a cumplicidade generalizada e a impunidade futura, já que todos teriam participado de uma forma ou outra na estrutura repressiva, com o qual se selava um pacto de silencio abarcando o conjunto de integrantes das Forças empenhadas na luta e na repressão antissubversiva.

O auge da repressão foi entre 1976 e 1978, decaindo no ano seguinte, todavia permanecendo ativa até 1983, sendo que a esquerda armada já se encontrava praticamente exterminada em meados de 1976. A máquina de extermínio só seria desativada quando da chegada da democracia. É pertinente destacar que estes aspectos da repressão, atroz e genocida, não foi obra de alguns sádicos descontrolados que cometeram excessos isolados: a barbárie foi rigorosamente planificada. A repressão era pautada por uma sistemática, sendo organizada e administrada burocraticamente, além de estrategicamente planejada pela cúpula militar de posse do Estado e taticamente coordenada e executada firmemente pelas Forças Armadas e auxiliares.

Quem eram realmente as vítimas? A maioria era jovem, entre 15 e 35 anos de idade. Na lógica do regime, os jovens eram aqueles que haviam sido mais permeáveis ao “vírus subversivo”, se tornando uma espécie de “geração perdida”, da qual uma parte foi considerada como irrecuperável e passível de ser exterminada sem maiores expedientes. O conjunto restante da juventude deveria ser disperso: quaisquer organizações que não fossem do regime deveriam ser proibidas, sua sociabilização desencorajada, e os espaços de convívio e articulação dos jovens, especialmente as escolas e a universidade, vigiadas e reprimidas constantemente, para permitir o re-enquadramento e disciplinamento da juventude pelos mecanismos do terror. Lembremos que o discurso totalizante e maniqueísta condenava qualquer possível dissidência como sendo um ato “subversivo”. Portanto, uma greve, um protesto de estudantes, um artigo de jornal, ou uma discussão política podiam levar os seus autores ou participantes à detenção e talvez a morte. Não causa estranheza que os jovens tenham sido um dos principais alvos dos militares. É evidente que entre estas vítimas havia guerrilheiros, mas a principal composição era de militantes políticos, comunitários e sociais, apesar de que qualquer pessoa podia ser uma vítima

em potencial e, de fato, houve vítimas por engano. Pilar Calveiro alerta sobre o valor estratégico e funcional dessa face arbitrária da repressão como elemento multiplicador do terror:

*Si en los campos solo se hubiera eliminado a la militancia radicalizada hubieran sido igualmente ilegales e ilegítimos, pero hubieran correspondido a una lógica comprensible. Sin embargo, el componente arbitrario, indescifrable para la sociedad, hacía que todo el mundo se sintiera potencialmente amenazado, lo que sin duda potenció el efecto del terror.*³⁰⁸

O depoimento a seguir exemplifica a afirmação de Calveiro e revela justamente a sensação de terror que causava, em primeiro lugar, o imaginar-se uma vítima por engano seguida pela quase certeza de que, caso isso ocorresse, não haveria a quem recorrer:

*(...) podían entrar en tu casa a las “y tantas”, a lo mejor por una denuncia... y bueno, ¡arréglatelas como puedas! Porque ahí te metían preso y no sabías que destino ibas a tener, nada más que por una sospecha. ¡Era una caza de brujas terrible!*³⁰⁹

Assim, para Elsa, o período se constituiu uma verdadeira “caça as bruxas”, com o agravante de não saber a quem os “caçadores” identificavam como “bruxas” a ser caçadas.

Por outro lado, a ilegalidade do aparato repressivo, a banalização da violência institucional e a “privatização da repressão” por parte de alguns chefes, como o almirante Massera, também permitiu que desafetos pessoais fossem enquadrados na categoria “subversivos”: funcionários do próprio governo, militares descontentes, empresários, etc. Além disso, o modelo de terror argentino ultrapassou fronteiras, como na Operação Condor, em ações de cooperação repressiva ilegal entre as ditaduras civis-militares do Cone Sul.³¹⁰ Para finalizar, deixamos que as palavras do historiador argentino Romero nos sintetizem o eixo motivador de toda essa barbárie vivida de 1976 a 1983:

³⁰⁸ CALVEIRO, Pilar. La experiencia concentracionaria. In: LIDA, Clara E.; CRESPO, Horacio; YANKELEVICH, Pablo. (comp.) *Argentina, 1976: estudios en torno al golpe de Estado*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Economica: El Colegio de México, 2008, p. 191.

³⁰⁹ Entrevista com E. G. realizada em Mendoza - 25/09/2007.

³¹⁰ A extraterritorialidade da repressão argentina atuando especificamente em terras brasileiras será abordada no Capítulo 4.

Las víctimas fueron muchas, pero el verdadero objetivo eran los vivos, el conjunto de la sociedad que, antes de emprender su transformación profunda, debía ser controlada y dominada por el terror y la palabra. El Estado se desdobló, una parte, clandestina y terrorista, practicó una represión sin responsables, eximida de responder a los reclamos. La otra, pública, apoyada en un orden jurídico que ella misma estableció, silenciaba cualquier otra voz. No solo desaparecieron las instituciones de la República, sino que fueron clausuradas autoritariamente la confrontación pública de opiniones y su misma expresión. Los partidos políticos y la actividad política toda quedaron prohibidos, así como los sindicatos y la actividad gremial; se sometió a los medios de prensa a una explícita censura, que impedía cualquier mención al terrorismo estatal y sus víctimas, y artistas e intelectuales fueron vigilados. Solo quedó la voz del Estado, dirigiendo-se a un conjunto atomizado de habitantes.³¹¹

2. 3. 3. O Terror Econômico

Uma vez eliminadas as vozes discordantes e estabelecido o férreo controle social, o regime pode passar à transformação econômica. Esta transformação, violenta e diretamente associada à repressão, como já observamos, objetivava acabar com a crise com base na teoria e práticas liberais. O homem escolhido para executar esta tarefa foi José Alfredo Martínez de Hoz, destacado economista da Escola de Chicago e presidente da Acindar, empresa do cartel do aço. Em síntese, o novíssimo ministro de economia era um genuíno representante do *establishment*.

A meta principal do projeto econômico dos golpistas era eliminar de vez o Estado de bem-estar social que datava de 1945, tido pelos liberais como a fonte dos problemas sociais, políticos e econômicos devido a seus vícios corporativos e práticas intervencionistas e protecionistas. Na visão dos liberais, as leis do mercado prevaleceriam sobre os agentes corporativos, fossem eles os sindicatos trabalhistas ou as agremiações patronais. Logo, uma das primeiras medidas adotadas pelo governo foi a proibição da principal central sindical, a CGT, e qualquer tipo de atividade sindical, em especial as greves, que foram reprimidas com especial brutalidade. No conjunto das medidas a serem aplicadas pela equipe econômica estavam o congelamento dos salários, que sofreram um decréscimo real de 40% graças a inflação de março e maio de 1976³¹², a liberação do controle dos preços, a

³¹¹ ROMERO, Luis A., op.cit. p. 210.

³¹² NOVARO, Marcos; PALERMO, Vicente, op. cit., p. 62.

estabilização da moeda, seguida por uma política de privatizações e o enxugamento da máquina estatal deficitária. Buscou-se, além disso, a captação de investimentos estrangeiros junto ao FMI e outros bancos financiadores internacionais.

Entretanto, o caráter paradoxal desta política reside no fato de que para transformar o Estado foi empregada a estrutura da máquina estatal e seus próprios recursos. Uma vez desmantelado, o Estado foi loteado e vendido aos grupos monopolistas nacionais e transnacionais associados à cúpula ministerial. Os resultados não tardaram a aparecer. Em primeiro lugar, se percebeu o aumento da concentração de renda dos grandes conglomerados industriais como as empresas Bunge&Born, Macri, Techint ou Acindar. Logo em seguida, o governo entraria em conflito e disputas com facções de militares ultranacionalistas que não aceitavam a venda de setores estratégicos, o que se traduzia em instabilidade desde o mesmíssimo centro de gravidade do poder. Tudo isso sem mencionar o sucateamento e a aniquilação da indústria nacional em prol de uma política favorável às importações, o que também contribuiu para o retardo tecnológico geral, sem falar no aumento das taxas de desemprego. Aos exilados políticos, agora se somava o crescente fluxo de emigrados sociais e econômicos que fugiam do desemprego e da miséria.

Paralelo à destruição da cadeia produtiva houve um acelerado desenvolvimento do setor financeiro, especialmente a partir da liberação das taxas de juros, estopim de uma febre especulativa, e da hiper-valorização do peso, que levou a dolarização e a entrada de capitais especulativos atraídos pelo lucro fácil. Em contraste, ocorreu um incremento do custo industrial que acelerou o efeito recessivo da economia. Soma-se ainda o profundo endividamento externo que passou de oito bilhões de dólares, em 1975, para 43,5 bilhões em 1982.³¹³ Valores essencialmente gastos em obras faraônicas, pagamento de dívidas com os bancos mundiais e gastos com o orçamento militar, devido ao quase conflito pelo Canal de Beagle com o Chile, no final de 1978, e, posteriormente, com a guerra das Malvinas, em abril de 1982.

2. 3. 4. Viver em Ditadura

³¹³ BERMUDEZ, Ismael. *Martinez de Hoz y la patria financiera*. Clarín (Suplemento Especial), 24/03/2006, p.6.

*Hermosa tierra de amor y paz
 Hermosa gente cordialidad
 Fútbol, asado y vino
 así es el pueblo argentino.
 Censura vieja y obsoleta
 en films, en revistas y en historietas.
 Fiestas conchetas y aburridas
 ¿en donde está la diversión perdida?
 Represión a la vuelta de tu casa
 Represión en el quiosco de la esquina
 Represión en la panadería
 Represión 24 horas al día.
 Semanas largas sacrificadas
 Trabajo duro, muy poca paga
 Desocupados, no pasa nada
 ¿en dónde está, bestias, la igualdad deseada?
 Represión en pizzerías
 Represión en confiterías
 Represión en panaderías
 Represión, yo no quiero represión*

Represión.³¹⁴

Desde o Golpe de 1976, a Argentina viveu o cotidiano como se estivesse sob ocupação militar, com patrulhas armadas sulcando ruas e estradas das cidades e do interior da Argentina. Diariamente, as forças militares e de segurança efetuavam operações de “controle antissubversivo” nas cidades: surgiam as temíveis “pinças” ou barreiras. A pinça era uma operação policial ou militar de tipo ostensiva que consistia na interdição de uma via pública por um numero determinado de tropas, a qualquer hora do dia ou da noite, e procedendo-se a revista corporal e a conferência de documentos de todos aqueles que passavam por ali, fossem a bordo de veículos privados, de transporte público, ou a pé. Dado a habitual brutalidade das “forças da ordem” em cumprir esta tarefa (agressões físicas e verbais, humilhações diversas, abuso de autoridade, etc.) passar por essa experiência significava, geralmente, vivenciar momentos de temor e tensão para qualquer pessoa “comum”. Imagine-se então o terror no caso de uma pessoa envolvida com militância ou já perseguida. Muitos militantes caíram vitimas destas “pinças” e desapareciam.

Andrea teve sorte. Em março de 1976, ela estava em processo de desligamento do PRT e nos relatou como foi a sua última ação dentro desse grupo, a

³¹⁴ Punk Rock, 1981. Música - Letra: G. Fossa; E. Chalar; P. Braun; S. Gramática, da banda *Los Violadores*.

qual para ser realizada precisava cruzar a cidade de Córdoba, um “território ocupado” pelas pinças do inimigo. Apesar dos perigos, ela cumpriu com a ordem. Ao que tudo indica, naquele momento, mais do que a fidelidade partidária, pesava na decisão de realizar a tarefa a solidariedade com os companheiros:

Yo tenía que ir a levantar una escuela que yo sabía donde estaba (...) y yo tenía que pasar por cuatro o cinco pinzas y tenía que hacerlo si o sí. (...) Bueno, yo fui porque allí estaba una íntima amiga mía con los hijos de ella, que eran chiquitos. Entonces, salí de mi casa y dije: que sea lo que Dios quiera. Llegué a la primera pinza y miran una lista: yo no estaba y me dejaron pasar...Y ahí levanté la escuela y les dije que tenían que salir de ahí en el acto porque había caído un compañero.³¹⁵

Para Bruno, as pinças também eram motivo de temor. Ele se recordou de uma em especial, que teve de passar por uma destas barreiras na companhia de sua filha de apenas cinco anos. O temor residia no fato de que os militares possuíam listas com nomes de pessoas procuradas, nomes que haviam sido obtidos sob a tortura aos companheiros presos, mediante a delação ou apreensão de documentos e papéis pessoais, como agendas de telefone, subtraídos nas operações antiguerreiras. Nessa noite, o temor era dobrado, pois Bruno sabia que sua filha também podia se tornar uma vítima inocente do terror:

*Era de noche once o doce de la noche y tropezamos, a la salida de la Capital, la General Paz, con una barrera. Y yo tenía esas barreras porque tenían las listas y si mi nombre estaba ahí estaba jodido. Y mi nombre podría estar ahí o no pero era muy probable que estuviese por los que habían matado a mi alrededor o secuestrado a mi alrededor (cita nomes). No tenías como salir, porque te encajonan y pasaba la barrera y demoraban como dos horas hasta que liberaban toda la pista: no había computadora, por suerte. Hubiéramos muerto muchos más.
Y entonces, yo le dije a (filha): - Mirá, quedate tranquila...(mirá las contradicciones que uno dice ¿no?). Si me detienen, para que averigüen antecedentes míos, vos salís del auto y te vas al auto de atrás. Y le decís que te cuiden, porque a tu papá lo están llevando. Y después le decís donde vivís, ¿te acordás la casa?
Y me dice: - Si, si. Pero... ¿ y vos?
- No, de mi no te preocupes que no me va a pasar nada. Entonces, vienen, me piden los documentos, me hacen bajar, me apalpan, revisan el auto y me preguntan quién es esa nena. Mi hija, le digo. A donde está yendo, bueno, las preguntas habituales. Me hacen tirar al piso. Cuando me tiran al piso yo dije: -¡puta!... Revisaron las listas, pero estaban apurados: - ¡Nos tenemos que ir!, gritó un*

³¹⁵ Entrevista com A. T. realizada em Porto Alegre - 01/04/2008.

*sargento, y me dijo: - ¡váyase! Me subo (ao carro) y (filha) me dice: - Uff, pasamos.*³¹⁶

Também é importante destacar neste depoimento (e no de Carlos anteriormente, na página 183) as instruções que os pais davam aos filhos para tentar protegê-los caso ocorresse o pior. Eram pequenas estratégias de sobrevivência, porém, os únicos mecanismos de defesa possíveis frente a um terror de proporção absurda. Naquela situação limite restava a Bruno ter que confiar na solidariedade de terceiros e, diga-se de passagem, desconhecidos, para proteger sua filha, já que quando os agentes do Estado são os próprios algozes, não há mais a quem se recorrer.



Figura 2. 9. As constantes e aterrorizantes barreiras (ou pinças) de controle efetuadas pelas forças militares e policiais durante todo o período militar. (Fonte: revista *Gente*, N° 557, 25/03/1976, p. 76. Arquivo pessoal do autor).

Entretanto, a aplicação de métodos coercitivos e violentos por parte do Estado não se destinava exclusivamente a militantes e simpatizantes, como já dissemos. Não era incomum que os militares, de modo arbitrário, recolhessem gente sem nenhum envolvimento político para as delegacias, onde permaneceriam por dois ou três dias para averiguação de antecedentes. De acordo com Pascual, diariamente os caminhões da repressão levavam para a averiguação (...) *desde crianças a caminho da escola até*

³¹⁶ Entrevista com B. M. realizada em Porto Alegre - 13/07/2007.

velhos, donas de casa com seus carrinhos de compras, estudantes, operários, funcionários públicos.³¹⁷ Foi o que aconteceu com uma amiga de Mariana, ao que parece, vítima de uma clara demonstração do onímodo poder de algum agente do Estado:

*Eu tive uma amiga minha presa, desaparecida... ela ficou três dias presa porque entrou uns milicos no coletivo que ela andava e ela vinha estudando para uma prova do colégio e ela ficou olhando aqui (baixa a cabeça simulando leitura) e ficou com a carteira de identidade na mão e o militar achou que era desacato a autoridade e... (risos) Esse era o tipo de sociedade que a gente vivia. Era uma coisa insana!*³¹⁸

Todavia, é provável que a pior face da repressão cotidiana se desse na constante ameaça de violação da intimidade dos lares. Conforme Pascual, era freqüente que forças militares ocupassem inesperadamente um quarteirão e comesçassem um minucioso operativo de busca, casa a casa. Acontece que a “visita inesperada” dos militares era uma pratica que já havia se tornado um novo habito do cotidiano; portanto, sendo “esperada” com apreensão e medo a qualquer momento, mas, ao mesmo tempo, torcendo para que isso nunca ocorresse. Segundo afirma Caviglia, o que estava ocorrendo era que (...) *la propia casa, el máximo reducto de la familiaridad y la intimidad, se fue volviendo también un espacio prohibido, de los Otros, susceptible de ser allanado, de ser intervenido, de ser constantemente vigilado.*³¹⁹ Ou seja, se a própria sacralidade do espaço íntimo do lar encontrava-se vulnerável, isso queria dizer que não havia mais um lugar possível de refúgio. Preventivamente, as pessoas procuravam eliminar quaisquer resquícios de elementos que sinalizassem algum pertencimento político e ideológico que pudesse ser interpretado como subversivo pelos militares, tais como livros, panfletos, cartazes, discos. Uma “higiene” ideológica que o próprio governo já se encarregava de fazer publicamente, com as queimas de livros “subversivos” apreendidos a editoras e bibliotecas. Com semelhantes medidas didáticas e disciplinadoras, o governo biblioclasta também sinalizava as pessoas de que modo deveriam proceder. Afinal,

³¹⁷ PASCUAL, Alejandra L. *Terrorismo de Estado. A Argentina de 1976 a 1983*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004, p. 60.

³¹⁸ Entrevista com M. A. realizada em Porto Alegre - 11/09/2007.

³¹⁹ CAVIGLIA, Mariana, op. cit., p.168.

como afirmam Pigna e Seoane, (...) *la consigna era “prohibido pensar”. Los libros eram también cuerpos a desaparecer.*³²⁰

Jaime, então um jovem músico, se recorda bem desse processo de eliminação de indícios comprometedores, que também implicava em destruir objetos afetivos que faziam parte da sua identidade: (...) *esa época horrible que se vivía allá, ese pavor todo que vivíamos en mi casa; los “asados” para quemar libros y tapas de discos...*³²¹ Observe-se que Javier, estrategicamente, queimou apenas as chamativas capas dos *longplays* e preservou o conteúdo. Ou seja, guardou os seus discos considerados “subversivos”, talvez até como forma inconsciente de resistência.

Hilda também passou por essa auto-inquisição pouco antes de vir para o Brasil. Seu marido, ex-militante *montonero*, já havia partido para Porto Alegre. Não era seguro nem prudente levar tais objetos na mudança:

*Hubo que quemar toda la biblioteca. (...) Los quemé yo en la “churrasquera”, esta es una escena que mi hija mayor todavía se acuerda. Porque yo decía: “váyanse, quédense durmiendo, yo ya voy”. Y yo bajaba y quemaba libros, revistas y volantes y cosas...*³²²

Durante a entrevista, o marido de Hilda interrompe e lhe pergunta: - *¿Y como se salvo mi colección completa de las obras de Lenin?*³²³ Ao que Hilda respondeu: - *Porque esas estaban, me parece que se las quedó (sua cunhada) pero todo lo demás fue quemado.*³²⁴ Não sabemos se essa coleção de “Obras Completas de Lênin” se salvou por sorte, por obra do acaso ou deliberadamente, o fato é que esses livros escaparam da inquisição ideológica antissubversiva adquirindo um valor simbólico (pelo menos para seu dono) como “vestígio”, como prova de que algumas coisas deveriam sobreviver a essa hecatombe arrasadora. Algo deveria ser resgatado desse passado para haver um futuro.

Paralelamente, a situação de terror também levou a que as pessoas, em determinado ponto, simplesmente deixassem de se indagar, de questionar e,

³²⁰ PIGNA, Felipe; SEOANE, Maria. *La noche de la dictadura: memoria fotográfica inédita a 30 años del terror*. Buenos Aires, Fundación Octubre, 2006, p. 27.

³²¹ *Asados* é o termo platino para churrasco. Entrevista com J. A. realizada em Porto Alegre – 05/08/2008.

³²² Entrevista com H. G. realizada em Porto Alegre - 13/07/2007.

³²³ Entrevista com B. M. realizada em Porto Alegre - 13/07/2007.

³²⁴ Entrevista com H. G. realizada em Porto Alegre - 13/07/2007.

evidentemente, de conversar umas com outras sobre as coisas que estavam acontecendo a sua volta. Porém, dado a incerteza sobre os parâmetros definidos pelo regime para aplicar a violência era mais seguro “não saber”. Nesse sentido, o “não saber” era também uma forma de acatar as diretrizes do regime o qual, ironicamente, tinha entre seus chavões de propaganda um que oportunamente afirmava que (...) *el silencio es salud*. Desse modo, o império do silêncio se instaurou gradativamente no seio das famílias, no ambiente de trabalho, nos locais de estudo, nos espaços de convívio público. Assim, pais advertiam seus filhos sobre o quê falar e, principalmente, com quem falar e se relacionar; vizinhos e amigos passavam a autopolicar-se e autoceusurar-se nas rodas de conversas, e assim por diante. O depoimento a seguir é significativo de como funcionou este silenciamento verticalmente imposto, mas também autoimposto pela sociedade.

Carlos, ausente desde 1976, retornara a Argentina em 1986. Para sua surpresa e indignação, descobriu que amigos e conhecidos com quem sua família tinha contato freqüente jamais souberam o que havia lhe acontecido até esse momento, já em plena democracia:

Yo volvi en el '86 a la Argentina, porque estaba en Mozambique. Vine un año... y entonces mi madre va y le dice al Cura (padre católico, amigo de Carlos e confesor da família): - escuchame, (...), quiero pedir una misa de acción de gracias.

- *¿Ah, si?*

- *Porque va a volver Carlos...*

- *Pero... ¿Carlos no está muerto?*

- *no, no...*

*Es decir, que los diez años que ellos se habían visto practicamente todos los días él jamás se había atrevido a preguntarle si yo estaba muerto, desaparecido, no estaba o si estaba en la casa o donde... Eso para mi fue terrible... (...) Porque mi madre tampoco le comentó nada...*³²⁵

O comovedor depoimento acima nos permite perceber a profundidade em que medo e o terror haviam se instalado nas pessoas e o conseqüente isolamento vivido por todos: um isolamento desagregador do tecido social.

Não obstante ao permanente clima de terror, já despontavam os primeiros núcleos organizados de resistência não armada perante a violência do regime, como o CELS ou a *Asamblea Permanente por los Derechos del Hombre* (APDH). Contudo,

³²⁵ Entrevista com Carlos Claret, realizada em Foz do Iguaçu - 18/09/2009.

foram as Mães da Praça de Maio as que se sobressaíam atingindo repercussão nacional e internacional. Motivadas inicialmente pela busca de seus familiares desaparecidos, o movimento das mães interpelou constantemente o poder militar, sendo ameaçadas, perseguidas e até vitimadas pela repressão. Na tentativa de restar valor as denúncias das Mães e desqualificá-las perante o público, o governo as rotulou como sendo “*las locas*”. Todavia, as Mães continuaram sem ceder no seu objetivo de tornar públicos os crimes encobertos da ditadura civil-militar, de informar e conscientizar a opinião pública nacional e internacional. Futuramente, as Mães da Praça de Maio se converteriam em um símbolo na busca pela verdade e justiça.

A Copa do Mundo de 1978 foi o momento de auge da ditadura civil-militar. Inicialmente, houve pedidos de boicote por parte de grupos políticos no exílio e de organismos internacionais. Mas o governo, através de seus porta-vozes nos meios de comunicação, acusou a existência de um complô que buscava ofuscar a vitrine do regime e que deixou a Argentina como (...) “*un país acorralado por la insidia, la calumnia y las campañas de gobiernos y prensas extranjeras.*”³²⁶ Independente de alguma manipulação e do franco adesismo de alguns, o fato é que a maioria da população identificou os ataques contra o governo como sendo ataques contra a dignidade da nação. Era como se com o manto do patriotismo se cobrissem todas as contradições de uma nação que há pouco havia estado beirando uma guerra civil. Para Novaro e Palermo, o Mundial de 1978 foi vivido pela grande maioria dos argentinos como uma oportunidade de recompor uma autoestima fraturada por uma série de fracassos e frustrações.³²⁷ Assim, a final do campeonato se tornou uma espécie de apoteose para um nacionalismo popular expressado em termos futebolísticos. Após uma duvidosa vitória contra o Peru (apontada como fraudulenta em alguns meios jornalísticos internacionais) que classificou a Argentina para a final, a vitória contra a Holanda que consagrou a Argentina campeã do Mundial 1978 foi seguida por uma esmagadora festa popular azul e branca, de proporção nacional, e

³²⁶ A frase é de Bernardo Neustadt, conhecido arauto da ditadura civil-militar. O cronista ainda reivindicava para o jornalismo argentino a posição de ser o maior defensor da “ferida imagem” nacional, ou seja, do regime. *Gente*, 21/12/1978, p.86.

³²⁷ NOVARO, Marcos; PALERMO, Vicente, op. cit., p. 163.

cujos petardos, hinos e balburdia geral abafaram por completo as poucas e fracas vozes dissidentes.

Em 1979 a Argentina recebeu a visita da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) e começou um minucioso trabalho de investigação baseado em inúmeras denúncias vindas de organismos de direitos humanos argentinos e internacionais, como a Anistia Internacional. O relatório final da CIDH, publicado no início de 1980, foi unânime em condenar as violações dos direitos humanos no país. Enquanto isso, o governo mantinha sua atitude negacionista, no máximo se reconheceram alguns “excessos” na guerra contra a guerrilha, e o governo intentava desabonar os denunciadores ao acusá-los de conluio com a “campanha anti-argentina” promovida pela “subversão internacional”.

Enquanto isso, a economia era instrumentalizada como forma de cooptação de parte da sociedade. Desde dezembro de 1978 até pelo menos o início de 1980, o governo fixou uma tabela de desvalorização da moeda nacional em relação ao dólar com o objetivo de reduzir a inflação. Contudo, os patamares inflacionários se mantiveram firmes, o que causou, de acordo com Romero, uma valorização considerável do Peso em relação ao dólar.³²⁸ Esse temporário inchaço artificial da moeda argentina provocou uma corrida desenfreada à especulação financeira, sem controles ou restrições, o que configurava ganhos elevados, mas de alto risco. O período foi marcado pelo fluxo de dólares e pelo consumismo irresponsável, especialmente da classe média: era o momento da *plata dulce*.³²⁹ Um efêmero *intermezzo* a crise, repleto de viagens de compras a Miami e ao Brasil, de bugigangas coreanas, *jeans* americanos e de carros “descartáveis” japoneses. Contudo, nem todos estavam satisfeitos com essa compensação imediatista propiciada pelo fútil consumo desenfreado. A repressão havia diminuído, mas a vida era vivida sem maiores perspectivas devido aos efeitos duradouros do terror e que haviam possibilitado o surgimento de uma sociedade castrada, apática, despolitizada a força e medíocre. Apesar disso, alguns já buscavam, mesmo que timidamente, reconstruir espaços de socialização perdidos, se reunindo em torno a associações culturais, clubes desportivos ou grupos religiosos, onde obviamente a política estava banida por motivo de segurança mediante um tácito consenso geral. Outros, cansados de

³²⁸ ROMERO, Luis A., op.cit. p. 215.

³²⁹ Literalmente, dinheiro doce.

respirar a densa atmosfera autoritária aproveitaram o contexto econômico favorável para partir para outros horizontes.

Foi, de certo modo, o caso de Mariana, que durante uma desprezível viagem de férias ao Brasil conheceu aquele jovem que se tornaria seu marido. Mas, além do vínculo afetivo surgido entre os dois, a viagem permitiu que Mariana tomasse contato com outra realidade cotidiana o que a levou a comparar diferenças e refletir sobre a sua condição, seu papel social e o seu projeto de vida nessa Argentina asfixiada e mutilada pela ditadura civil-militar. Como jovem universitária sentia-se especialmente cerceada em suas liberdades. Lembre-se que para o sistema ditatorial, o binômio juventude-universidade, sempre foi visto como uma combinação de elementos considerada perigosa. Por fim, o próprio relacionamento afetivo entre Mariana e o rapaz brasileiro terminou reforçando e validando sua escolha de emigrar, poucos meses depois:

Aí fiquei alguns meses em Buenos Aires, me correspondendo e me falando com este cara que eu tinha conhecido aqui até que nos decidimos... - Bom, qual que é a tua situação na Argentina? Como é que tu estás?

Eu tinha um trabalho, (...) um trabalho certo: era funcionária pública, embora eu ganhasse muitíssimo pouco lá e a situação estava horrorosa (...) a repressão na universidade era uma coisa muito séria. (...) Estava estudando, estava na Universidad de Buenos Aires fazendo o curso de Assistência Social (...) eles tinham tirado todos os professores e concursados, tinham botado gente ligada aos militares. Eu cursei todas as cadeiras de psicologia no curso de Assistência Social sem estudar Freud porque era proibido. Fiz economia sem estudar Marx, fiz filosofia sem estudar nem Marx nem Engels! Era uma coisa louca, não tinha, aquilo tinha sido apagado do currículo. Então era uma coisa muito capenga, era um horror (...) Então eu digo: - “no”, sabe de uma coisa? Eu me vou embora, vou para o Brasil.³³⁰

2. 3. 5. A Crise Geral da Ditadura

Em meados de 1981, após sucessivas quebras de bancos e a constatação de um colapso no sistema financeiro, ocorreu a queda do ministro Martinez de Hoz. Na seqüência, seguiu-se a desvalorização do peso, uma epidemia de quebra de empresas, bancos e a evasão de divisas gerada pela instabilidade. Pouco depois, em 1981,

³³⁰ Entrevista com M. A. realizada em Porto Alegre - 11/09/2007.

houve a chamada “estatização da dívida privada” quando o governo transferiu ao Estado às dívidas dos setores empresariais monopolistas alinhados com o regime. O custo da política econômica significou mais desemprego, recessão e a volta da hiperinflação, mas esta crise econômica também gerou uma crise de poder entre os membros da junta. O impasse entre o exercito e a marinha finalmente provocou a queda de Videla e a sua substituição pelo general Roberto Viola. Enquanto isso, a crise econômica e a instabilidade política insuflaram os ânimos da sociedade que começava a despertar do seu letargo de medo. Eis como pipocaram algumas greves, assim como cresciam as reclamações pelos desaparecidos e mobilizações populares de cunho diverso, todos aproveitando a aparente fragilidade do regime.



Figura 2.10. As centrais sindicais realizam as primeiras manifestações de vulto contra a crise econômica e, de tabela, contra o governo. Na imagem, funcionários do Estado reclamam por reajustes salariais. (Fonte: revista *Somos*, N° 289, 02/04/1982, p. 49. Arquivo pessoal do autor).

O ano de 1982 iniciou turbulento com uma greve geral que, apesar de ser fortemente reprimida, marcou o retorno da tradicional mobilização da classe operária argentina e a força da central sindical CGT. Frente à crise política, social e econômica, o governo tentou uma saída externa capaz de mobilizar a sociedade em torno de um objetivo maior: reavivar a questão das Malvinas. Assim, em 02 de abril de 1982, comandos navais argentinos derrotaram a pequena guarnição britânica e tomavam Port Stanley. A invasão das ilhas, ocupadas pela Grã Bretanha desde 1833,

despertou inicial adesão da sociedade argentina, uma empolgação patriótica desmesurada e extensiva inclusive aos dissidentes no exílio, cuja posição e atitude analisaremos no Capítulo 5. Era uma reivindicação antiga e profundamente entranhada no nacionalismo argentino, independente de filiação política ou partidária. Mas, muito além dos discursos belicistas, os militares argentinos não pretendiam realmente um confronto armado com a Inglaterra: apenas queriam obrigar os ingleses a negociar, ocupando as ilhas como trunfo e confiando que os Estados Unidos apoiariam a manobra em “gratidão” à participação argentina na repressão à guerrilha em El Salvador, Honduras e no treinamento dos *contras* da Nicarágua.³³¹

Contudo, o apoio americano não se concretizou. Não somente os EUA condenaram a atitude argentina como ainda se posicionaram diplomática e militarmente a favor dos ingleses. Com o fracasso nas negociações (inclusive da mediação papal) e considerando que uma guerra externa serviria também para mobilizar a população inglesa, canalizando o apoio para o governo, a primeira-ministra Margareth Thatcher decidiu intervir militarmente.

Por sua vez, o governo argentino, nas mãos do general Leopoldo Fortunato Galtieri, que delirou ao imaginar-se incluído no Primeiro Mundo, viu-se isolado e vítima de um boicote dos EUA, da Europa Ocidental e da *Commonwealth*. Suas aspirações de grandeza chocaram-se com a realidade de pertencer ao Terceiro Mundo: ironicamente, os militares argentinos receberam formal apoio soviético, cubano e de diversos países da América Latina, pelo menos no que tangia a soberania das ilhas, mas sem implicar em qualquer espécie de compromisso de tipo militar. Esse processo foi levando os militares a uma contradição crescente e dividindo-os entre os pragmáticos que diziam que (...) *cuando yo necesito armas (...) para la defensa (...) de la Pátria, le compro a quien me venda*³³², e os que preferiam ver a Argentina isolada a ter de cair nas “garras do comunismo”: (...) *las tentaciones de Fidel Castro y la seducción de Rusia*.³³³ Em dois meses de combate, a superioridade

³³¹ Coube aos militares argentinos o papel de executores da política anticomunista no continente não assumida pelos EUA, até a chegada de Reagan. Os argentinos exportaram sua metodologia da guerra anti-subversiva para a América Central, o Caribe e a Bolívia. Ver SEOANE, María. *Los secretos de la Guerra sucia continental de la dictadura*. Clarín, (Dossier) 24/03/2006, p.2-5.

³³² Entrevista do general Iglesias. *Gente*, 03/06/1982, p.26.

³³³ NEUSTADT, Bernardo. Yo sé que ahora vendrán caras extrañas. *Gente*, 03/06/1982, p.98.

militar de um exército experiente e profissional somado ao estratégico apoio dos EUA e da Europa Ocidental decidiram a guerra em favor da Inglaterra.

A vergonhosa derrota das forças argentinas nas Malvinas ecoou imediatamente na junta militar, aprofundando a crise interna e escancarando a farsa do regime. A guerra havia custado ao país 700 mortos e mais de 1300 feridos. O general Galtieri renunciou em junho de 1982, sob o opróbrio popular e a desaprovação da própria junta militar, que o culpou pelo fracasso no campo da negociação diplomático e no comando militar. Estabeleceu-se prontamente uma crise no comando da junta militar, o que abriu espaços para manifestações e protestos da sociedade civil, mas esta não estava ainda suficientemente fortalecida e articulada para colocar-se como alternativa. Entrementes, os militares estavam divididos em facções e enfraquecidos pela derrota e as disputas internas. Uma nova junta presidida pelo general Reynaldo Bignone sinalizou a volta dos civis ao poder, embora sem definir prazo para as eleições. Simultaneamente, a junta procurou impor suas prerrogativas no sentido de proteger futuramente os autores dos crimes cometidos ao longo do período de exceção. Com essa finalidade promulgou-se uma lei de auto-anistia que devia por um ponto final na discussão sobre a guerra suja e os milhares de desaparecidos. No entanto, em meio a um clima de ebulição social e o despertar da opinião pública, o conjunto da sociedade rejeitou estas manobras, exigindo eleições. Sem possibilidade de negociar uma saída política, cada vez mais isolado internacionalmente e abandonado por seus aliados civis, o acuado governo militar marcou as eleições para o final de 1983.

Aos poucos, a verdade das atrocidades cometidas pelo regime aparecia espetacularmente estampada nos jornais, revistas e televisão, o que algum observador perspicaz chamou acertadamente de “show do horror”. Assim, surgiam restos mortais indignamente jogados em fossas comuns, pessoas cujos assassinatos foram corroborados por centenas de depoimentos de sobreviventes dos campos de concentração e declarações de alguns poucos ex-repressores buscando perdão. Passada a incredulidade inicial, a indignação, a revolta o desejo de condena para os autores materiais do genocídio tomou conta da sociedade, mesmo entre aqueles que outrora haviam apoiado a luta contra a subversão. Uma parte da sociedade tentava também desvencilhar-se das comprometedoras afinidades do passado e aderir

hipocritamente ao discurso democrático, a defesa dos direitos humanos, etc. Em especial, o setor civil da elite que estava cada vez mais preocupado com a transição democrática e, para tal, deveria realçar esquecidos valores democráticos e civilistas para acentuar suas diferenças com os militares. De modo geral, se procurava manter a sociedade civil como um ente aparte, vitimizado e distante do acionar da ditadura civil-militar.

Nesse mesmo sentido transitava a chamada “teoria dos dois demônios”: nesse engendro teórico, o confronto se deu entre o “demônio” terrorista da extrema esquerda (a guerrilha) contra o “demônio” terrorista da extrema direita (as Forças Armadas), sendo que as Forças Armadas, dotadas de um poder quase ilimitado em virtude do controle do Estado, extrapolaram os limites da luta muito além dos parâmetros da legalidade do Estado de Direito. No entanto, a “teoria dos dois demônios” tinha algumas falhas na concepção, principalmente a de não levar em conta a desigualdade e a assimetria entre ambos os lados beligerantes, como se a guerrilha alguma vez pudesse ter ameaçado o sistema, coisa que nunca ocorreu. Por mais voluntarismo que houvesse por parte das organizações de esquerda armadas, o que poderiam ter feito 3.000 guerrilheiros contra uma das mais poderosas Forças Armadas da América Latina? Mas, em especial, a “teoria dos dois demônios” obliterava todo um projeto de extermínio visando uma reordenação social orquestrado pelas classes dominantes e, de modo simplista, reduzia o problema a uma “guerra entre dois terrorismos” e que posteriormente os militares estenderam a uma sociedade passiva. Portanto, nessa conveniente teorização, a sociedade permanecia descolada e “inocente”, como se ambos os “demônios” não houvessem sido gerados em seu seio, nem essa “guerra” tivesse sido avalizada por boa parte da população de um ou outro lado.

Enquanto isso, as Mães da Praça de Maio e as organizações dos direitos humanos se tornavam porta-vozes do despertar de uma nova consciência social, original e desvinculada das lutas partidárias. Aos poucos houve um renascimento intelectual, cultural e artístico: as universidades voltaram a se tornar pólos de debate e ativismo. Velhas e novas manifestações, tais como o *rock* nacional, o teatro e o cinema de caráter social e contestador puderam sair dos espaços restritos onde se encontravam. Era também o renascer da justiça, da solidariedade, da protesta social e

da participação política maciça, mas principalmente da tomada de consciência de que um novo “inimigo em comum”, o poder militar, uniu a sociedade em torno de um ideal que representava a “grande solução”: a democracia. Uma nova Argentina, repleta de anseios e esperança parecia ressurgir das profundezas do inferno. O contexto da volta à democracia e o complexo processo de retorno dos emigrados, do Brasil para a Argentina, serão analisados no capítulo 6.

Capítulo 3 - Fronteiras

Para que o leitor possa também situar-se mentalmente no cenário onde se desenvolveu esta ação histórica, nos parece importante elaborar um breve panorama cartográfico da região de fronteira que separa (mas que também une) o Brasil da Argentina. Com este propósito intentamos dotar o leitor de instrumentos que lhe auxiliem a compreender melhor os distintos matizes e interfaces que confluem na multifacética dinâmica dos processos migratórios, sejam eles voluntários ou forçados.

3. 1. O Cenário Geográfico

Do ponto de vista da clássica geografia política, o Brasil é separado da Argentina por uma imaginária linha de fronteira com 1261,3 km de extensão total. Esta linha foi inicialmente delimitada pelo Tratado de 1898 e que foi estipulado a partir de um Laudo Arbitral de 1895 do então Presidente dos Estados Unidos, Grover Cleveland, como se vê na Figura 3.1.

Posteriormente, este tratado foi modificado pelos Artigos Declaratórios de 1910 e foram ratificados e complementados na Convenção de 1927 que, no seu Artigo 2º definia e detalhava tecnicamente a linha de fronteira.³³⁴ De acordo com Engel, os trabalhos demarcatórios foram suspensos em 1928, sendo retomados mais

³³⁴ “Conseqüentemente, fica aceita a demarcação effectuada em toda a extensão da fronteira demarcada, demarcação que começou na bocca do rio Quarahim (Cuareim), margem esquerda ou brasileira do Uruguay, e em um ponto situado em frente a dita bocca, na margem direita ou argentina do mesmo Uruguay, segundo os Termos de inauguração dos dois primeiros marcos principaes, em quatro de Abril de mil novecentos e um, e a Primeira Acta principal, de dezoito de Junho de mil novecentos e quatro, continuando pelo talvégue dos rios Uruguay e Pepiry-Guassú, pelo mais alto do terreno entre a cabeceira principal d'este e a do Santo Antonio e, depois, pelo talvégue do Santo Antonio e do Iguassú até a confluencia d'este no Paraná.” *Artigos Declaratórios da Demarcação de Fronteiras entre os Estados Unidos do Brasil e a República Argentina, assignados no Rio de Janeiro a 4 de outubro de 1910.* In: <http://info.lncc.br/wrmkkk/att1910.html> - Acessado em 11/04/2010.

de quarenta anos depois. Desde 1971 até meados da década de 1980, uma Comissão Mista de Inspeção dos Marcos da Fronteira Brasil-Argentina encarregou-se de executar um trabalho de caracterização desta fronteira.

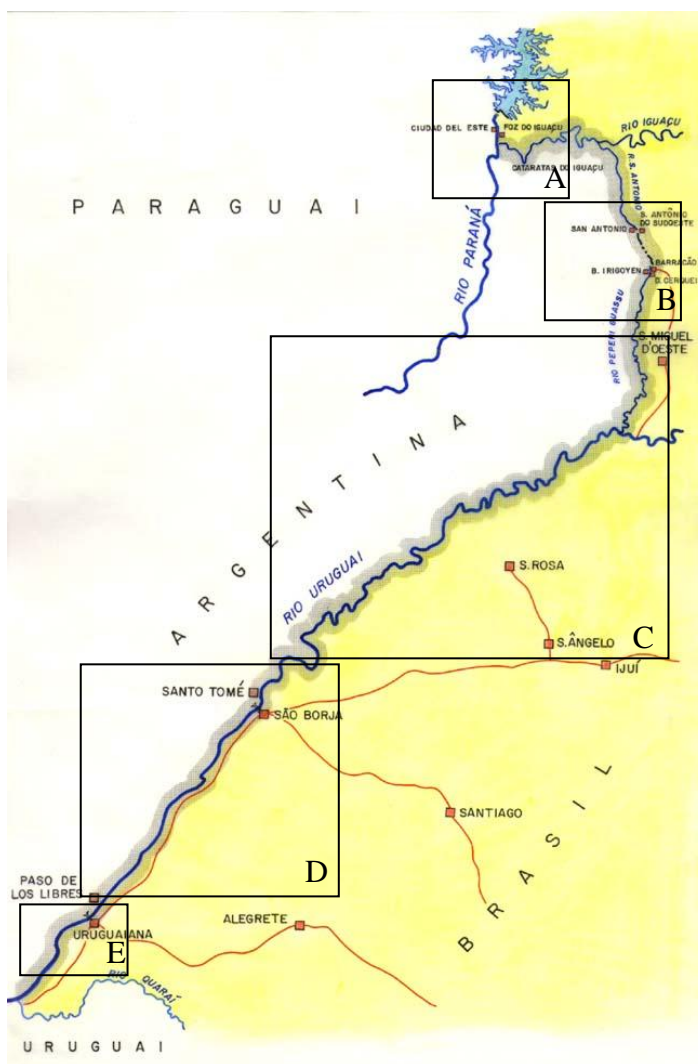


Figura 3. 1. Mapa geográfico completo da zona de fronteira Brasil – Argentina. Os quadros marcados em ordem alfabética (de Norte a Sul, conforme o traçado dos rios) são detalhes das diversas regiões que compõem esta extensa faixa de fronteira: A) Tríplice fronteira Argentina – Brasil - Paraguai e foz do Rio Iguaçu B) Divisor de águas C) Do Rio Pepirí Guaçu até o Rio Uruguai (Alto Uruguai) D) do Rio Uruguai até o Rio Quaraí E) Desembocadura do Rio Quaraí e tríplice fronteira Argentina – Brasil – Uruguai (Fonte: <http://www2.mre.gov.br/daa/aresq.html>).

A comissão foi integrada tanto por cartógrafos militares (dado o aspecto estratégico e de Segurança Nacional envolvido) quanto por funcionários públicos

civis especializados (engenheiros, agrimensores, geógrafos, etc.) de ambos os países. A referida comissão dedicou-se a examinar as condições dos marcos territoriais preexistentes reparando aqueles que estavam danificados e retificando ou implantando novos delimitadores, para efetuar uma sinalização mais acurada, especialmente no denominado “divisor de águas” entre as nascentes do Rio Pepiri-Guaçu e do Rio Santo Antonio, uma estreita faixa de 25,1 km terra, tal como visto na Figura 3. 1B.



Figura 3. 1B. Vista parcial do chamado “divisor de águas”, estreita e única faixa de fronteira seca entre Brasil – Argentina, situado na divisa entre o estado do Paraná e o de Santa Catarina, com a província argentina de Misiones. As estruturas brancas na foto são os marcos delimitadores de fronteira implantados pela comissão referida acima. A imagem também nos permite ter uma idéia do tipo de terreno e a vegetação existente no local, misto de floresta pluvial sub-tropical, terras aráveis e campos de pastagem (Fonte: <http://info.lncc.br/wrmkkk/amap2.html>).

O divisor de águas é o único trecho de fronteira terrestre dessa longa linha de fronteira, cujo ponto inicial desse traçado está situado nas Cataratas do Iguaçu (Figura 3), próximo também com a famosa tríplice fronteira que une e separa Brasil – Paraguai – Argentina.

Posteriormente, a imaginária linha demarcatória vem descendo os cursos dos Rios Iguaçu, Santo Antonio, Pepiri-Guaçu e Uruguai, Figuras 3. 1C. e 3. 1D. respectivamente, indo até a foz do Rio Quaraí, retratado na Figura 3.1E, que não somente delimita Brasil e Argentina, mas também demarca o sul do Brasil com o

Uruguai. No total, a fronteira Brasil-Argentina soma 1.236,2 km de fronteiras exclusivamente fluviais.³³⁵ Historicamente, esta foi uma das últimas fronteiras da região sul do Brasil a ser demarcadas.



Figura 3. 1E. Região de encontro das águas do Rio Uruguai com a foz do Rio Quaraí, detalhe do extremo sul da fronteira Brasil – Argentina – Uruguai (Fonte: <http://www2.mre.gov.br/daa/amap3.html>).

3. 1. 1. Cruzar a Fronteira

Mesmo em condições político-institucionais ditas “normais”, ou seja, quando o Estado de Direito rege as ações normativas do um governo, a travessia de uma fronteira internacional sempre provoca nas pessoas certa tensão e nervosismo, em maior ou menor grau. Isso depende de uma multiplicidade de fatores que incluem desde a estabilidade emocional do sujeito que está cruzando a fronteira e passando pela formação e a habilidade dos agentes do Estado encarregados de efetuar os controles migratórios, alfandegários, etc. E, sem esquecer o contexto histórico específico no qual se insere o processo que envolve o atravessar uma fronteira entre dois países.

Pode até dizer-se que a natureza da própria travessia já encerra um componente de constrangimento. Atravessar uma fronteira é um fato complexo que envolve verificação de documentos, um escrutínio do meio de transporte empregado,

³³⁵ ENGEL, Juvenal M. As *comissões brasileiras demarcadoras de limites: Breve notícia histórica*. In: <http://www.info.lncc.br/cbdls.html> - Acessado em 11/04/2010.

da bagagem pessoal e, por vezes, se submete inclusive à revista corporal o indivíduo que a cruza, o que acarreta uma humilhação, tanto seja por sentir-se “alvo” de suspeita ou discriminado, quanto pela violação do espaço da pessoa.

Ou seja, essa tensão da travessia é geralmente composta por um caleidoscópio de sensações que incluem apreensão, insegurança, desconhecimento, desamparo e medo. Em grande parte, esses sentimentos começam a ser construídos com antecedência ao ato de partir da “sua” zona de conforto e adentrar em um terreno desconhecido, os domínios do “outro”, como já analisamos no Capítulo 1. Ao desconforto de índole psicológica, ainda pode-se adicionar outros entraves bem objetivos, como a barreira da língua associada à corriqueira ausência ou a áspera negativa de informação por parte das autoridades encarregadas. Uma situação que normalmente se agrava quando o estrangeiro prestes a cruzar a fronteira é inexperiente ou com baixo nível de instrução escolar. Assim, a reação do indivíduo perante essas regras burocráticas com as quais não possui familiaridade e códigos sociais desconhecidos também causa muito estresse. Imagine-se então o que representava passar a fronteira Argentina–Brasil nos anos 1970-1980, em um contexto repressivo, onde as garantias constitucionais e o respeito pelos direitos humanos existiam de modo figurativo, como no Brasil, ou simplesmente inexistiam, como na Argentina. E nessas condições, para um perseguido político atravessar a linha de fronteira podia se transformar em algo tão temerário e perigoso quanto permanecer no país de origem. Assim, paradoxalmente, ao intentar fugir do “fogo” personificado pelo TDE argentino podia cair-se na “frigideira” proporcionada como armadilha pelo TDE brasileiro. Todavia, apesar dos perigos envolvidos na passagem da fronteira, muitos perseguidos políticos ousaram fazer a travessia ao longo daqueles anos, como veremos.

3. 1. 2. A Fuga dos Oprimidos: Como e Por Onde Sair da Argentina?

Para aqueles que tiveram que sair da Argentina com a sensação, real ou presumida, de que a repressão estava no seu encalço, o processo de abandono do país podia adquirir contornos verdadeiramente dramáticos. Todos os meios de transporte eram válidos: aéreos, terrestres e fluviais. O ônibus e o trem eram opções bastante

comuns além de serem mais populares; enquanto o avião e o automóvel não eram acessíveis para a maioria, que contava com escassos recursos financeiros. Muitas vezes combinavam-se os meios de forma variada, intercalando um e outro no sentido de despistar um possível monitoramento. Em grande parte desses processos de fuga foi essencial a intervenção ou a participação solidaria de amigos e parentes que, ao ajudar das mais diferentes formas, muitas vezes arriscaram suas próprias vidas com o objetivo de salvar a vida de uma terceira pessoa em perigo.

Mesmo no auge da repressão política, durante a década de 1970, tratados internacionais recíprocos garantiam e amparavam a liberdade de trânsito em ambos os sentidos da fronteira Brasil – Argentina. Essa prerrogativa legal possibilitou a fuga de muitos perseguidos, especialmente em períodos de férias escolares quando a circulação de pessoas aumentava vertiginosamente dificultando os controles nos principais pontos de fronteiras onde existia concentração de intenso fluxo de turistas, como Uruguaiana - Paso de los Libres. Mas, para poder cruzá-la, primeiro era necessário chegar até a fronteira. E nesse sentido atingir o Brasil, por via terrestre, partindo de qualquer cidade argentina de grande porte não era uma tarefa muito fácil, dada à quantidade de controles policiais existentes nas rodovias do lado argentino.

Uma viagem de campo exploratória realizada pelo autor, em 2009, permitiu observar que mesmo nos dias de hoje, o controle sobre os veículos e pessoas que circulam nas estradas argentinas é bastante rigoroso. Somente trafegando pela *Ruta Nacional 14*, no trecho de Paso de los Libres até Zárate (divisa da província de Entre Rios com a província de Buenos Aires), o autor contabilizou, além do controle aduaneiro na fronteira, mais treze postos da *Gendarmeria*³³⁶ e cinco da polícia provincial de Entre Rios e Corrientes. Em quase todos estes postos podiam ver-se veículos e documentação sendo examinados aleatoriamente.

Pode-se deduzir então que no período da ditadura civil-militar este controle de tráfego interno era, provavelmente, ainda mais minucioso e obviamente agressivo e intimidador. Corroborar esta idéia a lembrança de um de nossos entrevistados, o qual se lembra do contraste entre a vigilância do lado brasileiro e a do lado argentino:

³³⁶ *Gendarmeria*: Espécie de guarda militar de fronteira da Argentina, conhecida pela sua truculência e alto índice de corrupção.

*Los caminos de acá (Porto Alegre) hasta Uruguiana no te paraba ni un “tero” y allá a cada veinte kilómetros, más o menos, un puesto de gendarmería, o cosa por el estilo, parándome a cada rato.*³³⁷

E também não se precisava ser um “subversivo” para ser maltratado ou se sentir ameaçado pelas forças de segurança, pois o caráter abrangente da repressão na Argentina via o conjunto da população com suspeição. Dois de nossos entrevistados, imigrantes econômicos no Brasil sem maiores conotações políticas, relataram ter passado por experiências desagradáveis nas mãos de militares e policiais quando estavam de retorno temporário ao país natal. Ambos sentiram medo e depois revolta frente à arbitrária e descabida opressão do Estado argentino.

Um de nossos entrevistados, Carlos P., relatou momentos de tensão vividos durante uma simples viagem de férias para visitar a família:

*Una vez, en un viaje (...) me desvié del camino y tuve que entrar por Curuzú Cuatiá, cosa que yo no quería y no dio otra: entre por una calle que justamente estaba un cuartel. Me pararon y me llevaron para adentro. Y nosotros estábamos viajando de aquí para allá con mi mujer y las dos criaturas... los tuve que dejar en el auto y ahí me llevaron a hablar con el “capo general”... y el tipo me hizo unas preguntas, que se yo que, me demoró no se cuanto tiempo. Yo, bien, por las dudas, quieto. Yo sentí el olor del peligro.*³³⁸

Já Ernesto trabalhava no Brasil desde 1975, mas tinha de se deslocar para a Argentina com frequência, o que não lhe agradava. Ele se lembra em especial de uma destas viagens em que foi alvo de um destes controles ameaçadores e perdeu a calma ao ver a intimidade da sua família vulnerada pelos agentes do Estado:

*(depois do golpe) Empezaban a revisar el auto. Una vez, con mi nena chiquita, en la zona de Entre Ríos, me agarró un ataque de nervios... Mi mujer es toda higiénica, lavaba y hervía los pañales... Nos abrieron las valijas y los gendarmes sucios empezaron a meter las manos en ropa, y aparte es prohibido: “¡no, que está hervido, es de la nena! Y me agarró un ataque de nervios... (...) no me fusilaron porque... (...) Era una cosa muy tensa, no fue fácil.*³³⁹

3. 1. 3. Cruzando o Rio Uruguai

³³⁷ Tero: “quero-quero”. Entrevista com C. P. realizada em Porto Alegre, 07/08/2008.

³³⁸ Idem.

³³⁹ Segunda entrevista com E.T. realizada em Porto Alegre - 08/08/2008.

Para aqueles que eram perseguidos, a travessia do Rio Uruguai não se constituía em uma empresa simples. Por um lado porque, a exceção de Paso de Los Libres, as outras cidades costeiras argentinas não contavam com pontes que fizessem a ligação. Por outro, porque estas cidades não passavam (e não passam ainda) de pequenos povoados onde a simples presença de um indivíduo (ou um grupo) desconhecido seria facilmente notada pela população podendo ser denunciada as autoridades do local. Especialmente se este “visitante” tivesse um sotaque diferenciado (portenho ou cordobés, por exemplo) aliado a uma aparência física de tipo europeu caucasiano, a qual também contrastaria com certa homogeneidade do biótipo físico dos nativos da região *correntina* e *misionera*, onde é marcante a ascendência étnica indígena. Além do mais, por ser região de fronteira, cada um destes povoados conta com unidades militares geralmente desproporcionais ao tamanho das localidades onde estão assentadas.

Mas uma possibilidade consistia em atravessar o Rio Uruguai em pontos inóspitos, longe de olhares curiosos. Um memorando secreto do Ministério das Relações Exteriores brasileiro ao Conselho de Segurança Nacional, datado de fevereiro de 1982, destacava o elevado grau de controle da margem argentina do Rio Uruguai e apontava, em contraste, as deficiências brasileiras no patrulhamento no trecho compartilhado dessa estratégica bacia hidrográfica. De acordo com o documento, do lado argentino existia toda uma infra-estrutura de segurança que não possuía equivalência do lado brasileiro.³⁴⁰ Segundo o relator deste documento, provavelmente um adido militar, a margem argentina era bem protegida:

Sob o comando de oficiais, com recursos humanos e material apropriado existiriam instalações de “Prefectura Naval Argentina” em Monte Caseros, Paso de los Libres, Yapeyú, La Cruz, Alvear, Santo Tomé, Garruchos e San Javier. A partir desta última cidade até Monteagudo, na província de Misiones, a vigilância do Rio Uruguai seria feita pela “Gendarmeria Nacional” que disporia de uma infra-estrutura bem montada.³⁴¹

³⁴⁰ Destacamos que, independentemente da colaboração entre os governos no plano da repressão política e da supressão de fronteiras estáticas para tal finalidade, no plano real da política exterior esta militarização da fronteira argentina causou certa preocupação. É possível que a mesma possa ter trazido à tona, para os militares brasileiros, os resquícios de uma ancestral rivalidade entre os dois países.

³⁴¹ Memorando (Secreto). DAM-1/DF/SCDL/36/24 (B46) (B29) *Brasil – Argentina. Patrulhamento do trecho compartilhado do Rio Uruguai*. Nº 013/82 - 29/01/1982, p.426. Cx. 008-D2, Fundo CSN, Arquivo Nacional - Brasília.

Ou seja, para realizar a travessia atalhando campos e mata era necessário que a pessoa tivesse um conhecimento prévio e detalhado da região, ou que contasse com o suporte de algum nativo do local que servisse de guia. Ou seja, um batedor, mateiro, pescador ou até mesmo um contrabandista, para saber exatamente os pontos onde a passagem poderia ser facilitada por acidentes geográficos que estreitassem as margens, pela pouca profundidade do leito do rio ou pela simples ausência de controle em determinada parte e determinado horário. Assim, a passagem da fronteira pelo rio poderia ser realizada com uma pequena lancha, bote ou, dependendo da qualificação e da capacidade física do “fugitivo”, até mesmo a nado.

Eis um possível exemplo deste tipo de fuga. Em um documento confidencial da Polícia Federal e difundido ao Exército Brasileiro, à Brigada Militar e à Polícia Civil do Rio Grande do Sul, em 08 de dezembro de 1977, pedia-se a localização e captura de

DADOS CONHECIDOS:

a. Pedro Mancias, 38 anos, moreno, forte, cerca de 1,75m, gordo, cabelos brancos, é ex-oficial da Polícia de Misiones/RA.

b. O nominado atravessou a fronteira para o Brasil, na região do Canal Torto, no dia 04 de outubro de 77. Elementos do Exército Argentino que se encontravam em Alba Posse, solicitaram a colaboração da Polícia Federal para localizar e capturar o nominado.

c. Segundo informações colhidas junto aos militares argentinos, Pedro Mancias possui entre outros cursos, o de guerrilha urbana, além de ser técnico em explosivos.³⁴²

Logo, este tipo de saída se adequava mais aos paisanos da região (provavelmente o caso de Mancias), acostumados desde sempre a cruzar a fronteira de um lado para o outro, geralmente ignorando os controles migratórios, uma característica típica da particular dinâmica de zona fronteira, onde é freqüente o contato próximo entre os habitantes dos dois lados. Também é bem claro no documento o tipo de colaboração direta e sem maiores impedimentos exercida na faixa de fronteira entre as forças repressivas de ambos os países. Veremos isto logo adiante.

³⁴² DOPS/RS: Pedido de Busca - PB 086 - S2/77 de 08/12/77 - SOPS/RG 1.1.341.3.1 – Acervo da Luta Contra a Ditadura - Porto Alegre

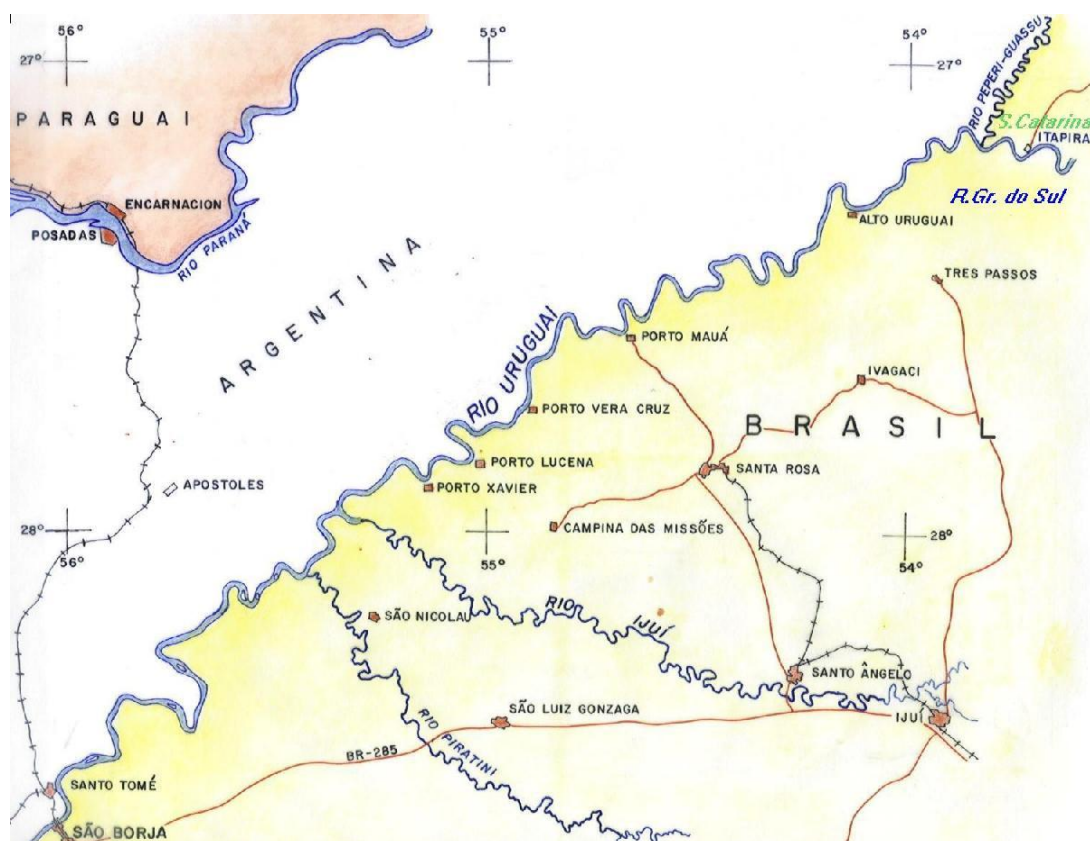


Figura 3. 1C. Região do Alto Uruguai (divisa do Rio Grande do Sul com Santa Catarina) detalhe da parte central da fronteira Brasil - Argentina. Cabe destacar que, em determinados pontos desta região, as margens do Rio Uruguai se estreitam facilitando a sua travessia apesar da ausência de pontes. Além disso, a faixa de fronteira conta com centros urbanos de menor índice populacional, uma malha rodoviária bastante precária e descontínua (mesmo atualmente) e vastas áreas inóspitas ou de difícil acesso, o que dificultava o controle desta zona (Fonte: <http://info.lncc.br/wrmkkk/aruru2.html>).

Por outro lado, uma vez em território brasileiro, a fiscalização da movimentação dessa gente diminuía consideravelmente. A extensão de nossas fronteiras e a falta de pessoal das forças de segurança encarregado para exercer a vigilância na faixa de fronteira sempre foi um dos problemas apontados pela administração pública brasileira. Assim, de acordo com a informação emitida pelos consulados brasileiros em Buenos Aires e Paso de los Libres,

A insuficiência da fiscalização da margem brasileira do Rio Uruguai é clara, ao longo dos aproximadamente 700 km que separam a localidade brasileira de Barra do Quarai (...) do Alto Uruguai, constituindo-se pequenas exceções às áreas frente às cidades de Uruguaiana, Itaqui e São Borja.

Na parte brasileira, da Barra do Quarai até Santo Ângelo, a Polícia Federal contaria com um efetivo de aproximadamente 80 homens, voltados mais para a segurança interna, e a Delegacia da

*Capitania dos Portos, em Uruguaiana, disporia de dois oficiais e dezesseis praças, além de um capataz em São Borja, um em Porto Lucena, um em Porto Mauá e outro em Alto Uruguai.*³⁴³

Portanto, esta linha imaginária, que separa o Rio Grande do Sul das províncias argentinas de Corrientes e Misiones era um dos pontos mais vulneráveis da fronteira, apesar da barreira natural oferecida pelo Rio Uruguai. Assim, esta longa e pouco controlada fronteira fluvial (pelo menos do lado brasileiro) se tornou, em um primeiro momento, uma “porta de entrada”³⁴⁴ (e posteriormente uma espécie de “corredor”) para guerrilheiros e militantes perseguidos, além do histórico contrabando de gado e de mercadorias, e também do então incipiente tráfico de armas e entorpecentes. Aliás, os agentes do Estado frequentemente também atribuíam estas duas últimas atividades criminosas, de um modo genérico, aos chamados “subversivos”, como podemos ver neste documento:

Pedido de busca N° 728/75/DCBI/DOPS/RS

1- DADOS CONHECIDOS:

1.1 CONCEPCIÓN NOEMI DIAZ MARTINEZ, Argentina, antropóloga, portadora da cédula de identidade argentina/n°6.795.547 (expedida pela Polícia Federal), seria ligada a JUAN CARLOS PERALTA, recentemente preso na Argentina, por tráfico de tóxicos e atividades subversivas, desenvolvidas naquele país.

*1.2 Segundo as autoridades argentinas, a nominada estaria presa no Brasil, onde teria chegado proveniente de MISIONES/RA.*³⁴⁵

3. 1. 4. Via Uruguaiana

Uruguaiana era uma das principais portas de entrada ao Brasil e uma das principais rotas usadas pelos refugiados e militantes em fuga. Por um lado, eram conhecidos os perigos da zona fronteira e se temia a fluida conexão repressiva entre os dois países. Porém, em contrapartida, como toda passagem de fronteiras de porte, o considerável e constante tráfego de veículos comerciais, particulares e pessoas, cujo fluxo crescia enormemente na temporada de férias e especialmente no verão,

³⁴³ Memorando (Secreto). DAM-1/DF/SCDL/36/24 (B46) (B29) *Brasil – Argentina. Patrulhamento do trecho compartilhado do Rio Uruguai*. N° 013/82 - 01/02/1982, p. 428. Cx. 008-D2, Fundo CSN, Arquivo Nacional - Brasília.

³⁴⁴ Posteriormente seria um ponto de reingresso clandestino ao território argentino, como veremos no Capítulo 4.

³⁴⁵ DOPS/RS: Pedido de Busca - PB n° 728/ 75/ DCBI/ DOPS/ RS - 09/12/75 - SOPS/CX 1.1.31.2.1– Acervo da Luta Contra a Ditadura - Porto Alegre

dificultava a eficiência do controle pretendido pelas forças de segurança. Era essencial desenvolver estratégias de mimetismo para sobreviver. Portanto, aproveitando-se dessa particularidade da estação do ano, muitos refugiados conseguiram escapar da Argentina usando essa mesma rota, mimetizados e mesclados na avalanche de turistas ávidos por fazer compras na Argentina ou no Brasil, de acordo com a variabilidade cambial da época. Desta forma, só o PRT/ERP conseguiu retirar em torno de uma centena de militantes pelo Brasil, segundo afirmam Anguita e Caparrós:

La mayoría de los militantes del PRT salía por Paso de los Libres,(...) además el verano resultaba ideal: el flujo de turistas complicaba los controles de Gendarmería, desde fines de año anterior (verão 1975-1976) que estaban mandando gente por ahí, y todavía no había caído nadie³⁴⁶.

No entanto, em certos períodos o controle aduaneiro era reforçado. Por exemplo, no dia do golpe, a Argentina bloqueou as saídas de todas suas fronteiras: aéreas, marítimas e terrestres. Conseqüentemente, a ponte que liga Paso de los Libres a Uruguaiana permaneceu fechada. Alguns dias depois, a *Gendarmería* reabriu a fronteira, porém impediu que os táxis brasileiros transportassem mais de três passageiros para Paso de los Libres e proibia que os mesmos retornassem para o Brasil com passageiros, o que suscitou protestos dos motoristas brasileiros perante as autoridades de ambos os países. Posteriormente, ficou acertado que os táxis de Uruguaiana poderiam apenas trazer turistas brasileiros da Argentina³⁴⁷, o que nos dá uma idéia do controle exercido na fronteira. Para os militares, este controle sobre os táxis tinha sua razão de ser.

³⁴⁶ ANGUITA, Eduardo & CAPARRÓS, Martín. op. cit., p.356-357 e 466-467.

³⁴⁷ Zero Hora, 7/4/76 p.30 e 8/4/76 p.29. Arquivo Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa – Porto Alegre.



Figura 3. 1D. Detalhe da bacia hidrográfica do Rio Uruguai entre as cidades de São Borja e Uruguaiana (RS), pelo lado brasileiro, e Santo Tomé e Paso de los Libres (Província de Corrientes) pelo lado argentino. Na década de 1970-1980 a ligação entre os centros urbanos da margem ocidental e oriental do Rio Uruguai era ainda muito precária sendo feita por balsa ou outro meio fluvial. A exceção ficava por conta de Uruguaiana e Paso de los Libres, onde estava à única ponte que ligava fisicamente Brasil e Argentina, a Ponte Internacional Getúlio Vargas-Agustín P. Justo construída na década de 1940. Apenas em 1998 foi inaugurada uma segunda ponte sobre o Rio Uruguai, a que liga São Borja e Santo Tomé, mas as outras cidades costeiras (como Itaqui e Alvear) continuam aguardando suas respectivas pontes que são reivindicações de longa data (Fonte: <http://info.Incc.br/wrmkkk/aruru1.html>).

Cabe explicar que a travessia por meio de táxis era algo muito comum para quem chegava a Paso de los Libres por ônibus intermunicipal ou trem e se constituiu em um expediente bastante empregado pelos refugiados. Acontece que os táxis, cujos motoristas ou donos eram conhecidos na região, costumavam não ser muito controlados na fronteira, seja por algum tipo de relação pessoal com os guardas ou por simples corrupção: pequeno contrabando, câmbio ilegal de moeda, etc. Esse “desleixo” consentido no tocante à revista alfandegária não se aplicava, no geral, aos

carros particulares, que passavam freqüentemente pelo controle de um ou outro lado da fronteira e, conforme a situação, em ambos os lados.

Daniel de Santis, quadro do ERP, foi um dos que atravessou a ponte de táxi. Acompanhado na fuga por uma companheira que se passava por sua mulher, Disse a companheira: *Tratemos de salir hoy mismo para Porto Alegre. Acá (em Uruguaiana) podemos terminar en manos del DOPS*³⁴⁸, consciente do perigo que o apossava na cidade fronteiriça.

Um de nossos entrevistados também afirmou conhecer uma rede de taxistas encarregados de fazer esse traslado clandestino entre as duas cidades, mediante o pagamento de uma “taxa extra”. Ele nos contou como diversos conhecidos seus fizeram o trajeto, ou pelo menos essa era uma das formas de fazê-lo:

Si, y totalmente en negro, no hacían ingreso al país, nada. Clandestinos, totalmente. Corrían el riesgo de quedar enganchados en la frontera.

P- ¿Y Ud. Sabe como venían?

*Y... iban a la frontera tomaban un taxi, o venían por Uruguay, siempre había maneras. Se tomaba un taxi, arreglabas con el tachero, le dabas 50 mangos en un taxi de Paso de los Libres y te pasaba del otro lado... en el otro (lado) te tomabas otro y así...era así. Había un control, pero no tanto...de la parte brasilera era así.*³⁴⁹

Todavia, outros refugiados acabariam entrando no Brasil dentro de automóveis particulares, geralmente conduzidos por parentes, companheiros ou amigos, apesar dos enormes riscos que esta ação envolvia. Foi o caso de Juan, ex-funcionário público e combatente *montonero*. Desde 1976, ele encontrava-se na clandestinidade na cidade de Córdoba, onde continuava a militar, em meio ao perigo da repressão e as inúmeras quedas dos seus colegas de armas e militância. Em março de 1977, segundo o entrevistado, foi expedida contra ele uma ordem de execução dada pelo comandante militar da região. Isso significava que deveria tentar fugir urgentemente e permanecer era equivalente a cometer suicídio. Uma arriscada travessia de 950 km entre Córdoba e Uruguaiana foi feita a bordo do automóvel de um familiar. Explica-nos melhor o depoente:

³⁴⁸ ANGUITA, Eduardo & CAPARRÓS, Martín. op. cit., Tomo 5, p.376.

³⁴⁹ Segunda entrevista com E. T. realizada em Porto Alegre - 08/08/2008.

(...) ¡orden de fusilamiento! Y si, a mi me dieron la orden, entonces el 5 de marzo estoy pasando la frontera. (...) yo salí de Córdoba escondido en un auto hasta la frontera. Pasé (a fronteira) escondido y estuve un año clandestino acá (em Porto Alegre).³⁵⁰

Ou seja, o processo todo teve de ser feito na mais absoluta clandestinidade para poder aumentar as chances de sucesso da fuga e sobreviver.

Já Ricardo, que fugiu em 1979 após ser ameaçado de morte em Buenos Aires, lembra bem como foi feita sua retirada, também às pressas, da Argentina. Paradoxalmente, ele contou com a ajuda de uma insuspeita “escolta militar” no carro do irmão que o trouxe até o Brasil:

*La vez que rajé para venirme a Brasil (...) vino un muchacho que es ingeniero, pero que llegó a capitán de fragata de la Armada argentina. (...) El vino con mi hermano; entonces yo me tiré en el asiento de atrás... era de noche, muy tarde. Mi hermano y el capitán, este con su cédula militar, pese a que retirado, ¿no? Presentó la cédula... claro, capitán de la Armada... y pasamos.*³⁵¹

Também as linhas de ônibus internacionais, usadas comumente por turistas, foram igualmente utilizadas pelos exilados em fuga. Como todos os outros métodos descritos anteriormente, a fuga utilizando o transporte rodoviário apresentava igualmente um alto risco, pois a repressão já conhecia de antemão estes estratagemas. Por exemplo, um informe do Centro de Informações do Exército (CIE), de março de 1975 já alertava aos órgãos de segurança pública sobre o uso do transporte rodoviário pelos “subversivos”:

*Consta que elementos subversivos argentinos estarían ingresando no Brasil, com a finalidade de descansar ou de se ocultar por algum tempo das autoridades argentinas. O ingresso seria feito por Uruguaiana/RS, na qualidade de turistas, utilizando-se de carros particulares ou de ônibus da empresa Pluma-Conforto e Turismo e Expreso Americano, que fazem a linha Buenos Aires - Rio de Janeiro.*³⁵²

³⁵⁰ Entrevista com J. P. realizada em Porto Alegre – 09/08/2008.

³⁵¹ Entrevista com R. A. realizada em Porto Alegre - 17/03/2008.

³⁵² DEOPS/SP: CIE: Entrada de Subversivos Argentinos no Brasil, 12/03/75 - Dossiê DEOPS 50-E-016 – 175. Arquivo do Estado de São Paulo (AESP) – São Paulo.

Não obstante, foi esse o método utilizado pelos irmãos Diego e Gabriel ao sair da Argentina. Em agosto de 1976, eles viajaram em ônibus de linha, direto de Buenos Aires a Porto Alegre. E, apesar de serem ligados familiarmente à chefia dos *Montoneros*, o que obviamente implicava em maiores riscos, eles conseguiram atravessaram a fronteira utilizando seus próprios documentos.³⁵³

Mas o fato é que Uruguaiana era um lugar muito perigoso e, evidentemente, nem todos tiveram a mesma sorte dos entrevistados acima. Em junho de 1977, dois supostos *montoneros*, José Maria Rodriguez e Jorge Alfredo Iturburo, que foram presos na Estação Ferroviária de Uruguaiana, quando intentavam adquirir passagens no “trem húngaro”, composição que fazia regularmente o trajeto Uruguaiana - Porto Alegre até início dos anos 1980. De acordo com o noticiado nos jornais da época

*Os dois homens, sem documento, (...) foram detidos pela Brigada Militar, em cujas dependências confessaram sua condição de terroristas especializados na “montagem de armas”, segundo informações fornecidas às rádios Charrúa e São Miguel por elementos da corporação. Na Polícia Federal, para onde foram encaminhados pela Polícia Militar, José Maria Rodriguez e Jorge Alfredo Iturburo negaram pertencer àquela organização e se identificaram como comerciantes de Buenos Aires. Sobre o caso, o delegado Marco Pólo, da Polícia Federal, disse que “existem suspeitas de que sejam mesmo montoneros, pois suas histórias são contraditórias. As autoridades argentinas investigarão o caso, o qual vamos acompanhar”.*³⁵⁴

Segundo a polícia, eles não haviam cruzado pela Ponte da Amizade, mas sim pelo Rio Uruguai. No dia 30 de junho, a Polícia Federal removeu os dois homens e os entregou a uma unidade do Exército Argentino em Paso de los Libres. A partir daí seus rastros se perdem.

Cabe destacar que é na região de Uruguaiana onde se concentra a maioria dos diversos casos de prisões, sequestros e desaparecimentos efetuados no marco da colaboração repressiva transnacional entre as ditaduras civis-militares, alguns dos quais não resolvidos ainda hoje. E não só de argentinos. Em março de 1974, o dirigente do PCB, David Capistrano da Costa, ex-militar e veterano da Guerra Civil

³⁵³ Entrevista com Diego Martinez Agüero realizada em Porto Alegre - 21/08/2010.

³⁵⁴ Correio do Povo, 30/06/1977, p. 5. Arquivo Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa – Porto Alegre.

Espanhola, desapareceu por essa região junto com o motorista que guiava o Fusca que os transportava, José Roman. Seus corpos nunca foram encontrados.³⁵⁵

Sobre algumas das vítimas não se sabe quase nada, como Gregorio Bregstein, argentino supostamente desaparecido em Uruguai em janeiro de 1975; ou Cristina Glória Fiori de Vina, quem foi sequestrada por policiais civis do Rio Grande do Sul a mando de um policia federal argentino.³⁵⁶

Também ocorreu na região de Uruguai, em junho de 1980, os sequestros de Jorge Oscar Adur e Lorenzo Ismael Viñas, militantes da organização *Montoneros* que viajavam desde a Argentina em ônibus de linha internacional, quando foram interceptados e capturados, e desaparecendo a seguir. Estes três últimos casos em particular serão tratados em detalhe no próximo capítulo.

3. 1. 5. Via Uruguai

Outra forma de sair da Argentina para chegar ao Brasil era atalhando pelo Uruguai. Mas a tarefa não era simples, já que o Uruguai também estava sob uma ditadura civil-militar análoga e colaboradora dos regimes vizinhos. Assim, cruzar o Rio da Prata, por via fluvial ou aérea, representava um enorme risco dado à vigilância constante, não só no porto e nos aeroportos de Buenos Aires, mas também do outro lado, onde os serviços de informação argentinos tinham agentes e “marcadores” ou “dedos”, ex-militantes quebrados que (geralmente após serem reduzidos a farrapos humanos graças à tortura) se convertiam em delatores para identificar aqueles que tentavam escapar.³⁵⁷ Por via terrestre, a opção era atravessar pelas pontes sobre o Rio Uruguai que ligam cidades da Argentina e do Uruguai, respectivamente: Gualeguaychú - Fray Bentos, Colón – Paysandu e Concórdia - Salto. Segundo Bonasso, pelo menos em Salto, havia espiões e “dedos” a espreita dos fugitivos.³⁵⁸ As vantagens residiriam principalmente em encurtar uns 100 km o trajeto a fronteira brasileira, assim como o tempo de viagem. Todavia os riscos eram

³⁵⁵ COMISSÃO DE FAMILIARES DE MORTOS E DESAPARECIDOS POLITICOS; INSTITUTO DE ESTUDOS SOBRE A VIOLÊNCIA DE ESTADO. *Dossiê Ditadura: Mortos e desaparecidos políticos no Brasil (1964-1985)*. São Paulo: IEVE/Imprensa Oficial, 2009, p. 546-550.

³⁵⁶ Ambos os casos constam nos registros da CONADEP: Gregorio Bregstein – Actor 5918; Gloria Cristina Fiori de Viña – Actor 6561.

³⁵⁷ BONASSO, Miguel. *Recuerdo de la muerte*. Buenos Aires: Bruguera, 1984, p. 373-375.

³⁵⁸ Idem.

dobrados, pois havia que atravessar duas alfândegas, a uruguaia e a brasileira. Apesar disso, alguns se arriscaram por este caminho de solitárias e intermináveis estradas cortando o pampa oriental. O fato de a região ser escassamente povoada talvez aumentasse psicologicamente a sensação de segurança nos refugiados.

Um entrevistado, que residia legalmente no Brasil e não se define como um exilado nos contou um episódio onde ele e um amigo brasileiro foram à Argentina, supostamente a passeio, mas na verdade a “missão” era trazer na volta para o Brasil uma jovem argentina perseguida na sua cidade.

Un día, me dice un amigo: “bah, está fea la cosa. Ya le reventaron la casa, si no se va...” Y fuimos a pasear con un amigo a La Plata y a la vuelta, en la ruta cerca de Gualguaychú, me la pasaron de un auto para el mío y pasamos la frontera... ¡Que irresponsabilidad! Y mi amigo brasileiro, el pobre no entendía nada (...) era un tipo buenísimo, si supiera... La pusimos en el auto brasileiro (...) entré por Fray Bentos y en Uruguay ni se dieron cuenta que estaba en el auto, sentada, cuando hicimos los trámites. Ni preguntaron. Y fuimos y la largamos en Passo Fundo y de ahí se fue a Suecia.³⁵⁹

Destaca-se a solidariedade dos que já estavam no Brasil como um elemento importante com o qual podiam contar aqueles que precisavam fugir da Argentina. O caso acima também é exemplar por nos revelar a articulação de redes solidarias que não necessariamente se vinculavam à militância, mas que seriam impensáveis sem a existência de profundos laços de amizade e diversas identidades em comum.

3. 1. 6. Via Aérea

Empresas de transporte aéreo também foram empregadas para retirar pessoas da Argentina, embora menos utilizado em função do custo elevado das passagens aéreas na época. Como todos os outros métodos descritos anteriormente, a fuga utilizando o transporte de linha internacional apresentava igualmente um alto risco, devido à estrita vigilância nos aeroportos e a presença de delatores nos mesmos. Em

³⁵⁹ Segunda entrevista com E. T. realizada em Porto Alegre - 08/08/2008.

março de 1980, Horacio Domingo Campiglia e Monica Pinus de Bistock foram detidos logo ao desembarcar no Aeroporto do Galeão, no Rio de Janeiro.³⁶⁰

Pelo menos um de nossos entrevistados havia escolhido este meio convencional para sair do seu país. A travessia de Carlos para o Brasil, em outubro de 1976, foi feita em diversas escalas para não chamar a atenção, como se fosse uma viagem de negócios qualquer: (...) *había un vuelo de Aerolíneas que salía de Aeroparque a Iguazú, o Formosa, y de ahí a São Paulo.*³⁶¹ Antes de deixar a Argentina, na última escala, apresentou um “convite” de um suposto congresso para poder justificar a continuação da viagem para o exterior. Como ele mesmo colocou: (...) *así pude salir, seguro que fue un riesgo terrible... el '76. Pero, todavía no habían empezado a hacer 'dedo' en la frontera.*³⁶²

De fato, embora a fuga de Carlos tenha ocorrido durante o auge da repressão, por outra parte, ele teve a sorte que nos primeiros meses de 1976 o regime argentino ainda não havia começado a utilizar-se dos tais “marcadores”.

3. 1. 7. Via Foz do Iguaçu

Outro ponto bastante utilizado para sair da Argentina era a fronteira Puerto Iguazú–Foz do Iguaçu, no Paraná. Devido ao grande fluxo de turistas internacionais na região durante a maior parte do ano devido às Cataratas do Iguaçu, o controle migratório tornava-se aqui muito dificultoso para as autoridades fronteiriças, mesmo que naquele tempo a travessia ainda era feita por balsa. Daí em diante seguia-se geralmente para São Paulo, Rio de Janeiro ou descia-se ao Rio Grande do Sul, pois permanecer em qualquer zona de fronteira era sempre algo muito arriscado.

Foz do Iguaçu também foi palco das trágicas mortes de Liliana Goldemberg e Eduardo Escabosa. No dia 02 de agosto de 1980, o casal de militantes *montoneros* suicidou-se ingerindo cápsulas de cianureto, pouco antes de ser entregue a militares argentinos. Voltaremos a este caso no Capítulo 4.³⁶³

³⁶⁰ Estes casos serão examinados no Capítulo 5.

³⁶¹ Entrevista com Carlos Claret realizada em Foz do Iguaçu - 18/09/2009. CLARET, Carlos A. Requerimento Certidão de Inteiro Teor, Estocolmo, 05/02/2009, p.1. Acervo Movimento Justiça e Direitos Humanos (MJDH) – Porto Alegre.

³⁶² Entrevista com Carlos Claret realizada em Foz do Iguaçu - 18/09/2009.

³⁶³ *Clamor*, Dez de 1980, p. 48-49, APOF, cx. 1 - Acervo da Luta Contra a Ditadura - Porto Alegre.

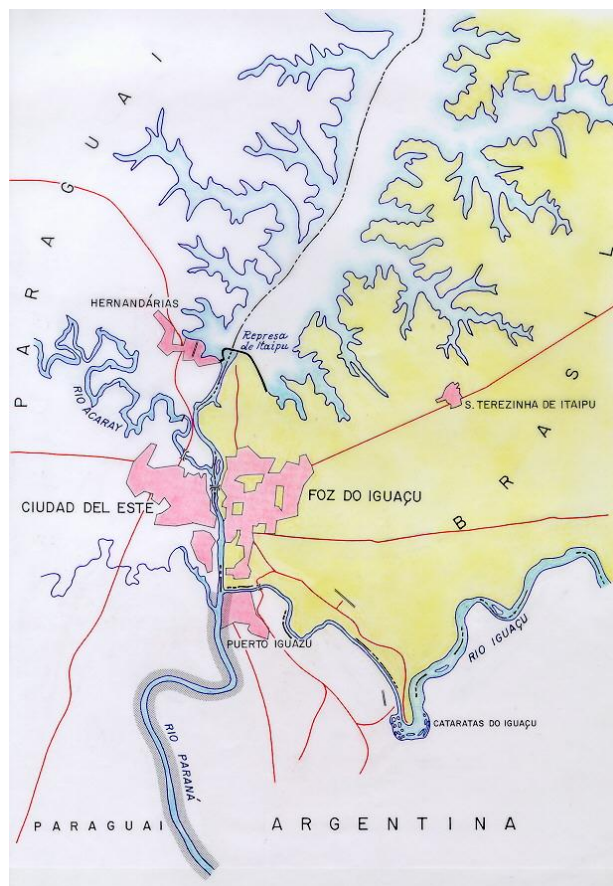


Figura 3. 1A. Detalhe da zona da tríplice fronteira Brasil, Paraguai e Argentina. Esta região parece ter sido uma das rotas de fuga prediletas dos perseguidos políticos argentinos. O intenso tráfego de turistas, praticamente durante o ano todo, facilitava o mimetismo dos exilados entre a massa de visitantes das Cataratas e do Parque Nacional do Iguazú. Na época, a travessia ainda era feita por balsas, já que a ponte somente seria inaugurada em 1985 (Fonte: <http://www2.mre.gov.br/daa/puertiguaz.htm>).

Um de nossos entrevistados, militante no *Partido Socialista de los Trabajadores* (PST) havia feito esse mesmo trajeto, apenas alguns meses antes. Jose e sua companheira atravessaram a fronteira utilizando-se do pretexto de “conhecer as cataratas” do lado brasileiro³⁶⁴. Ele estava preocupado que as autoridades detectassem seu documento de identidade adulterado. Mas, ironicamente, o que salvou o entrevistado foi levar na bagagem um inusitado florete de esgrima. O guarda se encantou tanto com a peça e com a conversa de Jose sobre esgrima que sequer prestou atenção ao documento, liberando a passagem do casal. Tentando

³⁶⁴ Entrevista com J. V. realizada em Porto Alegre - 20/06/2007.

controlar o nervosismo, para dar verossimilhança ao seu papel de turista, eles embarcaram na balsa. José descreveu intensamente o momento gravado na lembrança:

(...) la sensación de estar en la mitad del río, viste, que vas llegando, vas llegando... ¡te da un ataque de euforia! (...) el clima (...) ¡nunca había sentido tanto calor en mi vida! Yo estaba muy nervioso, con bronca, con rabia. Me sentía como si me hubieran dado una patada en el culo. Todo me parecía feo (...) Brasil era maravilloso, pero yo estaba tenso, muy tenso...³⁶⁵.

Sua abalada estrutura emocional e psíquica distorcia as imagens reais e lhe produzia sensações contraditórias. O Brasil que ele via era “outro”, não era “normal” e sequer parecia ser real. Mais se assemelhava a um cenário de filme de terror, apesar de perceber que estava rodeado por uma natureza exuberante. Doía-lhe quase fisicamente a terrível sensação de haver sido arrancado, expulso da sua terra, e jogado numa dimensão incógnita a qual teve de enfrentar para poder continuar a viver. Como o personagem do tango melancólico de Barbieri e Cadícamo, estava *cubierto de males, bandeado de apremio*, já desde aquele instante evocando sua terra desde este nem tão longínquo país.

3. 1. 8. Controle e Repressão na Fronteira Brasil – Argentina

A região da fronteira sul recebia especial atenção do governo brasileiro no período ditatorial. Ao longo da faixa de fronteira, a repressão e colaboração mútua entre os dois países antecederam aquilo que mais tarde se convencionaria em chamar de Operação Condor. O intercâmbio e a circulação de informação entre ambos os lados era bastante fluida e envolvia órgãos de segurança pública em diversos âmbitos, unidades militares e até mesmo repartições consulares. Mas esta informação não apenas circulava localmente. Graças à complexa interligação entre os diversos organismos de informações, ela podia transcender a esfera local, chegar até o centro nevrálgico do aparelho de informações no Distrito Federal, o SNI, e ser espalhada para todos os outros órgãos de inteligência que se julgasse necessário. Eis aqui um bom exemplo:

³⁶⁵ Entrevista com J. V. realizada em Porto Alegre - 20/06/2007.

MINISTÉRIO DA AERONAUTICA

Em 27 SET 74

1- ASSUNTO-INGRESSO DE TERRORISTA ARGENTINO
ALBERTO F. ROSALES

2- ORIGEM - DSI/MRE

3- DIFUSÃO – DEOPS/SP – PMESP – SSP/SP

4- DIFUSÃO ANTERIOR – A-2 V COMAR – DCI/SSP/RS –
SNI/AC – CIE – CENIMAR – CI/DPF – EMFA – EME – EMA –
EMAER

INFORMAÇÃO N° 485/A-2/IV COMAR

Este A-2 tomou conhecimento e divulga o seguinte:

“O CONSULADO PRIVATIVO DO BRASIL EM ALVEAR (ARGENTINA) teve conhecimento, através das autoridades alfandegárias do porto de ITAQUI que, em 26 Ago 74, ingressou no BRASIL, por aquele porto, ALBERTO F. ROSALES, argentino, portador da Cédula de Identidade n° 3626347 e Carnet de Motorista 1604315, acompanhado por uma mulher, dirigindo automóvel “peugeot”, ano 1972, pla B865852, cor vermelha, motor 160854, chassis 5042060.

Tratar-se-ia de pessoa procurada na ARGENTINA como terrorista, com ordem de prisão naquele país, conforme informação prestada pelas autoridades aduaneiras de ALVEAR.”³⁶⁶

Assim, o que se iniciou como uma mera informação triangulada entre as autoridades alfandegárias de duas pequenas cidades fronteiriças e o cônsul honorário brasileiro logo chegou a Divisão de Segurança e Informação do Ministério das Relações Exteriores (DSI/MRE), vinculada ao SNI. Esta, por sua vez, encaminhou a mesma para os órgãos de informações do Exército, Marinha e Aeronáutica e seus respectivos estados-maiores; assim como para a Polícia Federal e a Secretaria de Segurança Pública do Rio Grande do Sul. Cada um destes órgãos, por sua vez deve ter difundido o documento em âmbito regional (a cópia que chegou até nos é oriunda do DEOPS paulista) e local, provavelmente retornando, por outras vias, ao lugar de origem e evidenciando a circularidade desse tipo de informação. Este documento não somente nos dá a idéia dos inúmeros caminhos percorridos pela informação e um pouco do funcionamento desse aparato, mas também nos possibilita pensar na importância que a região de fronteira sul adquiriu para o governo militar neste contexto em que eles julgavam ameaçada a “Segurança Nacional”. Apesar da antiga

³⁶⁶ DEOPS/SP: MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA, INGRESSO DE TERRORISTA ARGENTINO ALBERTO F. ROSALES. INFORMAÇÃO N° 485/A-2/IV COMAR, 12/09/74 - Dossiê DEOPS 50-E-016 – 162 Arquivo do Estado de São Paulo (AESP) – São Paulo.

rivalidade, entre o Estado nacional argentino e o Estado nacional brasileiro, ambos os países deveriam se unir na luta contra o mesmo inimigo que, na concepção dos militares, era um inimigo apátrida e que não reconhecia fronteiras, personificado na imagem da “subversão”.

Frente a este inimigo em comum, as autoridades de um país não hesitavam em solicitar apoio ao vizinho. Por exemplo, neste documento do III Exército recebido pelo DOPS gaúcho se informava sobre a possível presença de três guerrilheiros argentinos que poderiam adentrar em território brasileiro. O aviso, os dados e o pedido de captura vinham da Argentina:

INFORMAÇÃO N° 81/74/S/2

Informa-se que os argentinos, Jorge Aníbal Castanheda, de 19 anos, Jorge Andrés Cazanha, de 36 anos e Victor Hugo Cazanha, de 21 anos, guerrilheiros do ERP, foram localizados na província de Corrientes. As autoridades argentinas procuram cercar os elementos citados e alertaram as agências da área de que os mesmos provavelmente tentarão passar para o Brasil. Os referidos elementos são de alta periculosidade. Em consequência, solicita-se prisão de referidos elementos e imediata comunicação a esta SOPS.³⁶⁷

Além disso, a atuação da repressão na linha de fronteira tinha uma dinâmica que era peculiar. Apesar de não possuírem autonomia formal, a distância dos centros do poder de ambos os países levava freqüentemente a acordos conjuntos entre as unidades militares e policiais de ambos os lados da fronteira, sem que isso necessariamente colidisse com a política de Segurança Nacional, muito antes pelo contrário. Além das relações profissionais e corporativas entre estas entidades, certamente também mediavam relações de tipo pessoal, como camaradagem entre colegas de armas, amizade e até mesmo possíveis laços de família. Isto facilitava a sua ação em conjunto e tornando mais expeditiva a busca e a captura de supostos “subversivos” em operações que não raramente extrapolavam os limites da lei. Este trecho de um “pedido de busca” revela claramente esta interação e cooperação em nível local:

³⁶⁷ DOPS/RS: INFO 81/74/S2 - SOPS/LV-1.2.1388.16.6 – Acervo da Luta Contra a Ditadura – Porto Alegre.

(...) Elementos do Exército Argentino que se encontravam em Alba Posse, solicitaram a colaboração da Polícia Federal para localizar e capturar o nominado.

c. Segundo informações colhidas junto aos militares argentinos, Pedro Mancias possui entre outros cursos, o de guerrilha urbana, além de ser técnico em explosivos.³⁶⁸

O documento acima se originou no destacamento da PF em Porto Mauá, a quem a guarnição militar argentina de Alba Posse diretamente pediu colaboração. Além disso, a PF de Mauá colheu dados sobre o “nominado” com esses militares argentinos, o que evidencia comunicação fluida e trânsito de informações entre essas corporações. Como se vê, nem sempre se recorria a organismos superiores, pois havia a possibilidade de resolver o problema na esfera local.

Temos outros prováveis exemplos desse acionar local, tais como a prisão e devolução imediata de clandestinos, como aconteceu com Rodriguez e Iturburo; e o sequestro de Cristina Fiori de Vina efetuado por policiais gaúchos e argentinos. Ambos os casos e seus desdobramentos serão analisados mais adiante. Neste último, parece bem clara esta dimensão “pessoal” do acionar repressivo, já que o sequestro parece não haver partido de instâncias superiores. Ambos os fatos ocorreram em zona fronteiriça, em Uruguaiana.

Claro está que a oficialização da internacional repressiva na Operação Condor e o golpe na Argentina, que fechou o círculo de ferro das ditaduras civis-militares no Cone sul, repercutiram diretamente na zona de fronteira trazendo um salto qualitativo em nível de organização e da metodologia repressiva. De acordo com Padrós e Marçal,

A partir daqui, a colaboração repressiva transformou-se em ação coordenada e conjunta. A repressão desconheceu fronteiras. O intercâmbio de prisioneiros e a perseguição de exilados tornaram-se práticas corriqueiras, e as medidas de segurança se intensificaram. As fronteiras viraram barreiras infranqueáveis, mas somente para quem fugia; para a repressão, tornaram-se cada vez mais fluidas. A multiplicação das ditaduras traçou o mapa do medo, do desaparecimento e da morte no Cone Sul.³⁶⁹

³⁶⁸ DOPS/RS: Pedido de Busca - PB 086 - S2/77 de 08/12/77 - SOPS/RG 1.1.341.3.1 – Acervo da Luta Contra a Ditadura - Porto Alegre

³⁶⁹ PADRÓS, Enrique S; MARÇAL, Fabio A. *O Rio Grande do Sul no cenário da coordenação repressiva de Segurança Nacional*. In: PADRÓS, Enrique S.; BARBOSA, Vânia M.; LOPEZ, Vanessa A.; FERNANDES, Ananda, S. (Org.). op. cit., p. 47.

O governo brasileiro presumia sempre que o Brasil pudesse oferecer, devido a sua imensidão, um espaço de refúgio e/ou articulação para os grupos de guerrilha da Argentina e de outros países vizinhos, sem falar na contaminação ideológica e na suposta conexão entre as esquerdas. E embora esta última pudesse ser hiperdimensionada era, no entanto, funcional ao servir de principal justificativa para a cooperação entre os governos militares na região. Assim, com o aumento da atividade guerrilheira na Argentina desde meados de 1974, os movimentos de grupos e indivíduos opositores argentinos eram cuidadosamente monitorados, especialmente aqueles que pareciam possuir algum tipo de ligação com o Brasil. Neste documento produzido pela Agência Central do SNI, o alvo das investigações era um deputado do Partido Autêntico:

DADOS CONHECIDOS:

- a) Em DEZ 75, o deputado argentino (tachado) - Partido Autêntico, cisão peronista – teria estado por 2 vezes no BRASIL onde teria recebido grande quantidade de armas.*
- b) Teria ainda recebido contato dentro do BRASIL e apoio dos setores do PC do B/RS.*
- c) Teria obtido credenciais do Governo Argentino para um chamado “Grupo de Trabalho de Imprensa”, junto com o qual entrou para o BRASIL com 15 terroristas por FOZ DO IGUAÇÚ, como integrante de uma equipe oficial de filmagens.*
- d) Nessa ocasião teria recebido visita de elementos subversivos brasileiros da região (FOZ DO IGUAÇÚ) pertencentes ao PC do B.*
- e) Teria sido no BRASIL que o grupo acertara os detalhes para o desfecho da “Operação Formosa” e que contou com a presença do líder máximo montonero (tachado), resultando no sequestro de um avião de Aerolíneas Argentinas.*
- f) Na ARGENTINA o referido deputado estaria mantendo contato com subversivos brasileiros, entre os quais (tachado) (PCBR).³⁷⁰*

Tais informações provinham dos serviços de informação da Argentina e originavam-se no depoimento de um dirigente *montonero* preso em Mar del Plata, provavelmente o advogado Roberto Quieto, preso antes do Natal de 1975. É evidente que este tipo de informação vinda de fonte privilegiada servia para manter em constante estado de alerta as Forças Armadas brasileiras.

³⁷⁰ SNI - Agência Central. Pedido de Busca N°576/ 31/ AC/ 76 (Confidencial), INFILTRAÇÃO SUBVERSIVA ARGENTINA NO BRASIL, 09/02/1976, p.1 Fundo SNI, Arquivo Nacional - Brasília.

No verão de 1976, à medida que a violência política crescia e os ventos golpistas avançavam sobre a Argentina, o governo brasileiro procurava manter-se atualizado e bem informado sobre o desenrolar da situação interna na Argentina, que era acompanhada com interesse e preocupação. No dia 23 de março de 1976, uma reunião reservada entre o chanceler Azeredo da Silveira e o ministro do exército general Silvio Frota discutiu providências a serem tomadas frente aos acontecimentos na Argentina. O já esperado golpe era apenas uma questão de horas:

A evolução dos acontecimentos em Buenos Aires, somada agora as notícias da movimentação de tropas uruguaias para guarnecer a fronteira com a Argentina, serviu para fortalecer as versões de que o governo brasileiro já examina em alto nível as repercussões de uma eventual deposição ou renúncia da presidente Maria Estela de Perón.³⁷¹

A nota do jornal *Zero Hora* também comentava medidas de reforço que os militares brasileiros já haviam tomado na fronteira em função da crise argentina: a criação de uma “Brigada de Fronteira”, para ser mantido próximo da Argentina, além de mecanizar as unidades de cavalaria da região com veículos blindados, o que levou a uma pequena escalada armamentista na região.

No entanto, a principal preocupação dos órgãos de segurança do Brasil era uma

(...) possível fuga de agentes subversivos de movimentos extremistas como o ERP, Montoneros ou Triple A (AAA) para o território nacional (...) As cidades de Paso de los Libres e Uruguaiana, unidas pela ponte Presidente Justo, sobre o Rio Uruguai, caracterizam-se pelo intenso e intercâmbio social e esportivo entre as respectivas guarnições militares. As guarnições policiais, por isso mesmo, tem instruções expressas de manter severa vigilância sobre o trânsito de pessoas na linha de fronteira, além de desenvolver sua ação de rotina no combate ao contrabando e tráfico de entorpecentes.³⁷²

No entanto, o “intenso intercâmbio” entre as guarnições de ambos os lados da ponte extrapolava o âmbito desportivo e social. Alguns meses depois do golpe na

³⁷¹ Zero Hora, 24/3/76 p.10. Arquivo Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa – Porto Alegre.

³⁷² Interessante ressaltar a presença do grupo de extrema direita AAA, colocada junto com os guerrilheiros esquerdistas. Provavelmente o artigo reproduziu a idéia conciliadora que os militares argentinos veiculavam na sua proclama e que pretendia rejeitar todos os extremismos. A realidade é que, com o golpe, os membros deste grupo para-policial passariam a se integrar na estrutura repressiva estatal. Idem.

Argentina, um detalhado memorando enviado pelo Estado Maior do Exército, difundido aos diversos âmbitos dos serviços de informação e órgãos de segurança, atualizava a situação interna da Argentina e reforçava as medidas que deviam ser tomadas desde o Brasil:

1. Consta que os terroristas argentinos integrantes das organizações “Exército Revolucionário do Povo” - ERP e “Montoneros” receberam orientação de seus chefes para procurarem homiziar-se em território brasileiro. Aqui aguardariam a diminuição da pressão antissubversiva na REPUBLICA ARGENTINA, para onde regressariam quando a situação fosse menos desfavorável. (...) ³⁷³

Isso não era bem verdade, mais do que uma retirada estratégica ordenada por parte dos chefes da guerrilha, o que se evidenciava na Argentina era uma fuga desesperada dos militantes esquerdistas em função da brutal repressão que já vinha desarticulando a guerrilha mesmo antes de março de 1976. Na continuação, quiçá prevendo a dimensão da debandada vinda da Argentina, o texto assinalava a necessidade de intensificação da vigilância sobre os “terroristas argentinos”:

(...) 2. Em conseqüência, os terroristas argentinos poderão penetrar em nosso território através de diversos pontos e utilizando os mais diferentes meios de transportes, explorando os atuais tratados recíprocos que facilitam o transito dos respectivos nacionais.

3. É pois de máxima conveniência para a SEGURANÇA NACIONAL manter um rígido controle sobre a permanência de argentinos em nosso território coibindo qualquer situação irregular, face a legislação existente.

4. Esta AD recomenda as AI e órgão de área desenvolverem uma estreita ligação com as autoridades policiais locais, visando deter e identificar todo o estrangeiro encontrado em situação irregular no País, encaminhado-o para a SRPF (DPF), para observância estrita do disposto no DL número 941 e seu regulamento. ³⁷⁴

Sabemos que o Estado brasileiro já tinha uma política netamente xenófoba, discriminatória e intolerante contra os estrangeiros em geral, mas, neste texto acima, percebemos um reforço de todo um comportamento discriminatório do Estado

³⁷³ DOPS/RS: INFO 41/EM/2 de 29/11/76 - SOPS/CX 1.1.20.2.1 – Acervo da Luta Contra a Ditadura – Porto Alegre.

³⁷⁴ O “DL número 941” se refere ao Estatuto dos Estrangeiros, Decreto lei 941, de 13 de Outubro de 1969. Idem.

brasileiro especificamente direcionado aos argentinos. Contudo, este “preconceito brasileiro” em relação aos argentinos pode ter sido catalisado pelos próprios militares e civis argentinos autores do Golpe de 1976 que, de certa forma, também trataram como “*sospechosos*” todos aqueles que partiram após a implantação do regime. Portanto, não nos estranha haver uma leitura correspondente do lado brasileiro da fronteira. Desse modo, para os militares brasileiros, ao emigrado “argentino” cabia normalmente, na melhor das hipóteses, o adjetivo “suspeito”; quando não “terrorista” ou “subversivo”, somente por sua condição de origem. Com a estruturação deste preconceito, o governo militar brasileiro construiu um estereotipo com uma imagem negativa que acabou perpassando alguns setores da sociedade brasileira e certamente influenciando no modo que esta percebia os argentinos, particularmente os recém-chegados, e que passavam a ser vistos com desconfiança.

Portanto, para a ditadura civil-militar brasileira, os argentinos que estivessem no Brasil deveriam sempre ser monitorados de perto, assim como o conjunto de suas atividades públicas e privadas dentro do território nacional, que deveriam ser controladas. Afinal de contas, a vigilância específica deste grupo nacional era uma questão de “segurança nacional”.

3. 2. Trampolim: O Brasil como Rota de Fuga

Durante o período 1976-1983, muitos argentinos desembarcaram no Brasil sem muita possibilidade de escolha, o que lhes urgia era sair da Argentina. Assim, mesmo sem possuir qualquer relação com o nosso país, muitas pessoas perseguidas em função da política tiveram que se aventurar em terras brasileiras aproveitando-se de nossas fronteiras relativamente permeáveis.

Alguns apenas utilizaram o Brasil como uma escala para outros itinerários preferenciais, localizados geralmente na Europa e considerados mais seguros, além de ser mais atrativos, por questões econômicas, culturais ou lingüísticas. De fato, para a maioria destes exilados políticos, a permanência num país sob uma ditadura civil-militar semelhante a da Argentina representava um problema e um risco constante. Contudo, paradoxalmente e contra a vontade do regime militar, o Brasil também se convertera, conforme afirmava na época o ativista dos direitos humanos

Jair Krischke, na (...) *única “ponte para a liberdade” de que dispõe os perseguidos políticos do cone sul.*³⁷⁵

Em termos de dados quantitativos é quase impossível determinar o número de refugiados que passaram por aqui, até porque a grande maioria entrava registrada como turistas e o resto, eram clandestinos, estavam burlando os controles fronteiriços. De qualquer modo, os motivos da viagem não eram questionados pelas autoridades, nada além das sucintas questões objetivas presentes no Cartão de Entrada/Saída. Então, concordamos com Quadrat quando coloca que é muito difícil quantificar em termos mais acurados tanto a quantidade de refugiados que passaram pelo Brasil (independente de ter solicitado ou não o *status* de refugiado da ACNUR) quanto os que se instalaram no país.³⁷⁶ Ainda acrescentaríamos que a tarefa se torna mais árdua ainda em relação aos primeiros, aos que só passaram por aqui.

Neste ponto, faz-se necessário esclarecer que é assaz complicado historicizar esta dimensão do exílio político, já que as pessoas que por aqui estiveram (nossas “naturais” fontes privilegiadas) são difíceis, quiçá impossíveis, de encontrar depois de mais de trinta anos. Por outro lado, devido a sua peculiar característica, essa passagem meteórica de “muitos”, paradoxalmente deixou “poucos” rastros ou registros identificáveis ou mesmo acessíveis. Certamente, os arquivos da Polícia Federal ou do Ministério de Relações Exteriores encerram muitos segredos que poderiam lançar mais luz sobre este tema, mas eles ainda (infelizmente) nos são inacessíveis. Mas sabíamos da existência desta dimensão, por existir diversas referências e menções (embora oblíquas e fugazes) a ela na bibliografia consultada, que foi nosso ponto de partida para “escavar” neste terreno pouco conhecido e quase nada explorado.³⁷⁷

Portanto, para tentar desenvolver uma análise desta faceta, ao invés da ênfase aos sujeitos principais desta história, tivemos então que recorrer a outras fontes: documentos oficiais do governo brasileiro e americano, depoimentos e documentos

³⁷⁵ Zero Hora, 04/08/1980, p. 20. Arquivo Museu de Comunicação Social Hipólito Jose da Costa – Porto Alegre.

³⁷⁶ QUADRAT, Samantha V., 2007, op. cit., p. 65.

³⁷⁷ Os pesquisadores Anguita e Caparrós, no Volume V do seu já clássico *La voluntad*, uma completa crônica histórica da militância revolucionária argentina nos anos sessenta e setenta, fazem algumas referências ao Brasil no roteiro da fuga. Assim também o fizeram Snajder e Roniger no seu trabalho sobre os exilados argentinos em Israel, ou Guillermo Delli-Zotti no seu estudo sobre o exílio argentino em Madri, entre outros autores, sem haver, no entanto, maiores aprofundamentos.

produzidos por aqueles que se encarregavam de proporcionar apoio aos refugiados, os militantes e os organismos de direitos humanos.

Como já dissemos, muitos refugiados (e não somente os argentinos) usaram o Brasil como “trampolim” de passagem para uma segunda etapa do exílio. Alguns (certamente contando com mais recursos) o fizeram por conta própria, já outros tiveram de depender da ajuda dos organismos de direitos humanos, das Igrejas, até alcançar o escritório da ACNUR e solicitar o *status* de refugiado. Entrementes, a homogeneização política e ideológica dos regimes ditatoriais do Cone Sul somada à cooperação repressiva entre as ditaduras civis-militares argentina, brasileira, chilena, uruguaia, paraguaia e boliviana dificultava deliberadamente quaisquer possibilidades de uma permanência efetivamente segura de qualquer refugiado político oriundo de um desses países da América do Sul. Apesar disso, dentre todos eles, o Brasil ainda parecia ser uma “válvula de escape” mais plausível, fosse pelo fato do país encontrar-se em processo de abertura política ou pela certa facilidade de poder ingressar no território brasileiro, tanto legalmente quanto ilegalmente.

Por outra parte, a maioria dos que buscavam refúgio, geralmente se encontravam em condições extremamente precárias. Não somente no que tangia ao econômico, mas, frequentemente, também eram sujeitos abalados no aspecto físico, moral, ou psicológico. Eles precisavam tanto de um suporte material efetivo quanto de uma contenção psicossocial para poder continuar o trajeto e alcançar um local considerado mais seguro.

O ansiado suporte vinha mediante a ação conjunta de diversas igrejas (católicas, metodistas, luteranas, etc.) e os organismos de direitos humanos, instituições interligadas entre si e que alimentavam concomitantemente uma ponte com a Organização das Nações Unidas (ONU), através do Alto Comissariado. Em Porto Alegre, uma das principais igrejas dedicadas a essa tarefa humanitária era a Nossa Senhora de Pompéia, administrada pelos padres da Ordem dos Scalabrinianos e também conhecida como a “igreja dos migrantes” por seu trabalho social e pastoral especificamente dedicado às comunidades estrangeiras e, desde meados dos anos setenta, focalizado nos latino-americanos em geral.

O padre Joaquim, que trabalhou diretamente com os migrantes estrangeiros ao longo da década de oitenta, nos relatou que dentre o fluxo normal de migrantes argentinos também se percebiam, embora nem sempre nitidamente, os refugiados:

(...) mas a gente foi vindo, - pelas referências que os argentinos que iam circulando por aqui faziam da obrigação com que tiveram de sair de lá, praticamente, foram constrangidos ou forçados, de alguma maneira, direta ou indiretamente, a sair - que muitos vinham da ditadura, muita coisa vinha da ditadura.³⁷⁸

Embora a igreja se dispusesse a orientar, acolher e auxiliar a todas as pessoas (imigrantes e refugiados) que batessem em sua porta, a ênfase era colocada em aqueles que pretendessem reconstruir suas vidas permanecendo no país. Dentro dos mesmos princípios de solidariedade e colaboração, a igreja também procurava reencaminhar aqueles que tinham problemas políticos mais graves (e que não podiam ou não queriam ficar) para instituições mais específicas como o MJDH, representado por Jair Lima Krischke.

De acordo com Krischke, um pouco antes do início da ditadura civil-militar argentina e mesmo nos primeiros meses, ainda existiam espaços possíveis no Brasil para o exílio dos opositores do país vizinho. No princípio, a maioria dos que aqui chegaram sequer apresentava interesse em obter o *status* de refugiado da ACNUR. Esperavam que o exílio fosse breve e (...) *que poderiam ficar por aqui, a maioria com boa qualificação profissional, poderiam se inserir por aqui e (eles diziam) - daqui a pouco, nós voltamos!* -³⁷⁹ Essa era a expectativa, voltar tão logo fosse possível para continuar os projetos políticos, os projetos de vida, etc.

Contudo, as esperanças de um rápido retorno iam se dissipando à medida que o regime argentino se perpetuava. Por outro lado, o governo brasileiro, preocupado pela crescente e incomoda presença, também apertava o cerco sobre os refugiados, dificultando-lhes ao máximo as possibilidades de estadia. Além dos obstáculos interpostos no acesso a documentação para a regularização (que afetava por igual a todos os imigrantes estrangeiros, especialmente aos economicamente desprivilegiados), no caso dos perseguidos políticos aumentava-lhes a intranquilidade o constante perigo – caso fossem descobertos - em ser capturados e

³⁷⁸ Entrevista com Padre Joaquim realizada em Porto Alegre - 29/06/2007.

³⁷⁹ Entrevista com Jair Krischke, conselheiro do MJDH, realizada em Porto Alegre - 25/08/2008.

devolvidos. Para piorar o quadro, no caso de repatriação, ainda existiam grandes chances de que a pessoa fosse entregue diretamente as autoridades argentinas, o que poderia equivaler a uma sentença de morte.

Entretantes, o governo brasileiro havia aceitado, com reservas e desconfiança, a instalação do escritório da ACNUR na capital fluminense. A atuação desse organismo internacional era considerada lenta e pouco eficaz.³⁸⁰ De fato, deve ser destacado que ainda em abril de 1977 a própria ONU se encontrava investigando a situação dos refugiados e considerando se deveria ou não abrir o referido escritório do Alto Comissariado no Brasil, em um momento onde já era possível perceber a presença de milhares de refugiados latino-americanos que circulavam pelo país.³⁸¹ No entanto, esta repartição da ONU não tinha (nem teria ao longo do período ditatorial) plena capacidade de ação no país, já que o seu alcance era limitado e controlado pela ditadura civil-militar. O escritório operava no Brasil de forma oficiosa, pois não havia sido reconhecido oficialmente pelo governo brasileiro³⁸², o que certamente evidenciava sua fragilidade de ação perante os atos arbitrários e violações do direito internacional sofrido pelos refugiados nas mãos dos militares brasileiros. Não tinha, por exemplo, instrumentos para interferir ou coibir a perseguição aos exilados estrangeiros. Porém, ao permitir a instalação da ACNUR em seu território, o Brasil apresentava oportunamente uma “fachada humanitária” (mesmo que tímida) destinada a melhorar a imagem do regime no plano nacional e internacional. Esta atitude serviria também para contrabalançar politicamente as denúncias que vinham de exilados brasileiros na Europa e organismos internacionais e que o governo considerava como sendo uma campanha “antinacional” orquestrada pelo “comunismo internacional”.³⁸³

Já no plano operacional, a ACNUR ainda se defrontava com outros problemas. Um deles era que a maioria dos argentinos que aqui vinham como exilados por questões de índole política pretendiam simplesmente passar incógnitos. Como nos disse um depoente:

³⁸⁰ QUADRAT, Samantha V., 2007, op. cit., p. 66.

³⁸¹ HILL, Robert. Telegram, Argentine refugees in Brazil, 17/04/1977, p. 1. <http://foia.state.gov/SearchColls/CollsSearch.asp> - Acessado em 16/11/2009.

³⁸² Entrevista com Jair Krischke, realizada em Porto Alegre - 25/08/2008.

³⁸³ QUADRAT, Samantha V., 2007, op. cit., p. 66.

*(...) ¡Yo vine como “fugido”! Porque para presentarse como exilado (sic) vos te tenías que presentar al gobierno de Brasil, cosa que yo no quería hacer de ninguna forma porque ya sabía que Brasil estaba dentro de la misma gente que no me dejaba vivir en la Argentina o en Uruguay.*³⁸⁴

De fato, nenhum perseguido político de esquerda, em sã consciência, solicitaria direito de asilo ao governo militar brasileiro, mesmo que teoricamente esse recurso fosse possível, independente da ideologia do solicitante. Mas a própria confusão do depoente nos termos - exilado com asilado ou refugiado - pode ser um indício de que muitos também relutaram em pedir o refúgio da ACNUR, seja por desconfiança, descrédito ou talvez por medo de ficar igualmente em evidência perante as autoridades locais, ou ainda por que simplesmente entendiam que ao assumir o *status* de refugiado dificultavam um futuro retorno ao país.³⁸⁵ Como se pode observar neste exemplo, os exilados políticos tinham conhecimento da associação repressiva ilícita entre as ditaduras civis-militares, mesmo que não se conhecesse exatamente a sua efetividade real ou a autonomia do seu raio operacional. Mas, paradoxalmente, esse zelo pelo anonimato, essa pretensa invisibilidade que pretendiam boa parte dos exilados, era exatamente o comportamento que também os deixava em maior situação de risco.

A recusa do perseguido em se inscrever na ACNUR (ou apresentar-se a outro organismo associado), em não registrar sua presença no país constando sua condição de perseguido, também o deixava desamparado legalmente e dificultando qualquer manobra de proteção preventiva. Caso fosse preso legalmente ou ilegalmente seqüestrado, o destino reservado não seria muito diferente: seria prontamente entregue as autoridades argentinas. Até que alguém denunciasse o fato à imprensa, aos organismos de direitos humanos ou mesmo diretamente a ACNUR, já poderia ser muito tarde.

Cabe recordar que, tanto a expulsão quanto a deportação, estavam estipuladas na legislação brasileira referente aos estrangeiros (Decreto lei Nº 66.689, de 11 de junho de 1970 e posteriormente a lei Nº 6.815, em 19 de agosto de 1980) e que definia a situação jurídica deles no Brasil. Além de extremamente rigorosas em seus

³⁸⁴ Entrevista com R. A. realizada em Porto Alegre – 05/09/2007.

³⁸⁵ Zero Hora, 04/08/1980, p. 20. Arquivo Museu de Comunicação Social Hipólito Jose da Costa – Porto Alegre.

preceitos, em ambas as leis se percebem os traços ideológicos da DSN. Em função dessa característica “genealógica” não nos causa estranheza o seu perfil excludente e discriminatório ao tratar dos estrangeiros. Assim, a lei estipulava que

*É passível de expulsão o estrangeiro que, por qualquer fôrma, atentar contra a segurança nacional, a ordem política ou social, a tranqüilidade ou a moralidade pública e a economia popular, ou cujo procedimento o torne nocivo ou perigoso à conveniência e aos interesses nacionais. § 1º Dar-se-á, também, a expulsão do estrangeiro que: I - praticar fraude a fim de obter a sua entrada ou permanência no Brasil;*³⁸⁶

Caso não saísse voluntariamente o “expulso” seria então coagido a sair, isto é, deportado para o país de origem.³⁸⁷ A lei, intrinsecamente, era um acinte as leis internacionais que protegem os refugiados, ao violar abertamente o princípio basilar da proteção aos refugiados, a “não-devolução” (*non refoulement*)³⁸⁸, assim como agia cinicamente, ao não reconhecer a figura jurídica do refugiado nos argentinos que escapavam do terror genocida dos generais argentinos. Dado a amplitude e certa imprecisão dessa lei, não é difícil imaginar como era simples então, para as autoridades, encaixar qualquer estrangeiro perseguido político dentro de algum destes ilícitos acima listados, para poder justificar tanto legalmente quanto perante a sociedade a sua expulsão ou deportação. Sem falar que, como toda lei, sua estrita aplicação pode sofrer variações em virtude de sofrer interpretação subjetiva por parte daqueles funcionários encarregados de aplicá-la, no caso a Polícia Federal, encarregada de “lavar o termo” com relação aos estrangeiros.³⁸⁹

Além disso, embora os agentes do regime tivessem uma margem para atuar sob a lei ou conservando uma tênue pátina de legalidade, também era freqüente que os mesmos extrapolassem em suas ações as medidas previstas pela legislação e, em

³⁸⁶ **Decreto Nº 66.689, de 11 de junho de 1970, Artigo 100.** Documento na íntegra disponível em: <http://www6.senado.gov.br/sicon/ListaReferencias.action?codigoBase=2&codigoDocumento=197119> - Acessado em 16 de outubro de 2008.

³⁸⁷ **Idem, Artigo 131**, idem.

³⁸⁸ TRINDADE, Antonio A. C. Reflexiones sobre el desarraigo como problema de derechos humanos frente a la conciencia jurídica universal. In: VVAA. *Derechos Humanos y refugiados en las Américas*. San José: ACNUR, 2001, p. 14.

³⁸⁹ **Artigo 132.** “A deportação consistirá no regresso do estrangeiro sob coação. Dela o Departamento de Polícia Federal lavrará termo, enviando cópia ao Departamento de Justiça, sem prejuízo da imediata efetivação da medida.” Idem.

muitos casos, as forças repressivas simplesmente agiram de forma totalmente irregular, clandestina e ilegal.

Um bom exemplo do *refoulement* na fronteira foi o ocorrido com José Maria Rodriguez e Jorge Alfredo Iturburo, dois argentinos, supostos *montoneros*, que foram presos na estação ferroviária de Uruguaiana, em junho de 1977. Uma série de documentos desclassificados do Departamento de Estado dos EUA nos oferece um panorama sobre o ocorrido. Em um memorando enviado às embaixadas norte-americanas em Buenos Aires e Brasília, o Secretário de Estado Cyrus Vance solicitava - especialmente a Brasília - maiores informações sobre o caso, já que a denúncia da imprensa que chegara a Washington confirmava que (...) *The Brazilian army has turned two Argentine citizens described as montoneros over to the Argentine military authorities, according to press reports.*³⁹⁰

A resposta enviada pela embaixada americana em Brasília não só confirmava que os militares brasileiros (na realidade foi a Polícia Federal, de acordo com a imprensa brasileira) haviam entregado diretamente os dois argentinos aos colegas de farda do país vizinho, como também “esclarecia” a Washington como funcionava a colaboração repressiva, ao sinalizar que quaisquer refugiados que tivessem entrado como turistas, permanecendo de forma ilegal no Brasil e sem possuir registro no ACNUR estavam sujeitos ao *refoulement*, ou seja, a temida devolução. De fato, conforme o jornal Correio do Povo que noticiou a prisão, nem Rodriguez nem Iturburo possuíam visto de entrada, portanto, estavam formalmente ilegais.³⁹¹ É fato que a legislação brasileira referente aos estrangeiros³⁹² estipulava a detenção e

³⁹⁰ VANCE, Cyrus. *Telegram, Argentine refugees in Brazil*, 13/07/1977, p. 1. <http://foia.state.gov/SearchColls/CollsSearch.asp> Acessado em 16/11/2009.

³⁹¹ Correio do Povo, 30/06/1977, p. 5. Arquivo Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa – Porto Alegre.

³⁹² Decreto-Lei Nº 417, de 10 de Janeiro de 1969 - Dispõe sobre a expulsão de estrangeiros. O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional número 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta: Art. 1º É passível de expulsão, por decreto do Presidente da República, o estrangeiro que, por qualquer forma, atentar contra a segurança nacional, a ordem política ou social, a tranquilidade e moralidade públicas e a economia popular, ou cujo procedimento o torne nocivo ou perigoso a conveniência ou aos interesses nacionais. Parágrafo único. É, também, passível de expulsão o estrangeiro que: I - praticar fraude, a fim de obter a sua entrada ou permanência no Brasil; II - havendo entrado no território brasileiro com infração à lei, dêle não se retirar, no prazo que lhe fôr assinado para fazê-lo não sendo possível a deportação; III - entregar-se à vadiagem e a mendicância; IV - desrespeitar proibição especialmente prevista em lei para estrangeiro. Art. 2º Em se tratando de procedimento contra a segurança nacional, a ordem política e social e a economia popular, assim como no caso de desrespeito à proibição especialmente prevista em lei para estrangeiro, a expulsão far-se-á mediante investigação sumária, que não poderá conceder, o prazo de

legitimava a expulsão sumária daqueles em situação irregular, mas para tal expulsão ser efetivada era necessário um decreto de expulsão presidencial publicado no Diário Oficial da União, o não era o caso aqui.

Ainda, no mesmo telegrama norte-americano, se justificava a prisão em virtude de que a “vigilância” (sem explicitar de qual organismo) havia detectado que os argentinos presos estariam desenvolvendo “atividades contrárias” aos governos da Argentina ou do Brasil em terras brasileiras.³⁹³

Em contrapartida, também se faziam especulações de que se ambos os argentinos tivessem se colocado sob o manto de proteção da ONU, eles certamente não teriam sido tocados pelos militares brasileiros. O “voto de confiança” dado ao governo militar brasileiro pelo diplomata Ruser também coincidia, em alguns pontos, com as opiniões vertidas pelo representante da ACNUR baseado em Buenos Aires, Muller.

Segundo ele, até o momento, o governo do Brasil havia cooperado com o Alto Comissariado na proteção aos refugiados argentinos inscritos no ACNUR, independente de condição legal ou ilegal da pessoa refugiada no país. Contudo, ele sinalizava que existia outro procedimento, totalmente oposto, no tocante aos refugiados não registrados ou rejeitados pela ACNUR. Estes sim estariam expostos a ser sumariamente expulsos ou deportados. O mandatário da ACNUR também pontualizou que a devolução dos ilegais ao país de origem era uma prática habitual ao longo da fronteira Brasil-Argentina, a qual comparou com a usual devolução dos mexicanos ilegais nos EUA. Contudo, alertava que sob esta prática rotineira poderia se ocultar o pedido do governo argentino ao governo brasileiro para cooperar na captura e imediata repatriação de supostos “terroristas”. Finalizando, Muller asseverou que (...) *it would be difficult to monitor GOB (governo brasileiro) behavior towards anonymous and undeclared aliens illegally in Brazil.*³⁹⁴ Assim, para um observador externo como Muller, a questão residia em como definir limites entre as práticas que eram legalmente aceitas e as que transgrediam totalmente as normas do

quarenta e oito horas. Fonte: <http://www6.senado.gov.br/sicon/ListaReferencias.action?codigoBase=2&codigoDocumento=194794> Acessado em 16 de outubro de 2008.

³⁹³ RUSER, *Telegram, Argentine refugees in Brazil*, 19/04/1977, p. 1. <http://foia.state.gov/SearchColls/CollsSearch.asp> Acessado em 16/11/2009.

³⁹⁴ CHAPLIN, *Telegram, Argentine refugees in Brazil*, 15/04/1977, p. 1-2. <http://foia.state.gov/SearchColls/CollsSearch.asp> Acessado em 16/11/2009.

Estado de direito e, principalmente, definir “quem” estava sendo repatriado e se esta repatriação significava ou não um *refoulement*. Meros ilegais ou perseguidos políticos? Naquele então, a resposta a esta questão continuaria tão nebulosa quanto às fronteiras entre uma ação coercitiva legal e uma operação repressiva para-legal.

Mas, pouco tempo depois, o Estado brasileiro demonstraria claramente não só desrespeitava os direitos humanos dos exilados em situação ilegal ou indocumentados, como também o fazia frente aos próprios refugiados registrados na ACNUR se considerasse que estes eram, de alguma forma, ameaçadores aos “interesses nacionais”. Em 24 de julho de 1977, um desses refugiados, o jovem argentino Guillermo Torres Castaños, foi seqüestrado em uma ação conjunta das polícias argentina e brasileira no Rio de Janeiro. Ele foi mantido preso ilegalmente por quatro dias e, durante esse tempo, foi espancado e também torturado com choques elétricos, inclusive na praia. No intervalo da tortura e do interrogatório, os seus captores o levavam, sob coação, para as ruas de Copacabana onde era usado como “isca” para identificar e prender outros possíveis companheiros de Castaños. Em um desses “passeios”, no dia 28, Castaños conseguiu acertar o policial que o vigiava e fugiu no próprio Volkswagen da polícia. Contatou a mulher e o filho, por cujo bem-estar temera, e logo depois a ACNUR, a quem relatou o ocorrido.³⁹⁵ Mas ainda demoraria mais algumas semanas até que ele e a família pudessem sair com segurança do país em direção ao refúgio na Suécia. Segundo a então representante temporária da ACNUR no Brasil, Belela Herrera³⁹⁶, a origem desta demora na liberação de Castaños estava na atitude premeditadamente encobridora do Ministério das Relações Exteriores que, ao retardar a saída do argentino, pretendia ganhar tempo para que as marcas achumbadas dos tormentos sofridos nas mãos da polícia desaparecessem do seu corpo.³⁹⁷ Assim, se apagariam naturalmente as provas físicas

³⁹⁵ STAROBINAS, Marcelo. Argentino relata tortura em praia do Rio, 01/09/2002. <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft0109200209.htm>. Acessado em 29/03/2010. DEXTER, Telegram, Argentine refugees in Brazil, 30/08/1977, p. 2. <http://foia.state.gov/SearchColls/CollsSearch.asp>. Acessado em 16/11/2009.

³⁹⁶ Ela era a representante da ACNUR em Santiago do Chile. Por um breve intervalo de tempo, também exerceu o cargo no Brasil, como substituta de Guy Prim na função.

³⁹⁷ Já a embaixada americana levantou também a hipótese do incidente ter sido fabricado pelo próprio argentino (vítima e testemunha única ao mesmo tempo), para apressar sua partida. Uma versão que nem eles próprios sustentavam, já que reconheciam que o pedido de Castaños havia sido aprovado pela ACNUR antes do incidente e seu refúgio no exterior estava garantido. DEXTER, Telegram, Argentine refugees in Brazil, 30/08/1977, p. 1. <http://foia.state.gov/SearchColls/CollsSearch.asp>. Acessado em 16/11/2009.

da criminosa ação conjunta e que poderiam desmoralizar ou constranger o Brasil no exterior. Frente a essa manobra dissuasiva do governo brasileiro, a representante da ONU argumentou que o atraso na partida atrairia ainda mais atenção sobre o caso. Pressionado, o ministro cedeu e liberou o argentino que, ainda portando as marcas de infames grilhões nos pulsos, partiu com sua família em 21 de agosto de 1977.³⁹⁸

Em 10 de junho de 1977, quase paralelamente ao caso Castaño, um casal de argentinos era preso pelo DEOPS paulista: Miguel e Elsa Ricci. O casal Ricci foi denunciado depois de tentar encomendar carimbos comerciais sem possuir documentação apropriada. A polícia suspeitou que o casal estivesse falsificando carimbos para adulterar documentos, especialmente visas de entrada no Brasil. Segundo o cônsul americano em São Paulo, a preocupação declarada pela polícia era que os documentos fossem utilizados para o retorno dos exilados brasileiros.³⁹⁹ Esta justificativa dada ao cônsul não parecia ter muito sustento em si. No entanto, a “razão” para esta suposta vinculação entre esquerdistas brasileiros e argentinos (imaginada pela polícia) apareceria mais adiante, no mesmo documento. De fato, Johnson afirmava que as autoridades em São Paulo confessavam estar preocupadas com o crescente número de refugiados argentinos, pois temiam que estes viessem a contribuir com o deterioro da situação política local em função da sua “suposta ideologia esquerdista” e, por outro lado, que sua presença como imigrantes também afetasse o delicado quadro social e econômico, ao disputar vagas com os nativos em um mercado de trabalho recessivo.⁴⁰⁰

O exposto por Johnson evidencia que os militares acreditavam piamente em uma supostamente consolidada associação entre as esquerdas, um dos fantasmas que povoava o imaginário dos militares e que incentivara a colaboração das ditaduras civis-militares. Mas, em meados de 1977, ao problema do fantasma (mais superdimensionado do que real) do “perigo comunista”, se adicionava a questão da crescente imigração ilegal em meio a uma crise real do chamado “milagre” brasileiro. Evidentemente que, para os militares, estes dois fatores já justificavam maior rigor no trato aos estrangeiros, fossem refugiados ou simples imigrantes. Até

³⁹⁸ Idem, p. 2.

³⁹⁹ JOHNSON, *Telegram, Argentine refugees arrested in São Paulo*, 08/07/1977, p. 2. <http://foia.state.gov/SearchColls/CollsSearch.asp> Acessado em 16/11/2009.

⁴⁰⁰ Idem.

porque, aos olhos do governo brasileiro, eles eram mesmo difíceis de discernir sem uma investigação aprofundada e tanto uns como os outros eram igualmente considerados elementos indesejáveis. Como já foi dito, *a priori*, todos os argentinos que aqui se encontravam negavam qualquer envolvimento com política. Já que uma afirmativa deste teor não podia ser comprovada facilmente e era praticamente impossível controlar sistematicamente todos os estrangeiros que adentravam o país, certamente era mais simples adotar uma política geral mais restritiva (aliada a uma vigilância e repressão mais organizadas) e desconfiar previamente do conjunto das comunidades estrangeiras do Cone Sul, fosse ela argentina, uruguaia, paraguaia ou chilena.

Com Ricci não foi diferente, em sua declaração à polícia afirmou que viera ao Brasil como imigrante, onde (...) *juntamente com sua esposa (...) pretendia fixar residência e trabalhar.*⁴⁰¹ Contudo, a ampla mobilização posterior em torno a sua prisão irregular e maus tratos (inexistia acusação oficial e descobriu-se que Ricci havia sido torturado no DEOPS), por parte da Comissão de Justiça e Paz, da ACNUR e da Anistia Internacional demonstrou que o caso tinha um claro desdobramento político. Assim o atestavam os diversos telegramas internacionais chegados poucos dias depois da sua prisão e dirigidos ao Governador de São Paulo, exigindo que os motivos da prisão de Ricci e esposa se tornassem públicos ou, na ausência de causa, pedia que eles fossem libertados. Solicitava-se também que, sob hipótese alguma, eles viessem a ser repatriados, o que já era uma confirmação de que não se tratava de simples imigrantes ilegais.⁴⁰²

Finalmente, o casal foi libertado no dia 8 de julho, corolário de uma dupla combinação entre intensa pressão internacional e tensa negociação entre a ONU e o Ministério da Justiça. O caso também não vazou para a imprensa brasileira. Provavelmente, porque a não divulgação do caso teria ocorrido no marco de um acordo combinado entre os organismos de direitos humanos e o governo brasileiro, sendo utilizada para barganhar a liberdade dos Ricci em troca de evitar uma

⁴⁰¹ DEOPS/SP: RICCI, Miguel Angel. *Termo de declaração*. 17/06/1977 - Dossiê DEOPS 50-E-016 – Arquivo do Estado de São Paulo – São Paulo.

⁴⁰² DEOPS/SP: *Telegrama Anistia Internacional Suécia*. 20/06/1977 - Dossiê DEOPS 50-E-016 – Arquivo do Estado de São Paulo – São Paulo.

exposição e propaganda negativa do Brasil, especialmente no exterior.⁴⁰³ Logo após, o casal Ricci pode também partir para a Suécia, tradicional terra de acolhimento.

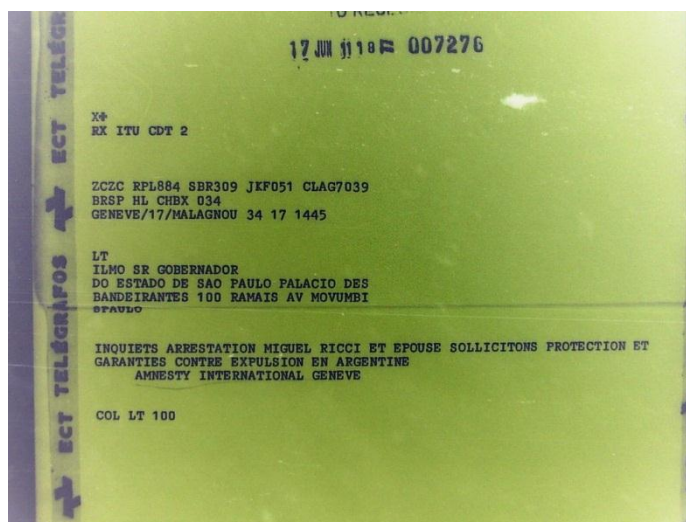


Figura 3. 2. Telegrama enviado pela Anistia Internacional pedindo garantias para Ricci e esposa. (Fonte: DEOPS/SP: Telegrama Anistia Internacional. 17/06/1977 - Dossiê DEOPS 50-E-016 – Arquivo do Estado de São Paulo – São Paulo.)

Casos como os que citamos acima serviram para alertar definitivamente a ACNUR e os diversos grupos ligados à defesa dos direitos humanos que o governo brasileiro cingia cada vez mais o cerco sobre os refugiados, restringindo gradativamente as possibilidades de permanência deles no país. O Brasil se tornava assim um lugar não confiável, pelo desrespeito com as leis e, portanto, inseguro. Esta realidade se tornou inocultável publicamente a partir de agosto de 1978, com o caso de Norberto Habegger e explodiu com a maciça divulgação pela grande imprensa nacional e internacional do sequestro dos uruguaios, em novembro do mesmo ano.⁴⁰⁴ Além do mais, pelo ponto de vista dos atrativos econômicos, o Brasil também se apresentava cada vez mais inviável, devido à recessão e o desemprego. Sem esquecermos aqui da nefasta presença da nova lei dos estrangeiros introduzida em 1980.

⁴⁰³ JOHNSON, *Telegram, Argentine refugees arrested in São Paulo*, 08/07/1977, p. 1. <http://foia.state.gov/SearchColls/CollsSearch.asp> Acessado em 16/11/2009.

⁴⁰⁴ Ainda em Setembro do mesmo ano ocorreu o caso Claret, que detalharemos no capítulo seguinte. Os casos de Habegger e dos uruguaios Lilian Celiberti e Universindo Diaz também serão tratados no mesmo capítulo.

Assim, à medida que o Brasil se configurava como um cenário desolador em variados aspectos, não havia mais remédio para a ACNUR senão promover a saída dos refugiados (que ainda chegavam em números consideráveis) em relativa segurança. Em 1980, as organizações de direitos humanos estimavam em torno de quatrocentos mil o número de refugiados latino-americanos espalhados no Brasil. Desses, cem mil seriam argentinos.⁴⁰⁵ O conselheiro do MJDH lembrou o momento onde se sobrepôs a necessidade de realocar os refugiados e também a renitência de alguns deles em sair do continente americano (e da proximidade com a Argentina) para viver na Europa, especialmente em uma fria, longínqua e desconhecida - portanto assustadora - Escandinávia, onde eram principalmente aceitos os refugiados do Cone Sul.

Claro, com o endurecimento, nos tivemos que atuar levando os argentinos. (...) Alguns ainda tentaram ficar aqui um tempo, mas como o Brasil não lhes dava um visto, a legalidade para eles trabalharem aqui, (eles) ficaram muito expostos... E vinham com suas famílias, mulher, filhos e tal e muitos resistiam até um determinado momento. Mas, quando estava muito difícil, aí sim aceitaram ir para o exílio na Europa.⁴⁰⁶

Segundo afirmou Krischke, só o MJDH deve ter enviado desde o Rio Grande do Sul para o exílio na Europa em torno de duas mil pessoas, entre argentinos, uruguaios, chilenos, etc. Não existem números exatos por nacionalidade⁴⁰⁷. Não se registravam nomes por aqui, era perigoso fazê-lo, pois se algum membro do grupo caísse preso, poderia colocar em risco a segurança todos os demais refugiados. Especialmente com a promulgação da nova lei dos estrangeiros, que terminou por criminalizar também a todos que prestassem ajuda aos estrangeiros ilegais. Por outro lado, naqueles tempos, o MJDH era um organismo sem registro jurídico (constantemente negado pelo regime), o que levava a que o contato com a ACNUR se realizasse sempre mediante colaboração permanente com a Comissão de Justiça e Paz, em São Paulo.⁴⁰⁸ Assim, quem manejava esses dados sigilosos (objeto de cobiça

⁴⁰⁵ Zero Hora, 04/08/1980, p. 20. Arquivo Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa – Porto Alegre.

⁴⁰⁶ Entrevista com Jair Krischke, conselheiro do MJDH, realizada em Porto Alegre - 25/08/2008.

⁴⁰⁷ Idem.

⁴⁰⁸ KRISCHKE, Jair. *Declaración vinculada con el caso de Carlos A Claret*. Porto Alegre, 31/07/2009, p.1. Acervo Movimento Justiça e Direitos Humanos (MJDH) – Porto Alegre.

dos agentes da repressão) era a Arquidiocese de São Paulo, na pessoa de Dom Paulo Evaristo Arns. Era o que Krischke chamava figuradamente de “o cofre do bispo”.⁴⁰⁹

3. 2. 1. A Ponte para a Liberdade⁴¹⁰

A tarefa de conduzir os refugiados desde o Rio Grande do Sul até a sede da ACNUR e depois até o destino final era um caminho repleto de obstáculos. Existiam, ao longo do trajeto, inúmeros entraves que poderiam interpor-se entre os refugiados e a possibilidade de alcançar a liberdade em segurança.

Um desses empecilhos era o geográfico, para aqueles que chegavam por terra, e que representavam a maioria dos casos. Lembre-se que a representação da ACNUR no Brasil ficava situada na cidade do Rio de Janeiro e, para aqueles que com muita dificuldade haviam chegado até a fronteira da Argentina com o Rio Grande do Sul, significava que ainda teriam de enfrentar uma longa jornada de aproximadamente dois mil quilômetros, dividida geralmente em duas ou mais etapas por razões de segurança. Uma viagem não isenta de perigos, especialmente se as pessoas em questão fossem procuradas, clandestinas ou irregulares no país, o que contribuía para gerar - entre todos os envolvidos no processo - um ambiente de muita ansiedade e temor. Era necessária muita cautela na preparação e desenvolvimento da tarefa, pois cada caso era um desafio singular. Além do mais, essa atividade era clandestina e pairava constante entre os militantes dos direitos humanos o medo da infiltração por parte da polícia e dos militares.

Por vezes, era necessário buscar as pessoas na fronteira. Para isto, o MJDH contava com uma rede de apoio logístico espalhada em diversas cidades do Rio Grande do Sul. Algumas, devido a sua localização, eram estratégicas: Uruguaiana e São Borja, em função de serem cidades fronteiriças, mas também Passo Fundo, por servir tanto como uma via de acesso próxima à fronteira argentina, quanto como base intermediária das rotas de acesso ao centro-sul do país.

Para empreender estas operações de resgate o MJDH contava com o suporte material de redes pessoais e políticas que lhes prestavam solidariedade e apoio, pois os recursos financeiros de que dispunham eram limitados. Quando necessário e

⁴⁰⁹ Entrevista com Jair Krischke, conselheiro do MJDH, realizada em Porto Alegre - 25/08/2008.

⁴¹⁰ A expressão é de Jair Krischke.

atuando sempre com muita reserva, alugavam-se apartamentos ou quartos em hotéis para alojar as pessoas, assim como carros para o transporte (os *Volkswagen Passat* eram preferidos pela robustez e velocidade). Em alguns casos, também se conseguiam táxis locais que fizessem, discretamente, a travessia da fronteira.

Uma vez em Porto Alegre, se providenciava alojamento para os refugiados na casa de militantes do movimento. Mariana, uma emigrada argentina cujo marido militava junto com o MJDH lembrou que (...) *os caras ficavam aqui em Porto Alegre, ilhados, sem recursos, sem dinheiro... aí ficavam na minha casa, muito tempo. Teve uns uruguaios que moraram meses!*⁴¹¹ Entrementes, se encaminhava a documentação e se iniciavam os preparativos para a viagem até o Rio.

Uma viagem que, de acordo com Jair Krischke, era realizada nas mais variadas condições (geralmente de forma muito precária) e com muito temor de serem interceptados:

*Com muito receio, porque, naqueles casos mais complicados, nós pedíamos para o Alto Comissariado que nos desse o documento de “refúgio prima-facie”, quer dizer, vamos, mas vamos examinar. Está dado. Aí tu tem uma garantia. E nesses caos mais complicados, a gente fazia com que viesse esse documento, para que a pessoa pudesse viajar com este documento.*⁴¹²

O *prima-facie* era um instrumento jurídico que equivalia a uma espécie de salvo-conduto, pelo menos até que o ACNUR pudesse examinar o caso em detalhe para poder, finalmente, conceder o refúgio estatutário. Mas, o próprio Krischke ressaltou que esse compromisso legal assinado entre a ONU e os governos nem sempre foi honrado conforme os ditames legais. Assim, o (...) *prima-facie* (...) *em muitos casos, de nada valeu. Centenas de casos na Argentina de gente refugiada que está desaparecida ainda hoje e alguns casos no Brasil... então, é muito complicado isso...*⁴¹³

A viagem dos refugiados era essencialmente realizada por via rodoviária, geralmente embarcados em simples ônibus de linha, como se fossem turistas ou passageiros comuns, sempre de modo discreto. É evidente que cada caso tinha sua particularidade, o que obrigou os militantes do MJDH a desenvolver uma

⁴¹¹ Entrevista com M. A. realizada em Porto Alegre - 11/09/2007.

⁴¹² Entrevista com Jair Krischke realizada em Porto Alegre - 30/10/2008.

⁴¹³ Idem.

metodologia de deslocamento. Portanto, dependendo do indivíduo refugiado ou da situação pessoal, o transporte poderia adquirir matizes complexos, tanto em função da situação legal da pessoa no Brasil (se clandestino, in-documentado ou com documentos falsos), quanto em virtude do grau de envolvimento político do refugiado na origem (por exemplo, se a pessoa fosse uma liderança política conhecida ou um guerrilheiro procurado). Assim, naturalmente estabelecia-se também uma hierarquização dos graus de riscos de cada refugiado para desenhar o trajeto de fuga.

Logo, se a pessoa em questão não tivesse maiores implicações de cunho legal ou político, o trajeto podia ser completado em uma única viagem, segundo Krischke:

*(...) Se o caso não era complicado, um ônibus direto: Porto Alegre - Rio de Janeiro. Se era complicado: Porto Alegre - Caxias do Sul; outro ônibus: Caxias - São Marcos; depois vai a Santa Catarina...
(...) Fracionando a viagem.*⁴¹⁴

Dependendo da situação e do grau de repressão incidente no período, alguns poderiam viajar avulsos, até para não chamar mais a atenção. Já outros deviam ser escoltados em função do risco que representava estar desassistido tornando-se um possível alvo para as forças de segurança. Escoltar os refugiados, essa era mais uma das tarefas enfrentadas pelos militantes dos direitos humanos, como o esposo de Mariana. Ela se recorda que quando (...) *aqui a coisa não estava tão repressora, não precisava mais ele levar para São Paulo, eles iam sozinhos. Mas na época braba da repressão aqui, ele levava, ele pegava os uruguaios aqui e levava...*⁴¹⁵

Sem falar que, à medida que pesavam agravantes sobre o refugiado, ou no caso de pessoas muito visadas ou públicas, o planejamento e a execução da travessia adquiriam contornos complexos, assim como feições quase cinematográficas, em determinados casos. Como relembra Krischke, entre risos:

*E os casos mais complicados: uma velha camionete Rural Willis
(...) aqueles em que... tu tens que ir e não pode dispor tanto...
então a velha camionete Rural Willys ia. (risos) Sim, porque aí tu*

⁴¹⁴ Entrevista com Jair Krischke realizada em Porto Alegre - 30/10/2008.

⁴¹⁵ Provavelmente quis dizer Rio de Janeiro. Interessante destacar que a depoente, argentina, se recorda apenas dos uruguaios como “refugiados”, como se subjetivamente bloqueasse aceitar o seu “nós”, a incluir o seu povo, naquela condição. Por outro lado, a “época braba” da repressão brasileira coincide melhor cronologicamente com o Golpe de 1973 no Uruguai do que com o da Argentina. Entrevista com M. A. realizada em Porto Alegre - 11/09/2007.

*tens que ir pela estrada... tu escolhes, inclusive. Aí tu tens como escolher rotas mais... mas com toda essa precariedade (...). Era a forma de fazer, não havia outra (...) porque o escritório Alto Comissariado era no Rio de Janeiro.*⁴¹⁶

Em outras vezes, o MJDH teve de intervir até mesmo obstaculizando a ação da repressão, sob alto risco de ser processado criminalmente. Krischke se lembra de um episódio em especial ocorrido em 1981. O caso a seguir nos pareceu emblemático, por exemplificar a tipologia de uma situação bastante corriqueira: a do exilado político que, ocultando seu passado de militância tenta, discretamente, permanecer no Brasil como simples imigrante.

Nesse caso, era um desenhista industrial argentino que trabalhava para a extinta Companhia Geral de Indústrias. Ele teve de ser retirado de Porto Alegre, às pressas, junto com a sua família. De acordo com o conselheiro do MJDH, até aquele instante, o desenhista era somente

*(...) um sujeito muito festejado por suas qualidades profissionais, lhe pagavam razoavelmente bem, e ele podia viver num apartamento no bairro Petrópolis, um bom bairro, um bom apartamento, com a mulher e os dois filhos. Até que, acho que tinham se passados uns dois ou três anos, (...) vai uma fiscalização do Ministério do Trabalho até a indústria e se depara... que ele não tinha carteira profissional havia uma irregularidade. Ao que tudo indica, comunicaram à polícia federal, e a polícia federal vai até ele. É muito interessante isso, porque vai até ele e diz: “Olha, tem de regularizar...” e ele, desesperado, me manda um recado por interposta pessoa dizendo: -“Olha, tem um argentino que está vivendo uma situação e está se sentindo muito vigiado pela polícia federal, e ele quer sair do país, ele quer se refugiar, ele precisa...” -“Sim, mas então eu tenho que conversar com ele. Tenho que saber que história ele vai me contar.” -“Mas ele não vai poder ir no seu escritório, ele está sendo seguido, como é que ele vai?” Eu marquei um encontro no bairro Petrópolis, na casa de um amigo meu, que tem um pátio assim enorme... e disse: -“Olha, é rua tal, número tal. O portão da garagem vai estar aberto e, no domingo, às três horas da tarde, ele vai caminhando por esta rua, quando chegar neste número, o portão vai estar aberto, e ele entra. Ele não bate campainha, ele não... ele entra. E eu vou estar esperando.” De fato, às três da tarde, foi nesse local, nos encontramos, ele me narrou a sua história.*⁴¹⁷

⁴¹⁶ Entrevista com Jair Krischke realizada em Porto Alegre - 30/10/2008.

⁴¹⁷ Entrevista com Jair Krischke realizada em Porto Alegre - 30/10/2008.

O argentino em questão era um ex-militante *montonero*, que ao deixar a Argentina havia cortado todo vínculo político com a organização. Mas isso certamente não foi suficiente para apagar seu nome dos registros da repressão. Embora estivesse trabalhando (mas in-documentado, como grande parte dos estrangeiros) e gozando de certa tranqüilidade em Porto Alegre permanecia em situação delicada: uma simples verificação de rotina de qualquer órgão público ou autoridade poderia delatar sua presença, como ocorreu de fato. Pela lei, como todo estrangeiro em situação irregular, deveria ter sido detido, notificado e advertido para abandonar o país. Em outras palavras, expulsão. Porém, a polícia não procedeu de acordo com os protocolos estipulados na legislação vigente deixando-o em “liberdade”. Krischke explicou o que geralmente objetivava esse tipo de acionar

Por que a polícia federal não o prendeu? Porque poderia (...): é uma ação de rotina. (...) “prende” é o seguinte: detém, leva para a polícia federal, examina o caso... - “Ah, o senhor está irregular”. (...) te dão uma notificação, tu pode sair da polícia federal caminhando com as tuas pernas, não é preso. 48 horas para sair do país, se tu não sai, tu vai preso e aí vai ser deportado. Porque é que eles não fizeram essa formalidade? Seria uma forma legal, em qualquer parte do mundo, hoje ainda: não é sob ditadura, em democracia é assim que se faz. Não fizeram. Por quê? Porque queriam saber. Então, tu deixa livre e monitora.⁴¹⁸

Além do mais, como já foi visto, esse *modus operandi* para-legal por parte da polícia não era nada infrequente nas ditaduras civis-militares do Cone Sul. E qual a finalidade de monitorar? Ora, os órgãos repressivos partiam do princípio que todo refugiado possuía alguma ligação com indivíduos ou algum grupo político considerado “ameaça aos interesses nacionais”, fossem argentinos ou brasileiros. Assim, buscavam-se possíveis conexões, contatos com organismos, enfim, complôs. Pretendia-se que, ao ver-se acuado, o exilado expusesse a terceiros, comprometendo sua rede e, com isso, levasse a polícia a desbaratar toda uma suposta estrutura “subversiva” ou “terrorista”. Uma metodologia de ação similar foi aplicada (embora com algumas variações) em diversos casos, como no já citado caso Castaño, e o caso Claret, que veremos no capítulo 5.

A vigilância a que era submetido o argentino foi também comprovada por Krischke e seus colegas. De fato, na esquina de seu prédio, sempre havia estacionada

⁴¹⁸ Idem.

uma viatura “discreta” da polícia, controlando toda a movimentação frente ao edifício. A partir dessa observação, Krischke e o pessoal do MJDH idealizaram um plano para a retirada dessa família:

(...) nesse dia (...) uma mulher policial que estava ali sentada e monitorando, pelo retrovisor, a entrada da porta. E vi que, na região, havia uma escola, uma escola em que por volta de uma e pouco da tarde havia uma movimentação muito grande, (...) aquele momento do pique da escola em que as crianças vão chegando. Muito automóvel, uma rua relativamente estreita que desembocava... ela não cruzava (...) ela desembocava aqui numa rua [o depoente gesticula] em que, ao chegar aqui na esquina, ou tu ia para a direita ou para a esquerda, não havia continuidade. Então... ótima! (...) o que é que nós fizemos? Eu pedi a um companheiro que fosse com o seu “Fusquinha”, nesse horário ali e, quando se desse o sinal, ele fizesse uma manobra (...) como se - “Agora, vou retornar” [riso] (...) Para imobilizar o carro da polícia federal, criar aquela grande confusão no trânsito ali, enquanto nós viríamos com dois automóveis, acompanhados inclusive do presidente da Assembléia Legislativa, que era para nos dar... o carro com placa preta da Assembléia Legislativa, carro oficial (...) no minuto seguinte, nós parariamos dois carros ali, a pessoa estaria preparada, com poucas malas, deixa o que tiver que deixar, duas malas para as crianças pequenas... e, correndo, jogamos as malas dentro do carro, eles embarcam e nós saímos daqui. (...) Enquanto havia um engarrafamento ali na escola, ficou o carro da polícia federal impedido de se mover, e nos fomos... E essa pessoa foi entregue no Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados no Rio de Janeiro e foi para Europa.⁴¹⁹

O depoimento de Krischke nos dá uma idéia da diversidade de situações enfrentadas pelo MJDH e as complexas estratégias idealizadas para desenvolver sua atividade de proteção dos refugiados. Para as ações utilizavam-se de todos os recursos disponíveis e é interessante destacar, neste caso, a efetiva colaboração de setores que conformavam a oposição política em apoio à manobra humanitária do MJDH, inclusive de destacadas lideranças em exercício de cargo público e utilizando-se da estrutura material oficial. Tudo isso em uma operação “clandestina” onde, inclusive, obstruía-se a ação dos agentes da lei. Tal questão nos remete a conclusão de que havia uma oposição dialética e permanente entre as atividades dos grupos de direitos humanos e os ditames da lei vigente. A mesma lei que, contraditoriamente, era freqüentemente violada por aqueles cujo dever máximo era

⁴¹⁹ Entrevista com Jair Krischke realizada em Porto Alegre - 30/10/2008.

cumprir-la, seja em função de interesses pessoais ou dos grupos detentores do poder. Ética e moralmente, os militantes dos grupos defensores dos direitos humanos colocavam-se acima das prerrogativas legais do Estado em função de suas tarefas humanitárias, arriscando-se cotidianamente a ser penalizados em virtude da sua irredutível defesa de um valor que consideravam, acima de tudo, um bem maior: a proteção da vida humana.

A despeito das evidências da formação de uma imensa comunidade de refugiados do Cone Sul tentando sobreviver a todo custo no Brasil, os organismos de defesa dos direitos humanos peremptoriamente afirmavam que o objetivo dos refugiados não era residir aqui. Por exemplo, assim o registrava uma matéria do jornal Zero Hora, com base nas declarações de Krischke do MJDH. Como de praxe, os sublinhados são nossos.

*Uma característica comum a todos os refugiados é a intenção de não permanecer no Brasil. Pretendem ficar o menor tempo possível, até conseguir asilo político em qualquer outro país, de tradições democráticas mais sólidas, onde se sintam mais seguros.*⁴²⁰

Embora longe de ser uma inverdade, pois realmente muitos não tencionavam em permanecer no Brasil (muito menos quem efetivamente solicitava o *status* de refugiado pela ACNUR), é possível que afirmações desse teor se destinassem primordialmente a desviar o foco de atenção do governo brasileiro sobre o problema dos refugiados, funcionando mais como uma tática política de dissuasão. Assim, se dessa forma conseguissem convencer o governo a acreditar no caráter perene do refúgio e que essa temporariedade era tanto almejada quanto extensiva ao conjunto dos refugiados, certamente esperavam uma sensível diminuição da pressão que pesava sobre a comunidade refugiada, pois não se justificaria continuar com tamanha vigilância e repressão sobre indivíduos que, em tese, estavam no Brasil apenas “de passagem”.

Por outra parte, também ocorria que, apesar de haver inúmeros obstáculos legais, fora os riscos frente à ação da repressão bi-nacional e da crescente penúria

⁴²⁰ Importante destacar que a afirmação acima deve ser lida no contexto histórico em que foi produzida, em meio ao debate sobre a excludente e intolerante “Nova Lei dos Estrangeiros”. Zero Hora, 04/08/1980, p. 20. Arquivo Museu de Comunicação Social Hipólito Jose da Costa – Porto Alegre.

econômica e laboral, alguns refugiados políticos argentinos (legalmente registrados no ACNUR) ainda tentavam se estabelecer formalmente no Brasil para evitar, provavelmente, os dissabores de um exílio distante. Segundo relembra-se Krischke

(...) Então, quando (...) bem no final da ditadura brasileira, com o Alto Comissariado (...) nós fizemos o seguinte: a alguns desses que estavam sob a proteção do ACNUR, que estavam no Brasil e que manifestassem o desejo de aqui ficar, nós pediríamos, formalmente, ao Brasil refúgio. O Brasil era firmatário da Convenção. Não “asilo”, para não complicar as suas relações. Porque o asilo pressupõe uma questão política... refúgio! (...) nós fizemos os papéis... Até hoje, nós não temos a resposta! [risos] Os nossos países se redemocratizaram, as pessoas foram embora, e não há resposta! Não há negativa sequer.

O Brasil era signatário de acordos internacionais que o comprometiam a garantir a concessão de uma espécie de refúgio e proteção temporária⁴²¹, a ser concedida pelo Estado brasileiro, em caso de emergência frente a conflitos e perseguições de qualquer tipo pela ação coercitiva de um Estado vizinho. Contudo, não existiu por parte do governo militar qualquer esforço no sentido de assumir este compromisso humanitário, antes pelo contrário. Como vimos, frente aos irregulares e clandestinos, aplicou-se (sempre que possível) o rigor da lei ou, em casos extremos, a pura e simples repressão fora dos parâmetros legais, aliada à colaboração com os algozes do país natal do estrangeiro. Já perante os esparsos pedidos de regularização, o governo agiu com uma mescla de desprezo e indiferença, preferindo aliar silêncio e omissão a uma passiva inoperância para não arcar com o ônus condenatório internacional que acarretaria tal negativa explícita.

De nada valeram os apelos do Papa João Paulo II para que o Brasil mantivesse sua “generosa tradição de hospitalidade aos estrangeiros”.⁴²² O governo dos generais preferiu manter outras “tradições” (bem pouco louváveis) do Estado nacional e aplicar aos refugiados e imigrantes forâneos práticas de antemão conhecidas e sofridas por grande parte da população nativa: exclusão social, discriminação por condição natural, marginalização e criminalização.

⁴²¹ Instituição conhecida na ONU por “asilo territorial”, que difere do “asilo político ou diplomático”, concedido por um Estado em caráter individual.

⁴²² *Clamor*, Dezembro de 1980, p. 46. APOF, cx. 1 - Acervo da Luta Contra a Ditadura - Porto Alegre.

3. 3. Destino: Brasil. Porquê o Brasil?

Os motivos que levaram os argentinos (tanto os exilados por questões essencialmente políticas quanto os vindos em função de fatores econômicos e profissionais) a escolherem o Brasil e, em especial o Rio Grande do Sul e sua capital, Porto Alegre, foram extremamente diversos e sofreram alterações ao longo do período estudado. Assim como múltiplas foram também as suas expectativas: se a escolha do Brasil fora acertada, quando e se existiu possibilidade de escolha; sobre o país em si, já que o Brasil era um território desconhecido para a maioria dos emigrantes; e, por fim, expectativa em relação ao tempo de permanência no país.

Independente dos fatores que impulsionaram a saída da Argentina e do grau de voluntariedade da partida, para uma boa parte dos aqui entrevistados a opção de se estabelecer aqui no Brasil estava pautada em função de um contrato ou promessa de trabalho. Em alguns casos da imigração seletiva, vir ao Brasil sequer foi muito uma opção, podia se constituir em uma exigência da empresa. Mas para outros, isso era resultado de um convite prévio feito por amigos, parentes ou conhecidos residentes em Porto Alegre ou outras cidades gaúchas, fossem eles argentinos ou brasileiros. Isso também nos indica que parte desta emigração se deu principalmente devido à existência dessas redes de conhecidos, seja no âmbito profissional ou privado.

A existência de uma rede social permite, ao recém-chegado, facilidades concretas de inserção na nova sociedade, a começar por garantir um meio de subsistência, mas também por oferecer a possibilidade de contar com um grupo onde possa encontrar suporte material e/ou afetivo em determinadas circunstâncias. Para aqueles que não dispunham desse suporte prévio, a tarefa de adaptação ao novo habitat obviamente se tornava mais difícil.

Outros vieram ao Brasil em virtude das circunstâncias, ou seja, sem muita possibilidade de escolha: o que lhes urgia era sair da Argentina e o Brasil era, em princípio, uma possível “ponte para a liberdade”.

Por fim, mas em menor número, estão aqueles que sem possuir relação nenhuma com o país decidiram aleatoriamente aventurar-se mundo afora e, gostando do Brasil, decidiram permanecer em terras brasileiras.

3. 3. 1. Perfil dos Emigrados Argentinos

Como já foi visto no Capítulo anterior, na virada da década de 1960 a 1970, o fenômeno migratório conhecido por “fuga de cérebros” ampliou seu espectro de itinerários ao incluir também o Brasil como um destino possível. Aqui chegaram cientistas, professores e técnicos especializados a procura de novos horizontes de trabalho, assim como o surgimento de novas possibilidades de estudos, tais como cursos de aperfeiçoamento ou pós-graduação, considerando ainda as oportunidades de crescimento na carreira e variedade de ofertas de emprego para aqueles com o diferencial da qualificação superior. A tudo isso se somava considerável vantagem salarial em comparação aos magros rendimentos obtidos na Argentina de então.

É importante destacar que o Brasil, no auge simultâneo e concomitante da repressão política e do “milagre brasileiro”, se apresentava aos imigrantes argentinos como um país pujante, uma potência regional em pleno desenvolvimento e que oferecia inúmeras possibilidades em virtude do crescimento econômico e da expansão e diversificação do seu mercado interno e externo.

Paradoxalmente, semelhante esperança os setores médios argentinos haviam depositado na falaciosa “Revolução Argentina” do general Onganía, a qual era, em parte, inspirada no projeto político e econômico do regime brasileiro. Em pouco tempo, o fracasso dos sucessivos “projetos” militares em matéria econômica e social impulsionaria também outros milhares de argentinos para fora da Argentina.

Por outra parte, o breve intervalo democrático ocorrido entre 1973 e 1976 revelou-se insuficiente para promover a recuperação do quadro político, econômico e social, não revertendo o fluxo migratório de especialistas, como vimos no capítulo anterior. Assim, essa modalidade migratória composta na sua maioria por imigrantes qualificados - profissional e tecnicamente - representou uma parcela dos argentinos que se instalaram em Porto Alegre e outras cidades do Rio Grande do Sul até 1976. Esta seria a primeira leva considerável de imigrantes argentinos chegados ao nosso país. Ressaltamos que sua motivação era essencialmente profissional e econômica. Entretanto, isso também não significa descartar a existência entre eles de emigrados que tenham sofrido algum tipo de perseguição política, mas de modo algum se compara ao que aconteceu a partir do Golpe de 1976.

Entre os emigrados de 1976 a 1979, o perfil sócio-econômico e educativo-profissional dos argentinos se manteve similar ao do período anterior. Contudo, a diferença principal em relação ao período anterior consistia em que havia surgido a questão política, como uma das motivações prioritárias para deixar o país: era o exílio político. Embora alguns emigrados ainda apresentassem concomitantemente razões de índole econômica, profissional ou pessoal, muitas vezes estas podiam ser apenas justificativas (conscientes ou não) para mascarar a principal razão da saída do país: o medo de serem atingidos pela perseguição política levada a cabo pelo Estado argentino.

De acordo com nossa pesquisa, dentre as vinte cinco pessoas entrevistadas que emigraram no exato período compreendido entre 1974-1983 (um grupo que inclui desde imigrantes seletivos a exilados políticos) dezenove pessoas alegaram “temor” como uma das motivações para emigrar, mesmo que este seja percebido em graus diferentes dentro de uma escala hierárquica das motivações, conforme vemos na Tabela 1. Obviamente, que o temor era a principal motivação entre os exilados políticos, mas o que nos impacta é que esse “temor” está presente também em diversos outros casos que tecnicamente qualificamos dentro do amplo espectro da migração econômica. Seria errôneo afirmar que todos os que emigraram durante o período são perseguidos políticos, mas os depoimentos nos mostram que a questão da violência política e a percepção do perigo tiveram, mesmo entre os imigrantes, um peso inegável na decisão de partir naquele período em particular.

De qualquer forma, em muitos dos casos aqui analisados, os limites sobre a incidência e sobreposição destes fatores de expulsão permanecem tênues ou confusos. Em um contexto crítico como era vivido na Argentina ditatorial, onde a violenta repressão se combinava com o isolamento social, o embrutecimento intelectual e a destruição da economia interna, a saída para o exterior apresentava-se, para muitos de mentalidade liberal ou democrática, por exemplo, como a única saída plausível para garantir uma sobrevivência minimamente digna.

TABELA 1 – Causas da emigração dos entrevistados de acordo com o recorte temporal.

Principal motivação para emigração	Total de entrevistados	Período			Alegaram temor durante o período de 1974 a 1983	Militantes ou simpatizantes políticos de esquerda
		até março de 1976	de março de 1976 até dezembro 1983	a partir de dezembro 1983		
Ascensão profissional e contratação (imigração seletiva)	07	05	01	01	03	02
Questão econômica (exílio econômico)	06*	03	02	03	05	02**
Perseguição política (exílio político)	09	-	09	-	09	08***
Questões diversas (índole pessoal, familiar, etc.)	07	-	05	01	02	01

* Aqui se enquadram ainda dois entrevistados constantes das categorias imigração seletiva e exílio político que retornaram pelo menos uma vez a Argentina após Dezembro de 1983 e voltaram depois ao Brasil como imigrantes econômicos.

** Um possuía militância sindical.

***. Dos oito, seis indivíduos possuíam militância em organizações declaradas ilegais pela ditadura civil-militar de 1976-1983, o restante não possuía mais militância ativa.

Segundo destaca Jensen⁴²³, à diferença dos exílios pontuais ocorridos entre 1973 e 1975, a visão totalizante do terror repressivo Estatal desatou uma maciça corrente migratória de caráter essencialmente político, cujo auge ocorreu de 1976 a 1979 e permaneceu ativa durante o início da década de 1980, quando os efeitos da repressão política se sobrepuseram ou se mesclaram às conseqüências econômicas e sociais da implantação do plano econômico neoliberal dos setores civis que apoiavam o regime. Desta forma, o fenômeno do exílio foi perdendo lentamente seu caráter de cunho político e historicamente descontínuo, para transformar-se em um processo migratório amplo, profundo e estrutural.

Evidentemente, esta transformação (e ampliação) do processo migratório, ao longo da década de 1980, implicou em uma queda do elevado padrão sócio-cultural e o nível de escolaridade apresentado nos anos anteriores, e este decrescia na mesma proporção em que aumentava o número de imigrantes. O padre Joaquim, da Igreja Nossa Senhora da Pompéia, que até hoje realiza um trabalho social e religioso com

⁴²³ JENSEN, Silvina. “Política y cultura del exilio argentino en Cataluña” In: YANKELEVICH, Pablo (comp.) *Represión y destierro: Itinerários del exilio argentino*. La Plata: Ediciones Al Margen, 2004, p. 120-121.

os imigrantes, lembrou esta clara mudança no perfil geral dos argentinos, com quem conviveu de 1983 a 1992:

(...) eu cheguei aqui em 1983 e vivi esse fenômeno: eu vi o “argentino de gravata” e o “argentino de curso superior”, depois (...) da Guerra das Malvinas, a gente já foi vendo “outro” argentino, até que depois nunca se equiparou aos demais imigrantes – o argentino –, mas ele foi decrescendo especialmente, acho, a escolaridade. É uma observação que nós temos.⁴²⁴

Todavia, isto não quer dizer que após a década de 1980 não verifiquemos a chegada de pessoas com nível superior ou formação especializada. O que ocorreria era que, além da questão política, os desacertos da ditadura civil-militar em matéria social e econômica também implicaram em um aumento considerável do número de pessoas decididas a abandonar o país. Portanto, os fatores de expulsão ampliaram sua margem social, passando a atingir também as classes subalternas, além das classes médias. Mesmo assim, parece que os argentinos ainda se diferenciavam dentre a massa de imigrantes latino-americanos que chegava ao Brasil e faziam questão de ressaltar essa “diferença”. Para o Padre Joaquim, a imagem arquetípica do “argentino” ainda é um

(...) homem que se apresentava bem... bem vestido, falando bem, com argumentos, com conhecimento amplo, não só sobre o país dele, mas sobre... consciente politicamente... essa parte... esses aí são marcas... tendo alguma coisa a mais, alguma coisa melhor, e buscando, querendo não apenas teórica, mas praticamente, tomando iniciativa. Havia muita gente de negócios, professores de universidade, acho que são as características... e... bem distinto do chileno, do uruguaio, do peruano, do boliviano, do paraguaio... bem distinto.⁴²⁵

No seu depoimento, a descrição do “argentino”, dada por ele remete a uma usual construção bastante presente no imaginário social do Cone Sul (e quiçá da América Latina) e que representa o argentino como sendo “o povo mais europeu” da América Latina. Por outro lado, essa imagem estereotipada se aplicaria mais ao “portenho” branco (talvez um pouco altivo, por não considerar-se um simples imigrante), vindo do meio urbano e das classes médias, algo característico das

⁴²⁴ Entrevista com Padre Joaquim realizada em Porto Alegre - 29/06/2007.

⁴²⁵ Idem.

primeiras levas migratórias. O que contrasta fortemente com o *gaucho* mestiço, pobre e humilde, vindo do interior de Corrientes ou Misiones e que apareceria posteriormente.

Entretanto, não foi possível captar esta dimensão mais popular da imigração na nossa pesquisa, apesar dos esforços feitos para que o *corpus* de entrevistados fosse o mais plural possível e buscando que nesse micro-universo se representassem fielmente a estratificação social e os níveis educacionais. Em nossa amostragem se destacam pessoas oriundas da classe média com elevado nível intelectual, conforme pode ser analisado ao se cotejar as Tabelas 2 e 3. Lamentavelmente, o chamamento feito pelo autor, mediante o Consulado Geral da Argentina e a Paróquia Nossa Senhora da Pompéia para responder a pesquisa não encontrou maior eco entre os imigrantes das camadas subalternas. Talvez seja por desconfiança, medo a se expor ou revelar uma situação de ilegalidade documental, puro desinteresse ou até mesmo por considerar que suas próprias histórias de vida não são relevantes. O fato é que não conseguimos registrar a voz de uma considerável parcela de cidadãos argentinos que se viu compelida, em função do empobrecimento crescente e da falta de perspectivas de vida, a deixar seus lares, afazeres, família e amigos para partir em direção ao um futuro - não menos isento de incertezas - no exterior.

TABELA 2 – Atuação profissional dos entrevistados na Argentina e no Brasil.

Área de atuação profissional	Número de indivíduos atuantes na Argentina*	Número de indivíduos atuantes no Brasil**
(A) Setor Público		
Administração	03	-
Docência 1º ou 2º graus	02	-
Docência 3º grau	04	04
Segurança Pública	01	-
Sub-total (A)	10	04
(B) Setor Privado		
Assalariados do comércio e da indústria	07	03
Empresários e autônomos	03	11
Profissionais liberais e de nível superior	06	06
Docência 3º grau	-	01
Sub-total (B)	14	21
Total geral (A + B)	24	25

*Foram excluídos cinco do total de 29 entrevistados que não tiveram, em função da pouca idade, atuação profissional na origem.

** Da mesma forma foram excluídos do total quatro entrevistados que não residiam no Brasil no momento da entrevista.

TABELA 3 – Nível de escolaridade dos entrevistados.

Nível de instrução	Número de indivíduos
Primário incompleto	01
Primário	01
Secundário incompleto	01
Secundário	05
Terciário incompleto	03
Terciário	13
Pós-Graduação	04
Não informado	01
Total geral	29

Em contrapartida, as entrevistas registram que houve certa ascensão social no Brasil. Nota-se, na tabela, um aumento considerável do número de empresários e autônomos frente ao decréscimo do número de assalariados. Isso nos permite duas leituras diferentes, dinâmicas em relação ao tempo de vida da pessoa no Brasil. Deve se lembrar que entre a saída da Argentina dos entrevistados e o período da pesquisa se passaram, em média, trinta anos. Por um lado, no período inicial da imigração, a situação irregular de boa parte dos emigrados acarretava, por conseguinte, que as pessoas não pudessem ter acesso a empregos regulares, revalidar diplomas ou prestar concursos públicos. Isso levou muitos a desenvolver atividades no setor terciário. Por

outro lado, o desenvolvimento dessas atividades de comércio e serviços, ao longo do tempo, permitiu que essas pessoas, de um modo geral, tivessem um aumento do nível de vida em relação ao que tinham na Argentina.

Assim como no tocante a origem regional dos emigrados, a nossa amostragem reproduz em escala a assimetria populacional da Argentina, já que evidenciamos o descomunal peso da província de Buenos Aires no nosso *corpus* de entrevistados, como observamos na Tabela 4.

TABELA 4 – Naturalidade dos entrevistados.

Região de Origem		Número de indivíduos	Porcentagem (%)
1) Província de Buenos Aires	1a) Capital Federal	12*	41,3
	1b) Grande Buenos Aires e Interior	05	17,2
2) Província de Córdoba		04	13,7
3) Província de Santa Fé		02	6,8
4) Província de Mendoza		02	6,8
5) Província de Santiago del Estero		02	6,8
6) Província de Entre-Rios		02	6,8
Total		29	100

* Destes, dois são nascidos em países estrangeiros (Áustria e Uruguai), mas naturalizados argentinos.

3. 3. 2. Brasil: Os Fatores de Atração

Para aqueles argentinos que vieram ao Brasil desde o final da década de 1960 até inícios dos anos 1980, com a intenção de se estabelecer aqui, a decisão pelo Brasil como destino estava pautada, pelo menos em um destes principais fatores de atração que trataremos a seguir. Embora cada um destes fatores pudesse ser encontrado por avulso, pode dizer-se também que todos eles podiam ser interdependentes e complementares. Ou seja, um fator não exclui o outro, antes pelo contrário, eles podem se adicionar e fortalecer como um vetor.

- A) *Fator “Emprego”*: A vinda (e o assentamento) decorreria em função de um contrato formal, convite ou mesmo promessa de

trabalho, os quais além de garantir o vital sustento, ainda facilitavam à obtenção da documentação de residência (no mínimo temporária) outorgada pelas autoridades brasileiras, indispensável para o desenvolvimento de quaisquer outras atividades no país.

- B) *Fator “Contatos”*: Importante destacar que a vital questão do trabalho combina-se, em muitos casos, com a preexistência de redes pessoais geradoras de condições favoráveis para o assentamento: é mediante as redes que as pessoas eram convidadas. Mas não somente isso, essas mesmas redes lhes conferiam apoio e suporte (material e imaterial) aos que emigravam. A influência dessas redes sobre o emigrado podia, inclusive, atuar reforçando a decisão da pessoa pela partida e mesmo definindo a escolha pelo local da possível futura residência.
- C) *Fator “Milagre econômico”*. A atração pelo Brasil também se devia a permanência duradoura de uma percepção positiva presente no imaginário coletivo dos argentinos (e certamente de outros migrantes do Cone Sul) e que viam o Brasil como uma potencia regional em desenvolvimento, um país com riquezas a ser “exploradas” e que oferecia inúmeras possibilidades de expansão nas mais diversas áreas.
- D) *Fator geográfico*. A proximidade física entre os dois países possibilitaria maior fluidez nos contatos interpessoais, políticos e culturais; assim também como facilitaria a possibilidade de ir e vir ao seu país, caso fosse possível.

Ou seja, cada um desses fatores funcionou como elemento de atração em direção ao Brasil para os argentinos e a sua incidência foi diferenciada de acordo com as especificidades de cada grupo, mas, também, das singularidades de cada

caso. Evidentemente que os fatores “Emprego” e “Milagre econômico” foram essenciais para a dinâmica da imigração seletiva, no período anterior ao Golpe de 1976, quando houve um predomínio deste tipo de migração. Mesmo durante o auge do exílio político argentino (1976-1979) o fator “Emprego”, geralmente inter-relacionado ao fator “Contatos”, continuou sendo importantes para muitos emigrados políticos na hora de decidir um destino. Anos mais tarde, ainda vamos perceber residualmente a sobrevivência do fator “Milagre” nos emigrados econômicos, mesmo que de forma extemporânea, descontextualizada e defasada da realidade econômica e social do Brasil da década de 1980. Deve ser destacado que, ao longo dos relatos dos depoentes, encontramos a presença de outros elementos que, em combinação, também atuaram como fatores de atração, embora com menor intensidade e frequência: maior liberdade, semelhança cultural ou lingüística, etc. Serão analisados mais adiante em algumas histórias de imigrantes e exilados estruturadas nos eixos traçados pelos principais fatores de atração.

3. 3. 3. A Imigração Seletiva

Rafael chegou pela primeira vez ao Brasil, em março de 1968, sozinho. Era técnico em eletrônica, especializado na fabricação de cinescópios. Motivado pelas incertezas econômicas da ditadura civil-militar de Onganía, ele havia se inscrito em um concurso aberto por uma firma estrangeira em Buenos Aires e acabou selecionado entre mais de 30 candidatos para instalar o que seria a primeira linha de montagem de tubos de imagem para TV no Rio Grande do Sul, conforme os artigos de jornal zelosamente guardados por ele.⁴²⁶

Ao chegar a Porto Alegre prontamente ocupou o cargo de gerente de produção, propiciando a multiplicação do seu ganho em relação aos seus rendimentos na Argentina como empresário: (...) *y teníamos una empresa, Inel, donde fabricábamos y reparábamos tubos de rayos catódicos. Que no nos iba mal, pero tampoco “deslanchaba”*.⁴²⁷

⁴²⁶ Zero Hora, 11/12/1968, s. p. e Diário de Notícias, 17/11/1968, s. p. Arquivo pessoal de R. N.

⁴²⁷ Entrevista com R. N. realizada em Porto Alegre - 29/10/2001. Revista Eletrônica em Foco, dezembro 1969, p. 10. Arquivo pessoal de R. N.

Mesmo sem ser engenheiro, em virtude da sua especialização, Rafael treinou muitos engenheiros brasileiros recém saídos da faculdade. Uma reportagem da época mostra que, junto a ele, a empresa contratante no Brasil (...) *trouxe da Argentina pessoal especializado formado nos cursos da Transworld Electronics Incorporated.*⁴²⁸ No mesmo artigo, o diretor da empresa gaúcha destacava a carência de engenheiros eletrônicos e de escolas formadoras de especialistas no Brasil, justificando deste modo a “importação” de técnicos profissionais de outros países para suprir deficiências do crescente setor eletrônico, um setor de ponta na tecnologia de então.

Carlos P. também era técnico em eletrônica especializado em automação e havia passado por diversas indústrias estatais da Argentina, como a *Yacimientos Petrolíferos Fiscales* (YPF) e prestigiosa *Comisión Nacional de Energia Atómica* (CNEA). Veio ao Brasil em 1971, após passar um tempo subempregado e frustrado com a falta de ofertas de emprego da Argentina de Lanusse. A oportunidade da saída do país lhe apareceu por acaso: *Justamente en la época apareció un aviso en los diarios que pedían técnicos para Brasil. Y yo fui varias veces... fui por ir. Le dije a mi esposa: - ¿Querés ir a Brasil? - Y, vamos. - me dice.*⁴²⁹ O seu relato nos permite imaginar o poder de atração que exerciam estas ofertas de trabalho no estrangeiro, frente ao quadro recessivo e estagnado que se encontrava a economia da Argentina.

*(...) Era una empresa de Recursos Humanos que estaba en diagonal norte y cuando yo llegue la fila empezaba más o menos una cuadra y media o dos antes. Nosotros salimos de Ezeiza a Congonhas en un vuelo donde casi la mitad de los que venían en ese avión venían para la misma firma.*⁴³⁰

Ele acabou sendo selecionado e chegou ao Brasil junto com sua esposa e duas crianças.

Francisco também veio com a esposa e filhos pequenos. Eles chegaram a Porto Alegre em 31 de janeiro de 1976. Engenheiro metalúrgico, doutor, ele era pesquisador da CNEA. Ele nos contou que havia entrado na CNEA em 1966, na mesma ocasião da “caça às bruxas” promovida por Onganía, onde testemunhou a

⁴²⁸ Idem.

⁴²⁹ Entrevista com C. P. realizada em Porto Alegre - 07/08/2008.

⁴³⁰ Idem.

depuração feita pelos militares. Anos depois, por motivos diferentes, ele também partiria. Sua decisão de vir ao Brasil veio logo após um convite feito por dois pesquisadores da UFRGS que trabalhavam no momento junto ao CNEA: a UFRGS precisava de doutores na área e o salário era três vezes maior. Um mês depois, já estava em Porto Alegre. A rápida decisão não estava ancorada apenas na questão salarial, o entrevistado relatou que já estava desiludido com a possibilidade de ascensão profissional dentro da Argentina:

Yo quise ir a estudiar (...) a Inglaterra y a través del British Council había conseguido una beca. El problema (...) es que mi jefe no me quiso apoyar, así todo conseguí la beca y cuando fui a pedir permiso a la CNEA (...) los tipos me contestaron que no podía aceptar la beca porque Argentina tenía conflictos con los ingleses por las Malvinas (...) no tenes chances, los “salários” son bajos, (...) pido licencia y vamos a ver lo que pasa en Brasil, ¿no?⁴³¹

Nos casos acima, percebemos que a questão do emprego tanto foi essencial para definir um roteiro de saída quanto para decidir a permanência em terra brasileira. Os casos de Rafael, Carlos P. e Francisco são típicos da imigração seletiva ainda no período do “milagre” econômico brasileiro. Em plena expansão industrial, o Brasil procurava suprir sua carência de especialistas mediante a importação de técnicos dos mais variados setores. Além da garantia de emprego, outros elementos se coadunavam com este, outorgando ainda mais “atrativos” ao Brasil como local de residência. O aumento de ingressos duplicava ou triplicava em relação à Argentina, permitindo o acúmulo de capital e também a possibilidade de ascensão social. Além disso, nesta época, os imigrantes qualificados percebiam que no Brasil havia um reconhecimento e a valorização profissional, ao contrário da Argentina. E o somatório desses fatores representava um enorme diferencial: *Entonces para nosotros, mi mujer también, salir de la miseria espantosa de allá para venir (ao Brasil) en esas condiciones privilegiadas... para mí era el paraíso.*⁴³²

Ainda por cima, conforme se lembra Carlos P., os especialistas eram disputados dentro do Brasil: *Una firma se robaba los técnicos de la otra. No solo argentinos. En la fiesta de fin de año habían 39 banderas: chilenos, argentinos,*

⁴³¹ Entrevista com F. K. realizada em Porto Alegre - 29/06/2007.

⁴³² Entrevista com C. P. realizada em Porto Alegre - 07/08/2008.

*coreanos, americanos, que se yo...*⁴³³ Para Rafael também sobravam oportunidades, o que lhe permitiu escolher entre as melhores ofertas: *En Brasil nunca me demitieron. Yo me demitia porque ya tenía otra oferta mejor.*⁴³⁴ Essa disputa de mercado entre as empresas nacionais também permitiu a circularidade desses técnicos estrangeiros pelas distintas regiões do Brasil. Assim, Carlos P., que originalmente havia chegado a São Paulo, conseguiu melhor colocação no Rio Grande do Sul, dois anos depois. Em sentido inverso, Rafael trocou Porto Alegre pela capital paulista.

No caso específico de Francisco, já se observa também a incidência de uma rede de contatos profissionais, que lhe possibilitou o acesso a um cargo na universidade. Por outro lado, em virtude da sua elevada formação intelectual, seu caso também se constitui em um típico exemplo de *brain drain*. Interessante ressaltar que neste período, a imagem do “milagre” ainda correspondia a uma realidade concreta daquele contexto, do início a meados dos anos setenta, o que não aconteceria mais tarde.

Entretanto, nem sempre a realidade do local de chegada encontrava correspondência com o que havia sido prometido (e parte do que havia sido imaginado) antes da partida. Também houve decepções com o que se esperava do Brasil. Foi o caso de Elsa e sua família. Seu esposo era engenheiro agrônomo especializado como enólogo e trabalhava em uma importante vinícola argentina, em Buenos Aires. Em 1979, ele foi transferido ao Brasil para se encarregar da produção de uma bodega em Bento Gonçalves, na serra gaúcha. Segundo sua esposa, logo ao chegar seu marido encontrou um panorama desolador em função das irregularidades na fabricação e acabou se demitindo pouco depois, em meio a desentendimentos. Frente a este fracasso inicial, a possibilidade de um eventual retorno foi analisada, porém, decidiram ficar. Ela nos conta este processo e a difícil decisão de permanecer:

(...) Ese fue un período difícil, porque había que conseguir trabajo, alquiler, con los chicos chiquitos, sin conocer mucho el idioma... Estaba todo por hacerse y el trabajo que realmente habíamos ido para hacer no funcionó, entonces fue una búsqueda bastante difícil. Y si, se nos ocurrió volver... pero ya estábamos allá y como éramos jóvenes y teníamos espíritu de lucha dijimos:

⁴³³ Idem.

⁴³⁴ Entrevista com R. N. realizada em Porto Alegre - 29/10/2001.

*¡Nos quedamos, vamos a ver si por lo menos somos capaces de resolver esto!*⁴³⁵

Uma vez chegado ao Brasil também se fazia difícil o retrocesso, não somente pelos elevados custos materiais da viagem, de uma nova mudança e de realocar novamente toda uma família de cinco pessoas, neste caso em particular. Havia ainda outros custos em jogo, não palpáveis, mas sumamente importantes, como enfrentar o sentimento de fracasso perante um desafio não cumprido (as feridas do amor próprio), ou submeter à família (especialmente as crianças) a um novo deslocamento com todos os traumas e problemas correlatos que isso implica. Em suma, a encarar todas as dificuldades encerradas em um novo recomeço. E também o tabu de romper com aquilo que se constrói mentalmente como sendo o “triunfo do imigrante”, uma situação que, indo além do fator econômico, engloba vários outros aspectos, moral, anímico ou espiritual. Como coloca Zuccotti:

*(...) puede afirmarse que el éxito es pleno cuando se alcanza el equilibrio integral y la emigración, por tanto, depara al protagonista no tanto un beneficio económico cuanto la superación humana. Para ello se requiere cierta fortaleza interior que no todos poseen. De ahí los riesgos y peligros de la emigración.*⁴³⁶

3. 3. 4. Estranho Lugar para o Exílio

Apesar de o Brasil estar sob um regime ditatorial, o país também se configurou como opção para o exílio. Em um primeiro momento, provavelmente em função da proximidade e facilidade de acesso. Mas um importante ponto era que, dentre as opções disponíveis nos países limítrofes da Argentina, a ditadura civil-militar brasileira parecia ser a menos assustadora, seja pela “distensão lenta e gradual” promovida a partir do governo Geisel, em 1974, ou pela permanência, mesmo que cosmética, de certas instituições democráticas, como o congresso com seu bipartidarismo. Por outra parte, a dimensão continental do Brasil podia também transmitir aos exilados a sensação de que dificilmente seriam localizados, caso fossem perseguidos.⁴³⁷ A isso podemos acrescentar também que os exilados

⁴³⁵ Entrevista com E. G. realizada em Mendoza, Argentina - 25/09/2007.

⁴³⁶ ZUCCOTTI, Juan C, op. cit., p. 136.

⁴³⁷ QUADRAT, Samantha V., 2007, op. cit., p. 70.

imaginavam que no Brasil existia certa desorganização e pouco controle por parte do Estado. Esse foi o pensamento que norteou pelo menos um de nossos entrevistados:

*Nosotros veíamos aquí como un lugar más blando, donde la falta de control interno facilitaba que las personas se perdieran. Por suerte, la computación estaba en pañales y entonces el registro de las personas era muy aleatorio.*⁴³⁸

Mas, como já vimos anteriormente, a realidade era que o regime brasileiro tanto exercia controle sobre os estrangeiros quanto distava de ser brando. Entretanto, o que pode ser relativizado, por ser discutível, é a eficiência dessa vigilância, que podia ser burlada de diversas formas. Seja pela inépcia, negligência, desinteresse ou falta de recursos das autoridades encarregadas de exercê-la, ou até mesmo pela venalidade de algum funcionário disposto a fazer vistas grossas.

Porém, para concretizar este objetivo de se estabelecer aqui (uma tarefa que se revelaria nada fácil, por sinal) se fazia necessária uma confluência de diversos fatores, como veremos. Também era imprescindível ter cautela e discrição, ainda mais se levando em conta o fato do Brasil estar sob o comando dos militares, uma preocupação constante dos exilados por questões políticas. Não havia garantias de segurança e sabia-se, mesmo que vagamente em alguns casos, da colaboração entre os militares. Por último, ainda também era desejável contar com alguma dose de sorte, que permitisse driblar os possíveis imponderáveis, algo também natural ao processo migratório.

Vejam os a seguir alguns relatos de exilados políticos que, fugindo da repressão argentina, aqui vieram residir e optaram por se estabelecer definitivamente no Brasil. Nos seus depoimentos poderemos observar e analisar com clareza os elementos que permitiram que o Brasil se transformasse em terra de refúgio e, para alguns eles, em um segundo lar.

3. 3. 5. Redes, Geografia, Relações Políticas e/ou Afetivas

Entre os exilados políticos, a vinda ao Brasil também podia ser resultado de um convite prévio feito por amigos, parentes ou conhecidos residentes em Porto

⁴³⁸ Entrevista com B. M. realizada em Porto Alegre - 13/07/2007.

Alegre ou outras cidades gaúchas, fossem eles argentinos ou brasileiros. Isso também nos indica que grande parte desta peculiar emigração se estabeleceu aqui principalmente devido à existência de redes pessoais de sociabilidade atuantes no âmbito político, profissional ou privado.

Bruno, psicanalista e militante dos *Montoneros*, saiu de Buenos Aires em 1977, direto para Porto Alegre. Ele lembra que, pouco antes, um médico brasileiro com quem trabalhara anteriormente na capital argentina, advertindo o perigo que Bruno e sua família corriam, os “intimou” a sair da Argentina: - *¡Vénganse a Porto Alegre! Que sería bárbaro que estuviéramos juntos para formar un equipo.*⁴³⁹ Segundo Hilda, a ex-esposa de Bruno (...) *¡Eso fue una conexión interesante, porque ya no era ir a cualquier lugar, sino que había una posibilidad de trabajo!*⁴⁴⁰ De fato, pouco tempo depois Bruno começava a clinicar na capital gaúcha. A atitude solidária do seu amigo, que lhe brindou apoio além do convite, lhes abriu as portas para um recomeço no Brasil.

Já Ricardo havia partido em 1976, pouco depois do golpe e se instalou provisoriamente em Montevideú, Uruguai. Para renovar o visto de turista, devia sair do país a cada três meses, como a maioria. Para evitar chegar perto da fronteira argentina, preferia ir pro Brasil:

*(...) y venía siempre para Porto Alegre, no iba a la Argentina. Ahí (em Porto Alegre) conocía alguna gente, Bruno ya estaba antes que yo (...) habían dos matrimonios y otra gente más (...) ¡gente amiga!*⁴⁴¹

Essa “gente amiga” incluía pessoas que ele havia ajudado a sair da Argentina, como o psicanalista Bruno. Em 1979, Ricardo tentou retornar a vida normal em Buenos Aires. Foi seqüestrado, mantido preso e torturado, mas deixado com vida após ser advertido que não haveria segunda chance. Assim, decidiu sair definitivamente do país, sozinho, como a maior parte dos exilados. Dessa vez escolheu o Brasil, em função das redes de amizades. Ricardo ainda destacou que a vinda a Porto Alegre lhe trouxe a estabilidade necessária, contribuindo decisivamente a que pudesse reconstruir seus laços de família, desagregados desde 1976 e

⁴³⁹ Entrevista com B. M. realizada em Porto Alegre - 13/07/2007.

⁴⁴⁰ Entrevista com H. G. realizada em Porto Alegre - 13/07/2007.

⁴⁴¹ Entrevista com R. A. realizada em Porto Alegre - 05/09/2007.

retomados somente em 1980: (...) *me fui a buscar a mi familia y me vine a Porto Alegre con mi mujer y mis dos hijas.*⁴⁴²

Para Gabriel e seu irmão Diego, a decisão de vir ao Brasil também se pautou na existência de redes de solidariedade prévias:

*(...) en fines de septiembre cruzamos la frontera en Brasil y nos vamos a Porto Alegre. Después de un tiempito, nos vamos a Passo Fundo, porque en Passo Fundo había un religioso que había sido director del colegio secundario donde habíamos estudiado y esta persona nos dio albergue a mi mujer, mi hijita y yo. Mi hermano quedó en POA porque había conseguido un trabajito en negro. Y ahí nos quedamos hasta el verano.*⁴⁴³

Além do mais, para ele e sua família, o Rio Grande do Sul tinha uma posição estratégica, uma grande vantagem geográfica se comparada a outros itinerários possíveis e possibilitava um reforço de laços afetivos:

*(...) Uno estaba más cerca del país, era una manera que nos visitara mi madre, mantener un contacto con la familia. (Meus irmãos) estaban presos, pero mi madre era “el correo”, en ese sentido. Pero no nos interesaba irnos más lejos ni irnos a ganar plata a Estados Unidos o a Europa. Y la idea de tener que ir a parar a Suecia, que era uno de los lugares “obligados” de ACNUR, nos parecía asustador.*⁴⁴⁴

Bruno, que então se encontrava temporariamente separado da esposa e dos filhos, também ressaltou a vital importância dessa proximidade com a Argentina para reforçar os vínculos familiares:

*(O Rio Grande do Sul era) el lugar más cerca en el que yo pudiese ver a mis hijos. Eso también era favorable a mi elección de Porto Alegre, que es un lugar casi de frontera. Permitió que ella me viniese a traer los hijos dos veces: en la segunda nos reconciamos (...) ¡Fue muy importante!*⁴⁴⁵

Como se pode evidenciar pelos depoimentos, a localização do Brasil (e do Rio Grande do Sul em particular) exerciam alguns atrativos para os exilados como a proximidade da fronteira e certa permeabilidade desta. A vizinhança com a

⁴⁴² Segunda entrevista com R. A. realizada em Porto Alegre - 17/03/2008.

⁴⁴³ Entrevista telefônica com Gabriel Martínez Agüero, desde La Rioja - 22/11/2010.

⁴⁴⁴ Idem.

⁴⁴⁵ Entrevista com B. M. realizada em Porto Alegre - 13/07/2007.

Argentina facilitava a manutenção dos mais diversos vínculos: familiares, afetivos, políticos ou culturais. Sem esquecer também que essa mesma contigüidade permitiu, como no caso dos uruguaios, (...) *la constante comunicación por diversas vías acentuando, fortaleciendo y possibilitando la reconstrucción identitaria.*⁴⁴⁶ Era como se a proximidade geográfica também pudesse, de alguma forma, mitigar os efeitos da experiência traumática do exílio.

Torna-se evidente nestas diversas falas a preocupação com a questão familiar e como esta se inter-relacionava com a questão geográfica. Por outra parte, observamos que alguns depoentes se encontravam em situação de desestruturação familiar, muito provavelmente em função do exílio, o qual provoca uma desorganização do cotidiano e que pode levar a uma reordenação dos papéis sociais, assim como também desencadear uma alteração nas estruturas familiares. Por exemplo, no exílio, havia mulheres que se transformavam em chefes da família, casais que se separavam ou que se reconciliavam ou filhos que se tornavam independentes. Exílio também é um espaço de metamorfoses, como diz Rollemberg.⁴⁴⁷

Além do mais, Porto Alegre e o Rio Grande do Sul possuíam também valor estratégico no campo da luta política. Cômescio desta importância, Krischke também apoiou exilados na decisão de ficar aqui (quando a situação lhes permitia) mais perto do seu objetivo, a Argentina. Segundo ele (...) *porque tu não te imaginas, como é doloroso tirar os atores políticos do seu país e levar-los para a Europa. Eles deixam de atuar no seu país!*⁴⁴⁸

Manter a militância. Essa era uma das preocupações de Juan, pouco depois de chegar a Porto Alegre, onde inicialmente pretendia ficar apenas por um tempo até conseguir um local mais seguro. Como a maioria dos *montoneros*, procurou se contatar com as ONG's ligadas ao ACNUR e que propiciavam apoio aos perseguidos. Foi lhe oferecido refúgio na Europa. Contudo, Juan recusou o refúgio ofertado pelo ACNUR e decidiu permanecer em Porto Alegre, onde simultaneamente pode retomar a sua atividade militante e não perder o contato com sua família, a

⁴⁴⁶ GONZÁLEZ, Ana M. S. op. cit., p. 77.

⁴⁴⁷ ROLLEMBERG, Denise, 1999, op. cit., p. 34.

⁴⁴⁸ Entrevista com Jair Krischke, conselheiro do MJDH, realizada em Porto Alegre - 25/08/2008.

quem trouxe algum tempo depois com a ajuda de amigos de uma religião oriental. Ele explicou sua decisão de permanecer no Brasil e em Porto Alegre:

El militante combativo en Brasil pudo inserirse en la sociedad brasilera sin problemas. El militante combativo que se fue a exiliarse a otra parte del mundo jamás se pudo inserir en la sociedad del lugar adonde había ido a vivir. Pasó con los casos típicos, Dinamarca, Suecia. Eran tratados como... realmente como exilados, los ponían en lugares separados, para inserirse en la sociedad les costaba muchísimo.⁴⁴⁹

Ou seja, estas pessoas não somente perdem o sentido da identidade militante, em uma clara ruptura traumática, como também vão perdendo com o distanciamento, o isolamento e a desinformação, o contato com a realidade, passando a idealizar (desde longínquas terras alheias separadas por oceanos) projetos cada vez mais impossíveis de concretizar na sua pátria. No particular caso dos *montoneros* esta problemática se tornará patente durante a denominada “contra ofensiva”, que será vista mais adiante.

3. 3. 6. Exílio e Fuga de Cérebros

Durante o período 1976-1983, o exílio político argentino também se mesclou com o fenômeno prévio do *brain drain*. O governo militar argentino, para excluir os indesejáveis e coibir-lhes a possibilidade de sobrevivência, publicou listas de “elementos subversivos” e colocou em ação as leis de *Prescindibilidad* e a de *Cesantias* que foram aplicadas ao serviço público, mas que na prática se estendiam também ao setor privado.⁴⁵⁰ Nas instituições de pesquisa federais mais de 600 cientistas, professores e pesquisadores foram demitidos dos cargos.⁴⁵¹ Enquanto isso, em diversos organismos públicos ocorriam demissões em massa devido a negativa de reajuste salarial por parte do governo militar, apesar da inflação atingir patamares de 150% no ano de 1977.⁴⁵² Nessa deliberada política de sucateamento das instituições do Estado foram atingidos institutos de renome, como a CNEA, e empresas

⁴⁴⁹ Segunda entrevista com J. P. realizada em Porto Alegre – 27/10/2008.

⁴⁵⁰ JENSEN, Silvina, op. cit., p. 122

⁴⁵¹ *Clamor*, Julho de 1978, p. 9-10. APOF – Acervo da Luta contra Ditadura - Porto Alegre

⁴⁵² COMISION ARGENTINA DE SOLIDARIEDAD (CAS) *Additional Information on the situation of Argentine scientists and university professors*. Report Supplement I, December 1977, p. 1. <http://foia.state.gov/SearchColls/CollsSearch.asp> Acessado em 16/11/2009.

estratégicas, como a petrolífera YPF ou o sistema ferroviário. A CNEA foi especialmente afetada chamando a atenção da comunidade científica internacional. Diversos cientistas foram expulsos, sendo nove desaparecidos, três dos quais ainda não se sabia o paradeiro em 1978.⁴⁵³ Muitos deles vieram em direção ao Brasil, onde, como já foi visto, existia uma real demanda para pessoas com alta qualificação profissional e intelectual.

Entre os desaparecidos da CNEA esteve o pai de Gustavo, sequestrado pelas Forças Armadas em agosto de 1976, quando o entrevistado tinha apenas um ano de idade. Ambos os pais eram professores universitários, mas também eram militantes ligados ao PRT/ERP e como tal estavam impossibilitados de exercer suas funções desde março de 1976:

(...) estaban en una lista. Mi madre, en realidad, porque mi padre estaba preso (...) cuando lo largaron a mi padre, mi madre tuvo una oferta de empleo acá (...) que no podía trabajar en ningún lado en la Argentina, decidió por bien venir, mi padre no tenía esa oferta de trabajo, entró con visto de turista.⁴⁵⁴

Depois de permanecer dois anos em poder dos militares, o pai de Gustavo foi finalmente libertado e, mediante autorização, pode vir ao Brasil, onde sua esposa já havia previamente conseguido emprego em uma universidade. Pouco meses depois, graças à brecha aberta pela esposa, ele também ocuparia um cargo docente dentro na mesma universidade, podendo aceder à legalização.

Claro que esta “fuga de cérebros” argentinos (e também uruguaios) com conotações políticas para o Brasil não passou despercebido pelas autoridades brasileiras. O pedido de busca N° 206/76 do DOPS/RS recomendava a verificação junto às universidades dos professores estrangeiros admitidos. Dizia o documento:

DADOS CONHECIDOS:

Estariam entrando no Brasil, pelo Uruguai, uruguaios e argentinos, subversivos ou foragidos que estariam sendo empregados em faculdades particulares. Consta que professores brasileiros estariam sendo preteridos pelos estrangeiros.

DADOS SOLICITADOS:

A - Verificar junto às universidades, professores estrangeiros que lecionam nas mesmas.

⁴⁵³ *Clamor*, Julho de 1978, p. 9-10. APOF – Acervo da Luta contra Ditadura - Porto Alegre

⁴⁵⁴ Entrevista com G. T. realizada em Porto Alegre - 05/05/2007.

*B - Outros dados julgados úteis.*⁴⁵⁵

Para os militares, esses professores estrangeiros representavam uma dupla ameaça: ideológica e ao mercado interno. Por um lado, significava uma “infiltração subversiva internacional” nas universidades brasileiras. Pelo outro, que esses professores estrangeiros ocupariam o espaço de profissionais brasileiros. Lembremos que alguns setores do governo tinham um viés nacionalista e protecionista: Esse protecionismo também se refletiria, posteriormente, no endurecimento da Lei de Estrangeiros de 1980, que restringia ainda mais a concessão de vistos de permanência no país.

Entretanto, apesar dessa dura posição ideológica do governo frente a esses exilados em particular, coexistiam também outras posturas contrárias, não somente no âmbito acadêmico ou científico, mas também entre grupos militares no governo. Pois, apesar do “risco ideológico” que poderia oferecer a contratação destes professores, algumas universidades e empresas do Estado aceitaram este desafio desde que estes indivíduos se submetessem a uma série de condições. Assim, para estes setores pragmáticos, o perfil profissional da pessoa deveria ser sobreposto ao perfil ideológico, que seria neutralizado.

A mãe de Gustavo, Andréa, nos relatou a complexa negociação para poder aceder ao cargo de pesquisadora e professora universitária que lhe fora oferecido no Brasil:

Y ahí en la Universidad yo hablé con el director y le dije: -Bueno, yo te voy a ser sincera, yo milité en un grupo armado y (...) ni preguntes para mi orientador porque me “detonó” dos trabajos, uno en Chile y (...) en Estados Unidos(...) mandó a decir que yo andaba asaltando cuarteles! (...) El me dijo así: - Mirá,(...) si vos vas a “vestir la camiseta” del Instituto y no te metés en política, la Universidad te consigue visto!- Que le vés a decir? Imagínate! - Tenga seguridad que yo voy a trabajar todo el tiempo (...) y no me voy a meter con política!-⁴⁵⁶

Após passar meses desempregada na Argentina (e com seu nome nas listas negras), Andréia havia sido convidada como professora visitante para dar um curso especial numa universidade gaúcha. Essa foi a sua porta de entrada para o Brasil. A

⁴⁵⁵ DOPS/RS: PB 206/76/DBCI/DOPS/RS- SOPS/LV-1.2.1448.16.6 – Acervo da Luta contra Ditadura / Porto Alegre

⁴⁵⁶ Entrevista com A. T. realizada em Porto Alegre - 01/04/2008.

entrevistada fez questão de ressaltar a gratidão pelo respaldo recebido da Universidade desde o início.

Contudo, pode-se imaginar o que deve ter significado então para um sujeito político tão ativo como Andréa ter de cortar abruptamente sua íntima relação com a militância. Vale dizer que teve de se desfazer de uma importante parte integrante do seu “eu”, o que certamente se constituiu numa fratura de identidade, muito bem simbolizada na própria entrevista, cujo eixo principal havia girado em torno da política. Mas desse momento em diante, a entrevistada discorreu sobre assuntos profissionais, e mesmo quando inquirida a respeito de algum tema ligado à política argentina, a resposta transitava invariavelmente entre o esquecimento ou a imprecisão. Neste sentido, recuperar a legitimidade do seu objetivo de vida implicava literalmente em mudar de vida.⁴⁵⁷

O caso de Gabriel chega a ser surpreendente. Engenheiro aeronáutico de formação, em 1979, ele conseguiu ser aceito na Embraer, uma empresa de capital misto, com forte participação do Estado e ligado aos setores estratégicos da indústria brasileira. Ao que parece, apesar da sua ligação familiar com a guerrilha *montonera*, ele pode se desenvolver plenamente no seu emprego, inclusive trabalhando em projetos estratégicos de interesse militar, aos quais poderia ter sido impedido, não só em virtude de receios com seu passado militante, mas também por ser um estrangeiro de um país rival, a Argentina:

*Había muy poquitos argentinos en la fábrica (Embraer). Y me invitaron a trabajar a mí, y nunca un “pero” ni nada... Yo trabajaba con todo (...) aparte estaba en un proyecto ítaló brasilero de un avión a reacción, el AMX (...) ese proyecto era militar y nunca nadie me objeto nada.*⁴⁵⁸

O depoimento acima nos parece exemplar por mostrar justamente como, em certos casos, o pragmatismo dos militares brasileiros, empenhados em um projeto de desenvolvimento nacional conseguiu até mesmo superar o dogmatismo ideológico dos setores mais radicais da extrema direita. Contudo, isso não significava que os cientistas, professores, engenheiros ou médicos estrangeiros não permanecessem sob monitoramento e supervisão dos organismos de inteligência do Estado brasileiro, como acabaria descobrindo posteriormente o próprio Gabriel. A vigilância era discreta, porém permanente:

⁴⁵⁷ DEL OLMO PINTADO, Margarita. op. cit., p. 40.

⁴⁵⁸ Entrevista telefônica com Gabriel Martínez Agüero, desde La Rioja - 22/11/2010.

*Me entero por mi hermano, que se hizo amigo de unos suboficiales, por cosas de negocios (...) que una vez le mostraron fotografías nuestras de los servicios de inteligencia brasileiros. Dice que estábamos súper controlados, pero estábamos legales y no nos molestaron, ¡al contrario!*⁴⁵⁹

3. 3. 7. Os Diversos Matizes da Emigração

Sabe-se que o exílio político e imigração não significam a mesma coisa. Mas, em determinados casos, os limites entre ambos os fenômenos podem se tornar confusos e inexatos. É interessante destacar que mesmo dentre alguns entrevistados que se assumem como imigrantes e que vieram com motivação econômica, pessoal ou da mais diversa índole, também presenciamos a enorme influência do conflito político vivido na Argentina na decisão de abandonar sua pátria. Eis alguns casos:

Jaime veio para o Brasil com apenas 17 anos. De família judaica, seu pai, empresário de médio-grande porte, tinha uma fábrica têxtil na Argentina e havia montado outra em São Paulo, em 1973. Com a expressa finalidade de impulsionar os negócios do Brasil, seu pai decidiu se mudar em 1977. Jaime teve de acompanhar o pai, enquanto a mãe ficou na Argentina cuidando do irmão que necessitava de tratamento médico. Ao contrário de muitos emigrados, ele não sofreu com penúrias do tipo financeiro graças à condição privilegiada de sua família. Contudo, apesar da justificativa de interesse econômico se observam outras questões no seu depoimento. A tranquilidade vivida no Brasil contrastava com a situação anterior na Argentina:

(...) esa época horrible que se vivía allá, ese pavor todo que vivíamos en mi casa; los “asados” para quemar libros y tapas de discos, los amigos que desaparecían, familias enteras de desaparecidos...

P-¿En tu circuito?

Si, amigos. Familias que viajábamos junto, los Tarnopolski. Betina era mi amiguita, viajábamos juntos los fines de año. De la familia sobre uno no más, Daniel. A Sérgio se lo llevaron en la Colimba. Y los padres siempre en mi casa. Íbamos al mismo Club, la HACOAJ. Y muchos amigos que fueron... Muchos, muchos y muy cerca.

⁴⁵⁹ Idem.

P-¿Eso lo habrá impulsado a tu viejo para sacarte a vos, no?

Bueno, yo estaba muy “apavorado” en la Argentina, yo estaba completamente paranoico...

P-¿Vos no tenías militancia?

Mira, fui a reuniones de la Juventud Guevarista, del PC, de esto, de lo otro...no me afilié a nada, yo como soy muy músico... ¡pero, súper-politizados, eh! En casa escuchábamos Quilapayun, a Viglietti y lo que se te ocurra.⁴⁶⁰

Já para Ernesto, a sua vinda para o Brasil, em 1975, se deu principalmente em função de trabalho, como ele mesmo coloca:

Comencé a venir a São Paulo en el '75 y me documenté en el '77. (Aquí) Empecé a trabajar en una empresa argentina, había glándulas animales que no se aprovechaban, (sub-productos animais) para hacer heparina, insulina, pancreatina, que en Brasil se tiraban afuera. (...) una mano de obra, un laburo, para mentalizar a la gente: - no, congelame esto (...) Yo trabajaba con ellos en la Argentina y me trajeron a mí para hacer ese trabajo de comprar ese material y pedirles que lo aprovecharan. Y hoy Brasil es un exportador bárbaro de eso (...) y esa gente amiga fue, fuimos, pioneros en esa historia.⁴⁶¹

Segundo o próprio Ernesto nos revelou, ele não tinha militância política orgânica, mas era um entre as centenas de milhares de simpatizante da JP, onde tinha muitos amigos e conhecidos. Como se verá, o contexto político teve uma importante parcela na tomada de decisão pela partida da Argentina:

Yo trabajaba, no era rico ni... estaba en un padrón argentino, no era desocupado, era clase media baja, de extracción obrera, entonces no tenía muchos motivos. Pero ese amigo (pai de uma amiga morto pelas 3A) me influyó muchísimo. Un amigo me dijo: “si te quedabas, te ibas”, porque cayeron muchos amigos míos, yo me vine seis meses antes del golpe y ya las 3A habían hecho desastres en La Plata (...) esos asesinatos (...) en el fondo, ideológicamente, estaba triste con lo que había pasado (ruptura do peronismo) y con esas cosas no daba más. Un amigo mío

⁴⁶⁰ Jaime se refere ao seqüestro e desaparecimento de quase todos os membros da família Tarnopolski, um caso que comoveu e amedrontou a sociedade, especialmente a comunidade judaica de Buenos Aires, não somente devido aos contornos anti-semitas envolvidos nesta ação, mas também por ser atingida uma influente família de classe média alta aparentemente inatingível. Entrevista com J. A. realizada em Porto Alegre – 05/08/2008.

⁴⁶¹ Entrevista com E. T. realizada em Porto Alegre – 05/08/2008.

*estaba solo en São Paulo y me dice: “vení, que vamos a trabajar, que hay cosas para hacer” y enseguida me rajé y me puse a laburar.*⁴⁶²

Ao chegar ao Brasil, os argentinos muitas vezes ocultavam as verdadeiras razões que os levaram a emigrar, por medo ou desconfiança. Neste sentido, uma justificativa de índole econômica ou profissional pode ter significado, na época, um recurso para mascarar a saída do país em função da questão política. Mas é difícil saber até que ponto, por exemplo, o pai de Jaime não buscou na emigração, mais do que uma oportunidade de negócios, uma forma de proteger seu filho, abalado e assustado com as perdas de seus amigos? Ou, no caso de Ernesto, até onde a sua decisão de emigrar não foi catalisada pelo medo de ser atingido pela violência horizontal? Pode se observar que a decisão de partir é fruto de um complexo processo onde incidem múltiplos fatores, no entanto, é importante colocar que nem sempre se pode confirmar se existe uma ordem determinada nesse “mosaico”; nessa mescla de motivos objetivos e subjetivos que é a decisão de partir.

3. 4. Como Permanecer no Brasil: A Residência

De um modo geral, excetuando-se alguns casos, nunca foi muito simples a obtenção de permanência legal para os estrangeiros que quisessem se estabelecer no Brasil. Para os argentinos, também não poderia ser diferente.

A então vigente legislação brasileira referente aos estrangeiros, o denominado Estatuto dos Estrangeiros promulgado em 1969, era herdeira direta do arbitrário Ato Institucional N°5. Como tal, a lei de estrangeiros estava pautada pelos delineamentos ideológicos da DSN. Isso quer dizer que a referida lei possuía, em primeiro lugar, um perfil de “defesa” do conjunto de “valores nacionais”, como reza o seu Artigo 1°: *Em sua aplicação ter-se-á em vista preservar a segurança nacional, a composição étnica do Brasil, sua organização institucional, e seus interesses político, sócio-econômicos e culturais.*⁴⁶³

⁴⁶² Idem.

⁴⁶³ Estatuto do Estrangeiro. Decreto N° 66.689, de 11 de Junho de 1970 <http://www6.senado.gov.br/sicon/ListaReferencias.action?codigoBase=2&codigoDocumento=197119> - Acessado em 16 de outubro de 2008.

Isso equivale a dizer que a legislação em questão tinha um perfil ideológico bem definido, claramente inspirado pelo anticomunismo dominante na época do regime militar. A lei de estrangeiros era de raiz nacionalista, mas com uma coloração xenofóbica e velados resquícios de racismo; na realidade, ela era uma legislação concebida para restringir a imigração e não para promovê-la. Entretanto, o Estatuto era simultaneamente pragmático, seletivo e elitista, pois se privilegiavam imigrantes que possuíam capital para investir no país ou então aqueles que, devido a uma formação profissional ou acadêmica específica, eram de áreas de interesse estratégico para o Brasil. Ao mesmo tempo, o Estatuto do Estrangeiro também afirmava o protecionismo do mercado de trabalho, já que restringia as possibilidades de imigração daqueles outros trabalhadores que não possuíam uma qualificação específica ou uma atividade que fosse considerada prioritária para os “interesses nacionais”.

Ou seja, os candidatos a imigrantes também eram selecionados pelas autoridades de acordo com o ofício ou profissão. Assim, aqueles que se enquadrassem no perfil ideológico e laboral pretendido teriam chances de ter concedido o visto permanente. Mas antes disso, deveriam apresentar uma série de atestados e documentos que deviam ser obtidos no país de origem e validados perante a jurisdição consular brasileira onde o requerente tenha mantido residência. A própria autoridade consular expediria o visto. A lista da burocracia era grande:

Art. 22. Para obter visto permanente o estrangeiro deverá apresentar:

*I - passaporte ou documento equivalente; II - atestado de saúde; III - certificado internacional de vacinação; IV - atestado de antecedentes penais ou documento equivalente; V - atestado de residência; VI - certidão de nascimento ou casamento. § 1º Para obtenção do visto permanente, o estrangeiro deverá, ainda, satisfazer às exigências de caráter especial previstas nas normas disciplinadoras da seleção de imigrantes, estabelecidas pelos órgãos federais competentes (...)*⁴⁶⁴

⁴⁶⁴ As exigências para os imigrantes temporários eram praticamente iguais: “Art. 18. O visto temporário será concedido ao estrangeiro que pretenda vir ao Brasil: (...) V - Como técnico, professor, ou profissional de outra categoria, sob regime de contrato ou a serviço do Governo brasileiro. Art. 20. Para obter visto temporário o estrangeiro deverá apresentar: I - Passaporte ou documento equivalente; II - Atestado de saúde; III - Certificado internacional de vacinação; IV - Prova de meio de subsistência; V - Atestado de antecedentes penais ou documento equivalente, a critério da autoridade

Os nossos entrevistados relataram experiências assimétricas no que refere à questão da obtenção da residência, independente da motivação que os levava a abandonar seu país. Por estranho que possa parecer, a questão política, na prática não foi determinante para impedir a regularização e a permanência. Nesse sentido, o governo brasileiro foi notavelmente pragmático, como vimos na questão da fuga dos cérebros.

As condições eram desiguais. Para alguns mais privilegiados, os que geralmente vinham com contratos laborais prévios, não parece ter sido tão complicado a obtenção da documentação. Mas a maioria dos entrevistados nos relatou inúmeras dificuldades em comum enfrentadas antes de poder conseguir a famosa “modelo 19”, a carteira de identidade permanente para estrangeiros concedida pela Polícia Federal.

Para Ernesto, por exemplo, não foi tão difícil obter a desejada permanência no país:

*No, porque la empresa era de interés nacional. Si, porque lo que iba a hacer era importante, tenia fuerza. Me llevaron los documentos míos, encaminaron ellos, después terminé los trámites en el Consulado brasileiro de Argentina (...)*⁴⁶⁵

Mas, com Elsa e sua família ocorreu exatamente o inverso. Apesar de contarem com título superior, Elsa e seu marido, frustrados, descobriram que não estavam à altura dos “interesses sócio-econômicos” do governo brasileiro:

*Teníamos que conseguir la visa, entonces (...) no nos daban la visa porque como ya te dije, había una lista en la Policía de ocupaciones porque en Brasil se necesitaban de profesionales, pero era una lista de los que eran necesarios. Los que no eran necesarios... bueno, les costaba mucho conseguir esa visa.*⁴⁶⁶

consular. § 1º Para obtenção desse visto, os estrangeiros referidos nos itens III e V do artigo 18, deverão apresentar cópia do contrato visado pelo Departamento de Justiça do Ministério da Justiça, salvo no caso de prestação de serviço ao Governo brasileiro.” Decreto Nº 66.689, de 11 de Junho de 1970

<http://www6.senado.gov.br/sicon/ListaReferencias.action?codigoBase=2&codigoDocumento=197119>

- Acessado em 16 de outubro de 2008.

⁴⁶⁵ Entrevista com E. T. realizada em Porto Alegre – 05/08/2008.

⁴⁶⁶ Entrevista com E. G. realizada em Mendoza, Argentina - 25/09/2007.

Assim, a saída temporária buscada por todos os que, a priori, não tinham condições de se regularizar era entrar com o visto de turista, cuja validade não poderia exceder os noventa dias. Este visto poderia ser renovado por igual período. No entanto, era comum que as pessoas entrassem e saíssem varias vezes do Brasil usando diversas passagens de fronteira diferentes para despistar a Polícia Federal. Mas esta prática, apesar de conhecida pelas autoridades e, dependendo do caso e do funcionário até tolerada, não era legal. Segundo a legislação:

§ 2º Em caso de dúvida à legitimidade da condição de turista, a autoridade do Departamento de Polícia Federal poderá exigir prova de meios de subsistência ou bilhete de viagem. § 3º Para os fins do disposto no parágrafo anterior entende-se como prova de meio de subsistência a posse de numerário ou carta de crédito. Art. 16. O prazo de estada do turista (artigos 11, 13 e 14) no Brasil será, inicialmente de 90 (noventa) dias podendo, entretanto ser prorrogado, no máximo, por igual período.⁴⁶⁷

A lei também estipulava a detenção e a expulsão sumária de todos aqueles em situação irregular. No seu Artigo 1º consta que (...) *é, também, passível de expulsão o estrangeiro que: I - praticar fraude, a fim de obter a sua entrada ou permanência no Brasil.*⁴⁶⁸ Em abril de 1978, o sensível aumento do fluxo de “turistas” pelas fronteiras brasileiras levou ao governo apertar o cerco sobre os imigrantes e refugiados. Brasília passou a exigir do Serviço de Polícia Marítima, Aérea e de Fronteira da Polícia Federal (SPMAF/PF) a devida e estrita aplicação da legislação em curso para desmascarar falsos turistas. Reafirmando o discurso oficial, o jornal Zero Hora nos dava sua visão:

*O disciplinamento da vinda de turistas estrangeiros tem por objetivo coibir os abusos que tem se observado, quase que diariamente, e para evitar o aumento do grande contingente de estrangeiros que viajam para o Brasil em busca de emprego e permanência definitiva, sem a mão-de-obra qualificada para aqui permanecer (...) são normas de soberania interna do Brasil.*⁴⁶⁹

⁴⁶⁷ Decreto Nº 66.689, de 11 de Junho de 1970
<http://www6.senado.gov.br/sicon/ListaReferencias.action?codigoBase=2&codigoDocumento=197119>

- Acessado em 16 de outubro de 2008.

⁴⁶⁸ Idem.

⁴⁶⁹ Zero Hora, 19/04/1978, p. 37. Acervo Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa - Porto Alegre.

Havia um movimento contínuo de vaivém para o Brasil. Essa foi à estratégia encontrada por diversos de nossos entrevistados, um processo complexo, arriscado e custoso em termos emocionais e materiais. Para todos os seus praticantes, o risco consistia em ser barrado na volta e ter o retorno impedido, além de ser colocado em uma lista negra. Para os perseguidos por questões políticas, o risco e o temor eram, obviamente, maiores do que para os emigrados por motivos diversos. Havia o perigo de ser presos na fronteira de seu país ou pior, caso fossem detidos pelas autoridades brasileiras, seriam automaticamente repatriados e podendo ser entregues as autoridades do seu país. Gabriel, exilado político, nos contou desta forma sua experiência nestas tensas travessias:

*A cada tres meses había que viajar a la frontera. La primera vez, el primer viaje en el caso mío, crucé al Uruguay. La segunda me atreví a ir a la Argentina y me dio temor. (...) hubo una que entre por San Javier, Misiones, fui con toda la familia. La tercera creo que también. Otra fue a Paso de Los Libres, y otra fue a São Borja y ahí me sentí inseguro. No, me dije, voy a cruzar al Paraguay. El resto los hice allá. No quise nunca más ir a Argentina. Y, yo vivía con miedo.*⁴⁷⁰

Como se observa, na tentativa de minimizar riscos, procurava-se rotas, pontos onde presumivelmente a vigilância de fronteira fosse menos rigorosa, até porque geralmente se expunha a família completa. Cada viagem era uma incógnita e, dependendo de cada caso, acompanhada por uma terrível sensação de medo e insegurança.

Ricardo, também exilado, passou por esta experiência durante um bom tempo até que seu pedido de residência foi aceito e pode se regularizar, anos depois. O fato de haver entrado com um processo em Brasília, por outro lado, não lhe dava garantia nenhuma. Obter o protocolo não significava obter a residência:

*Si, salía y entraba. Salía y entraba. Tanto que yo tenía planteada la radicación en Brasilia (...) tenía un protocolo (...) había puesto una firma y una serie de cosas más. Sale una amnistía, y mi mujer y mi hija consiguen el documento provisorio (...) entonces, el único que no tenía documento era yo, que seguía con el protocolo. ¡El que tenía planteado! (risos)*⁴⁷¹

⁴⁷⁰ Entrevista telefônica com Gabriel Martínez Agüero, desde La Rioja - 22/11/2010.

⁴⁷¹ Segunda entrevista com R. A. realizada em Porto Alegre - 17/03/2008.

Elsa e sua família também seguiram o mesmo vaivém da fronteira, enquanto esperavam o longo processo de regularização, que não raras vezes devia ser feito mediante despachantes, o que incrementava os custos, mediante uma “promessa” de agilidade:

*Y bueno, luchamos bastante y estuvimos como un año con los papeles en mano de una persona que sabia de todo, no se si era abogado, un gestor de ahí mismo y el nos hizo los trámites, presentando varias veces, hasta que conseguimos la visa permanente. Mientras tanto, viajábamos a la frontera a cada tres meses y volvíamos a ingresar como turistas para realizar todo.*⁴⁷²

As exigências de cunho burocrático do governo brasileiro acabavam sendo especialmente restritivas para aqueles que tivessem problemas políticos no país de origem, que se viam, normalmente, impossibilitados de retornar para fazer toda essa tramitação. Alguns permaneceram in-documentados e ilegais por anos. Uma situação vivida por Jose desde 1979. Ele nos disse que (...) *na realidade, eu estive muitos anos sem documentos aqui... Era muito difícil conseguir visto de permanência.*⁴⁷³ Sua regularização foi possível apenas em 1996, quando nasceu seu filho brasileiro.

Outros, independente do perigo, ainda se arriscaram a voltar à Argentina para garantir a legalidade pelo menos no Brasil. E o que fizeram Gabriel e Ricardo, respectivamente:

*(...) Yo hago una entrada a la Argentina (...) para conseguir los papeles necesarios para iniciar los trámites de Brasil. Había que seguir ciertos pasos que era pasar los papeles que nos pedían en Brasil por los Ministerios. Hice todo eso, con las legalizaciones, hacía todo medio escondido... salimos de nuevo y ya no regresamos más (...) eso ya era abril del '77. Marzo lo pasé en Argentina haciendo esos trámites. (...) La idea era transformarse en algo así como un inmigrante, porque veíamos que esto iba para largo (...) al mismo tiempo, uno estaba cerca, mi madre podía ir allí a visitarnos (...) y los papeles no salían, se demoraron mucho.*⁴⁷⁴

En un momento me aprobaron (...) la radicación. Tuve que viajar a Buenos Aires. No me gustaba la mano como era, porque todavía

⁴⁷² Entrevista com E. G. realizada em Mendoza, Argentina - 25/09/2007.

⁴⁷³ Entrevista com J. V. realizada em Porto Alegre - 20/06/2007.

⁴⁷⁴ Entrevista telefônica com Gabriel Martinez Agüero, desde La Rioja - 22/11/2010.

*estaban los milicos y tenia que ir al departamento de policia, al consulado de Uruguay (...), pero, realmente no tuve problemas. Hice la convocatoria para toda mi familia, como si mi familia hubiera estado en Buenos Aires, para que se vinieran a Brasil. Mi familia ya estaba conmigo aquí. Y así me dieron, después el “definitivo” para mí y ahí saque los definitivos para mi familia. Y aquí me quedé.*⁴⁷⁵

Mesmo conseguida a regularização, os argentinos permaneceriam sob estrita vigilância e controle e teriam de manter-se à margem de qualquer atividade que pudesse implicar no seu enquadramento na violação do Estatuto do Estrangeiro, o que dado sua abrangência, imprecisão e subjetividade, não seria muito difícil. Assim, seria também expulso o estrangeiro que (...) *atentar contra a segurança nacional, a ordem política ou social, a tranqüilidade e moralidade públicas e a economia popular, ou cujo procedimento o torne nocivo ou perigoso a conveniência ou aos interesses nacionais.*⁴⁷⁶

O governo brasileiro dava entender ao imigrante que a obtenção da residência era uma concessão, quase uma dádiva, sujeita ao estrito cumprimento de regras e normativas de cunho essencialmente político:

*(...) y me hicieron firmar un documento en la Policía Federal brasilera que no podía actuar en política; la radicación tenía una serie de exigencias, una era no actuar en política, no esto, no aquello... Estaba supeditada la permanencia a eso, te podían quitar la residencia.*⁴⁷⁷

Evidenciava-se aqui a preocupação do governo em coibir a entrada e o estabelecimento de colônias de supostos “subversivos” estrangeiros, especialmente aqueles vindos dos países vizinhos. Em tempos onde imperava o discurso do “Brasil, ame-o ou deixe-o” talvez se partisse, por analogia, do princípio que todo estrangeiro que tencionasse abandonar o seu país era já “suspeito” de relacionar-se com atividades consideradas anti-nacionais e, portanto, “subversivas”. Como bem ponderou o conselheiro Krischke,

⁴⁷⁵ Segunda entrevista com R. A. realizada em Porto Alegre - 17/03/2008.

⁴⁷⁶ Decreto-Lei Nº 417, de 10 de Janeiro de 1969 - Dispõe sobre a expulsão de estrangeiros. Art. 1º - <http://www6.senado.gov.br/sicon/ListaReferencias.action?codigoBase=2&codigoDocumento=194794> Acessado em 16 de outubro de 2008.

⁴⁷⁷ Entrevista com E. T. realizada em Porto Alegre – 05/08/2008.

(...) Estrangeiro, no Brasil, é caso de polícia. E a Polícia Federal brasileira no Rio Grande do Sul não é igual às outras polícias federais. Foi durante a ditadura, e já adentrando na democracia, (...) o superintendente da Polícia Federal no Rio Grande do Sul era um coronel do Exército (...) Macksen de Castro (...) foi dirigente (...) por dezoito anos! Veja a marca que ele deixou! Então, até “anteontem”, além de estrangeiro ser caso de polícia, todo argentino era “montonero”, todo uruguaio era “tupamaro”, o chileno era do MIR e aí por diante. (...) naquele tempo, toda a nossa região aqui, os “cabecitas negras”, todos eram... a mesma coisa: tudo é suspeito.⁴⁷⁸

Ou seja, como se não bastasse o caráter excludente inerente a lei dos estrangeiros alguns setores governamentais eram perpassados por uma mentalidade preconceituosa aliada a um comportamento intolerante em relação aos estrangeiros, especialmente aos vizinhos do Cone Sul. No Rio Grande do Sul, devido a sua posição de baluarte na defesa da Segurança Nacional por sua peculiar situação geográfica, certamente esta postura de desconfiança frente aos argentinos e outros vizinhos suspeitos do Cone Sul era ainda mais acentuada.

3. 4. 1. O Novo Estatuto: O AI-5 dos Estrangeiros

Em 1980, a situação dos milhares de estrangeiros ilegais⁴⁷⁹ ficaria ainda mais difícil com a promulgação de um novo Estatuto do Estrangeiro que, apesar do contexto de Anistia vivido no Brasil, prometia ser mais rígido e excludente do que seu antecessor. Como sempre, invocavam-se, acima de tudo, a defesa dos “interesses nacionais” e do “trabalhador brasileiro”, ameaçado, segundo o governo, pela crescente mão-de-obra alienígena. A nova legislação definia bem qual o único tipo de imigrante que seria bem-vindo ao Brasil. Um perfil exigente ao qual apenas uma minoria de imigrantes poderia fazer jus:

⁴⁷⁸ O termo “cabecita negra” (que Krischke aqui usou em tom irônico e crítico) é usual na região platina, especialmente entre a elite e setores da classe média, tem uma conotação pejorativa e refere-se aos descendentes de indígenas e mestiços das classes subalternas. Segunda entrevista com Jair Krischke, conselheiro do MJDH, realizada em Porto Alegre - 31/10/2008.

⁴⁷⁹ De acordo com estimações feitas pelas organizações de direito humanos, viviam no Brasil aproximadamente 400.000 latino-americanos ilegais e dentre os quais haveria 100.000 argentinos. Zero Hora, 04/8/80 p. 20 - Museu de Comunicação Social Hypólito José da Costa - Porto Alegre.

Art. 16. O visto permanente poderá ser concedido ao estrangeiro que pretenda se fixar definitivamente no Brasil. Parágrafo único. A imigração objetivará, primordialmente, propiciar mão-de-obra especializada aos vários setores da economia nacional, visando ao aumento da produtividade, à assimilação de tecnologia e à captação de recursos para setores específicos.⁴⁸⁰

De fato, a nova lei dos estrangeiros confluiria no sentido de fechar as portas do país, instituindo prerrogativas legais tanto para bloquear a entrada de novos imigrantes e refugiados, quanto para colocar empecilhos a legalização dos irregulares e promover, de forma mais objetiva, a expulsão de todos os imigrantes estrangeiros considerados “indesejáveis” pelo governo brasileiro. Entre as novas medidas, por exemplo, estavam a impossibilidade de regularização dos ilegais (Artigo 37) e a instituição da figura da delação oficial de todos os estrangeiros (Artigo 46):

Art. 37. É vedada a legalização da estada de clandestino e de irregular, e a transformação em permanente, dos vistos de trânsito, de turista, temporário (art. 13, itens I a IV e VI) e de cortesia. (...) Art. 46. O estabelecimento hoteleiro, a empresa imobiliária, o proprietário, locador, sublocador ou locatário de imóvel e o síndico de edifício remeterão ao Ministério da Justiça os dados de identificação do estrangeiro admitido na condição de hóspede, locatário, sublocatário ou morador.⁴⁸¹

O projeto de lei recebeu pesadas críticas de diversos grupos da sociedade civil, de setores da Igreja, de partidos e lideranças políticas progressistas, de organismos de direitos humanos nacionais e internacionais. De um modo geral, os grupos progressistas e lideranças oposicionistas consideravam o novo estatuto um instrumento para “legalizar sequestros” dos refugiados do Cone Sul no Brasil, por oficializar (...) *as ações conjuntas das máquinas repressivas do Cone Sul (...)*, conforme declarado pelo deputado Antenor Ferrari, então presidente da Comissão

⁴⁸⁰ Lei N° 6.815, de 19 de Agosto de 1980. <http://www6.senado.gov.br/sicon/> Acessado em 16 de outubro de 2008.

⁴⁸¹ Idem.

Permanente de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul.⁴⁸²

Para o Comitê Brasileiro de Solidariedade com os Povos da América Latina, organização plural que albergava vários grupos de esquerda e que possuía íntimas ligações com a comunidade de refugiados do Cone Sul no Brasil, o projeto era o “AI-5 dos estrangeiros” que não somente violava tratados internacionais dos quais o Brasil era signatário, mas também aviltava uma tradição de acolhida aos estrangeiros, imigrantes e asilados.⁴⁸³ Segundo este Comitê, os reais objetivos da lei estavam ocultos e eram os seguintes:

Na verdade, o projeto tem endereço certo: os opositores dos regimes ditatoriais da Argentina, do Paraguai, do Uruguai, do Chile, da Bolívia, os religiosos que aqui se dedicam a atividade que lhes é proibida, os estrangeiros em geral que tenderão a ser transformados no “inimigo interno” a ser perseguido também, apesar das convenções internacionais. A mensagem governamental chega ao ponto de prever convênios bilaterais, com os países de origem dos estrangeiros em situação irregular para resolver o problema Ou seja, é a devolução, pura e simples, dos perseguidos dos Pinochets e Videlas aos torturadores que os forçaram a procurar outro país.⁴⁸⁴

A justificativa dada pelo governo, de defesa do mercado de trabalho interno, também era questionada com argumentos veementes:

A preocupação em si é justa, mas é também falsamente aplicada: exatamente por estarem no país em situação irregular, os estrangeiros mais visados pelo projeto não podem conseguir empregos a não ser em condições de semi-escravidão ou, então, vegetar no subemprego. Não são, pois, concorrentes com os trabalhadores brasileiros, cujos problemas não advêm - como já o sabemos - da presença de estrangeiros, mas, sim da própria atuação do Governo capaz de fazer o monstrengo ora em tramitação no Congresso.⁴⁸⁵

Para a seção gaúcha do mesmo Comitê de Solidariedade, a lei era simplesmente considerada “fascista” e se constituía num verdadeiro “presente do

⁴⁸² Jornal Zero Hora (ZH), 04/8/80 p. 20 - Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa - Porto Alegre.

⁴⁸³ DEOPS/SP: Panfleto do Comitê Brasileiro de Solidariedade aos Povos da América Latina, junho de 1980. Dossiês – Op. 0826 – Estrangeiros. Dossiês DEOPS - Arquivo Público do Estado de São Paulo – São Paulo.

⁴⁸⁴ Idem.

⁴⁸⁵ Idem.

governo brasileiro” para o general Videla.⁴⁸⁶ Até setores conservadores da Igreja, como o cardeal Dom Vicente Scherer, a mais alta autoridade eclesiástica de Porto Alegre, também se manifestaram contra a nova lei, classificando-a como contrária aos direitos humanos. Como estratégia, a Igreja tentava sensibilizar o governo pelo lado humano e cristão e, alguns setores, se colocaram sem reservas do lado dos imigrantes:

*(...) No a la expulsión, si a la legalización. Se trata sobretudo de medidas que afectan a seres humanos, a familias, niños, ancianos, etc.; no se trata de bienes materiales de orden físico como podría ser la planificación de un parque o el trazado de una ruta. El alcance de una fría disposición puede llevar a la ruina a muchas familias, dificultar la educación de los hijos, impedir el desarrollo de la vida moral y espiritual de sus miembros. Cuando una ley, en si misma buena o indiferente, produce efectos tan malos, se convierte en mala. Son demasiados los sufrimientos que causan estas disposiciones legales para que la Iglesia no tome la defensa de los emigrantes indefensos.*⁴⁸⁷

Segundo a suspeita de alguns setores da oposição, o projeto da lei estava de alguma forma ligado a visita do presidente Figueiredo a Argentina, em março de 1980. Essa percepção da existência de um “complô” contra os refugiados se viu reforçada quando a promulgação do novo Estatuto dos Estrangeiros coincidiu a visita do ditador argentino general Jorge Videla, cuja turnê pelo Brasil e Porto Alegre em particular será enfocada mais adiante. O binômio Novo Estatuto - Videla confluuiu a instaurar o pânico entre milhares de argentinos que residiam irregularmente no Brasil.

Uma entrevistada recordou especialmente esses tempos amargos. Por essa época, Mariana, quase recém-chegada ao Brasil, passou por momentos críticos. Pelo novo regulamento, filho ou cônjuge brasileiro não seria mais impedimento para a expulsão de um estrangeiro ilegal. A mudança na lei a pegara de surpresa, o seu casamento já não era mais garantia para poder residir no Brasil. O seu depoimento recria o clima de muita ansiedade e estresse devido à instabilidade e incertezas vividas. Mariana era uma entre milhares que enfrentavam similar situação:

⁴⁸⁶ Zero Hora, 21/8/1980, p.12 – Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa - Porto Alegre.

⁴⁸⁷ Boletim A Família da Pompéia, CIBAI- Migrações, junho 1981, s. p. Acervo Documental da Paróquia Nossa Senhora da Pompéia – Porto Alegre.

(...) porque eu fui a policia aqui tentar regularizar a minha situação, de estrangeira no Brasil e não podia, eu tinha que ter solicitado tudo aquilo, lá em Buenos Aires antes de vir para o Brasil...

P: Mesmo casada com ele aqui?

Mesmo casada com um brasileiro, não dava. Eu tinha que pedir tudo isso lá. (...) Quando eu fui na polícia, a polícia me disse: “você está ilegal e quando sair do Brasil, não vai poder voltar, até regularizar sua situação”. Aquele pavor, né! Como é que vou voltar para a Argentina, vão me prender de novo! Eu não vou voltar mais! E eu fiquei sem voltar, fiquei uns oito meses sem voltar para lá, para Buenos Aires.

P: E ilegal aqui também?

Ilegal no Brasil. (...) Então era um estado de pavor que eu vivia, porque eu estava ilegal, eu podia ser deportada a qualquer momento e eu não tinha como voltar para a Argentina. Não tinha documentos, não tinha nada.⁴⁸⁸

Após muito protesto e pressões, no final de 1981, o governo concedeu uma chance aos irregulares e in-documentados, cuja permanência no Brasil precedia a promulgação da nova lei. Durante quatro meses, seria expedida uma carteira provisória com a duração de dois anos.⁴⁸⁹ Para tanto, os ilegais deveriam ter de comparecer a PF. Sabedores da desconfiança não gratuita que permeava os estrangeiros, um agente da PF declarou asperamente sobre o registro: (...) *a preocupação é apenas cadastrar, não querer saber qual a ideologia dos estrangeiros.*⁴⁹⁰

Nada mais falso que essa declaração. Tal cadastro não era nada “inocente” e certamente servia, há um bom tempo, para ser cotejado com as listas de pessoas perseguidas, justamente por sua ideologia, enviadas pelos regimes ditatoriais vizinhos. Por exemplo, um documento originado no CIE do I Exército, datado de outubro de 1976, listava os nomes de nada menos que 149 cidadãos argentinos que se encontravam (ou pressupunham que se encontravam) no Brasil (...) *procurados pelas*

⁴⁸⁸ Entrevista com M. A. realizada em Porto Alegre - 11/09/2007.

⁴⁸⁹ Outras anistias vieram apenas com a democracia em 1988 e 1998. Contudo, os custos, a burocracia e a morosidade da Justiça com os processos sempre fez com que as mesmas não passem de “medidas paliativas com efeito limitado”, segundo coloca Sidney Silva.

⁴⁹⁰ Estado de São Paulo, 13/12/1981, p. 28. Dossiês – Op. 0826 – Estrangeiros. Dossiês DEOPS - Arquivo Público do Estado de São Paulo – São Paulo.

autoridades militares da República Argentina por terem praticado ações subversivas.⁴⁹¹ Encerrada a listagem, que incluía filiação e números dos documentos de identidade dos procurados, o “Pedido de Busca” solicitava aos seus destinatários:

- A) A imediata detenção e comunicação UU (urgente urgentíssimo) a esta AI (agencia de informações) dos que forem encontrados em território nacional em situação irregular quanto à entrada no país.
 B) Localização, manutenção sob vigilância cerrada e imediata comunicação dos que estiverem em situação legal no país.
 C) Manter em aberto o processamento.⁴⁹²



Figura 3. 3. De forma perspicaz, o genial cartunista Henfil escancarou nesta ilustração a hipocrisia maquiada do Novo Estatuto de Estrangeiros. (Fonte: DEOPS/SP: Panfleto do Comitê Brasileiro de Solidariedade aos Povos da América Latina, junho de 1980. Dossiês – Op. 0826 – Estrangeiros. Dossiês DEOPS - Arquivo Público do Estado de São Paulo – São Paulo.)

Mesmo em 1980, a situação para os argentinos não havia mudado muito. Listas de nomes de supostos subversivos continuavam a chegar diretamente de Buenos Aires a Brasília, de onde eram difundidas para todos os órgãos de segurança do país. Em uma destas listagens, datada de 24 de Novembro de 1980, onde constava o nome de sessenta “terroristas” argentinos, um agente da repressão da Argentina

⁴⁹¹ Ministério do Exército, CIE: Argentinos Procurados. Pedido de Busca N° 771/76-II, 05/10/1976. Acervo Movimento Justiça e Direitos Humanos (MJDH) – Porto Alegre.

⁴⁹² Idem.

chegou a fazer um esclarecimento e um alerta aos colegas torcionários do Brasil: *El total de refugiados de ideología izquierdista PC, PRT, etc., es de 1.900 personas aproximadamente residiendo en Brasil.*⁴⁹³

Em outras palavras, a repressão ainda tinha muito trabalho pela frente e cujos resultados somente poderiam bem-sucedidos se houvesse uma estreita cooperação entre os dois regimes. Esta colaboração íntima é o que será vista a seguir.

⁴⁹³ DEOPS/SP: AESP-Prontuários/ Prontuário 39763 – Terroristas Argentinos. 24/11/80 - Dossiê DEOPS - Arquivo Público do Estado de São Paulo – São Paulo.

Capítulo 4. E o Condor Argentino Sobrevoou o Rio Grande do Sul

4. 1. A Operação Condor e seus Antecedentes

Durante o período da ditadura civil-militar brasileira, os emigrados argentinos (assim como outros emigrados do Cone Sul) foram submetidos a uma vigilância quase que constante, especialmente durante os governos de Geisel e Figueiredo. Embora estes governos sejam mais lembrados por iniciar o processo de abertura política no Brasil, deve ser destacado que foi exatamente neste período onde ocorreram sequestros e prisões ilegais de estrangeiros considerados “subversivos” para ser entregues a seus países de origem, onde lhes aguardava um destino trágico, numa patente violação dos direitos humanos e do tratado internacional de proteção aos refugiados do qual o Brasil era signatário. Entretanto, temporalidades distintas entre as ditaduras fizeram com que a distensão interna do regime militar brasileiro paradoxalmente coincidissem com o momento mais duro das ditaduras vizinhas, com as quais o governo brasileiro mantinha estreitos laços de cooperação em função de “solidariedade” ideológica na luta antissubversiva no subcontinente.

Ou seja, como se não bastassem as inúmeras dificuldades cotidianas enfrentadas pelos emigrados de um modo geral, é preciso destacar que aqueles cuja saída da Argentina fora motivada por questões políticas ainda viveram sob o medo e a ameaça, um tanto difusa, mas real, da repressão ilegal transnacional: a denominada Operação Condor. Esta era uma associação clandestina oficializada em novembro de 1975, no Chile do general Augusto Pinochet, e que interconectava de forma organizada, sistemática e permanente, os diversos aparelhos repressivos da América do Sul empenhados em aniquilar os “inimigos internos” dentro de cada país.

Por um lado, a colaboração entre as polícias e os serviços de informação dos países do Cone Sul não era nenhuma novidade: ela costumava ser praticada

bilateralmente e até mesmo podia ser legítima, desde que praticada dentro do âmbito legal e jurídico do Estado de Direito. Mas este não era o caso: este tipo de consórcio repressivo tipificado no Condor extrapolou por completo qualquer instrumento legal ao carecer por completo de limites para atingir seus objetivos.

Antes da oficialização do Condor, ainda na primeira metade da década de 1970, diversos organismos policiais e de inteligência (freqüentemente utilizando-se de grupos marginais e/ou de ideologia anticomunista) do Cone Sul, todos articulados entre si, começavam a agir em conjunto e a botar em prática os “ensinamentos” recebidos dos especialistas americanos, franceses ou brasileiros, especialmente a partir da vitória do Golpe no Chile, em setembro de 1973.⁴⁹⁴ Por exemplo, uma dessas articulações entre os órgãos repressivos da Argentina e do Brasil, chamada de Operação Mercúrio, teria possibilitado que, em dezembro de 1973, um grupo de policiais argentinos e brasileiros a mando do temido delegado Sérgio Paranhos Fleury, chefe do DEOPS paulista e líder do notório grupo de “justiceiros”, o Esquadrão da Morte, seqüestrasse o ex-major do Exército Brasileiro Joaquim Pires Cerveira e o estudante João Batista Rita, dois militantes que se encontravam exilados na capital argentina, depois de fugir do Chile de Pinochet. Após serem trazidos ilegalmente para o Brasil, Cerveira e Rita teriam sido vistos vivos, mas em péssimo estado físico pela tortura, em um quartel do Rio de Janeiro, de onde desapareceram para sempre.⁴⁹⁵

As ações criminosas se tornavam mais ousadas e também atingiram exilados ilustres, como o general chileno Carlos Prats, ex-comandante das Forças Armadas chilenas no governo Allende, morto em Buenos Aires no mês de setembro de 1974, em um atentado a bomba que o vitimou junto com sua esposa Sofia. O atentado foi planejado pela inteligência chilena, a DINA, mas a execução revela a amplitude das conexões clandestinas, que envolviam desde agentes da CIA, passando pela Tríplice

⁴⁹⁴ É sabido que o golpe de 11 de setembro que derrubou o presidente socialista Salvador Allende contou com amplo apoio da CIA e sinal verde do Departamento de Estado dos EUA. Hoje também é reconhecida a presença de instrutores brasileiros nas sessões de interrogatório dos cárceres de Pinochet, assim como a desapareição de pelo menos seis exilados brasileiros em território chileno. Ver: COMISSÃO DE FAMILIARES DE MORTOS E DESAPARECIDOS POLITICOS; INSTITUTO DE ESTUDOS SOBRE A VIOLÊNCIA DE ESTADO. *Dossiê Ditadura: Mortos e desaparecidos políticos no Brasil (1964-1985)*. São Paulo: IEVE/Imprensa Oficial, 2009.

⁴⁹⁵ COMISSÃO DE FAMILIARES DE MORTOS E DESAPARECIDOS POLITICOS; INSTITUTO DE ESTUDOS SOBRE A VIOLÊNCIA DE ESTADO. *op. cit.*, p. 507-512.

A argentina, mais anti-castristas cubanos e até neofascistas italianos.⁴⁹⁶

Por essa época, o temido Comissário Alberto Villar, então Sub-Chefe da Polícia Federal Argentina (PFA) e um ativo membro e organizador da Tríplice A, comandava um esquema secreto de colaboração entre diversos organismos de segurança dos países vizinhos do Cone Sul. Conforme afirma Larraquy, mediante esse acordo, Villar facilitava a operação ilegal dos policiais estrangeiros em solo argentino, assim como também estabelecia uma base de dados de militantes esquerdistas (antecedendo a base de dados Condor) e infiltrava homens de sua confiança nas embaixadas, na condição de adidos ou “especialistas na luta contra o narcotráfico”, o denominado Departamento de Assuntos Estrangeiros da PFA.⁴⁹⁷ Contudo, esta colaboração ainda não atingira o grau de “cumplicidade íntima” que seria observado a partir de novembro de 1975, com a oficialização do Plano Condor.

4. 1.1. A Legitimização do Condor

De fato, a partir do dia 26 de novembro de 1975, em Santiago de Chile, uma “Primeira Reunião de Trabalho de Inteligência Nacional” convocada pela DINA serviu para lançar a proposta de unificar de vez as ações dos serviços de inteligência do Chile, Brasil, Argentina, Paraguai, Bolívia e Uruguai, consolidando os laços entre eles e sistematizando as operações: estava lançada a proposta da Operação Condor. Para os militares idealizadores do projeto, o momento histórico era crítico para o hemisfério ocidental e requeria uma resposta imediata. Conforme Dinges, os militares latino-americanos haviam levado um choque quando os Estados Unidos, o líder mundial na luta contra o comunismo, havia permitido que um dos principais aliados no Sudeste Asiático, o Vietnã do Sul, fosse devorado pela guerra revolucionária comunista. Portanto, não é difícil imaginar que

Para aqueles oficiais reunidos em Santiago, tudo era sinistro demais, semelhante demais a própria situação deles. Seus inimigos eram bandos de jovens esquerdistas que pegaram em armas pela causa da revolução, inspirados por Marx, Che

⁴⁹⁶ CALLONI, Stella. op. cit., p. 56-57.

⁴⁹⁷ Alguns meses depois, Villar morreu vitimado por uma bomba dos *montoneros*, que explodiu sua lancha enquanto Villar navegava no Delta do Rio Tigre, perto de Buenos Aires. LARRAQUY, Marcelo. *Lopez Rega, el peronismo y la Triple A*. Buenos Aires: Punto de Lectura, 2007, p. 277.

*Guevara e dedicados ao lema de repetir “1,2,3 Vietnã” na América Latina.*⁴⁹⁸

Um dos pesadelos desses militares havia se materializado em 1973, ainda antes do golpe chileno: era a *Junta Coordinadora Revolucionária* (JCR), que pretendia se transformar em uma espécie de ente centralizador a serviço da revolução internacional. Da JCR participavam o ERP da Argentina, o *Movimiento de Izquierda Revolucionaria* (MIR) do Chile, o *Movimiento Nacional de Liberación – Tupamaros* (MNLT) do Uruguai e o *Ejército de Liberación Nacional* (ELN) representando a Bolívia. Entre os objetivos almejados, a JCR pretendia garantir um avanço do processo revolucionário na América Latina, mediante o fornecimento de infraestrutura e que incluía apoio logístico, suporte financeiro para equipamento bélico e propaganda internacional, tudo financiado com os milhões de dólares obtidos graças aos sequestros e expropriações bem-sucedidas do ERP. Os membros da JCR poderiam contar com apoio militar mútuo dos outros organismos da organização, inclusive preservando sua independência operacional em função de seus objetivos primários, mas sem descuidar a diversificação das frentes de batalha. Ou seja, a criação de “focos” dentro da ótica epistemológica de inspiração guevarista, que evoluiriam naturalmente para uma guerra revolucionária prolongada capaz de libertar os povos da América Latina.

Contudo, na prática, a JCR distava muito de possuir tal magnitude pretendida. Para começar sequer contavam com o apoio de Cuba empenhada em fortalecer laços com a Argentina de Perón e desconfiada do trotskismo do ERP. De fato, nenhuma das organizações da esquerda armada sul-americana naquele período poderia representar um risco concreto capaz de abalar o poder hegemônico do Estado, nem mesmo o ERP argentino que, de longe, era o mais poderoso de todos os grupos armados da JCR. A correlação de forças entre as guerrilhas e as forças armadas era incomparável por ser extremamente desigual, mas mesmo assim a leitura que os militares fizeram do contexto da Guerra Fria (com o aparente recuo dos EUA), somado a constante paranóia de uma “conspiração mundial comunista”, que povoava suas mentes, exacerbava o poder real do inimigo outorgando-lhe uma dimensão

⁴⁹⁸ DINGES, John. *Os anos do Condor: uma década de Terrorismo internacional no Cone Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005, p. 32.

aumentada e distorcida. Alguns documentos redigidos pelos militares sobre a JCR chegam a ter um teor delirante:

Pedido de Busca N° 185/78/DBCI/DOPS/RS:

DADOS CONHECIDOS:

a. A JUNTA DE COORDENAÇÃO REVOLUCIONÁRIA INTERNACIONAL, JCRI, estaria recrutando mercenários na Europa e Oriente Médio, bem como terroristas americanos, para atuarem em ações terroristas no Cone Sul. Estabeleceria uma zona liberada e contaria com a infiltração de elementos do Exército Revolucionário do Povo-ERP e Movimento de Esquerda Revolucionária-MIR (...)

b. Dois helicópteros de cor vermelha, conduzindo armamento, teriam ou estariam sobrevoando a fronteira entre o Brasil e a Argentina e teriam, ainda, descarregado suas cargas ao longo do lado argentino. Tal ação teria como objetivo promover a luta armada na Argentina para posteriormente, iniciar-se uma incursão no lado brasileiro.⁴⁹⁹

É interessante destacar que documento acima é datado de maio de 1978 e, nessa época, a espinha dorsal da JCR, o ERP argentino, já se encontrava completamente derrotado em seu país há um ano, o que torna as informações de inteligência particularmente fantasiosas. No entanto, tudo isso não era gratuito: se fazia necessário manter viva a ameaça terrorista para justificar a manutenção do estado de alerta e o permanente reaparelhamento e capacidade operacional do aparato repressivo. O documento representa muito bem essa peculiar leitura dos militares que transformou a JCR em uma “ameaça continental” (ampliada para “internacional” neste documento!) perante a qual justificaria para si próprios e seus aliados, a necessidade da criação de um organismo multinacional de combate contra-revolucionário como a Condor.

⁴⁹⁹ DOPS/RS: Atividades Subversivas da Junta de Coordenação Revolucionária Internacional. Pedido de Busca N° 185/78/DBCI/DOPS/RS, 02/05/78. - SOPS/E 1.1.84.2.1- Acervo da Luta Contra a Ditadura – Porto Alegre.

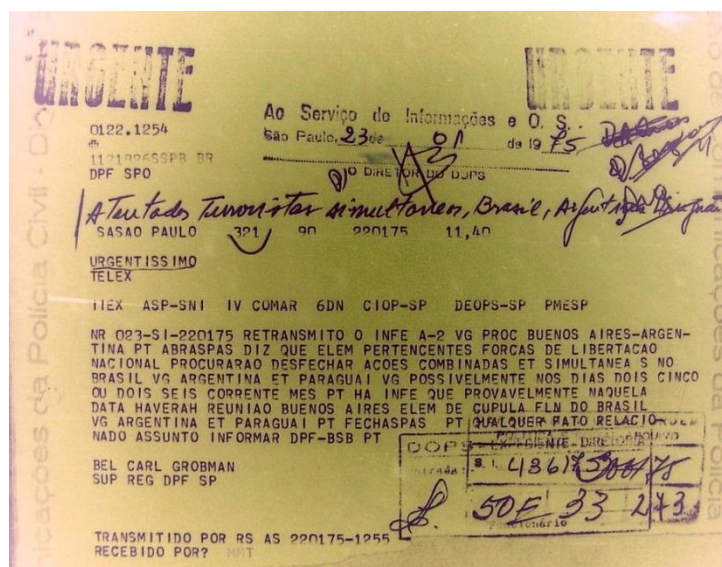


Figura 4. 1. Este telex datado em janeiro de 1975, oriundo de Buenos Aires (informe de fonte “idônea e confiável”, segundo a classificação do SNI, tipo “A-2”) alertava os militares e as forças de segurança brasileiras sobre ataques “terroristas” combinados e simultâneos no Brasil, Argentina e Paraguai. Repetidos informes deste tipo (boa parte deles apenas boatos) certamente contribuíram para insuflar a paranóia antiterrorista entre os militares e referendar a necessidade de uma coordenação repressiva supranacional. (Fonte: DEOPS/SP: Telex. 23/01/75 - Dossiê DEOPS 50-E-033, Documento 273 – Arquivo do Estado de São Paulo (AESP) – São Paulo).

Segundo Dinges, de forma um tanto paradoxal, a auto-publicidade feita pela incipiente organização revolucionária também serviu como pretexto instrumental aos militares do Cone Sul, que utilizaram

(...) o espectro da JCR para envenenar a oposição não violenta aos governos militares com a tática violenta dos grupos de guerrilha. A “guerra ao terrorismo” resultante, perpetrada contra os membros da JCR, foi acompanhada, e não por coincidência, por uma série de assassinatos de líderes democráticos com pouca ou nenhuma conexão com os radicais que operavam dentro da Junta Coordenadora.⁵⁰⁰

E que para os militares, o elástico conceito de “subversão” possuía um caráter profundo que estava muito além de brandir uma arma. Neste sentido, se criminalizava qualquer tipo de ação coletiva que não lhes fosse favorável ou entusiasta e se usava o mesmo “padrão” para medir a “periculosidade” de um guerrilheiro ou um militante social. Logo, para o pensamento militar, um e outro eram apenas diferentes faces da mesma moeda da “subversão marxista”, como podemos perceber no texto abaixo, que consta do programa da reunião que originou

⁵⁰⁰ DINGES, John. op. cit., p. 32.

o Condor:

*La subversión, ha desarrollado Mandos Intercontinentales, Continentales, Regionales y Subregionales, centralizados para coordinar las acciones disociadoras (...) la Conferencia Tricontinental de La Habana, la Junta Coordinadora Revolucionaria para el Sur, etc. Todo ello amenizado con toda suerte de Comités de Solidariedad con...; de Congresos para...; de Tribunales de...; de Festivales...; de Conferencias...etc.*⁵⁰¹

4. 1. 2. A Máquina do Condor

A finalidade declarada desta aliança entre órgãos de inteligência consistia, em uma Primeira Fase, em coletar, intercambiar e armazenar dados sobre os opositores de cada país. Os idealizadores da DINA-CIA pretendiam estruturar um Banco de Dados similar ao da INTERPOL, contudo especializado sobre tudo que fosse relacionado direta ou indiretamente com a “subversão”. A informação deveria tornar-se facilmente acessível a todos os países membros e, para isso, se criaria uma Central de Informações. Para tal tarefa, contavam com os mais modernos equipamentos tecnológicos então disponíveis: um computador central, uma linha de Telex exclusiva (Condortel) e equipamentos de criptografia. Tanto o Banco de Dados quanto a Central de Informações deveria ser resultado de uma “construção coletiva” entre os serviços de inteligência envolvidos na operação, assim como seria conjuntamente administrada, financiada e “alimentada” pelos próprios membros.⁵⁰² Segundo John Dinges, tanto a CIA quanto o *Federal Bureau of Investigation* (FBI) também contribuíram com informação, assim como recorreram diversas vezes ao Banco de Dados do Condor.

Os países membros eram o Chile (o país sede e a quem coube inicialmente a chefia), o chamado Condor 1; a Argentina, ou Condor 2; o Uruguai, Condor 3; o Paraguai, Condor 4; a Bolívia, Condor 5 e, finalmente, o Brasil era o Condor 6, apesar de não ter assinado o termo de adesão e compromisso ao pacto.⁵⁰³ Segundo

⁵⁰¹ Programa da Primera Reunión de Trabajo de Inteligencia Nacional. Santiago de Chile, 26 de novembro de 1975, p. 4. Arquivo do Movimento de Justiça e Direitos Humanos - Porto Alegre.

⁵⁰² Idem. p. 5.

⁵⁰³ O Brasil enviou dois observadores com a ordem expressa de “não assinar nada”. Os observadores brasileiros, dois militares do Centro de Inteligência do Exército (CIE), foram descobertos recentemente pelo jornalista Luiz Claudio Cunha: o coronel Flavio de Marco e o major Thaumaturgo Sotero Vaz, experientes veteranos em contra-insurreição no Araguaia. Ver CUNHA, Luiz C.

afirmava o programa, outros países poderiam integrar o sistema, desde que não fossem “marxistas”.⁵⁰⁴

Contudo, o que não estava especificado no programa era que, em uma Segunda Fase, a organização Condor se tornaria operacional em missões de tipo encoberto, podendo capturar, torturar e eliminar qualquer indivíduo da oposição armada ou pacífica aos governos militares, mesmo fora das fronteiras nacionais, desde que dentro dos países membros do Condor. Já uma Terceira Fase, decididamente mais ousada, previa a execução de opositores políticos em qualquer parte do globo. Para estes cometimentos, quaisquer meios não convencionais seriam bem-vindos: assassinatos, atentados, terrorismo, etc. Evidentemente que fazer um levantamento minucioso das vítimas do Condor excede os objetivos de este trabalho, no entanto, nos cabe destacar como exemplo alguns dos casos mais simbólicos da Fase Dois e Três: Em maio de 1976, ocorreu em Buenos Aires o sequestro e morte de três conhecidos dissidentes uruguaios, o deputado Héctor Gutierrez Ruiz (Partido Blanco) o senador Zelmar Michelini (Frente Amplo) e o militante tupamaro William Whitelow. Na época, estes crimes foram atribuídos falsamente aos guerrilheiros do ERP, outro método típico da “guerra suja”, a chamada “propaganda negra” (ou contrapropaganda) que consistia em semear confusão e discórdia mediante o uso de notícias inverídicas e montagens de fraudes onde, quase que invariavelmente, a culpabilidade recaía sobre setores de oposição e os crimes eram apresentados como “acertos de conta” entre rivais.

Tais assassinatos sinalizavam a estréia das ações do capítulo uruaio da Condor na Argentina, sob o comando do major Nino Gavazzo.⁵⁰⁵ No mês seguinte, também desapareceu o ex-presidente boliviano, Juan Jose Torres, cujo corpo apareceu crivado de balas em um campo, próximo a Buenos Aires. Em ambos os casos, agentes dos serviços uruguaios e bolivianos, respectivamente, operaram em conjunto com membros das forças de segurança argentinas.

Operação Condor: o seqüestro dos uruguaios. Uma reportagem dos tempos da ditadura. Porto Alegre: LP&M, 2008, p. 419.

⁵⁰⁴ O Peru e o Ecuador também se integraram posteriormente a rede Condor. Programa da Primera Reunión de Trabajo de Inteligencia Nacional. Santiago de Chile, 26 de novembro de 1975, p. 6. Arquivo do Movimento de Justiça e Direitos Humanos - Porto Alegre.

⁵⁰⁵ A chegada do major Gavazzo marcou o início da “caça” aos exilados uruguaios na Argentina. O quartel general de operações da repressão uruaia, em Buenos Aires, estava situado no centro de detenção clandestino Automotores Orletti, onde desapareceram 118 uruguaios e oito crianças foram seqüestradas e subtraídas aos pais.

Por fim, o emblemático caso do ex-ministro chileno, Orlando Letelier, prestigioso líder político, que denunciava desde Washington os crimes de Pinochet e sua ligação com a CIA. Em Setembro de 1976, na capital dos EUA, ele foi alvo de um atentado que explodiu seu carro vitimando-o junto com sua secretária americana, Ronni Moffit. O caso Letelier comoveu a opinião pública e suscitou protestos mundiais.⁵⁰⁶

Como se observa, a Operação Condor fez uso contínuo das táticas da contra-insurgência, cujos fundamentos essenciais residem justamente nas ações clandestinas e terroristas com a utilização de grupos paramilitares, muitas vezes civis, a “mão de obra” encarregada de executar as tarefas da “guerra suja”. Para Patrice Mc Sherry, o uso deste expediente clandestino funcionou como uma “estratégia de impunidade”, pois permitiu que os militares pudessem levar a cabo diversos atos criminosos e terroristas inseridos no marco da “guerra suja”, enquanto os funcionários dos governos desmentiam qualquer responsabilidade e envolvimento nesses crimes.⁵⁰⁷

Para os regimes ditatoriais do Cone Sul, esta extraterritorialidade do acionar Condor justificava-se plenamente pela lógica da DSN, um ideário arquitetado pelos Estados Unidos após a Segunda Guerra Mundial e que teve grande aceitação no pensamento militar sul-americano, em um momento histórico onde as tradicionais formas de dominação das elites e do Estado latino-americano estavam sendo postas em juízo por setores emergentes com vontade de mudança na estrutura social. Em termos gerais, o cerne da DSN baseava-se na concepção e construção abstrata de um “inimigo interno”, que recebia uma denominação genérica como “subversão” ou “comunismo”, cujo termo impreciso e de contornos difusos servia para abarcar qualquer grupo opositor à ordem estabelecida, desde os revolucionários radicais até os políticos moderados e reformistas. Assim, qualquer contestação, conflito político ou mobilização de índole social se convertia quase que automaticamente em um sinônimo de “subversão” e, como tal, passível de ser combatida por ser considerada uma ação dissuasiva do “inimigo interno”. Este inimigo interno era freqüentemente

⁵⁰⁶ As posteriores investigações do FBI levaram a desatar uma sofisticada trama que incluía terroristas cubanos e agentes duplos da DINA e da CIA, como Michael Townley. Como corolário, foi exposta a atuação da DINA no episódio e os agentes “descartáveis” do plano, anti-castristas cubanos, foram indiciados e presos. Contudo, o governo americano se preservou ao outorgar o status de “testemunhas protegidas” aos membros da CIA envolvidos no complô. CALLONI, Stella. op. cit., p. 128-131.

⁵⁰⁷ Mc SHERRY, Patrice J. *Los Estados depredadores: la Operación Cóndor y la guerra encubierta en la América Latina*. Montevideo: La Banda Oriental, 2009, p. 40.

representado atuando sob inspiração e assessoria externa (Cuba, União Soviética, China), o que lhe conferia um caráter “estrangeiro” no sentido de ser alheio ou “estranho ao ser e sentir nacional” e que se infiltrava, segundo a DSN, “insidiosamente” pelos países independentemente de fronteiras geográficas. Segundo eles, eis onde residia a importância de construir um sistema de “defesa hemisférica” sob a direção dos EUA: enquanto os norte-americanos se preparavam para enfrentar militarmente a União Soviética no Hemisfério Norte, os países periféricos alinhados com os EUA deveriam concentrar-se e impedir a desestabilização interna provocada pela “subversão” nas outras regiões do planeta. Para tal tarefa era necessária a superação da clássica doutrina militar da “defesa territorial” e utilizar-se do novo conceito de “fronteiras ideológicas”, com o qual os militares deslocavam para um plano, em tese, secundário, a problemática das antigas rivalidades nacionais com a finalidade expressa de combater, em forma organizada e eficiente, o “comunismo internacional”, muito além das fronteiras territoriais e limites jurídicos dos Estados nacionais. Portanto, a síntese dos militares concluiu que a melhor forma de enfrentar um “inimigo” que perpassava fronteiras e que atuava “mimetizado” no seio do povo correspondia a uma luta transnacional, encoberta, sem barreiras jurídico-legais que colocassem empecilhos a concretude do objetivo: eliminar toda forma de dissidência, sempre tida como “subversiva” para sua concepção. E, como se pode observar, as ditaduras civis-militares do Cone Sul não pouparam recursos neste cometido.

4. 1. 3. Habegger, Lilian e Universindo: O Condor Age no Brasil

A primeira ação publicamente divulgada de uma ação do tipo Condor em terra brasileira foi o sequestro e a desapareção do celebrado jornalista e dirigente *montonero* Norberto Armando Habegger. Não era o primeiro caso de um argentino desaparecido no Brasil, pois, em 1974, já desaparecera Enrique Ernesto Ruggia, um jovem aspirante a guerrilheiro envolvido com o grupo do ex-sargento brasileiro Onofre Pinto, um dos fundadores da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) exilado na Argentina e que pretendia retornar ao Brasil para retomar a luta armada. O problema era que Onofre Pinto, figura preferencial da repressão brasileira por ser ex-

militar e, como tal, considerado um “traidor”, era monitorado desde o exterior. Assim, seu projeto teria sido delatado antes de sair da Argentina. Pouco depois de entrar no Brasil por Foz de Iguaçu, o grupo composto por seis militantes da VPR (Ruggia estava com eles) cai em uma armadilha do EB na qual todos foram executados. O caso, assim como os corpos dos militantes chacinados nessa covarde emboscada (denominada de “Operação Juriti”), foi “enterrado”, isto é, não veio a conhecimento público na época.⁵⁰⁸ No entanto, a diferença do que ocorreria posteriormente com os outros argentinos, é que o caso de Ruggia não se vincula com a Condor e nem diretamente com a repressão argentina. Em primeiro lugar, porque o caso antecede a Condor propriamente dita. Segundo, porque o alvo desta operação era Onofre Pinto e a VPR, e quem conduzia esta missão eram militares brasileiros e não argentinos. Ou seja, Ruggia não era procurado e nem foi preso por ser um “subversivo” argentino, mas sim por se unir aos veperristas. No entanto, pode ter servido para confirmar aos militares brasileiros a idéia de que a “subversão” dos países vizinhos estava de fato se combinando com a “subversão” local

Três anos depois, desta vez no Rio de Janeiro, outro argentino seria vítima dessa conexão repressiva transnacional: o ex-militante da JP e refugiado da ACNUR Guillermo Torres Castaños, cujo cinematográfico e fracassado sequestro por parte de agentes argentinos e brasileiros já foi tratado no capítulo anterior. Apesar de não ter atingido notoriedade pública, o caso foi denunciado pela ACNUR e se tornou conhecido em diversos âmbitos políticos internacionais, governamentais e não governamentais, revelando detalhes e bastidores da coordenação repressiva entre Brasil e Argentina.⁵⁰⁹ Nesse sentido, ele foi importante por ter confirmado que a já tão falada cooperação entre as forças repressivas de ambos os países agora contava com a presença efetiva de policiais argentinos⁵¹⁰, operando de forma semi-encoberta, no território brasileiro e com o suporte da polícia brasileira. O caso revelava claramente o sutil consentimento e apoio disfarçado do governo brasileiro a esta

⁵⁰⁸ Até hoje os corpos desses militantes não foram encontrados, apesar das buscas. Eles teriam sido enterrados em covas clandestinas em algum lugar do Parque Nacional do Iguaçu. COMISSÃO DE FAMILIARES DE MORTOS E DESAPARECIDOS POLITICOS; INSTITUTO DE ESTUDOS SOBRE A VIOLÊNCIA DE ESTADO. op. cit., p. 584-589.

⁵⁰⁹ DEXTER, John. Telegram, Argentine refugees in Brazil. 30/08/1977, p. 2. <http://foia.state.gov/SearchColls/CollsSearch.asp> - Acessado em 16/11/2009.

⁵¹⁰ Provavelmente seus captores pertenciam ao já citado Departamento de Assuntos Estrangeiros da PFA e que possuía agentes dispersados em repartições diplomáticas argentinas, tais como embaixadas e consulados. A parte logística teria sido garantida pelo DOPS/RJ. Idem, p. 2.

modalidade repressão sistemática, extrajudicial e clandestina. Portanto, a diferença do ocorrido com Ruggia em 1974, Castaño estava sendo caçado por agentes argentinos e por sua militância pregressa na Argentina, o que o tornava um alvo. Para seus captores, sua prisão seria uma “ponta de novelo” para desarticular toda uma rede de militantes argentinos exilados no Brasil. Uma vez identificados e seqüestrados, eles poderiam ser levados de volta para a Argentina.

Todavia, seria a partir de 1978 que os argentinos incrementariam suas operações extraterritoriais e as Forças Armadas passariam à dianteira da PFA neste cometido. Pouco antes, em meados de 1977, um ERP completamente desestruturado avaliou, com sensatez, que era necessário retirar os militantes da Argentina dos quais parte significativa se refugiara no Brasil. A retirada não foi muito organizada e terminou se convertendo em debandada significando simultaneamente a derrota e o fim do ERP como força guerrilheira.⁵¹¹ De acordo com Gasparini

*La represión disminuía cuantitativamente al haber menos blancos en el país. Pero no en calidad: los buscaban uno a uno. La relación de fuerzas cambiaba para peor. A partir del '77, la ofensiva enemiga, lejos de agotarse, saldría a perseguirlos decididamente.*⁵¹²

Dessa forma, sabedores do refluxo geral em que entrara a luta armada dentro do território argentino, os militares argentinos concentraram os seus principais esforços na organização *Montoneros*, a única que, apesar das terríveis baixas, continuava obstinada em seu propósito de enfrentar militarmente a ditadura de Videla, mesmo desde suas bases no exterior.

Desde a chamada “Quinta de Funes”, uma discreta propriedade situada nos elegantes e afastados subúrbios de Rosário, na Província de Santa Fé, os militares começaram a planejar sua estratégia de combate aplicado ao “teatro de operações” no exterior. A Quinta, sob comando direto do general Leopoldo Galtieri, chefe do *Cuerpo de Ejército II*, serviu como uma base operativa clandestina e um laboratório para operações de inteligência contra a guerrilha *montonera* e que utilizava, como substrato humano, os próprios ex-guerrilheiros alquebrados pela tortura. De acordo com Bonasso, nessa espécie de sítio de fim-de-semana convertido em centro de

⁵¹¹ POZZI, Pablo. *Por las sendas argentinas: el PRT-ERP, la guerrilla marxista*. Buenos Aires: Imago Mundi, 2004, p. 383-384.

⁵¹² GASPARINI, Juan. *Montoneros, final de cuentas*. La Plata: De la Campana, 2005, p. 167.

detenção ilegal e cuja fachada era parecer um retiro para descanso dos militares, os torcionários e os seus prisioneiros haviam desenvolvido uma estranha, se não doentia, forma de convívio e também compartilhavam intimamente do mesmo espaço físico.⁵¹³ Alguns, no entanto, apenas simulavam colaborar com os militares, como fez o major *montonero* Túlio “Tucho” Valenzuela, um experimentado combatente que havia sido capturado há poucos meses, junto com a família, no balneário atlântico de Mar del Plata.

Em janeiro de 1978, Valenzuela, acompanhado por agentes militares disfarçados de turistas, foi enviado ao México em uma ousada manobra de infiltração para assassinar a cúpula *montonera* que se encontrava na capital asteca. Antes, uma conexão e escala técnica no Rio de Janeiro revelava à intimidade da colaboração dos aparelhos repressivos de ambas as ditaduras:

*El gobierno brasileño no ha sido informado aún, pero se le piensa informar. El mayor Sebastián aclara a los miembros del comando que, ante cualquier problema con las autoridades deben llamar a un número determinado en el Ministerio de Agricultura y pedir por el teniente coronel Ricardo Bastos Huerta. (...) el contacto militar que tiene el II Cuerpo de Ejército de Argentina en el Brasil (...)*⁵¹⁴

Para os confiados militares, a obediência quase canina de Valenzuela estava garantida: afinal, sua mulher e filho eram reféns do general Galtieri e suas vidas, obviamente, dependiam do seu empenho nessa missão. Contudo, a Operação México fracassou quando Valenzuela escapou para avisar a cúpula *montonera* do perigo e denunciou o complô a imprensa mexicana.⁵¹⁵ O episódio causou um affaire diplomático entre governo mexicano e o argentino, logo esquecido. De qualquer modo, a arriscada tentativa dos comandos argentinos de operar em “território hostil” não havia sido bem sucedida. Era preferível operar em “território amigo”, como o Brasil.

⁵¹³ BONASSO, Miguel. *Recuerdo de la muerte*. Buenos Aires: Bruguera, 1984, p. 127-128.

⁵¹⁴ Idem, p. 185.

⁵¹⁵ O major *montonero* Valenzuela nunca mais soube de sua mulher, Raquel Negro, que estava grávida, e de seu pequeno filho. Sua temerária atitude não foi premiada pela Condução da organização, por considerá-la “individualista” e não acorde com as diretrizes da organização. Assim, Valenzuela foi submetido a um “tribunal militar” do Exército *montonero* e rebaixado de posto. Tempo depois, ele retornaria a Argentina, onde acabaria morrendo em combate contra as Forças Armadas.

Em meados de 1978, um punhado de *ex-Montoneros*, convertidos em colaboradores do exército, propuseram aos militares o denominado Plano Brasil, que consistia em executar uma série de operações militares com diversas finalidades, dentro do território brasileiro. Uma dessas ações consistiria em capturar membros da condução *montonera* residente ou de freqüente passagem através do Brasil. Em outros operativos, procuraria se interferir de um modo amplo na estrutura das bases *montoneras* no Brasil: terminar com uma fábrica de granadas exógenas e toda uma indústria artesanal, mas tecnicamente sofisticada, de falsificação de documentos.⁵¹⁶

Além disso, outro problema também relacionado com o anterior tirava o sono da Junta de Videla: o Campeonato Mundial de Futebol sediado na Argentina se aproximava e os militares temiam que ações da guerrilha viessem a atrapalhar o espetáculo montado pela ditadura, que aproveitaria o momento para tentar melhorar sua imagem, bastante deteriorada, no exterior. Para evitar estes dissabores, os agentes argentinos pediam ajuda ao solícito vizinho:

Pedido de Busca n° 206/78-DOPS

DADOS CONHECIDOS

a. Em junho do corrente ano realizar-se-á, na Argentina, o Campeonato Mundial de Futebol. As autoridades argentinas estão preocupadas com o retorno ao país de elementos subversivos foragidos que poderão praticar atos de terrorismo.

b. A relação anexa, nomes e dados de qualificação de elementos pertencentes a diversas organizações subversivas que atuam na República Argentina e se encontram foragidos.

DADOS SOLICITADOS.

*1. Localização e prisão dos elementos constantes na relação anexa. 2. Em caso de prisão, entregar os elementos ao órgão da DPF mais próxima, informando a este departamento.*⁵¹⁷

Em outro documento similar, que informava o sucesso obtido em uma operação antiguerrilheira conjunta entre forças argentinas e uruguaias no Uruguai, se alertava sobre as possíveis operações que os *Montoneros* lançariam em breve desde bases nos países vizinhos:

⁵¹⁶ BONASSO, Miguel, op. cit., p.255.

⁵¹⁷ SOPS, 20° Região Policial. Circular n° 84/78 (transcrição do Pedido de Busca n° 206/78-DOPS) Cachoeira do Sul, 05/05/78. Acervo Movimento Justiça e Direitos Humanos (MJDH) – Porto Alegre.

(...) Não se abandona a possibilidade, já que existe divergência entre os integrantes do “Movimiento Montonero” de que, estão se preparando, no Brasil e no Uruguai, para ações a serem praticadas no Mundial de 78, dado que essas ações lhe serviriam de propaganda.⁵¹⁸

Gasparini relembra que o comando *montonero* chegou a propor uma trégua (noticiada mundialmente) ao governo de Videla, para a qual nunca obteve resposta. Em virtude disso, os *Montoneros* decidiram que o momento do Mundial de futebol na Argentina seria uma excelente oportunidade de mostrar pública e espetacularmente que não haviam sido derrotados.⁵¹⁹ Assim, entre maio e junho de 1978, os *Montoneros* lançaram a “ofensiva táctica”. Primeiro, eles interferiram nas transmissões televisivas dos jogos de futebol usando aparelhos de rádio específicos, os *Radio Liberación*, conhecidos por RLTV. O aparelho, alimentado por uma bateria de automóvel e conectado a uma potente antena, agia sobrepondo à narração dos jogos discursos com a voz do Comandante Mario Firmenich.⁵²⁰ Depois, dentro da mesma estratégia, grupos tipo “comando” efetuavam ações de propaganda armada e outros efetivaram ataques-relâmpago a unidades militares e repartições governamentais, numa demonstração de força militar e vitalidade da organização. Dezoito ataques foram feitos, entre os quais foram alvos a *Escuela Superior de Guerra*, o *Servicio de Informaciones del Ejército*, e o temido centro de detenção clandestino *Escuela de Mecánica de la Armada*, a ESMA. A própria Casa Rosada, sede do governo argentino, também foi atingida por um impacto de lança-foguetes de fabricação soviética RPG-7, a nova coqueluche dos *Montoneros*.⁵²¹ Apesar de tudo, a propaganda do regime militar conseguiu ocultar ou restar importância as ações. Concomitantemente, líderes *montoneros* de renome, como o escritor Juan Gelman, o ex-deputado Armando Croatto e o jornalista e ex-diretor do jornal *montonero* “Notícias” Norberto Habegger, organizaram clandestinamente, em Buenos Aires, conferências de imprensa para denunciar as violações aos direitos humanos na Argentina perante a imprensa mundial. Em uma entrevista dada por Habegger a

⁵¹⁸ Ministério do Exército, 8ºBda. Inf. Mtz.: Prisão de Montoneros – Uruguai. Informe nº 15-E2/78, 05/05/78. Acervo Movimento Justiça e Direitos Humanos (MJDH) – Porto Alegre.

⁵¹⁹ GASPARINI, Juan, Op. Cit., p.175 e ss.

⁵²⁰ LARRAQUY, Marcelo. *Fuimos soldados: historia secreta de la contraofensiva montonera*. Buenos Aires: Aguilar, 2006, p.27 e ss.

⁵²¹ GILLESPIE, Robert, op. cit., p. 312.

correspondentes estrangeiros, ele denunciou (...) *las graves violaciones de los derechos humanos en su país, dando informaciones detalladas acerca de asesinatos, desapariciones y condiciones carcelarias de los opositores al régimen de Videla.*⁵²²

A entrevista lhe trouxe mais notoriedade, mas também provavelmente tenha colaborado para torná-lo um alvo preferencial da ditadura, em virtude da sua dupla ousadia: por divulgar o indizível que os militares ocultavam com tanto afincamento, mas também por entrar e sair do país burlando a vigilância das forças de segurança.

Os *Montoneros* orgulhavam-se da qualidade de seus passaportes falsos, aliada às técnicas de mimetismo, que lhes garantiram, por um tempo, essa certa liberdade de ação. No entanto, à medida que caíam militantes, aparelhos e aumentava o grau de infiltração na organização, estes documentos, falsos ou emprestados, passavam a ser conhecidos e registrados em uma lista pelos serviços de inteligência.⁵²³ Assim, certamente o documento que Habegger utilizara para entrar no Brasil, em 31 de julho de 1978, em nome de Hector Esteban Cuello, estava fichado. Sua entrada ao país foi registrada com este nome, mas não constava saída, conforme resposta dada então pelo Ministério da Justiça, desvencilhando-se de quaisquer responsabilidades no caso.⁵²⁴

Segundo Nilson Mariano, assim teria sido o derradeiro roteiro de Habegger:

*Ao desembarcar no Rio de Janeiro naquele final de julho, Norberto caiu numa armadilha, sendo detido em um hotel por policiais que falavam espanhol. Deveria se encontrar com dois argentinos, Ana Inês Ciochini e Hugo Ibarsabal em um restaurante de nome Martin Fierro. Removido a Argentina, desapareceu. Tinha 37 anos.*⁵²⁵

Para Bonasso, a captura de Habegger, também chamada de *Operación Cerrojo* pelos militares argentinos, estava inserida no marco do Plano Brasil.⁵²⁶ O caso teve alguma repercussão na imprensa graças aos apelos da esposa de Habegger, Florinda, quem procurou ajuda por todos meios possíveis. Ela enviou cartas à

⁵²² Boletim Clamor, outubro 1978, p. 5-6. APOF, cx 1. Acervo da Luta Contra a Ditadura – Porto Alegre.

⁵²³ Idem.

⁵²⁴ DEXTER, John. Info, Habegger Case, 24/05/1979. <http://foia.state.gov/SearchColls/CollsSearch.asp> - Acessado em 16/11/2009.

⁵²⁵ MARIANO, Nilton C. *Montoneros no Brasil. Terrorismo de Estado no seqüestro-desaparecimento de seis guerrilheiros argentinos*. Dissertação. (Mestrado em História) Porto Alegre: PUC, 2006, p. 55.

⁵²⁶ BONASSO, Miguel, op. cit., p. 371 e 399.

imprensa internacional; as mais variadas organizações, entre elas o Vaticano, a Organização das Nações Unidas (ONU) e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB); também a personalidades da política internacional, como o senador democrata Edward Kennedy, e até o presidente do Brasil, Ernesto Geisel, neste caso reclamando e denunciando a responsabilidade do governo militar no ocorrido, ao qual não recebeu resposta.⁵²⁷

Todavia, foi o cardeal Dom Eugenio Sales, da Arquidiocese do Rio de Janeiro, quem ajudou Florinda Habegger ao descobrir o véu sobre a presença de agentes argentinos atuando no Rio de Janeiro, advertindo-a caso ela quisesse viajar ao Brasil. Sales até se comprometeu em dar-lhe “escolta” da Igreja e abrigo em um convento, mas estava preocupado com sua segurança. Muito antes da desapareição de Habegger, o cardeal já havia expressado ao funcionário do Consulado norte-americano John Dexter sua preocupação com a insegurança dos refugiados argentinos:

*The cardinal has been long active in assistance to argentine refugees (...) in at least one conversation, on January 25, 1978, he brought the subject up and expressed concern over operations against refugees in Rio by argentine police acting, he surmised, out of the Argentine Consulate.*⁵²⁸

Os sublinhados são nossos. Ou seja, Sales, provavelmente em função de seu contato com gente da ACNUR, já conhecia as operações da polícia argentina (claro que já não era apenas a polícia que operava em solo brasileiro) contra os exilados e supunha, acertadamente, que estas ações partiam do Consulado argentino. Ainda no mesmo documento acima, datado de maio de 1979, quase um ano depois do sequestro, o funcionário do Consulado dos EUA John Dexter ainda opinava que o caso Habegger, apesar da pouca publicidade, poderia ter desdobramentos futuros e adquirir uma dimensão célebre semelhante ao caso que tomara conta das manchetes a partir de novembro de 1978: o sequestro de Lilian Celiberti e Universindo Dias.⁵²⁹ Uma resposta mais objetiva do ocorrido com Habegger chegaria apenas em 1980, quando dois *Montoneros* evadidos da Argentina, Oscar González e Horacio de la

⁵²⁷ Idem.

⁵²⁸ DEXTER, John. Info, Habegger Case, 24/05/1979. <http://foia.state.gov/SearchColls/CollsSearch.asp> -Acessado em 16/11/2009.

⁵²⁹ Idem.

Paz, declararam em relatório a Anistia Internacional que a captura de Habegger se deu pela ação do Grupo de Tarefas 2 (GT-2), ligado ao Batalhão de Inteligência 601 (B.601) do Exército Argentino, junto com efetivos da inteligência brasileira. De acordo com Gonzalez e Paz, o plano de captura de Habegger foi idealizado no CCD Olimpo por três militares do GT-2 conhecidos então apenas por suas alcunhas: o capitão “Cortés”, o capitão “Miguel” e o sargento “Cacho”.⁵³⁰ Ele foi levado para Buenos Aires onde teria sido visto com vida por outros prisioneiros de um campo de concentração, de acordo com a entrevista que concederam a revista Istoé.⁵³¹ Um depoimento recente a Justiça argentina também reforça a tese do plano de prisão de Habegger ter partido de um setor do GT-2 baseado no CCD Olimpo, com base em informações fornecidas por *ex-Montoneros* colaborando com a repressão.⁵³²

Entretanto, na época, o caso de Habegger não adquiriu tal cobertura e acabou, paradoxalmente, sendo eclipsado pelo episódio que transcendeu a História por significar o desmascaramento do *modus operandi* repressivo dos regimes de Segurança Nacional do Cone Sul, o famoso caso do sequestro dos militantes uruguaios do *Partido por la Victoria del Pueblo* (PVP) Lilian Celiberti e Universindo Dias e dos dois filhos de Lilian, Camilo e Francesca.

⁵³⁰ O capitão do Exército argentino Enrique José del Pino, alias “Miguel”; e o alferes de Gendarmeria Guillermo Victor Cardozo, alias “Cortés” são atualmente dois dos dezessete réus no julgamento pelos crimes contra a humanidade perpetrados nos CCD’s Club Atlético, El Banco e o Olimpo, o chamado “juicio ABO” sob competência do Tribunal Oral Federal N° 2. Suas listas de crimes incluem privação ilegal de liberdade a mais de 180 seqüestrados, além de aplicação de tortura. O processo “ABO” é mais um dos cinco mega-processos abertos contra os repressores da última ditadura que estão tendo lugar na Argentina. Ver: <http://juicioabo.blogspot.com/> - Acessado em 17 de novembro de 2010.

⁵³¹ Revista Istoé. Quando as polícias se ajudam. 13/02/1980, p. 35. APOF, cx 1. Acervo da Luta Contra a Ditadura – Porto Alegre.

⁵³² Testemunho de Horacio Seillant a Justiça Federal argentina, 10 de maio de 2000. http://www.desaparecidos.org/nuncamas/web/testimon/seillant_horacio.htm - Acessado em 17/11/2010.

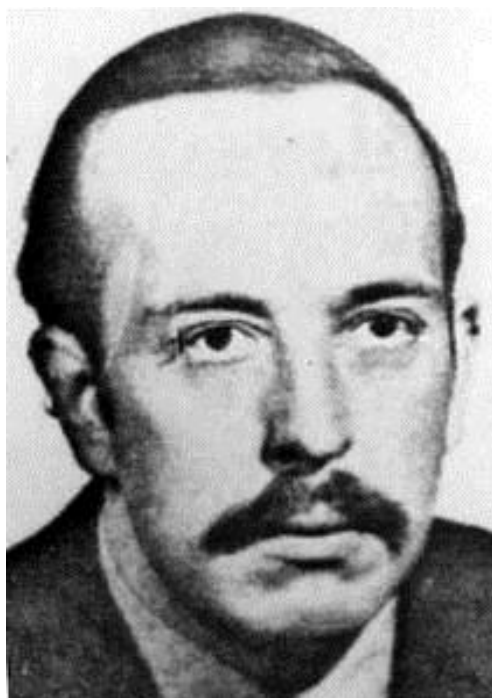


Figura 4. 2. O jornalista e escritor Norberto Armando Habegger, dirigente de N° 10 da Condução Nacional dos *Montoneros*. (Fonte: <http://www.desaparecidos.org/arg/victimas/h/habegger/>).

O popularmente conhecido como “caso dos uruguaios” escancarou a atividade operacional dos “comandos” Cóndor no Brasil e, em especial, no Rio Grande do Sul. A desastrada operação clandestina de captura dos militantes uruguaios em Porto Alegre, denominada *Zapato Roto*, tornou patente o conluio transfronteiriço entre as polícias políticas, os militares e os agentes de inteligência. Assim, em novembro de 1978, uma operação clandestina das forças de segurança (típico “comando” Condor) que deveria ser secreta e encoberta, acabou sendo internacionalmente publicizada graças à irrupção em cena de Luis Claudio Cunha e João Batista Scalco, então repórteres do semanário *Veja*, que testemunharam a ação ilegal conjunta entre a polícia civil gaúcha e os militares do exército uruguaio em Porto Alegre. Cunha, que recebera uma denúncia então “anônima” por telefone (o autor da mesma era Hugo Cores, chefe do PVP no exílio e ele próprio um dos alvos dessa operação) decidiu seguir o seu instinto de repórter, sem saber que se depararia com tal trama terrorista.⁵³³ A obstinação de Cunha em descobrir a verdade fez com que o caso ganhasse repercussão obrigando a ditadura uruguaia a ter de oficializar os

⁵³³ Por ser o caso já bastante conhecido, não pretendemos nos estender demais na descrição detalhada do mesmo, mas sim na análise de sua importância, para o contexto do nosso trabalho, e dos seus reflexos posteriores. Recomenda-se ver: CUNHA, Luiz C. *Operação Condor: o seqüestro dos uruguaios. Uma reportagem dos tempos da ditadura*. Porto Alegre: LP&M, 2008.

prisoneiros e ao embaraçado governo brasileiro dar explicações sobre o ocorrido. Para Padrós, o fracasso do sequestro de Porto Alegre:

*(...) escancarou o grau de impunidade com que agiam os comandos operativos de um país no outro, explicitando a precariedade da segurança das vítimas e potenciais vítimas, diante da total falta de proteção do Estado em que estavam legalmente inseridas. (...) demonstrou o grau de envolvimento de toda a estrutura de poder (militar e civil). (...) expôs a sintonia envolvendo as Forças Armadas de ambos os países (com particular destaque, no Brasil, para a Polícia Federal, o SNI e o Exército) inclusive, inventando álibis como o da “farsa de Bagé”.*⁵³⁴

Ou seja, a exposição do fracasso teve diversos significados, todos reveladores de um procedimento repressivo clandestino, do qual algumas pessoas sabiam ou suspeitavam, enquanto alguns negavam ou preferiam não saber. Mas, até aquele momento, não se tinha prova contundente ou conhecimento de como funcionava o mecanismo da colaboração repressiva. Até último momento, os agentes do Estado brasileiro tentaram impor outra “versão” do ocorrido, que lhes fosse mais favorável e os desvinculasse da trama: os militares brasileiros sustentavam que o casal de uruguaios e os dois filhos tinham atravessado a fronteira por vontade própria e não devido a um sequestro, enquanto seus colegas orientais afirmavam que os militantes tinham sido capturados ao ingressar em território uruaio. Essa foi a “farsa de Bagé”.⁵³⁵

Por sinal, a montagem de farsas, a negação ou ocultação da verdade e o uso de “propaganda-negra” (aquela usada para incriminar o inimigo) já era habitual entre as ditaduras civis-militares, especialmente no que se tratava do encobrimento dos seus crimes de tortura e assassinato de opositores. Nesse sentido, o episódio dos uruguaios exemplificou como o governo brasileiro utilizou diversos mecanismos no sentido de esconder e negar a conexão repressiva.

4. 1. 4. Impacto do “Caso dos Uruguaios” entre os Argentinos

⁵³⁴ PADRÓS, Enrique S. Conexão repressiva internacional: o Rio Grande do Sul e o Brasil. In: PADRÓS, Enrique S.; BARBOSA, Vânia M.; LOPEZ, Vanessa A.; FERNANDES, Ananda, S. (Org.).op. cit., p. 75.

⁵³⁵ Idem, p. 74-75.

Evidentemente, o episódio do sequestro dos uruguaios se transformou em um marco, ao transformar um temor em um fato concreto e não somente para os uruguaios, mas para a maioria dos exilados do Cone Sul em terras brasileiras, que puderam comprovar o alcance real e quase ilimitado da coordenação repressiva, muito além das fronteiras territoriais que se revelavam totalmente permeáveis aos agentes das ditaduras. A Operação Condor não só existia como também voava no Brasil e, agora, no Rio Grande do Sul.

Além disso, o caso dos uruguaios trouxe outro questionamento. Até aquele momento, as vítimas da coordenação repressiva internacional que ganhavam as manchetes dos jornais eram principalmente pessoas públicas: políticos, ex-ministros ou dirigentes de organizações políticas. Parecia, até então, que os “alvos” estavam em outro nível, embora os grupos de oposição soubessem que a repressão sem fronteiras já agia sobre a militância em geral (basta lembrar a perseguição aos uruguaios na Argentina no CCD *Automotores Orletti*, em 1976). O caso dos uruguaios, no entanto, confirmou o quão amplo era o alcance desta modalidade repressiva, cuja dimensão abarcava o nível dos militantes de base. Acontece que o sequestro de Lilian, Universindo e as duas crianças trouxeram a público que discretas “pessoas comuns”, ou melhor, pessoas com as quais as pessoas comuns podiam se identificar, também poderia ser vítimas deste tipo de ação secreta e ilegal.⁵³⁶ Naquele contexto, é possível que a maioria dos anônimos militantes, ex-militantes, dissidentes ou até mesmo simpatizantes de esquerda, oriundos do Cone Sul e discretamente espalhados no Brasil onde também intentavam viver como “pessoas comuns”, tenham se identificado com a situação enfrentada por Lilian e Universindo e se visto a si mesmos convertidos em futuras vítimas. Na operação *Zapato Roto* tornou-se explícito que a Operação Condor não limitava seus ataques de modo rasante a superfície visível da oposição as ditaduras, aos “peixes grandes”. Estava claro que ele podia atacar em todos os níveis, em qualquer lugar e contando, apesar da seletividade, com um amplo leque para a escolha de suas vítimas.

⁵³⁶ Um pouco nessa linha, o ex-soldado uruguaio Hugo Rivas, quem participou do sequestro e depois desertou arrependido, chegou a comentar o seguinte: *Nós pensamos que o sequestro fora um absurdo. Até porque aquelas pessoas, Lilian e Universindo, não valiam um sequestro. (...) Quer dizer, não eram pessoas de importância para que a Companhia (de Contra-informações do Exército uruguaio) viesse a Porto Alegre. (...) Víamos que Lilian e Universindo eram apenas integrantes do setor de propaganda do PVP, que se dedicavam somente a distribuir um jornal.* Coojornal, Junho de 1980, p. 33. – Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRGS) – Porto Alegre.

Vejamos de que forma o caso dos uruguaios repercutiu em dois argentinos que se encontravam exilados em Porto Alegre no mesmo período, Andrea e Juan. Cada um deles se encontrava vivendo uma fase diferente em relação à sua militância política: Andrea estava desvinculada, não militava mais na sua organização, o PRT; já Juan ainda mantinha seus contatos orgânicos com o grupo *Montoneros*. Foi perguntado a ambos como havia sentido esse momento em particular, ocorrido justamente na cidade onde residiam. Embora ambos tivessem algum receio de serem atingidos pela repressão, dado sua natural condição de perseguidos políticos, o evento foi percebido de forma um pouco diferente. Para Juan a repressão parece ter lhe passado bem perto (os sublinhados são nossos):

*Si, nos juntábamos muchísimo (entre los Montoneros) aparte con gente del ERP, del MIR chileno, tupamaros. (...) empezaron a haber cosas típicas de lo que era el Plan Condor cuando los secuestraron a los dos uruguayos aquí en Porto Alegre, que en ese día a mi casa van. Y ese día del secuestro de la Lilian Celiberti me acuerdo claramente que se para un vehiculo con tres personajes que... (...) yo estaba armado, por supuesto, primeros dos años era cuestión de sobrevivencia. (...) Y me le acerco. Al lado vivía un oficial de la Policía Militar y cuando ve al auto viene y me dice: “te están buscando a vos. Si quieres, voy, veo quienes son y me los llevo” Y estos tipos se dan cuenta que no era el lugar... Al otro día ya se habían llevado a los uruguayos: estaban buscándolos. Acá el Plan Condor trabajó toda su vida, nos tenían marcados, lo sabíamos bien. Lo importante, creo que se dieron cuenta, que la mayor parte que se quedaron acá no militó revolucionariamente acá (no Brasil).*⁵³⁷

A situação parecia um tanto contraditória. Assim, se por um lado Juan percebia que ele poderia ser um alvo do Condor, por outro ele buscava tranquilizar-se a si mesmo com a justificativa de que a sua militância aqui não era “revolucionária” e não ameaçava o país hospedeiro, ou seja, não militar a favor da luta armada no Brasil lhe daria certa segurança. Não era este o caso: o fato de continuar militando em uma organização armada de um país vizinho e se encontrar com membros de outros grupos similares já o colocava na mira da repressão. Já Andrea ofereceu uma resposta similar, porém mais elaborada sobre o tema:

No, mira. Ese asunto de que uno siempre tenía miedo de los “grupos”, siempre tenía. Pero cuando vos sós militante, sabés

⁵³⁷ Entrevista com J. P., realizada em Porto Alegre - 09/08/2008

perfectamente que no se secuestra a una persona que... (...) Si vos sós militante, si tienes que tener miedo, precaución, de que eso te podría suceder. Pero si vos estabas, más o menos, dentro de un “esquema” posiblemente no... Pero así todo, te digo: ¡muchas veces nosotros no dormimos tranquilos! Nosotros vivíamos cerca de los uruguayos que secuestraron, en Menino Deus. Y ahí realmente pensamos seriamente en irnos. Pero ahí nos convencieron, yo hablé con mi director (da universidade) y me dijeron, no. Por eso te estoy diciendo que cada vez soy más convicta que uno tenía un...una especie de paraguas. (...) en ese caso ellos (Lilian e Universindo) realmente son militantes, ellos estaban dentro de una red de la gente de allá que salía y pasaba por acá. Por mi casa, te digo: hubo gente que pasó, que salió clandestina de Argentina y pasó por mi casa y después se fue de exiliado para... anduvieron por mi casa.⁵³⁸

Ou seja, Andrea (como Juan e muitos outros, certamente) reforçou a percepção de que a repressão era (ou estava) mais seletiva e apenas atingiria a aqueles emigrados políticos que se encontravam ainda em exercício de alguma espécie de militância. Acreditava, ou melhor, queria ou precisava crer, como mecanismo de defesa, que o desligamento da vida militante e a inserção em uma nova dinâmica de vida focalizada em um projeto individual por si só lhe criava uma espécie de “escudo” protetor, especialmente se a pessoa tivesse residência legal no país ou uma situação de estabilidade e certo mecanismo de amparo social (o “esquema” a que se referiu). Paradoxalmente, até por se sentir respaldada por esse “escudo” protetor, é possível que esse pensamento a tenha levado a arriscar sua segurança ao prestar solidariedade albergando amigos refugiados em sua casa. Uma ação que, a olhos dos militares, era igualmente “subversiva” independente de militância ou filiação.

Embora sempre pairasse uma desconfiança sobre uma possível perseguição (note-se a permanência da paranóia dos *Grupos de Tareas* da repressão argentina, que atuavam geralmente à noite, bem exemplificada pela metáfora do “sono intranquilo” de Andrea) pensar que existia um limite à repressão política, lhes restituía certa normalidade cotidiana, lhes permitia viver. Era um mecanismo de autopreservação. Tal como afirma Vezzetti, esse retorno ao âmbito privado e reforço do seio familiar

⁵³⁸Entrevista com A. T. realizada em Porto Alegre - 01/04/2008.

*Es tanto la manifestación del miedo a las amenazas situadas en la violencia y el caos en la esfera pública como la búsqueda de un refugio. Una forma característica de la cultura del miedo, en esa experiencia de extrema incertidumbre, conduce a la privatización, la desconfianza y el repliegue respecto de la escena social: un efecto del miedo que es a la vez una defensa contra el miedo y que llama a ocuparse de los propios asuntos.*⁵³⁹

Mas onde estava este limite a repressão? Ele existia? É possível, mas de qualquer forma a linha demarcatória desse limite não dependia das possíveis vítimas, mas sim dos repressores. Logo, tanto Juan como Andrea imaginaram para si esse parâmetro possível. Para Juan, o fato de não se intrometer na política brasileira servia de limite; para Andrea o mesmo estava no abandono formal da militância.

Outros entrevistados também fizeram menções, mesmo que obliquas ou superficiais, ao caso. No caso específico dos argentinos, parece que os efeitos da operação *Zapato Roto* perduraram ao longo do tempo. E, pelo menos em um caso, de forma significativa, o evento se confundiu cronologicamente nas lembranças de uma entrevistada com a presença de Videla em Porto Alegre, quase dois anos mais tarde, transformando-se em um *continuum* quase simultâneo, como veremos adiante no caso da entrevistada Mariana.⁵⁴⁰

Em suma, o caso dos uruguaios tornou-se emblemático por desmascarar, aqui no Brasil, o intrincado acionar ilegal das forças repressivas sem o entrave de fronteiras geográficas, tal como foi praticado pelos membros do Condor. Além do mais, colocou definitivamente o Rio Grande do Sul no rota da conexão repressiva. Porém, antes dessa publicidade dada à ação local do Condor, é bem provável que tenham ocorrido inúmeros outros casos, por obra dessa mesma associação ilícita, e que a História, infelizmente, não pode ou não quis registrar. No entanto, soubemos que um destes casos ocorreu em Passo Fundo: a prisão-sequestro de um engenheiro argentino, em setembro de 1978, apenas dois meses antes do sequestro que tornaria a repressão além-fronteiras visível e real. Quanto à metodologia empregada, o episódio de Passo Fundo guarda semelhança com o caso dos uruguaios, mas, por diversos motivos, o mesmo passou quase que despercebido pela grande mídia. E é sobre este episódio inédito, praticamente desconhecido da nossa história recente, que nos

⁵³⁹ VEZZETTI, Hugo. *Pasado y Presente: Guerra, dictadura y sociedad en la Argentina*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2002, p. 51.

⁵⁴⁰ O caso de Mariana será analisado no Capítulo 5.

propomos lançar a seguir uma luz inicial.

4. 2. Um Condor Esquecido: O Sequestro do Engenheiro Argentino em Passo Fundo

*Como esquecer-te, velha Passo Fundo,
eu sou um de teus filhos
que na distância sempre recordo
e ainda escuto, em meus ouvidos,
vozes de cantos tão queridos.
Despertava as manhãs com o trinar dos passarinhos
e o Arroio dos Amores testemunha meu adeus(...)*

*Como esquecer-te, velha Passo Fundo,
Se esse teu céu é tão azul, divino,
que as estrelas estão mais fulgurantes,
é o manto eterno que cobre o meu rincão.*

Velha Passo Fundo (trecho)⁵⁴¹

Passo Fundo, região norte do Rio Grande do Sul, terça-feira, 12 de setembro de 1978: em plena tarde, nas proximidades do centro da cidade, um homem é detido sozinho ao volante de um pequeno automóvel Fiat. A prisão foi realizada por militares do Exército Brasileiro (EB), policiais civis e federais, com um display de tropas desmedido e quase cinematográfico. A captura era uma autêntica “operação bélica”, pois incluía até viaturas blindadas, material de guerra que excedia o suposto perigo representado pelo único e desarmado alvo. O homem em questão, mais que perplexo, obviamente não apresentou qualquer resistência e foi detido sem saber exatamente o porquê da detenção. Nenhuma palavra de esclarecimento lhe foi dita. Apenas foi prontamente algemado e, sob forte escolta armada, jogado em um dos quatro jipes militares que lhe haviam cortado a passagem minutos antes.

Até esse fatídico dia, a vida no Brasil havia transcorrido de forma relativamente tranqüila para o engenheiro e professor argentino, Carlos Claret. Ele chegara ao país ainda em 1976 escapando, como muitos outros conterrâneos, da terrível repressão desencadeada em massa pelo novo governo militar argentino

⁵⁴¹ Versão brasileira de um clássico chamamé argentino, Villa Guillermina, de Molina Gregório e Ricardo Visconti Vallejos. Esta versão (datada de 1977-1978) é de autoria de Algacyr Costa, líder do conjunto Os Fronteiriços, de Passo Fundo. A tradução para o português, assim como a autorização para que Os Fronteiriços pudessem gravar a peça musical foi obtida por um amigo argentino de Costa, Carlos Claret. COSTA, Algacyr. Fita demo do grupo Os Fronteiriços. Passo Fundo, 1978? Acervo pessoal de Carlos Claret.

surgido a partir do Golpe de 24 de março de 1976. Esse dia 12 de setembro de 1978 significou um marco na vida do engenheiro, instantaneamente catapultado do seu discreto e pacato cotidiano, para ser envolvido inesperadamente em um sombrio caso político-policial, uma trama digna de conto de ficção, mas absolutamente real. Ele e sua família passariam a ser vítimas da afamada Operação Condor no final dos anos 1970 e início da década de 1980.

Em vez de tratar o evento isoladamente descolando-o um pouco do seu contexto e perdendo a idéia de processo contínuo presente na perseguição política, para melhor situar o leitor julgou-se necessário inserir historicamente o ator social no seu lócus originário, a Argentina. Logo, a construção da narrativa desenvolveu-se a partir da sua trajetória pessoal como militante, de modo simultâneo e entrecruzado com os acontecimentos históricos que o encaminharam ao exílio e que, em última instância, desembocaram no referido sequestro.

4. 2. 1. A Efêmera Primavera da JP

Como ocorreu com muitos jovens argentinos daquele tempo, a história pessoal de Claret se funde com a “grande” história do seu país. Cabe lembrar que uma parte importante da sua geração era politicamente consciente e indignada perante as injustiças e mazelas sociais. Essa sensibilidade para com sofrimento alheio e a vontade de mudança do modelo social vigente era o que levava frequentemente muitos jovens a assumir um compromisso militante com projetos político-ideológicos anti-sistêmicos. Como já visto no Capítulo 2, o fim da ditadura de Lanusse e o retorno do peronismo, em 1973, evidenciou o auge desta geração contestadora e libertária. Por sua vez, o novo governo de Cámpora abriu espaço para esta juventude de espírito rebelde.

No campo da educação, os setores jovens vinculados à esquerda de um modo geral (e não necessariamente peronista) se dedicaram com afinco à tarefa de reformular toda a estrutura educacional argentina que consideravam colonizada, elitista e cristalizada, desde a escola primária até a universidade. Novas matérias, novos programas e novas abordagens passariam a ser ditadas pelos novos professores que tomaram conta dos claustros universitários. Alguns deles substituíram os velhos

professores de linha conservadora (muitos deles notórios colaboradores dos golpistas) em um processo conturbado que adquiriu claras feições de expurgo, para muitos observadores. Independentemente disso, um grande número de jovens professores imbuídos deste ideal libertador foi chamado a integrar os novos quadros docentes, em processo de ampliação.

Carlos Claret era um destes jovens professores, além de engenheiro e militante da JP. Ele havia sido chamado a participar da reestruturação da *Universidad de Rio Cuarto*, em Córdoba. Em seu testemunho oficial para ser apresentado perante a justiça da Argentina em 2009, Claret declarou que já era professor da Faculdade de Engenharia quando seu nome fora proposto para ocupar o cargo de Decano da Faculdade de Ciências Aplicadas.⁵⁴² Um prestigioso cargo diretivo, de nomeação política, como bem se recorda:

*El Rector fue nombrado por el Ministro de Educación, Taiana padre. El nombraba los otros cargos directivos. En mi caso, por ser menor de 25 años, tuvo que mediar una resolución especial del Ministro para ser aprobado.*⁵⁴³

Nesse período de mudanças estruturais, a universidade havia sido dividida em três grandes faculdades, a de Ciências Exatas, a de Ciências Aplicadas e a de Ciências Sociais. Mas, deve ser ressaltado que as mudanças iam um tanto além da reestruturação política, administrativa ou do mero formato institucional. Veja-se, a seguir, o relato de Claret:

La época nuestra se la conoce como 'la primavera de la universidad latino-americana', porque llegaban a la universidad todos los ideales libertarios, del mayo francés y ¡fue un momento muy lindo! Yo trabajaba con la Facultad de Ingeniería, Agronomía y Veterinaria (...) y hice una cosa que me costó mucha...porque en aquella época se empezó a hablar de la reforma agraria, es decir, las tierras improductivas tenían que llegarse a la gente que las trabajara, pero no el socialismo...sino los colonos que produzcan, como se dice ahora, la soja...había muchas tierras fiscales. Entonces yo, para actualizar los planes (de estudios), hice una reunión de todas las fuerzas productivas de Rio Cuarto: vinieron

⁵⁴² CLARET, Carlos A. Testimonio - Escritura n° 113 – Declarativa Testimonial: Carlos Alfredo Claret, La Plata, 17/06/2009, p.2. Acervo Movimento Justiça e Direitos Humanos (MJDH) – Porto Alegre.

⁵⁴³ CLARET, Carlos. Correspondência eletrônica com o autor - 08/06/2010.

los sindicatos, la Sociedad Rural, todo el mundo... ¡Hicimos un trabajo fantástico! Actualizamos los planes de estudios e introduje una cosa que... (¡me decían que estaba loco!) (...) era que los estudiantes del primer año fueran a trabajar al campo: Agronomía y Veterinaria, los primeros 3 meses (...) No de práctica, porque no sabían nada, sino solo a ver como es la vida en el campo. Es decir, una introducción a lo va a ser su futuro. ¡Uh! Me chistaron⁵⁴⁴, que esto, que el otro... fue un lio terrible organizar todo aquello porque no estaban acostumbrados a hacerlo... Para mi sorpresa, cuando llegue a Suecia, es exactamente lo que se hacía allá ¡pero... desde hace 100 años!⁵⁴⁵

Como podemos observar pelo relato de Claret, para o novo corpo dirigente, docente e discente da Universidade (não se pode esquecer a enorme participação dos alunos neste período) as reformas propostas não se limitavam somente à estrutura acadêmica em si, como à autonomia universitária. De fato, eles iam além e debatiam possíveis modificações na sociedade, por exemplo, ao colocar em pauta uma discussão que tangenciava a reforma agrária (a utilização das terras fiscais improdutivas por colonos) mesmo que ainda estivesse longe do “socialismo” pretendido.⁵⁴⁶

Além disso, a “revolução” também passava pela modernização. Por exemplo, o projeto de levar os alunos das ciências agrárias para o trabalho direto no campo não era apenas uma inserção antecipada ao futuro profissional, mas significava também capacitar indivíduos com ferramentas para racionalizar e modernizar o tradicional modelo de exploração agropecuário. Direta ou indiretamente, medidas deste tipo também confrontavam valores culturais arcaicos muito arraigados na elite fundiária. Assim, uma proposta desse cunho⁵⁴⁷ poderia ser considerada acintosa à postura

⁵⁴⁴ *Chistar*: silenciar a voz de alguém. Sem falar, sem dizer nada. Diccionario Enciclopédico Ilustrado Sopena. Barcelona: Editorial Ramón Sopena, 1977, 5v, p.1286.

⁵⁴⁵ Entrevista com Carlos Claret, realizada em Foz do Iguaçu - 18/09/2009.

⁵⁴⁶ Claro que um projeto de reforma agrária não necessariamente deriva em “socialismo”, mas é sabido que a “Tendência Revolucionária” do peronismo defendia abertamente um programa revolucionário de caráter “socialista e nacional” e que propunha, por exemplo, expropriações dos latifúndios, a nacionalização das grandes empresas multinacionais e outras medidas sócio-econômicas de cunho radical. Mas torna evidente que mesmo a mera especulação sobre a possibilidade de uma mudança na base da tradicional da sociedade agropecuarista argentina serviu de adubo para incitar o ódio das elites fundiárias. Com o tempo, a elite passaria da oposição ao governo dos peronistas ao boicote e ao golpismo, mesmo após a queda em desgraça de Cámpora e dos setores revolucionários.

⁵⁴⁷ Naturalmente que essas medidas modernizadoras, de per si, não implicava em “socialismo” ou “revolução” estando mais próximas até de uma racionalização produtiva de tipo capitalista. Porém, a reação frente a tal reforma evidencia o atraso na mentalidade da oligarquia e o conservadorismo de uma parte da sociedade argentina. De fato, práticas similares já eram corriqueiras e até antigas em

senhorial da elite e evidentemente sofreria críticas de grupos reacionários à mudança, como o depoente relembra, marcando no seu relato as dificuldades encontradas no processo de implantação dessas medidas modernizantes e que incluíam projetos semelhantes para outras áreas do conhecimento:

*(...) no proponíamos solo que fueran los del campo, sino que todos los alumnos debían tener una práctica inicial de conocimiento de la futura realidad profesional. Así los alumnos de Ingeniería irían a una fábrica, y los de Ingeniería de los Alimentos a las fábricas de alimentos de la zona.*⁵⁴⁸

De um modo geral, as dificuldades encontradas por Claret na universidade reproduziam, em pequena escala, a clivagem entre parte da sociedade civil com o governo de Cámpora, seus funcionários e seguidores, um embate que se tornou constante em todo este período. A renúncia de Cámpora ao poder em favor de Perón trouxe consigo o desmantelamento do projeto político dos setores jovens e revolucionários do peronismo e sua literal expulsão do movimento. Em 1974 iniciava-se um violento período de expurgo generalizado (em especial dentro dos organismos públicos) dos chamados “infiltrados marxistas” do peronismo.⁵⁴⁹

Entre os servidores públicos atingidos pelos expurgos nas universidades da província de Córdoba encontrava-se o decano e professor Claret. Conforme ele declarou perante a justiça (...) *fué expulsado de la Universidad y perdí el cargo, tanto de profesor como de decano de la Facultad de Ciencias Aplicadas. No he recibido ninguna indemnización ni compensación por esta expulsión (...)*⁵⁵⁰ Em sua lembrança daqueles momentos cruciais, Claret nos oferece um panorama da abrangência dessa repressão, mesmo que focalizada a partir da especificidade do caso da Universidade de Rio Cuarto. Ou seja, o que representou o expurgo em termos numéricos:

Bueno, yo estaba en una causa judicial muy grande en Argentina, una causa muy grande en Rio Cuarto (...) cuando vino la Intervención, todos caímos en esa causa (...) ¡Toda la Universidad de Rio Cuarto, 400 personas! Nosotros éramos seis dirigentes (...)

alguns países da Europa, como observado posteriormente pelo próprio Claret, ao desembarcar na Suécia.

⁵⁴⁸ CLARET, Carlos. Correspondência eletrônica com o autor - 08/06/2010.

⁵⁴⁹ Sobre a evolução mais detalhada deste processo, ver Capítulo 2.

⁵⁵⁰ CLARET, Carlos A, op.cit., 17/06/2009, p.2.

*el Rector, el asesor legal (...) tres decanos y el secretario académico. Todos esos eran nombrados políticamente por el gobierno (...)*⁵⁵¹

De fato, a “higiene ideológica” nas universidades não se restringiu apenas aos cargos diretivos e ao plantel docente. Alunos e funcionários também foram alvos desta inquisição e conseqüentemente expulsos da academia em função de sua militância. Mais adiante, tanto no seu relato ao autor quanto no seu testemunho à justiça argentina, Claret ilustra bem o momento em que a direita peronista, de posse de todas as rédeas do governo, passou abertamente para a ofensiva contra a esquerda:

*(...) Entre 1974 y 1975 se hicieron varios atentados a los miembros de la dirección de la Universidad (...) Las amenazas y persecución se hicieron en 1975 más notorias y evidentes (...) el asesor letrado de la Universidad de Rio Cuarto (...) fue encarcelado sin ninguna causa, permaneciendo detenido durante un largo período de tiempo. El Dr. Silver, era ciudadano americano, un físico matemático de renombre que estaba en la Universidad a través de una cooperación con la Fundación Ford de Estados Unidos. Siendo decano de la Facultad de Ciencias Exactas fue detenido y al día siguiente apareció ahorcado en su celda en la cárcel de Rio Cuarto. La casa que (yo) alquilaba en la calle Cuba fue allanada varias veces (entre mediados de 1974 y en 1975) y tanto el Ejército, como la Policía de la Provincia y la Federal. Varios operativos fueron realizados en casas de amigos y conocidos preguntando por mi persona y por mi esposa.*⁵⁵²

A perseguição oficial e oficiosa que sofreram Claret e seus colegas de universidade guardava similitude com outras perseguições ocorridas em diversos pontos da Argentina. Segundo Gillespie, em julho de 1975 já se contabilizavam 4.000 docentes demitidos, 1.600 estudantes presos e dezenas de universitários – professores e alunos – que se exilaram, fugindo das ameaças de morte.⁵⁵³ Importante lembrar que além do uso do aparelho coercitivo legal do Estado operavam clandestinamente diversos grupos paramilitares de extrema-direita como a “Tríplice A” e os “Comandos Libertadores de América” (com base em Córdoba) e cujo objetivo principal era semear o terror e fazer refluir à simpatia da população pelos grupos revolucionários. A caça aos esquerdistas e seus simpatizantes tomou volume

⁵⁵¹ Entrevista com Carlos Claret, realizada em Foz do Iguaçu - 18/09/2009.

⁵⁵² Idem.

⁵⁵³ GILLESPIE, Richard, op. cit., p.196.

depois da morte de Perón, em julho de 1974. Durante o governo da viúva de Perón, mais de 400 assassinatos foram perpetrados pela violência estatal sob forma para-estatal, como assevera Duhalde.⁵⁵⁴ Paralelamente, uma lista da “Tríplice A” mostrava que os dirigentes e docentes universitários ocupavam um lugar “privilegiado” como alvos do terrorismo de direita.⁵⁵⁵

No testemunho judicial de Claret, podemos evidenciar também que a direita peronista já se utilizava de uma metodologia repressiva ilegal (atentados, prisões ilegais, execuções, etc.) e que a mesma serviria de base para a instalação de um complexo sistema repressivo após o Golpe de março de 1976.

Já no depoimento oral aparece com intensidade o impacto da morte do seu colega de trabalho, o físico americano Ernesto Silver, um fato que repercutiu profundamente no seu grupo e na Universidade. Não somente transparece na sua fala a emoção e a dor pela perda do colega em si, mas também a indignação pela arbitrariedade cometida e a consternação pelas próprias circunstâncias suspeitas em que ocorreu essa morte, apresentada descaradamente pelas autoridades como um “suicídio”. Sem falar que, a combinação da prisão e morte do colega agiu de forma didática, um forte efeito intimidador sobre o grupo:

*El único que no tenía nada que ver fue preso (...) Ernesto Silver, y al otro día apareció muerto en la cárcel de Río Cuarto... dicen que se ahorcó con el cordón del zapato... según la versión de la policía. Imagínate que conociéndolo... un tipo muy formado, muy educado apareció muerto. Todos los otros, se fueron al exilio.*⁵⁵⁶

4. 2. 2. Da Clandestinidade ao Exílio

Com a sua expulsão do meio acadêmico, Claret enfrentou sérias dificuldades, começando com a inviabilidade de permanecer em sua casa em Río Cuarto. Teve de abandonar sua residência (logo depois de ter sofrido um atentado à bomba) e buscou

⁵⁵⁴ Em Buenos Aires, a brutalidade atingiu o paroxismo: em meados de 1974, grupos paramilitares colocaram uma bomba na residência do reitor da Universidade de Buenos Aires, Raúl Laguzzi, matando seu filho de apenas quatro meses. DUHALDE, Eduardo. *El Estado terrorista argentino*. Buenos Aires: Eudeba, 1999, p.42.

⁵⁵⁵ SAENZ QUESADA, María, op. cit., p. 186-187. Claro está que estes ataques terroristas atingiam mais diretamente as “agrupações de superfície” da esquerda peronista, a JP e suas vertentes, cujos membros eram semi-legais ou, pelo menos visíveis, ao contrário dos setores armados, como os *montoneros*, até porque a guerrilha tinha condições de revide.

⁵⁵⁶ Entrevista com Carlos Claret, realizada em Foz do Iguaçu - 18/09/2009.

refúgio na casa de parentes, onde permaneceu por meses em condições precárias: *Ellos tenían un (...) cuarto en la parte de atrás, de depósito... eso lo limpié, lo arreglé, lo pinte... y ahí nació mi hijo. ¡Si no podíamos salir a la calle!*⁵⁵⁷

Desempregado e mergulhado numa clandestinidade involuntária – em virtude da perseguição sofrida - nosso depoente teve de aderir ao mercado informal de trabalho, um ramo já corrente no país, para poder sobreviver com sua família. É importante destacar que, além da violência, a instabilidade econômica marcou também este período. A inflação atingia patamares elevados e a desvalorização da moeda corroía o poder de consumo da população. Por outro lado, o desemprego grassava e o tabelamento de preços do governo levou ao desabastecimento e ao surgimento de um mercado paralelo, onde produtos de primeira necessidade atingiam preços exorbitantes. Para superar as dificuldades financeiras, o engenheiro – emocionado ao relembrar tais circunstâncias - contou que eles passaram uns seis meses tecendo à máquina roupas de criança: *Mi suegra las vendía y planeábamos vivir con eso pero no llegamos... Vendí el auto, vendí todo, absolutamente todo... esa fue la primera vez que tuve que comenzar desde cero en mi vida profesional.*⁵⁵⁸

Como se vê, o processo de destruição do eu foi bastante completo. A derrota do projeto pessoal (no âmbito social e político), o desprestígio profissional aliado à vida na clandestinidade, o medo, a insegurança e o desemprego levaram a uma clara ruptura de identidade e que levaria muitos anos para ser reparada.

Pouco depois, ele conseguiu um trabalho mais regular em uma grande firma, em Zárate, na província de Buenos Aires e bem longe de Rio Cuarto. A resposta era simples:

*(...) y en Rio Cuarto nos conocían, entonces no podíamos quedarnos allí. Y a ella (sua esposa) también la fueron a buscar, a varios lados (...) el ejército y la policía. (...) Pero yo al irme de Rio Cuarto, todo eso quedo fuera de... En Zárate no me buscaron nunca.*⁵⁵⁹

É evidente que os meios que as forças repressivas dispunham então não eram tão sofisticados como os que podem ser utilizados nos dias de hoje. Logo, a repressão imediata tinha um alcance inicial mais limitado ao local de atuação do

⁵⁵⁷ Idem.

⁵⁵⁸ Idem.

⁵⁵⁹ Idem.

indivíduo. Contudo, isso deve ser relativizado, pois pode nos dar uma falsa idéia de que uma simples mudança de cidade eliminaria o problema, o que não era verdade. Dependendo do grau de envolvimento da pessoa buscada pelas autoridades, sua captura estaria na “ordem do dia” e espalhada pelos organismos de segurança em todos os recantos do país e até no estrangeiro.

Sem poder dispor de sua titulação ou expor-se demasiado, Claret se ofereceu como desenhista em vez de engenheiro. Quiçá por ironia do destino, seu chefe tinha uma posição política situada em outro extremo:

Me entendí bien con él: era un alemán que había comprado una chacra en la isla y nosotros lo cargábamos diciéndole que le había puesto ‘Mein Kampf’ (...) ¡pero era un tipo divertidísimo! yo trabajaba con él, ahí me sentía protegido, estaba en un ‘sucucho’⁵⁶⁰ dibujando... ¡pero, viste, sobreviviendo!⁵⁶¹

Após o 24 de Março de 1976, em um momento onde a repressão já atingia horizontalmente o conjunto da sociedade, manter-se próximo de pessoas ou grupos que poderiam ser considerados “insuspeitos” ou “favoráveis” pelo regime militar outorgava certa sensação de proteção, mesmo que ilusória. Ou seja, enquanto ele permanecesse discreto e sem expressar-se politicamente – e muito menos revelar seu passado militante – parecia haver uma chance de poder ficar na Argentina, como ele mesmo disse, sobrevivendo.

Por outra parte, a primeira opção pelo “exílio interior” deu-se, segundo o engenheiro, em função de dois fatores bem objetivos. Primeiro, pela falta de documentação necessária para viajar além dos países limítrofes (passaporte) e, em segundo, pela ausência de uma rede de contatos que lhe possibilitassem ou facilitassem uma saída para o estrangeiro em um primeiro momento. Mas existem também profundas implicações subjetivas que incidem na questão do exílio. Para a psicanalista Ildis Carrasco, o exílio

(...) implica un corte abrupto de la vida activa, social y política del país. Eso significa un alejamiento de la propia historia y un corte

⁵⁶⁰ *Sucucho*: quarto estreito ou lugar incômodo. Diccionario Enciclopédico Ilustrado Sopena. Barcelona: Editorial Ramón Sopena, 1977, 5v, p.4028.

⁵⁶¹ Entrevista com Carlos Claret, realizada em Foz do Iguaçu - 18/09/2009.

*con los lazos afectivos y la desintegración familiar. (...) El exilio es una pérdida de tal magnitud que pone en riesgo la identidad.*⁵⁶²

Desta forma, todo exílio pressupõe uma fratura da “zona de conforto” cotidiana, um desafio incógnito, um salto temerário para um mundo desconhecido – o território do “outro”, da alteridade - portanto, é um lugar ameaçador que nem todos se sentem habilitados a experimentar. É tornar-se um “estrangeiro”, com todas as suas implicações. Um ser fora de lugar. Mas exílio também pode significar “reconstrução”, como se verá. Foi o caso de Claret e sua família.

Porém, em pouco tempo, a questão de sair do país começou a ser cogitada por eles. O seu exílio foi resultado de uma sucessão de fatores correlacionados e que se configurou em uma situação onde a permanência na Argentina implicava em altos riscos à integridade física. Como explicou Claret, primeiro houve mudanças no seu trabalho em Zárate: (...) *comencé a formar parte de un equipo de proyecto y exigía que viajara a la capital, en Paseo Colon, la sede de Celulosa Argentina. Yo iba mucho al Centro, cosa que no me gustaba.*⁵⁶³

Assim, para Claret, o permanente deslocamento e a circulação dentro da Capital Federal se tornava algo perigoso, pois aumentavam os riscos de cair em uma “pinça” e ser preso, já que Buenos Aires (e região metropolitana) era extremamente vigiada pelas forças de segurança e alvo constante de operações de busca e captura de opositores ao regime. Para piorar a situação, sua filha recém-nascida adoeceu, necessitando de intensos cuidados médicos que só encontrariam na capital:

(Ela) estuvo internada en el Hospital de Devoto y ahí teníamos que estar y (...) era muy peligroso, (...) nos dijeron los compañeros de Córdoba, de la JP: -¡mirá, han caído todos, (...) tienen que irse lo antes posible!- Por mucho menos de lo que yo había hecho en la Universidad, había mucha gente muerta... Entonces, con la nena enferma, no andás dudando mucho. Si no hubiéramos tenido chicos, posiblemente nosotros no hubiéramos salido y hubiéramos caído, (...) como todos los demás, un día, o por una casualidad...

⁵⁶⁴

⁵⁶² CARRASCO, Ildis S. Retornar no es solo volver, sino también irse. In: VV. AA. *Represión y olvido: Efectos psicológicos y sociales de la violencia política dos décadas después*. Montevideo: Editorial Roca, 1995, p. 68.

⁵⁶³ Entrevista com Carlos Claret, realizada em Foz do Iguaçu - 18/09/2009.

⁵⁶⁴ Idem.

É interessante destacar como o próprio depoente rompe um pouco com aquela idéia comum de que o exílio é a única saída, a “opção daqueles sem opção”. É preciso destacar que a possibilidade real do exílio não estava ao alcance de todos os perseguidos ou de todos que se sentiam potencialmente ameaçados. Cabe ressaltar também que embora o exílio seja considerado como involuntário ou forçado, na verdade, nem todos que deveriam ter partido o fizeram. Nesse sentido, “permanecer” foi de certa forma uma opção⁵⁶⁵. Muitos se recusaram a partir descartando a possibilidade do exílio por considerá-lo a confirmação de uma derrota que não pretendiam admitir ou por sentir que, partindo para o exílio, estavam traindo seus companheiros caídos na luta. Outros pensavam que podiam sobreviver se mudassem de cidade, se fossem para o interior caso fossem da cidade (ou vice-versa).

Assim, uma vez decididos a abandonar o país, o engenheiro Claret e sua família precisavam de passaportes. A obtenção dos mesmos seria outra odisséia para eles. A “justificativa” para a viagem seria um convite (fictício) para um seminário no Brasil, em São Paulo. Apesar do alto risco em ser detido, Claret compareceu a Polícia Federal argentina para solicitar o documento:

Fui a buscarlo y le pedí a dos compañeros de trabajo de Celulosa Argentina (...) que se quedaran esperando en un bar, en calle Belgrano, frente a la Policía Federal. Ellos tenían los teléfonos de mi mujer para avisarle (...) entonces me habían dicho (os compañeros da fábrica): -si te dicen que vayas al primer piso, no vayas... ¡rajá!-. Pero: -sí, su pasaporte está en el primer Piso- me dijeron (na Polícia), y yo (...) fui. (...) había un viejo ahí que buscó papeles, conversamos y que se yo, por supuesto, yo iba con todas las 'historias' de (...) (Justificativa do seminário em São Paulo). Entonces me dijo: - pero vos te divorciaste, diste un cheque en blanco, has hecho algo... ¿porque está observado tu prontuario? -. Le digo: -¡no, no puede ser! Yo preciso el pasaporte, tengo que viajar-. (O policial lhe disse:) - bueno, esperá un poquito acá -.⁵⁶⁶

Nesse momento, aproveitando a breve ausência do policial, ele dissimuladamente abandonou o recinto e ganhou a rua. A partir de esse momento, não retornaria mais a sua casa, dormindo algumas noites no escritório da empresa

⁵⁶⁵ Opção “cara” que muitos pagaram com as próprias vidas. ROLLEMBERG, Denise. *Exilios. Entre raíces e radares*. Rio de Janeiro: Record, 1999, p. 45.

⁵⁶⁶ Entrevista com Carlos Claret, realizada em Foz do Iguaçu - 18/09/2009.

para partir logo em seguida. Uma semana antes, sua esposa e as crianças (de seis meses e um ano de idade apenas) que já haviam previamente conseguido o documento e puderam sair para o Brasil. Segundo Claret, (...) *el pasaporte fue comprado a un alto oficial corrupto que cobro mucho dinero para facilitarlos (...)*⁵⁶⁷ um expediente ilegal não incomum entre os funcionários da ditadura, que aproveitavam a necessidade de terceiros para obter vantagens e lucros pessoais.

Assim, Claret viajou para o Brasil em outubro de 1976 apenas com seu documento de identidade. Tal como qualquer outro perseguido político em seu rumo ao exílio, Claret cercou-se de precauções para ocultar os motivos reais do seu deslocamento. Uma vez no Brasil, deveria fazer o mesmo, exercendo a difícil arte da discrição, para não expor sua condição de exilado e assim poder sobreviver em relativa segurança em um país onde também havia uma ditadura.

Desta forma, se encerrava mais um ciclo na vida do engenheiro, como ele se relembra: (...) *esta fue la segunda vez que perdi todo y tuve que recomenzar de cero.*⁵⁶⁸ Seu desabafo representa e sintetiza o desafio do exilado: enfrentar a derrota, a frustração e a sensação de perda absoluta (de objetos materiais e imateriais). Deve vencer a baixa auto-estima resultante desse conturbado processo e buscar reconstruir-se a si próprio a partir do pouco que lhe restou e contando com a possível solidariedade alheia.

4. 2. 3. O Exílio dos Claret no Brasil

Como a maioria dos argentinos que saíram para o exílio, à família Claret não contou com o apoio de nenhuma organização político-partidária para empreender a fuga. Quando indagado a respeito do porque da escolha do Brasil como destino, Claret respondeu que o único suporte que recebeu foi da empresa Mainero, na qual tinha amizade, e que havia trabalhado na Argentina antes de lecionar na Universidade: *Ellos me dieron un trabajo aquí junto con otro que vino de ellos. Como él no hablaba portugués, y yo ya había aprendido unos meses, viajé para vender unas máquinas que ellos tenían.*⁵⁶⁹ Por outro lado, o fato de não ter um

⁵⁶⁷ CLARET, Carlos. Correspondência eletrônica com o autor - 08/06/2010.

⁵⁶⁸ Idem.

⁵⁶⁹ Idem.

passaporte diminuía as possibilidades de escolha de um roteiro, que ficavam naturalmente restringidas aos países limítrofes. Todos eles sob controle de ditaduras virulentamente anti-esquerdistas, a exceção do Peru.⁵⁷⁰

Além dessa oferta de trabalho, no Brasil, ele tinha um velho conhecido em São Paulo: *La única persona que yo conocía establecido con trabajo en Brasil era un compañero de estudios de (...) la Facultad, en La Plata, que se había venido a trabajar al Shopping Center Ibirapuera (...).*⁵⁷¹ Pouco tempo depois, a família optou por se estabelecer no porto de Santos, onde também contavam com o apoio de amigos: *teníamos otro compañero de Mainero, en Córdoba, que estaba allá en Santos y fuimos a la casa de él.*⁵⁷²

Em certos casos, o exilado contava apenas com seus próprios recursos e as suas redes pessoais, compostas por familiares, amigos ou mesmo contatos profissionais, o que terminava – junto com a urgência de sair do país - por definir finalmente o itinerário do exílio. Apesar da solidariedade desses amigos, os primeiros tempos foram difíceis. Os meios pecuniários eram escassos e ainda por cima tinham de ocultar o real motivo que os trouxera ao Brasil. Quando a esposa e os filhos de Claret chegaram a São Paulo, o amigo que os recebeu, ingenuamente, tentou agradá-los:

*Entonces, los llevo a un hotel bueno ¡y mi mujer se quería morir! Se quedo el primer día ahí, a la tarde viene y la busca para ir a una inauguración de una sala de arte...con los dos chicos... ¡es decir, él no tenía la menor idea! Ni de lo que ocurría en Argentina, ni el porqué de esta visita. Pensó que era turismo. Al otro día, mi mujer se fue a una pensión más chiquita, donde podía aguantar hasta que llegara yo.*⁵⁷³

É evidente que o homem nem suspeitava o que se passava com os Claret. Por outro lado, ninguém lhe havia informado nada a respeito, pois não era prudente fazê-lo. No testemunho dado à justiça argentina, Claret afirmou que (...) *la única manera*

⁵⁷⁰ A cronologia dos golpes militares na América do Sul: 1964-Brasil, 1971-Bolívia, 1973-Uruguai e Chile, 1975-Peru, 1976-Argentina.

⁵⁷¹ Entrevista com Carlos Claret, realizada em Foz do Iguaçu - 18/09/2009.

⁵⁷² Idem.

⁵⁷³ Idem.

*de sobrevivir allí (Brasil) era mantenerse al margen de todo y, sobre todo, no mencionar el pasado.*⁵⁷⁴

Pouco tempo depois, face à dificuldade de estabelecer-se em São Paulo, em função dos entraves burocráticos colocados para alugar um apartamento (ainda mais para uma família estrangeira com visto de “turista”), a família decidiu tentar se instalar em Santos. Segundo ele, (...) *en Santos era más fácil, por ser una ciudad turística, alquilar un departamento y que nadie sospechara...*⁵⁷⁵

Mas talvez a principal questão que causava sérios problemas aos exilados era a residência-permanência no Brasil. Ao entrar como “turistas” deviam abandonar o país em, no máximo, 90 dias, sob pena de deportação. Como já foi visto, o estratagema utilizado pelos Claret era muito comum na comunidade de exilados e imigrantes sem visto de permanência: atravessar a fronteira a cada três meses para obter legalização do visto de entrada no Brasil. No entanto, esta manobra (além dos custos de deslocamento e do estresse físico e psíquico), envolvia riscos potencialmente elevados em vista da coordenação repressiva entre as ditaduras. No depoimento, Claret lembrou o efeito nefasto sobre a estabilidade psíquica e social do núcleo familiar e dos amigos mais próximos e acrescentou: *Todos conocían el riesgo que implicaba ir hasta la frontera uruguaya para obtener un sello de entrada a Brasil.*⁵⁷⁶ Em virtude da proximidade com a fronteira, a família deixou Santos e estabeleceu-se no Rio Grande do Sul, em Porto Alegre, no tradicional bairro do Bom Fim.

Nesse meio tempo, o engenheiro ainda atuava como “representante” da Mainero, uma fábrica argentina de maquinário agrícola e que buscava parceiros comerciais para lançar seus produtos no Brasil. Foi seu primeiro trabalho aqui, mesmo que não amparado legalmente. Desta forma, ele percorreu praticamente todo o Brasil o que lhe possibilitou conhecer diversos lugares, gente de todo tipo e, assim, paulatinamente formar uma nova rede pessoal, só que desta vez em terras brasileiras.

Contudo, ele ainda não tinha visto de residência no país, o que só poderia ser obtido mediante um contrato de trabalho prévio (ou seja, acertado antes de chegar ao Brasil) e a apresentação de uma série de documentos de controle sanitário, além de

⁵⁷⁴ CLARET, Carlos A, op.cit., 17/06/2009, p.4.

⁵⁷⁵ Entrevista com Carlos Claret, realizada em Foz do Iguaçu - 18/09/2009.

⁵⁷⁶ Idem.

provar seus meios de subsistência e ter de apresentar um atestado de antecedentes penais do país de origem⁵⁷⁷, coisa impossível de ser obtida por alguém perseguido no país natal.

Contudo, apesar das restrições, sempre existiram no Brasil meios alternativos para driblar as regras do Estado. Um deles era a existência de redes de “venda” de carteiras de trabalho expedidas irregularmente, como vimos anteriormente. Pouco tempo depois, também sob a indicação de amigos argentinos que conheciam essas redes, o engenheiro Claret pode conseguir uma carteira de trabalho brasileira, com a qual lhe possibilitou aceder a um emprego formal. Assim, no início de 1977, ele foi convidado a trabalhar em Passo Fundo, RS, em uma firma de maquinário agrícola, Menegaz. Para a família Claret as coisas pareciam melhorar substancialmente: *Yo tenía un trabajo estable, un trabajo bueno. No era muy bien pago, pero tampoco era mal pago. Compre un auto y todo, compre un terreno... había perspectivas, estaba trabajando bien.*⁵⁷⁸

Mas, além disso, o fato da família Claret estar assentada em bases mais estáveis serviu de apoio para outros exilados e suas famílias – muitos deles em condições muito precárias – os quais integravam sua rede de conhecidos. Prontamente, Passo Fundo passou a se tornar um “pólo de atração” e a albergar um pequeno núcleo de exilados argentinos fomentado pela presença e a posição de Claret na cidade:

*Todos eran compañeros míos! Los que yo llevaba y algunos que se venían de Porto Alegre iban para allá (Passo Fundo) (...) Entonces, yo estaba estable y además era un proyecto muy grande, hacía falta gente (na empresa) entonces ellos contrataban. El muchacho este que llegó con la nenita (...) ese chico vino a trabajar a Passo Fundo como electricista, a la fábrica. Otro muchacho, que era ingeniero químico, también estuvo trabajando ahí 2 o 3 meses, después consiguió otro trabajo mejor en São Paulo y se fue...*⁵⁷⁹

E assim formavam-se espontaneamente redes de solidariedade alternativas, independentes de partidos e organizações, e que pouco tinham em comum com as

⁵⁷⁷ Decreto Nº 66.689, de 11 de Junho de 1970: “Art. 18. Documento na íntegra disponível em: <http://www6.senado.gov.br/sicon/ListaReferencias.action?codigoBase=2&codigoDocumento=197119> - Acessado em 16 de outubro de 2008.

⁵⁷⁸ Entrevista com Carlos Claret, realizada em Foz do Iguaçu - 18/09/2009.

⁵⁷⁹ Idem.

redes orgânicas ou militantes que prestavam apoio específico a grupos políticos no exílio, a não ser o motivo da expulsão. Redes como a de Claret não contavam com outro suporte a não ser o dos próprios indivíduos que a compunham. Essa rede solidária já havia se iniciado anteriormente, nos poucos meses que a família Claret residira em Porto Alegre e que haviam sido vividos de forma intensa. Para que se tenha uma idéia, o antigo apartamento de dois quartos que eles alugaram na Rua Ramiro Barcelos, quase esquina com a Rua César Lombroso (ver Figura 5.1), chegou a albergar, mesmo que temporariamente e em diferentes momentos, onze pessoas vindas da Argentina. Gente amiga, conhecida ou até mesmo desconhecida e que chegavam ainda assustados à rodoviária de Porto Alegre, apenas com um número de telefone ou o seu endereço na mão, buscando por “um amigo de um amigo” que pudesse lhes conceder um pouco de abrigo e orientação em uma terra estranha, nesse momento tão frágil e delicado do exílio. Em um depoimento, Claret relembra detalhadamente um desses casos em particular:

*Un día tocan el timbre del departamento. Nos miramos con mi esposa y el resto de la gente y se nos helo la sangre: ¡Nadie toca el timbre en el departamento de un exilado, si no es la policía!
 Tratamos de disimular la carencia total en que nos encontrábamos, sin siquiera muebles en el departamento. Dormíamos en el suelo, la primer semana sobre diarios y luego compramos un colchón. No teníamos ropero sino que recogíamos los cajones de frutas en las verdulerías, y así armábamos una estantería...
 Alguien abrió la puerta y se encontró con una pareja joven con una niña recién nacida en brazos de la madre: - buscamos a Carlos Claret, dijeron. - Soy Eugenia, hermana de (...) que vos conociste en Celulosa en Capitán Bermúdez, Rosario.
 No tenían ningún lugar donde ir así que quedaron allí también ellos.
 Así se fueron sumando personas.⁵⁸⁰*

Neste relato se percebe os temores e riscos que envolviam estes encontros, afinal, nunca se sabia quem batia na porta ou se quem o fazia era realmente quem dizia ser. Ser solidário em situações limite também significava correr perigo. Contudo, a solidariedade continuava a ser um valor que merecia ser cultivado, apesar dos riscos oferecidos e da precariedade das condições materiais em que viviam.

⁵⁸⁰ CLARET, Carlos. Correspondência eletrônica com o autor - 08/06/2010.

Assim compartilhava-se entre as famílias o pouco que se tinha em prol de um benefício coletivo.



Figura 4. 3. Porto Alegre, esquina da Rua Ramiro Barcelos com a Rua Cesar Lombroso. Desde meados de 1976 até o início de 1977, o apartamento de dois cômodos alugado pela família Claret neste edifício serviu de porto seguro para onze exilados argentinos (Foto do autor).

Um capítulo aparte no drama do exílio da família Claret e da sua incipiente rede social era representado pelas crianças que acompanhavam os pais no exílio. De acordo com Claret, além dos seus dois filhos, na escola de Passo Fundo havia mais sete ou oito menores matriculados, todos eles filhos de sua rede de conhecidos. Todavia, outra parte eram ainda crianças de colo e algumas, ainda sem documentos e nem condições para fazê-los, haviam entrado no Brasil utilizando-se dos passaportes “emprestados” dos filhos de Claret. Segundo ele explicou, os passaportes eram enviados para a Argentina e algum tempo depois voltavam novamente para o Brasil, só que “acompanhados” com uma criança. Para ele, era “simples”: (...) *os passaportes tem fotografias de crianças de colo, de meses, que podem confundir-se facilmente. Assim salvaram a vida muitas crianças!*⁵⁸¹

⁵⁸¹ Idem.

Entretanto, apesar de todos esses percalços, com o passar do tempo as coisas pareciam encaminhar-se para esses exilados: Passo Fundo era uma cidade receptiva, os brasileiros se mostravam amistosos e, principalmente, não faziam muitas perguntas sobre o motivo que trouxera os argentinos ao Brasil.

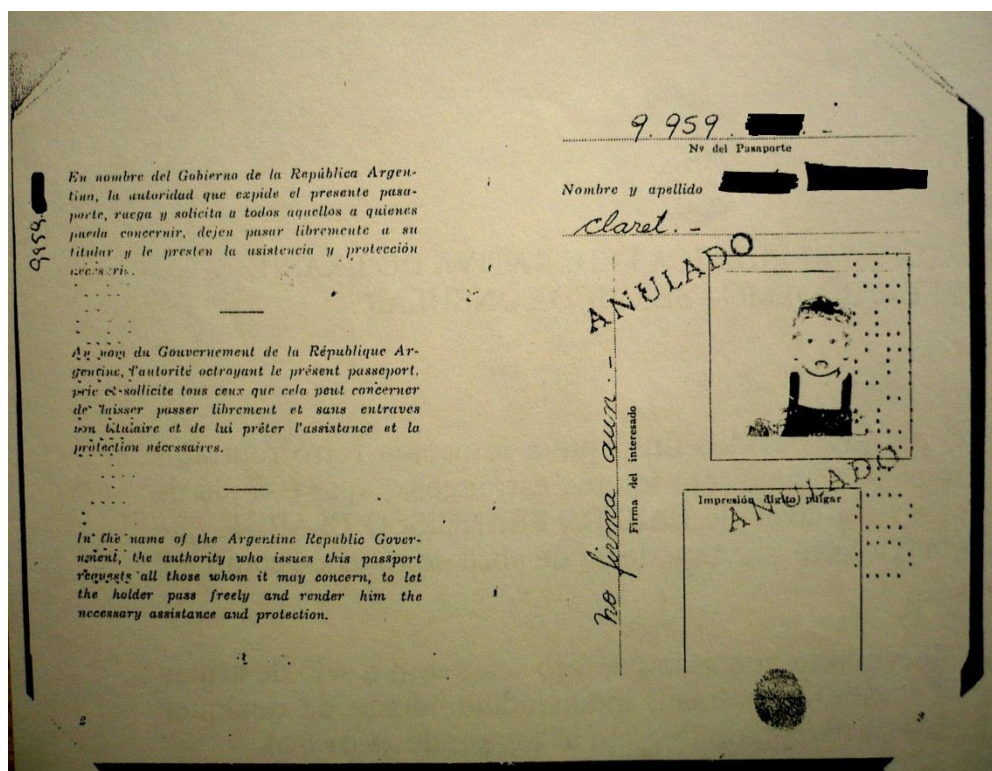


Figura 4. 4. Passaporte de um dos filhos de Claret e que teria sido utilizado para facilitar a passagem de outras crianças pela fronteira. Posteriormente, a mutilação das bordas do documento serviu para demonstrar a invalidade do mesmo (Arquivo MJDH).

Por outro lado, ainda havia outro elemento que servira como um vital incentivo ao assentamento dos argentinos e que foi a possibilidade de aceder a diversas ofertas de emprego em múltiplas áreas de atuação, em nítido contraste com a dura realidade argentina, marcada pela recessão econômica e as elevadas taxas de desemprego. Logo, para Claret e o seu núcleo, o pior do exílio parecia já fazer parte do passado. Quando questionado se ele se sentia seguro no Brasil, ele respondeu:

*Perfectamente tranquilo y ya te digo conocí hasta el Secretario de Agricultura de RS. Tenía buenos contactos, estaba trabajando muy bien. Ya estaba hablando para entrar a la Universidad a dar clases y había conseguido un trabajo en Minas Gerais.*⁵⁸²

⁵⁸² Entrevista com Carlos Claret, realizada em Foz do Iguaçu - 18/09/2009.

De fato, sentiu-se tão à vontade no Brasil que procurou, em setembro de 1978, regularizar sua situação legal a fim de obter o cobiçado visto de permanência no país antes de se estabelecer em Minas Gerais, já que estaria longe da fronteira.

4. 2. 4. Terça-feira, 12 de Setembro de 1978: A Detenção de Claret

Em setembro de 1978 já haviam se passado dois anos desde que partira da Argentina e, na sua percepção, Claret ponderou que não haveria maiores problemas em apresentar-se ao Consulado Geral da Argentina de Porto Alegre para solicitar os documentos necessários à regularização. Afinal de contas, apesar dos rumores e dos temores que perpassavam insidiosamente a comunidade argentina, até esse momento, os Claret nunca haviam sido perseguidos ou sequer incomodados no Brasil:

Entonces, pedí (...) en el consulado argentino, el 'certificado de buena conducta' (...) para poder regularizar los papeles legales en Brasil. El viernes ese, antes de la detención, fui a retirar el papel y me dice (o funcionario consular) que no estaba pronto. Me voy, vuelvo a Passo Fundo y el lunes siguiente a la mañana voy a trabajar (...) y me llama el director de la empresa y me pregunta si iba a estar ahí durante todo el día. Yo le dije que sí. (...) quería saber si yo iba a estar a la tarde. (...) y eso me dio muy 'mala espina' porque nunca me había preguntado una cosa así, no tenía porque preguntarme ni jamás se hubiera interesado (...) porque si había algo que decir no habría que esperar a la tarde... y no era una broma, porque me preguntó en serio.⁵⁸³

Preocupado com a inesperada atitude de seu chefe, seus temores se acentuariam ao ver entrar, no departamento de pessoal da empresa, duas pessoas (...) *que pusieron nervioso a todo el mundo*, no dizer do próprio Claret. Suspeitando dessa movimentação, mesmo sem saber exatamente o que se passava, deixou o trabalho e foi para casa. Conversou com a esposa e decidiu sair: chegaram à conclusão que ele estava sendo procurado e era melhor procurar um refúgio. Ele a contataria, por meio de amigos, quando estivesse em segurança.

O episódio desmoronou rapidamente com a suposta tranquilidade do cotidiano familiar, evidenciando a situação de insegurança que permanentemente viviam os exilados colocados na posição de imigrantes ilegais. A situação dos Claret,

⁵⁸³ Idem.

em particular, era paradoxal: por um lado, estavam vivendo e realizando as atividades corriqueiras do seu dia a dia (trabalho, estudo, etc.) dentro de certa “normalidade” social. Mas, por outro, encontravam-se numa situação insegura e instável devido à ausência de uma permanência legalmente constituída no Brasil e, o que é pior, convivendo reiteradamente com o temor fundado de serem descobertos e quiçá deportados.

Uma autêntica “espada de Dâmocles” pairando ameaçadoramente sobre suas cabeças, um sentimento de apreensão quase constante, pelo que se pode auferir do seu relato: *Vivíamos todos muy sensibles, es decir... vos veías un auto de la policía y temblabas, y un auto de bomberos y lo mismo... ¡sentías una sirena y salías corriendo! Era una situación muy difícil.*⁵⁸⁴ Ainda no depoimento acima, também pode se observar na família, exemplificada nos comportamentos estereotipados relatados, a permanência dos efeitos psicológicos da repressão sofrida anos antes na Argentina, claras seqüelas das vivências traumáticas provocadas pelo TDE.

Então, após sair de casa, ainda sem rumo definido, Claret se lembrou de um amigo fazendeiro que poderia lhe ajudar. Mas não deu tempo, seu carro foi interceptado:

*Iba a buscar una persona que tenía un campo donde yo había ido con las máquinas a trabajar y que tenía una pista de aterrizaje y una avioneta chiquitita. Y en ese momento, me detienen en una plaza, frente a una iglesia... no me recuerdo el nombre. Pero, atraviesan dos jeeps en la ruta y por detrás aparecen otros jeeps y camiones traban el camino.*⁵⁸⁵

Ele já estava sendo esperado pelas forças repressivas. O grupo encarregado da sua captura era integrado por militares do Exército Brasileiro (EB), mais agentes da Polícia Federal (PF) e agentes do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) da Polícia Civil gaúcha, conforme posteriormente ele soube de acordo com declaração prestada por Jair Krischke à justiça argentina.⁵⁸⁶ Krischke era diretor-fundador do Movimento de Justiça e Direitos Humanos (MJDH) e foi chamado a intervir no caso, alertado por uma chamada telefônica.

⁵⁸⁴ Entrevista com Carlos Claret, realizada em Foz do Iguaçu - 18/09/2009.

⁵⁸⁵ Idem.

⁵⁸⁶ KRISCHKE, Jair. Declaración vinculada con el caso de Carlos A Claret. Porto Alegre, 31/07/2009, p.2. Acervo Movimento Justiça e Direitos Humanos (MJDH) – Porto Alegre.

Em plena via pública rodeada de transeuntes Claret foi arrancado, literalmente, de dentro do Fiat 147 azul e colocado contra uma árvore, defronte a uma igreja, sob a ameaçadora mira dos fuzis FAL e das metralhadoras colocadas ao seu redor. Ainda atônito com semelhante operação bélica, perguntou aos militares sobre o que estava acontecendo. A resposta foi uma ríspida ordem para manter silêncio e sequer perguntaram-lhe o seu nome.

Em seguida, foi introduzido em uma das viaturas militares escoltado por dois soldados: (...) *me llevan al cuartel militar de Passo Fundo, es decir, no a la policía, ni la Policía Federal, ni a ningún otro lado: al cuartel. (...) Me llevan ahí (...) no una celda, creo... era un cuarto cerrado, sin ventanas ni nada.*⁵⁸⁷

De fato, ele encontrava-se isolado no quartel do 3º Esquadrão do 5º Regimento de Cavalaria Mecanizada (5ºRCMec) em Passo Fundo. Claret estranhou, mas comenta que no quartel (...) *no me preguntaron por nada, no me hicieron firmar ningún papel, ni impresión digital, ni foto, ni absolutamente nada.*⁵⁸⁸ Ainda no quartel teve um episódio curioso. Ele levava 100 dólares no bolso que tinha pegado antes de sair de casa. Preocupado que os militares viessem a encontrar o dinheiro, aproveitou uma ida ao banheiro, jogou a nota no vaso e deu descarga. Embora o episódio lhe pareça até cômico hoje, na época, ele ponderou que essa nota poderia complicar sua já delicada situação: *Pensé que esto sería un error, uno siempre tiene la esperanza que va a salir y eso... ¿Si me agarran con 100 dólares? ¿Porque tenía 100 dólares? ¡No era tan común como ahora, podía ser peor!*⁵⁸⁹

Mas a sua estadia nessa dependência militar seria curta. Durante aquela noite, apareceram duas pessoas que ele imediatamente reconheceu como sendo os mesmos que havia visto de manhã, no departamento de pessoal da fábrica, antes de sair. Eram agentes da Polícia Federal. Um deles, de nome Scherer, era quem chefiava a missão, segundo Claret. Posteriormente, ele foi algemado e encapuzado pelos policiais. Dessa forma, coisificado como um embrulho, o engenheiro argentino foi embarcado em um Volkswagen. Uma vez dentro do carro, o agente Scherer disse ao motorista: - *vamos para Argentina!*⁵⁹⁰ Completamente a mercê dos policiais e prevendo um

⁵⁸⁷ Entrevista com Carlos Claret, realizada em Foz do Iguaçu - 18/09/2009.

⁵⁸⁸ Idem.

⁵⁸⁹ Idem.

⁵⁹⁰ Conversa com Carlos Claret, realizada em Campo Grande - 19/05/2010.

destino nefasto, Claret sentiu o seu sangue gelar, mas uma risada de Scherer rompeu o espesso instante de silêncio que se seguira a bombástica frase: - *no, era una broma. Vamos para Porto Alegre (...)*, lhe disse novamente o policial.⁵⁹¹ Na verdade era apenas uma amostra do “fino” senso de humor do agente repressor. No entanto, esta “piada” (como a maioria das piadas) tinha um nítido fundo de verdade e estava ancorada na soturna realidade da colaboração repressiva entre as ditaduras civis-militares. Permanece a dúvida: teria o policial realizado, ou saberia de outras viagens similares? Logo depois, por volta da meia-noite, os três empreenderam viagem para a capital gaúcha.

4. 2. 5. Mobilização e Solidariedade

Enquanto isso, a apreensão já havia tomado conta de seus amigos e, principalmente, da sua família. Pouco antes da prisão, a esposa de Claret recebeu a visita de dois policiais (os mesmos que o levariam para Porto Alegre) perguntando pelo paradeiro do engenheiro. Segura de que ele já tinha escapado, ela respondeu que seu marido estava na fábrica, ao que os policiais responderam negativamente. Ela insistiu: - *No, pero él viaja mucho... está por ahí.*⁵⁹² Os policiais se foram.

Pouco depois, ela recebe a visita do dono da fábrica, amigo da família, e que lhe perguntou onde estava Claret.⁵⁹³ Apreensiva, confessou que de fato ela não sabia onde ele estava. Logo em seguida, outro amigo trouxe pessoalmente a notícia: Claret fora capturado pelos militares e estava preso. Uma vizinha e amiga da família havia sido testemunha ocular da operação que o havia detido em via pública e pode rapidamente comunicar o fato aos outros argentinos, inclusive escondendo alguns deles em sua casa (uma moça que retornava com as crianças argentinas da escola, inclusive os filhos de Claret) enquanto a polícia efetuava a diligência na casa dos

⁵⁹¹ Idem.

⁵⁹² Entrevista com Carlos Claret, realizada em Foz do Iguaçu - 18/09/2009.

⁵⁹³ As atitudes tomadas pelo chefe de Claret naquele momento continuam sendo obscuras, ou no mínimo ambíguas. Por um lado, parece ter entregado seu funcionário a PF, mas por outro, sabe-se que ele procurou agir posteriormente a favor de Claret. Talvez por sentimento de culpa? Apesar de buscar esclarecer esta lacuna, em conversas posteriores com o próprio Claret, o autor ainda não conseguiu decifrar esta incógnita.

Claret, o que põe em relevo a solidariedade que havia por parte dos brasileiros também.⁵⁹⁴

Assim, iniciava-se um frenético processo de mobilização. Primeiro, para descobrir o paradeiro de Claret e saber se ele estava bem. Segundo, para garantir-lhe amparo jurídico e, por último, pela sua efetiva libertação. Para isto, os familiares e amigos recorreram a todos os meios possíveis, começando pelo MJDH, na pessoa de Jair Krischke⁵⁹⁵, o qual se impressionou com o caráter militar e o tamanho da operação para capturar apenas mais um estrangeiro ilegal: *Nos llamó superlativamente la atención el exagerado aparato represivo utilizado, sugiriendo el alto riesgo, en lo que compete a la persona física, a la cual estuvo expuesta la referida persona (...)*, declarou no seu depoimento a justiça.⁵⁹⁶ Segundo Krischke⁵⁹⁷, eles acreditavam que não apenas Claret, mas também sua esposa e seus filhos pequenos estavam correndo risco de vida.

Sem tempo a perder, via MJDH, foi acionada a Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo, dirigida então pelo notório Cardeal D. Paulo Evaristo Arns. A referida comissão, por sua vez, era encarregada de informar o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), cujo escritório se encontrava no Rio de Janeiro, e mobilizar o seu representante no Brasil, Guy Prim. Cabe destacar que o contato com a ACNUR teria sido garantido por duas vias. Pouco depois da prisão de Claret, um rapaz argentino entregou a esposa deste um papel com o telefone da ACNUR no Rio. Esse homem era Gabriel Martinez. Ele e seu irmão Diego possuíam uma ligação íntima com os *Montoneros* e também estavam exilados em Passo Fundo. Gabriel guarda claras lembranças do episódio:

En una ciudad chica, en un grupo de argentinos, apenas ocurrió eso se corrió la bolilla. Alguien me hizo saber. Y, lo que hice fue preguntar: ¿donde se encuentra la mujer? No, está refugiada en la

⁵⁹⁴ CLARET, Carlos A, op. cit., 17/06/2009, p.3.

⁵⁹⁵ Segundo Krischke disse ao autor, ele nunca soube quem o contatara pelo caso Claret, mas tinha suas suspeitas. Era comum, naqueles tempos, que as denúncias ocorressem de forma anônima. O próprio Claret não sabia quem tinha acionado Krischke. Provavelmente por estar desvinculada de grupos políticos, a família Claret não sabia, inicialmente, a quem recorrer. Hoje, sabe-se que foi Héctor Garaventa, na época vizinho de Claret, quem ligou para o MJDH sem se identificar. Apesar de Garaventa ser amigo de ambos há um bom tempo, curiosamente, ele nunca havia revelado este detalhe para nenhum deles. Como foi explicado na Introdução, Garaventa foi responsável por apresentar o caso Claret ao autor em 2008.

⁵⁹⁶ KRISCHKE, Jair, op. cit., 31/07/2009, p.1.

⁵⁹⁷ Idem.

casa de una fulana de tal, no me acuerdo el... (...) Trate de que nadie me siguiera, me fui solo, avise (...) a mi mujer y mi hermano que me iba a esta casa (...) donde estaba la señora de Claret. Le dije a la dueña de casa que me dejara hablar a solas (...) y entonces, estando solos en una pieza, le dije: “mira, esto me lo dio mi madre para nosotros, en caso de una emergencia. Tenés que actuar inmediatamente. Porque la cosa es grave, te lo van a mandar (ya lo tenían en Porto Alegre) de vuelta a la Argentina deportado y es muy posible que desaparezca. Ahora, en este momento, vás y hablás por teléfono. Pero te pido por favor, que no le cuentes nunca a nadie quien te dio ese teléfono. ¡Ni me nombres!” Era una forma de cubrirse, porque yo tenía en la familia un peso muy grande.⁵⁹⁸

O “peso” a que Gabriel se refere é um vínculo familiar com um líder dos *Montoneros*, o que lhe exigia cuidados de segurança redobrados. Um parentesco que nem ele, nem seu irmão Diego, poderiam revelar a ninguém. Essa obliqua “relação” entre o caso Claret e os *Montoneros* será retomada mais adiante.

Apesar do estardalhaço causado na então pacata cidade de Passo Fundo pela vultosa operação militar e da mobilização dos organismos de direitos humanos pela libertação de Claret, nada disso havia sido noticiado nos principais jornais do Rio Grande do Sul, *Correio do Povo* e *Zero Hora*.⁵⁹⁹ Conforme Krischke a explicação pode ser que:

(...) nesses casos sempre se procura tratar... só se cria realmente uma grande “confusão”... quer dizer, “confusão” entre aspas, não é? Se faz uma inserção nos meios de imprensa, forte e tal, como último recurso. Sempre é bom tratar estes assuntos de forma mais discreta. (...) Porque, se tu vais fazer assim, realmente, chamar atenção da opinião pública... bom aí é porque tu já não tem mais outros recursos, é o último. E aí tu tem que “queimar etapas”. E, no caso dele, era possível, sem maiores alardes... se tu pesquisares, a imprensa de Porto Alegre não registrou o episódio. Ficou muito restrito a Passo Fundo.⁶⁰⁰

Esta argumentação pode ter sua lógica, entretanto é bastante controversa e voltaremos a ela uma pouco mais adiante. Embora cada caso tenha sua

⁵⁹⁸ Entrevista telefônica com Gabriel Martínez Agüero, desde La Rioja - 22/11/2010.

⁵⁹⁹ O *Correio do Povo* publicou uma nota mínima na seção “Interior” no dia 20 de setembro, portanto mais de uma semana depois do ocorrido. *Correio do Povo*, 20/09/1978. Acervo Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa - Porto Alegre.

⁶⁰⁰ Segunda entrevista com Jair Krischke, conselheiro do MJDH, realizada em Porto Alegre - 31/10/2008.

particularidade, quando um militante político é preso, geralmente a primeira providência que deve ser tomada é tornar pública a detenção para garantir a integridade da pessoa frente aos possíveis abusos por parte do Estado. Neste sentido, se fosse não suficientemente publicizada, a prisão de Claret converter-se-ia em um sequestro político, seguida pela provável desaparecimento da vítima. De acordo com o estudo produzido pelo CELS⁶⁰¹ o sequestro de militantes enquanto metodologia de detenção foi amplamente utilizado pelos regimes ditatoriais do Cone Sul. A finalidade deste não consistia apenas em isolar a vítima do mundo exterior, mas também mantê-la afastada do controle judicial institucional e privando-a da possibilidade de defesa. Este “limbo” jurídico também abria um hiato temporal onde se permitiria a aplicação indiscriminada de torturas físicas, morais e psicológicas por parte dos agentes da repressão sobre a vítima.

Além disso, já se sabia da existência de conexões fluídas entre as ditaduras e neste sentido tornava-se um imperativo evitar que o engenheiro fosse repatriado à Argentina, onde poderia se converter em mais um “desaparecido” dentre os milhares que já se contavam.

A primeira matéria que apareceu na imprensa do Rio Grande do Sul noticiando a prisão de Claret foi do jornal *O Nacional* de Passo Fundo, por pressão da família, dos advogados e influência da empresa Menegaz (onde Claret trabalhava). Mesmo assim, foi tardia se considerada a urgência do evento e a presteza com a qual agia o aparelho repressivo, pois saíra depois da notícia original ter sido veiculada no *O Estado de São Paulo*, a partir de informações passadas ao jornal pela Comissão de Justiça e Paz. Assim, recém no dia 18 de setembro, *O Nacional* finalmente noticiava o fato e estampava, além do texto, uma grande foto de Claret. Os sublinhados são nossos:

“O engenheiro Carlos Claret foi preso nesta cidade no dia doze último e por agentes da Polícia Federal e levado para Porto Alegre, onde ainda se encontra. (...) Claret foi detido segundo informou à imprensa o Dr. João Mario Menegaz, (...) por não possuir documentação em ordem. Em contato mantido com a Polícia Federal a empresa foi informada que estava aguardando informações da Argentina quanto aos documentos, para liberação do engenheiro. Essa prisão, entretanto, chegou ao conhecimento da Comissão de Justiça e Paz, de São Paulo, junto com outras

⁶⁰¹ CELS (Centro de Estudios Legales y Sociales), op. cit., p.15.

ocorridas no Brasil, e foi comunicada a ONU (...) Extra oficialmente a prisão do engenheiro tem conotações políticas. Sabe-se que ele foi professor numa escola de engenharia antes do golpe militar que derrubou Isabelita Perón. Em Passo Fundo, conforme apurou a reportagem de O Nacional, o engenheiro, que é casado, estava tendo uma conduta irrepreensível em todos os sentidos. Dirigentes da firma Menegaz disseram não possuir maiores informações a respeito do caso e estão acompanhando de perto a evolução da prisão do seu engenheiro mecânico.”⁶⁰²

Em primeira mão, a matéria já esclarecia que a prisão de Claret era essencialmente de cunho político. Entretanto, a questão dos documentos irregulares serviu ao governo como a justificativa jurídica encontrada para enquadrá-lo em um marco de ilegalidade com relação ao Estatuto do Estrangeiro. Porém, o que mais impressiona na matéria é o seguinte trecho: *Em contato mantido com a Polícia Federal a empresa foi informada que estava aguardando informações da Argentina quanto aos documentos, para liberação do engenheiro.*

Uma questão vem à tona: Que outras informações no tocante a documentação de Claret o governo brasileiro poderia pretender e que já não tivesse sido recebida diretamente do consulado em Porto Alegre? Afinal, sem a intervenção oficial (ou oficiosa) do consulado, provavelmente ele nunca teria sido preso, como tantos outros exilados que simplesmente passaram incólumes e anônimos na imensidão do Brasil. Mais do que aguardar pela situação cadastral de Claret (que já de antemão se sabia irregular), é provável que a PF estivesse esperando por “dados de inteligência” elaborados pela comunidade de informações da ditadura argentina e, entretanto, ganhando tempo para tentar extrair do engenheiro informações sobre as atividades dos supostos “subversivos” argentinos no Brasil e suas ligações com “subversivos” brasileiros, algo concernente aos aparelhos de inteligência dos governos militares de ambos os países. Além do mais, eles também estavam aguardando a chegada dos colegas, os interrogadores do país vizinho.

⁶⁰² O Nacional, 18/09/1978, p.10. Acervo Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa - Porto Alegre.



Figura 4. 5. O engenheiro Claret no estande da empresa Menegaz em uma feira agropecuária, provavelmente a Expointer, em 1977. Nesta ocasião, o engenheiro teria conhecido o Secretario de Agricultura do Rio Grande do Sul. Esta foto foi publicada no jornal O Nacional de Passo Fundo ilustrando a matéria que noticiava tardiamente sua prisão, em 18 de setembro de 1978 (Acervo Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa).

4. 2. 6. No “Xadrez” da Polícia Federal

Enquanto isso, o engenheiro argentino “desaparecia” para o mundo externo e era submergido no tenebroso submundo dos cárceres da repressão brasileira, que desconhecia. Ainda na viagem, antes de chegar a Porto Alegre, a viatura parou no meio da estrada para o “intervalo do café” onde, por um breve espaço de tempo, ele se viu livre do desconforto e da humilhação das algemas e do capuz. Durante toda a viagem, mas especialmente nesse intervalo mais “descontraído”, Claret havia tentado obter, com os policiais, alguma informação sobre o que realmente se passava:

Yo le pregunté algunas cosas. Ellos me hablaban ‘amablemente’, digamos (em tom irônico). Bueno, en el camino paramos. (...) me sacan las esposas y la capucha (...) y nos sentamos a tomar un café. Madrugada, no había absolutamente nadie... entonces le pregunté (de novo, aos policiais): -¿Por qué? ¿Qué es lo que he hecho?

*-¡Mirá, no nos preguntes mas nada, porque a nosotros nos mandaron a buscarte, nada más!*⁶⁰³

Como o próprio Claret pode observar a viagem era uma tarefa normal para aqueles homens, eles apenas cumpriam ordens. Logo, ele era apenas um objetivo, um alvo de uma missão. Todavia, o silêncio sepulcral dos policiais no tocante a natureza do seu “crime” aumentava a incerteza quanto a seu futuro (e o da sua família) e o deixava cada vez mais aflito, pelo que transparece ao longo do seu relato. Havia em toda a operação, desde o início, um exagero que parecia ilógico em relação à periculosidade do indivíduo e ao teor do ilícito cometido. Porque utilizar semelhante aparato militar e policial para capturar apenas um estrangeiro ilegal? De que o acusariam realmente? Era um pensamento que lhe martirizava.

Em Porto Alegre, Claret foi conduzido às dependências da Polícia Federal na Avenida Paraná 991, no bairro Navegantes. De uma garagem fechada, imediatamente foi levado a uma cela no porão, segundo ele, propositalmente isolado dos outros presos, a quem apenas ouvia de longe. De vez em quando, algum servidor ou pessoal da PF passava na frente da sua cela. Fora isso, estava completamente isolado e totalmente incomunicável do mundo. Logo em seguida começaria seu calvário pessoal, no qual Claret seria submetido a exaustivas, ameaçadoras, dolorosas e, aparentemente, infundáveis jornadas de interrogatórios. Em seu depoimento, a lembrança traumática daqueles momentos parece cristalizada no tempo, dado o grau de detalhamento na sua descrição:

*Al segundo o tercer día me llevan a una sala. La sala tenía una lámpara muy fuerte, estaba aislada (en aquella época se usaba unos paneles de aglomerado como corcho, así con agujeritos pequeños para el sonido) y habían manchas de sangre (assinala a parede) y se veía medio sucio. ¡Había un olor fuerte! Y había un armario cerrado, al costado, una mesa y una silla. (...) había un espejo, muy grande y después me di cuenta, al principio no, (...) que atrás estaban ellos.*⁶⁰⁴

A ausência de quaisquer referências visuais ou sonoras que pudesse relacionar com a passagem das horas lhe fez perder por completo a noção do tempo. A privação sensorial o deixava desorientado. Desde que ele chegara à sede da PF não vira sequer a luz do sol. Pouco tempo depois, ele também descobriria que aquele

⁶⁰³ Entrevista com Carlos Claret, realizada em Foz do Iguaçu - 18/09/2009.

⁶⁰⁴ Entrevista com Carlos Claret, realizada em Foz do Iguaçu - 18/09/2009.

armário trancado guardava, em segredo, as “ferramentas do ofício” dos interrogadores: um gravador para registrar as confissões e a temida máquina de choques elétricos, “pimentinha” no Brasil, “picana” na Argentina.⁶⁰⁵

Segundo Claret pode perceber, os interrogatórios seguiam uma clara metodologia. Os detalhes do *modus operandi* repressivo permaneceram claramente registrados na sua memória. Assim, os policiais lhe perguntaram

*(...) nombre, que es lo que hacía en Brasil, a quien conocía en Brasil, ¡todo! Me pedían que escribiera toda mi historia. (...) Entonces, después venía un tipo que se hacía “el malo” y que me amenazó que me iba a pegar, me gritó, me insultó y todo... yo seguía escribiendo, pero, a cada dos horas, más o menos, venían y me sacaban los papeles.*⁶⁰⁶

A técnica dos repressores consistia em fazer o interrogado escrever constante e repetidamente sobre os mesmos assuntos, buscando na redação continuada – além do desgaste da vítima - indícios de contradições ou contrapontos que, no supor dos interrogadores, sinalizasse alguma informação de valor “oculta” nas entrelinhas e que pudessem esclarecer mediante o aumento da coerção física e psicológica sobre o interrogado.

Percebendo o intuito dos policiais, Claret preencheu listas com dezenas de nomes de clientes e fornecedores da empresa que trabalhava, com a certeza de que com esta informação puramente “comercial” não atingiria ninguém, dado que nenhum deles tinha vinculações políticas. Afinal de contas, não era esse tipo de “contato” que os seus algozes procuravam. Contudo, os agentes imediatamente perceberam o contra-estratagema do argentino e reagiram mais violentamente: ameaçaram, inclusive, de torturar sua família da qual ele sequer sabia onde ou em que condições se encontravam.⁶⁰⁷ Este tipo de ameaça configura uma “violência radial”, no dizer de Álvaro Abós. Ela aumenta exponencialmente o objeto da punição, transformando o círculo íntimo e imediato do preso (família, amigos, etc.) também em alvos, o que gera uma carga de culpa e apreensão multiplicando sobre a

⁶⁰⁵ CLARET, Carlos A, op. cit., 17/06/2009, p.6.

⁶⁰⁶ Entrevista com Carlos Claret, realizada em Foz do Iguaçu - 18/09/2009.

⁶⁰⁷ CLARET, Carlos A, op. cit., 17/06/2009, p.6.

vítima o efeito punitivo da tortura.⁶⁰⁸ Irritados, os agentes da PF aumentaram a pressão sobre Claret,

(...) ¡no, esto no queremos! (lhe disseram os policiais) Entonces, me empezaron a amenazar (mais). No podía ir al baño, levantarme, no me dieron de comer, ¡nada! (...) Pasó el segundo día, entonces empezaron con el no dejarme dormir. Sentado, no tenés absolutamente nada que hacer y bueno, te apoyabas y (faz um gesto de dormir sobre a mesa) y sonaba un timbre terrible. ¡Todavía lo tengo grabado! Estuve tres o cuatro días sin dormir...⁶⁰⁹

Os interrogadores haviam começado a aplicar a tortura física, além da psicológica, tais como a fome e a privação do sono. As seqüelas do evento traumático podem ser evidenciadas na permanência da lembrança do timbre da campainha que impedia seu sono. O processo inquisitório ao qual esteve sujeito era burocrático e complexo, prosseguindo ao longo dos dias e em diversas etapas, cuja duração não pode ser bem delimitada pelo engenheiro, em virtude da desorientação proposital a qual foi submetido: *no puedo precisar cuanto tiempo estuve en esas condiciones pero fueron cuatro períodos de interrogatorios, cada uno de los cuales debe haber durado unos tres días.*⁶¹⁰ No terceiro período do interrogatório começou também a aplicação administrada de choques elétricos: *(...) comenzaron a aplicarme choques eléctricos además de la campana cuando el sueño me vencía. Ataron electrodos a mis muñecas y tobillos, y cuando comenzaba a cabecear me despertaban los choques junto con las campanas.*⁶¹¹

Além da violência aplicada, uma técnica maniqueísta, metodicamente calculada e ensaiada, regia o comportamento dos inquisidores. Após a saída estratégica do interrogador “violento” era chegada a vez do “persuasivo”, que irrompia em cena, oferecendo uma salvação alternativa ao emprego da violência – fingindo até proteger o interrogado - e buscando informações em troca de amparo. Segundo Claret recorda-se, este policial dizia-lhe, em longas conversas “quase” cordiais: - *Mirá, flaco, yo te puedo ayudar... ¡Este es un animal!* (referindo-se ao

⁶⁰⁸ ABOS, Álvaro. La racionalidad del terror. *El Viejo Topo*, Barcelona, n° 39, Dic. 1979, p.10.

⁶⁰⁹ Entrevista com Carlos Claret, realizada em Foz do Iguaçu - 18/09/2009.

⁶¹⁰ CLARET, Carlos A, op. cit., 17/06/2009, p.7.

⁶¹¹ CLARET, Carlos A, op. cit., 17/06/2009, p.6.

policial “violento”) *Tené cuidado, porque... si vos me decís, con quien estuviste (...) quiénes son tus amigos, yo te puedo ayudar...*⁶¹²

Inserido na mesma lógica persuasiva relatada acima e de modo similar ao que já acontecia na Argentina, onde alguns membros da Igreja participaram ativamente da repressão estatal⁶¹³, o engenheiro também confirma a presença de um indivíduo dizendo ser um padre católico durante os interrogatórios, prometendo “ajuda divina” em troca de uma “confissão”. Uma questão permanece: seria ele realmente um padre ou apenas outro expediente teatral utilizado pelos repressores?

Nos intervalos entre as sessões de interrogatório, Claret era levado à cela, em tese, para descansar um pouco e ser alimentado. Até bem alimentado, segundo ele se lembra. Contudo, permanecia isolado, e o que era pior, desinformado sobre sua família e sem noção alguma de tempo. O esforço por situar-se espaço-temporalmente e a confusão mental provocada por esta experiência de alienação forçada permeia seu relato:

*No me acuerdo cuanto tiempo, pero yo estaba tan cansado que... no sé decir, el sueño, que te tengan dos o tres días así (...) yo me trataba de orientar por el ruido de un inodoro (...) pero no sabía si era de día o de noche...es decir, ahí sí estuve bastante perdido.*⁶¹⁴

Mas tanto o sadismo aplicado quanto a suspensão do tormento não era gratuito, ele fazia parte de uma prática metódica e calculada. Segundo o psicanalista Marcelo Viñar, (...) *em intervalos regulares, entre as sessões de tortura, os carrascos deixam à vítima um tempo aparentemente vazio, que lhe deve permitir recuperar-se fisicamente e “refletir” sobre as vantagens da capitulação.*⁶¹⁵ Sabe-se comumente que a tortura, em tese, busca a captação de informações. Mas não é somente isso. A tortura moderna, sofisticada e aplicada de forma sistemática e dosificada objetiva muito além da simples obtenção de dados.

Segundo um estudo do CELS, a tortura serve também como “fato gerador de informações”, já que sob tortura, as vítimas muitas vezes podem validar dados sugeridos pelos interrogadores, mesmo que falsos. Na verdade, independentemente da veracidade ou não dos fatos, a informação “criada” serve de alimento a própria

⁶¹² Entrevista com Carlos Claret, realizada em Foz do Iguaçu - 18/09/2009.

⁶¹³ CONADEP. *Nunca Mais*. Porto Alegre: LP&M, s.d., p 185-188.

⁶¹⁴ Entrevista com Carlos Claret, realizada em Foz do Iguaçu - 18/09/2009.

⁶¹⁵ VIÑAR, Marcelo & Maren. *Exílio e Tortura*. São Paulo: Escuta, 1992, p.77.

máquina repressiva e aos setores de inteligência, logicamente ampliando sua importância relativa dentro do sistema ditatorial.⁶¹⁶

Já pelo ângulo da psicanálise, a prática da tortura serve para dominar o opositor e faz parte de uma lógica perversa do poder. De acordo com Viñar⁶¹⁷, a experiência da tortura visa, inicialmente, a “aniquilação” do indivíduo e a destruição de seu conjunto de valores e de suas convicções pessoais. Isso levaria, posteriormente, ao que ele chamou de “demolição”, que é, basicamente, a desorganização da relação do sujeito consigo mesmo e com o seu mundo circundante. Uma espécie de estado de loucura induzido cientificamente.

Contudo, apesar dos “esforços” dos torcionários, o fato é que os policiais brasileiros não conseguiram nenhuma informação concreta ou evidência que indicasse que Claret fosse um “subversivo” ou tivesse ligações com “terroristas”. Em todo momento ele continuava sendo apenas mais um estrangeiro em situação irregular no país. Eles sequer sabiam muito bem o que lhe perguntar. Como Claret disse (...) *no me preguntaban detalles concretos de nada específico de mi vida, de mis amigos. En realidad, ellos contra mí, no tenían absolutamente nada, más que mi cargo en la Universidad.*⁶¹⁸ Pouco depois, com a irrupção em cena dos interrogadores argentinos, o teor das perguntas mudaria substancialmente.

4. 2. 7. A Chegada do Grupo de Tareas

Um dia, quando Claret retornava mais uma vez a uma sessão de interrogatório deparou-se com um grupo de pessoas, ao invés da dupla (Scherer e outro policial) que normalmente o inquiria. Este grupo era composto por cinco homens jovens, entre 35 e 40 anos e estavam vestidos à paisana. Todavia, certo comportamento marcial (e alguns característicos sinais físicos desses homens) denunciava sua origem militar ou policial, conforme consta no depoimento de Claret à justiça argentina. Prontamente ele reconheceria também o inconfundível sotaque: *Notaba que eran argentinos,*

⁶¹⁶ CELS (Centro de Estudios Legales y Sociales), op. cit., p.15.

⁶¹⁷ VIÑAR, Marcelo e Maren, op. cit., p.45-47

⁶¹⁸ Entrevista com Carlos Claret, realizada em Foz do Iguaçu - 18/09/2009.

*porque hablaban bien el “argentino”, (eles tinham) pelo corto... ¡típico milico! Y entonces empezaron a preguntarme de cosas pero... ¡absurdas!*⁶¹⁹

Este seria o interrogatório mais longo da sua estadia nos cárceres brasileiros. Assim, sentado ao centro e cercado pelo grande grupo composto de argentinos e mais os policiais brasileiros, o engenheiro foi questionado primordialmente sobre acontecimentos recentes e alguns não muito recentes ocorridos na Argentina – no último caso, ataques da guerrilha a quartéis das forças armadas bem antes do Golpe de 1976 - além das rotineiras perguntas sobre os contatos que possuía no Brasil e na Argentina e seus respectivos endereços.

*Me preguntaron del ataque de Azul, del copamiento de Formosa, de un montón de cosas... ¡como si yo estuviera estado en todos esos lugares! Por supuesto, negué todo. (...) Eso fue los dos días que estuvieron los argentinos en los interrogatorios. Siempre lo mismo: a quien conocía, pero yo se lo repetía igual.*⁶²⁰

De alguma forma, os interrogadores argentinos buscavam um suposto vínculo do engenheiro com alguma organização guerrilheira. Logo, o que poderia parecer “absurdo” para Claret, ou seja, ser acusado de participar de ataques aos quartéis, não o era pela óptica simplista e binária dos seus inquisidores. Para eles, o fato de Claret haver pertencido a Juventude Peronista o tornava, no mínimo, um fervoroso simpatizante da guerrilha. Mas porque tanto interesse em Claret ao ponto de mandar uma equipe desse porte? Algumas questões podem ser levantadas a este respeito, mas ainda nos faltam elementos para comprovar estas hipóteses. Para tal, seria necessário acessar documentação sigilosa atualmente indisponível (considerando-se que a mesma exista) ou entrevistar agentes da repressão envolvidos no caso, uma possibilidade também bastante remota.

É possível que os órgãos de inteligência tivessem perdido o rastro de Claret desde a época em que abandonou Rio Cuarto e teve que mergulhar no seu “exílio interior” em Zárate. Assim, haveria um lapso temporal (entre meados de 1974 e

⁶¹⁹ Entrevista com Carlos Claret, realizada em Foz do Iguaçu - 18/09/2009.

⁶²⁰ Idem. O quartel de Azul, sede do 10º Regimento de Blindados, na província de Buenos Aires, foi atacado em 19-20 de janeiro de 1974 por 250 guerrilheiros do ERP. Já o quartel de Formosa, o 29º Regimento de Infantaria de Montanha (RIM) foi ocupado pelos montoneros em 05 de outubro de 1975 em uma ação espetacular que incluiu o seqüestro de um Boeing 737 da Aerolíneas Argentinas para o traslado dos guerrilheiros. Apesar do estardalhaço e da obtenção de algum armamento para a guerrilha, nenhum dos dois ataques representou uma vitória militar ou política para as organizações armadas.

outubro de 1976, quando veio para o Brasil) no qual se desconheciam suas atividades e que corresponderia justamente aos ataques da guerrilha em questão.

Outra possibilidade é que Claret fosse, pelo menos inicialmente, confundido com outra pessoa, talvez uma liderança guerrilheira que os militares argentinos acreditassem estar escondida no Brasil. O próprio Claret levantou a possibilidade de haver sido confundido com Jaime Dri, ex-deputado da JP, foragido dos torturadores da ESMA (com quem simulava colaborar) no Paraguai, em 19 de julho de 1978, sendo intensamente caçado nos países vizinhos.⁶²¹ Contudo, se houvesse esta confusão (que poderia ter existido entre os brasileiros) ela teria se dissipado logo ao ser apresentado Claret aos militares argentinos que o interrogaram posteriormente. Jaime Dri era uma figura pública bastante conhecida e com uma característica física marcante: ao contrário da vasta cabeleira de Claret, o ex-deputado Dri tinha uma calvície bem pronunciada.⁶²²

Por outro lado, naquela época, era prática comum na Argentina, além da falsificação, o “empréstimo” de passaportes e outros documentos de pessoas em situação regular, com a finalidade de fornecer uma identidade segura aos perseguidos políticos pelo regime militar e, assim, poder passar pelos controles fronteiriços. No entanto, os serviços de informação já conheciam de antemão este estratagema. Assim, para os agentes, Claret poderia em tese ser outra pessoa. Esta desconfiança quanto a sua identidade verdadeira poderia ser também o motivo de tamanha operação e dos expedientes militares empregados na sua captura.

Por fim, temos outra hipótese e que pode ser por diversas formas, relacionada com a anterior. É possível também que os agentes da repressão argentina e brasileira estivessem buscando uma suposta conexão *montonera* em Passo Fundo, um fio condutor que pudesse levá-los diretamente ao centro de uma rede logística *montonera* que interligava pelo menos, Porto Alegre, São Paulo e Rio de Janeiro e,

⁶²¹ Para um relato completo da odisséia de Jaime Dri, desde a sua captura no Uruguai até a fuga das mãos dos falcões da ESMA, ver BONASSO, Miguel, op. cit.

⁶²² Inclusive, seu *nom-de-guerre* dentro da organização *montoneros* era Pelado (careca), como também consta em um pedido de busca do DOPS gaúcho onde, após uma breve e imprecisa descrição física (que absurdamente omite-lhe a calvície!), reparte instruções a serem tomadas contra (...) Jaime Dri – vulgo “Pelado”- nacionalidade argentina, sem documento de identidade (...) Solicita-se a localização do nominado e imediata comunicação a esta DBCI/DOPS/RS. DOPS/RS: Jaime Dri – vulgo “Pelado”. Pedido de busca N° 325/78/DBCI/DOPS/RS, 12/10/78 – SOPS/E 1.1.86.2.1 - Acervo da Luta Contra a Ditadura - Porto Alegre.

assim, poder desbaratar os núcleos que outorgavam suporte a essa organização guerrilheira dentro do Brasil.

É importante lembrar que todo o ano de 1978 foi um período de intensa atividade da guerrilha *montonera*, apesar do elevado número de baixas, e que o Brasil se encontrava estrategicamente inserido na zona de operações, seja como corredor de passagem ou como base de apoio, o que vemos no Item 4.4., correspondente a contraofensiva *montonera*. Por todas essas razões, pressupõe-se que os serviços de inteligência do país vizinho não poderiam desprezar qualquer dado sobre uma suposta movimentação guerrilheira e deveriam investigar de perto. Afinal, meios para isso não lhes faltavam e, além do mais, se encontravam amparados pelas diretrizes da Operação Condor para poder adentrar e atuar abertamente em território brasileiro.

Neste ponto é plausível reforçar a interface entre a história de Claret e a dos irmãos Martinez. Um deles, Diego, era *montonero*. Mas, além dessa implicação, outro fato pesava sobre a dupla: os irmãos eram parentes muito próximos do Comandante Mario Eduardo Firmenich, o líder *montonero*. Em seu primeiro depoimento sobre o caso Claret, em 2008, Krischke fez um comentário tão esclarecedor quanto intrigante:

Em Passo Fundo, tivemos... não me pergunta a razão, porque eu não saberia te dizer... [riso] nós tivemos vários argentinos. (...) E alguns Montoneros... vários. Por que razão não sei... se... uma razão estratégica, pois, de Passo Fundo, por exemplo, por rodovia (pode ser por ônibus, por automóvel), tu pode te aproximar da fronteira facilmente... não é verdade? Então, talvez seja esta a razão. Mera especulação minha. Inclusive uma pessoa muito chegada a mim (...) muito jovem... e, por ser membro de uma família muito visada (referia-se aos irmãos Martinez) então, havia certa atenção com aquela região quando tomamos conhecimento da prisão (de Claret) pela Polícia Federal... (...) Mas havia a possibilidade, via alto-comissariado das Nações Unidas, de resolver este problema. (...) Então, com toda a discrição foi feito, inclusive com a atuação de interpostas pessoas... para que o alto-comissariado desse a proteção, e ele pudesse sair para o exílio.⁶²³

⁶²³ Entrevista com Jair Krischke, realizada em Porto Alegre - 30/10/2008.

Torna-se evidente que em Passo Fundo havia (pelo menos) dois núcleos de argentinos: o de Claret e seus “agregados” (exilados, mas já desvinculados dos seus grupos políticos originários) e os *Montoneros*. Embora Claret tenha pertencido a JP (uma ramificação da organização), os *Montoneros* que se encontravam no RS, herméticos em seu grupo por questões de segurança, desconheciam sua militância e obviamente não o reconheciam como sendo parte da mesma estrutura. O oficial *montonero* que estava em Porto Alegre comentou brevemente ao autor sobre o caso Claret:

*Yo tenía un compañero, que es cuñado de Firmenich y estaba en Passo Fundo. Entonces por ahí me enteré de todo un tema de que se creía en el momento que había ya ... como para cercarnos a todos los que estábamos en el (Rio Grande do Sul?)... y en realidad no, porque queda algo aislado. Por eso me enteré.*⁶²⁴

Como se pode observar pelos dois depoimentos, a prisão de Claret serviu para deixar os *Montoneros* em alerta geral por dois motivos: a segurança dos irmãos Martinez e da própria estrutura da organização. De qualquer forma, nos parece que alguns *Montoneros* suspeitaram inicialmente que a prisão do engenheiro era a ponta de um iceberg de uma vasta operação das forças armadas com a finalidade de atingir a organização no Rio Grande do Sul. Preventivamente, os irmãos Martinez deixaram a cidade e se esconderam por um tempo no interior.⁶²⁵

Mesmo que Claret não pertencesse à organização, ele era argentino e, como tal, sabia da existência de outros compatriotas, podendo revelar a presença de algum membro dos *Montoneros*, ainda mais em uma cidade então pequena como Passo Fundo. De fato, ele já conhecia Gabriel Martinez, embora Claret não soubesse muito a respeito dele, pois todos procuravam manter a discrição para se preservar.

É plausível pensar ainda em outra hipótese para a prisão de Claret: que os agentes da repressão tenham confundido Claret com um dos irmãos Martinez ou talvez os militares pensassem que Claret era *montonero* e os levaria até os irmãos ou o restante da organização. Isto também é possível, especialmente tendo se em vista

⁶²⁴ Segunda entrevista com J. P. realizada em Porto Alegre - 27/10/2008.

⁶²⁵ Além da questão política, a captura dos familiares de Firmenich por parte das forças militares seria também estratégica para infringir uma perda de ordem pessoal ao chefe máximo *montonero*. Conversa com Diego Martinez Agüero, realizada em Porto Alegre – 08/05/2010.

que o irmão mais velho, Gabriel, tinha várias semelhanças com Claret, pois era também engenheiro, tinha idade aproximada e era empregado de uma indústria concorrente da firma Menegaz, onde Claret trabalhava.⁶²⁶

Para sorte de Claret, o MJDH de Krischke já tinha sido acionado e havia encaminhado seu caso para a Comissão de Paz e Justiça, via Dom Paulo Evaristo Arns. Posteriormente, Krischke nos explicou melhor os múltiplos problemas que acarretaria publicizar o caso Claret desde o Rio Grande do Sul.

Em primeiro lugar, Krischke era muito próximo dos irmãos Martinez, especialmente o jovem Diego, e devia agir objetivando a proteção destes. Contudo, ele sabia que, por tabela, acabaria protegendo a própria estrutura da organização *Montoneros*, cuja atividade no Rio Grande do Sul ele conhecia. Assim, Krischke preferiu atuar com cautela, pois deduziu que uma exposição da reduzida comunidade argentina de Passo Fundo poderia atingir não só os *Montoneros*, mas todos os que lá se encontravam refugiados, causando mais sequestros. Em segundo lugar, eram tempos sob a vigência do AI-5 e Krischke também tinha de preservar o próprio MJDH, que era ainda um grupo sem registro legal, considerado “subversivo” por atuar junto aos refugiados e dissidentes políticos. E, por último, a desconfiança com relação a que o caso Claret vinha através de uma denúncia anônima por telefone, o que dificultava confirmar se era de fato uma denúncia ou era apenas uma isca dos serviços de inteligência.⁶²⁷

4. 2. 8. O Caso Claret e a Conexão Repressiva do Condor

É evidente que Claret não foi considerado um simples imigrante ilegal. Se assim o fosse, teriam sido tomados os procedimentos legais cabíveis, que determinavam a expulsão do mesmo em 48 horas. Ao contrário, ele foi mantido incomunicável e virtualmente desaparecido para seus familiares durante o tempo que os policiais julgaram necessário até a chegada dos colegas argentinos e tornando a expulsão para o país de origem desnecessária: se Claret fosse um “alvo” ele teria sido levado, ao melhor estilo Condor. O que é mais assustador, não apenas do ponto de vista do desrespeito as leis de um Estado de direito, mas principalmente do descaso

⁶²⁶ Conversa com Diego Martinez Agüero realizada em Porto Alegre – 08/05/2010.

⁶²⁷ Segunda conversa com Jair Krischke realizada em Porto Alegre, – 25/08/2010.

absoluto com o direito a vida dos homens: os perseguidores vinham do estrangeiro (a Argentina, no caso) até o refugiado, para ajudar na caça ou já lhe sendo entregue indefesa a vítima, como um embrulho, uma coisa, um não-humano. Mas duas questões, interligadas, permanecem: como a repressão chegou até Claret e qual foi efetivamente o papel do consulado argentino na sua prisão?

O documento abaixo, embora não se relacione ao caso Claret, é bastante revelador dos mecanismos de colaboração repressiva bilateral funcionando imbricada e interligada ao âmbito diplomático. O documento é um relatório semanal de um agente do DEOPS paulista, redigido em 20 de abril de 1977. O referido agente, cujo nome se desconhece, mas identificado pelo número “2379”, sua possível matrícula, tinha por tarefa a observação e segurança junto ao Consulado Geral da República Argentina em São Paulo. Eis seu relato na íntegra. Os sublinhados são nossos:

“No dia 15.04.77, sexta-feira, a pedido do cônsul geral, Sr. Julio Alfredo Seixas, acompanhei o subcomissário da polícia federal argentina, Sr Sergio Martinez e seu acompanhante, também polícia, até o D.P.F na rua Xavier de Toledo, 280, 5º andar; onde ambos se entrevistaram com o Coronel Benedito Félix de Souza, à quem pude apurar, pediram a prisão de dois argentinos que se encontravam aqui em São Paulo. Soube mais tarde, que ambos viajaram para a Argentina nesta terça-feira, 19.04, para Buenos Aires, com a missão cumprida, isto é, levando seus prisioneiros.”⁶²⁸

Este relatório nos parece, pela clareza, uma prova oficial e conclusiva de uma típica colaboração repressiva fora dos marcos jurídicos e institucionais. O caráter expeditivo da “detenção” não revela a agilidade do judiciário, mas sim um sequestro típico do Condor. Em apenas quatro dias depois de ter tido sua captura solicitada, os dois argentinos (cujos nomes infelizmente ainda desconhecemos) já se encontravam nas mãos dos agentes do regime. É bem provável que eles tenham engrossado as estatísticas e se incluam na lista dos mais de 30.000 “desaparecidos”, vítimas da ditadura argentina, contabilizados pelas organizações de direitos humanos.

⁶²⁸ DEOPS/SP: Relatório Agente 2379, 20/04/77 - Dossiê DEOPS 50-E-016 – Arquivo do Estado de São Paulo (AESP) – São Paulo.

S.O.-S.S.P.-Mod. 77 *de*
CP#

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL
SÃO PAULO

Xerox Dr. Carlos
→ OK

Sub-Chefia da Divisão de Ordem Política

DATA: 20.04.77	INVESTIGAÇÕES N.º . . .	RELATÓRIO FEITO POR 2379
ASSUNTO: OBSERVAÇÃO E SEGURANÇA JUNTO AO CONSULADO DA ARGENTINA EM SÃO PAULO.		DIRIGIDO A c Dr. Silvio Pereira Machado, Del. Tit. da Divisão de Ordem Política.

Conforme determinação de V.S., estou apresentando o relatório referente ao assunto acima citado, como segue:

"No dia 15.04.77, sexta-feira, a pedido do consul geral, sr. Júlio Alfredo Freixas, acompanhei o subcomissário da polícia federal argentina, sr. Sergio Martinez e seu acompanhante, também polícia, até o D.P.F. na rua Xavier de Toledo 280, 5º andar; onde ambos se entrevistaram com o Coronel Benedito Felix de Souza, à quem como pude apurar, pediram a prisão de dois argentinos que se encontravam aqui em São Paulo. Sob os mais tarde, que ambos viajaram para a Argentina nesta terça-feira, 19.04, para Buenos Aires, com a missão cumprida, isto é, levando seus prisioneiros.

E nesta terça-feira, 19.04.77, acompanhei o sr. consul geral a uma entrevista informal com o comandante Brigadeiro Glóvis Pavan, da 4ª zona aérea, sito à avenida Dom Pedro I, 100."

Em tempo, acuso o recebimento de um ofício endereçado ao consul adjunto sr. Rivarola, a quem entregarei pessoalmente.

É só o que tenho para relatar no momento.

Figura 4. 6. Original do documento que comprova a participação direta de altos funcionários da diplomacia argentina na repressão e que resultou no sequestro de dois argentinos em São Paulo, 19 de abril de 1977 (Fonte: DEOPS/SP: Relatório Agente 2379, 20/04/77 - Dossiê DEOPS 50-E-016 – Arquivo do Estado de São Paulo /AESP – São Paulo).

Um ponto desse documento que merece ser analisado se refere ao papel desempenhado pela diplomacia argentina durante o período de 1976 a 1983, ou melhor, de alguns de seus funcionários, na repressão aos exilados. Por um lado, agindo como contato ou instrumento de ligação entre os serviços de inteligência dos dois países. Pelo outro, atuando diretamente o corpo diplomático como “serviço de inteligência” em prol das agências de informações, coletando e armazenando dados e sendo fonte geradora de informação concernente à repressão sobre a comunidade argentina, e os dissidentes em particular, no exterior. Como se vê, a diplomacia argentina inverteu por completo sua lógica de ser ao descumprir com seu dever de servir e proteger os interesses de seus co-nacionais no estrangeiro.

Retomando a ligação com o caso Claret podemos dizer que existem fortes indícios de que diplomatas ou funcionários (e mesmo agentes policiais adjuntos, se traçarmos um paralelo com o caso descrito acima, em São Paulo) do consulado argentino de Porto Alegre tiveram uma participação preponderante na sua detenção.

Ele não foi preso aleatoriamente, a sua localização foi certa. O jornal *La Razón*, de Buenos Aires, que noticiou a sua libertação e a saída como asilado para a Suécia, deu explicações pouco convincentes sobre a sua prisão, como se fosse fruto de uma investigação policial: *Claret estuvo preso (...) desde el mes pasado, cuando la policía federal (...) encontró que el argentino estaba viviendo en el país con documentación falsa.*⁶²⁹ Porém, mais adiante, o texto contraditoriamente revela que Claret, ao procurar sua regularização, foi descoberto por meio de uma denúncia da “Argentina ao governo brasileiro” e que alertava sobre a sua prévia militância política: *(...) el ingeniero (...) trató de conseguir visa permanente, pero esta fue rehusada, según informó la policía federal, porque la Argentina informó al gobierno brasileño que Claret fue una vez miembro de la organización Juventud Peronista.*⁶³⁰

Evidentemente que sua captura foi uma operação calculada e de grande vulto e que somente poderia ter sido montada com base em informações concretas e precisas. Ou seja, as forças de segurança foram guiadas até o “alvo”, com dados atualizados (cedidos de boa-fé pelo próprio Claret) que somente o consulado argentino em Porto Alegre possuía por então.

Contudo, uma questão permanece obscura: quem eram os argentinos que interrogaram Claret no cárcere brasileiro? A qual força armada ou serviço de inteligência eles realmente pertenceriam? Não há ainda documentação nem testemunho disponível a esse respeito, mas podem ser elaboradas algumas hipóteses aceitáveis com base em casos análogos e na análise da bibliografia. Vamos a elas:

1) Os interrogadores poderiam ser da Polícia Federal Argentina (PFA). Uma prova concreta da atuação de policiais argentinos em solo brasileiro esta no relatório do “Agente 2379” do DEOPS paulista, já citado anteriormente, e que relata a prisão de dois argentinos em São Paulo pelo subcomissário Sergio Martinez e outro policial (ambos da PFA), em 19 de abril de 1977.⁶³¹ Lembre-se que desde 1974 agia o denominado Departamento de Assuntos Estrangeiros da PFA que, pouco a pouco, estenderia ainda mais os seus tentáculos. Já que Claret estava entregue em mãos da

⁶²⁹ *La Razón*, 20 de octubre de 1978 (recorte). Acervo Movimento Justiça e Direitos Humanos (MJDH) – Porto Alegre.

⁶³⁰ *Idem.*

⁶³¹ DEOPS/SP: Relatório Agente 2379, 20/04/77 - Dossiê DEOPS 50-E-016 – Arquivo do Estado de São Paulo (AESP) – São Paulo.

PF brasileira, pode supor-se que a comunicação direta entre ambas as polícias fosse mais fluída, ainda mais se pensarmos na existência de agentes policiais, adidos as embaixadas e consulados, agindo como elementos de ligação entre os órgãos de segurança brasileiros e argentinos.

2) Os interrogadores também poderiam ser do Exército, provavelmente ligados ao temido B. 601, ente encarregado de executar a repressão no além fronteiras. Como já foi visto o *Cuerpo de Ejército II*, com assentamento em Rosário, possuía unidades de inteligência que atuavam fora das fronteiras nacionais. Em um recente processo criminal da Justiça argentina contra militares por “privação ilegítima da liberdade pessoal”, dois depoentes expuseram sucintamente alguns aspectos do funcionamento das bases de inteligência militar argentinas no Brasil. Segundo Néstor Norberto Cendón, ex-membro do GT-2, integrado ao B. 601, as principais bases no Brasil estavam em São Paulo e Rio de Janeiro, mas também havia uma base de controle na fronteira em Paso de los Libres, do outro lado da ponte que leva a Uruguaiana. Cendón ainda declarou que

*(...) el objetivo de estas bases era detectar personas vinculadas a la “subversión”, controlarlos y obtener información de todos sus movimientos, de forma que, ante la sospecha de que intentarían regresar al territorio argentino, fuera posible detenerlos con anterioridad, en los puestos fronterizos.*⁶³²

Outro envolvido no processo, o coronel Antonio Hermínio Simón, chefe do Destacamento de Inteligência 123, também ligado do *Cuerpo de Ejército II*, e que atuava em Paso de los Libres, reafirmou no seu depoimento à Justiça a presença e a abrangência das ações dos militares argentinos em solo brasileiro:

*La misión era suministrar inteligencia militar al Cuerpo de Ejército II, a Jefatura II Inteligencia del EMGE, con centro de gravedad en el Orden de Batalla del entonces 3º Cuerpo de Ejército Brasileño desplegado en los Estados brasileños de Rio Grande do Sul, Santa Catarina y Paraná.*⁶³³

⁶³² Expediente N° 16307/06 del Registro de la Secretaría N° 8 (a cargo del Dr. Justo Bonnet) del Juzgado Nacional en lo Criminal y Correccional Federal N° 4, a cargo del Juez Federal Ariel Lijo, caratulado “Guerrieri, Pascual Oscar y otros s/ - Privación Ilegal de la libertad personal”. Acervo Movimento Justiça e Direitos Humanos (MJDH) – Porto Alegre.

⁶³³ Idem.

3) Por fim, a hipótese se os interrogadores pertenceriam a um grupo misto de militares e policiais. Talvez esta seja a hipótese mais plausível, levando-se em conta a complexa estrutura e formação dos diversos GT's encarregados das operações de repressão (interna e externa), muitos deles surgidos a partir da estrutura operacional dos bandos paramilitares clandestinos que atuavam desde muito antes do Golpe de 24 de março de 1976. Em vários dos casos relatados, estes GT's eram chefiados por militares (sempre no comando) porém, eram secundados por policiais federais, policiais provinciais e até agentes civis. Por sua parte, a Marinha argentina também tinha formado grupos operacionais (com militares e *ex-Montoneros* colaboradores para identificar antigos companheiros, os *dedos*) que operavam nas fronteiras com o Uruguai, o Paraguai e o Brasil. No Brasil, a partir de julho de 1978, a Marinha teve atuação em Foz do Iguaçu e também em Uruguaiana, segundo Bonasso.⁶³⁴

Nesse período também se desenvolveu uma verdadeira competição entre as Armas e os seus respectivos órgãos de inteligência para ver quem capturava mais *Montoneros*. Essa disputa entre os setores castrenses não se restringia somente a uma questão militar, de derrota da guerrilha. Em um sentido mais amplo, ela também representava, em escala reduzida, as lutas de poder entre o Exército e a Marinha pelo controle do aparato de Estado e as divergências entre os projetos políticos futuros da cúpula do Exército (no comando da Junta Militar) e da cúpula naval, na figura do almirante Emilio Massera.

Como se pode observar, o período em que ocorreu a prisão de Claret, setembro de 1978, foi particularmente uma época de febril atividade para os diversos serviços de inteligência militar argentina que circulavam dentro do território brasileiro à caça de guerrilheiros. Logo, o contexto não era em nada propício para qualquer dissidente argentino que buscasse refúgio por aqui.

Afortunadamente, no caso de Claret, a decisiva intervenção do ACNUR e de outros organismos defensores dos Direitos Humanos neste episódio evitou que a sua história tivesse um desfecho trágico como a de tantos compatriotas seus.

4. 2. 9. “Alguém Importante Vem te Ver”: A Visita de Guy Prim

⁶³⁴ BONASSO, Miguel, op. cit., p.375.

Embora Claret ainda não o soubesse, aquela longa sessão de interrogatório com os argentinos seria a última da sua epopéia no cárcere da PF. Poucos dias depois ele foi levado a tomar um banho e instado a se barbear. Foi feito um rigoroso e minucioso exame médico, durante o qual o doutor que o examinava e fotografava não se furtou em explicar o seguinte: *El médico me dijo que era para enviarme a Argentina y que ellos no querian que se confundiera mi cuerpo con otros.*⁶³⁵ Seria verdade ou então apenas outra “piada” fruto do macabro senso de humor dos policiais? Ainda desconhecia a sua situação e a da sua família. A apreensão e a angústia da incerteza sobre o seu futuro e o de seus entes queridos continuavam.

Após, recebeu uma muda de roupa limpa e lhe informaram que tinha uma visita de uma pessoa muito importante. Ao avistar o policial Scherer, seu captor, lhe perguntou o que sempre lhe perguntava, quase automaticamente: - *¿donde están los chicos?* E como resposta sempre ouvia: - *no te preocupes, tenemos todo controlado.*⁶³⁶ Uma resposta mecânica e evasiva que, objetivamente, equivalia a nada.

Depois, o retiraram da cela e, por primeira vez, em quase um mês de detenção, pode ver a luz do sol atravessando a janela da escada que o conduzia a uma sala no segundo andar do prédio da Superintendência Regional da Polícia Federal no Rio Grande do Sul. Claret guarda uma vívida recordação deste fato e até sorri ao lembrar-se do insólito momento:

*Me llevan a un despacho del jefe de policía. Un escritorio grande, ventanas, armario, la bandera. Me sientan ahí (...) Y aparece un petisito, así gordito, traje Príncipe de Gales gris, con chaleco impecable (...) ¡Un tipo muy refinado! (Risos)*⁶³⁷

Para ele, aquele pequeno homem, extremamente bem-trajado, de aparência refinada e fala formal, parecia um personagem fictício, totalmente alheio a aquele contexto sórdido. O homem era nada menos que Guy Prim, o representante da ACNUR no Brasil e que viera do Rio de Janeiro para interceder no seu caso. Mas, em virtude de tudo o que já havia ocorrido, o engenheiro não lhe deu muita atenção e muito menos crédito. Na verdade, Claret chegou a pensar que o homem ali na sua

⁶³⁵ CLARET, Carlos A, op. cit., 17/06/2009, p.6.

⁶³⁶ Entrevista com Carlos Claret, realizada em Foz do Iguaçu - 18/09/2009.

⁶³⁷ Entrevista com Carlos Claret, realizada em Foz do Iguaçu - 18/09/2009.

frente fosse mais um policial empregando outra “técnica” de interrogatório. Assim, procurou despistá-lo. Quanto mais Prim se esforçava em conseguir a confiança de Claret mais este lhe respondia negativamente, até o ponto que a paciência do representante da ACNUR se esgotou. Então Guy Prim, um tanto exasperado, lhe disse:

*- Mira, o confías en mí, porque (...) vos estás muy comprometido acá. ¡Tenés que confiar en mí! (...) entonces sacó el pasaporte: - ¡mira, yo soy de Naciones Unidas! Ahí mire el pasaporte, yo realmente no tenía idea del pasaporte, pero ahí se veía que tenía sellos de todos los lugares del mundo, se veía que no era falsificado. No decía el ACNUR, pero era un pasaporte de Naciones Unidas.*⁶³⁸

Finalmente, Claret se convenceu que Prim era quem afirmava ser e consentiu com ele que a sua situação era grave. Por ironia do destino, teve de preencher mais um formulário contando toda sua história, mas desta vez, por uma boa causa: salvar sua família e a si próprio. Enquanto preenchia o formulário, Claret não parava de se assombrar com a serenidade e o refinamento de Prim: (...) *Guy sacó un “charuto” y le cortó la punta con un cuchillo especial que yo nunca había visto. Leia “El Discurso del Método” de Descartes.*⁶³⁹

Nessa declaração, onde devia fazer constar a perseguição política sofrida, o engenheiro também deveria assinalar um lugar de asilo. Pensou nos lugares onde já existia uma comunidade argentina no exílio:

*Entonces, le dije (a Prim): - Bueno, España, Méjico y Francia. No, me dice, vamos a poner Suecia, porque Suecia va a ser el que va a responder más rápido, porque vos calzas en las características que ellos quieren: Profesionales jóvenes, con chicos. (...) Pusimos Suecia... ¡Yo no tenía ni idea donde quedaba Suecia!*⁶⁴⁰

Depois de alguns dias de espera, em um tempo vagaroso que não soube precisar, veio a notícia que ele seria libertado. O tratamento do cárcere até melhorou. Em determinado momento, Claret foi levado novamente à sala do chefe de polícia, onde pode rever sua família depois de longa ausência forçada: - *Eso fue un momento muy importante*, ele disse, com típica economia de palavras que assola os seres humanos nos momentos de intensa emoção.

⁶³⁸ Idem.

⁶³⁹ CLARET, Carlos. Correspondência eletrônica com o autor - 08/06/2010.

⁶⁴⁰ Entrevista com Carlos Claret, realizada em Foz do Iguaçu - 18/09/2009.

A partir daí, tudo se desenvolveu de forma vertiginosa: tiraram as marcas datiloscópicas de toda a família, fotos e mais uma série de expedientes burocráticos. Sua esposa já tinha embalado os poucos pertences que lhe restaram, apenas os que podiam ser carregados, ou melhor, os únicos objetos que a polícia lhes permitiu levar. Ainda indignado, apesar do tempo transcorrido, Claret se relembra do despojo sofrido nas mãos da polícia, que lhe subtraiu desde documentos até objetos pessoais de valor material e afetivo:

Me robaron unas botas (las había hecho a medida un viejo en Carazinho) y mi valija con mis ropas. Mi mujer, cuando preparó las valijas, la valija se la quedó la policía. Yo seguí a Suecia y ni siquiera el carnet de conductor... ¡Nada, todo se lo quedó la policía (...) todos mis documentos!⁶⁴¹

Pela ótica dos serviços de segurança, é provável que os seus documentos tenham sido apreendidos preventivamente, para evitar que pudessem ser “reciclados”, repassados e re-utilizados futuramente por algum outro dissidente argentino em fuga, o quê, conforme dito anteriormente, já se constituía uma prática bastante comum. Já o espólio de seus bens pessoais provavelmente se ancore em uma desprezível “tradição” de abuso de autoridade por parte de certos agentes do Estado agindo em benefício próprio.

Seu documento emergencial por um tempo seria apenas um certificado expedido pelo Consulado Geral da Suécia no Brasil e que o autorizava a entrar e fixar residência no país escandinavo, como se observa na Figura 4.7.

Posteriormente, Claret soube que esteve “desaparecido” por aproximadamente uma semana e que as autoridades em Passo Fundo negavam a sua prisão, apesar do espetáculo que esta havia representado na cidade. Sua sorte foi ter contado com a solidariedade de parentes e amigos que intercederam prontamente face ao ocorrido. Por exemplo, a empresa onde trabalhara contratou advogados para identificar seu paradeiro. A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e a Comissão de Justiça e Paz pressionaram o governo brasileiro para que sua prisão fosse legalizada. Até o Secretario de Agricultura, com o qual Claret tivera contato, intercedeu a seu favor. Os advogados Lauro Duarte e Paulo Pires acompanharam o

⁶⁴¹ Idem.

caso e ainda se encarregaram de divulgar internacionalmente o fato. Em síntese, tudo para evitar que Claret fosse repatriado e tragado pela máquina repressiva argentina.⁶⁴²

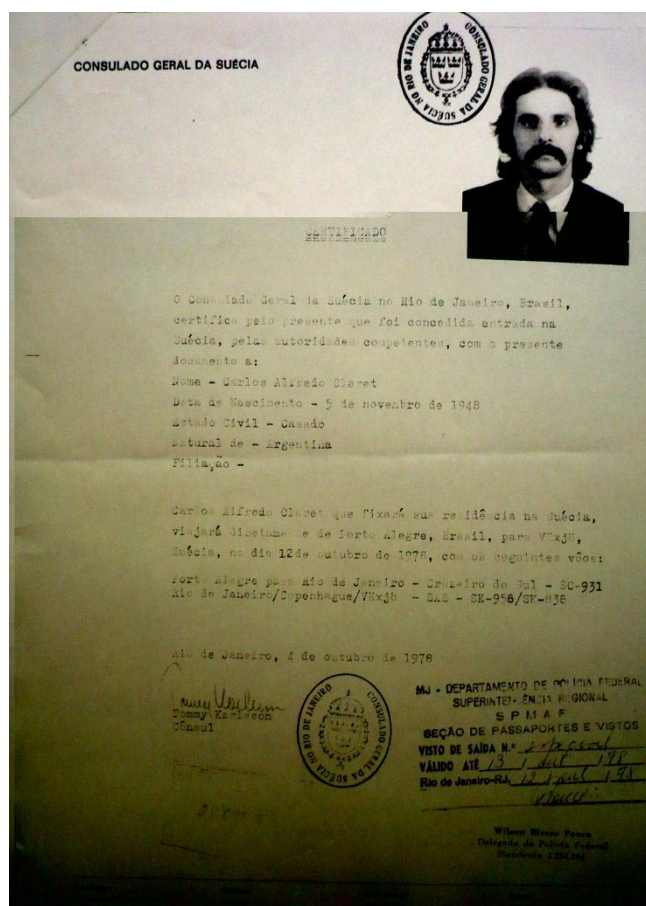


Figura 4. 7. Certificado de autorização de entrada e residência na Suécia, 04 de outubro de 1978 (Arquivo privado de Carlos Claret).

Durante o mês que esteve detido, sua esposa e seus filhos também sofreram com a constante perseguição dos organismos repressivos. Na procura por ajuda, informações e em busca de apoio de diversas organizações, sua família (esposa e duas crianças, de dois e três anos de idade) teve de circular por diversas cidades, como Porto Alegre e São Paulo. Além dos elevados custos que isso representava e da dificuldade de deslocamento nessas delicadas condições, ainda tiveram que enfrentar a ameaça que pressupunha a cerrada vigilância policial: *Mi esposa viajaba con los niños dado que no tenía donde dejarlos. Pero cuando trataba*

⁶⁴² CLARET, Carlos A, op. cit., 17/06/2009, p.6.

*de alquilar una pensión o un hotel aparecía la policía secreta y ordenaba al hotel no permitir el alojamiento.*⁶⁴³

Com essa ação, a polícia certamente esperava que a esposa de Claret se desesperasse e buscasse refúgio junto a outros exilados argentinos, o que os exporia transformando-os em indivíduos visíveis, identificáveis e mais facilmente atingíveis. Logo, se esperava que essa pressão rendesse dividendos, que ocorresse um “efeito dominó” sobre a comunidade de exilados, uma multiplicação dos alvos para as afiadas garras da repressão Condor.

Em 12 de outubro de 1978, enquanto a ditadura argentina festejava o “Dia da Raça”, efeméride que comemora a chegada do europeu à terra dos indígenas (símbolo do triunfo da “civilização” sobre a “barbárie”), Claret e sua família deixavam a América do Sul em direção a Europa. Uma estranha viagem inversa a qual haviam feito seus antepassados europeus. Algemado, o engenheiro foi conduzido até o aeroporto Salgado Filho, em Porto Alegre, e embarcou no *Boeing 727* da Cruzeiro que o levaria para o Rio de Janeiro, sempre escoltado por um policial de nome Carlos Castelo Branco, segundo se recorda. No trajeto, tentando parecer afável, o policial manteve com Claret uma fluida conversa durante a qual lhe fez uma proposta absurda, quase surreal: (...) *se sentó al lado mío, ocupando el asiento del pasillo en el viaje (...) Me dijo: - Yo se que usted es una persona importante. Si alguna vez precisa de algún custodio (Segurança) acá esta mi tarjeta. ¡Y me dio su tarjeta!*⁶⁴⁴

⁶⁴³ Idem.

⁶⁴⁴ Idem.

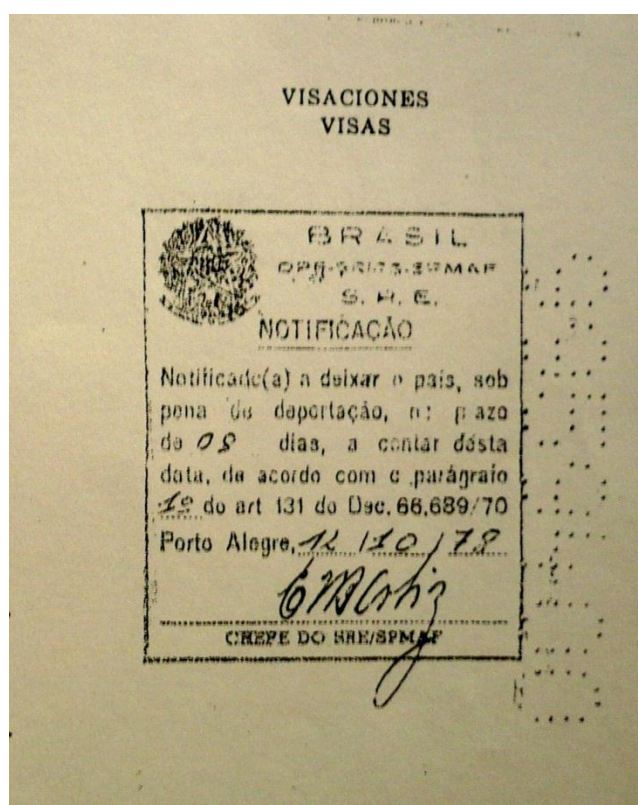


Figura 4. 8. Carimbo oficial do Serviço de Registro de Estrangeiros - Serviço de Polícia Marítima, Aeroportuária e de Fronteiras (SRE/SPMAF) da Polícia Federal marcado sobre o passaporte de um dos filhos de Claret, com a data da partida do Brasil, 12 de outubro de 1978 (Arquivo do MJDH).

Sua família embarcava por separado, também sob vigilância e escolta policial. Nos seus passaportes, um espalhafatoso carimbo da Polícia Federal advertia ameaçador: “*notificado (a) a deixar o país, sob pena de deportação, no prazo de oito dias a contar desta data...*” simbolizando permanentemente a dupla marca da discriminação e da intolerância.⁶⁴⁵ Já no aeroporto do Rio de Janeiro, eles desceram por último da aeronave e foram mantidos isolados em um recinto reservado. A chegada de Guy Prim para trazer os documentos, os *laissez passer* que lhes abririam as portas da Suécia, injetou mais ânimo no grupo. Apesar da felicidade de ter novamente a família reunida, os Claret estavam nervosos e apreensivos, pois ainda se encontravam em território hostil, continuavam “presos” numa sala e não sabiam quando iam partir. Nas recordações de Claret transparece a sensação da ansiedade e a expectativa vivida naqueles momentos:

⁶⁴⁵ Cópias autenticadas dos passaportes argentinos da esposa e dos filhos de Claret. Acervo Movimento Justiça e Direitos Humanos (MJDH) – Porto Alegre.

*Estábamos todos más o menos bien... pero pasaban las horas, pasaban las horas, no teníamos ni idea de pasaje ni nada. Por allá sentimos del otro lado de la puerta: ¡Familia Claret, familia Claret! Era la azafata del vuelo que nos estaba buscando... golpeamos la puerta, al final la abrieron y ahí embarcamos al vuelo.*⁶⁴⁶

Alguns tensos e intermináveis minutos depois, o jato *Douglas DC-8* da *Scandinavian Airlines System* (SAS) fechou suas portas, taxiou na pista do Galeão e decolou, finalmente deixando o solo brasileiro e aprofundando rumo ao norte da Europa, Copenhague primeiro e Växjö por último. No ar, a milhares de pés de altitude, veio chegando o alívio. Ali eles sentiram que, a partir desse instante, já estavam a salvo dos algozes de ambas as ditaduras.

4. 2. 10. Epílogo e Recomeço

Para os Claret a chegada na Suécia representou, de forma simultânea, uma avalanche de sentimentos contraditórios. Dentre eles, um alívio e uma fratura profunda, como todo processo de exílio. Alívio por estar a salvo do terror e da intolerância das ditaduras sul-americanas. Por outra parte, também significou uma nova ruptura que atingiu o núcleo familiar e que levou um bom tempo para cicatrizar. A saída da Argentina havia sido a fuga da “fábrica de cadáveres”, parafraseando a Giorgio Agamben, mas a saída do Brasil também era revestida de todo um sentido negativo. Era uma expulsão, um termo rodeado por todo um halo pejorativo: se expulsa o nocivo, o indesejável, o sujo, o desagradável, o que não queremos que nos pertença. Enfim, o alheio. Foram rejeitados, expulsos como se fossem “coisas”, coisas ruins ao Brasil.

Chegar a Suécia significou também um novo recomeço: (...) *esta fue la tercera vez que comencé desde cero la vida*, disse Claret.⁶⁴⁷ E este reinício da vida foi, diga-se de passagem, muito difícil em termos materiais e problemas objetivos: dificuldades financeiras, compreensão da língua, trabalho, escola, entre outros. Mas também foi problemático quanto aos fatores subjetivos e culturais: o estranhamento, os códigos culturais, os valores éticos e morais, as diferenças na dinâmica social, o

⁶⁴⁶ Entrevista com Carlos Claret, realizada em Foz do Iguaçu - 18/09/2009.

⁶⁴⁷ Idem.

trato cotidiano com o “outro”, o diferente, sendo ao mesmo tempo o “diferente” para aqueles que habitavam essa terra que lhe era tão alheia. Era um mundo novo e totalmente diferente do conhecido até então. E nesse estranho novo mundo, pequenos problemas, assuntos corriqueiros da “normalidade” cotidiana adquiriam uma hiperdimensão. Por exemplo, retirar a licença para dirigir, que havia sido apreendida no Brasil:

*Tuve que hacer el carnet de conductor de nuevo, pero para hacer el carnet de conductor en Suecia tenés que aprender sueco primero. ¡Así que, lo que me ha costado, si uno se pone a considerar lo que significa la pérdida de todo, esta transformación es enorme!*⁶⁴⁸

Transformação, pois aqui nos deparamos com uma das características criativas e positivas do exílio: o desterrado pode “perder” seu país, mas em contraposição, pode “ganhar” no tocante ao expandir-se sobre novos horizontes e mudar o ângulo das perspectivas, tomando consciência e compreensão dos novos aspectos sociais, culturais, políticos e religiosos, aprendendo a lidar com a diferença. Enfim, a transformação encerra todo um processo dialético, que se inicia com a desestruturação do sujeito na ruptura do antigo entorno sócio-cultural e que se segue com a reconstrução de algo novo a partir do contato com outro contexto, da percepção de uma realidade até então desconhecida e da sua futura e intrincada relação com ela. Denise Rollemberg considera este processo de criação de uma nova identidade por meio da experiência do exílio como uma autêntica “metamorfose”.⁶⁴⁹

Claret e sua família foram resgatados. No plano concreto, o resgate evitou-lhe a deportação, certamente seguida de uma infindável lista de tormentos físicos e psicológicos e, posteriormente, de um provável “desaparecimento” nos campos de extermínio argentinos ou uma vaga garantida nos terríveis “vôos da morte”. A integridade física estava garantida, o controle corpóreo – temporariamente perdido durante a tortura e a passagem pela experiência carcerária – já havia sido recuperado. Contudo, ainda faltava realizar outro “resgate”, subjetivo, o resgate da sua pessoa em um sentido mais amplo, mais íntimo. Resgatar a si próprio, seu passado, sua concepção de mundo, a sua história de vida:

⁶⁴⁸ Entrevista com Carlos Claret, realizada em Foz do Iguaçu - 18/09/2009.

⁶⁴⁹ ROLLEMBERG, Denise, 1999, op. cit., p.35.

*Pero hay una cosa que fue lo más importante para mí (...) fue poder recuperar la identidad. Es decir, mientras yo vivía en la Argentina, dos años 'rajando' y los dos años en Brasil, (passou) todo el tiempo diciendo cualquier cosa, mintiendo y cuidando de que no se vaya a descubrir quien yo era. Llegar a Suecia y poder decir, yo me llamo así, vengo de tal lado y estoy aquí por mis ideas fue algo... ¡una de las cosas más importantes del refugio político!*⁶⁵⁰

Neste sentido, ao longo do tempo, o exílio no país nórdico lhe possibilitou o desafio de um reencontro consigo mesmo, uma nova oportunidade de amarrar os laços constitutivos e estruturadores do seu Eu que haviam sido danificados, de reiniciar a vida em outro formato. O exílio significa crise, mas também pode significar superação. Ou seja, em certos casos, o exílio gera a capacidade de poder construir novamente uma identidade há muito fragmentada.

Porém, tal como num mosaico, a junção dos diversos fragmentos dessa antiga identidade – os vestígios do passado e os adendos do presente – acaba por conformar outra imagem. Uma identidade re-significada, nova e diferente. Contudo, esta reconstrução sempre é ancorada sobre a base estrutural da identidade originária.

4. 3. A Banalização do Condor: O Estranho Caso de Cristina Fiori de Vina

Exatamente um ano depois de ocorrida a operação de sequestro dos uruguaios em Porto Alegre, outra operação similar, mas desta vez em Uruguaiana, chamaria bastante a atenção da imprensa e de parte da sociedade gaúcha. No início, o caso aparentava ser apenas um problema policial sem maior transcendência. Segundo o artigo da seção policial do jornal Zero Hora, do dia 28 de novembro de 1979,

Agentes da Polícia Federal, de Uruguaiana, prenderam no final da tarde de ontem (...) a espanhola Margarida Mengol Villas Moros (sic), procurada pelas autoridades argentinas e acusada, extra-oficialmente, de participação em diversos assaltos na Argentina, na companhia de Cristina Gloria Fiori, detida em ação conjunta na tarde do último dia 16 em Uruguaiana. A prisão de Margarida - que estava hospedada em uma casa de cômodos na Rua Bento Martins – só foi possível depois que seu

⁶⁵⁰ Entrevista com Carlos Claret, realizada em Foz do Iguaçu - 18/09/2009.

*companheiro, o argentino Oscar Mendes, foi detido e acabou dando o serviço.*⁶⁵¹

A espanhola ficou detida na PF, enquanto se aguardava o desenvolvimento legal de um suposto processo na Argentina, de onde haviam fugido para se esconder no Brasil, e que deveria culminar, em tese, em uma extradição legal. Mas onde estava Cristina Glória Fiori? No dia 16, ela foi levada do seu quarto no Hotel Palace, onde estava hospedada, por dois policiais civis de Uruguaiana que estavam acompanhados de um oficial da Polícia Federal argentina, ostentando farda azul e insígnias amarelas. Pouco antes, o acompanhante de Cristina, Juan Gamarra, e sua amiga Margarita haviam fugido ao perceber a presença policial na rua, na frente do Hotel. Os três homens embarcaram Cristina em uma caminhonete Veraneio preta e branca, uma viatura oficial da Polícia Civil da cidade. A partir desse momento, Cristina Fiori nunca mais seria vista. Na própria Delegacia, frente ao questionamento dos repórteres, os policiais afirmavam desconhecer que tivesse havido tal operação tentando desvincular a Polícia Civil de alguma responsabilidade com o fato. Contudo, a farsa dos policiais civis não poderia ser sustentada por muito tempo, até porque a operação deixara rastros ao contar com diversas testemunhas: o dono do Hotel, sua filha, o *office boy* e pelo menos um hóspede.

Na realidade, nessa data, o caráter clandestino da operação já havia sido desvendado pelo delegado chefe da Polícia Federal de Uruguaiana, José Hahn. No mesmo dia 28 de novembro, o delegado fez uma declaração oficial que seria publicada na imprensa gaúcha e que dizia o seguinte:

*No dia 23 de novembro de 79, foi recebido um radiograma de Interpol, solicitando localização, para fins de extradição de Cristina Gloria Fiori de Vina (...) e Margarita Mengol Vinas de Morroz (...) Segundo o mesmo radiograma (...) as nominadas são procuradas por crime comum, de roubos reiterados, associação ilícita, uso de armas e lesões graves. (...) foi expedida a ordem de localização das estrangeiras. No curso das investigações, veio a tona que uma das procuradas Cristina Glória Fiori de Vina fora irregularmente detida, no dia 17 (...) havendo possibilidade de ter sido clandestinamente para a Argentina.*⁶⁵²

⁶⁵¹ Zero Hora, 28/11/1979, p. 41. Arquivo Museu de Comunicação Social Hipólito Jose da Costa – Porto Alegre.

⁶⁵² Zero Hora, 29/11/1979, p. 43. Arquivo Museu de Comunicação Social Hipólito Jose da Costa – Porto Alegre.

Hahn também instaurou um procedimento formal para apurar o acontecimento e atribuir as responsabilidades por tal ação ilegal. Com base nas suas investigações, o delegado afirmava que havia (...) *provas indiciarias que evidenciam que, efetivamente, no dia 17, foi realizada uma operação, aparentemente irregular, com participação de integrantes da organização da Polícia Civil do Estado e um policial argentino.*⁶⁵³ Como se vê, o delegado da PF usava suas palavras com muita cautela dado o incomodo da situação em que havia sido envolvido. Ele concluiu a nota de forma polida, ressaltando o bom nível de relacionamento profissional que tivera com a Polícia Civil do RS, mas alertando que a competência na apuração do ocorrido não estava na alçada da PF, e sim no âmbito estadual. Assim, o delegado encaminhou os resultados de suas investigações diretamente ao ministério público para este tomasse todas as medidas cabíveis pela lei. Todavia, a situação toda era certamente mais complexa do que podia ser revelado ao público. Em um documento de informação confidencial do SNI consta que, em 14 de novembro, portanto dias antes do sequestro de Cristina Fiori,

*(...) dois cidadãos argentinos, que se identificaram como sendo da Polícia Federal da Argentina compareceram ao Terminal Rodoviário de Uruguaiana/RS com o objetivo de obter permissão para prender Margarita Mengol Vinas de Morroz e Cristina Gloria Fiori de Vina (...) Na ocasião, a permissão lhes foi negada pelo Chefe de do Serviço de Migração de Uruguaiana/RS que os aconselhou a proceder pelas vias legais.*⁶⁵⁴

Logo em seguida, o mesmo documento chega a oferecer uma versão diferente daquilo que foi divulgado a imprensa como sendo o início da investigação, o referido pedido de Interpol para localização e captura das duas mulheres, recebido teoricamente no dia 23 de novembro. Na verdade, nem a Interpol nem o suposto requerimento foram citados neste documento:

Em 23 Nov 79, quatro policiais, da Polícia Federal da Argentina, estiveram em Uruguaiana, solicitando permissão especial ao Departamento de Polícia Federal para capturar e levar as referidas estrangeiras do território brasileiro. Um dos policiais argentinos, descuidadamente, disse que uma das procuradas já se

⁶⁵³ Idem.

⁶⁵⁴ SNI - Agência Central. Informação N°193/16/AC/79 (Confidencial), Atuação da Polícia argentina em território brasileiro – Uruguaiana /RS, 08/12/1979, p.1 Fundo SNI, Arquivo Nacional, Brasília.

*encontrava presa em seu país. Mais uma vez, o DPF, através do seu diretor, negou a permissão pretendida.*⁶⁵⁵

Ou seja, provavelmente nunca houve pedido da Interpol. Cabe aqui um questionamento: seria este “pedido” um recurso inventado pelo delegado para evitar uma situação constrangedora entre os dois países ou uma estratégia para justificar legalmente a custódia de Margarita Mengol? Por outra parte, o torpe deslize do policial argentino teria instigado o delegado Hahn a agir o quanto antes, visto que os argentinos poderiam, novamente, operar de modo clandestino na sua área, sem um consentimento legal por parte das autoridades brasileiras, em uma clara violação da soberania. Nesse marco, consta que a PF brasileira deteve oficialmente a cidadã espanhola Margarita Mengol, escondida em uma casa de cômodos, e a transferiu imediatamente para Superintendência da PF em Porto Alegre⁶⁵⁶, onde ela foi mantida sob custódia e, em tese, aguardando uma suposta extradição. Entretanto, um relatório do Consulado americano em Porto Alegre enviado ao Departamento de Estado dos EUA e a outras repartições consulares dos EUA destacava que circulava outra versão sobre essa “prisão”: Margarita, por si mesma, teria procurado se colocar sob a proteção da PF.⁶⁵⁷ Essa também era a “versão final” que foi apresentada por Zero Hora a partir do depoimento da espanhola à imprensa. E, segundo Jair Krischke, que interveio no caso, a participação do delegado Hahn foi decisiva no processo:

*Ele (o delegado Hahn) interveio pessoalmente! Ele interveio (...) e impediu que a cidadã espanhola acabasse tendo o mesmo fim (de Cristina Fiori) e, mais do que isso: houve um inquérito, e os dois policiais civis do Estado do Rio Grande do Sul envolvidos no fato foram julgados, condenados e expulsos da Polícia Civil. Por iniciativa de um policial federal. (...) Havia alguns policiais federais que cumpriam a lei*⁶⁵⁸.

Assim, graças à atitude correta do delegado Hahn, Margarita estava, pelo menos, longe dos seqüestradores argentinos e brasileiros. Ironicamente, no mesmo local onde o argentino Claret permanecera detido, estando desaparecido por vários

⁶⁵⁵ Idem, p. 2.

⁶⁵⁶ Ironicamente, o mesmo local onde o argentino Claret permanecera detido, desaparecido e sofrendo torturas no ano anterior, como vimos anteriormente. Isso nos indica que havia lógicas e âmbitos paralelos dentro do próprio aparelho repressivo do Estado.

⁶⁵⁷ EXTON, Info: Kidnapping of Argentine in Brazil, 04/12/1979, p. 2. <http://foia.state.gov/SearchColls/CollsSearch.asp> Acessado em 16/11/2009.

⁶⁵⁸ Segunda entrevista com Jair Krischke, conselheiro do MJDH, realizada em Porto Alegre - 31/10/2008.

dias e sofrendo torturas apenas um ano antes do caso Fiori, como já foi visto. Isso nos indica que havia lógicas diferentes de acordo com a situação e âmbitos paralelos que oscilavam entre a legalidade e a clandestinidade dentro do próprio aparelho repressivo do Estado, o que obviamente repercutia no modo de agir dos seus funcionários e não foram poucos os que se acostumaram a fazer esse trânsito duplo.

Durante sua passagem pela PF, Margarita declarou perante a imprensa que estava sendo bem tratada, teceu elogios a PF e destacou que ela não era uma “criminosa comum”, mas sem prestar maiores esclarecimentos. Contudo, sobre os motivos que a teriam levado a sair da Argentina, Margarita forneceu diferentes versões. Em um primeiro momento, Margarita havia declarado que (...) *conhece Cristina há dois anos e que sua saída da Argentina se deu por problemas acontecidos com Cristina, mas não identificou o problema*⁶⁵⁹. Posteriormente, ela disse a seu advogado que teria sido aconselhada a deixar à Argentina depois de investigar, por conta própria, os fatos que envolveram a prisão do seu marido, em Buenos Aires. Coincidência ou não, o esposo de Margarita era um policial, preso há mais de dois anos. Sentindo sua vida em perigo “por saber demais”, ela decidiu fugir para o Brasil, onde pretendia se regularizar.⁶⁶⁰ Já na sua última entrevista, Margarita estranhamente afirmava não conhecer as atividades de sua amiga seqüestrada, Cristina, o que entrava em total contradição com a primeira versão apresentada por ela mesma.⁶⁶¹ Enquanto isso, Jair Krischke do MJDH contactava o Consulado espanhol em Porto Alegre a fim de que este lhe fornecesse um passaporte, já que Margarita se encontrava in-documentada e irregular no Brasil, sendo passível de deportação. Por fim, Margarita conseguiu embarcar, levando junto seus segredos, para o Rio de Janeiro no dia 1º de dezembro de 1979, de onde prosseguiria até Madri. Ao que parece, não havia, portanto, nenhum pedido de extradição que impedisse sua saída do país.

Por essa mesma época, os policiais civis Antonio Carlos Rocha e Helio Alves Peixe confessaram, por indução ou vontade, sua participação no sequestro de Cristina

⁶⁵⁹ Zero Hora, 29/11/1979, p. 43, Arquivo Museu de Comunicação Social Hipólito Jose da Costa – Porto Alegre.

⁶⁶⁰ Zero Hora, 01/12/1979, p. 29. Arquivo Museu de Comunicação Social Hipólito Jose da Costa – Porto Alegre.

⁶⁶¹ Zero Hora, 30/11/1979, p. 34 e 01/12/1979, p. 29. Arquivo Museu de Comunicação Social Hipólito Jose da Costa – Porto Alegre.

Fiori. A identidade do comparsa argentino não foi divulgada na imprensa, mas ela consta no inquérito do delegado Hahn e na denúncia do Ministério Público: subcomissário Mazi, da Polícia Federal da Argentina.⁶⁶²

É evidente que o caso Fiori caiu como uma “bomba” no Palácio Piratini e na secretaria de Segurança Pública, ainda mais em um momento onde a Polícia Civil gaúcha se encontrava em total desprestígio. De fato, na imprensa sulina abundavam casos de torturas e sevícias em diversas delegacias do Rio Grande do Sul e não podemos esquecer o impacto recidivo do caso Lilian e Universindo, que ainda repercutia intensamente na sociedade gaúcha e no Brasil todo. Já eram tempos de anistia e abertura nos quais a imprensa começava a ganhar algumas batalhas na sua longa guerra de resistência contra a censura, a mentira e o silêncio impostos pela ditadura. Eis então que o governador Amaral de Souza pressionado pela opinião pública e certamente preocupado que o sequestro da argentina pudesse lhe causar problemas e constrangimentos semelhantes aos que havia sofrido seu antecessor Synval Guazelli com o caso dos uruguaios, teve de comprometer-se em esclarecer prontamente o fato e levar os responsáveis à justiça. Para isto, incumbiu de tal responsabilidade ao Secretário de Segurança Pública do RS, coronel Leivas Job, que teve especial interesse em destacar a imprensa que o inquérito apontava tratar-se apenas de uma “ação isolada” dos dois policiais, que “exorbitaram suas funções”⁶⁶³, com o qual, convenientemente, se eximia de culpas o conjunto da instituição policial. Finalmente, os dois policiais envolvidos foram indiciados por exercício arbitrário de poder, artigo 350 do Código Penal, crime do qual foram considerados culpados e acabaram sendo expulsos da corporação. Em meio ao novo escândalo na polícia Leivas Job desabafou nas páginas de Zero Hora, reclamando da exposição dada aos repetidos casos de arbitrariedade policial que cresciam na imprensa e que acreditava haver uma campanha para desacreditar a corporação. Os sublinhados são nossos:

O destaque que vem sendo dado a estes lamentáveis acontecimentos não fazem justiça. A polícia com seus baixos rendimentos vive um momento grave. (...) esta corporação (...) é composta, em sua maioria, de elementos bons. (...) no momento, uma bem orientada campanha, de âmbito nacional, está

⁶⁶² Ministério Público, 3º Promotoria de Uruguaiana. Denúncia de Antonio Carlos Rocha e Helio Alves Peixe, 07/12/1979. Arquivo do MJDH – Porto Alegre.

⁶⁶³ Idem.

explorando a ação de alguns maus policiais que fazem da violência sua filosofia de trabalho. O sensacionalismo tão em moda (...) que empolga determinados setores, está intranqüilizando a sociedade. Estão tentando desfigurar a ação da policia que se vê hoje preocupada em poder trabalhar, pois o que o marginal diz é a verdade, e o policial passa a ser o acusado, o espancador; tornado-se o marginal um herói e o policial o homem mau. (...) chamo a atenção para esse grave problema que (...) procura, intencionalmente abalar a segurança de um Estado com fins perfeitamente definidos.⁶⁶⁴

Pode se perceber que o discurso de Job contém uma seria preocupação sobre o futuro imediato da ditadura, a partir do processo de abertura. Preocupação comum aos setores mais duros do regime viciados em exercer o poder de forma arbitrária, sem estarem sujeitos a regras que não fossem as próprias. O que Job e muitos de seus colegas tinham era medo. Temiam a liberdade e o poder de uma imprensa que começava desafiar a ditadura ao escancarar suas mazelas e apontar contradições; temiam os organismos de direitos humanos que reclamavam pelos seus mortos e desaparecidos, exigindo justiça e não revanche. Mas também, ironicamente, temiam juízes, procuradores e policiais legalistas, como Hahn da PF, funcionários que se propunham a encarar a lei na forma em que esta deve ser exercida dentro de um Estado de Direito e se submeter a ela sem ceder a leituras políticas ou concessões pessoais. Enfim, tinham medo de uma sociedade que enfrentava um processo de transição para um regime democrático, mesmo que lento e sem mudanças radicais. Logo, contra a mudança e seus agentes, e temendo também que suas ações pudessem ser julgadas no futuro, esgrimiam o único argumento do seu domínio, mesmo que desgastado e descontextualizado: a Doutrina de Segurança Nacional, para “salvaguardar” os valores nacionais contra a “conspiração subversiva” do “inimigo interno” e colocavam-se, inversamente, como vítimas desta reviravolta.

De qualquer forma, a condenação dos culpados aplacou os ânimos da opinião pública e foi uma resposta a uma sociedade cansada de arbitrariedades. Mas, aos poucos o caso foi desaparecendo da mídia e caindo no esquecimento, apesar de que muitas questões haviam ficado sem resposta. Quais os motivos que haviam levado Cristina e Margarita a sair da Argentina? Quem as perseguia? A mando de quem agiam os policiais civis e argentinos que as procuravam? Era mais uma ação da

⁶⁶⁴ Zero Hora, 01/12/1979, p. 29. Arquivo Museu de Comunicação Social Hipólito Jose da Costa – Porto Alegre.

Operação Condor? E, por último, que fim levava Cristina Fiori de Vina? De acordo com Krischke, algum tempo depois houve um significativo desdobramento do caso Cristina Fiori relatado a ele, anos mais tarde, pelo mesmíssimo delegado Hahn

(...) nesse momento, havia uma manobra do Exército Brasileiro (...) movendo uma quantidade imensa de militares. E era tão importante que generais lá do comando de Brasília estavam em Uruguaiana, presenciando os exercícios. E um desses generais chamou o delegado Hahn e disse: “Mas, delegado, e se fosse uma operação encoberta?” “Eu faria o mesmo, porque eu estou sujeito à lei. E a lei determina que haja-se assim como eu agi. Não de outra forma.” E o general: “Mas isto não pode ser assim. Quando for uma operação encoberta, o senhor não pode fazer isso.” E deu um “puxão de orelhas”. Veja que lógica invertida: ele ser chamado por um general e levar um “puxão de orelhas” por seu comportamento absolutamente legalista. Ele não estava fazendo nada diferente do que a lei prevê. E, pelo que esse diálogo sugere, de fato, neste caso, não havia, em instâncias superiores, autorização para a prisão.⁶⁶⁵

Ao que tudo indica, o sequestro foi mesmo planejado sem a anuência de instâncias superiores; caso contrário, as tratativas dos policiais argentinos para pedir “zona liberada” teriam transitado em um âmbito superior (Superintendência Regional da PF ou III Exército, por exemplo), com o qual Hahn sequer poderia tomar conhecimento ou então a sua ação poderia ter sido verticalmente obstaculizada pela sua chefia, caso insistisse na sua “teimosia” legalista. Lembre-se que seu superior era o poderoso coronel Luis Macksen de Castro, chefe responsável pela PF no Sul e um dos articuladores da farsa que tentou encobrir o sequestro dos uruguaios.⁶⁶⁶

Ainda hoje é nebuloso o motivo da fuga das duas mulheres e a razão da sanha de seus perseguidores. Como já foi visto as justificativas dadas por Margarita Mengol na época eram bastante confusas e contraditórias, portanto pouco esclarecedoras. Sequer se sabe se havia uma questão de perseguição política por meio. Sobre esta questão, Krischke comentou o seguinte boato a respeito

(...) aí não há nenhuma confirmação: a argentina ou a espanhola era amante de um oficial... parece que andaram brigando ou ela passou a mão em algum dinheiro dele, alguma coisa, e aí veio para o Brasil. Então, era mais uma faceta de uma relação

⁶⁶⁵ Segunda entrevista com Jair Krischke, conselheiro do MJDH, realizada em Porto Alegre - 31/10/2008.

⁶⁶⁶ CUNHA, Luiz C. op. cit., p. 222-223.

*amorosa mal-sucedida por alguma razão do que uma questão política.*⁶⁶⁷

Ou seja, existe a possibilidade de que o sequestro tenha sido uma “ação entre amigos” do ofício, repressores dos dois países convencidos da sua impunidade em função de estar amparados por Estados que já faziam uso deste tipo de expediente ilegal. Assim, não resta dúvida que a operação seguiu a metodologia da Operação Condor. Contudo, se considerarmos a hipótese de que não houve ordem superior para o sequestro, isso pode indicar que o mesmo pode ter sido idealizado e executado por motivos particulares, o que nos indicaria uma total banalização dos métodos da Operação Condor: uma aberrante ação criminosa, agora despojada da justificativa ideológica que lhe dava sustentáculo moral entre seus defensores e adeptos. Talvez um reflexo do que já vinha ocorrendo na Argentina, onde agentes do Estado extrapolavam o uso do aparato repressivo do Estado para eliminar desafetos pessoais ou cometer apropriações indébitas, além de outros crimes. Uma degradação resultante e natural da mesma prática do TDE.

De qualquer modo, não importa quem Cristina fosse ou o que ela teoricamente havia feito. Elio Gaspari fez uma interessante colocação, quando do sequestro de Lilian e Universindo, e que pode ser analogamente aplicado a este fato:

*Informa-se em Porto Alegre que eles estariam envolvidos em um vasto plano subversivo descoberto na região do Prata. Muito bem. Admita-se que o Sr. Universindo é a subversão em pessoa. O próprio Trotski. Estabeleça-se que a Sra. Lilian é a encarnação do perigo vermelho. Rosa Luxemburgo rediviva. Isto posto, a questão continua a ser rigorosamente a mesma. Não é a qualidade dos seqüestrados que torna criminoso um sequestro. É o ato em si e, sobretudo, a origem dos seqüestradores, até porque se suspeita que sejam não só funcionários de um país, mas também agentes de outro que lesou a soberania do primeiro.*⁶⁶⁸

Mas o que realmente importou foi à consequência de tal ação criminosa. Logo, a cidadã argentina Cristina Gloria Fiori de Vina, seqüestrada em 17/11/1979, aos 33 anos de idade, não foi vista em nenhum CCD e permanece ainda hoje no

⁶⁶⁷ Segunda entrevista com Jair Krischke, conselheiro do MJDH, realizada em Porto Alegre - 31/10/2008.

⁶⁶⁸ GASPARI, Elio. Jornal do Brasil, Informe JB, 1 de dezembro de 1978, p. 6. In: CUNHA, Luiz C. op. cit., p. 198.

limbo personificado na figura da “*detenida-desaparecida*”, registrada sob o número 6.561 na CONADEP.⁶⁶⁹

4. 4. O Condor *versus* a Contraofensiva

Enquanto a repressão argentina reforçava os laços com a repressão brasileira para caçar os oponentes dentro do Brasil, em contrapartida, a organização guerrilheira argentina *Montoneros* procurava, desde o exterior, reestruturar suas forças para poder desferir o que acreditavam ser um “golpe mortal” à ditadura argentina. Para a guerrilha *montonera*, o Brasil, em virtude da sua posição geográfica (em especial, o RS) se tornou um cenário estratégico na continuidade da luta político-militar contra o regime dos generais argentinos. Ou seja, apesar do incalculável risco que implicava a manutenção da militância em terra brasileira, grupos de exilados argentinos, ligados a *Montoneros*, contribuíram com a organização operando desde o Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre, pelo menos até a articulação da chamada *Contraofensiva Estratégica montonera* (COE). Além de local de refúgio e resistência, o exílio no Brasil também se configurou, para alguns militantes combativos, como um espaço de luta. E é desse período que trataremos a seguir.

4. 4. 1. *Resistir es vencer.*⁶⁷⁰

*Llegó la hora, llegó ya, compañeros.
La larga guerra de la Liberación.
Patria en cenizas, Patria del hombre nuevo,
Nació una noche del pueblo montonero
Fecundó en tierra y ardió en Revolución. (...)*

Cantata Montonera (fragmento)⁶⁷¹

⁶⁶⁹ <http://www.desaparecidos.org/GrupoF/des/f.html>

⁶⁷⁰ Slogan de combate dos *montoneros* na época da *Controfensiva*, inspirado na resistência dos republicanos ao final da Guerra Civil Espanhola.

⁶⁷¹ Canção, 1973. Letra: Nicolás Casullo – Música: Naldo Lebrín. Intérpretes: o grupo folclórico Huerque Mapu. A *Cantata montonera* foi um projeto musical encomendado pela organização *montoneros*, com o objetivo de narrar a sua curta, porém intensa, história em forma épica, ao melhor estilo das canções revolucionárias italianas e dos cantos da Guerra Civil Espanhola. ANGUITA, Eduardo; CAPARRÓS, Martín, op. cit., Tomo III, p.343 e ss.

Para a chefia da guerrilha *montonera* vivendo no limbo do exílio, o biênio 1979-1980 seria de vital importância, pois se daria início à *Contraofensiva* contra o regime dos generais argentinos. Na particular concepção da *Conducción Nacional* (CN) dos *Montoneros*, diversos acontecimentos ocorridos na Argentina sinalizavam que a ditadura estava “cambaleante” e faltava um “sopro” mais forte para derrubá-la.

Era fato que a ditadura passava por momentos difíceis. Pela primeira vez, desde março de 1976, os trabalhadores organizaram paralisações e greves em função da crise do modelo econômico, o que indicava certo reavivamento da atividade sindical, apesar da repressão. Pouco depois, no quinto aniversário da morte de Perón, em julho de 1979, uma manifestação reuniu mais de 5.000 pessoas.⁶⁷² Ainda durante o primeiro semestre de 1979, a CIDH constatou *in loco* as graves violações dos direitos humanos na Argentina.⁶⁷³ Por outro lado, o bloco de poder ditatorial parecia apresentar fissuras graves capazes de abalar sua estabilidade institucional. A nomeação do general Roberto Viola, considerado “moderado” pelos anticomunistas radicais, como chefe do exército e posicionando-se como futuro sucessor de Videla no comando da Junta militar dividiu o oficialato. Em Córdoba, o general Luciano Menéndez, comandante de “linha dura” do *III Cuerpo de Ejército* protagonizou uma frustrada e teatral sublevação contra a Junta em Buenos Aires, a quem acusava de “branda” e condescendente com a “subversão marxista” por ter permitido a presença da CIDH, enquanto pedia a renúncia de Viola.

Ao analisar este quadro, a liderança *montonera* ponderou que a interferência pontual da vanguarda guerrilheira, mediante ações político-militares aplicadas com precisão cirúrgica, serviria para

(...) *agudizar las contradicciones entre los mandos y resquebrajar el poder político del Proceso, que quite a Martínez de Hoz y su equipo de la escena y pierda la capacidad de profundizar el modelo económico, que aproveche la presión internacional sobre el tema derechos humanos y abra cauce a la presión sindical que se viene estructurando.*⁶⁷⁴

⁶⁷² GILLESPIE, Richard, op. cit., p. 317.

⁶⁷³ Mais de 5.580 depoimentos testemunhais, colhidos em Buenos Aires, Córdoba e Tucumán, foram dados aos agentes da Comissão e de organismos de direitos humanos locais (como as Mães de Praça de Maio) que trabalharam conjuntamente nesta tarefa. Ver NOVARO, Marcos; PALERMO, Vicente, op. cit., p. 296.

⁶⁷⁴ Entrevista de Mario E. Firmenich. In: PIGNA, Felipe, op. cit., p. 407.

Com isso, o comando *montonero* esperava que se desse início a um processo de desestruturação e conseqüente retirada desordenada da ditadura, como havia ocorrido em 1972, com Lanusse. No entanto, a opinião entre dos quadros da organização não era unânime e, em fevereiro de 1979, o grupo se fracionou devido às críticas ao projeto da COE. Segundo diversos autores, como Gasparini e Gillespie, o que ocorreu é que houve por parte da CN uma supervalorização dos eventos do contexto interno, onde se maximizou as contradições do campo inimigo e se minimizaram as deficiências próprias. A essa leitura excessivamente otimista da realidade também se vinculava uma soberba percepção vanguardista de que os *Montoneros* eram a legítima liderança do operariado e que toda resistência no interior da Argentina respondia aos *Montoneros*. Ou seja, a chefia guerrilheira dirigiria a classe trabalhadora como “tropa” e a instrumentalizaria de acordo com seus objetivos militares. Era como se a simples presença *montonera* no conflito entre o governo e os sindicatos servisse como alavanca de um processo insurrecional capaz de expulsar os militares do poder. Assim, obcecados por um voluntarismo exagerado, os *Montoneros* pretendiam redesenhar a realidade de acordo com seus pressupostos.

Ao que parece, a cúpula *montonera* se equivocou na avaliação das condições objetivas e, principalmente, subjetivas desse processo. Primeiramente, o erro era histórico, porque a conjuntura de 1972 era completamente diferente de 1979. Em 1972, o efervescente movimento social estava do lado da guerrilha *montonera*, enquanto esta ainda estava avalizada por Perón. Mas, em 1979, Perón já havia desaparecido (sem legar a herança política do seu movimento aos *Montoneros*) e o movimento popular estava em refluxo em função do plano de aniquilamento da ditadura, no campo militar e econômico. Os *Montoneros*, que há muito haviam enveredado por um caminho militarista e desvinculado da política de massas, já não contavam mais com o apoio de uma população majoritariamente contaminada pelo medo, a desconfiança, mas também anestesiada (especialmente as camadas médias) por fugazes sucessos econômicos do regime e alienadas pelas vitórias futebolísticas do Mundial de 1978 e o Campeonato Juvenil de 1979.

4. 4. 2. O Exército *Montonero*

Desde 1977, os *Montoneros* estavam em um processo de franca militarização e inversamente proporcional a sua inserção de massas. Quanto mais se militarizavam, mais o movimento popular buscava distância de uma política militarizada que trazia mortes e desaparecimentos.⁶⁷⁵ Buscando reconhecimento internacional como força beligerante, os *Montoneros* intentaram estabelecer um exército de base regular, hierarquizado verticalmente e quase copiando o exército argentino, desde a logística, passando pelas regras, uniformes, graduação e até mesmo as formalidades e os rituais. Inclusive, com a nomeação de um capelão militar, o padre Jorge Oscar Adur, que foi nomeado com o consentimento de sua congregação religiosa. Adur recebeu o posto de capitão.

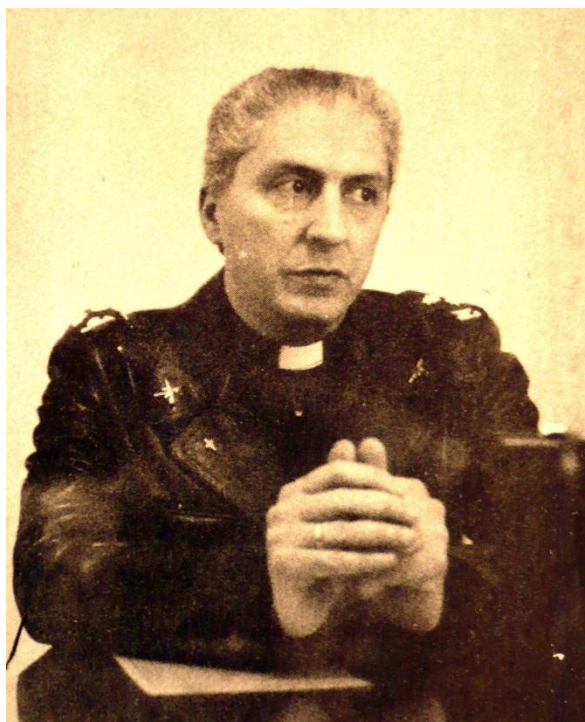


Figura 4. 9. O padre Jorge Oscar Adur envergando a farda do exército *montonero*: jaqueta de couro preta com as divisas de capitão nas ombreiras e as insígnias *montoneras* na gola, um fuzil atravessado por uma lança, para relembrar as *montoneras gauchas* do século XIX. Combinados ao uniforme, os atributos eclesiásticos, a característica gola de padre e, na parte inferior da lapela (à esquerda) se observa a crucifixo (Fonte: MOVIMIENTO PERONISTA MONTONERO. *Padre Jorge Adur: Compromiso cristiano por la liberación*. s.l., 07/09/1980, p. 5. Arquivo pessoal de Diego Martínez Agüero).

Mas, militarmente falando, o aparato militar dos *Montoneros* estava em franca desvantagem na luta contra o exército de Videla. Na verdade, o exército

⁶⁷⁵ GASPARINI, Juan, op. cit., p. 170.

montonero mais parecia um exército de generais sem tropa. As baixas sofridas entre 1976-1978 eram da ordem de 60%, só na região de Buenos Aires.⁶⁷⁶ Desde 1976 as quedas eram inúmeras, diárias e crescentes. A ditadura, com sua estratégia ofensiva de guerra curta e intensa, mostrava-se implacável e mortalmente eficiente. Sob abomináveis torturas, os desamparados militantes capturados delatavam outros companheiros, que também seriam sugados pela espiral do terror. O medo da delação levou a organização a uma atitude extrema e muito discutível: produzir e obrigar que os militantes levassem uma cápsula de cianureto. Se fossem presos, eles cometeriam então um “suicídio revolucionário”, uma suprema exigência concebida como um “ato de entrega” para salvar os companheiros e a Organização. Fora isso, ainda eram inúmeras as deserções e fugas para o interior e o exterior como consequência da violência Estatal direta ou irradiada: havia se dado uma debandada geral e essas perdas não estavam sendo preenchidas por novos militantes. Além disso, grande parte da estrutura clandestina (“casas seguras” ou aparelhos, laboratórios de explosivos, oficinas de armas, enfermarias e imprensa) foi perdida para o inimigo, assim como uma infinidade de armas, equipamentos, veículos e documentos diversos, entre os quais, os indispensáveis documentos de identidade falsos. Ou seja, sem apoio social, sem território, sem reservas estratégicas de forças no país, a COE dos *Montoneros* parecia estar destinada, de antemão, ao fracasso.⁶⁷⁷

Planejada desde bases na Europa, a COE tinha eixos de ação político, social e militar. A ênfase, contudo, estava colocada na mobilização dos setores sindicais. Para tal finalidade, se criaram as chamadas Tropas Especiais de Agitação (TEA) e as Tropas Especiais de Infantaria (TEI). As TEA cuidariam da parte de propaganda, contatos e negociação com as lideranças operárias, enquanto as TEI atuavam como grupos “comando” em operações militares dirigidas contra a equipe econômica da ditadura. Em tese, estas operações eram entendidas como forma de suporte das reivindicações trabalhadoras e serviriam para ganhar a simpatia do operariado e parte da população. Mas as ações militares também objetivavam recolocar os *Montoneros*

⁶⁷⁶ LARRAQUY, Marcelo. op. cit., 2006, p. 126.

⁶⁷⁷ Para piorar a situação, a COE sequer era consenso dentro da própria organização: em fevereiro de 1979, dias antes de iniciar a COE, Rodolfo Galimberti, Juan Gelman e outros *montoneros* de renome denunciaram o absurdo que significava essa operação que, na sua visão, causaria mortes desnecessárias. Além disso, os rebeldes que romperam com o grupo criticavam o militarismo e a centralização de poder nas mãos da CN. Nada disso, porém, atrapalhou os planos da chefia *montonera*. LARRAQUY, Marcelo, op. cit., 2006, p. 137.

na mídia. Com isto pretendiam humilhar os militares e, ao mesmo tempo, mostrar ao povo que eles ainda se consideravam uma opção política frente à ditadura.

Mas quem comporia estas novas tropas, já que a estrutura *montonera* na Argentina era virtualmente inexistente ou se resumia a grupos isolados e desconexos que, apesar de tudo, ainda resistiam em forma larval? A solução encontrada pela CN foi recrutar os soldados entre a massa de exilados e refugiados que se encontrava dispersa entre o México e a Europa. A maioria deles era jovem, que haviam sido expulsos antes da ditadura ou eram fugitivos da débâcle provocada pela ofensiva dos militares. De um modo geral, estes militantes no exílio eram indivíduos internamente fraturados, emocionalmente fragilizados pela situação vivida, inadaptados nos lugares que os haviam acolhido e que, principalmente, carregavam uma enorme “carga” psicológica: o sentimento de culpa de estar vivos enquanto milhares de companheiros eram trucidados na Argentina. Assim, a oportunidade de redenção e recomeço parecia estar na COE, conforme explica Larraquy:

*Para los militantes, la Organización significaba la vida misma. Quedar fuera de ella implicaba romper con su historia personal, un vacío difícil de soportar. Frente a eso, la Organización presentaba un sostén que permitía reconstituir su personalidad y su ideología, recuperar su ahora debilitada moral revolucionaria y convertirse, otra vez, en militantes integrales. Militantes dispuestos a volver a la batalla y dar la vida en ella.*⁶⁷⁸

Obviamente, o treinamento das tropas *montoneras* ocorreria no exterior. Enquanto as TEA, de caráter mais técnico e político, seriam instruídas no México, as TEI deveriam ser treinadas em condições reais de combate. Para isso, a CN estabeleceu relações com a milícia *Al-Fatah* palestina que, em troca de tecnologia *montonera* para a montagem de uma fábrica de explosivo plástico exógeno (C-2), forneceu bases, armas e instrutores. Os *Montoneros* foram treinados em duas bases no Líbano, próximas a Damour, arredores de Beirute, e uma base na Síria, também próxima a capital, Damasco. Uma vez finalizado o treinamento das tropas, os militantes deveriam retornar a Argentina e tomar suas posições de “vanguarda” no combate revolucionário. E nesse sentido, o Brasil funcionava como uma vital porta de entrada.

⁶⁷⁸ LARRAQUY, Marcelo, op. cit., 2006, p. 126.

4. 4. 3. As Bases *Montoneras* no Brasil e a Contraofensiva

Como já apontamos anteriormente, a violenta ofensiva militar iniciada após o Golpe de 1976 provocou uma retirada desordenada dos militantes revolucionários argentinos. Passado o primeiro impacto, a estratégia de algumas das organizações guerrilheiras foi procurar se reorganizar e articular, de diversas formas, no exterior. Um dos espaços escolhidos para isso foi o território brasileiro.

Uma das primeiras organizações em montar uma base no Brasil, após sua retirada, foi o PRT/ERP. A organização, completamente aniquilada na Argentina já em meados de 1976, chegou a montar uma base de apoio no Rio de Janeiro, embora a maioria dos seus militantes se encontrasse dispersa por São Paulo. Nessa base (na realidade, um singelo apartamento) funcionava um “serviço de documentação” onde eram “fabricados” os passaportes falsos, que seriam enviados posteriormente para Argentina e facilitariam a saída de outros companheiros perseguidos para a Europa.⁶⁷⁹

Mas foram os *Montoneros* quem estabeleceram estruturas mais orgânicas no Brasil em função da continuidade da luta militar contra o regime. Embora também tenham se dispersado em função da violenta repressão, uma parte dos militantes mais aguerridos e convictos buscou retomar, desde o exílio, o contato com a CN da organização ou seus responsáveis superiores diretos, como nos explica Juan, antigo militante e oficial do exército *montonero*: (...) *Jamás perdimos el contacto. El superior mío, por ejemplo, estaba en Francia. Después se vino a España, y de ahí contactó para mantener el grupo unido acá.*⁶⁸⁰

A organização montou bases em algumas cidades brasileiras consideradas estratégicas por sua posição geográfica e por sua infra-estrutura para fornecer logística, como Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre. Além dessas bases “brasileiras”, os *Montoneros* tiveram bases de retaguarda e abastecimento em Montevidéu (Uruguai), em Santiago do Chile (Chile) e no Paraguai.⁶⁸¹ É possível ainda que houvesse “bases secundárias”, ou seja, núcleos de *Montoneros* em

⁶⁷⁹ ANGUIA, Eduardo; CAPARRÓS, Martín, op. cit., Tomo V, p. 466-467.

⁶⁸⁰ Segunda entrevista com J. P. realizada em Porto Alegre – 27/10/2008.

⁶⁸¹ ASTIZ, Eduardo. *Lo que mata de las balas es la velocidad. Una historia de la contraofensiva montonera del 79*. La Plata: De la Campana, 2005, p. 79.

atividade ou militantes *Montoneros* isolados em outras cidades menores (no Brasil e outros países vizinhos) e que pudessem servir como contatos ou entrepostos em caso de necessidade, especialmente na região de fronteira com a Argentina. Mas as “bases principais” deveriam ser capazes de fornecer de apoio logístico diverso (documentos, dinheiro, armas, refúgio, equipamentos médicos, etc.) para abastecer as operações militares a ser desenvolvidas na Argentina.

Durante o Campeonato Mundial de Futebol de 1978, as bases de apoio logístico no Brasil e de outros países do Cone Sul já teriam sido usadas para introduzir pessoal, armas e equipamentos de interferência televisiva na Argentina. Deve se destacar que essa “ofensiva tática” (a qual nos referimos no item 4.1.3) serviu de ensaio organizativo e operacional do que seria a COE *montonera* de 1979, que também partiria de bases no exterior e onde o Brasil desempenharia um papel importante.

Por meio da análise da documentação do DOPS, SNI e do Ministério do Exército podemos conferir que os órgãos de inteligência já possuíam elevado grau de conhecimento sobre as atividades dos *Montoneros* no Brasil. Um documento do CIE, datado de cinco de maio de 1978 e distribuído para todos os órgãos de segurança, relatava sobre o estouro de um aparelho *montonero* no Uruguai (onde foi preso Jaime Dri) onde houve a apreensão de (...) *farta documentação contendo endereços em código em diversos países, a saber: URUGUAI, ARGENTINA, BRASIL, MÉXICO, ISRAEL, ALEMANHA E ESTADOS UNIDOS.*⁶⁸²

Ao que tudo indica, o centro de gravidade *montonero* no Brasil era o Rio de Janeiro. Foi no Rio de Janeiro onde Eduardo Astiz, quem participou da primeira fase da COE, e um jovem casal de militantes “abasteceram” a pick-up Toyota que o casal trazia desde os EUA com armas e munições embutidas em um fundo falso no assoalho.⁶⁸³ Conforme Astiz, as granadas de explosivo plástico eram produzidas por uma fábrica clandestina que os *Montoneros* teriam instalado no Brasil e cuja existência o governo argentino (e por tabela o brasileiro) já saberia, mas sem descobrir sua localização.

⁶⁸² Ministério do Exército, 8ºBda. Inf. Mtz.: Prisão de Montoneros – Uruguai. Informe nº 15-E2/78, 05/05/78. Acervo Movimento Justiça e Direitos Humanos (MJDH) – Porto Alegre.

⁶⁸³ Pistolas automáticas *Browning* 9mm, escopetas *Itaka* calibre .12 e granadas SMF-4, essas últimas de exclusiva fabricação *montonera*. As armas eram destinadas a equipar as unidades de elite TEA e TEI. ASTIZ, Eduardo, op. cit., p. 24 e 106.

Por outro lado, os serviços de inteligência brasileiros e argentinos também sabiam da importância do Rio de Janeiro como base *montonera*. Um documento enviado ao DOPS gaúcho, em junho de 1978, listava “elementos subversivos foragidos da Argentina” que poderiam praticar ataques na época do Mundial de Futebol. Todos os indivíduos listados eram ligados aos *Montoneros* e atuavam na “base” do Rio de Janeiro:

*OSARY (?), Mirta Dina. Apelido: “Loly”
 Nacionalidade: Argentina Classe: 1953
 DNI: 10.630.301
 Organização: Montoneros
 Posto que ocupa: Frente Docente em Rio de Janeiro.
 GHETTINO (?), Guillermo Duílio. Apelido: “Ricardo”
 Nacionalidade: Argentino Classe: 1948
 Organização: Montoneros
 Posto que ocupa: em Rio de Janeiro.
 MASSA, Ricardo. Apelido: “Neppur” ou “Tino”
 Nacionalidade: Argentino
 Organização: Montoneros
 Posto que ocupa: Chefe de logística no Rio de Janeiro.
 DE LOUISE, Roberto Mário. RJ.
 Nacionalidade: Argentino Classe: 1951
 DNI: 694.621 Pol. Rosário
 Organização: Montoneros
 Posto que ocupa: Secretaria política no Rio de Janeiro.⁶⁸⁴*

É também de se destacar, no documento acima, a qualidade e o grau de detalhamento da informação em posse dos militares, o que denota o conhecimento das atividades dos *Montoneros* no Brasil pelos serviços de inteligência.

O depoimento de Juan, um veterano oficial *montonero*, confirmou que havia uma base central no Rio de Janeiro. Entretanto, ao contrário de Astiz, Juan negou a existência dessa “fábrica de granadas”:

P: se habla de una central de operaciones montonera en Rio...

Sí, existió. Tanto es así que Firmenich es preso en Rio (...)

P: se habla también de una fábrica de granadas y depósitos de armas...

⁶⁸⁴ SOPS, 20° Região Policial. Circular n° 84/78 (transcrição do Pedido de Busca n° 206/78-DOPS) Cachoeira do Sul, 05/05/78. Acervo Movimento Justiça e Direitos Humanos (MJDH) – Porto Alegre.

(longa pausa) *Mira, que puede haber habido acuerdos para la fabricación de granadas es medio difícil. Yo he sido un militante muy militarizado toda mi vida, no lo creo... ¡ni hoy! Y yo soy experto en armas. El control del ejército brasileiro es total desde todas sus épocas... muy difícil que se haya podido armar algo tan... yo, por lo menos, que tenga conocimiento, nunca ha existido.*⁶⁸⁵

Diego Martinez, então aspirante *montonero*, também considerou que a suposta fábrica de granadas nunca existiu e que seria um devaneio dos serviços de inteligência. Diego trabalhava na base *montonera* em São Paulo junto a seu também cunhado, o histórico dirigente Ricardo René Haidar, um dos três sobreviventes da “massacre de Trelew” em 1972. Segundo ele, o que havia nessa base logística era um “serviço de documentação” responsável por reproduzir documentos de índole diversa.⁶⁸⁶ A existência dessa “fabrica de documentos” já era conhecida pela inteligência militar brasileira, pelo menos desde maio de 1978, conforme demonstrado no texto do documento abaixo, um relatório de uma operação antissubversiva efetuada no Uruguai, onde haviam sido apreendidos

*(...) diversos passaportes falsos de origem brasileira. Foi apurado pelas autoridades uruguayas, que o centro de falsificações dos passaportes apreendidos, está localizado em São Paulo, provavelmente na capital, onde consta que elementos vinculados ao movimento possuem uma grande organização técnica para a confecção dos mesmos.*⁶⁸⁷

Ao que parece, os militares nunca conseguiram encontrar o “serviço de documentação” *montonero*, cuja qualidade técnica o documento reconhece, e que funcionou praticamente até o fim da ditadura civil-militar argentina. Já a existência da suposta fábrica clandestina de granadas exógenas em algum lugar do Brasil permanece sendo uma incógnita. Se de fato existiu, tal informação ainda é tratada como “segredo militar” por alguns de seus possíveis conhecedores, provavelmente ciosos das implicações de tal afirmação.

Também no Rio Grande do Sul, em Porto Alegre, os *Montoneros* teriam uma base bem montada. De acordo com outro depoente, os militantes agrupados na

⁶⁸⁵ Segunda entrevista com J. P. realizada em Porto Alegre – 27/10/2008.

⁶⁸⁶ Entrevista com Diego Martinez Agüero realizada em Porto Alegre – 21/08/2010.

⁶⁸⁷ Idem.

cidade tiveram a sua disposição, pelo menos, dois apartamentos na Avenida João Pessoa, perto da Avenida Ipiranga. Estes apartamentos seriam completamente equipados (com automóvel e até equipamentos de ginástica) e que lhes serviam como espaço de articulação política, base logística e hospedagem de militantes da organização em trânsito. Paradoxalmente, estas bases estavam bem próximas de onde se encontrava (e encontra-se ainda hoje) também a sede da Polícia Civil do RS, onde o DOPS tinha seu QG, exatamente na esquina da Avenida Ipiranga com a Avenida João Pessoa.⁶⁸⁸ Juan, que teria comandado um tempo a estrutura *montonera* em Porto Alegre, explicou parcialmente o funcionamento dessa base, sem entrar em maiores detalhes:

Hubo si, yo no te diría que era un local para planear nada (...) eran locales de encuentro para la discusión política. Nunca salía de Montoneros una orden de abajo para arriba. (...) yo te digo que podría haber más de 15 (Montoneros em POA), lo que pasa es que, en la época, el que estaba en un lugar tan cerca de la frontera se cuidaba muchísimo. Lo difícil era saber donde juntarse. Entonces esa casa, que se juntaban los compañeros, era para discusión política, nada más.

Segundo ele, o contato com a base central no Rio de Janeiro era permanente. Como se pode observar, os *Montoneros* possuíam recursos financeiros suficientes: tanto para possibilitar o acesso a recursos tecnológicos que não estavam facilmente ao alcance da maioria, quanto para permitir o deslocamento dos seus militantes “em missão”. Eis como funcionavam as comunicações entre as bases:

*Era todo vía correo o via telex. La gente se olvida que existía telex, yo tenía uno que escribía. Era una máquina IBM y ¡que hacía un ruido! Y bueno, en esa época, hice unos viajes a Rio donde teníamos reuniones... (...) a pesar del teléfono, uno evitaba mucho de hablar por teléfono, lo hacía por carta. (...)*⁶⁸⁹

O cuidado no tratamento da informação era essencial. Afinal de contas, nunca se sabia se quem estava do outro lado da linha ainda era leal a organização ou se as linhas estavam grampeadas. Sabia-se que a infiltração por parte da inteligência militar e a delação dos militantes capturados eram os piores inimigos dos *Montoneros*, pois eram responsáveis pelas quedas de militantes em cascata. Mas o problema é que, além disso, muitos quadros intermediários, como Juan, começavam a responsabilizar a CN pelos fracassos militares e

⁶⁸⁸ Entrevista com F. S. realizada em Porto Alegre - 24/08/2008.

⁶⁸⁹ Segunda entrevista com J. P. realizada em Porto Alegre – 27/10/2008.

quedas em seqüência. Logo, o clima de desconfiança entre eles também minou a coesão da organização:

Lo que más te puedo decir de ese tema, es que la duda que le quedó a cada compañero (...) sobre la conducta de la organización (...) la desconfianza de la Conducción Nacional era total.⁶⁹⁰

Para Juan, essas sensações de desconfiança, de dúvida quanto à falta de visão e a conduta da CN frente a suas “tropas” se concretizaram em junho de 1979, quando o seu grupo recebeu uma convocação para se juntar a COE. Na verdade, foi uma visita presencial. Em um dos apartamentos da organização na capital gaúcha, Juan e outros *Montoneros* de Porto Alegre receberam um seleto grupo de militantes que vinha sigilosamente desde a Europa. Era um punhado de militantes egressos do treinamento militar no Líbano e que constituíam as TEI, as tropas comando que deveriam atacar o “centro de poder” do regime militar: a equipe econômica de Martínez de Hoz. O grupo viera com a firme resolução de convencer os *Montoneros* que estavam no Rio Grande do Sul a se juntar a eles na COE. Entre os visitantes se encontrava o capelão *montonero*, o Padre Jorge Adur, e Ricardo Zuker, filho de um então renomado ator argentino, Marcos Zuker. Na sua memória, Juan reconstrói os diálogos e o intenso debate político entre dois grupos tão semelhantes, mas, ao mesmo tempo, tão diferentes em função das experiências recentes de cada um:

Ellos venían atraves de Rio de Janeiro y llegaban por tierra hasta acá. El último encuentro fue acá en Porto Alegre, donde se iban a ver las últimas instrucciones y salir cada uno como tenían que salir. (...)

Yo creo que, cuando se hace la reunión (em Porto Alegre) dos noches antes que viaje este grupo desde acá, que viajó Zuker, Adur y... no me acuerdo los nombres de los otros, hubo una discusión:

- Tenemos que volver.

- ¡No, para! ¿La orden de donde viene?

- La orden de Montoneros, sigue firme la conducción...

- No...hay que discutirlo. Yo no creo que sea un tema de llegar una orden y salgamos ya y vamos a morirnos todos.

(...) - ¿como volvemos? Somos todos clandestinos y volvemos todos de ómnibus... es algo...

- ¿Bueno, tenemos todos documentos falsos?

- No.

(...) Algunos tenían, habían conseguido, pero ya no había más.

Yo, en esa noche, tomé la decisión... como cuatro compañeros tomamos la decisión porque no lo consideramos correcto, una

⁶⁹⁰ Idem.

*contraofensiva sin ningún sentido, ni militar. Aparte, hacíamos un análisis militar y vamos a la nada. Yo, el planteo que hice esa noche fue: - bueno, nos conocemos todos de armas... ¿donde están las armas?*⁶⁹¹

Juan, quadro militar experiente e de visão tão militarista quanto o grupo das TEI, ofereceu argumentos pontuais sob o prisma técnico militar tentando provar o disparate que significava uma contraofensiva nessas condições, sem logística, retaguarda ou base de apoio:

Yo sabía que, por ejemplo, buscar el armamento en determinado lugar, si yo me tenía que volver a Córdoba, que era mi base militar y política, era muy difícil. Estaba “quebrada” Córdoba. (...) Vos tenías que pasar por Corrientes, Entre Ríos, Santa Fe (...) y no había compañeros (...) ¡no tenías una célula funcionando en ningún lado!

*Tanto es así que el principio de tener que viajar de ómnibus para ir a una contraofensiva es, militarmente, un desastre. Si vos vas a pasar la frontera como clandestino, ¡es un desastre que la pases de ómnibus!*⁶⁹²

Apesar de que Juan disse não ter aderido à fração dissidente de Galimberti é possível que as críticas desta fração a COE também o tenham influenciado na decisão de romper com a CN. De qualquer modo, parece que o principal motivo para a ruptura tenha sido um olhar diferenciado sobre o contexto argentino. A visão de Juan e do grupo de Porto Alegre estava mais ancorada na realidade, especialmente pela proximidade com a Argentina. Aqueles que estavam no Brasil geralmente mantinham contato freqüente com familiares, ou amigos, que se deslocavam entre um país e outro, servindo de “ponte”. Isso lhes permitia ter acesso atualizado à informação sobre a situação interna e também a impressões sobre o clima vivido na Argentina. Isso quando não tinham que se deslocar até a fronteira para renovar seus vistos e chegando a tocar com seus pés o “país proibido”. Enfim, para os militantes de Porto Alegre, a Argentina estava logo ali e não havia muito “o quê” idealizar, ao contrário dos que estavam exilados a um oceano de distância, presas fáceis da saudade, da fantasia triunfalista da CN e dos corrosivos sentimentos de culpa:

(...) yo creo que el error de la lectura política en el momento, que hubo, en estos compañeros era el lugar de donde ellos partían. Estar exilado en un lugar como ese (Europa), el único sentimiento era ese, volver y volver a lo nuestro. Y nosotros desde el Brasil podíamos hacer una lectura mucho más simple y realista: no había condiciones, no había base de sustentación, el “Movimiento” estaba quebrado por toda parte, yo tenía información más rápida

⁶⁹¹ Segunda entrevista com J. P. realizada em Porto Alegre – 27/10/2008.

⁶⁹² Idem.

que ellos y sabía que estábamos “quebrados”. (...) lo hable con Abal Medina y el me decía que la gente que estaba en México tenían la idea clara que volvían y que había células armadas y preparadas, con lo cual era solo llegar, reinsertarse y volver a la lucha (...) Era un sueño... yo también lo deseaba, pero no existía.⁶⁹³

É interessante analisar que, pelo menos essa noite em Porto Alegre, um grupo de *Montoneros* podia novamente experimentar algo que lhes estava vedado há muito tempo pelo centralismo e a militarização da organização: a liberdade de poder discutir livremente e expor suas divergências. Juan e seu grupo expuseram suas opiniões e tentaram convencer racionalmente os outros a desistir dessa empreitada que eles consideraram temerária e insensata. Contudo, sua decisão tinha um alto preço a pagar: ser considerados traidores. Embora a cúpula *montonera* não tivesse mais condições estruturais de exercer o “código de justiça”, que determinava a execução sumária dos “traidores”, a condenação verbal e o isolamento dos pares implicavam em um imenso peso moral.

P: ¿Uds. intentaron disuadirlos?

*Si, yo creo que se hizo una discusión muy amplia y el porque cada uno dijo que iba y el que no iba porque no iba. Que no se tomara eso como una traición, porque no podíamos... no te olvides que dentro del Código de Montoneros el que no quería participar era traidor. Tanto es así que no se juzga a ninguno de los que no volvieron (a Argentina), porque la cúpula tuvo que decir que disentir, en ese momento, no era como disentir en la Argentina. (...)
Acá se le colocaron realidades (...) que uno las vivía día a día. (...) Creo que se jugó mucho (...) con el idealismo que los compañeros tenían y... bueno, está ahí el resultado.⁶⁹⁴*

O resultado inicial foi um empate técnico: nenhum dos *Montoneros* que vieram alistados para a COE renunciou a sua opção. De fato, ninguém os havia obrigado a se alistar. Mas, em contrapartida, também nenhum dos *Montoneros* de Porto Alegre aderiu a COE. O resultado final, entretanto, seria bem trágico para os que foram em frente, como veremos.

Enquanto isso, inseridas na Argentina desde início de março de 1979, as unidades TEA haviam iniciado suas tarefas de propaganda, interferindo as transmissões com os RLTV, da mesma forma que haviam feito durante o Mundial.

⁶⁹³ Segunda entrevista com J. P. realizada em Porto Alegre – 27/10/2008.

⁶⁹⁴ Segunda entrevista com J. P. realizada em Porto Alegre – 27/10/2008.

Nos conflitos laborais, os militantes faziam proselitismo político e buscavam uma aproximação com os trabalhadores e seus líderes. Contudo, logo que os militantes chegaram a Argentina descobriram que pouco restava daquele país que haviam deixado há alguns anos atrás. As massas haviam se distanciado dos *Montoneros* e a realidade contrastava com o discurso oficial da CN. O fato é que, como ponderou Larraquy,

*Pese a la simpatía que generaban las transmisiones de los tres pelotones TEA en los Barrios y entre los obreros, su penetración política en los conflictos fue escasa o nula. Una vez en el territorio, los pelotones comprendieron que la pretensión de los Montoneros de conducir las luchas sindicales era una utopía. Incluso muchos militantes tomaron los análisis previos como una forma de engaño para incentivar el retorno. Ni la gente estaba en la calle ni la dictadura se caía.*⁶⁹⁵

Ainda por cima, os militantes estavam isolados e constantemente expostos ao risco de ser capturados. Os militares passaram a perseguir com afinco os encarregados das transmissões e os propagandistas. Alguns militantes acabaram desertando, mas a maioria dos integrantes das TEA que operavam em Buenos Aires acabou sendo preso e morto nos meses seguintes, inclusive dois chefes importantes como Hernán Mendizabal, antigo chefe do exército *montonero*, comandante das TEA, e o ex-deputado, tornado “capitão”, Armando Croatto. Apenas um pelotão TEA conseguiu sobreviver a repressão: aquele que se negou a fazer propaganda nas fábricas em conflito na Zona Sul da capital bonaerense.⁶⁹⁶

Por sua parte, as TEI também não tiveram muita sorte nas suas missões relâmpago, realizadas entre final de setembro e meados de novembro de 1979.⁶⁹⁷ Os

⁶⁹⁵ LARRAQUY, Marcelo, op. cit., 2006, p. 142.

⁶⁹⁶ Idem, p. 152.

⁶⁹⁷ No final de setembro de 1979, um pelotão TEI atacou o Secretario de Coordenação Econômica, Guillermo W. Klein. Em meio à intensa fuzilaria, os atacantes explodiram sua casa, mas o “alvo”, Klein, conseguiu sair vivo dos escombros. O segundo alvo seria Juan Alemann, funcionário da equipe econômica. No dia 7 de novembro, os comandos TEI interceptaram nas ruas de Buenos Aires o automóvel de Alemann e sobre ele dispararam rajadas de fuzil, escopeta e, por fim, uma granada de bocal. Sem tempo de verificar se o objetivo da missão havia sido cumprido, os comandos se retiraram apressados em função da zona ser cercada de quartéis e delegacias. Depois souberam, pela TV, que Alemann resultara, como Klein, ileso. De acordo com Larraquy, foi planejado um terceiro atentado como forma de “compensação”. O terceiro objetivo era um empresário aliado do regime, Francisco Soldati. A operação foi realizada em pleno centro de Buenos Aires, mas também foi desastrosa. O carro de Soldati foi interceptado e baleado por três *montoneros* uniformados: o “alvo” foi executado. Contudo, pretendiam colocar uma bomba sob o carro de Soldati, pois imaginavam os *montoneros* que o ministro Martínez de Hoz em pessoa ou outra autoridade visitaria o local do atentado, como já havia

três atentados foram dirigidos contra funcionários da equipe econômica da ditadura, considerados pelos *Montoneros* como “alvos preferenciais” em virtude do rumo tomado pela economia. Acreditavam que, de um modo geral, a população apoiaria o resultado destas ações armadas.

Entretanto, a repercussão dos atentados na população foi a pior possível, especialmente pelo atentado a Guillermo W. Klein, uma vez que na casa deste estavam presentes a esposa e os três filhos quando do ataque. Assim, o povo acabou fazendo eco do discurso do regime: os *Montoneros* eram vistos como terroristas. Não obstante, a CN, impressionada com a vitória das revoluções nicaraguense e iraniana, considerou que essas baixas eram calculadas e que a COE deveria, após uns ajustes, entrar em uma segunda etapa no ano de 1980.

4. 4. 4. Infiltração, Delação, Desaparecimento e Morte: O Condor Argentino Ataca no Brasil

Enquanto os militantes das TEA e TEI repousavam na Europa antes de retornar a Argentina para dar início à segunda fase da COE, o aparato de inteligência argentino ajustava seus mecanismos para assestar mortalmente a organização *Montoneros*. Os militares haviam descoberto que guerrilheiros, antes de partir, haviam escondido as armas e outros equipamentos em guarda-móveis e depósitos na capital. Apesar das apreensões terem sido veiculadas na imprensa, em janeiro de 1980, o serviço de inteligência *montonero* (que escrutinava diariamente jornais da Argentina e do Mundo) parece não ter tomado nota disso, nem a CN tomou consciência da gravidade da situação, que colocava em risco a segurança da operação. Assim, os planos de reiniciar as operações armadas, em março de 1980, continuaram sem alteração. Enquanto isso, durante o mês de fevereiro, os militares capturaram ou seqüestraram, um por um, os militantes das TEI que reingressavam individualmente a Argentina, entre eles Ricardo Zuker, um dos que havia tentado

ocorrido. Entretanto, a bomba, que aumentaria a rentabilidade do atentado, acabou explodindo por erro matando uma *montonera* e destruindo o veículo da fuga. Os remanescentes conseguiram fugir, mas sendo caçados pela polícia e os militares. Três deles foram mortos na ação e mais dois seriam capturados com vida. Eles desapareceriam após interrogatórios dos serviços de inteligência militar. LARRAQUY, Marcelo, op. cit., 2006, p. 170-175.

convencer Juan e os *Montoneros* de Porto Alegre a retornar ao combate. Estava aniquilada a tropa da contraofensiva.

Em março, seria a vez do comandante das TEI. O sequestro se daria em território brasileiro, em uma manobra bem articulada entre os serviços de inteligência militar dos exércitos argentino e brasileiro, respectivamente, o B. 601 e o CIE. Em 12 de março de 1980, Mônica Binstock e Horácio Campiglia foram detidos no Aeroporto do Galeão. A dupla viajava desde o Panamá, no voo 944 de VIASA venezuelana, com transbordo em Caracas seguindo via VARIG até o Rio de Janeiro, onde foram detidos ao desembarcar, sob o olhar assustado dos outros passageiros. Então teriam sido embarcados diretamente em um avião Hércules C-130 da Força Aérea Argentina, que aguardava, e levados para Campo de Mayo, onde desapareceram. O “segundo-comandante” Campiglia viera para coordenar desde o Brasil as operações das TEI, e Binstock era sua ajudante de ordens. Ambos viajavam com “bons” passaportes falsos obtidos em Cuba. Segundo afirma Krischke, em seu depoimento sobre o caso à Justiça argentina e baseado em testemunhos, ela gritou: - *Ayudenme, soy argentina. ¡Me estan secuestrando!*⁶⁹⁸, para chamar a atenção das pessoas no aeroporto, sem sucesso.⁶⁹⁹ O marido de Binstock, Edgardo, após uma espera infrutífera nos pontos de encontro pré-combinados e temendo o pior, decidiu retornar a Cuba para avisar a CN, que ainda nada sabia do desaparecimento.

Até hoje o caso de Mônica Binstock e Horácio Campiglia levantam questões complexas e delicadas: como os militares argentinos descobriram exatamente os nomes falsos, a data e o voo dos chefes *Montoneros*? Sobre isto existem algumas hipóteses.

Para Larraquy, a entrega dos precisos dados de inteligência que possibilitaram a prisão dos *Montoneros* no Rio de Janeiro, pode vindo “desde abaixo”, “desde cima” ou via Panamá. Para ele, a prisão de Garcia Ferré, contato imediato de Campiglia na Argentina, poderia ter facilitado alguma informação, mas dificilmente ele poderia contar com dados tão exatos sobre a movimentação seu superior. A hipótese do Panamá é mais viável, pois apesar de ser uma zona

⁶⁹⁸ KRISCHKE, Jair. Depoimento a Justiça Federal Argentina, Paso de los Libres, 22/06/2005, p. 3. Arquivo do MJDH – Porto Alegre.

⁶⁹⁹ Já conforme Murukawa, ao ser pega, Mônica Binstock ainda chegou a gritar seus verdadeiros nomes. MURUKAWA, Fabio. O infiltrado. In: *Playboy*, N° 401, Outubro 2008, p. 148.

“protegida” para os *Montoneros* devido a relação com o general Omar Torrijos, por lá também circulavam agentes do B. 601 e da marinha argentina, com quem tinham contato alguns militares panamenhos pouco confiáveis, agentes duplos que tanto forneciam informação a CIA quanto aos sandinistas, como o então coronel Manuel Noriega.⁷⁰⁰

Já a hipótese “de cima”, aponta diretamente ao núcleo “duro” em torno a CN. Segundo Larraquy, os passaportes e documentos de identidade de cada membro da organização envolvido na COE haviam sido preparados pela Secretaria Técnica, baseada em Cuba e sob a responsabilidade do próprio Firmenich e, no caso de Campiglia, até a compra das passagens seria da alçada desta Secretaria, por ser ele um membro da CN.⁷⁰¹ Ao que tudo indica, os serviços de inteligência argentinos tinham agentes infiltrados não somente na estrutura da organização, mas também muito próximos a CN *montonera*. Isso esclareceria como os militares tiveram acesso a informação altamente secreta e extremamente detalhada, não somente sobre os militantes e a organização, mas até mesmo dos chefes *Montoneros*. Evidentemente, essa informação também se intercambiava com os serviços de inteligência brasileiros e de outros países do Cone Sul mediante o sistema integrado da Operação Condor. Nos arquivos brasileiros encontramos documentação contendo detalhes específicos e minuciosos sobre os chefes *Montoneros*, inclusive o líder máximo, Mario Firmenich, o que corroboraria esta tese da infiltração próxima a CN. No entanto, deve se lembrar que ainda faltam “peças” para resolver este “quebra-cabeças” da infiltração: quem e/ou quantos eram os infiltrados? Eis aqui um exemplo de um vazamento de informação secreta dos *Montoneros*, neste informe confidencial datado de 30 de abril de 1979 e distribuído pela Segunda Seção (S/2) do exército, na época do início da COE:

INFORME N°. 05 S/2

1. Assunto: ATIVIDADES DA ORGANIZAÇÃO TERRORISTA MONTONEROS (...)

A organização terrorista argentina “OS MONTONEROS” teria alguns de seus principais militantes fazendo curso de guerrilha em CUBA e na PALESTINA (com elementos pertencentes a AL FATAH e OLP). Elementos da citada

⁷⁰⁰ LARRAQUY, Marcelo, op. cit., 2006, p. 189-191.

⁷⁰¹ Idem, p. 185.

organização teriam programado sua volta à ARGENTINA, a ser efetivada durante o mês de abril/79 e, para tal, teriam decidido entrar na AMÉRICA DO SUL pelo BRASIL, BOLÍVIA ou PARAGUAI. Tem-se conhecimento dos seguintes elementos que usarão tal esquema de retorno, sendo que portarão documentação falsa e farto material subversivo:

- MARIO EDUARDO FIRMENICH – nascido aos 15 Fev 48, Secretário Geral dos Montoneros, apresentar-se-á como sendo JUAN DOMINGO MORELLI;

- FERNANDO VACA NARVAJA – vulgo “VASCO” ou “GUSTAVO”, Secretário de Relações Internacionais dos Montoneros, portará documentação em nome de JULIO RAUL LABANNA, cédula de Identidade argentina nº 7216369 ou Libreta de Enrolamiento nº 4778025.

MARIO EDUARDO FIRMENICH e FERNANDO VACA NARVAJA, caso desembarquem no Brasil, contatariam com JOSÉ ALBERTO VITTAR, vulgo “HUMBERTO”, “TURCO” ou “PABLO”, que usaria documentação falsa em nome de JÚLIO CESAR CELIA, Passaporte nº 7121010, elemento este que seria o responsável pela obtenção de documentação falsa em território brasileiro.

JOSÉ ALBERTO VITTAR teria contatos em ASSUNÇÃO/PARAGUAI, com HÉLIO MASSAGRANDE, italiano, elemento de extrema-esquerda, pelo telefone 63-960. Por sua vez, HÉLIO MASSAGRANDE seria o elemento de contato na BOLÍVIA.⁷⁰²

Interessante colocar que Firmenich, em maio de 1980, pensou em retornar a Argentina para retomar contactos políticos, mas foi dissuadido por seu assistente após uma arriscada viagem exploratória deste, certo que seu chefe não sobreviveria na Argentina.⁷⁰³

Já Fernando Vaca Narvaja teria mesmo passado diversas vezes pelo Brasil, conforme relembra Jair Krischke, do MJDH, cuja associação prestou solidariedade a algumas ações políticas dos *Montoneros*:

Também fazíamos (o MJDH) uma base de apoio (...) bem pontual. O Fernando Vaca Narvaja entra na Argentina para fazer uma proclamação nas ondas de rádio e TV. Claro, a repressão argentina “se morde” e nós tivemos de atuar para tirar o Fernando de lá. (...) Isso é público.⁷⁰⁴

⁷⁰² No seu livro, Larraquy cita um trecho de um documento de inteligência argentino que, apesar de alguns detalhes diferentes nos nomes, parece ser o “original” deste que reproduzimos acima. LARRAQUY, Marcelo, op. cit., 2006, p. 226.

SOPS/RS: Atividades da Organização Terrorista Montoneros (Confidencial). Informe N° 05 - S/2, 30/04/79 - SOPS/RG 1.1.370.3.1- Acervo da Luta Contra a Ditadura – Porto Alegre.

⁷⁰³ LARRAQUY, Marcelo, op. cit., 2006, p. 192.

⁷⁰⁴ Entrevista com Jair Krischke, conselheiro do MJDH, realizada em Porto Alegre - 25/08/2008.

Essa circulação de líderes *Montoneros* pelo Brasil não escapava aos atentos olhos da repressão. Neste documento do SNI, datado de 26 de março de 1980, se alerta sobre a presença do “quarto homem do movimento *montonero*” no Rio Grande do Sul:

ASSUNTO: TERRORISTAS ARGENTINOS NO BRASIL

ORIGEM: SI/SR/DPF/RS

AVAL: B – 3

DIFUSÃO: AC/SNI

1. O terrorista argentino, (tachado), codinome (tachado) SDO, com aproximadamente 35 anos de idade, altura aproximada de 1,70m, de constituição física magro, considerado o quarto homem do Movimento Terrorista Uruguaio (sic) “MONTONEROS”, foi visto na região de ITAQUI, SÃO BORJA e URUGUAIANA/RS/BR. O nominado estaria armazenando armamento na região da fronteira para passá-lo para a REPÚBLICA ARGENTINA através da fronteira do RIO GRANDE DO SUL ou de SANTA CATARINA com aquele país.

2. Informes recebidos dão conta de que os argentinos – (tachado), (tachado) e (tachado) encontram-se em território brasileiro e estariam mantendo ligações com subversivos argentinos e brasileiros.⁷⁰⁵

Apesar da censura feita pelo Arquivo Nacional, pode-se deduzir que o documento se refira, pelo menos, a Fernando Vaca Narvaja e a Ricardo René Haidar, pois ambos teriam circulado pelo Rio Grande do Sul na época da contraofensiva, segundo Krischke e Martinez. Como se observa, os militares possuíam não só um grande volume de informação, mas também informação de qualidade sobre o seu inimigo, muitas vezes até conhecendo de antemão os passos deste, ou no mínimo acessando um leque de possibilidades com as quais poderia direcionar ou programar antecipadamente as suas manobras repressivas.

Recentemente, Paulo Malhães, um militar brasileiro aposentado e ex-integrante da subseção⁷⁰⁶ do CIE no Rio de Janeiro, revelou ao jornalista Fabio Murakawa que sob seu comando estava o “gringo”, (...) um *montonero* que agia

⁷⁰⁵ SNI - Agência Porto Alegre. Informe N°026/320/APA/80 (Confidencial), Terroristas argentinos no Brasil – Porto Alegre/RS, 26/03/1980, p.1 Fundo SNI, Arquivo Nacional, Brasília.

⁷⁰⁶ A pesquisadora Samantha V. Quadrat também se referiu a um agente infiltrado na ACNUR no RJ, Roberto Marengo, quem teria inclusive liderado uma invasão ao Consulado Sueco “exigindo” visas de asilo, provavelmente para criar desavenças entre o ACNUR e o governo da Suécia, em agosto de 1979. QUADRAT, Samantha V. Solidariedade no exílio: os laços entre argentinos e brasileiros. In: *IV Jornada de Historia Reciente*, Universidad Nacional de Rosário, Argentina, maio de 2008, p.10.

como um agente duplo. A função dele era montar uma organização de esquerda fictícia e, por meio dela, fazer contatos com militantes e monitorar os passos da esquerda brasileira e de outros países.⁷⁰⁷ Segundo Murukawa, o tal de “gringo”, além de estabelecer uma ponte entre o CIE e o B.601, circulava entre Cuba, México, França e Espanha, onde haviam bases *montoneras* e, no Rio de Janeiro, ele também operava na sede do ACNUR, junto aos refugiados. Para o jornalista, este infiltrado pode ter sido um responsável pelas quedas de Binstock e Campiglia, já que suas denúncias ao CIE teriam levado o B.601 a descobrir os guarda-móveis dos *Montoneros* em Buenos Aires, dando início a uma reação encadeada que culminou com esses dois sequestros no Rio de Janeiro.

4. 4. 5. O Condor Ataca no Sul do Brasil

Ainda não se considerando derrotada, a organização decidiu continuar enviando militantes para a Argentina. O foco agora era centralizar na ação política, sindical ou de bairros, quiçá uma forma de retornar, mesmo que tardiamente, às massas. Além disso, alguns desses militantes tinham por missão a arriscada tarefa de descobrir qual foi o destino dos enviados anteriormente.

No dia 02 de junho de 1980, os *Montoneros* Liliana Inês Goldemberg e Ernesto Gonzalo Escabosa, atravessavam o Rio Iguaçu na balsa “Cajú 4” na tríplice fronteira entre Porto Meira e Puerto Iguaçu, quando foram detidos por policiais ou militares argentinos trajados à paisana e que também vinham do Brasil. Eles suplicaram ao balseiro que retornasse ao porto brasileiro, mas este foi impedido pelos policiais armados, sob o olhar de uns vinte turistas e até mesmo de um padre e seis freiras de uma congregação italiana, que assistiram impotentes.⁷⁰⁸ Sabedores do destino que lhes aguardava no lado argentino, Liliana e Ernesto, em um descuido do seu captor tomaram suas cápsulas de cianureto vindo a falecerem no ato.

A notícia chegou ser veiculada na imprensa brasileira, enquanto a imprensa argentina se limitava a dizer que um casal de *Montoneros* havia se suicidado, sem maiores detalhes. Um deputado paranaense, Nelson Friedrich do PMDB, chegou a interpelar as autoridades brasileiras para que se investigasse com rigor o suicídio. O

⁷⁰⁷ MURUKAWA, Fabio. op. cit., p. 150.

⁷⁰⁸ Clamor, Dez de 1980, p. 48-49, APOF, cx. 1 - Acervo da Luta Contra a Ditadura - Porto Alegre.

deputado suspeitava que o suicídio ocultava um prévio sequestro, algo semelhante ao ocorrido com os uruguaios Lilian Ceriberti e Universindo Dias. Para Friederich, a suspeita de sequestro baseava-se no fato de que dois policiais argentinos no barco já estavam no encalço dos exilados. Já as autoridades brasileiras negavam-se a comentar o assunto, alegando não ser de sua alçada, pois o suicídio ocorrera já em território argentino.

Indignado com a displicência e o descaso do governo o deputado declarou a imprensa que

É inadmissível que este caso repita os dos uruguaios seqüestrados em Porto Alegre. (...) fatos desta natureza, somados à nova Lei dos Estrangeiros, colocam o País em franco desrespeito a todos os princípios estabelecidos internacionalmente, quanto ao direito de asilo, de proteção aos refugiados políticos, independente de suas posições.⁷⁰⁹

A menção do deputado ao caso dos uruguaios de Porto Alegre era um sinal de que, além de se tornar um exemplo da colaboração repressiva internacional, este caso ainda repercutia sociedade. Mas, independentemente da soma de repercussões negativas decorrentes de novas denúncias de sequestros similares aos ocorridos em Porto Alegre, o Condor continuaria a agir impunemente enquanto as ditaduras se sentissem ameaçadas.

Por essa época, em função da contraofensiva *montonera*, a região sul estava sendo escrutinada mais atentamente pelas forças de segurança. Especialmente os locais próximos a fronteira com a Argentina e o Rio Grande do Sul, pois os militares sabiam o valor estratégico deste Estado, que se convertera em rota para os dissidentes do país vizinho. Padrós e Marçal destacaram este duplo papel desempenhado pelo Rio Grande do Sul no contexto das ditaduras de Segurança Nacional do Cone Sul:

O fato do Rio Grande do Sul possuir fronteira comum o Uruguai a Argentina, respectivamente, delegou, por parte do regime, um papel de baluarte da defesa nacional; o aparato repressivo local incorporou essa preocupação com afinco. Paradoxalmente, seu território constituía, para a oposição, uma espécie de corredor ou

⁷⁰⁹ Zero Hora, 09/08/1980, p. 13. Arquivo Museu de Comunicação Social Hipólito Jose da Costa – Porto Alegre.

*uma rota estratégica para conectar a resistência interna com aquela organizada no exterior.*⁷¹⁰

O padre Jorge Oscar Adur era um desses militantes que utilizavam o Rio Grande do Sul como “corredor” estratégico e estabelecendo conexões entre o que restava do movimento *montonero* na Argentina e o mundo exterior, pois ele circulava por diversos países. Mas, além de ser um importante articulador político, especialmente no meio eclesiástico, o padre Adur era capitão-capelão no exército *montonero* e, como tal, deveria prestar assistência religiosa aos combatentes.

Antes do golpe, Adur, egresso da Ordem dos Agostinhos de Asunción, trabalhava em prol dos humildes e necessitados em bairros pobres de Buenos Aires, onde se vinculou aos *Montoneros*. Assim como outros religiosos do clero progressista argentino, também vinculados a alternativas revolucionárias, Adur procurou fazer uma simbiose entre luta política, emancipação social e compromisso cristão. Sendo caçado pelos militares, Adur saiu da Argentina, rumo à Europa, onde realizou tarefas de denuncia dos crimes da ditadura e reafirmou seu compromisso com os *Montoneros*.

Logo no início de junho de 1980, Adur, alistado na COE, retornou clandestino para a Argentina, usando uma técnica que os *Montoneros* chamavam de *contraseguimiento* e que visava despistar possíveis inimigos no seu encalço. Assim, vindo de Paris, Adur desembarca em São Paulo, de onde seguiria por via terrestre para Porto Alegre, Passo Fundo para, finalmente, passar a fronteira com a Argentina na região do Alto Uruguai.⁷¹¹

Segundo um panfleto dos *Montoneros*, editado após o seu desaparecimento, a missão de Adur na Argentina estava subdividida em três tarefas:

Tareas de solidaridad con familiares de presos y detenidos desaparecidos (...)

Tareas vinculadas a la actividad de los grupos de cristianos argentinos con motivo de la visita del Santo Padre, Juan Pablo II, al Brasil.

⁷¹⁰ PADRÓS, Enrique S.; MARÇAL, Fabio A. O Rio Grande do Sul no cenário da coordenação repressiva de Segurança Nacional. In: PADRÓS, Enrique S.; BARBOSA, Vânia M.; LOPEZ, Vanessa A.; FERNANDES, Ananda, S. (Org.). *Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Corag, 2009. - v.3, p. 37.

⁷¹¹ Entrevista com Jair Krischke realizada em Porto Alegre - 30/10/2008.

*Hacer llegar a mano de los obispos integrantes del episcopado argentino la carta que, con fecha del 29 de mayo de 1980, elevara el Movimiento Peronista Montonero a las máximas autoridades eclesiásticas.*⁷¹²

Além disso, incluída nas tarefas de solidariedade, Adur tinha uma missão encomendada pessoalmente por Mario Firmenich. Adur devia zelar pelo filho deste que se encontrava em uma instituição da igreja, pois a mãe (esposa de Firmenich) estava presa, refém da ditadura argentina.⁷¹³

Na volta a Europa, Adur deveria encontrar-se com um grupo das Mães da Praça de Maio, sob a liderança de Hebe de Bonafini, que o esperavam para juntar-se a elas em audiência com o Papa João Paulo II. A presença de Adur, como sacerdote, certamente legitimaria e reforçaria as denúncias de violações dos direitos humanos na Argentina. O local do encontro era Porto Alegre. Jair Krischke foi um dos artífices deste encontro entre as Mães e o Papa:

*As Madres da Praça de Maio vêm para Porto Alegre, porque o Papa estaria aqui, e elas haviam ido a Roma, tinham uma audiência com o Papa e não haviam conseguido. Foram ao México, a Puebla, tentar falar com o Papa e não conseguiram. Vieram para cá. Me pediram, Dona Hebe Bonafini, que intercedesse através dos nossos bispos, para que o Papa as recebesse. De fato, conversamos com o bispo auxiliar, Dom Antônio Cheuíche, que imediatamente se sensibilizou e tratou de conversar com o Papa sobre este pleito, e o Papa concordou recebê-las por cinco minutos ali no Gigantinho... ele teria ali um encontro com religiosos e tal... mas por cinco minutos as receberia.*⁷¹⁴

Contudo, transcorrido um tempo, o padre Adur não chegava. Na ocasião, ele portava a cédula de identidade nº 4.066.191, em nome de Pedro Ramón Altamirano Adur havia saído de Buenos Aires no ônibus nº100, placas C-881.314, da empresa argentina General Urquiza, rumo a São Paulo e com escala em Porto Alegre. Ele viajava no assento nº11.⁷¹⁵ Preocupados com o atraso de Adur, Krischke e as Mães de Praça de Maio decidem procurá-lo:

⁷¹² MOVIMIENTO PERONISTA MONTONERO. *Padre Jorge Adur: Compromiso cristiano por la liberación*. s.l., 07/09/1980, p. 7. Arquivo pessoal de Diego Martínez Agüero.

⁷¹³ Conversa com Diego Martínez realizada em Porto Alegre – 08/05/2010.

⁷¹⁴ Entrevista com Jair Krischke realizada em Porto Alegre - 30/10/2008.

⁷¹⁵ Manifesto de passageiros, Expresso General Urquiza S.L.R., 26/06/1980. Acervo Movimento Justiça e Direitos Humanos (MJDH) – Porto Alegre.

A chegada deste ônibus em Porto Alegre era prevista por volta de quatro da tarde, e o encontro com o Papa era as seis e pouco (...) então, ele era esperado e ele não chega... havia um escritório dessa empresa ali na Avenida Farrapos, ali ao lado do hotel São Luís, bem no início da Farrapos. E nós fomos lá para saber se o ônibus tinha atrasado: “Não, o ônibus já chegou e já...” porque este ônibus vinha de Buenos Aires e ia até o Rio de Janeiro: “Não, já saiu para o Rio de Janeiro. Quem tinha que descer desceu, e já foi...” “Bom, e esse passageiro?” “Ah, não sabemos.” “Como vocês não sabem? Desceu aqui?” “Não sabemos. Não sabemos. Não sabemos.”⁷¹⁶

Assim que foi constatada a desaparecimento de Adur começou a mobilização das organizações de direitos humanos para descobrir o que ocorrera com o padre:

Em Porto Alegre, o Movimento de Justiça e Direitos Humanos enviou carta ao ministro da justiça, Ibrahim Abi-Ackel, pedindo providências para sua localização. (...) No mesmo sentido, a Comissão de Justiça e Paz igualmente enviou correspondência a Brasília, solicitando providências do Ministério da Justiça para esclarecer o desaparecimento do religioso.⁷¹⁷

Segundo Krischke, além dos organismos oficiais e organizações não governamentais, o próprio Vaticano foi contatado. A imprensa também foi acionada para pressionar as autoridades e o caso Adur teve bastante cobertura jornalística, pelo menos nos dois meses seguintes.

Mas ninguém sabia com certeza quando ou onde Adur havia desaparecido. Na realidade, o último contato que se possuía de Adur datava de 17 de junho, quando este contatara telefonicamente seu superior *montonero* na Europa. Houve muita especulação sobre o que poderia ter acontecido e diversas hipóteses foram imaginadas: Para alguns, ele sequer havia deixado a Argentina, mas para outros, Adur teria sido capturado no Brasil, na fronteira ou em Porto Alegre, que era a hipótese do MJDH. Todavia, a hipótese de ter ocorrido um sequestro em Porto Alegre tomou força quando se descobriu que uma carta escrita por Adur fora postada em 1º de julho de 1980, em tese, dias depois do desaparecimento do padre.

⁷¹⁶ No manifesto de passageiros consta que destino final do ônibus era São Paulo. Entrevista com Jair Krischke realizada em Porto Alegre - 30/10/2008.

⁷¹⁷ ZH, 16/08/1980, p. 16. Arquivo Museu de Comunicação Social Hipólito Jose da Costa – Porto Alegre.

A prova de que Padre Adur esteve em Porto Alegre é uma carta endereçada a outro religioso, residente no México, postada aqui mesmo. Na correspondência, o padre argentino prometia um contato telefônico com seu colega, o que não se concretizou. Passado o prazo marcado, foi feita denúncia de seu desaparecimento. As primeiras investigações realizadas aqui por entidades ligadas à luta pelos direitos humanos não levaram a nenhuma informação sobre o paradeiro do religioso. Somente agora aparece o fato o padre Adur, mas sem outros detalhes que levam a pessoas ou locais com quem ele tivesse mantido contatos.

Outro detalhe intrigante era que a carta estava carimbada em Passo Fundo. Quem havia postado a carta? Teria sido o próprio Adur ou os seus captores, como manobra dissuasiva para confundir a busca?

Quase dois anos após, Krischke veio a descobrir, mediante uma testemunha anônima, o que teria se passado naquele dia 26 de junho de 1980. Cerca das dez e meia da noite, Adur havia sido detido do lado brasileiro, após cruzar a fronteira Paso de Los Libres – Uruguiana. No relato a seguir, Krischke revive o depoimento dado a ele anonimamente e a dificuldade que teve para conseguir convencer a testemunha a falar, naqueles tempos difíceis:

(...) através de uma professora de uma escola católica... essa professora nos diz: “Olha, por coincidência, meu marido estava naquele ônibus...” ele (...) presenciou o fato. Mas ele não fala. (...) Tem que voltar à Argentina, ele está sempre voltando. (...) “Mas e se me comprometer a não revelar teu nome? E só me relata o que viu. Não quero saber o nome dele, não quero saber nada mais.” Aí foi uma longa negociação, acho que foi mais de um mês até que ele concordasse, e nós fomos até a casa dele, e ele nos contou que estava no ônibus, que esse ônibus foi parado, e entraram as pessoas vestidas de civil e fizeram baixar cinco passageiros. Passados alguns minutos, voltou um. Mais uns minutos: volta outro. E assim foi indo. Voltaram quatro. Ficou o Adur. Aí, um desses senhores entra no ônibus e diz a todos: “O passageiro aqui do assento 11 não irá prosseguir viagem, porque está traficando cocaína, 200gr. de cocaína.” Disse até peso. “Boa noite, boa viagem”. E segue o ônibus. Este senhor nos comenta que as pessoas... “Que coisa incrível, este senhor de aspecto tão suave... um senhor! Olha uma pessoa de bem, traficando cocaína... não se pode mais confiar em ninguém...”⁷¹⁸

Quanto ao mistério sobre a carta de Adur, ele nos foi revelado por Diego Martinez, quem discretamente residia em Passo Fundo, cuidando tanto para não expor sua militância

⁷¹⁸ Entrevista com Jair Krischke realizada em Porto Alegre - 30/10/2008.

nos *Montoneros*, quanto sua ligação familiar com o comandante Mario Firmenich. Diego nos contou que Adur (...) *foi lá, no meu lugar de trabalho. Eu não o conhecia... Tinha uma contra-senha, lógico! Estivemos um par de horas juntos, me deu aquela correspondência (...) me disse pra esperar uns dias pra postar, não sei o conteúdo...*⁷¹⁹ Diego postou a carta duas semanas depois, sem saber que Adur já tinha desaparecido.

Entretanto, o padre Adur não foi a única vítima no dia 26 de junho de 1980. Nesse mesmo dia e na mesma região, o tenente *montonero* Lorenzo Ismael Viñas foi também seqüestrado. Desde junho de 1979, Viñas e sua esposa, Claudia Allegrini, haviam regressado clandestinamente a Argentina, no marco da contraofensiva, com a missão de se inserir organicamente e reorganizar a resistência a ditadura. Em virtude do cerco da repressão, da impossibilidade concreta de levar adiante a missão encomendada e da gravidez da sua esposa, Viñas decide retornar a Europa, a Itália, onde vivia sua mãe. A saída ocorreria pelo Brasil: sua mulher e filha recém-nascida iriam de avião e ele de ônibus, para poupar recursos. Viñas viajava em um ônibus da empresa brasileira Pluma que partira de Santa Fé em direção ao Rio de Janeiro. Mas, assim como Adur, Viñas usava um documento falso (cédula de identidade nº 10.835.726, em nome de Néstor Manuel Ayala) e ele também ocupou a poltrona nº 11 do ônibus. O jornalista Nilson Mariano e o conselheiro Krischke suspeitam que o lugar 11 fosse usado como um “marcador” para sinalizar os suspeitos a ser detidos para averiguações.⁷²⁰

Essa hipótese, por outro lado, implica em deduzir que as companhias de transporte tinham alguma espécie de acerto com a repressão, colaborando de forma coagida ou espontânea. Isso talvez ajude a explicar o “desinteresse” dessas empresas em responder as indagações feitas pelos amigos e companheiros dos dois desaparecidos, Viñas e Adur. Assim, é bem possível que as listas de passageiros fossem repassadas por um ex-guerrilheiro “quebrado”, escoltado por um militar de inteligência. Isso se conectaria e fecharia um circuito com a hipótese da infiltração (agentes duplos, o “gringo” talvez?) junto a CN, a qual nos referimos no item 4.4.4., pois novamente a repressão dispunha de dados muito precisos para guiar seus

⁷¹⁹ Interessante destacar que apesar da amizade entre Diego Martinez e Krischke, o conselheiro do MJDH somente ficou sabendo sobre a postagem da carta quando Diego concedeu a entrevista ao autor na sede do MJDH. Entrevista com Diego Martinez Agüero realizada em Porto Alegre – 21/08/2010.

⁷²⁰ Entrevista com Jair Krischke realizada em Porto Alegre - 30/10/2008. MARIANO, Nilton C, op. cit., p. 88. Entrevista com Jair Krischke realizada em Porto Alegre - 30/10/2008.

agentes até o alvo. Para Juan, veterano *montonero*, os documentos falsos de nada mais serviam, pois o inimigo já tinha pleno conhecimento deles:

*Adur portaba una cédula falsa... Si, pero lo tenían fichado. Aparte, este grupo que salio de Porto Alegre, para mi, fue dado con nombre y apellido... no conozco bien el hecho, hasta los militares lo tratan de esconder, pero la realidad es esa. (...) Cada uno de los muchachos que volvían, ellos tenían su nombre en una lista, los estaban buscando...*⁷²¹

De acordo com os dados levantados por Mariano na Justiça Federal da Argentina, o sequestro de Viñas, tal como o de Adur, ocorreu já em território brasileiro: (...) *Y se cree que desapareció en el cruce fronterizo....presumiblemente del lado brasileño (sic), dado que la empresa de colectivos mencionada informó que según sus registros la víctima había cruzado la frontera.*⁷²²



Figura 4. 10. Lorenzo Ismael Viñas (Fonte: <http://www.desaparecidos.org/arg/victimas/v/vinasl/>).

⁷²¹ Segunda entrevista com J. P. realizada em Porto Alegre – 27/10/2008.

⁷²² MARIANO, Nilton C., 2006, op. cit., p. 91.

Uma vez capturados, Adur e Viñas teriam passado um tempo presos em Uruguiana, para depois ser entregues pelos brasileiros aos carrascos do B.601, que por sua vez os teriam levado para fazenda *La Polaca*, nas cercanias de Paso de los Libres, onde o B.601 tinha uma base operacional (do Destacamento 123) e atuavam figuras sinistras, como o infame Turco Julián.⁷²³ Para *La Polaca* eram levados os suspeitos que eram apontados pelos “dedos”, os ex-guerrilheiros que colaboravam com a repressão e que ficavam atrás das vidraças do prédio de *Migraciones*, antes da ponte Agustín Justo. Posteriormente, Adur e Viñas foram vistos ainda com vida como reféns do B.601, em Campo de Mayo, por um dos poucos participantes da contraofensiva a escapar com vida, a tenente *montonera* Silvia Tolchinsky. Segundo Larraquy, Adur foi “transladado”, (terrível eufemismo usado pelos militares para execução) no final de setembro de 1980 e Viñas seguiu o mesmo destino logo no início de novembro. Apenas um mês depois, pressionada por organismos de direitos humanos para que cancelassem as desastrosas operações militares a fim de diminuir a repressão e salvar a vida dos reféns, a CN *montonera* decretou o cese das ações armadas.⁷²⁴

No Capítulo seguinte examinaremos o impacto, sobre a comunidade de argentinos de Porto Alegre e do RS, de dois eventos históricos distintos, porém marcantes, e sua percepção à distância no tempo e espaço: a visita do ditador Videla a Porto Alegre e a Guerra das Malvinas.

⁷²³ Idem, p. 93. Entrevista com Jair Krischke realizada em Porto Alegre - 30/10/2008.

⁷²⁴ LARRAQUY, Marcelo, op. cit., 2006, p. 208.

Capítulo 5 - A Visita de Videla e a Guerra das Malvinas: Dois Momentos Marcantes para a Colônia Argentina

5. 1. Chefe Condor 2 em Porto Alegre: A Visita de Videla

*Um, dois, três, quatro, cinco mil! Abaixo a ditadura na Argentina e no Brasil!
Videla: argentino, ditador e assassino!*⁷²⁵

O mês de agosto do ano de 1980 não havia começado muito bem para os argentinos no Brasil, pelo menos para aqueles que estavam em situação ilegal e que pretendiam se tornar residentes. O novo Estatuto dos Estrangeiros que substituiu o Decreto Nº 66.689, de 11 de junho de 1970 era muito mais rígido que seu antecessor e dificultava sobremaneira a tramitação da permanência e ameaçando os irregulares, especialmente os refugiados, com a temida devolução ao país de origem.

Foi também no mês de agosto, que veio à tona na grande imprensa a desapareção do padre Jorge Adur, sacerdote “terceiro-mundista” tornado capelão militar dos *Montoneros*, que viajava para Porto Alegre em 26 de junho de 1980 para se encontrar com as *Madres de la Plaza de Mayo* que o esperavam na cidade para uma audiência com o Papa João Paulo II (na qual denunciariam os crimes da ditadura argentina), um compromisso ao qual Adur nunca compareceu. Cogitou-se, na época, que ele fora seqüestrado em Porto Alegre, revivendo no imaginário o ainda recente caso dos uruguaio Lilian Celiberti e Universindo Dias, o que também deve ter aumentado a sensação de insegurança dos argentinos que se refugiavam no Rio Grande do Sul.

Contudo, o pior parecia estar por vir. Desde o início de agosto, a imprensa passou a noticiar a premente visita do ditador argentino, general Jorge Rafael Videla,

⁷²⁵ Bordão entoado pelos manifestantes no ato público em repúdio à presença do general Videla em Porto Alegre, 22/08/1980.

ao Brasil em retribuição à visita que o ditador brasileiro, general João Batista Figueiredo, lhe fizera em maio do mesmo ano. O roteiro oficial de Videla iniciava em Brasília, no dia 19 de agosto, e incluía visitas a São Paulo, Rio de Janeiro e, por fim, a Porto Alegre.

5. 1. 1. Um visitante controverso

Em um momento histórico onde a sociedade brasileira vivia intensamente os ventos mais amenos trazidos pela anistia, pelo retorno do pluripartidarismo e da democracia (pelo menos no aspecto formal), a chegada de um presidente militar argentino, mundialmente execrado pela opinião pública devido às atrocidades cometidas contra seus opositores, transmitia uma idéia de retrocesso político e provocou reações controversas no seio da sociedade brasileira.

Como a imprensa festejava o fim da censura oficial, as opiniões contrárias a visão oficial governista puderam ser expostas de forma clara. Isso ocorria mesmo apesar do surto de bombas e incêndios em bancas de jornais, promovidas por “anônimos” setores de extrema direita (a chamada “linha dura”), descontentes com a maior abertura gerada pelo regime de Figueiredo.

Portanto, desde antes da chegada de Videla, em verdade desde o anúncio da sua visita, os setores políticos da oposição iniciaram uma campanha de repúdio ao incômodo visitante “ilustre”. No Congresso Nacional, o debate entre o situacionista Partido da Democracia Social (PDS) e o oposicionista Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) parecia girar em torno de uma questão protocolar: homenagear ou não o presidente argentino na casa. Mas não era somente isso, a questão encerrava um problema de índole ética e moral. Para o PMDB, a negativa em comparecer a homenagem à Videla no Congresso significava um contra-ato, pois consistia em (...) *uma homenagem ao povo irmão, em sua resistência heróica e cristã, para reconquistar sua normalidade constitucional e democrática.*⁷²⁶

Diversos políticos da oposição protestaram contra a visita de Videla, considerada como um anacronismo que (...) *trai abertamente a chamada abertura*

⁷²⁶ Zero Hora, 19/08/1980, p. 12. Arquivo Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa – Porto Alegre.

*política do governo*⁷²⁷, posicionamento afirmado pelo PMDB, mas também pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT) e pelo então incipiente Partido dos Trabalhadores (PT). Em uma linguagem grandiloqüente, típica dos plenários, um ousado deputado baiano chegou a declarar que os governantes brasileiros

(...) *brindarão o arquidemocrata Rafael Videla (sic), erguendo, com os brasões da República Brasileira, as taças macabras onde, juntos, beberão à saúde das elites econômicas e vitoriosas o sangue dos mártires argentinos e brasileiros sacrificados nas lutas de libertação do povo.*⁷²⁸

Apesar da linguagem quase parnasiana, o deputado Francisco Pinto não parecia estar equivocado em suas considerações, já que no fundo os pedessistas reforçavam, de forma oportunista e inescrupulosa, a idéia da visita e da subsequente homenagem a Videla, alegando principalmente a importância das relações políticas e econômicas a serem dinamizadas entre os dois países.

Em contrapartida, o deputado governista Nelson Marchezan declarou então que, ao receber Videla, o Brasil (...) *não emitirá juízo sobre a forma como ele foi ao poder, pois este é um assunto de exclusiva interpretação dos irmãos argentinos.*⁷²⁹ De forma oblíqua, ao se negar a discutir sobre a origem ou os meios que levaram os militares ao poder na Argentina, os pedessistas eximiam-se também de debater a legitimidade democrática do próprio governo brasileiro, uma questão candente no cenário nacional do período.

Mas, muito além de evitar debates sobre a democracia, o governo brasileiro também passava por alto (e não inadvertidamente) a sensível questão das violações aos direitos humanos por parte da ditadura de Videla. O chanceler Saraiva Guerreiro havia declarado à imprensa que o Brasil não apoiaria a Argentina caso esta fosse condenada pela Comissão de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA), até porque não haveria necessidade, já que

(...) *o Brasil vota sempre contra as resoluções de condenação a países por violação aos direitos do homem (...), pois cada país*

⁷²⁷ Idem.

⁷²⁸ idem.

⁷²⁹ Zero Hora, 17/08/1980, p. 10. Arquivo Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa – Porto Alegre.

*responde por si próprio a comissão (...). Enfim, nós não temos por que apoiar uma vez que esse órgão é formado por indivíduos e não por países. Embora haja um brasileiro lá, o Dr. Dunshee de Abranches, nós não temos uma posição porque não somos membros (da Comissão de Direitos Humanos da OEA).*⁷³⁰

O discurso de caráter dúbio demonstrava o desinteresse do governo brasileiro sobre a questão dos direitos humanos, não somente no país vizinho. Na tentativa de manter uma posição diplomática equidistante, o que ocorria de fato era que tanto a “não condenação” quanto o “não apoio” declarado a Argentina se traduziam efetivamente em um covarde apoio velado à política repressiva naquele país.

A questão que realmente importava ao governo brasileiro (e aos grupos empresariais que o circundavam) era estabelecer diversos protocolos de intercâmbio comercial com a Argentina que produzissem dividendos para os setores industriais e comerciais nacionais. Em suma, o que interessava era a obtenção de saldos favoráveis para as “elites econômicas e vitoriosas”, as quais o deputado baiano se referira em seu manifesto. Um discurso que, por sinal, foi censurado e teve sua publicação vetada pelo então presidente da Câmara, o governista Flávio Marcílio.⁷³¹

Tornou-se evidente que, para o governo brasileiro e os setores da sociedade que o apoiavam, quaisquer manifestações contrárias à visita de Videla teriam um efeito nocivo, quase anti-nacional (...) *especificamente no Rio Grande, um estado fronteiriço, nada somaria, pois estaria simplesmente avaliando um problema alheio, esquecendo da importância econômica para nós que a visita trará.*⁷³² Abusando de uma lógica mercantil e puramente oportunista, assim justificava o não envolvimento na questão argentina, o editor de política do jornal Zero Hora. Inseridos em uma linha de pensamento semelhante agiam os empresários gaúchos da Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul, muito interessados na incipiente e promissora abertura do mercado argentino, os quais colaborariam na montagem de um “festivo”

⁷³⁰ Zero Hora, 21/08/1980, p. Central. Arquivo Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa – Porto Alegre.

⁷³¹ Zero Hora, 19/08/1980, p. 12. Arquivo Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa – Porto Alegre.

⁷³² Zero Hora, 17/08/1980, p. 10. Arquivo Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa – Porto Alegre.

almoço de recepção ao ditador Videla no Palácio Piratini, sede do governo estadual, em Porto Alegre.⁷³³

Mas desde o Rio Grande do Sul também se alçavam vozes de protesto contra a presença do general-ditador. Em situação análoga aos acirrados debates que ocorriam no Congresso em Brasília, posicionamentos de cunho polarizado foram sendo assumidos pelos parlamentares da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, aprofundando a cisão entre governistas e oposicionistas.

O então popular deputado José Fogaça, do PMDB, chegou a propor, em contrapartida e na mesma data da sessão solene de boas-vindas oficial à Videla, uma “sessão de protesto” na casa, onde não somente se expressaria o repúdio ao ditador, assim também como se homenageariam as *Madres de Plaza de Mayo*. Contudo, pressões dos colegas da Assembléia o levaram a recuar da proposta e o PMDB gaúcho acabou organizando a homenagem em outra data, minimizando-se desta forma o impacto político e simbólico do evento.⁷³⁴

Assim, no dia 20 de agosto, o grande expediente da sessão da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul ainda seria dedicado a dar as boas-vindas ao ditador argentino, em vista de que o PDS era contra qualquer protesto e encerrava o assunto afirmando (...) *que o Parlamento não pode receber assim o presidente de uma nação amiga*.⁷³⁵

Contudo, como nem todos os brasileiros pensavam em sintonia com o governo, diversos setores oposicionistas decidiram atuar de modo não conivente e repudiar contundentemente a situação, aproveitando o momento de incipiente abertura política para manifestar abertamente sua divergência. Em uma clara comparação análoga, ao se manifestarem contra Videla e a ditadura argentina, os grupos progressistas e democráticos brasileiros também o faziam contra Figueiredo e a ditadura brasileira.

⁷³³ Zero Hora, 07/08/1980, p. 20. Arquivo Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa – Porto Alegre.

⁷³⁴ Zero Hora, 14/08/1980, p. 10. Arquivo Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa – Porto Alegre.

⁷³⁵ Zero Hora, 19/8/80, p.12 - Arquivo Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa – Porto Alegre.



Figura 5. 1. O encontro dos dois ditadores foi saudado no jornal Zero Hora, cujos editoriais enfatizavam os aspectos econômicos e comerciais da parceria entre os dois países em detrimento da face mais tenebrosa dessa aliança: a colaboração repressiva. (Fonte: Zero Hora, 20/08/1980, capa. Arquivo Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa – Porto Alegre).

5. 1. 2. Precauções Frente a Videla

Enquanto prosseguiram os debates no meio político, as organizações não governamentais vinculadas à proteção dos direitos humanos agiam com celeridade. Em São Paulo, onde se encontrava o maior contingente argentino, dez entidades, entre elas a Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo e as Igrejas Metodista e Presbiteriana, se propuseram a oferecer *um socorro jurídico e jornalístico aos (...) refugiados*, no qual plantonistas vigiarão de perto os refugiados para evitar possíveis prisões arbitrárias. Segundo declarou o reverendo presbiteriano Jaime Wright⁷³⁶, o pedido de socorro havia sido gerado desde o seio da própria comunidade exilada que se sentia ameaçada, principalmente (...) *devido às tensões geradas pela nova Lei dos Estrangeiros*. Sutilmente, Wright justificou os plantões explicando que (...) *é um hábito comum nos países latino-americanos, que, quando*

⁷³⁶ Jaime Wright, além de ser ativo militante dos direitos humanos, era irmão de um desaparecido político brasileiro, Paulo Wright.

*um presidente de um país visita o outro, se prendam os refugiados para evitar manifestações hostis ao visitante.*⁷³⁷

Contudo, o que Wright não podia dizer abertamente era que se temia que os possíveis presos fossem expressamente devolvidos à Argentina, de forma ilegal ou mesmo amparados legalmente, o que poderia ocorrer no caso de manifestações de exilados, já que a legislação brasileira proíbe os estrangeiros de participarem de atividades políticas. Independente da forma escolhida, o resultado final para aquele que fosse repatriado por motivo político seria, na melhor das hipóteses, o cárcere. Na pior, enfrentaria os suplícios da tortura, culminando com a morte e a desapareição.

No Rio Grande do Sul, o Movimento de Justiça e Direitos Humanos (MJDH) também montou um plantão jurídico, a exemplo de São Paulo. O objetivo era o mesmo: evitar prisões arbitrárias de argentinos, especialmente em Porto Alegre, onde estes se concentravam. Nesses dias, uma equipe de oito advogados ligados ao Movimento foi mobilizada para interferir rapidamente caso houvesse detenções ilegais, típicas do acionar repressivo das ditaduras.⁷³⁸

Já no Rio de Janeiro, a comunidade de exilados argentinos apressava-se em declarar que não estavam em preparação atos ou manifestações que visassem a (...) *alteração da ordem pública por ocasião da visita do general Videla ao Brasil.*⁷³⁹ Os refugiados no país estavam temerosos de criar um pretexto que servisse de estopim ao governo brasileiro. Ou seja, um evento isolado qualquer poderia se tornar um “motivo” para desencadear perseguições e repressão generalizada, o que poderia terminar em um maciço repatriamento e, o que é pior, amparado na lei.

É necessário ressaltar que em países democráticos, como o México, Espanha ou Suécia, as atividades regulares dos exilados argentinos consistiam, primordialmente, em denunciar publicamente os crimes perpetrados pela ditadura argentina e realizar campanhas de solidariedade e eventos de todo tipo em apoio aos refugiados. Além disso, em outros países estrangeiros, os expatriados puderam assumir plenamente suas identidades e se agruparem de acordo com suas afinidades

⁷³⁷ Zero Hora, 11/08/1980, p. 18. Arquivo Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa – Porto Alegre.

⁷³⁸ Zero Hora, 21/08/1980, p. 12. Arquivo Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa – Porto Alegre.

⁷³⁹ Zero Hora, 12/08/1980, p. 16. Arquivo Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa – Porto Alegre.

políticas, de categorias profissionais ou mesmo de gênero. Denúncia e solidariedade, essas seriam as novas “tarefas” dos militantes convertidos em exilados e, segundo Bernetti e Giardinelli, dois elementos estruturadores e (...) *que determinaron el accionar político y social del exilio*.⁷⁴⁰

No Brasil, tudo ocorria exatamente ao contrário. O país ainda era regido por uma ditadura, chefiada por militares unidos no anticomunismo e amparada ideologicamente nos preceitos da Segurança Nacional, apesar da maior abertura, se comparada com a Argentina. Como se não bastasse era a ditadura mais longa e ainda servira de paradigma para as outras ditaduras instaladas nos países vizinhos. Além disso, dada a precária situação legal da maioria dos argentinos em solo brasileiro, qualquer tipo de organização visível, ainda mais se tivesse caráter político, era impensado, sob pena de ser enquadrado como “ameaça à Segurança Nacional” em virtude da legislação. Portanto, eram raros os espaços relativamente seguros para exercer livremente as “tarefas” dos exilados referidos anteriormente, em especial a ação política de denúncia ao regime argentino. Qualquer ação ou manifestação deveria ser feita de modo muito sutil e indireto, de preferência desvinculando-a da comunidade exilada, para não ferir a “susceptibilidade” dos órgãos de repressão brasileiros que vigiavam constantemente a “suspeita” comunidade de exilados: DOPS, PF, Exército, etc.

Assim, não é de estranhar que, perante a visita do odiado Videla, os exilados procurassem um salutar distanciamento estratégico, evitando (ou pelo menos aparentando evitar) qualquer comprometimento com as manifestações de repúdio ao visitante, organizadas oficialmente por brasileiros e cuja face visível era a das ONG's e de alguns grupos políticos brasileiros. A nota a seguir é um bom exemplo dessa postura extremamente precavida dos argentinos para não levantar nenhuma suspeita sobre o coletivo nem acirrar os ânimos:

A colônia argentina repudia energicamente esta manobra (as manifestações contra a Videla) negando qualquer participação em atos que venham a pôr em perigo a segurança do general Videla. Os refugiados agradecem, ainda, ao povo brasileiro pela solidariedade e o acolhimento a eles dispensado, diante de sua

⁷⁴⁰ BERNETTI, Jorge L.; GIARDINELLI, Mempo, op. cit., p. 53.

*condição de exilados, manifestando o seu respeito às tradições e às leis do país.*⁷⁴¹

5. 1. 3. Entre Homenagens e Protestos

Enquanto o governo brasileiro preparava recepções oficiais e ensaiava solenidades pomposas para homenagear Videla, a sua presença em solo brasileiro foi marcada por manifestações, pichações e passeatas nas principais cidades onde este passou: Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre.

Já no seu primeiro discurso em território brasileiro, durante um banquete em Brasília, Videla gerou certo desconforto nos meios governamentais ao expor aberta e publicamente seu pensamento “cruzadista”. O general argentino propunha, sem meias palavras e com uma brutal franqueza, a união dos países da América Latina na luta contra os chamados “perigos do terrorismo subversivo”. Em trechos do seu discurso, Videla lamentava que

*(...) muitos países do Ocidente não compreenderam a gravidade dessa manifestação infame e, ingenuamente, ou por razões circunstanciais evitaram a questão, apontando suas críticas às conseqüências não desejáveis e deploráveis da guerra que as declarou.*⁷⁴²

Claro está que as flechas disparadas por Videla se dirigiam principalmente aos Estados Unidos e a diversos países europeus ocidentais. Hipocritamente, estes países eram apontados pela ditadura argentina como sendo fomentadores de uma suposta campanha internacional de desprestígio, manipulada pelo movimento “subversivo-comunista” internacional. O que de fato ocorria era que nesses países eram bem conhecidas (tanto pelas autoridades quanto pela sua opinião pública) a política repressiva e as atrocidades perpetradas pela Junta militar argentina, as quais não se furtavam de condená-las em fóruns internacionais. Cabe lembrar as pressões exercidas pela administração de Jimmy Carter e da OEA sobre o governo argentino frente às denúncias de violações aos direitos humanos e que resultou no envio, por

⁷⁴¹ Zero Hora, 12/08/1980, p. 16. Arquivo Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa – Porto Alegre.

⁷⁴² Zero Hora, 20/08/1980, p. Central. Arquivo Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa – Porto Alegre.

parte de Washington, da secretária de Direitos Humanos do Departamento de Estado norte-americano, Patricia Derrian, em 1977, e de uma Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) da OEA para a Argentina, em 1979. Tanto Derrian quanto a CIDH da OEA, em 1980, haviam confirmado as denúncias dos crimes cometidos pelo regime de Videla, o que agravou o isolamento da Argentina no plano político internacional. Além disso, o governo americano já havia declarado um embargo de armas e, posteriormente, se aplicariam também sanções econômicas ao regime argentino, tais como a suspensão de créditos, caso continuassem as sistemáticas violações aos direitos humanos.⁷⁴³

Com vistas a superar esse isolamento por parte do hemisfério ocidental (incompreensível para a lógica primária e maniqueísta dos militares argentinos) a ditadura argentina se lançou a uma aproximação maior com seus vizinhos do subcontinente. Com essa manobra,

*Videla buscaría, en los meses siguientes, en sucesivas visitas al Paraguay, Brasil, Uruguay y Perú, formar algo así como un frente de defensa de la autodeterminación de los pueblos y del espíritu latinoamericanista. Principios que, aunque no se contaban entre las preferencias de la política externa argentina de ese entonces, de momento parecieron útiles para darle una cobertura internacional al régimen.*⁷⁴⁴

Como é possível observar, nesse contexto, a visita de Videla ao Brasil se revestia de uma importância especial: a busca de um aliado com peso político e econômico no continente. Todavia, segundo Novaro e Palermo, embora o regime argentino tenha conseguido certa “solidariedade regional”, esta não se configurou em atitudes concretas e nem teve a importância necessária para superar as perdas com as sanções internacionais.⁷⁴⁵ Logo, esta “solidariedade” dos países vizinhos não atingiu os patamares desejados pelos militares argentinos.

⁷⁴³ O presidente americano Carter inclusive chegou a retirar, em meados de 1980, o seu embaixador em Buenos Aires como medida retaliatória frente à intervenção militar argentina na Bolívia. As relações entre a Argentina e os EUA, embora oficialmente nunca cortadas, somente foram re-estabelecidas após a posse de Ronald Reagan em Washington. GARCIA LUPO, Rogelio. *Los asesinos hablaban como argentinos*. Clarín, Edición Especial/ Dossier, 24/03/2006, p. 12. Ver: NOVARO, Marcos; PALERMO, Vicente, op. cit., p. 280.

⁷⁴⁴ NOVARO, Marcos; PALERMO, Vicente, op. cit., p. 282.

⁷⁴⁵ Idem.

De fato, uma das principais reclamações de Videla em seu discurso era que a sua proposta de uma (...) *coesão indestrutível dos países que compartilham idéias semelhantes contra os perigos do terrorismo subversivo (...)*⁷⁴⁶ não se extinguisse em uma mera “adesão retórica”. Logo, a Argentina também pretendia um envolvimento maior do Brasil nas tarefas repressivas conjuntas. Cauteloso e versando prosaicamente sobre a amizade entre Brasil e Argentina, o general Figueiredo respondeu tentando desviar o foco dos incômodos temas “subversão” ou “terrorismo”⁷⁴⁷ e apresentou no seu discurso uma imagem idílica de um Brasil quase progressista e democrático:

*O que pleiteamos são canais largos e abertos e o dialogo construtivo, inspirado na preservação da paz e tendo por objeto a segurança internacional. Em vez de pretensões de hegemonias anacrônicas, sustentamos o princípio da igualdade soberana dos Estados. Respeitamos a autodeterminação dos povos. Repelimos a ameaça ou o uso da força nas relações internacionais e qualquer forma de intervenção de uns Estados nos assuntos internos e externos de outros.*⁷⁴⁸

Além de criticar as delirantes veleidades hegemônicas do país vizinho, Figueiredo também aproveitava para, indiretamente, condenar a recente intervenção da Argentina no golpe da Bolívia.⁷⁴⁹ O que se evidenciava (embora não tão claramente nesse momento) era que ambas as ditaduras viviam entre si uma

⁷⁴⁶ Zero Hora, 20/08/1980, p. Central. Arquivo Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa – Porto Alegre.

⁷⁴⁷ Pode se imaginar o efeito causado por esses “inoportunos” pedidos de adesão de Videla a luta anti-subversiva continental em um contexto no qual o governo Figueiredo pretendia, cada vez mais, desvincular sua imagem das violações aos direitos humanos ocorridas no Brasil durante todo o período militar. Além disso, o terrorismo que o Brasil enfrentava não provinha de setores revolucionários da esquerda, mas sim oriundo dos próprios quartéis, da extrema direita descontente com o processo de redemocratização.

⁷⁴⁸ Zero Hora, 20/08/1980, p. Central. Arquivo Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa – Porto Alegre.

⁷⁴⁹ Em 17 de julho de 1980, o general Luiz Garcia Mesa derrubou a presidente constitucional da Bolívia, Lidia Gueiler. O golpe foi dado com importante apoio material e logístico do governo militar argentino, o qual, segundo Rogelio Garcia Lupo, pretendia (...) *crear en Bolivia una colonia militar argentina destinada a evitar que Brasil se apropiara de los recursos minerales bolivianos (...)*. Um pretexto geopolítico grandiloquente para justificar a empreitada anticomunista dos novos “cruzados” do Ocidente, os militares argentinos. Estes últimos formaram um contingente de 100 a 200 homens, encarregado de instruir os militares bolivianos, em técnicas de tortura, eliminação de opositores, ocultação de cadáveres e um longo etc. O golpe boliviano, ademais, traria outros benefícios. Sob a égide do general Mesa, o tráfico de drogas atingiria proporções nunca antes vistas e seus lucros também atraíram os argentinos, que se envolveram intensamente nestas atividades ilícitas (além das violações aos direitos humanos) pelo menos até 1982, ano que abandonaram o país em função da pressão dos EUA. GARCIA LUPO, Rogelio, op.cit., p.12.

temporalidade diferente. Essa defasagem do *timing* histórico levava a que ambos os países tivessem objetivos políticos muito diferentes: enquanto a ditadura argentina ainda estava envolvida na eliminação física dos opositores e sequer pensava em eleições, a desgastada ditadura brasileira já se encaminhava, mesmo que lentamente e com alguns graves retrocessos (obstáculos fruto das pressões dos setores duros), para a normalização do processo político institucional.

Contudo, apesar desse descompasso do momento político vivido entre ambos os países, é preciso lembrar que o Brasil estava colaborando diretamente com a repressão argentina, especificamente na repressão à organização *Montoneros*, como vimos anteriormente. Constantemente, setores oposicionistas que denunciavam publicamente a conexão repressiva bilateral. As declarações da oposição serviram tanto para deixar o governo brasileiro numa posição comprometedora, quanto para colocar em estado de alerta os refugiados argentinos que se encontravam no Brasil. É fato que a presença do general argentino (com seu visceral discurso antissubversivo) acirrou o pânico entre milhares de argentinos que residiam irregularmente no país, mesmo que antes disso já corressem o risco de serem deportados. Temia-se que, junto com Videla, viessem comandos militares para promover sequestros ou então que alguns exilados se manifestariam contra o ditador, dando o pretexto que justificaria uma onda de prisões generalizada e a posterior repatriação para Argentina. Logo, os temores não eram infundados. Eles eram constantemente corroborados com tais atitudes.

Em 21 de agosto, no Rio de Janeiro, manifestantes concentrados em frente ao Consulado argentino foram violentamente dispersados pela polícia, quando intentavam entregar documentos denunciando as desapareições e outros crimes cometidos pela ditadura argentina e que incluíam, na sua lista, a desapareição de cidadãos brasileiros naquele país. Os documentos eram assinados pelo Comitê de Solidariedade dos Povos da América Latina, pelo Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA) além de alguns sindicatos e membros da então denominada “imprensa alternativa”. Um grande ato público contra Videla havia sido idealizado pela Convergência Socialista (CS), no entanto, este foi suspenso devido ao temor da repressão. Em substituição, um comício-relâmpago foi preparado na Cinelândia. Alheio a essa mobilização popular, o general argentino, protegido por um complexo

esquema de segurança, *o mais rigoroso já visto em visitas de autoridades ao Palácio Guanabara,*⁷⁵⁰ interagiu socialmente com o governador carioca Chagas Freitas. Segundo um repórter, ao chegar ao Palácio, o ditador (...) *foi saudado por um “viva a Argentina” gritado por – no máximo – três pessoas.*⁷⁵¹ Evidentemente, a popularidade de Videla não estava em alta.

No dia seguinte, Videla chegaria a São Paulo onde já fora recebido com slogans pouco receptivos do tipo “Fora Videla”, ou “Videla Assassino” espalhados pelos muros da cidade. Em paralelo às “amenas” atividades protocolares promovidas pelo governo estadual paulista, na figura de Paulo Maluf, centenas de manifestantes se congregaram no Largo de São Francisco, pleno centro da capital paulista, para realizar um grande ato de repúdio à presença do ditador argentino no Brasil. Diversas organizações tais como a CBA, a União Estadual de Estudantes (UEE), a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a Associação Brasileira de Imprensa (ABI), o Movimento de Mulheres e a CS participaram do evento.⁷⁵² Junto a eles, os familiares de mortos e desaparecidos políticos, que saíram em uma passeata pelo centro, carregando consigo os cartazes onde lembravam seus entes queridos e reclamavam por sua ausência. Entre esses familiares, um grupo em particular dirigia seu protesto contra Videla: eram os parentes dos brasileiros desaparecidos na Argentina. Com trajes de luto e lenços brancos na cabeça, as “mães” brasileiras emulavam na estética as já célebres colegas argentinas da *Plaza de Mayo.*⁷⁵³ Todavia, muito além dos simbolismos, o que unia “mães” e “*madres*” era o mesmo sentimento de dor, de perda e de desamparo frente à violência onipotente do poder estatal. Mas também as unia um forte sentimento de solidariedade, que lhes fornecia o tão necessário suporte e as fortaleciam na sua luta por saber a verdade, por fazer justiça, na ânsia infinita de dar um basta à impunidade.

Certamente, sem prestar demasiada importância ou se comover por mobilizações dessa índole (tal como o fazia na sua terra) o ditador argentino

⁷⁵⁰ Um aparato policial-militar com duzentos homens serviu de segurança para o visitante. Zero Hora, 22/8/80, p. Central – Arquivo Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa - Porto Alegre.

⁷⁵¹ Zero Hora, 22/8/80, p. Central – Arquivo Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa - Porto Alegre.

⁷⁵² Idem.

⁷⁵³ Ver imagem da passeata em: Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos. *Dossiê Ditadura: Mortos e Desaparecidos Políticos no Brasil (1964-1985)*. 2º Ed. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009, p. 700.

encaminhava-se para a última visita oficial da sua estadia no Brasil: a “mui valorosa e leal” cidade de Porto Alegre.

5. 1. 4. A Chegada de Videla

Já em 19 de agosto de 1980, no mesmo dia da chegada de Videla ao Brasil e quatro dias antes da sua programada visita à capital gaúcha, Porto Alegre amanheceu grafitada com o bordão que se tornaria, nesses dias, mais um símbolo do repúdio popular às ditaduras: Fora Videla!⁷⁵⁴ Similar ao ocorrido nas outras capitais brasileiras, estas frases apócrifas foram as primeiras manifestações dos setores progressistas da sociedade gaúcha que despejavam sua indignação contra a indesejável presença do chefe da Junta militar argentina no país. Outras manifestações, mais contundentes, viriam logo a seguir.



Figura 5. 2. Os muros de Porto Alegre serviram como espaços de opinião da dissidência: pichações contra a presença de Videla na capital gaúcha. (Fonte: Zero Hora, 19/08/1980, p. 12. Arquivo Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa – Porto Alegre).

A seção gaúcha do Comitê Brasileiro de Solidariedade aos Povos Latino-Americanos conclamou um ato público de protesto contra Videla, para ser realizado na sexta-feira, dia 22 de agosto, às onze e meia da manhã. O ponto de encontro dos manifestantes era frente a Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), sita na Avenida João Pessoa, no centro da capital. No dia seguinte, Videla, acompanhado por autoridades federais e lideranças gaúchas “re-

⁷⁵⁴ Zero Hora, 19/08/1980, p. 12. Arquivo Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa – Porto Alegre.

inauguraria” a outrora esquecida e quase abandonada Praça Argentina, reformada às pressas para a solene ocasião e localizada bem em frente do Campus Central da UFRGS.

Se por si só, a presença de Videla no Brasil já se constituía em uma ofensa à retomada da democracia, podemos mensurar o acinte que significava sua presença concreta em um território praticamente inserido na “zona de influência” dos estudantes, como era a Praça Argentina. Segundo explicou Ivanir Bortot, (...) *As lutas pela democracia no Rio Grande do Sul sempre tiveram uma forte relação com a América Latina (...) então, a presença de Videla, para nós (estudantes), era uma grande provocação.*⁷⁵⁵

A sexta-feira em Porto Alegre amanhecera como um típico dia do inverno gaúcho: frio e úmido. E, apesar da persistente chuva fina que cobria com seu manto as ruas da metrópole, a manifestação programada continuava de pé. Atuando de forma simultânea e em consonância com o ato de protesto, grupos de estudantes montaram na principal esquina do centro da cidade, uma barraca improvisada onde vendiam e distribuíam jornais e panfletos alternativos, cujo eixo se centrava, obviamente, em condenar veementemente a presença de Videla.⁷⁵⁶ Logo após a conclusão do ato público, assistido por centenas de estudantes e alguns transeuntes (apesar da “teimosia” pluvial), os estudantes pretendiam realizar uma passeata até a sede do Consulado argentino, então situado a apenas poucas quadras dali, na Rua Annes Dias. No entanto, um forte aparato organizado pela polícia os impediu de levar a termo a manifestação planejada. Barrados, os estudantes tentaram resistir à expulsão, gritando os costumeiros slogans contra a ditadura. Foi o suficiente para que a Brigada Militar (BM)⁷⁵⁷ empregasse amplamente o seu poder coercitivo contra o protesto estudantil.

Os jovens foram agredidos pelos cassetetes da polícia frente ao prédio da Faculdade de Direito, quando pretendiam se agrupar na Praça Argentina. Esse seria o primeiro de quatro enfrentamentos desiguais entre contingentes de soldados fortemente armados da Tropa de Choque da BM contra um grupo numericamente

⁷⁵⁵ BORTOT, Ivanir J.; GUIMARAENS, Rafael. *Abaixo a Repressão: Movimento Estudantil e as Liberdades Democráticas*. Porto Alegre: Libretos, 2008, p. 237.

⁷⁵⁶ O referido ponto foi montado no cruzamento da Rua dos Andradas (a antiga “Rua da Praia”) com a Avenida Borges de Medeiros, popularmente conhecido por “esquina democrática”.

⁷⁵⁷ Denominação da Polícia Militar utilizada no Rio Grande do Sul.

inferior de estudantes desarmados. Perseguidos, os alunos recuaram até a Casa do Estudante, sita na Avenida João Pessoa, sempre com a tropa em seu encalço. Assim relembrou o evento um daqueles estudantes, em depoimento dado a Bortot e Guimaraens,

*(...) um grupo de manifestantes, acuados, sem alternativas, adentrou o Restaurante Universitário, quebrando os vidros do saguão com os próprios corpos, perseguidos pelos brigadianos que não cansavam de baixar o cassetete nas suas costas, cabeças, braços.*⁷⁵⁸

Logo em seguida, iniciou-se uma estranha batalha. Desde as sacadas do prédio, outros alunos revidaram a absurda violência policial com os meios de que dispunham. Em resistência tão brava quanto pitoresca, os estudantes atiravam os únicos “projéteis” que possuíam à mão: (...) *água, bergamotas, sacos de gelo, ovos e laranjas nos policiais*, segundo noticiado no jornal Zero Hora.⁷⁵⁹ A resistência estudantil acirrou a repressão policial que passou à ofensiva total, ocupando militarmente não somente o prédio na sua totalidade (apesar do mesmo ser território federal e, em tese, vedado a força policial da “província”), mas também cercando o quarteirão para dispersar os jovens renitentes, o que provocou grande tumulto no trânsito da região central da cidade.

⁷⁵⁸ Depoimento de Jorge Garcia. In: BORTOT, Ivanir J.; GUIMARAENS, Rafael, op. cit., p. 238.

⁷⁵⁹ Zero Hora, 23/8/80, p.21 – Arquivo Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa - Porto Alegre.



Figura 5. 3. A “batalha” do RU: a descabida repressão aos estudantes protagonizada pela Brigada Militar gaúcha foi capturada pelas lentes de um foto-jornalista. (Fonte: Zero Hora, 23/08/1980, p. 21. Arquivo Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa – Porto Alegre).

Para a Brigada, tornara-se uma “questão de honra” retomar o controle da Casa do Estudante e o território circundante e, principalmente, subjugar os jovens rebeldes a qualquer custo. Já para os estudantes, a “pretensão” de exercer seu livre direito de expressão em um país que dizia já caminhar para a democracia teve um elevado custo: quatro colegas seriamente feridos pela violência da polícia contra um policial ferido.⁷⁶⁰ Os policiais usaram de tal violência na operação que muitos estudantes tiveram medo de ser chacinados em meio à confusão e à pancadaria desatada pela própria Brigada dentro do Restaurante Universitário (RU).⁷⁶¹ Outro grande temor que pairava entre os estudantes era o de ser preso. De fato, três estudantes (um secundarista e dois universitários) foram presos nas imediações da Praça Raul Pilla e temia-se pelos seus destinos. Como constou na reportagem de Zero Hora, aos gritos contra Videla e Figueiredo, somou-se uma nova exigência nascida dessa circunstância especial: *Soltem nossos presos!*⁷⁶²

⁷⁶⁰ BORTOT, Ivanir J.; GUIMARAENS, Rafael, op. cit., p. 239.

⁷⁶¹ Idem, op. cit., p. 243.

⁷⁶² Zero Hora, 24/8/80, p.36 – Arquivo Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa - Porto Alegre.

Como se vê, o binômio “prisão e tortura” como elemento dissuasivo continuava (ainda em 1980) associado à cultura política do nosso país, apesar da distensão promovida pelo regime militar desde 1976. Como assinalou Moreira Alves,

*(...) mesmo (...) quando a tortura não era mais amplamente usada contra os presos políticos (embora continuasse uma realidade para a população trabalhadora e os presos comuns) seu poder de intimidação ainda estava manifestamente presente.*⁷⁶³

A brutal ação policial teve repercussão imediata e foi repudiada pela sociedade em geral. Na Assembléia Legislativa, os partidos de oposição criticaram tanto o tolhimento da livre manifestação estudantil quanto à ilegalidade e a desmesura da repressão. Tanto o PMDB quanto o PDT não pouparam críticas à polícia militar e ao governo estadual. A violência aplicada contra os estudantes foi considerada um anacronismo contraditório com o contexto de redemocratização. Para o PDT, o RU ao ser cercado pela Brigada (...) *se convertera em uma efetiva prisão e transformando a operação policial no agente de um virtual sequestro daquele punhado de jovens.*⁷⁶⁴ A nota emitida pela bancada do PMDB destacava o descompasso e o despreparo da instituição policial frente aos avanços do processo democrático:

*No Rio Grande do Sul, no entanto, as coisas estão invertidas, pois a instituição que deveria garantir direitos é a mesma que impede a realização pacífica destas manifestações, inclusive usando de força para praticar ofensas a integridade física.*⁷⁶⁵

Evidentemente, a absurda repressão estatal a uma manifestação democrática e pacífica mais uma vez colocava em relevo os limites tensos entre o vazio discurso da pretensa redemocratização pregada pelo governo e a realidade concreta do regime ditatorial brasileiro.

Tanto os principais grêmios estudantis secundaristas como os alunos da Pontifícia Universidade Católica (PUC) declararam sua solidariedade com os

⁷⁶³ MOREIRA ALVES, Maria H. *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)*. Rio de Janeiro: Vozes, 1984, p. 170.

⁷⁶⁴ Zero Hora, 23/8/80, p.21 – Arquivo Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa - Porto Alegre.

⁷⁶⁵ Idem.

estudantes da UFRGS e reforçaram a posição de repúdio pela presença de Videla na capital. Na PUC, na mesma noite de sexta-feira, mais de trezentos alunos reuniram-se na praça em torno ao Diretório Central dos Estudantes (DCE), que havia convocado urgentemente um ato de protesto próprio como resposta ao acontecido na UFRGS.⁷⁶⁶

Na própria UFRGS, as atividades normais de aula foram sendo suspensas à medida que a revoltante notícia da repressão sofrida pelos colegas se espalhava pelos campi. Na parte da tarde, uma tumultuada e concorrida assembléia geral convocada pelo DCE da UFRGS chancelou a paralisação: os estudantes haviam se declarado em greve e em estado de “vigília” até que o presidente Videla abandonasse o país. Pouco depois, a Associação dos Professores da UFRGS (ADUFRGS) decidiu também aderir à vigília, sediada no RU do Campus Central. A paralisação já atingira diversos cursos da Universidade. Um “comando de ocupação” organizou a infraestrutura da vigília e as tarefas a serem desenvolvidas coletivamente. Desde um palco montado de improviso, ora cenário, ora tribuna, militantes que faziam discursos contra as ditaduras intercalavam-se com apresentações musicais e apresentações teatrais. Grupos políticos articulavam-se e planejavam ações para a jornada seguinte:

No dia 23, quando Videla e Figueiredo estariam re-inaugurando a Praça Argentina, os estudantes pretendiam construir uma barricada de sacos e caixas de cerveja, enquanto um grupo estaria protestando diante do Consulado argentino (...) quando a comitiva estivesse se aproximando, os manifestantes abririam as faixas de protesto.⁷⁶⁷

Além disso, tencionavam mudar simbolicamente o nome da Praça para “Praça das Locas de Mayo”, projeto que foi inclusive levado a Câmara Municipal. Assim, o RU transformara-se em uma autêntica comuna, revolucionária e democrática. Aquele território público (mesmo que sentido como próprio) e que havia sido conspurcado pela repressão policial, voltava a ser um espaço onde os alunos podiam se manifestar mais livremente, já que o livre acesso às ruas (o espaço público por excelência) ainda estava, de fato, vedado. Mesmo assim, os alunos pretendiam seguir adiante e desafiar, dentro de suas possibilidades, a ditadura.

⁷⁶⁶ Idem.

⁷⁶⁷ BORTOT, Ivanir J.; GUIMARAENS, op. cit., p. 244.

Mas o regime também estava decidido a impedir qualquer tipo de protesto. Desde antes da alvorada, nutridos contingentes policiais já ocupavam previamente a Praça Argentina para dissuadir qualquer intento por parte dos estudantes reunidos no RU, de “tomar” a Praça e realizar a troca de nome. Com o passar da manhã, outros pelotões da Brigada (inclusive um de cavalaria) se posicionaram estrategicamente nos arredores da Praça Argentina. O clima era tenso entre ambas as partes e temia-se um novo confronto como o de sexta-feira. Até um helicóptero armado chegou a sobrevoar a área. Em meio a isso, um acidente com quatro cavalarianos que caíram dos cavalos ao resvalar no cimento da Praça, instantaneamente levou os estudantes e o povo reunido no local das vaias às gargalhadas. Apesar de cômico, o tolo incidente poderia ter desatado um conflito, já que o comandante da operação, irritado com o deboche popular, ordenou aumentar os efetivos na Praça.⁷⁶⁸



Figura 5. 4. Em pleno centro de Porto Alegre, a Praça Argentina permaneceu sob ocupação militar, para impedir o acesso e a manifestação dos estudantes e garantir a segurança da comitiva presidencial na cerimônia planejada de reinauguração da praça. (Fonte: Zero Hora, 24/08/1980, p. 34. Arquivo Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa – Porto Alegre).

Mais tarde, enquanto Videla e Figueiredo usufruíam do almoço oferecido pelos empresários no Palácio Piratini, os estudantes iniciavam o ato da troca simbólica de nome da Praça, no pátio da Faculdade de Economia. Ao contrário do

⁷⁶⁸ Zero Hora, 24/8/80, p.36 – Arquivo Museu de Comunicação Social Hypólito José da Costa - Porto Alegre.

comportamento apresentado no dia anterior, a Brigada limitou-se a acompanhar, a certa distância, toda a movimentação estudantil. Além das pressões sociais pelo efeito dos abusos policiais do dia anterior, a não repressão ao ato também foi fruto de uma negociação entre os deputados opositores José Fogaça, Antenor Ferrari e lideranças estudantis do DCE da UFRGS, como Luiz Marques, com o comandante do 9º Batalhão da BM no local, coronel Tampa, que se comprometeu a não intervir.⁷⁶⁹ Ao mesmo tempo, circulava de modo extra-oficial a informação de que a cerimônia da Praça seria cancelada.

Uma vez confirmado o cancelamento da solenidade às primeiras horas da tarde, os estudantes explodiram em júbilo. A desistência das autoridades pelo evento da re-inauguração foi sentida, por parte dos estudantes, como uma derrota de Videla e Figueiredo. Assim recordou o peculiar momento um daqueles estudantes:

*O Videla tremeu! Aquele foi um momento lindo. Todos começaram a gritar, a pular de alegria, a cantar, de mãos dadas no meio da Praça Argentina. Aquele território era definitivamente nosso. Escrevíamos ali uma bela página de História em homenagem ao povo argentino, sufocado sob o tacão de uma sangrenta ditadura.*⁷⁷⁰

Aos poucos, o clima de confronto foi se dissolvendo à medida que as tropas da Brigada começaram a ser lentamente desmobilizadas. Assim, os estudantes finalmente puderam ocupar a praça e festejar, realizando a tão desejada homenagem as *Madres da Plaza de Mayo*. Na vizinhança, o povo aplaudia os estudantes e, ao lado da faixa desfraldada com o nome “Praça das Locas de Mayo”, outra faixa se destacava. Era também enorme, mas bem menos poética sendo muito explícita e objetiva na sua mensagem imperativa: “Videla – Figueiredo. Fora.”

5. 1. 5. Os Argentinos de Porto Alegre, Videla e o Zapato Roto

Como foi possível observar anteriormente, a visita de Videla em terras brasileiras caracterizou-se por ser um evento polêmico e que provocou sentimentos diametralmente opostos em diversos setores da sociedade. A presença do general-

⁷⁶⁹ Idem.

⁷⁷⁰ Depoimento de “Ricardo”. In: BORTOT, Ivanir J.; GUIMARAENS, Rafael, op. cit., p. 245.

ditador estrangeiro (com tudo o que ele simbolizava) acirrou a polarização política problematizando ainda mais a já complexa situação do contexto social e político brasileiro. A cordialidade fraternal com a qual Videla foi recebido pelo governo e pelas elites políticas e econômicas destoou do absoluto desprezo manifestado pelos setores democráticos e populares. Mas não somente isso, a visível “amizade” entre ambos os ditadores permitiu que uma parte da população brasileira estabelecesse diversas analogias, marcando diferenças, mas, sobretudo apontando para as semelhanças entre os regimes militares dos dois países. Ou seja, singularidades aparte, tanto o Brasil quanto a Argentina eram “cúmplices” dos mesmos crimes: quebra da ordem constitucional, autoritarismo, prática de TDE, sistemática violação dos direitos humanos, entre outros. Nesse sentido, podemos afirmar que a presença de Videla serviu para definir (ainda mais) posições, identidades e simpatias dentro da malha social brasileira.

Entretanto, uma questão permanece: o que esta presença suscitou nos argentinos que se encontravam em Porto Alegre? Assim, mediante os diversos depoimentos colhidos pelo autor para a realização deste trabalho intentou-se desenhar um panorama do que representou, naquele contexto, a visita do presidente militar Jorge Rafael Videla para alguns dos argentinos que estavam na capital gaúcha. De um modo geral, foi perguntado aos entrevistados o seguinte: 1) Você se lembra da visita de Videla a Porto Alegre? 2) O que você se lembra? Caso o depoente assumisse a existência de alguma lembrança, se perguntou ainda: 3) o que você sentiu naquele momento?

As respostas foram diversas. Algumas pessoas declararam desconhecer completamente o assunto, outras disseram não se lembrar de nada ou ter uma vaga lembrança, minimizando o evento. Já outros asseveraram que podem ter tido um esquecimento assemelhado à negação e foram “despertados” para o fato a partir do questionamento feito pelo autor. Em contrapartida, outros entrevistados possuíam uma lembrança clara do momento vivido como um período de ameaça, medo e tensão.

Então podemos dizer que a visita de Videla, além das já citadas reações provocadas entre alguns brasileiros, também gerou um impacto negativo em parte da comunidade argentina repercutindo de forma diversa e desigual em cada indivíduo

desse coletivo. Vale ressaltar que os efeitos negativos provocados pela presença dessa figura indesejável se deram tanto entre exilados políticos quanto emigrados econômicos. Embora a preponderância destes efeitos seja esperada quase que “naturalmente” nos exilados “puros”, devemos lembrar que muitos emigrados possuíam também uma postura política contrária à ditadura e, às vezes, até uma militância progressista mesmo que esta não se constituísse no principal motor da migração.

Portanto, a simples dicotomia “exilado-imigrante”, mais uma vez, não deve ser univocamente utilizada para analisar este caso, pois notamos que nele há uma interface com outros elementos-chave. Um deles é a regularização do estrangeiro (em um momento crítico onde essa lei estava sendo debatida, criticada e “lamentada”), ou seja, o *status* legal ou ilegal que a pessoa possuía frente ao governo brasileiro. Por outro lado, não pode se esquecer que a percepção individual de um evento público (a visita de Videla) também sofre variações em função do influxo de um amplo leque de questões particulares (família, trabalho, etc.). Evidentemente que cada pessoa também viveu circunstancialmente este acontecimento a partir do prisma singular do seu “momento” de vida.

Também deve ser destacado que, *grosso modo*, quase todos os argentinos que vieram após o Golpe de 1976, já traziam consigo gravadas de alguma forma (ou no mínimo interiorizadas subjetivamente) as marcas da “cultura do medo” impostas pela instrumentalização das práticas coercitivas implantadas pelo TDE argentino. Além disso, no caso específico daqueles que emigraram exclusivamente por motivos políticos, deve ser levada em conta a peculiaridade do exílio no Brasil em contraste com o exílio em outros os países, onde havia regimes democráticos. Era uma situação paradoxal de um exílio vivido dentro de outra ditadura, com princípios e natureza semelhantes⁷⁷¹, o que também impediu que se pudesse efetuar, em curto prazo, uma superação eficaz destes mecanismos do medo “contrabandeados” da origem.

⁷⁷¹ Lembrando que, no Brasil, as regras impostas aos estrangeiros impediam (e ainda hoje impedem) o acesso à livre expressão e participação política, assim como também restringiam as possibilidades de articulação social em uma dimensão mais ampla o que, por conseqüência, limitava os laços de solidariedade a um espaço mais privado, quase familiar.

Assim, poderíamos dizer que os exilados políticos estariam ou poderiam sentir-se mais ameaçados devido à questão colocada anteriormente ainda mais quando relacionada com a conhecida colaboração repressiva entre as ditaduras, por sinal, colocada em evidência pública a partir do desmascaramento pela imprensa de uma operação ilegal conjunta entre a ditadura brasileira e uruguaia justamente em Porto Alegre: a operação *Zapato Roto*. Portanto, depois disso, quem garantia que a visita de Videla não encobriria uma análoga operação de “caça” aos dissidentes?

De modo geral, a situação dos exilados políticos argentinos na cidade de Porto Alegre não era muito diferente da dos outros no resto do país.⁷⁷² Ainda procurava-se não chamar a atenção sobre a sua condição e silenciar os motivos que os levaram a residir no Brasil, para assim poder passar despercebidos, por questões de segurança pessoal. Todavia, mesmo que a partir do caso dos uruguaios tenha se evidenciado a coordenação internacional, a percepção do alcance e, principalmente, da escolha dos “alvos” pela máquina repressiva argentina atuando aqui no Brasil era diferente entre os indivíduos e variava de acordo com sua situação particular. Ou seja, já se sabia que as forças repressivas podiam atuar sem travas institucionais, mas a questão era discernir quais eram os parâmetros utilizados pela repressão para definir suas vítimas; quem poderia ser atingido? Esta incerteza carregava uma sensação permanente de insegurança, incompatível com certo grau de previsibilidade que pressupõe uma vida dentro de padrões considerados como “normais” para nossa formação social. Dentro dessas variações possíveis, alguns se sentiram diretamente ameaçados, já outros nem tanto.

Mas também estavam aqueles que, independente da motivação para a migração, se encontravam no Brasil em situação de permanência irregular. Representavam à grande maioria dos imigrantes, muitos deles eram pessoas cuja condição social e econômica era precária e suas possibilidades de regularização cada vez mais estavam sendo tolhidas pela nova lei dos estrangeiros do governo Figueiredo. Estes corriam sério risco de deportação, independente da presença de Videla. Evidentemente que a presença dele potencializou a sensação de insegurança já imperante nestas pessoas em condição tão delicada.

⁷⁷² Sobre o exílio argentino do Rio de Janeiro ver: QUADRAT, Samantha, V. Exiliados argentinos en Brasil: una situación delicada. In: YANKELEVICH, Pablo; JANSEN, Silvina. *Exilios*. Buenos Aires: Libros del Zorzal, 2007, p. 62-102.

Vejamos a seguir quatro casos diferentes, quatro reações individuais distintas, mas sob estas se percebe (mesmo que em níveis desiguais) a presença permanente do temor e da desconfiança. Três casos são de exilados e um de uma imigrante: Juan, um ativo militante *montonero*; Ricardo, um exilado sem militância orgânica e o caso de Andrea, que em 1980 já se tornara uma ex-militante. Por fim, o caso de Mariana, uma imigrante que posteriormente se tornou militante em terra brasileira. Os sublinhados são nossos.

1) Juan residia em POA desde meados de 1977. Exercia atividades comerciais desde então e havia regularizado legalmente sua permanência no Brasil após um breve período de clandestinidade. Contudo, durante boa parte do seu exílio, manteve uma discreta, porém ativa militância junto aos *Montoneros*. Ele era um quadro intermediário do *Partido Montonero*. Ele deixou bem claro no seu depoimento o clima de medo, desconfiança e as precauções tomadas por ele e alguns de seus companheiros de militância durante o período da visita do general Videla ao Estado:

*(...) ¡Yo vivía con la pistola debajo de almohada! Creo que en la época cada uno lo vivió en su personal, cuidarse su vida. Como ya no dependíamos de cuidar compañeros, no había una organización, había que cuidar de lo de uno...*⁷⁷³

Este caso em particular revela ainda o desdobramento de um momento muito peculiar da história do grupo *Montoneros*, o da denominada “contraofensiva”, realizada pela organização guerrilheira em duas etapas, entre 1979 e 1980. A visita de Videla ao Brasil coincidiu com o já visível fracasso dessa derradeira investida político-militar e uma visível desagregação da estrutura que *Montoneros* possuía no Brasil em função de um debate sobre a legitimidade e a validade da “contraofensiva”, o que aprofundou as dissidências preexistentes entre a militância que vivia no Brasil e a “Condução Nacional” dos *Montoneros* na Europa e no México, a exemplo do que já vinha acontecendo em outras partes do planeta onde existiam núcleos de *Montoneros*. As divergências conduziram à ruptura de parte da militância com a Condução, o que também aconteceu no núcleo do Rio Grande do Sul, o que explicaria a postura individualista assumida pelo depoente, desiludido com

⁷⁷³ Entrevista com J. P. realizada em Porto Alegre - 09/08/2008.

os rumos tomados pela sua organização. A desestruturação da organização teve como resultado a desarticulação grupal e atomização do outrora sujeito coletivo em indivíduos avulsos. Percebe-se então que o medo real se alia à sensação de desamparo e isolamento em virtude da desvinculação da relação com o projeto coletivo ao qual se sentira parte durante tantos anos. Uma “fratura de identidade”, na acepção de Marcelo Viñar, que, no caso deste depoente, foi parcialmente atenuada *a posteriori* com a realização de uma significativa tatuagem com o emblema dos *Montoneros*, reafirmação indelével de um pertencimento em crise.⁷⁷⁴

2) Ricardo, um refugiado político, também relatou viver momentos de tensão durante a visita do ditador argentino. Ele ainda era um recém-chegado ao Brasil e, ao contrário do caso anterior, estava ainda como turista. Havia vindo logo depois de sofrer ameaças de morte e ter sido espancado e torturado em Buenos Aires, após um breve retorno do Uruguai, onde havia sido seu primeiro refúgio em 1976. Acreditando que o pior da repressão já havia passado, ele voltara à Argentina em virtude de problemas familiares. Em junho de 1980 teve de sair definitivamente do seu país e foi para Porto Alegre, onde já possuía amigos, também perseguidos políticos. Em agosto desse ano, Ricardo, sua família e um amigo que o visitava ocupavam temporariamente um apartamento alugado mobiliado no centro de Porto Alegre, nas ruas Bento Martins e Sete de Setembro. Ironicamente, em uma região bem próxima a sede do Comando do então III Exército, ao Comando da Brigada Militar e também do Palácio Piratini, onde Videla seria recepcionado pelas autoridades. Durante a presença de Videla na capital gaúcha, Ricardo sentiu medo:

Vivíamos en el cuarto piso, teníamos dos ventanas: en una estaba yo y en la otra mi mujer y mi hija menor. Y yo le hablaba de una ventana a ella, en español, como te podés imaginar, en “argentino”, ¿no? (...) Y de pronto empezamos a ver que iban apareciendo tipos... no una docena de tipos, tres o cuatro tipos, con la vista puesta en la ventana nuestra... ¡Pensando si no

⁷⁷⁴ Para Edelman y Kordón, as tatuagens (...) nos remiten al tema del cuerpo como portador de significaciones identitárias y apuntalador de la vida psíquica.⁷⁷⁴ Quando ocorre uma falência ou perda das representações psíquicas, uma tatuagem, entendida como “representação gráfica na pele”, pode se revestir, como coloca Tesone, de uma função parcialmente substitutiva dessa carência ou ausência da representação psíquica e do objeto interno. TESONE, Juan E. apud KORDON, Diana; EDELMAN, Fanny. *Por-venires de la memoria. Efectos psicológicos multigeneracionales de la represión de la Dictadura: Hijos de Desaparecidos*. Buenos Aires: Madres de Plaza de Mayo, 2007, p. 133-134.

*estábamos ahí para hacer un atentado contra Videla! (...) No nos molestaron para nada porque vieron que no hubo nada. ¡Mira vos, hasta eso nos pasó!*⁷⁷⁵

Este depoimento é um tanto confuso, pois sequer se torna claro se as pessoas que o observavam o inquiriram realmente, mas talvez seja aí onde se percebe justamente que o medo e a desconfiança também adquiriam uma dimensão extraordinária, quase paranóica em função das experiências traumáticas já vividas. Afinal de contas, ele não soube explicar quem eram essas pessoas que o observaram, essas pessoas que “pensaram” que eles poderiam fazer um atentado, mas que sequer os incomodaram porque “viram” que não havia “nada”. Assim, se objetivamente houve naquele momento algum perigo real é difícil saber. Contudo, o importante é que a percepção subjetiva desse acontecimento o transformou em um medo absolutamente real para Ricardo e assim que ele foi vivido e lembrado.

3) Mariana chegou para morar no Brasil em abril de 1980. Interessante é destacar que Mariana, embora simpatizante da esquerda, não tinha militância política orgânica na Argentina. Mas, como muitos, ela sentia-se temerosa e asfíxiada com o clima repressivo vivido no seu país. Em janeiro daquele ano, ela havia vindo ao Brasil apenas para passar as férias com a família em Florianópolis. Decidiu imigrar para o Brasil poucos meses depois de conhecer em Porto Alegre um brasileiro, militante do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), por quem se apaixonou e casou. Ela e seu noivo se dirigiam para se casar em Buenos Aires, quando foram presos pela *Gendarmeria* argentina, sob suspeita de serem “subversivos”, na província de Entre Rios. Após alguns dias de investigações (e comprovada sua “inocência”) foram soltos e seguiram viagem, para poder concretizar o casamento em Buenos Aires e voltar logo para o Brasil.⁷⁷⁶ Contudo, a curta experiência carcerária, embora tenha tido um desfecho positivo, deixou suas marcas. Marcas que estavam ainda muito recentes quando da vinda de Videla. Eis as lembranças de Mariana:

(...) Nesse íterim (sic) acredito que ocorre o sequestro dos uruguaios da Lillian Celiberti e do Universindo Díaz. Então era um estado de pavor que eu vivia, porque eu estava ilegal, eu podia ser

⁷⁷⁵ Entrevista com R. A. realizada em Porto Alegre - 17/03/2008.

⁷⁷⁶ Este episódio em particular será retomado mais adiante.

deportada a qualquer momento e eu não tinha como voltar para a Argentina. Não tinha documentos, não tinha nada. Aí me lembro uma época, quando foi inaugurada aquela praça que tem lá perto da UFRGS, a Praça Argentina, que veio o Videla, foi um esquema terrível de segurança, me tiravam de um apartamento, me levavam para outro. Com o Videla ia vir com um esquema de segurança, todo mundo ficou muito prevenido de que eu podia ser seqüestrada por essa gente. E não era um troço irreal, já tinha acontecido, com a Lílian e com o Universindo. Então, o estado de pavor que tu vivias era muito grande.⁷⁷⁷

O medo de Mariana também não era nada irreal. Como ilegal ela estava permanentemente sujeita a deportação. Mas, apesar de não ser militante no seu país, ela ficara receosa de voltar à Argentina, onde tivera uma pequena mostra de como agia a ditadura a partir de sua experiência recente na prisão. Além disso, Mariana sabia já muito bem do alcance dos braços da repressão do Cone Sul, representado na repetida alusão ao caso dos uruguaios. É importante destacar também que o sequestro de Universindo Diaz, Lilian Celiberti (e seus dois filhos menores de idade) já havia ocorrido há quase dois anos antes, em novembro de 1978, quando Mariana nem sonhava em morar no Brasil. A sua lembrança é uma típica lembrança herdada, de tabela, como diz Michel Pollak. O “engano” da depoente nas datas não é fortuito: apenas nos reforça a idéia do profundo impacto psicológico e de longa duração deste evento no imaginário da comunidade de estrangeiros platinos residentes no Brasil e, especialmente, no Rio Grande do Sul.

4) Andrea estava no Brasil desde Novembro de 1978. Até o Golpe de 1976 militara como quadro político no *Partido Revolucionario de los Trabajadores* (PRT). Quando da visita de Videla encontrava-se já em situação legal de permanência e condição profissional estável no país, trabalhando como professora universitária. Todavia, diferentemente de Juan, a sua militância política havia cessado por completo desde que pisara em território brasileiro, aliás, uma exigência dos seus superiores para garantir seu cargo na universidade. Logo, a presença de Videla no Brasil foi vivenciada por ela desde outra ótica:

⁷⁷⁷ Entrevista com M. A. realizada em Porto Alegre - 11/09/2007.

Me acuerdo de la visita porque fue firmado un convenio de que se iban a respetar los años de jubilación, por ejemplo, del brasilero que trabajase en la Argentina... que nunca fue reglamentado, ¿no? (...) Registré ese hecho.⁷⁷⁸

Mesmo ligada ao meio acadêmico, Andrea se lembra muito pouco das manifestações contra Videla em POA, fruto de intensa mobilização estudantil, obra dos corpos discentes da UFRGS e da PUC e que contaram com a solidariedade de parte do corpo docente, após a violenta repressão desencadeada pela Brigada Militar contra os estudantes. Ela respondeu o seguinte: *Mira, tengo una idea muy confusa de... yo no lo vi, digamos, no participe, no estuve... me parece que solo vi la fotografía en el diario.*⁷⁷⁹

Por essa época, as preocupações da entrevistada estavam já muito distantes da questão política, como se pode observar. A dimensão política perdera importância e o foco das suas atividades havia se deslocado primordialmente para o plano pessoal e profissional, que se reflete claramente nesta lembrança confusa e distante, significativamente repleta de negações: ela não o viu, não participou, não esteve... Provavelmente como uma forma de autoproteção (em parte inconsciente), ela preferiu não ver, nem participar, nem estar por perto.

Contudo, não somente os argentinos tiveram receio da presença de Videla. Temia-se também pelos brasileiros que militavam junto aos organismos de direitos humanos. Juan destacou que o mesmo “perigo” que os apossava enquanto militantes podia também atingir aos que lutavam pela defesa dos direitos dos perseguidos políticos: *Para ellos (os militantes dos direitos humanos) también... Mirá que ponerse al lado de los (militantes) combativos de otros países y ayudarlos los podía marcar, los podían hacer “desaparecer” también.*⁷⁸⁰

Em 1980, Jair Krischke era presidente do MJDH e em tal posição, era o que poderia se chamar de “figura visível” do movimento. Seu nome e seu rosto estavam frequentemente estampados nos jornais e revistas do Rio Grande do Sul e também de outros estados. O ser “conhecido”, por outro lado, não lhe garantia proteção contra o acionar ilegal além fronteiras das ditaduras. Por ser um sujeito visado poderia se

⁷⁷⁸ Entrevista com A. T. realizada em Porto Alegre - 01/04/2008.

⁷⁷⁹ Idem.

⁷⁸⁰ Segunda entrevista com J. P. realizada em Porto Alegre - 27/10/2008.

transformar em alvo da repressão, caso se confirmassem as suspeitas que povoavam as cabeças dos militantes da oposição naquele momento.

Como dito anteriormente, frente à visita de Videla, o MJDH havia montado como medida preventiva um plantão jurídico para apurar denúncias e atuar no caso de prisões irregulares de argentinos. Paralelamente, diversos argentinos considerados em maior situação de risco foram transladados de suas residências e ocultados em locais considerados mais seguros, geralmente casas de militantes brasileiros dos direitos humanos.⁷⁸¹ Uma vez confirmada a vinda do presidente argentino a Porto Alegre, os companheiros de Krischke no MJDH, começaram a manifestar também sua preocupação com a segurança pessoal dele, aconselhando-o que se afastasse da cidade por um tempo, conselho que não aceitou. Segundo o próprio Krischke, ele sabia que corria alguns riscos, como ser preso sob alguma acusação, já que (...) *era dos hábitos e costumes das ditaduras, “meter em cana” os que, de uma maneira ou outra, poderiam ofuscar os festejos programados.*⁷⁸²

Mas sempre se temia que a repressão fosse muito além dos limites legais. A repressão o atingiria? Como e quando? Incertezas e incógnitas que também contribuía a alimentar um estado de ansiedade e paranóia. Estava atento e na expectativa de que “algo” poderia acontecer. E “algo” finalmente aconteceu. Eis abaixo o relato de Krischke sobre este episódio:

Na noite anterior a chegada do “ilustre visitante”, fui a Viamão com uma companheira, para participar de uma reunião do movimento popular (estávamos organizando a criação da União das Associações dos Moradores nas Vilas Populares do município). Ao final da reunião, por já ser tarde, fui levar a companheira em sua casa, na zona norte de POA, logo após, rumando para minha garagem (que não era tão perto). Meu Box ficava no 1º subsolo, onde eu ingressava, quase sempre por volta das 2 horas da madrugada (...). Pois bem, nesta noite, ao ingressar na rampa que me levava para o subsolo, brilhou em meu retrovisor, um belo par de faróis... (coisa que raramente acontecia). De imediato me assaltou a suspeita de que os “serviços” queriam conversar comigo. Ando um pouco mais, e me dou conta de que na verdade, eram dois carros. Vou rapidamente para meu Box, saio do carro já abaixado, pronto a reagir de alguma maneira, quando, em seqüência, me dou conta que eram

⁷⁸¹ Entrevista com Jair Krischke, conselheiro do MJDH, realizada em Porto Alegre - 25/08/2008.

⁷⁸² Carta eletrônica de Jair Krischke ao autor – 09/03/2010.

*todos membros de uma mesma família, que bêbados, regressavam de alguma festa..*⁷⁸³.

Afortunadamente, o episódio passou a ser apenas uma anedota na vida de Krischke. Mas serve bem para descrever o ambiente de medo e desconfiança vivido naquele contexto no qual todos os que, de algum modo, estavam envolvidos na oposição tiveram de aprender a viver cotidianamente. A freqüente sensação de insegurança e desamparo (a quem recorrer quando é o Estado quem persegue?) ajudou a “converter”, pelo menos dentro do imaginário de Krischke, um simples grupo familiar em um temível grupo de repressão clandestina prestes a seqüestrá-lo. Mesmo que não se concretizassem, os medos eram verdadeiros, quase palpáveis. De acordo com o que afirma Juan, *montonero* que tinha contato com o MJDH, Krischke esteve de fato em perigo: *Porque estuvo a punto de que lo hagan desaparecer, varias veces. O sea, era una realidad.*⁷⁸⁴

Apesar de todos os temores sentidos, de modo quase palpável, a terrível perseguição tal como era esperada (ou imaginada) não ocorreu, para alívio dos exilados, perseguidos, militantes e ilegais em geral. Não há registro de nenhum seqüestrado ou sequer preso em função da curta, porém tumultuada, estadia de Videla no Rio Grande do Sul. A exceção, talvez, dos três estudantes detidos na Praça Raul Pilla, posteriormente liberados.

Especialmente cautelosos durante esse período, os argentinos de Porto Alegre abstiveram-se de se manifestar publicamente, não havia espaço para tal, pois como já fora visto, era vedado aos estrangeiros. Todavia, um solitário e anônimo argentino ousou expor seus sentimentos nas páginas de um jornal porto-alegrense onde destilou, com típica ironia portenha, sua “análise” sobre a nefasta presença do ditador Videla:

*Quiero comunicarles que nosotros, argentinos que estamos viviendo en esta linda tierra gaúcha, no estamos escribiendo “fora Videla”, Son, podemos asegurar, brasileños que tienen miedo que Videla se quede por acá.*⁷⁸⁵

5. 2. Malvinas: O Conflito Externo e Interno dos Argentinos

⁷⁸³ Entrevista com Jair Krischke, conselheiro do MJDH, realizada em Porto Alegre - 25/08/2008.

⁷⁸⁴ Segunda entrevista com J. P. realizada em Porto Alegre - 27/10/2008.

⁷⁸⁵ Zero Hora, 23/8/80, p.2 – Arquivo Museu de Comunicação Social Hypólito José da Costa - Porto Alegre.

*De la mañana a la noche,
de la noche a la mañana,
en grandes olas azules
y encajes de espuma blanca,
te va llegando el saludo
permanente de la Patria.*

*Ay, hermanita perdida.
Hermanita, vuelve a casa.
Amarillentos papeles
te pintan con otra laya.
Pero son veinte millones
que te llamamos: hermana ...
Sobre las aguas australes
planean gaviotas blancas.
Dura piedra enternecida
por la sagrada esperanza.
Malvinas, tierra cautiva,
de un rubio tiempo pirata.
Patagonia te suspira.
Toda la Pampa te llama.
Seguirán las mil banderas
del mar, azules y blancas,
pero queremos ver una
sobre tus piedras, clavada.
Para llenarte de criollos.
Para curtirte la cara
hasta que logres el gesto
tradicional de la Patria.
La hermanita perdida⁷⁸⁶*

Naquela manhã de abril de 1982, o filho de Rafael voltou para casa correndo, ofegante, porém radiante e brandindo o jornal que comprara havia pouco na padaria. Com ar solene, meio que brincando de locutor radial, comunicou a seus pais: A Argentina retomou as Malvinas!

Rafael não podia acreditar no que lia, correu para a televisão e procurou desesperadamente outras notícias sobre o fato. Sempre detestara os militares, que no seu entender haviam sido responsáveis pela desgraça que se abatia sobre o país há décadas, pelo menos desde 1930, ano em que nascera, mas também o ano que outros militares derrubaram o presidente constitucional Hipólito Yrigoyen. Mas, quiçá pela primeira vez na sua vida, acreditou que estes “*milicos de mierda*” podiam ter feito algo decente em interesse da nação.

⁷⁸⁶ Canção folclórica argentina. Música e letra: Atahualpa Yupanqui - Ariel Ramírez.

Afinal de contas, as Ilhas Malvinas eram parte do território nacional ocupadas por uma potência estrangeira e recuperá-las do vetusto Império Britânico era, portanto, um ato nobre e patriótico independente de quem o fizesse! Mas como assim “independente de quem o fizesse”? Para ele, quem o fazia eram justamente esses “militares genocidas”... Mesmo assim, embargado em um turbilhão de emoções contraditórias, Rafael se comoveu ao assistir pela televisão a cena da bandeira “azul celeste e branca” substituindo a *Union Jack* britânica da capital Port Stanley, rebatizada prontamente como Puerto Argentino.⁷⁸⁷

Embora a crise entre os dois países em torno da questão das ilhas tenha se reacendido durante 1981, e recrudescido nos primeiros meses de ano seguinte, como demonstravam as notícias dos matutinos, uma ação militar argentina contra a Inglaterra parecia algo muito improvável, até mesmo para a própria inteligência britânica, conforme declarara a então primeira ministra, Margareth Thatcher.⁷⁸⁸

Não espanta, portanto, que a invasão também tenha sido uma grande surpresa para os argentinos em geral, por mais bem informados que estivessem tanto os que estavam no país, quanto os que residiam no exterior. Evidentemente que a comunidade argentina no Brasil também foi surpreendida pelo inesperado evento, frente ao qual não poderia permanecer indiferente.

Passados os primeiros momentos de perplexidade, o assombro e a emoção inicial foram gradativamente cedendo espaço para a tomada de posições diferenciadas e muitas vezes antagônicas a respeito do acontecimento. Ou seja, a colônia argentina do Rio Grande do Sul “tomou partido” frente à guerra, mas sua reação não foi unânime, ela se deu de modo fragmentado e pautada de acordo com as variáveis das subjetividades individuais e das suas identidades políticas e ideológicas. Generalizando pode-se dizer que, enquanto uns se envolveram mais afetivamente, inebriados pelo apelo patriótico que o confronto trazia em seu âmago, outros assumiram uma postura mais reflexiva e crítica a respeito do acontecimento. Mas também é importante ressaltar que, apesar das opiniões dissidentes quanto à solução empregada perante o problema das Malvinas, existia pelo menos uma unanimidade na colônia argentina no Rio Grande do Sul e que refletia o pensamento

⁷⁸⁷ Entrevista com R.N. realizada em Porto Alegre - 29/10/2001.

⁷⁸⁸ YOFRE, Juan B. *Fuimos Todos. Cronologia de un fracaso, 1976-1983*. Buenos Aires, Sudamericana, 2007, p. 277.

da maioria dos argentinos: o inalienável direito argentino à soberania sobre as Ilhas Malvinas, Sandwich do Sul e Geórgias do Sul.

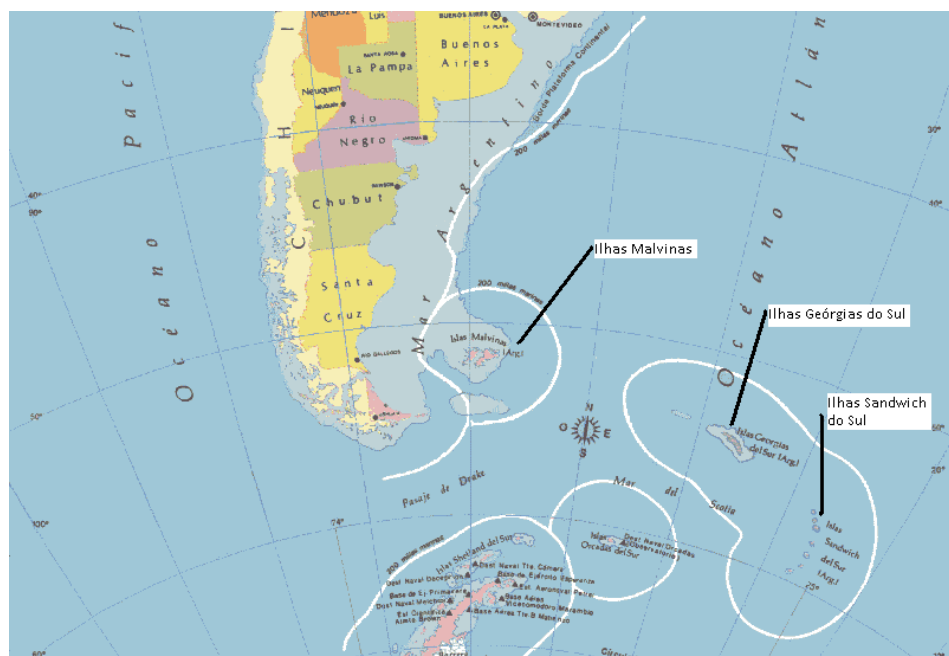


Figura 5. 5. Mapa político da Argentina onde se incluem as ilhas em litígio com a Grã Bretanha: as Ilhas Malvinas, as Ilhas Geórgias do Sul e as diminutas Ilhas Sandwich do Sul (Fonte: Adaptado de <http://www.cescem.org.ar>).

Entretanto, existiram algumas sensíveis diferenças entre a forma de atuar dos argentinos que residiam no exterior e aqueles que se encontravam no país, os do interior. Enquanto os últimos sequer podiam cogitar em questionar (muito menos fora dos ambientes íntimos) o ímpeto bélico dos generais, sob pena de serem vistos como “traidores da pátria”, os primeiros possuíam a liberdade necessária para exercer seu direito democrático de opinar e discordar. Assim, as opiniões sobre o conflito das Malvinas foram diversas e dividiram os argentinos no Brasil e no Rio Grande do Sul em torno de algumas posições mais ou menos definidas, de forma análoga ao que já vinha ocorrendo em outros países onde havia também uma significativa colônia argentina.⁷⁸⁹ Mediante a análise das fontes orais e escritas podemos observar que, em linhas gerais, coexistiram dentro desse coletivo

⁷⁸⁹ Posições similares foram descritas por Bernetti e Giardinelli no seu livro sobre o exílio argentino no México, cuja estrutura inspirou para construir este tópico. BERNETTI, Jorge L.; GIARDINELLI, Mempo, op. cit., p. 142-143.

específico, diferentes posicionamentos. Posturas que, em primeira instância, eram antagônicas. Vamos a elas:

- 1) Aqueles que advogavam por uma postura “oficial”, mais consonante com os ditames do governo argentino e de caráter geralmente acrítico, quando não descaradamente pró-regime militar, em alguns casos mais extremos. A recuperação das ilhas se colocava primordialmente sobre todas as outras questões, minimizando assim quaisquer dissidências internas. Era uma linha em voga principalmente entre o setor mais antigo da comunidade argentina, composta essencialmente por imigrantes seletivos, elitizada e com maior nível sócio-econômico;
- 2) Os que assumiram uma posição absolutamente crítica e radical respeito ao conflito visto basicamente como uma grotesca manipulação política por parte da ditadura. Como se pode observar, uma contraposição total a postura “oficial” descrita acima; e
- 3) Aqueles que procuravam manter uma coexistência possível entre a crítica ao regime militar e a concomitante defesa da democracia e da soberania argentina sobre as ilhas. Esta linha, que representava uma postura predominante entre os exilados políticos argentinos espalhados em diversos países, também parece ter sido majoritária no Brasil, pelo menos no Rio Grande do Sul.

Entretanto, é preciso destacar a divisão feita acima possui um objetivo essencialmente expositivo e que há certas indefinições, incertezas e contradições que podem esfumar e confundir as fronteiras entre as posturas supracitadas. Logo, esta divisão não é estanque e, nesse sentido, enquadrar estes indivíduos (e grupos) em padrões estreitos e fronteiras impenetráveis seria um reducionismo que levaria a uma análise simplista, esquemática e empobrecedora da complexa realidade daquele contexto histórico.

E também não pode ser esquecido que, por mais homogêneos e compactos que esses grupos pudessem se apresentar, ainda poderia coexistir dentro deles vozes dissidentes, como em qualquer coletivo humano. Pois, acima de tudo, elas eram

instituições compostas por indivíduos capazes de alterar suas condutas ou opiniões ao sofrer o influxo de inúmeras variáveis (tais como pertencimento de classe, identidades político-ideológicas ou religiosas, pressão familiar ou de amigos, etc.) o que poderia resultar em atitudes e posicionamentos híbridos, conflitantes e polêmicos, como veremos ao longo do texto.

5. 2. 1. O Brasil, as Malvinas e os Argentinos do Brasil

Não é o objetivo desta tese elaborar uma análise exaustiva a respeito da política externa brasileira sobre a questão das Malvinas. No entanto, nos parece importante destacar alguns pontos sobre este tópico, que podem ser de relevância para observar se, concomitantemente à posição assumida pelo Brasil em apoio à Argentina, houve uma mudança significativa na freqüentemente tensa relação entre o governo brasileiro e os argentinos residentes no Brasil. Ou seja, de que forma delineamentos da política externa brasileira podem ter incidido direta ou indiretamente sobre uma questão de política interna, em função da guerra das Malvinas.

Assim, desde o início do confronto, a postura brasileira assumida pelo Itamaraty em relação à disputa pelas Malvinas era, em primeiro lugar, a favor de uma resolução pacífica por meios exclusivamente diplomáticos. Posteriormente, em virtude da inviabilidade da mesma, o Brasil adotou a posição de “não engajamento ostensivo⁷⁹⁰” frente ao conflito, conceito que se traduzia como uma saída diplomática peculiar já que, segundo explicava um memorando secreto, tal posicionamento (...) *não é equidistante, e muito menos neutro, uma vez que apoiamos a reivindicação argentina sobre as ilhas (...) e concordamos em representar os interesses argentinos junto ao governo de Sua Majestade Britânica.*⁷⁹¹

Em termos práticos, a posição política e diplomática brasileira se fez evidente em alguns episódios durante o conflito⁷⁹², quando houve uma dedicada preocupação

⁷⁹⁰ Memorando (Secreto), A questão das Malvinas e a relação Brasil – Argentina, 19/04/1982, p.1. Cx. 008-D2, Fundo CSN, Arquivo Nacional, Brasília.

⁷⁹¹ Idem.

⁷⁹² Notadamente no chamado “Caso Vulcan”. Em pleno auge do conflito, um avião bombardeiro Avro Vulcan da Real Força Aérea (RAF), que se dirigia a efetuar uma missão sobre as Malvinas, adentrou o espaço aéreo brasileiro. A aeronave inglesa foi interceptada por aviões de caça brasileiros, sendo

em apoiar (às vezes abertamente, outras mais discretamente) a Argentina, mas buscando, paralelamente, não provocar cisões diplomáticas com o Reino Unido. A suscetibilidade britânica, no entanto, já se encontrava ferida desde o momento em que o Brasil respondeu positivamente ao pedido argentino para o fornecimento de aviões de patrulha marítima da Embraer e combustível aeronáutico da Petrobrás.⁷⁹³

Mas o próprio governo brasileiro sabia que este caminho trilhado pela diplomacia (diga-se de passagem, rigorosamente calculado) era difícil e podia não satisfazer a nenhum dos dois lados em disputa. Como dissera um funcionário do Itamaraty, em um memorando secreto, (...) *temos consciência que os argentinos desejarían mais de nós (...)*⁷⁹⁴, referindo-se ao suporte dado pelo Brasil, considerado geralmente insuficiente pela Argentina especialmente se comparado ao de outros países latino-americanos que foram mais “efusivos” em seu apoio, como o Peru ou a Venezuela.

Crítica semelhante também foi feita por alguns argentinos desde o Brasil. Segundo um depoente, o Brasil teria não somente “ficado em cima do muro” como também insinuava uma suposta ajuda material aos britânicos: *Malvinas fue el mejor ejemplo! (O governo brasileiro) Agarró y dijo: - no, yo soy el representante de los dos (...)* *Después aparecieron fotos de los aviones que venían a reabastecer...*⁷⁹⁵ Ou seja, o moderado apoio do Brasil à causa argentina, e quiçá o constante apelo a uma

obrigada a pousar no Aeroporto do Galeão, no Rio de Janeiro. Seguiu-se um intenso debate diplomático entre o Reino Unido e o Brasil, sobre o destino da aeronave, da tripulação e do armamento apreendido. Depois de intensa troca de áspera correspondência entre autoridades de ambos os países e da pressão lateralmente exercida pela Argentina sobre as autoridades brasileiras para evitar ou dilatar a devolução da aeronave, a posição adotada pelo Brasil resumiu-se a repatriar a tripulação e seu avião retendo-se, no entanto, o armamento até o fim do conflito, e advertindo ao Reino Unido para que casos semelhantes não se repetissem. A medida também tendia a compensar, pelo menos parcialmente, a Junta Militar argentina, já que a mesma pretendia que o Brasil lhe permitisse o uso do território nacional como escala para o suprimento militar adquirido no estrangeiro, um serviço que o Brasil negou-se terminantemente a prestar, oficialmente, tanto aos argentinos quanto aos britânicos. Ver: Ministério das Relações Exteriores. Informe para o Senhor Presidente da República, Questão das Malvinas, Bombardeiro Vulcan, Trânsito de Armas pelo Brasil, 08/06/1982, p.58-62, Cx. 001-D-C (Dossiê Malvinas II), Fundo CSN, Arquivo Nacional, Brasília.

⁷⁹³ Embora tal apoio estivesse dentro dos limites jurídicos do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), os britânicos acreditaram que o Brasil estava extrapolando estes limites e o acusaram de acobertar um suposto tráfico ilegal de armas para a Argentina, elevando seu protesto oficial ao Itamaraty, que por sua vez negou rotundamente as acusações. Memorando (Secreto) Crise das Malvinas – Vulcan, Audiência ao Embaixador Britânico. S.d., Cx. 001-D-C (Dossiê Malvinas II), Fundo CSN, Arquivo Nacional, Brasília.

⁷⁹⁴ Idem.

⁷⁹⁵ Refere-se ao material divulgado então na imprensa, com fotos de aviões britânicos que se reabasteciam no Brasil, tal como o faziam também aviões argentinos, desde que não transportassem armas ou sistemas de armas. Entrevista com E.T. realizada em Porto Alegre - 08/08/2008.

solução diplomática e pacífica para o conflito, foi provavelmente percebido como vacilante ou indeciso por boa parte dos “sanguíneos” argentinos, cultural e historicamente influenciados a assumir posições políticas mais extremadas e radicais do que os vizinhos brasileiros.

Não obstante, apesar da insatisfação dos argentinos com o volume do apoio dado pelo governo brasileiro, esse de fato existiu e se manifestou concretamente, seja pela atuação da diplomacia ou no supracitado repasse, embora nada altruísta ou desinteressado de armas e combustíveis produzidos no Brasil.

Todavia, também se pode perceber que houve uma espécie de apoio oficioso, indireto, manifestado em certa permissividade que pairou naquele momento e que certamente possibilitou que argentinos e brasileiros se articulassem entre si politicamente em diversos comitês relacionados com a questão das Malvinas.

No que tangia aos brasileiros, basta lembrar que o contexto político vivido desde a anistia já havia evoluído para um clima mais “liberal”, o que lhes permitia o gradativo retorno às atividades políticas e ao exercício de certas liberdades democráticas. Em contrapartida, deve ser destacado que aos estrangeiros no Brasil ainda era vedado por lei atuar em assuntos políticos internos ou externos.⁷⁹⁶

Logo, até o episódio das Malvinas, dificilmente um argentino residente no Brasil ousaria expor suas posições políticas abertamente e, muito menos, divulgá-las ao público ou participar visivelmente de alguma espécie de comitê político. Parece que o governo brasileiro fez “vista grossa” a essa movimentação escancarada e em tese ilegal, a qual, apenas uns meses antes, teria sido uma atitude temerária e de conseqüências nefastas previsíveis, tanto em virtude do rigor da Lei de Estrangeiros de 1980 quanto da temida (e já publicamente conhecida) ação ilegal da Operação Condor.

Pela análise das matérias publicadas na imprensa brasileira do período pode se afirmar também que este conflito, em princípio alheio ao Brasil, se imbricou de

⁷⁹⁶ Vale lembrar que em maio de 1982, o então presidente da UNE, Francisco Javier Ulpiano Alfaya Rodriguez, espanhol de nascimento (embora morasse no Brasil desde os sete anos de idade), teve seu pedido de naturalização negado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) e iniciado seu processo de expulsão justamente por violação do Estatuto do Estrangeiro, ao exercer atividades de natureza política, infringindo os artigos 70, 106 e 107 da referida lei, segundo um inquérito aberto pela Polícia Federal. Isso nos fornece um indicativo de que, quando havia interesse, a lei podia ser aplicada com todo rigor. Zero Hora, 14/05/1982, p. 11. Arquivo Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa – Porto Alegre.

forma surpreendente no complexo cenário político interno, e atraiu rapidamente a atenção dos brasileiros. Segundo constava no jornal gaúcho Zero Hora, em um curto prazo de tempo, a guerra das Malvinas havia se transformado no (...) *assunto que está em todos os lugares: nas casas, nas escolas, nos locais de trabalho, nos bares e restaurantes. Todos falam sobre a guerra, com angústia e preocupação.*⁷⁹⁷

Até os muros de diversas cidades gaúchas apareceram pintados com slogans políticos referente ao conflito das Malvinas. Alguns a favor dos argentinos, outros não. Uma verdadeira “mania pichatória” desatada sobre centenas de paredes públicas e privadas por “artistas” do spray, segundo comentou de forma um tanto pejorativa um comentarista não identificado do mesmo jornal.⁷⁹⁸

A partir da observação do interesse dos gaúchos pela guerra, o jornal (provavelmente preocupado em direcionar melhor o seu “produto” aos consumidores) encarregou a seu departamento de marketing uma elaborada pesquisa “estatística-descritiva” na capital do Rio Grande do Sul. Assim, foram selecionadas trezentas pessoas para a entrevista. De acordo com o levantamento realizado com base na amostragem, 44% dos porto-alegrenses acompanhavam diariamente os acontecimentos, sendo que 60% acompanhavam o conflito com “muito interesse”, enquanto 35% acompanhavam com interesse “razoável” e um reduzido 5% observavam a guerra com “pouco interesse”. Por fim, 11% dos entrevistados disseram que não acompanhavam o conflito.⁷⁹⁹

⁷⁹⁷ Zero Hora, 16/05/1982, p. 27. Arquivo Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa – Porto Alegre.

⁷⁹⁸ Mas a polarização ia além da simpatia por um ou outro lado beligerante. A disputa abarcava o próprio muro. Se para alguns os muros se tornaram legítimos e disputados espaços de manifestação democrática sobre o assunto, para outros, como o articulista de Zero Hora, tal utilização se tratava apenas de vandalismo e pichação. Como se observa, não é recente o debate sobre a utilização dos muros públicos e privados da urbe como lugares alternativos onde os setores dominados, excluídos ou silenciados da sociedade expressam sua opinião em contraposição ao discurso oficial dominante. Zero Hora, 09/05/1982, p. 05. Arquivo Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa – Porto Alegre.

⁷⁹⁹ Zero Hora, 16/05/1982, p. 27. Arquivo Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa – Porto Alegre.



Figura 5. 6. A Guerra das Malvinas teve, em Porto Alegre, uma silenciosa “batalha” pelos espaços urbanos (Fonte: Zero Hora, 09/05/1982, p. 05 Arquivo Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa – Porto Alegre).

Embora a pesquisa apenas confirmasse o que já podia ser percebido no ambiente por um observador medianamente sagaz, ela forneceu uma estimativa mais definitiva a respeito das múltiplas posições assumidas pela opinião pública, provavelmente os mais importantes dados obtidos, se vistos pelo prisma histórico.

Na enquete, 57% dos entrevistados se posicionaram a favor da rigorosa neutralidade brasileira com respeito ao conflito. Contudo, apesar da maioria ser a favor de uma negociação pacífica, a matéria destacava que uma importante parcela dos entrevistados (27%) declarou-se especialmente simpática com a causa das “Malvinas argentinas” e acreditava que o Brasil deveria se posicionar mais firmemente ao lado da reclamatória argentina. Todavia, apenas 1% dos entrevistados apoiou o lado da Inglaterra.⁸⁰⁰ Entretanto, assumir uma postura pacifista ou neutra, não necessariamente excluía uma simpatia ou até apoio por um dos lados beligerantes. Ou seja, essas identidades ainda poderiam co-existir de modo sobreposto, mesmo que de forma aparentemente contraditória.

Por fim, o jornal concluiu que (...) *as entrevistas provam o vivo interesse que a guerra provoca no público.*⁸⁰¹ Ou seja, sendo uma pesquisa de marketing, era esse o resultado que certamente interessava de fato: a guerra era um nicho a ser explorado pela indústria da mídia. Havia um público ávido por consumir informações sobre a

⁸⁰⁰ Idem.

⁸⁰¹ Idem.

guerra e o referido jornal era um dos principais meios de cobertura do evento no Rio Grande do Sul.⁸⁰²



Figura 5. 7. Capa da Zero Hora do dia 11 de abril de 1982. A guerra das Malvinas passa a ocupar as manchetes dos principais jornais gaúchos. O jornal também destacava a presença de uma bandeira brasileira em uma manifestação em Buenos Aires (Fonte: Arquivo Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa – Porto Alegre).

Embora os Estados da região Sul pudessem ter sido mais atingidos pela “febre Malvinas” com a qual podem ter se identificado em função da proximidade, vizinhança ou laços de amizade e até parentesco étnico-cultural com os argentinos (marcadamente no caso dos fronteiriços), é inegável que uma parte considerável do povo brasileiro também acompanhou com interesse e preocupação o desenrolar dos acontecimentos, seja tanto sobre o que ocorria no teatro de operações bélicas, quanto dos debates mantidos no plano diplomático.

⁸⁰² Embora tanto o Correio do Povo quanto à Zero Hora dedicassem boa parte da seção internacional ao conflito do Atlântico Sul, Zero Hora ainda publicou cadernos especiais periodicamente encartados no seu jornal.

Mas o interesse dos brasileiros pela guerra não se restringiu apenas a uma avidez pela informação em si. De fato, alguns brasileiros participaram efetivamente de diversas atividades correlatas ao conflito, tanto fossem nas manifestações em prol da paz, ou mesmo pelo apoio ao país vizinho ou ainda ambos: reconhecer a soberania argentina sobre as ilhas, mas advogar por uma solução pacífica para a disputa. Isso ocorreu não somente em Porto Alegre ou na fronteira Uruguaiana, mas também nos dois maiores centros do país, São Paulo e Rio de Janeiro, onde também se concentravam grande número de argentinos. Desta forma, brasileiros e argentinos participaram lado a lado em passeatas, atos públicos e em mobilizações de solidariedade.

A seguir, elaboramos um panorama dos principais comitês surgidos na época mediante a pesquisa nos periódicos, documentação policial e entrevistas.

5. 2. 2. A Diversidade do Apoio a Argentina

Desde o início do conflito percebe-se no Brasil a mobilização de indivíduos e de alguns grupos em torno da causa argentina. Em vários pontos do país formaram-se “comitês de defesa” ou “comissões de solidariedade”, e a finalidade declarada dessas organizações era bastante similar. Em linhas gerais, quase todas elas se encarregariam de angariar fundos (donativos em dinheiro) e/ou materiais de primeira necessidade para os combatentes argentinos, como roupas, alimentos, cigarros e até mesmo a criação de bancos de sangue e pele, assim como organizar toda uma estrutura logística que permitiria que esses donativos chegassem ao destino.

Uma das primeiras campanhas de coleta organizada parece ter sido a de Uruguaiana, coordenada pelo residente argentino Daniel Brugiatti, e que coletou mais de 50 volumes contendo gêneros alimentícios, peças de vestuário, papéis de carta e remédios. Já no dia 11 de maio de 1982, uma caravana de veículos liderados pelo Cônsul argentino de Uruguaiana, Ángel San Martín, acompanhado pela imprensa local atravessou solenemente a Ponte Internacional em direção a cidade argentina de Paso de los Libres. As caixas enviadas para a Argentina estavam

decoradas com bandeiras brasileiras e rotuladas com dizeres do tipo: “Do povo brasileiro para os soldados das Malvinas - Campanha de Solidariedade”.⁸⁰³

Todavia, é importante destacar que, embora a causa fosse a mesma (as Malvinas argentinas) havia sérias divergências entre os diferentes comitês que foram surgindo no Brasil o que, por outro lado, certamente pulverizou uma ação conjunta mais efetiva. O que ocorria era que sob o verniz do nacionalismo se escondia uma acirrada disputa política e ideológica entre direita e esquerda, característica da Segunda Guerra Fria do início da década de 1980. Em torno desses diversos comitês representavam-se as mais variadas tonalidades de espectro político brasileiro e argentino, em meio a um contexto local (no caso o Brasil) dividido pela antinomia “ditadura *versus* democracia” e onde o surgimento de um novo lócus político com o retorno do multipartidarismo abriu espaço para a disputa por territórios entre os diversos novos e velhos atores políticos.

Ou seja, a complexidade e a heterogênea variedade destes comitês não somente evidenciava quão fraturada política e ideologicamente estava à comunidade argentina, mas também como esta divisão estava se processando dentro do Brasil (a oposição contra governistas, as querelas internas da oposição e a constante fragmentação da esquerda, em especial) em plena efervescência política resultante do processo de redemocratização e da volta do sistema político multipartidário.

Assim, para muitos grupos políticos brasileiros, as Malvinas parecem ter funcionado como um excelente pretexto, tanto para discutir por analogia a situação política interna quanto para angariar simpatizantes para suas respectivas causas. Uma Circular Nacional da Convergência Socialista, datada de Maio de 1982, nos dá uma idéia de como a questão Malvinas se tornou um “tema de fundo” entre as disputas territoriais dos diversos atores desse conturbado cenário político brasileiro do pós-anistía. No documento se relata uma reunião ocorrida em Porto Alegre com a finalidade expressa de formar um comitê de solidariedade a Argentina:

Em Porto Alegre houve uma nova reunião do pré-Comitê com 30 pessoas e com a presença do PTB, Em Tempo, um observador (?) da OSI e alguns liberais, estes últimos queriam que se formasse um Comitê pró-governo Gualtiere (sic) e, pondo isto como um

⁸⁰³ Zero Hora, 11/05/1982, p. Central e 12/05/82, p. 7. Arquivo Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa – Porto Alegre.

*princípio prévio, se retiraram da reunião. Em Tempo queria formar um Comitê contra a ditadura de Gualtiere (sic) e contra o imperialismo; queria duas campanhas com dois eixos. Na realidade, foram lá para boicotar, fazer discurso e empantanar. E se retiraram.*⁸⁰⁴

Ou seja, a guerra no país vizinho também se tornara uma forma de acumular “capital político” para as organizações políticas brasileiras e cada organização pretendia, pelo visto independentemente da sua posição no espectro ideológico, usufruir politicamente desta situação. Por exemplo, na mesma Circular Nacional da Convergência Socialista de Maio de 1982 ressaltava-se como a popularidade do conflito podia ser funcional ao grupo:

*Assim, via o nosso jornal especial, via agitação e propaganda nossos militantes tem a excelente oportunidade de capitalizar política e organizativamente, já que a guerra das Malvinas é tema discutido em qualquer lugar por todas as pessoas.*⁸⁰⁵

E nesse sentido, a participação dos grupos políticos brasileiros nos comitês que surgiam (de forma espontânea ou não) era essencial. Um dos primeiros comitês a adquirir notoriedade e se tornar um “modelo” foi o “Comitê Argentino em Defesa das Ilhas Malvinas”, com sede no Rio de Janeiro e sob o comando do empresário argentino Dimas Pettineroli. A ação deste comitê parece ter sido mais política e propagandística do que solidária, já que buscou primordialmente reafirmar o direito argentino sobre as Malvinas junto aos representantes de diversos partidos políticos no Senado e na Câmara Federal. Por outro lado, em torno deste comitê também se concentrou certo número de pessoas que se ofereceram para lutar pela Argentina.

Logo no início de abril, o comitê já divulgava o número de 450 voluntários brasileiros inscritos.⁸⁰⁶ Apenas uma semana depois esse número triplicou. Segundo noticiado em Zero Hora, o próprio Pettineroli afirmou, em uma entrevista coletiva à imprensa, que o número de voluntários brasileiros que se haviam apresentado ao comitê para ser incorporados às Forças Armadas argentinas já atingira 1.520 pessoas,

⁸⁰⁴ DEOPS/SP: Informe N° 667=B/82 - Circular Nacional da Convergência Socialista, 05/05/1982 - Dossiê DEOPS 20-C-044 – Arquivo do Estado de São Paulo (AESP) – São Paulo.

⁸⁰⁵ Idem.

⁸⁰⁶ Correio do Povo, 13/04/1982, capa. Arquivo Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa – Porto Alegre.

sendo grande parte deles, ex-militares e guardas de segurança.⁸⁰⁷ Estranhamente, a matéria não informava se argentinos residentes no Brasil haviam se apresentado como voluntários, muito menos quantos o haviam feito. Contudo, o concorrente *Correio do Povo*, citando a mesma fonte, explicitou melhor esses números e acrescentou aos 1.520 brasileiros (...) *429 argentinos, 94 latino-americanos e 37 europeus (inclusive dois britânicos)*.⁸⁰⁸

É factível que os números de voluntários brasileiros tenham sido “inflacionados” para servir como propaganda e/ou reforçar essa idéia de unidade e identidade latino-americana, para dela servir-se de modo utilitário, incidindo sobre a adesão à causa argentina. Também é possível que esses números servissem para pressionar indiretamente ou, pelo menos, psicologicamente, o governo brasileiro a adotar uma posição mais próxima ainda a Argentina, referendando uma suposta manifestação da “vontade popular”, em um contexto onde a democracia voltava à pauta diária. O fato é que os “milhares de voluntários” apontados por Pettineroli distam muito dos magros números oficiais argentinos.

Para ilustrar tal fato, nessa época, no Consulado Geral da Argentina em Porto Alegre, apenas constavam inscritos como voluntários uns trinta argentinos e apenas seis gaúchos, de acordo com o então Cônsul Geral José Otero.⁸⁰⁹ Na mesma semana, em Uruguaiana, outros trinta argentinos residentes na cidade haviam também se dirigido ao Consulado local (...) *para oferecer solidariedade ao seu país de origem*.⁸¹⁰ No item seguinte, trataremos sobre a motivação dos voluntários, bem como de alguns casos particulares.

Um ponto a ser discutido é o baixo índice de adesão dos compatriotas de Pettineroli ao “seu” comitê. É provável que isto ocorresse porque a posição deste “comitê de defesa” não fazia menção crítica alguma à ditadura argentina, com o qual certamente obstaculizava o crescimento de sua base apoio, especialmente com relação aos emigrados por motivos políticos.

⁸⁰⁷ Zero Hora, 20/04/1982, p. 25. Arquivo Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa – Porto Alegre.

⁸⁰⁸ Correio do Povo, 20/04/1982, p. 5. Arquivo Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa – Porto Alegre.

⁸⁰⁹ Zero Hora, 27/04/1982, p. 17. Arquivo Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa – Porto Alegre.

⁸¹⁰ Correio do Povo, 29/04/1982, p. 32. Arquivo Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa – Porto Alegre.

Apesar do organismo em questão reiterar seu caráter de instituição privada e sua independência em relação ao governo argentino, nos seus comunicados divulgados à sociedade brasileira percebe-se, além do óbvio reclamo pelas ilhas e de chamativo “verniz latino-americanista” buscando o apoio dos brasileiros, a completa ausência de condenação ao regime argentino.

A retórica latino-americanista era utilizada de forma pasteurizada e descontextualizada, quase do mesmo modo que o faziam naquele momento os próprios militares argentinos, na busca de estabelecer novas alianças conjunturais externas, especialmente a partir da negativa de apoio dos EUA e do boicote europeu ocidental ao governo de Galtieri.

Mas o que mais chamava a atenção (e imaginemos aqui um leitor medianamente informado e perspicaz) era a omissão sobre certos problemas argentinos muito presentes na mídia brasileira: a grave situação interna argentina, desde as violações aos direitos humanos à profunda crise econômica e social e a própria inconstitucionalidade da Junta no poder. Assim, para este “leitor perspicaz” imaginário, o silêncio sobre estes pontos essenciais e polêmicos levantaria (no mínimo) uma suspeita da vinculação deste grupo com o governo de Galtieri, por mais que esta não fosse assumida. E, em alguns casos, como o que veremos a seguir, pode-se notar melhor esta organicidade.

Na mesma linha do “comitê de defesa” de Pettineroli surgiu paralelamente em São Paulo a “Comissão Pró-Defesa da Soberania das Malvinas” coordenada pelo residente argentino Julio Mansilla. Um agente do DEOPS paulista assistiu a fundação dessa entidade, que se autodefiniu como um coletivo (...) *composto de patriotas argentinos democráticos, para esclarecer a opinião pública sobre o porquê as Malvinas são argentinas (...)*⁸¹¹ enquanto denunciava que seus dirigentes (...) *perceberam que um grupo de esquerda tentou infiltrar-se no movimento e estes, repelidos, formaram a Comissão de Solidariedade a Argentina.*⁸¹² Os nossos sublinhados assinalam bem a polarização política no seio da comunidade argentina. Percebe-se que os setores conservadores e liberais dessa comunidade temiam a “contaminação ideológica” de “seus” comitês pela esquerda, como de forma similar

⁸¹¹ DEOPS/SP: Informe N° 660=B/82 – Formada Comissão para Defesa da Soberania das Malvinas, 07/05/1982 - Dossiê DEOPS 20-C-044 – Arquivo do Estado de São Paulo (AESP) – São Paulo.

⁸¹² Idem.

a esquerda abominava a infiltração dos seus grupos por elementos tidos como “de direita”. Ou seja, para o pessoal do “comitê de Mansilla”, o fantasma da “infiltração subversiva” continuava a ameaçar e impedir sua ação era sua tarefa como “patriotas”, reproduzindo fielmente os preceitos da ditadura, inclusive nos mesmos termos. Além disso, a intolerância com a divergência evidenciava que o grupo não possuía nada de “democrático”.

Então, a partir do que ouvira e observara (ou talvez por já possuir de antemão informações de inteligência) o anônimo agente policial concluiu no final de seu relatório manuscrito: (...) *por trás, as autoridades argentinas apóiam o movimento.*⁸¹³ Ou seja, a ligação entre os “comitês de defesa” e o governo argentino podia ser apenas uma especulação subjetiva para algumas pessoas, mas para o governo brasileiro essa ligação existia de fato.

Logo, para muitos argentinos, especialmente os exilados políticos ou aqueles com militância ou simpatia pela esquerda, estes “comitês de defesa” não pareciam ser entidades politicamente idôneas ou representativas para um importante setor da comunidade e muito menos capaz de serem levados a sério em suas proposições. Um de nossos entrevistados, militante de esquerda, referiu-se em termos irônicos sobre um líder desses comitês “de direita” e um de seus projetos mirabolantes: (...) *um louco, um delirante que queria fazer uma campanha financeira para comprar um Exocet! Quando comprasse o Exocet já tinham acabado três guerras!*⁸¹⁴

E assim, surgiram no Brasil, simultaneamente, mas em contraposição aos officiosos comitês pró-governistas, diversos “Comitês de Apoio” ou “Comitês/Comissões de Solidariedade ao Povo Argentino”, com uma clara inclinação de esquerda. Mais uma vez, a radicalização política dividia os argentinos, de modo semelhante ao que se passara na própria Argentina e que, por causa de um momento histórico particular, ocorria em uma geografia alheia e envolvia na sua intrincada trama outros atores “coadjuvantes”, nesse caso, os brasileiros. Assim, a legitimidade da causa das Malvinas foi disputada por argentinos e brasileiros, das

⁸¹³ Idem.

⁸¹⁴ O *Exocet* é um míssil ar-superfície, de origem francesa, e que se tornou famoso pela sua mortífera eficiência ao ser utilizado pelos aviões da *Armada* argentina contra os navios da Real Frota britânica. Entrevista com J. V., realizada em Porto Alegre - 20/06/2007.

mais diversas tendências político-ideológicas, agrupados em torno a organizações antagônicas, porém com fim análogo.

Em Porto Alegre, a fundação de um “Comitê Gaúcho de Solidariedade com o Povo Argentino”, espécie de seção rio-grandense da “Comissão de Solidariedade com o Povo Argentino” sediada em São Paulo foi marcada por disputas e polarizações ideológicas. Já na reunião inicial, no início de maio de 1982, os participantes enunciaram suas divergências de posicionamento frente ao conflito e que evidenciavam claramente identidades políticas opostas. Ou seja, enquanto alguns dos participantes consideravam que o comitê deveria ser (...) *bem preciso: contra o denominado “imperialismo mundial” e contra a ditadura militar da Junta argentina. (...) Outros defendem que o comitê deve se limitar a protestar apenas contra a tentativa de colonialismo britânico.*⁸¹⁵ Evidentemente, estes últimos eram aqueles chamados genericamente de “liberais” pela esquerda, aos quais se referiu a Circular Nacional da Convergência Socialista de 05/05/1982, conforme citado anteriormente. Neste documento se fez um detalhado relatório deste evento em Porto Alegre, logicamente, analisado sob o prisma desta tendência.

Por outro lado, a colônia organizada de imigrantes argentinos de Porto Alegre (da qual os exilados políticos geralmente mantinham distância e vice-versa em virtude do preconceito imperante entre ambas as partes) parece não ter se articulado de forma mais organizada, como ocorreu no Rio de Janeiro ou São Paulo. Ao que tudo indica a associação dos residentes argentinos, o CADEPA, passado um mês do início do conflito, ainda não havia deliberado se daria algum tipo de apoio mais concreto, além de promover uma missa em homenagem aos caídos e enviar um memorial ao governo de Galtieri (...) *apresentando sua solidariedade com as posições da Argentina no conflito pela posse das ilhas Malvinas.*⁸¹⁶ Em outras palavras, o CADEPA assumia abertamente apenas a sua comunhão com a causa nacional argentina o que, por outro lado, era o mínimo que se podia esperar de uma organização deste tipo.

⁸¹⁵ Zero Hora, 04/05/1982, p. 5. Arquivo Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa – Porto Alegre.

⁸¹⁶ Correio do Povo, 29/04/1982, p. 32. Arquivo Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa – Porto Alegre.

Contudo, em termos ideológicos, a posição do CADEPA parece um tanto dúbia. Se por um lado, apoiar a causa da Argentina não necessariamente implicava em uma adesão automática ao governo argentino, em contrapartida, enviar um memorial dirigido ao general Galtieri parece uma atitude simpática e adesista, especialmente levando-se em conta a estreita relação da organização com a representação consular argentina.⁸¹⁷ Teria o CADEPA, enquanto coletivo ou alguns de seus membros, algum receio estratégico de explicitar um apoio à ditadura de Galtieri? É bem provável que sim, pois dado o contexto brasileiro, em pleno processo de redemocratização, assumir simpatia por uma ditadura análoga (e de péssima imagem) não seria bem visto e suscitaria críticas ou até poderia gerar animosidade contra o grupo por parte da sociedade local.

Como se observa, era uma situação delicada onde qualquer declaração mal-elaborada podia ser interpretada de diversas formas. Essa posição “dúbia” pode ser observada nas declarações feitas por dois dirigentes do Círculo ao jornal Zero Hora, a seguir. Em um primeiro momento, na declaração feita pelo dirigente do CADEPA Antonio B., nota-se um tom antiimperialista e especificamente antiamericano:

“O que está acontecendo com a Argentina hoje serve de alerta para toda a América Latina, pois deixa evidente que os Estados Unidos nunca estiveram ao lado dos povos latino-americanos. (...) É hora dos povos latino-americanos se conscientizarem de que precisam rever e redimensionar a política internacional, buscando estreitar laços com o Terceiro Mundo e não querer a cooperação de países imperialistas, como os Estados Unidos. (...) O imperialismo não perdoa quem se levanta para reclamar uma causa justa. Reúne todas suas forças econômicas e até de guerra para acabar com o país de Terceiro Mundo que se atreve a reclamar. (...) Não interessa se os governos latino-americanos sejam de direita ou de esquerda. Todos os dois são interessantes desde que sirvam aos interesses do imperialismo.”⁸¹⁸

Porém, logo em seguida, o dirigente fez a seguinte declaração:

⁸¹⁷ Infelizmente, não tivemos acesso ao original deste memorial para poder analisar mais acuradamente o seu conteúdo. O mesmo não foi encontrado no acervo documental do CADEPA ao qual tivemos acesso. A relação orgânica do CADEPA com o Consulado será analisada no item correspondente.

⁸¹⁸ Zero Hora, 02/05/1982, p. Central. Arquivo Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa – Porto Alegre.

O (dirigente) do Círculo Argentino (...) também chamou atenção para o tipo de informação que está circulando a respeito dos dois países envolvidos. Sobre a Argentina, as agências de notícias – quase todas controladas por norte-americanos ou ingleses – difundem a situação interna de milhares de desaparecidos, os presos políticos e outras violações aos direitos humanos, mas ninguém fala do posicionamento da Inglaterra frente ao povo irlandês. (...) B. lembrou os vários irlandeses que morreram em greve de fome, na Inglaterra, quando protestavam por não receberem o tratamento de presos políticos. “Disto ninguém lembra”, lamentou ele (...).⁸¹⁹

Aqui nos parece que o porta-voz do CADEPA, para defender a posição argentina sobre as Malvinas, tratou de secundarizar as graves violações aos direitos humanos na Argentina, as quais aparecem minimizadas e acriticamente atribuídas a certa propaganda “anti-argentina” vinda da imprensa do Primeiro Mundo: um típico argumento dos generais argentinos, e freqüentemente esgrimido frente às críticas e denúncias divulgadas desde o exterior, geralmente feitas por exilados.

Assim, em um primeiro momento, mais em função do conteúdo (retórica antiimperialista, idéia de “conspiração internacional anti-argentina”) do que das aparentes contradições desses discursos, somos levados a pensar que estamos diante de um indivíduo que representa um grupo vinculado ao governo militar argentino.

Porém, não devemos esquecer que análises lineares e encadeadas logicamente nem sempre são adequadas à História. É possível que a fala proferida por B. representasse a linha política do CADEPA, mas até que ponto esse discurso o representava enquanto sujeito político?

Neste ponto é necessário desenvolver uma análise do indivíduo. Antonio B. era um respeitado professor universitário e jornalista. Ele foi considerado como um “subversivo” pelo governo brasileiro e, em 1982, ainda permanecia sob monitoramento dos órgãos de segurança, já que em maio de 1975 ele havia sido preso pela Polícia Federal sob a acusação de ser “contato” entre membros do Partido Comunista Argentino (PCA) e do Partido Comunista Brasileiro (PCB), além de considerado um dos articuladores da tentativa de reorganização deste último no Rio Grande do Sul. Assim, o professor foi incurso na Lei de Segurança Nacional e no Código Penal Militar sendo duplamente processado pela Justiça Militar e o

⁸¹⁹ Idem.

Ministério Público. Contudo, ele foi posteriormente absolvido dos cargos imputados, em agosto de 1977, embora continuasse sob suspeita, ao que tudo indica em virtude de sua atuação como professor universitário e no Sindicato dos Jornalistas de Porto Alegre.⁸²⁰

Isso nos despertou alguns interrogantes. Por um lado, pode-se pensar que sua fala contra o imperialismo não era simples retórica apropriada de forma indevida pela direita, mas sim uma expressão genuína de sua visão política. Mas por outro, ao fazer eco de uma suposta campanha anti-argentina, B. parece tornar-se contraditório com a sua história pregressa e recente. Para adicionar complexidade a questão: se de fato Antonio B. pertencia ou pertencera ao PCA, talvez ele estivesse seguindo a linha partidária. Cabe recordar que os comunistas vinculados a III Internacional (linha Moscou) estabeleceram um estranho “*modus vivendi*” com a ditadura argentina, o qual, inclusive, os levou tanto a apoiar setores (considerados por eles, como “moderados e democráticos”) da Junta militar em diversos momentos, quanto a silenciar sobre verdadeira autoria das violações de direitos humanos (sempre atribuídas a grupos “descontrolados” de extrema-direita e não ao Estado), mesmo a custo de sofrer algumas baixas entre seus militantes.⁸²¹

Então quem realmente estava “falando”? O “dirigente do CADEPA” ou o professor “comunista”? A qual interlocutor pertenciam as palavras proferidas? Ou seria uma interface entre ambos? Seria sua fala uma manobra para despistar a vigilância sobre si, por temor a ser novamente perseguido e talvez até preso ou expulso? Ou será que, ao priorizar a visão nacionalista envolvendo a questão Malvinas, como tantos outros argentinos, ele também relegou a um segundo plano parte do seu ideário pessoal? É difícil sabermos. No entanto, sabe-se que o CADEPA, enquanto instituição, não foi considerada perigosa (pela análise feita

⁸²⁰ Na sua ficha compilada no SNI e anexada ao informe de monitoramento das atividades do CADEPA relacionadas às Malvinas, a comunidade de informações registrou a seguinte observação sobre o professor B.: “militante do POC (Partido Operário Comunista)”. Anexos: Dados Compilados de Registro na Supervisão Central de Informações de ACB. INFE N°22-2807/82/SCI/SSP/RS (Confidencial), Organismos de argentinos promovem atividade no RS, 29/07/1982. Fundo SNI, Arquivo Nacional, Brasília.

⁸²¹ CAMPIONE, Daniel. La izquierda no armada en los años setenta: tres casos, 1973-1976. In: LIDA, Clara E.; CRESPO, Horácio; YANKELEVICH, Pablo. (comp.) *Argentina, 1976: estudios en torno al golpe de Estado*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Economica: El Colégio de México, 2008, p. 103-105.

naquele momento pelos serviços de informação) ao não estar vinculada a nenhum outro grupo argentino de ideologia considerada “subversiva”.⁸²²

Enquanto isso, diversos setores que se assumiam abertamente como de esquerda, progressistas e/ou democráticos reforçavam sua posição insistindo na questão democrática no país vizinho e na condenação dos crimes da ditadura argentina. Assim, o discurso oficial do “Comitê Gaúcho de Solidariedade com o Povo Argentino” afirmava que

*A luta que se desenvolve no Atlântico Sul não é uma luta de um País democrático contra um País ditatorial como nos quer fazer crer o palavrório imperialista. É isto sim uma luta de um País imperialista contra um País semicolonial e oprimido. Nesta luta, não somos neutros, mas sim solidários com o país oprimido sem com isso depositar qualquer apoio político a ditadura argentina.*⁸²³

No plano discursivo denota-se que o diferencial perceptível entre o enunciado da direita e o da esquerda residia na questão do apoio político à ditadura argentina, apesar de que ambos abusavam de conceitos similares, quando não idênticos, o que certamente causava confusão nos menos avisados, não acostumados com os diversos usos (e abusos) da terminologia política.⁸²⁴ Outro problema era que a direita, usando-se de sutilezas discursivas e apropriações de bandeiras da esquerda, com o qual também dissimulava o seu apoio ao governo Galtieri.

Assim, o caminho seguido pelas organizações progressistas de solidariedade era basicamente uma curiosa combinação entre a questão da soberania nacional argentina com as denúncias sobre a situação interna e a condenação da ditadura. Mas, o que poderia parecer lógico e plausível no plano doutrinário, na prática revelou-se uma posição bastante difícil de defender em virtude de uma contradição primária e concreta: como apoiar a luta pelas Malvinas e, em alguns casos, querer até mesmo

⁸²² INFE N°22-2807/82/SCI/SSP/RS (Confidencial), Organismos de argentinos promovem atividade no RS, 29/07/1982. Fundo SNI, Arquivo Nacional, Brasília.

⁸²³ Zero Hora, 21/05/1982, p. 27. Arquivo Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa – Porto Alegre.

⁸²⁴ É provável que a raiz desta confusão conceitual esteja relacionada, entre os argentinos, ao peronismo que originalmente se declarava uma “terceira posição” entre capitalismo e comunismo e denunciava o “imperialismo” russo e americano. Desde os anos 70, o peronismo estava fraturado em setores ortodoxos, de direita e setores revolucionários, de esquerda. Entre os brasileiros existia uma disputa entre os setores de esquerda, a respeito de como posicionar-se frente ao conflito e o “caráter” deste. DEOPS/SP: Informe N° 667=B/82 - Circular Nacional da Convergência Socialista, 05/05/1982 - Dossiê DEOPS 20-C-044 – Arquivo do Estado de São Paulo (AESP) – São Paulo.

participar dela sem apoiar o governo dos militares, dado que ambas as coisas pareciam indissolúveis?

Juan, exilado e militante internacionalista que fez parte desses comitês de solidariedade, tentou explicar a linha seguida pela sua organização:

*Tinha a posição do partido que eu já tinha saído (PST). Não exatamente apoiar a ditadura, mas é que eles falavam que, ante a agressão imperialista, nós tínhamos que fazer um “frente único” contra os ingleses, parecido aos das Mães de Praça de Maio: “As Malvinas são argentinas, os desaparecidos também. Abaixo a ditadura.”*⁸²⁵

Contudo, mesmo no campo opositor à ditadura, não existia a tal linha política homogênea pretendida, como destacou José em seu depoimento bilíngüe:

*Tivemos algumas diferenças com os antigos companheiros. Hubo dos posiciones: la primera fue bastante correcta, eu acho. La segunda ya era más... digamos, no sé, llamarla oportunista, incorrecta para mi gusto.*⁸²⁶

A primeira era, obviamente, a posição do seu grupo que, diga-se de passagem, era vinculado às correntes heterodoxas do PT. A segunda era a posição mantida principalmente pelos remanescentes *montoneros*, mas ainda é possível acrescentar uma terceira, que o depoente “esqueceu”, talvez por ser minoritária e de outro grupo: a posição classista, da esquerda mais radical, que optou por negar o apoio a qualquer um dos lados beligerantes. Estas duas últimas posições serão examinadas a seguir.

No tocante à composição nacional e quanto ao espectro político, estes comitês de solidariedade eram bastante plurais. Brasileiros e argentinos eram maioria, mas também havia uruguaios, chilenos, paraguaios e gente de outros países da América Latina. Especificamente no comitê gaúcho havia representantes de partidos como o PT, o PTB e o PDT e de correntes agrupadas em torno de jornais alternativos, como Convergência Socialista, Voz da Unidade e O Trabalho.⁸²⁷

⁸²⁵ Entrevista com J. V. realizada em Porto Alegre - 20/06/2007.

⁸²⁶ Idem.

⁸²⁷ Zero Hora, 21/05/1982, p. 27. Arquivo Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa – Porto Alegre.



Figura 5. 8. Capa da edição especial do jornal Convergência Socialista de 24 de abril de 1982 (Fonte: Dossiê DEOPS 20-C-044 – Arquivo do Estado de São Paulo – São Paulo).

Segundo se recorda Juan, que participou do comitê em São Paulo antes de vir para Porto Alegre, à formação do comitê incluía gente de várias tendências da esquerda do Cone Sul:

*(...) aí tinha gente de montoneros... Ninguém falava muito quem era, de donde vinha, mas se sabia... Tinha gente do Uruguai também: Hugo Cores, que foi dirigente da CNT-U, e quem tinha muita influência era a Secretaria de Relações Exteriores do PT.*⁸²⁸

Portanto, é possível afirmar que além desses comitês servirem como um aglutinador para diversos grupos democráticos e de esquerda eles foram também, de certa forma, representativos do caleidoscópico de nações que compôs o exílio latino-americano no Brasil. Dado a origem e a formação eminentemente politizada dos seus integrantes, estes comitês de solidariedade tiveram além da parte assistencial uma ação política organizada a qual parece ter sido privilegiada, pelo menos no início. Assim, o comitê gaúcho procurou realizar diversas manifestações em apoio “ao povo argentino” que, mais que um recurso semântico, ressaltava que a identificação do grupo não se dava com o governo argentino. Em entrevista à Zero Hora, um dos fundadores do comitê no Rio Grande do Sul, o músico tradicionalista argentino Talo Pereyra, afirmava que (...) *devemos seguir o exemplo que estão dando os próprios*

⁸²⁸ A *Convención Nacional de los Trabajadores del Uruguay* (CNT-U) é a central sindical única dos trabalhadores uruguaios. Hugo Cores era o dirigente do PVP uruaio que denunciou a prisão de Lilian Celiberti e Universindo Diaz ao jornalista Luiz Claudio Cunha. Entrevista com J. V. realizada em Porto Alegre - 20/06/2007.

*trabalhadores argentinos (...)*⁸²⁹ certamente referindo-se às gigantescas manifestações promovidas pelas centrais sindicais argentinas contra a ditadura e que haviam sido brutalmente reprimidas por esta apenas um dia antes da invasão das ilhas. Pereyra também esperava que no Sul do Brasil houvesse uma receptividade maior do que aquela observada no resto do País, conforme declarou:

*Os gaúchos já fizeram outras manifestações de apoio aos povos dos países do Prata, pois existe um sentimento de solidariedade reforçado pelos fortes laços que ligam os dois países e pela proximidade da fronteira, como no caso de Lilian Celiberti e Universindo Dias.*⁸³⁰

Interessante observar também que mais uma vez repercutia na lembrança dos exilados argentinos o impacto da Operação *Zapato Roto*, aqui destacado como um momento que propiciou uma ação conjunta de solidariedade entre os setores progressistas do Cone Sul. Então, uma das manifestações planejadas pelos coordenadores do comitê para acontecer simultaneamente em São Paulo e Porto Alegre, no dia 11 de maio, era uma passeata até o Consulado do Reino Unido para pedir pela retirada das tropas britânicas do Atlântico Sul.⁸³¹ Além disso, uma comissão especial seria responsável por entregar uma carta de protesto ao Cônsul inglês, em pessoa.

Em Porto Alegre, a carta que expressava o ponto de vista do comitê sequer chegou às mãos do cônsul, que se esquivou duas vezes de receber a comissão, a qual foi embaraçosamente barrada pelo porteiro e a polícia militar na porta do prédio na Rua Alberto Bins N° 490. Todavia, a missiva em tom imperativo foi veiculada pela imprensa local. Eis um trecho:

Vosso país, apoiado por outros países imperialistas, agride novamente a America Latina. Desta vez é através da agressão armada. (...) As Malvinas sempre foram e continuarão a ser da nação argentina, queira ou não vosso país e seu aliado norte-americano. Nos, representantes do Comitê de Solidariedade com o Povo Argentino, nos solidarizamos também (...) com o anseio do

⁸²⁹ Zero Hora, 04/05/1982, p. 5. Arquivo Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa – Porto Alegre.

⁸³⁰ Idem.

⁸³¹ DEOPS/SP: Informe N° 660=B/82 – Formada Comissão para Defesa da Soberania das Malvinas, 07/05/1982 - Dossiê DEOPS 20-C-044 – Arquivo do Estado de São Paulo (AESP) – São Paulo.

*povo argentino (...) em sua luta para derrubar a ditadura de Galtieri, instalada e apoiada até pouco pelos Estados Unidos e Inglaterra. Viemos ao vosso consulado para expressar nossa mais ampla solidariedade ao povo argentino e exigir a retirada imediata da frota inglesa (...) reconhecemos a soberania da Argentina e condenamos também qualquer ataque a seu território. Cremos que esta também é o sentimento do povo brasileiro.*⁸³²

Ignorado pelo cônsul britânico, o comitê pretendeu levar às ruas sua conclamação e continuar com a passeata na Praça da Alfândega, pleno centro de Porto Alegre. No entanto, a Brigada Militar, justificando que a manifestação não possuía autorização da Secretaria de Segurança Pública, proibiu a realização da mesma dispersando um pequeno número de manifestantes. A ausência das aguardadas lideranças partidárias impediu uma negociação com a polícia, a qual sequer lhes permitiu colocar as faixas. Para encerrar, um último constrangimento: os (...) *brigadianos, que permaneceram o tempo todo assistindo a pequena concentração e, ao final, ainda pediram identificação e anotaram nome e endereço de alguns dos seus integrantes.*⁸³³



Figura 5. 9. Na Praça da Alfândega, a Brigada Militar coleta dados de inteligência, após proibir a manifestação do Comitê Gaúcho de Solidariedade com o Povo Argentino (Fonte: Zero Hora, 12/05/1982, p. 08. Arquivo Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa – Porto Alegre).

⁸³² Zero Hora, 12/05/1982, p. Central. Arquivo Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa – Porto Alegre.

⁸³³ Idem.

Uma segunda passeata, marcada para acontecer em 13 de maio também na Praça da Alfândega fracassou, apesar de estar devidamente autorizada. Desta vez, a justificativa dada pela Brigada para impedir o ato ocorreu em virtude da Avenida Sepúlveda ter sido cedida na data para uma “concentração umbandista”. Novamente, os manifestantes do comitê foram expulsos. Contudo, quiçá como desforra, ainda

*(...) tiveram tempo de queimar solenemente uma bandeira da Inglaterra – aos gritos de “Malvinas Argentinas” e “Fora o Imperialismo” – e conclamar a população a se integrar no movimento de solidariedade ao povo argentino contra a ditadura militar.*⁸³⁴

Por outro lado, o relativo insucesso das ambiciosas “mobilizações de massa” parece ter levado os membros do Comitê de Solidariedade a concentrar seus esforços em ações mais concretas e realistas, passando a recolher doações em dinheiro, roupas, medicamentos e sangue, ainda de acordo com a mesma reportagem de Zero Hora.⁸³⁵

Embora, os comitês pareçam ter tido certa liberdade de ação e expressão, na prática eles foram controlados e até reprimidos em suas atividades, mesmo que indiretamente. Assim, sutis empecilhos de ordem legal ou administrativa substituíram a antiga e violenta repressão direta, revestindo o regime transicional de Figueiredo com uma face aparentemente democrática, mais de acordo com o momento. Além disso, os comitês (independente de serem de “solidariedade” ou de “defesa”) foram submetidos à costumeira vigilância dos diversos órgãos de informação do Estado. Os documentos obtidos no antigo DEOPS de São Paulo contendo tanto relatórios de agentes infiltrados quanto panfletos e propagandas coletados são a fiel prova disso. Mesmo no Rio Grande do Sul, onde a máquina repressiva estadual estava sendo oficialmente desmantelada (nesse mesmo mês, o DOPS gaúcho era desativado e seu arquivo incinerado), atividades de cunho político, como as desenvolvidas pelos comitês, ainda eram vigiadas.

Do ponto de vista do Estado brasileiro havia pelo menos duas razões para isso: em primeiro lugar, pelos movimentos serem a favor de um país estrangeiro,

⁸³⁴ Zero Hora, 14/05/1982, p. 24. Arquivo Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa – Porto Alegre.

⁸³⁵ Idem.

histórico rival potencial do Brasil em vários aspectos (militar, econômico, etc.). Em segundo lugar, certamente o controle deveria ser redobrado caso estas organizações tivessem alguma vinculação com a oposição, especialmente com aquelas de esquerda, pois reavivavam o fantasma do “complô marxista” internacional, tão caro aos militares.

5. 2. 3. A Condenação da Guerra: Os Comitês pela Paz

Em contrapartida aos que pediam maior envolvimento do Brasil na questão Malvinas ou daqueles que apoiavam a Argentina (fosse pela direita ou pela esquerda) foram formados também comitês pacifistas. Enquanto no Rio de Janeiro 800 personalidades da política, intelectualidade e das artes (como Leonel Brizola, Arthur da Távola e Chico Buarque de Holanda) assinavam um manifesto pela paz, em Porto Alegre a iniciativa pacifista partia de um grupo de trabalhadores e estudantes que fundou, logo no início de maio, o “Comitê Gaúcho pela Paz nas Malvinas” onde já na primeira reunião surgiram atritos com os simpatizantes do “Comitê de Apoio a Argentina”. Para os pacifistas não se tratava de ser “a favor” do governo de Thatcher ou do general Galtieri,

Mas sim favoráveis aos trabalhadores britânicos que através de seus sindicatos exigem o retorno imediato da Armada Real. Eles denunciam o desemprego em seu país e os gastos astronômicos com uma guerra que não lhes interessa (...) somos favoráveis aos trabalhadores argentinos que estão mais interessados na redemocratização do país e nos seus 30.000 desaparecidos.⁸³⁶

Como é possível observar pelo trecho da nota pública divulgada à imprensa havia neste movimento (ou pelo menos em um setor dele) uma perspectiva classista visível. Não foi possível determinar aqui uma ligação orgânica, mas o discurso transcrito segue uma linha similar ao do grupo de orientação marxista-leninista *Trabajadores y Sindicalistas Argentinos en el Exilio* (TYSAE), com sede no México, mas com uma filial em São Paulo (TYSAE-B) onde se editava esporadicamente um panfleto e que considerava a guerra das Malvinas como sendo uma “agressão aos

⁸³⁶ Zero Hora, 12/05/1982, p. 7. Arquivo Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa – Porto Alegre.

trabalhadores”. Tal como o TYSAE, que criticou os outros grupos da esquerda argentina que se alinharam de alguma forma com o governo dos generais, este Comitê pela Paz apontou suas “armas” teóricas contra a esquerda em torno ao Comitê de Solidariedade, considerada por eles “oportunista” ou “reformista”.

Logo, enquanto o Comitê de Solidariedade afirmava que (...) *a derrota da Inglaterra fortalecerá a luta do povo argentino contra a ditadura e servirá de um fervoroso impulso as lutas dos povos oprimidos da América Latina, Central e do Caribe*⁸³⁷, o Comitê pela Paz rebatia por completo essa tese com o seguinte argumento:

*Nesta guerra não se trata de assumir uma postura favorável a Inglaterra imperialista ou a Argentina ditatorial. É preciso reconhecer que esta é uma guerra completamente diferente da luta de libertação dos povos da América Central, que não podem ser obscurecidas pela Guerra das Malvinas.*⁸³⁸

Como se pode perceber, as discussões políticas entre setores divergentes da esquerda se transferiram para o seio destes dois comitês. Contudo, tal como seu oposto, o Comitê pela Paz também não parecia ser homogêneo em sua composição. Dentro dele, junto com grupos da esquerda radical, conviviam outras forças bem diversas embora todos irmanados temporariamente pelo antimilitarismo. Nota-se o surgimento de setores fragmentados cujo ativismo específico parece desvinculado do modelo tradicional de militância política, além de transcender os posicionamentos ideológicos binários dos outros comitês em favor de uma postura pacifista e humanista. Segundo declarou um de seus organizadores, Voltaire Danckwardt

*A criação do Comitê pela Paz não significa uma preocupação em julgar o comportamento colonialista britânico ou aventureirista da Argentina, mas é uma manifestação contra a guerra e contra a militarização e seus reflexos sobre o futuro do Brasil.*⁸³⁹

⁸³⁷ Zero Hora, 21/05/1982, p. 27. Arquivo Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa – Porto Alegre.

⁸³⁸ Zero Hora, 12/05/1982, p. 7. Arquivo Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa – Porto Alegre.

⁸³⁹ Zero Hora, 17/05/1982, p. 22. Arquivo Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa – Porto Alegre.

Assim, fizeram parte do Comitê pela Paz entidades setoriais, como o “Instituto dos Arquitetos do Brasil” ou a “Associação dos Engenheiros Agrônomos”, e também grupos ecologistas, estudantis, movimentos feministas e culturais, como a “Comissão de Luta contra o Pólo (petroquímico)”, a “*Kãa-ete* (movimento ecológico do Colégio Júlio de Castilhos)”, a “Comissão Pró-Federação das Mulheres” e o “Movimento Gaúcho em Defesa da Cultura”, respectivamente.⁸⁴⁰

O comitê pacifista temia que um aumento da corrida armamentista no continente pudesse atingir também o Brasil, desviando recursos da área social para fins bélicos. Outros temiam que a escalada do conflito pudesse levar, inclusive, ao emprego de armas atômicas. Em contemporânea sintonia com o que já vinha ocorrendo na Europa Ocidental, como as passeatas contra as armas nucleares, o Comitê pela Paz reafirmava sua posição e chamava a população em geral para juntar-se a ele em ambiciosas manifestações pela paz:

*A luta pela paz já mostrou sua importância na Europa, onde centenas de milhares de pessoas reuniram-se em diversas manifestações e conseguiram impedir a instalação de bases de mísseis americanos em seu território. A humanidade está cansada de guerras e misérias. A paz hoje é uma questão política.*⁸⁴¹

Mas não houve tempo para grandes passeatas: a guerra, que começara de forma inesperada, outrossim terminou de forma abrupta com a humilhante capitulação das forças armadas argentinas na primeira quinzena de junho de 1982.

5. 2. 4. Os Voluntários para a Luta

*O apelo por uma comunidade imaginária da nação parece ter vencido todos os desafios, sobretudo naqueles locais onde as ideologias estão em conflito. O que mais poderia ter lançado a Argentina e a Inglaterra em uma louca guerra por um pântano e uma pastagem acidentados e ásperos, do que a solidariedade que emana de um “nós” imaginário em oposição a um “eles” simbólico?*⁸⁴²

⁸⁴⁰ Zero Hora, 20/05/1982, p. 19. Arquivo Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa – Porto Alegre.

⁸⁴¹ Zero Hora, 12/05/1982, p. 7. Arquivo Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa – Porto Alegre.

⁸⁴² HOBBSAWM, Eric J. op. cit., p. 195.

Talvez esta citação acima, de autoria de Eric Hobsbawm, seja uma das melhores justificativas capazes de explicar a dimensão que adquiriu esta insólita, curta, mas intensa guerra desenvolvida entre a Argentina e a Inglaterra pela posse das inóspitas Ilhas Malvinas. Acreditamos que esta mesma reflexão do célebre historiador inglês sobre o sentimento nacional (e a irracionalidade inerente que o envolve justamente pela subjetividade) pode nos servir como explicação plausível para explicar porque ferrenhos opositores se uniram aos seus antigos algozes em prol de uma causa cujo apelo era puramente emocional, simbólico e incapaz de resistir a uma segunda análise, mais racional e objetiva.

Embora a ocupação britânica das ilhas date de 1833 foi durante a década de 1930, época decisiva na articulação do pensamento nacionalista na Argentina, na qual, segundo Novaro e Palermo, que o velho reclamo diplomático das Malvinas se converteu em legítima causa nacional.⁸⁴³ A partir desse momento, ele também se transformou em um sentimento nacional de injustiça (e talvez de vingança para alguns grupos mais exaltados, fator ampliado em função do conceito de usurpação que encerra a posse britânica), cultivado já há gerações e absorvido pelos argentinos desde crianças. Dessa forma, os pequenos e dúcteis jovens argentinos sentados nos bancos escolares recebiam quase que como um credo a mensagem nacionalista transmitida ao longo dos tempos por seus mestres, os quais, por sua vez, também a haviam recebido de forma semelhante nos seus tempos de escola fundamental.

*Que se sepa, que yo sepa, ningún niño inglés inicia su vida escolar incluyendo a las Malvinas en su imagen de la patria. Nosotros sí. Para nosotros las Malvinas no son geográficas. Son nuestra identidad. No recuperamos unas islas o petróleo o krill o un mapa. Nosotros recuperamos a nosotros.*⁸⁴⁴

As palavras anteriormente citadas e escritas em 1982 pertencem a um jornalista argentino e reforçam ainda mais as palavras de Hobsbawm e o conceito de nação expressado como uma comunidade imaginária. Se esse sentir estava tão arraigado nas mentalidades, como esperar da maioria dos argentinos uma resposta diferente, pelo menos em primeira instância, que não fosse vibrar e aplaudir a recuperação das Malvinas e suspender as rivalidades internas?

⁸⁴³ NOVARO, Marcos.; PALERMO, Vicente. op. cit., p. 437.

⁸⁴⁴ PEICOVICH, Esteban. Como pelean en esta guerra un padre y un hijo. *Gente*, 03/06/1982, p.32.

De fato, a irrupção da guerra paralisou as condições políticas prévias e revolveu os planos de luta dos opositores no exílio, dividindo-os, como bem colocaram Bernetti e Giardinelli.⁸⁴⁵ A manobra dos militares surtiu tal efeito que até mesmo os mais acérrimos inimigos do regime militar foram contagiados pelo “fervor patriótico” frente à unanimidade da causa Malvinas.⁸⁴⁶ Assim, uma força política importante no exílio, os *Montoneros*, divulgaram publicamente na imprensa internacional sua polêmica oferta para combater lado a lado com os militares nas Malvinas. Em uma curiosa amálgama de oportunismo político e nacionalismo popular exacerbado os *Montoneros* pediam a

(...) formação imediata de um governo de emergência nacional com todas as forças políticas e sociais representativas do povo argentino. Uma agressão imperialista não pode ser enfrentada por um governo oligarca e elitista. (...) a recuperação das Malvinas é uma causa justa para todos os argentinos, independente de quem a conseguiu ou de sua justificação.⁸⁴⁷

Efetivamente, o que os *Montoneros* pretendiam era que o governo permitisse aos exilados e presos políticos participar igualmente da luta nas ilhas o que se traduzia, em termos práticos, em uma espécie de reconhecimento e anistia aos dissidentes. Não deixava de ser uma negociação, mesmo que estivesse impregnada de genuíno sentimento nacional.⁸⁴⁸ Todavia, indo muito além em seus projetos, a organização banida pretendia a formação de “milícias populares” e “brigadas latino-americanas”, ao melhor estilo da Guerra Civil Espanhola, para a defesa das ilhas frente à tentativa britânica de reconquista.⁸⁴⁹

⁸⁴⁵ BERNETTI, Jorge L.; GIARDINELLI, Mempo, op. cit., p. 142.

⁸⁴⁶ Embora os militares não propusessem nenhuma espécie de conciliação com a esquerda, nem manifestassem a mínima intenção de reintegrar os dissidentes políticos, transversalmente, o conflito adquiriu um caráter pseudo-antiimperialista, em parte graças ao dúbio discurso nacionalista dos militares argentinos, mas também em parte devido ao contexto internacional da Segunda Guerra Fria. Assim, o *affaire* Malvinas chegou inclusive a conquistar a simpatia dos países não-alinhados e do Terceiro Mundo. Paradoxalmente, o efeito contrário do desejado pela obtusa Junta argentina que, em seu devaneio esperava a aprovação dos EUA à sua precipitada ação militar, em gratidão a sua participação na luta contrainsurgente na América Central.

⁸⁴⁷ Correio do Povo, 11/04/1982, p. Capa. Arquivo Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa – Porto Alegre.

⁸⁴⁸ Segundo Bernetti e Giardinelli, no México, as “patéticas” tratativas entre os dirigentes *montoneros* e os diplomatas da ditadura, levou a que militantes e funcionários da Embaixada se juntassem em uma estranha solenidade para entoar as estrofas do hino nacional argentino.

⁸⁴⁹ Zero Hora, 01/05/1982, p. Central. Arquivo Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa – Porto Alegre.

A “chamada” ao combate dos *Montoneros* teve eco em várias partes, inclusive no Rio Grande do Sul, onde um pequeno núcleo de ex-guerrilheiros decidiu se apresentar no Consulado Geral argentino em Porto Alegre, mesmo já estando praticamente desvinculados da organização em virtude de divergências internas. Juan P. lembrou e transmitiu ao autor a sua versão dos fatos:

En el '82, en la Guerra de Malvinas, nos juntamos también en grupos donde vamos y ofrecemos nuestra (...) para ir a Malvinas nosotros y no se llevarán (conscritos)... A cambio de que se nos blanquee la situación. ¡Por supuesto, el ejército no lo acepta, no nos iban a poner armas en las manos!

P: ¿Eso acá en el consulado?

Y si, nos presentamos. Eh, era un número grande de muchachos...

P: ¿Y eran cuantas personas?

Mira, así de grupos aislados, no sé. Pero del grupo nuestro... y, nosotros, en esa época, teníamos un grupo fuerte de quince militantes combativos acá en Porto Alegre, que no eran solo montoneros, había del ERP también. Con la decisión, vamos a defenderlas nosotros (as Malvinas).

¡Tenemos la capacidad militar para hacerlo! Era una de las situaciones que nosotros pensábamos que tendrían que haber dado una respuesta los militares y no se aceptó. Así como ofreció Cuba y no se aceptó.

Nuestra idea era combatir el imperialismo total, no era defender a los milicos estos...

¡Esa era la realidad! Lo que pasa es que mucha gente dice: - ¡es una contradicción, los echaron los militares y ahora quieren ir!

No, vamos a luchar por la Argentina contra un imperio, hay una diferencia.⁸⁵⁰

Embora esperassem uma anistia como contrapartida, não se pode afirmar que o oferecimento destes voluntários não fosse sincero do ponto de vista do sentir nacional. No pensamento dos dissidentes - talvez um pouco ingênuo e esquemático - os militares deveriam aceitar a oferta dos ex-guerrilheiros em prol da unidade nacional. Neste devaneio da esquerda nacionalista, a luta no *front* interno sofreria uma postergação por tempo indefinido, pelo menos até a solução da crise externa. Interessante observar também que, apesar dos exilados terem perdido seus direitos nacionais, sendo rejeitados pelo seu governo e não reconhecidos como cidadãos pelo

⁸⁵⁰ Segunda entrevista com J. P. realizada em Porto Alegre - 27/10/2008.

Estado nacional, eles continuavam insistindo em manter a sua nacionalidade, como também pretendiam revalidá-la participando como soldados-cidadãos, o que indica claramente como o sentimento nacionalista, enquanto construção cultural coletiva e compartilhada pode posicionar-se acima do Estado, do governo, da ideologia e das fronteiras territoriais, além de poder associar-se genuinamente a movimentos políticos de emancipação social. E como Hobsbawm procurou demonstrar, a identidade nacional não necessita divorciar-se de outras formas identitárias, tais como identidade de classe, religiosa ou opção política. Muito pelo contrário, pois a construção social de uma identidade nacional consiste também em uma complexa justaposição de outras identidades que se agregam, se sobrepõem e persistem, mesmo apesar das contradições, e neste caso específico das Malvinas, oposições ideológicas bipolares. Mas estas diferenças entre esquerda e direita empalideceram frente a esta força invisível, pois como destacaram Novaro e Palermo, (...) *el nacionalismo es un componente identitário de primera magnitud que las aproxima entre sí mucho más de lo que podían desear.*⁸⁵¹

Dessa forma, o sentimento patriótico pelas Malvinas inebriou argentinos dos mais variados matizes políticos dentro e fora da Argentina. Ricardo foi outro exilado que se apresentou como voluntário. Ao contrário de Juan e seu grupo, Ricardo não havia sido um “militante combativo” e sua experiência militar se resumia ao serviço militar obrigatório na juventude. Era um homem com idéias de esquerda, porém desvinculado de partido. Ao ser questionado sobre o quê o havia motivado a se apresentar como voluntário para a guerra ele respondeu que (...) *¡veía que se mataba la gente argentina y yo no me aguantaba!*⁸⁵² Portanto, como em muitos casos, mais uma vez o quase inexplicável sentimento nacional se sobrepôs tanto ao ódio pelos militares quanto a uma análise racional do evento. Imaginar que seus compatriotas e sua comunidade estavam em perigo foi o suficiente para despertar-lhe uma consciência da necessidade de participação no conflito em função do seu pertencimento aquele país. Hoje, distante no tempo, tal oferecimento feito por Ricardo ao governo militar lhe parece uma loucura (*rayadura*, como ele diz), um deslize fruto de um contexto confuso, uma anormalidade na sua trajetória de vida.

⁸⁵¹ NOVARO, Marcos; PALERMO, Vicente. op. cit., p. 437.

⁸⁵² Segunda Entrevista com R. A. realizada em Porto Alegre - 17/03/2008.

Contudo, naquele momento, ele foi também contaminado pela irracional febre ufanista que assolou boa parte dos argentinos:

¡Si pero, yo estaba meado por los perros! Vos date cuenta lo que yo llegue a hacer... Y cuando fue el asunto de Malvinas, yo tenía 46 años y (...) el grado de subteniente (...) porque se llamaba a los reservistas. (...)

Fui y me presente al Consulado para ir a Malvinas. Y me entraron a decirme: - ¡Déjese de hinchar las pelotas! Usted es loco. Aparte no tiene edad, está pasado. ¿Usted es loco, quiere ir a la guerra? Pero es un capítulo aparte, porque yo también tuve mis rayaduras...⁸⁵³

O voluntariado para a causa das Malvinas conquistou indistintamente gente de todas as classes e ofícios. Até mesmo uma pessoa pública, como o músico Talo Pereyra, também se apresentou na época perante as autoridades, buscando um posto de combate. Em entrevista à Zero Hora, Talo declarava que estava disposto a (...) *pegar em armas, se for requerido, para lutar contra o imperialismo inglês.*⁸⁵⁴ Contudo, ele também salientava que (...) *a sua disposição de luta contra a Inglaterra não significa um apoio ao atual regime instalado em seu País.*⁸⁵⁵

Certamente para Juan, Ricardo, Talo e todos os outros argentinos que se apresentaram no Consulado ou nos Comitês de Defesa ou Solidariedade, a questão das Malvinas estava em um plano superior era algo intocável e inegociável. O governo da Junta Militar havia acertado em cheio o seu disparo no *sensiblero* coração *tanguero* dos argentinos. O território “irredento” das Malvinas era quase um mito, uma causa com razão incontestável para a grande maioria dos argentinos e de um apelo emocional intenso, ideal para unificar a nação em torno de uma “causa maior” e, principalmente, para ofuscar a grave e problemática situação política, econômica e social interna. Ou seja, as Malvinas possuíam legitimidade: uma autêntica “paixão nacional” profundamente entranhada no imaginário coletivo de todo um povo.

Por fim, cabe dizer que houve alguns voluntários estrangeiros. Os jornais publicaram (de forma um tanto pitoresca) os casos dos brasileiros que em um misto

⁸⁵³ Idem.

⁸⁵⁴ Zero Hora, 04/05/1982, p. 5. Arquivo Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa – Porto Alegre.

⁸⁵⁵ Idem.

de aventura, idealismo e também de descabimento pretenderam se alistar nas forças argentinas. Um deles era João de Souza, vendedor de carnês do “Baú da Felicidade”, entrevistado por Zero Hora e que, segundo ele, foi influenciado na decisão por seus vizinhos argentinos em Canoas, Rio Grande do Sul: (...) *vendo meus colegas e vizinhos argentinos, pensei que seria bom ir lá para ver as coisas acontecerem. Não para sair como herói, mas só para ver.*⁸⁵⁶ Na matéria do jornal, a justificativa para o seu alistamento era dada como sendo a seguinte: *Ajudar como brasileiro, pois a gente tem por obrigação lutar pelos argentinos.*⁸⁵⁷

Com intuito semelhante, alguns brasileiros mais afoitos chegaram a viajar a Buenos Aires por conta própria. Foi o caso do porto-alegrense Francisco de Souza, decorador, que viajou desde Foz do Iguaçu. Segundo a entrevista, ele já estava meio desanimado em ver que os estrangeiros não seriam convocados. Para o aspirante a soldado voluntário isso era uma “pena” já que as Malvinas pareciam ser uma (...) *causa justa (...) para milhares de pessoas dispostas a lutar ao lado dos argentinos.*⁸⁵⁸ E justificava sua decisão dessa forma: *O europeu pensa que nós somos índios (...), mas está muito enganado. O povo daqui evoluiu e tem seus direitos, como todos os demais.*⁸⁵⁹

Como se pode perceber estas pessoas também se envolviam emocionalmente na questão, mas aparentemente sem saber muito bem do que se tratava. Talvez tenham feito isso por estarem carentes de um significado para suas vidas, como se buscassem uma “saída heróica” para um cotidiano apático, insípido e sem maiores perspectivas. Seria este um reflexo do vazio ético-moral dos anos 1980 ou uma reação a crise geral de uma sociedade reprimida e submetida a mais de uma década de autoritarismo, mas, ao mesmo tempo, conformista, alienada e centrada em valores como consumo e o individualismo?

Estes voluntários brasileiros pareciam desconhecer, pelo menos pelas respostas dadas aos repórteres, a Argentina e sua complexa situação social e política que desembocara neste conflito arranjado como respiro temporário frente à

⁸⁵⁶ Zero Hora, 27/04/1982, p. 17. Arquivo Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa – Porto Alegre.

⁸⁵⁷ Idem.

⁸⁵⁸ Zero Hora, 19/05/1982, p. Central. Arquivo Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa – Porto Alegre.

⁸⁵⁹ Idem.

anunciada débacle da ditadura. Questões políticas definidas ou identidades de classe também não figuravam claramente em suas declarações. No máximo, eles articulavam frases um tanto confusas sobre um difuso sentimento patriótico combinado a uma idealizada comunhão latino-americana, posições aparentemente calcadas no discurso oficial argentino vertido na imprensa.

Por parte da Argentina, não houve aproveitamento dos candidatos a combatentes voluntários, tanto os autóctones quanto os estrangeiros. Os militares argentinos no comando absoluto da situação (pelo menos durante o interregno do conflito), desprezaram por completo este tipo de oferta voluntária, limitando-se a enviar para a linha de frente apenas os jovens em “idade militar”. Quando muito, consideraram este oferecimento um “ato de patriotismo” simbólico (no caso dos argentinos) ou uma (...) *manifestação de solidariedade e identificação com nossos ideais. Anotamos seu nome, endereço, mas vemos tudo, emocionados, como mais uma prova de amizade*⁸⁶⁰, como disse o Cônsul Otero, com certa ironia, a respeito dos seis voluntários gaúchos. Pode dizer-se que eles serviram como um magro reforço propagandístico a causa das Malvinas e, por tabela, ao regime de Galtieri, talvez em alguns casos de modo inconsciente.

Especificamente com respeito aos conterrâneos exilados, o governo militar advertiu publicamente que quem retornasse do exílio seria imediatamente punido por seus “crimes”. Não haveria, portanto, nenhuma espécie de anistia ou acordo. A preocupação política da Junta não estava voltada para conquistar a minoria opositora que estava relegada ao exílio político, mas sim para distrair a grande massa populacional que estava descontente dentro do país.

5. 2. 5. Se Informar para Discordar: Os Divergentes da Guerra

Enquanto isso, muitos argentinos do lado de fora do país também estavam descontentes, confusos e preocupados com o andamento do conflito. Embora a grande maioria considerasse que as Malvinas deviam pertencer por direito a Argentina, no entanto, também compreendiam que a guerra deflagrada pela ditadura militar no Atlântico Sul não passava de um oportuno bode expiatório para encobrir

⁸⁶⁰ Zero Hora, 27/04/1982, p. 17. Arquivo Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa – Porto Alegre.

uma grave crise em franco desenvolvimento. Podiam concordar quanto à justeza da causa argentina, mas discordavam da saída empregada. Javier F., que havia saído da Argentina ainda muito criança para ser influenciado pela doutrinação nacionalista na escola, era um dos que pensavam (e pensa ainda) desta forma crítica:

(...) E eu nunca tinha estudado a situação nas Malvinas, aí comecei ler um pouco. Aí eu me dei conta que a Argentina tem razão, porque os ingleses têm que sair de lá. Mas não dá para invadir! Eles têm que sair de lá. Eu não sabia que quando eles ocuparam, a Argentina já era independente. Foi uma invasão territorial muito grande, (os ingleses) tem que ir embora.⁸⁶¹

Já Ernesto sequer discutia a legitimidade da causa, mas acreditava que os militares estavam entrando em um terreno perigoso ao mobilizar emocionalmente a sociedade:

(...) yo no tengo ninguna duda de que las Malvinas son argentinas, en eso no hay ninguna discusión. Pero cuando se “mexe” con el sentimiento (nacional) y esas cosas... Esa reconquista de las Malvinas era una barbaridad: sabíamos que los fines eran otros, totalmente políticos, que había que salvar al régimen que se caía (...)⁸⁶²

À diferença dos que estavam dentro da Argentina, os argentinos do Brasil não somente estavam bem mais informados sobre o que realmente acontecia, como também sobre eles também não se impunha a pressão do clima vivido na Argentina, sendo-lhes assim facilitada a possibilidade de manter um distanciamento crítico. Ou seja, desde Porto Alegre era possível assumir livremente que se discordava da guerra, algo muito complicado de se declarar abertamente em Buenos Aires, por exemplo.

Desde o início do conflito o clima de preocupação e incerteza levou a que os argentinos do Rio Grande do Sul procurassem intensificar o contato que tinham com amigos e parentes na Argentina. Era necessário saber o que acontecia por lá: o que era noticiado, o que as pessoas comuns diziam ou pensavam, o que se omitia ou escondia, se negava, mas se suspeitava... Enfim, tentar absorver de alguma forma parte daquele clima inédito que se respirava no país para poder compreender melhor o que se passava. Nessa incessante busca por informação se recorria a todos os meios

⁸⁶¹ Entrevista com J. F. realizada em Porto Alegre - 07/08/2008.

⁸⁶² Entrevista com E.T. realizada em Porto Alegre - 08/08/2008.

disponíveis. Não bastava ler os jornais e revistas locais também era necessário comparar as notícias: a ação da diplomacia, os combates nos céus, os números de baixas na linha de frente, e analisar o caudal de informações daqui e cotejá-las com as que vinham de lá.

Em Porto Alegre era possível encontrar alguns diários de Buenos Aires, como o *Clarín*, mesmo que um pouco defasados temporalmente. Já o periódico conservador *La Nación* possuía uma edição especial internacional, apenas disponível por assinatura mensal. Basicamente consistia em um resumo dos fatos da semana anterior e que saía sempre às segundas-feiras.

O correio ainda era um dos meios mais corriqueiros (e baratos) para a troca de informações entre as pessoas. As cartas de amigos e parentes, as quais demoravam uma eterna semana em chegar, eram sempre esperadas com ansiedade. Em tempos de comoção, como na Guerra das Malvinas, essa ansiedade era redobrada.

Outro recurso de comunicação, utilizado por alguns, consistia no envio (por correio ou via algum entreposto) de fitas de áudio (fitas cassete) gravadas em um lado, geralmente com meia hora de duração. Os restantes trinta minutos do outro lado seriam completados pelos destinatários, parentes ou amigos que retornariam a fita pelo correio. Nessas fitas registrava-se um pouco de tudo: desde acontecimentos familiares, passando pela situação política e econômica e reflexões pessoais. Já quem possuía mais recursos financeiros utilizava-se da moderna tecnologia da comunicação disponível: a telefonia.

O telefone ainda não era tão popular como nos dias de hoje, além de ser fixo, e nem todos tinham acesso a um número particular. Em 1982, quem tinha um telefone residencial, poderia se considerar um privilegiado, já que as linhas eram compradas por alguns milhares de dólares. Sem mencionar que os preços das ligações internacionais eram bastante elevados. Logo, os telefones eram utilizados mais em caso de emergências, assim como os telegramas. Entretanto, a preocupação com os familiares e amigos durante a guerra das Malvinas, assim como a incerteza quanto ao seu andamento ou desfecho, levou a um abuso deste recurso devido a sua rapidez e a sua qualidade única (na época) de estabelecer uma comunicação em tempo real. Segundo Bernetti e Giardinelli, os diálogos telefônicos com amigos e

parentes na Argentina também permitiam medir o impacto da “emoção patriótica” na maioria dos dialogantes.⁸⁶³

Contudo, as notícias que vinham de Buenos Aires pareciam de outro planeta, pois o triunfalismo ufanista que transbordava da mídia argentina contrastava com as notícias veiculadas pelas agências de notícias internacionais. De fora era mais fácil perceber que o povo argentino estava sendo enganado e se iludindo com falsas vitórias. Outro depoente, então ainda vivendo em Buenos Aires, relembra que as informações mais acuradas lhe chegavam de Porto Alegre, por meio de uma irmã que ali residia e lhe telefonava freqüentemente: (...) *y ella me llamaba y me iba dando notícias que allá (na Argentina) ni aparecían.*⁸⁶⁴



Figura 5. 10. A imprensa brasileira pode abordar temas proibidos e silenciados dentro da Argentina, como o problema dos desaparecidos (Fonte: Zero Hora, 25/04/1982, p. 05. Arquivo Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa – Porto Alegre).

Morando então em Porto Alegre, Ernesto foi um destes argentinos que percebeu rapidamente o engodo da guerra e pretendeu que seus familiares na Argentina entendessem o que estava acontecendo, com base nas informações mais fidedignas as quais ele tinha acesso. Todavia, na tentativa de esclarecer o obscurantismo que se abatia sobre seus conhecidos na Argentina, ele acabou por

⁸⁶³ BERNETTI, Jorge L.; GIARDINELLI, Mempo, op. cit., p. 142.

⁸⁶⁴ Entrevista com I. M. realizada em Porto Alegre - 12/08/2008.

gerar um conflito interpessoal: (...) *Y yo lloré como un loco! Lloré por la imbecilidad del pueblo argentino (...) y lloré dos veces, porque me peleé con mi familia también* (por causa da guerra).⁸⁶⁵

Outros sentimentos provocados nos argentinos do exterior pelo conflito das Malvinas foram: perplexidade, confusão e indignação. Alguns desses argentinos emigrados não conseguiam entender como o povo argentino se alinhava em massa com tal governo. Assim, para Javier, a guerra foi um momento muito complicado e conflitivo, como ele mesmo relata:

Na guerra das Malvinas eu não sabia o quê pensar. (...) Primeiro, a minha indignação com a população argentina. Em 72 horas estavam querendo a cabeça do Galtieri e depois estavam soltando foguete, champanha, vinho e as Malvinas! Não pode uma população inteira cair nessa conversa mole.

E aí, entraram nas Malvinas. Tá, tá bom, então tomamos as Malvinas! Mas, quando a Inglaterra começou a descer, eu pensei: “eles vão ter que dar no pé, não é?”. Bom, sem Congresso, sem porra nenhuma, esses caras ainda vão para a guerra?”⁸⁶⁶

E a confusão gerada pela situação de “como” posicionar-se frente ao fato desembocou em uma completa ambigüidade que acabou por tomar conta de alguns, como o próprio Javier:

E aí fiquei muito irritado com o afundamento do Belgrano. Mas eu, eu não... É até difícil dizer... Eu não, não “torci”, digamos assim, eu não torci pela vitória argentina, nem pela inglesa! Tava puto, tava puto com a Argentina. Aí, na Guerra das Malvinas, porque muitos amigos meus, brasileiros, me lembro que até o (...), psiquiatra, amigo meu de esquerda, essa esquerda, não é? (usa tom jocoso): “E aí, cara? (vamos) Enfrentar o império britânico?” Mas essa conversa mole?”⁸⁶⁷

Dividido era como Javier se sentia. A contradição de emoções é clara no seu depoimento. Por um lado, indignou-se profundamente com a morte dos seus compatriotas da nau-capitânia da Armada argentina devido a uma manobra dos ingleses condenada como “traíçoeira”.⁸⁶⁸ Mas por outro, ele continuava irritado com

⁸⁶⁵ Entrevista com E.T. realizada em Porto Alegre - 08/08/2008.

⁸⁶⁶ Entrevista com J. F. realizada em Porto Alegre - 07/08/2008.

⁸⁶⁷ Entrevista com J. F. realizada em Porto Alegre - 07/08/2008.

⁸⁶⁸ No dia 02 de maio de 1982, o Cruzador ARA *General Belgrano*, um navio veterano da Segunda Guerra Mundial e que navegava fora da zona de exclusão, foi atacado de surpresa e afundado por um submarino nuclear britânico, custando à vida de 321 marinheiros argentinos. A ação foi condenada

seu próprio país a tal ponto que se recusava a apoiar o conflito, assim como custava a entender a posição dos brasileiros (de esquerda) que tinham seus motivos políticos para apoiar a causa da Argentina, o que ele considerava como sendo uma incoerência quase absurda.

Já Ernesto impressionou-se que no seu país pessoas “inteligentes”, no seu dizer, tivessem aderido à euforia belicista castrense e jogou a “culpa” desse clima de delirante patriotismo coletivo instaurado na Argentina sobre os meios de comunicação argentinos, fiéis defensores e beneficiários da ditadura civil-militar:

Pero después me contaron, gente inteligente, ¿no? que se habían emocionado, porque la “mídia” consiguió hacerle la cabeza a la gente. La misma “mídia” que había conseguido en el Mundial (Copa do Mundo de Futebol de 1978) hacer todo “eso”: ¡que a doscientos metros estaban torturando y ellos festejando! ¡Como se consiguió hacerle la cabeza a la gente!⁸⁶⁹



Figura 5. 11. Manchetes e discursos triunfalistas da imprensa argentina ocultavam a realidade do conflito e iludiam a população com uma perspectiva de vitória arrasadora do inimigo (Fonte: revista *Gente*, 03/06/1982. Arquivo pessoal do autor).

internacionalmente, inclusive em Londres, onde os Trabalhistas interpelaram os Conservadores a respeito, enquanto especialistas militares consideraram a manobra como um erro que atçou os argentinos a lançar uma contra-ofensiva no mar e iniciando uma escalada do conflito. Veja QUEIROZ, Paulo D. *Conflito das Malvinas*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1986, Vol. 1, p. 353 e SS.

⁸⁶⁹ Entrevista com E.T. realizada em Porto Alegre - 08/08/2008.

5. 2. 6. Acompanhando a Guerra pelas Ondas do Rádio

Em 1982, a transmissão televisiva no Brasil já era colorida e o aparelho de TV estava presente na maioria dos lares brasileiros. Não obstante, dada a tecnologia disponível naquele tempo, apenas era possível captar pela TV os sinais das retransmissoras locais, fossem eles oriundos de grandes emissoras nacionais como a Globo, a Manchete e a Bandeirantes ou de emissoras regionais, como a Guaíba e a estatal Televisão Educativa (TVE). Contudo, com algumas diferenças, as informações vertidas pelos noticiários provinham freqüentemente das mesmas agências internacionais de notícias e eram todas muito similares. Naquele tempo, apenas o chamado rádio de ondas-curtas era capaz de oferecer um diferencial em termos de variedade e talvez qualidade de informação.

Assim, em virtude do conflito, a rádio se tornou uma importante ferramenta, essencial não só como veículo de informação, mas também porque servia como um termômetro do ambiente (completamente inédito) vivenciado na sociedade argentina. De certa forma, ouvir as notícias “de lá” era como poder compartilhar aquele tenso e intenso momento, mesmo que obliquamente, por estar distanciado geograficamente. Uma forma de comunhão com a “comunidade imaginada”, um reforço da identidade? É bem possível que sim.

Todavia, a relação com a informação que vinha pela rádio também era pautada pela ambigüidade, como tudo que se relacionava com a guerra das Malvinas. Se por um lado, as ondas do rádio serviam para aproximar a Argentina dos argentinos do exterior, pelo outro, evidenciavam que a população estava sendo cruelmente enganada, ou se deixando enganar, pela máquina de propaganda da ditadura de Galtieri, e causando um sentimento misto de espanto, raiva e impotência, como exteriorizou Ernesto no seu depoimento abaixo:

*(...) Escuchaba la radio y me quedaba... (esboça uma expressão de estado de choque) No conseguía dormir, no podía entender tanta estupidez (...) en las radios argentinas. (...) me impresionó la barbaridad de las estupideces...*⁸⁷⁰

⁸⁷⁰ Entrevista com E.T. realizada em Porto Alegre - 08/08/2008.

Apesar dessa propaganda, graças à informação trazida pela rádio, os argentinos podiam formar sua opinião, concordar ou discordar sobre os assuntos nacionais. Para os exilados em especial, isso lhes conferia um senso de participação (mesmo que abstrato) que lhes havia sido negado pela ditadura. Assim, debates intensos eram travados entre os que se reuniam na casa de quem possuía um aparelho de ondas curtas. Ouvir, comentar, discutir e fazer circular as notícias significava também um momento de socialização entre compatriotas ou companheiros.

Alguns preferiam as estações do país natal, pela familiaridade, pela língua, ou pelas lembranças e significados, ou até mesmo uma fidelidade antiga a uma determinada estação de rádio predileta. Já outros também procuravam contrabalançar as opiniões ouvindo as informações de fora da Argentina, na procura por dados considerados menos parciais para elaborar uma síntese mais acurada dos acontecimentos.⁸⁷¹

*(...) Y escuchaba radios argentinas, de cualquier parte, de cualquier país por ondas cortas, cuando el idioma me permitía. Entonces, tenía más noticias que en la Argentina, obviamente.*⁸⁷²

Também para Ricardo e seu núcleo de amigos a rádio teve um papel destacado. Ainda hoje ele preserva (em pleno funcionamento, como um ícone da tecnologia do Século XX) um aparelho de rádio ondas-curtas *Zenith Transoceanic* que, segundo ele, foi fundamental durante o confronto das Malvinas. A importância deste aparelho possui hoje um valor intrínseco, simbólico e que evidentemente transcende seu valor utilitário ou material (embora Ricardo ainda destaque o alto valor monetário que o aparelho possuía então). Logo, a antiga rádio serve hoje principalmente como um gatilho disparador de um caudal de lembranças. E eis parte do que relembra Ricardo, emocionado, ao exibi-la com orgulho para o autor, exposta em destaque no topo da sua biblioteca:

Ves una radio “Zenith Transoceanic”? Bueno, “aquello” era el “lugar de encuentro” de algunos amigos argentinos (...) que si

⁸⁷¹ O autor também se recorda que seu pai embarcava a família inteira no carro, de noite, e se dirigia aos lugares mais altos de Porto Alegre para poder captar as emissões de ondas-curtas, para ouvir, além das rádios argentinas, a Rádio Colonia, do Uruguai, ou até mesmo a rádio do “inimigo”, a *British Broadcasting Corporation* (BBC) em espanhol.

⁸⁷² Entrevista com E.T. realizada em Porto Alegre - 08/08/2008.

*coincidían conmigo. Eran amigos a muerte. Nos reuníamos aquí, en 1982, para escuchar las noticias juntos y todo eso. En ese tiempo era lo único que había... ¡Y yo la guarde, porque me costó mucha gaita, es una reliquia y está nueva!*⁸⁷³

5. 2.7. Efeitos da Guerra na Imigração para o Sul do Brasil

Na Argentina, o resultado desastroso da aventura militar nas ilhas repercutiu imediatamente e reacendeu os conflitos prévios temporariamente suspensos pela guerra e o idílio patriótico que até a vergonhosa capitulação envolvia seus habitantes. O protesto social ressurgiu energicamente e foi reprimido com a usual violência pelo Estado. A frustração pelas ilusões nacionais não correspondidas, mais o descontentamento generalizado com a falta de liberdade e democracia se adicionaram à profunda crise econômica e a falta de perspectivas de futuro em um país onde, paradoxalmente, a única constante para a maioria do povo era a mais completa incerteza com respeito aos dias vindouros. Esse sentimento de desassossego redundou também em um aumento do fluxo migratório por causas primordialmente econômicas, uma tendência já em aumento desde o início da década de 1980, como descrito no item 4.1.

Por essa época, evidenciou-se um crescimento do fluxo em direção ao Sul do Brasil. Na Igreja Nossa Senhora da Pompéia, já conhecido abrigo dos imigrantes do Cone Sul, esse aumento do número de argentinos (especialmente os mais pobres) entre os migrantes foi percebido pelos sacerdotes e missionários, chegando mesmo até a interpelar o cônsul argentino a respeito, como nos relatou o Padre Joaquim:

*(...) e eu me recordo, na Guerra das Malvinas, após a Guerra, olha, nós ficamos... eu me lembro, estava aqui o cônsul José Nacci, e... eu disse: - Nacci, olha os casos que estão aparecendo, eu nunca vi argentino assim! Ele me disse: - Conseqüência de toda aquela situação!*⁸⁷⁴

Alguns chegaram ainda durante a guerra, como Ignácio. Logo no início do conflito, sua irmã que morava em Porto Alegre há alguns anos, preocupada com o que pudesse acontecer na Argentina, lhe dissera para vir para o Brasil com o seu

⁸⁷³ Segunda Entrevista com R. A. realizada em Porto Alegre - 17/03/2008.

⁸⁷⁴ Entrevista com Padre Joaquim realizada em Porto Alegre - 29/06/2007.

núcleo familiar. De início, apesar de não concordar com o conflito, ele acreditou não ser necessário sair do país. Entretanto, a rápida escalada do conflito, somados a irresponsável glorificação e banalização da guerra, o convenceu de que esta saída para o exterior era mais que acertada:

En mi casa había mucha información: mi madre, mis hermanos... Bueno, yo aparecía para ver y circuló muy fuerte (um rumor) una tarde de que iban a cerrar las fronteras porque iban a tener que llamar a unas clases más. Yo no había hecho la colimba (serviço militar) pero dije: - ¡no, esto ya se complica mucho! Ya no me gustó nada cuando tuvimos que hacer dos o tres veces el operativo de apagón en Buenos Aires (...) se cerraba todo, un horror. Yo me había comprado una Break (caminhonete), que estaba bárbara, y a la noche le digo a mi mujer: - Bueno ¿qué hacemos? ¿Nos vamos a Porto Alegre? - ¿Cuándo? - ¡Ahora! - ¡Vamos! La llamé a mi hermana y le dije: - Mirá, estoy saliendo, yo no llevo a Porto Alegre si no me dejan pasar la frontera (...) Eso fue los primeros días de mayo y me vine para acá.⁸⁷⁵

Este insólito “auto-exílio” durou até o fim do conflito. Contudo, ao seu retorno, Ignácio pode perceber rapidamente algumas conseqüências da guerra, tais como o agravamento da situação interna em vários planos e o aprofundamento da fratura político-ideológica pré-existente na sociedade (e inclusive presente no seu próprio seio familiar).

Me volví y ahí fue peor. Porque tuve muchos problemas con la familia porque apoyaban la guerra y yo no. Yo tengo parientes militares, curas (...) y yo no me callaba: si era cura lo puteaba, si era milico lo re-puteaba. ¡Que me viene a contar, si es un asesino!⁸⁷⁶

Com tantas mudanças contraditórias operadas em um curto espaço de tempo, ele percebia que não reconhecia (e não se reconhecia) mais aquele país. Mas não era apenas o lugar que havia mudado. Mesmo durante o curto espaço de tempo que passara em Porto Alegre, o fato de poder olhar o seu país à distância, por outra perspectiva e compará-lo com outro país bem diferente, também o havia mudado de alguma forma. Ignácio estava adquirindo essa capacidade de comparação, da visão

⁸⁷⁵ Entrevista com I. M. realizada em Porto Alegre - 12/08/2008.

⁸⁷⁶ Entrevista com I. M. realizada em Porto Alegre - 12/08/2008.

crítica comparativa tão característica dos imigrantes. Assim, no seu retorno a Argentina, ele se sentia alheio, tão fora de lugar, que preferiu partir a permanecer.

Y tuve la impresión que yo estaba fuera de ahí... Aparte la sensación de ir caminando por la calle y ver a un chico que le faltaba la pierna, a otro un brazo... lo que había dejado la guerra y aún había gente que decía que “no, hay que recuperar las Malvinas”. Para mí, la vida de un hombre vale más que cualquier cosa... y empecé a pensar en venirme. En diciembre del '82 me llamó mi hermana para pasar la Navidad aquí, de allá no quería saber nada. Me invitó, me ofreció trabajo y no dudé: (...) volví a Buenos Aires a vender todo y el 6 de Marzo estaba aquí.⁸⁷⁷

Mas Ignácio não foi um caso isolado. Muitos outros também partiram e entre eles alguns veteranos da guerra se sentindo frustrados e desiludidos com a derrota e a humilhação sofrida. Era esta marca de peso que a guerra havia deixado na sociedade, mas este peso recaiu justamente sobre aqueles que haviam lutado e que, além disso, carregavam literalmente as cicatrizes da guerra no próprio corpo. Assim, ao inculpar unilateralmente os militares pelo completo fracasso, boa parte da sociedade civil novamente se eximia de suas responsabilidades e do fervoroso apoio acrítico dado anteriormente à ditadura. E como bem apontaram Novaro e Palermo, nesse contexto, os jovens combatentes que retornavam haviam deixado de ser “heróis” para converter-se em novas vítimas do regime militar (...) *reflejo de la avergonzada pena que los argentinos sentían por si mismos y de la frustración que atribuían por entero a su gobierno.*⁸⁷⁸

O padre Joaquim se recorda de haver notado, entre a massa de imigrantes, aqueles jovens amadurecidos a força pelo horror da guerra:

(...) vários casos mostraram os “restos das Malvinas”, quer dizer, soldados que haviam ido para as Malvinas, havia se dado mal lá, claro, inclusive, feridos... Desiludidos com o país, porque tinham sido... Vamos dizer: traídos, forçados a entrar em uma jogada que, como soldados, não estavam a fim de... (...) até pode ser que tivessem ido de boa fé, mas depois se deram conta. Além do fracasso que tiveram, eles sofreram em carne própria as conseqüências e tivemos, não digo muitos, mas vários casos que estavam buscando outro futuro, outra vida fora do seu país. Não dá para dizer que isso aí é um número tão expressivo, mas eu me

⁸⁷⁷ Idem.

⁸⁷⁸ NOVARO, Marcos.; PALERMO, Vicente. op. cit., p. 461.

*lembro de casos e casos e casos transtornados mentalmente por causa... (da guerra). É... feridos no corpo e na alma.*⁸⁷⁹

Esta era a situação comumente vivida pelos veteranos das Malvinas, jovens duplamente transtornados. Em primeiro lugar, eles estavam traumatizados com tudo o que haviam sofrido e, posteriormente, com o esquecimento “programado” e a indiferença de uma parte da sociedade que, ao invés de acolhê-los, preferiu ignorá-los como se fossem indesejáveis lembranças vivas de um vergonhoso passado recente de cuja lembrança se pretendia fugir.

⁸⁷⁹ Entrevista com Padre Joaquim realizada em Porto Alegre - 29/06/2007.

Capítulo 6 – Viver no Brasil

6. 1. O Brasil que os Argentinos Encontraram

Quando da intensificação do movimento migratório argentino em direção ao Brasil, após 1966, a ditadura instaurada no país em abril de 1964 já se encontrava bastante consolidada. Desde o momento inicial, o governo militar presidido pela junta das três armas e, posteriormente, pelo indiretamente eleito general Humberto de Alencar Castelo Branco, havia objetivado o reenquadramento da nação brasileira nos ideais liberal-conservadores⁸⁸⁰ dos golpistas, autoproclamados “revolucionários”. Sob a égide dos golpistas, o Estado brasileiro havia já sido expurgado de milhares de servidores: desde militares nacionalistas a lideranças políticas, que tiveram seus direitos cassados por serem considerados contrários à implantação do projeto militar autoritário. Graças ao Ato Institucional N°2, instrumento arbitrário do Executivo, banalizado pelo governo militar, os dissidentes políticos passariam a ser julgados pela Justiça Militar: era a quebra legal da civilidade e a sua submissão ao poder militar.

Apesar do funcionamento do Congresso, os partidos políticos tradicionais haviam sido cassados e, em seu lugar foi instituído um sistema bi-partidarista resumido a um partido governista, Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e um partido opositor Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Não obstante ser o MDB uma “oposição consentida”, ele não representou o papel meramente figurativo para o regime. Segundo Fausto e Devoto,

(...) o partido de oposição levantou a cabeça em momentos importantes da vida política e sofreu contínuos expurgos. Por fim, quando o regime militar perdeu prestígio, o bipartidarismo

⁸⁸⁰ FAUSTO, Boris e DEVOTO, Fernando J, op. cit., p. 400.

*converteu-se em uma arma das oposições de todas as tendências que nele se aglutinavam e transformou as eleições em disputas plebiscitárias, pró ou contra o governo.*⁸⁸¹

Para os militares, o bipartidarismo era uma forma de colocar “ordem” na prática política. Ao contrário do que acontecia na Argentina de Onganía, a ditadura brasileira procurava se revestir de ares constitucionais e democráticos. Para legitimar o seu poder, o governo militar vincularia desenvolvimento econômico com segurança interna, sendo que ambos eram profundamente imbricados e interdependentes: que o primeiro somente seria possível se houvesse o segundo e vice-versa. Para garantir a segurança interna, o regime militar imprimia então

*(...) ênfase na constante ameaça à nação por parte dos “inimigos internos” ocultos e desconhecidos (que) produz no seio da população, um clima de suspeita; medo e divisão que permite ao regime levar a cabo campanhas repressivas que de outro modo não seriam toleradas. Dessa maneira, a dissensão e os antagonismos de classe podem ser controlados pelo terror. Trata-se por isso mesmo de uma ideologia de dominação de classe, que tem servido para justificar as mais violentas formas de opressão classista.*⁸⁸²

Em suma, para alavancar um projeto de desenvolvimento econômico capitalista duplamente associado ao capital multinacional estrangeiro e ao capital privado nacional, mas com forte intervencionismo, planejamento e sob centralização estatal (o chamado “tripé econômico”), os militares instauravam no país o TDE, cuja modalidade argentina já foi abordada no Capítulo 2. Um dos mecanismos essenciais ao Estado terrorista é a construção de um eficiente serviço de informação, capaz de coletar e armazenar dados sobre os cidadãos, para poder controlar melhor o conjunto da população. No Brasil, a ditadura criou o Serviço Nacional de Informação (SNI), dependente do Conselho de Segurança Nacional (CSN) e da Presidência da República. O SNI, além de se tornar um órgão público “intocável” devido à natureza das suas atribuições, adquiriu *status* ministerial e seus chefes eram nomeados diretamente pelo Presidente da República; não estranha, portanto, que dois de seus

⁸⁸¹ Idem, p. 398.

⁸⁸² MOREIRA ALVES, Maria H. op. cit., p. 27.

chefes tenham posteriormente assumido o comando da nação. Cabia ao SNI planejar a informação estratégica, as ações de segurança interna e de contra-informação.⁸⁸³

Nos primeiros momentos do golpe, os militares aplicaram a repressão aos setores populares descontentes e mais pontualmente aos “inimigos internos” do regime. Segundo Moreira Alves, cerca de 50.000 pessoas teriam sido presas nos primeiros meses do golpe.⁸⁸⁴ As medidas de força eram seguidas por medidas de contenção econômica que se traduziram em arrocho salarial, desemprego e perda de poder aquisitivo na classe baixa e até na classe média. Durante um tempo, os setores opositores e grande parte da população ainda mantinham esperanças em um retorno breve ao regime democrático. Todavia, essas esperanças foram se esvaziando a medida que o regime se auto-legitimava mediante uma seqüência de Atos Institucionais e leis visando enquadrar a dissidência, como a Lei de Imprensa e a Lei de Segurança Nacional, ambas de 1967. Por fim, no mesmo ano, era promulgada uma Constituição que hipertrofiava o poder Executivo em detrimento dos outros poderes. No entanto, como aponta Wasserman,

*(...) a fachada de manutenção das instituições e a criação de mecanismos de controle dos atos subversivos não puderam esconder a verdadeira face repressiva e violenta do Estado implantado no Brasil após o Golpe de 1964.*⁸⁸⁵

Apesar do controle dos espaços de ação política, a oposição ainda tinha certo poder de articulação e manobra. Políticos no exílio procuravam criar uma coalizão do tipo “Frente Ampla” pela redemocratização. Enquanto isso, a classe trabalhadora, os setores estudantis, a classe média e os setores progressistas da igreja manifestavam seu crescente descontentamento com o regime. Em 1968, no auge das lutas sindicais, os operários conseguiram organizar duas importantes greves, em Contagem (MG) e Osasco (SP), enquanto a primeira se encerrou com a negociação e a concessão de um reajuste por parte do governo do general Arthur da Costa e Silva, a segunda seria

⁸⁸³ Os generais Emilio Garrastazu Médici e João Batista Figueiredo. Idem, p. 73.

⁸⁸⁴ Idem, p. 59.

⁸⁸⁵ WASSERMAN, Claudia. O império da Segurança Nacional: o golpe militar de 1964 no Brasil. In: WASSERMAN, Claudia; GUAZELLI, César A. B. *Ditaduras Militares na América Latina*. Porto Alegre: Editora da Universidade-UFRGS, 2004, p. 42.

reprimida violentamente, resultando em mais de 500 prisões e na intervenção do Sindicato dos Metalúrgicos.⁸⁸⁶

Enquanto isso, os estudantes brasileiros também eram influenciados pelo convulsionado contexto mundial de rebeldia juvenil, que incluía os *hippies*, o “maio francês” e a primavera de Praga, na Europa e, nos EUA, as manifestações dos negros pelos *civil rights* e dos estudantes contra a Guerra do Vietnã. Pelo lado político, os estudantes estavam cada vez mais polarizados à esquerda e sob inspiração da resistência vietnamita, das revoluções chinesa, cubana e do mítico Che Guevara, com seu sonho de “muitos Vietnãs” surgindo pela América Latina.

A confluência das forças opositoras à ditadura atingiu seu ápice em 26 de junho de 1968, com a manifestação conhecida como a “Passeata dos Cem Mil” no Rio de Janeiro e que teve a participação de figuras importantes da política, da cultura e das artes. A coordenação da marcha coubera aos grupos da esquerda revolucionária. A passeata causou repercussão nacional, a tal ponto de ser emulada em outras cidades brasileiras.

A essa altura, o progressivo cerceamento das liberdades individuais, o esvaziamento dos canais “normais” de participação política aliado a maior repressão do regime, foi encaminhando alguns setores da oposição em direção a luta armada. A diferença da proto-guerrilha dos grupos nacionalistas que haviam tentado resistir ao golpe para restaurar a legitimidade “democrático-burguesa”, estas novas organizações guerrilheiras (a maioria delas, cisões do Partido Comunista Brasileiro) partiam de uma perspectiva revolucionária com o objetivo libertar o Brasil do imperialismo e de implantar o socialismo em alguma de suas variantes: Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), Ação Libertadora Nacional (ALN), entre outras. Esses grupos iniciaram suas primeiras ações violentas (assaltos a bancos, obtenção de armas, propaganda armada e atentados diversos) entre 1967 e 1968.

Paralelamente, o regime foi adquirindo uma face mais agressiva e violenta durante 1968. Insatisfeitos com certos resquícios de liberalismo democrático, a chamada “linha dura” do regime militar, atuando por meio de grupos paramilitares (como o Comando de Caça aos Comunistas), passou a promover um clima propício

⁸⁸⁶ GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas. A esquerda brasileira, das ilusões perdidas à luta armada*. São Paulo: Ática, 1987, p. 143-144.

que justificasse o fechamento do regime a base de ações terroristas. A principal delas, que incluía a eliminação clandestina de opositores, foi abortada graças à firme oposição do capitão da Aeronáutica, Sergio Miranda de Carvalho, às ordens do seu chefe, o brigadeiro João Paulo Burnier.

Mas seria um discurso do deputado Marcio Moreira Alves, quem pedia o boicote popular aos desfiles de Sete de Setembro, o estopim necessário para o endurecimento da ditadura. O Ato Institucional nº 5 acabou com as liberdades e direitos individuais. O regime tirou a sua máscara pseudo-democrática e mostrou a verdadeira face do terror: fechou o Congresso (que havia se negado a compactuar com a perseguição a Moreira Alves) e iniciou-se uma nova fase de expurgos e cassações; uma rígida censura se estendeu aos os meios de comunicação e a tortura oficializou-se nos quartéis e dependências policiais. Enquanto isso, as ações terroristas da extrema direita começavam a refluir naturalmente, já que o objetivo proposto havia sido atingido. Ou seja,

*Consumado o fechamento ditatorial, não era mais necessária a atuação provocadora das organizações paramilitares. O terrorismo de direita se oficializou. Tornou-se terrorismo de Estado, diretamente praticado pelas organizações militares institucionais.*⁸⁸⁷

A partir daí, o Brasil entrou em uma espiral de violência. Como reação ao AI-5 houve o acirramento da luta armada por parte dos grupos guerrilheiros, como forma de se contrapor a violência do Estado e gerar consciência nas massas populares através da luta. As ações pontuais e, às vezes, espetaculares da guerrilha não encontravam eco em uma população atemorizada, alienada ou cooptada pela ditadura. Duplamente isolada (pelas ações do regime, mas também pela própria natureza do caminho militarista enveredado pelas organizações armadas), a esquerda radical perdeu o contato com a indispensável base social.

A resposta do Estado terrorista aos dissidentes foi tão implacável quanto desmedida. Além disso, também cabe ser destacado o quão desigual e assimétrica eram as duas forças em confronto, do ponto de vista militar. Por outro lado, apesar de uma suposta divisão da camarilha militar entre os “moderados” e os “duros” (o que

⁸⁸⁷ GORENDER, Jacob, op. cit., p. 152.

talvez pudesse ser mais evidenciado na política externa do regime ou em relação à economia), com relação à segurança interna e a “luta contra a subversão”, os militares confluíam consensualmente. Ou seja, independente das facções e dissidências internas dentro da caserna, para as Forças Armadas o inimigo deveria ser aniquilado fisicamente. O AI-5 também significou a concentração de poder em torno daqueles que detinham o controle dos mecanismos de controle e repressão. Em paralelo, verificou-se a ampliação no escopo da luta antissubversiva, o que Maria H. Moreira Alves denominou de “terceiro ciclo de repressão” e que foi caracterizado por

*Amplos expurgos (...) acompanhados de manobras militares em larga escala, com indiscriminado emprego da violência contra todas as classes. Os desafios ao Estado por parte das classes medias, especialmente o movimento estudantil, convencera as forças da repressão da existência de áreas de “pressão” em todas as classes. Desse modo, as campanhas de busca e detenção em escala nacional estenderam-se a setores da população até então não atingidos.*⁸⁸⁸

O Brasil viveu o auge do período repressivo entre 1968 e 1974. Alguns de nossos entrevistados chegaram ao país justamente durante essa época. Por isso, perguntamos a estes emigrantes como vivenciaram este período, se tiveram algum problema com o governo brasileiro da ditadura, etc. Imigrantes seletivos em sua grande maioria, estes argentinos estavam no Brasil com objetivo de trabalhar e progredir profissionalmente, procurando não se envolver com questões internas brasileiras, até porque lhes era proibido por lei. A repressão e a própria ditadura brasileira parece ter sido vivido por eles como algo alheio a até distante, embora soubessem que, como estrangeiros, deveriam manter certa prudência salutar com respeito a delicados temas políticos.

Carlos P., técnico chegado em 1971, declarou não haver tido nenhum problema com a repressão. No entanto, os seus colegas lhe advertiam de se abster em tecer críticas que poderiam ser mal interpretadas. O clima repressivo levava a que cada um não só “cuidasse do vizinho”, mas também de si mesmo: (...) *problemas con la dictadura? No, al contrario. A veces, (...) porque yo hacía unas críticas a la forma*

⁸⁸⁸ MOREIRA ALVES, Maria H, op. cit., p. 141.

*en que se trabajaba acá, en la Años Finos Piratiní y me decían: - ¡ah, cuidate, no hablés al pedo!*⁸⁸⁹

Já a Rafael incomodava ter de se submeter ao controle policial cada vez que tinha que se ausentar do Brasil: (...) *a cada viaje que hacia de retorno a la Argentina tenia que presentarme en el DOPS*⁸⁹⁰, disse ele.

Antonio B., jornalista, estabelecido em Porto Alegre desde meados dos anos 1960, diz ter vivenciado dessa forma o auge da repressão: *Yo personalmente, nunca me senti mal. Claro, no era a favor (da ditadura), pero no senti nada la represión, me senti bastante en casa.*⁸⁹¹ No entanto, em outro trecho da entrevista ele deslizou sutilmente que (...) *los mismos (...) problemas políticos que “já tinha” enfrentado en Buenos Aires (...) los “tinha” que enfrentar aqui,*⁸⁹² disse ele referindo-se vagamente a uma militância anterior na Argentina sem, no entanto, explicitar qual vínculo ele possuía, nem entrar em detalhes. Posteriormente, o acesso à documentação oriunda dos arquivos repressivos brasileiros nos permitiu entrecruzar às fontes e decifrar que o silêncio, ou a omissão, na fala de Antonio sobre os anos de chumbo não era gratuito e certamente possui alguns significados relevantes. Como vimos anteriormente, no Capítulo 5, ele fora preso pela ditadura brasileira devido a supostas ligações entre os partidos comunistas, brasileiro e argentino. Como assevera Lechner, o ato de silenciar não significa esquecer, mesmo que represente um corte na comunicação:

*(...) Un silencio que no es olvido. Conoce las historias, pero las calla. Tal vez una manera de expresar lo innombrable; tal vez una estrategia de lidiar con afectos contradictorios. Un silencio que hace gesto de cortesía entre desconocidos y busca la complicidad entre amigos. Un sucedáneo de la conversación. Pero el silencio no es simple ausencia de palabra. También es activo: el silenciamiento.*⁸⁹³

⁸⁸⁹ *Hablar al pedo*, expressão popular argentina que significa “falar a toa”. Entrevista com C. P. realizada em Porto Alegre, 07/08/2008.

⁸⁹⁰ Em tese, a regulamentação e o registro dos estrangeiros cabia a Polícia Federal e não ao DOPS, de alçada estadual. No entanto, na dissertação de Ana M. González sobre os uruguaios de Porto Alegre, há outro depoente que também relata haver se registrado no DOPS. In: GONZALEZ, Ana M, op. cit., p. 126. Entrevista com R. N. realizada em Porto Alegre - 29/10/2001.

⁸⁹¹ Entrevista com A. B. realizada em Porto Alegre, 17/03/2008.

⁸⁹² Idem.

⁸⁹³ LECHNER, Norbert; GUELL, Pedro. Construcción Social de las memorias en la transición chilena. In: JELIN, Elizabeth; KAUFMAN, Susana G. *Subjetividad y figuras de la memoria*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2006.

É possível que o silêncio de Antonio B. nos revele a permanência de resquícios de um evento traumático vivido naqueles tempos, talvez ainda não elaborado. Ou talvez o presente do entrevistado não comporte, por determinados motivos, essa representação do passado. Tal como a memória, o silêncio também é um mecanismo seletivo e uma construção, mesmo que nem sempre seja deliberado. Mas, de modo geral, escolhemos o quê e como falar, quando e donde falar e com quem iremos falar. Talvez algumas dessas condições ainda não fossem adequadas para o entrevistado: nem tudo poderia ou deveria ser dito ao entrevistador.

Enquanto isso, paralelo à violência e ao terror estatal, o governo brasileiro apresentava, como contrapartida, sucesso nos indicadores econômicos. De 1968 a 1973, o Brasil mostrou índices extraordinários de crescimento combinados com baixas e estáveis taxas de inflação. De acordo com Fausto, (...) *o PIB cresceu na média anual de 11,2% no período, tendo seu pico em 1973, com uma variação de 13%. A inflação média não passou de 18%.*⁸⁹⁴ Era o chamado “milagre econômico”. O objetivo do modelo econômico do governo podia ser resumido em “produzir para desenvolver”. Ou seja, deveria se aumentar a produtividade em setores industriais considerados estratégicos, como o de bens duráveis (automóveis, eletrônicos e eletrodomésticos) destinados a consumo interno de um setor privilegiado da população, assegurando as taxas de crescimento rápido do setor industrial como forma de “arrancar” a economia, segundo Moreira Alves.⁸⁹⁵ Para isto acontecer, deveria se contar com fortes investimentos de capital estrangeiro, que receberam estímulo e facilidades do governo. Os investimentos sustentariam o processo de desenvolvimento, que necessitava de tecnologia avançada, a qual era produzida no exterior a custos elevados. Também se fazia necessária a implantação de uma indústria nacional “de ponta”, assim como a criação ou ampliação de centros de formação de profissionais da área tecnológica e para isto também se fazia necessário a “importação” de técnicos qualificados. E é neste marco histórico que ocorre a vinda dos técnicos e profissionais argentinos, como já vimos anteriormente no Capítulo 3.

Houve grande expansão e diversificação do comércio exterior, mediante créditos, redução de tributos e subsídios outorgados aos setores exportadores. Com a

⁸⁹⁴ FAUSTO, Boris. *História Concisa do Brasil*. São Paulo: EdUSP, 2006, 2 ed, p. 268.

⁸⁹⁵ MOREIRA ALVES, Maria H, op. cit., p. 148.

expansão do mercado de manufaturados, o Brasil atingiu a África, a Ásia e o Oriente Médio, além da própria América Latina. Intensificaram-se, por outro lado, as vendas de produtos primários para os EUA, a Europa Ocidental e o Japão.⁸⁹⁶

Mas, o “milagre” tinha um preço caro, especialmente no campo social. A fim de legitimar-se e se congregar com as elites e a classe média, a ditadura procurava manter um processo de desenvolvimento rápido, de resultados imediatos, sem se preocupar com os custos sociais a serem pagos futuramente pela nação. Segundo Fausto,

A política econômica de Delfim Netto privilegiou a acumulação de capitais, através das facilidades apontadas e da criação de um índice prévio de aumento de salário em nível que subestimava a inflação. Do ponto de vista do consumo pessoal, a expansão da indústria, notadamente no caso dos automóveis, favoreceu as classes de renda alta e média, mas os salários dos trabalhadores de baixa qualificação foram comprimidos.⁸⁹⁷

O excedente econômico acumulado pelo Estado e os setores capitalistas provinha pelo enforcamento salarial das classes trabalhadoras e a contenção violenta das reivindicações sociais por parte do regime. Não houve preocupação alguma, por parte da ditadura, em redistribuir estes excedentes ou, pelo menos compensar a desigualdade com programas sociais, o que gerou uma assimetria entre o avanço econômico e as condições de vida da maioria da população. O “milagre” serviu para concentrar a renda dos mais favorecidos em detrimento da classe subalterna. Mas, como destaca Fausto, na época este impacto social foi atenuado em função do crescimento da oferta de emprego, que permitiu o aumento de pessoas com trabalho por núcleo familiar.⁸⁹⁸

Por fim, o “milagre” legou ao Brasil uma enorme dívida externa devido ao montante de empréstimos obtidos, a baixo custo, junto aos bancos internacionais. Cabe lembrar que a política de crescente endividamento teve o objetivo de sustentar um crescimento econômico artificial, sempre dependente do financiamento externo e dos insumos básicos do estrangeiro, principalmente o petróleo. E vale apontar que a

⁸⁹⁶ MONIZ BANDEIRA, Luiz A. *Brasil-Estados Unidos: a rivalidade emergente (1950-1988)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989, p. 196-197.

⁸⁹⁷ FAUSTO, Boris, op. cit., p. 269.

⁸⁹⁸ Idem, p. 269.

crise do petróleo de 1973, no Oriente Médio, afetou bastante o Brasil, já que 80% do petróleo consumido era importado⁸⁹⁹, e sinalizou o início do fim do “milagre”.

Não nos estranha, portanto, que para a maioria dos argentinos que vieram entre meados da década de 1960 e meados da década seguinte (auge da imigração seletiva e do *Brain drain*) e que estavam em condições legais no Brasil, as lembranças mais marcantes do período da ditadura civil-militar brasileira girem em torno da prosperidade que marcou o “milagre” econômico. Assim o fez Jaime. O depoente evocou uma “memória herdada”, transmitida por seus pais que, em 1973, montaram uma indústria no Brasil (embora somente viessem a residir permanentemente no país em 1977): (...) *ellos se acuerdan de la época como las mejores épocas de su vida. Vivíamos en el mejor lugar de São Paulo, teníamos casa en Guarujá... en todo sentido estábamos tranquilos.*⁹⁰⁰

Rafael trabalhou no Brasil desde 1968 a 1975 quando vivenciou a era dourada do “milagre”. Passou a ser diretor industrial de uma fábrica até 1973, quando se demitiu para aceitar um contrato numa multinacional do setor eletrônico em São Paulo, vindo a exercer um cargo superior e melhor remunerado. Quando da entrevista, ele recordou com nostalgia o momento cristalizado do seu “triunfo de imigrante”: (...) *sin duda, fueron los mejores años de mi vida.*⁹⁰¹

Carlos P., que fugia do desemprego e da penúria econômica da Argentina de Lanusse se sentiu valorizado e reconhecido no Brasil, como nunca havia sido no seu país. Os subsídios dados pelo governo brasileiro permitiam que as empresas investissem nos funcionários de setores estratégicos:

*(...) la empresa nos pago todo, pasaje, hotel, gastos consulares (...) y cuando llegamos (...) nos abrieron una cuenta y depositaron algo así como unos 3.000 reales de hoy... Ahí yo digo (se dirige a sua esposa, em tom irônico): ¡Fijáte si estamos en las nubes! (...) Entonces, para nosotros (...) salir de la miseria espantosa de allá, para venir en esas condiciones... ¡para mi era un paraíso!*⁹⁰²

Ao que parece, apesar da violência institucional e das violações aos direitos humanos, a ditadura no Brasil ainda conseguiu forjar uma representação geralmente

⁸⁹⁹ FAUSTO, Boris e DEVOTO, Fernando J, op. cit., p. 406.

⁹⁰⁰ Entrevista com J. A. realizada em Porto Alegre – 05/08/2008.

⁹⁰¹ Entrevista com R. N. realizada em Porto Alegre - 29/10/2001.

⁹⁰² Entrevista com C. P. realizada em Porto Alegre - 07/08/2008.

positiva no imaginário social, especialmente nas classes médias, e cujos efeitos podem ser percebidos ainda nos dias de hoje. De um modo geral, as ditaduras do Cone Sul utilizaram a lógica binária da “mão que bate é a mão que afaga” e empregaram o terror Estatal buscando perversamente combinar medo geral e terror pontual com recompensa material para ampliar uma base de apoio em determinados grupos sociais. Assim, os governos equacionaram o TDE (simultaneamente seletivo e indiscriminado) com o consenso social, este obtido mediante concessões de benesses materiais a parte da população; e isso é o que possibilitou, em maior ou menor grau, o nível de sucesso ou aceitação dos regimes que aplicaram o TDE, moldando o teor positivo ou negativo da sua imagem e garantindo a permanência desta tanto no plano subjetivo da mentalidade quanto na memória coletiva. Opiniões como a de Carlos P. são comuns e simbólicas desta percepção de que, apesar da violência, dos abusos e da corrupção da ditadura, tal regime deixou um “legado” ao país porque existia um projeto de desenvolvimento:

*Acá los militares asumieron, hicieron barbaridades, pero por lo menos dejaron un montón de instalaciones en funcionamiento. Hicieron avanzar el país, robaron un poco de dinero, fenómeno, pero... Allá (Argentina), no entiendo: ¡fue un plan trazado para destruir un país!*⁹⁰³

Como se percebe aqui, o depoente não trata de negar as “barbaridades” (usando o termo do depoente) cometidas, mas se exerce uma clara relativização do emprego sistemático do terror e das arbitrariedades e crimes cometidos pela ditadura. E nessa relativização, que se traduz em um balanço entre os crimes e as benesses do regime, os segundos terminam geralmente ofuscando os primeiros, de modo a gerar uma hierarquização um tanto inversa. Aqui no Brasil, o terror e o “milagre econômico” foram instrumentos de dominação utilizados de modo complementar, mas o terror foi administrado de forma mais específica e aplicado com precisão quase cirúrgica, principalmente se comparado com a repressão na Argentina. Ao contrário da ditadura do país vizinho, o governo militar brasileiro soube focalizar mais precisamente na sua mira os sujeitos considerados alvos da repressão, e assim direcionar verticalmente a aplicação dos mecanismos do terror. Entretanto, esse

⁹⁰³ Entrevista com C. P. realizada em Porto Alegre - 07/08/2008.

caráter pontual do acionar repressivo no Brasil não significa que o regime tenha sido “brando” ou menos brutal que os outros regimes ditatoriais: se a ditadura brasileira exterminou e torturou oponentes em menor proporção que as ditaduras vizinhas foi porque não houve necessidade concreta de fazê-lo em grande escala. Independente de estatísticas, os crimes, a racionalidade, a metodologia do terror, sua justificativa e o arcabouço ideológico empregado foram muito similares em todas as ditaduras do Cone Sul.

Entretanto, o fato dos militares brasileiros terem atuado de modo mais seletivo parece ter se tornado suficiente para que a História tenha dificuldade em cobrar esta hipoteca. Conforme explica Fausto, o regime brasileiro,

*Distinguiu claramente entre um setor significativo, mas minoritário da sociedade, adversário do regime, e a massa da população que vivia um dia a dia aceitável nesses anos de prosperidade econômica. A repressão se dirigiu ao primeiro grupo, enquanto a propaganda se destinou a pelo menos neutralizar o segundo.*⁹⁰⁴

Nessa mesma linha, a ditadura brasileira também soube ser pragmática ao ponto de integrar, posteriormente, estrangeiros com um passado de ativismo político, desde que correspondessem às necessidades e aos interesses do regime, como transparece na entrevista desta ex-militante argentina do PRT/ERP:

*Como nosotros estamos con el amparo de la Universidad, que es la que nos había conseguido los vistos, pienso que dentro de la Universidad había sectores militares acá de Brasil. Y esos sectores militares tenían un proyecto político aquí. (...) Yo creo que “ellos” diferenciaron el tipo que había sido ex-militante y que vino aquí con una formación científica y profesional que aquí les hacía falta y aquel, pobre, que venía exilado desde allá que no interesaba profesionalmente y que iba a ser una carga para aquí... y, esos, ciertamente no tuvieron la misma suerte. (...) Además, ¿que sucedió? Nosotros nos dedicamos a laburar, laburar y laburar...*⁹⁰⁵

Esses argentinos residentes, profissionais e técnicos selecionados por suas habilidades estavam inseridos na classe média, um dos principais alvos a serem

⁹⁰⁴ FAUSTO, Boris, op. cit., p. 267.

⁹⁰⁵ *Laburar*: trabalhar, em *lunfardo*. Entrevista com A. T. realizada em Porto Alegre - 01/04/2008.

cooptados (ou neutralizados) pelo regime. Por conseguinte, a prosperidade econômica do “milagre” também se destinava a eles. Mas, por outro lado, como estrangeiros, eles eram impossibilitados de participar mais ativamente da vida política ou pública nacional. Restava-lhes recolher-se aos espaços de sociabilização privados, concentrar-se ativamente no trabalho (*laburar, laburar y laburar*, como disse a depoente acima) e se encapsular no micro-cosmos familiar e cotidiano. Independentemente de simpatizar ou não com o regime brasileiro (de fato, muitos abominavam as ditaduras, pelo menos ética e moralmente, enquanto outros haviam sido até perseguidos no próprio país) os argentinos geralmente se perfilaram como “observadores à distância” em relação à violência política do Estado brasileiro: sim, a repressão existia e, inclusive, podia ser notada. Mas ela era percebida como sendo preferencialmente dirigida aos “outros”, aos dissidentes enquadrados como “subversivos”, fossem brasileiros ou estrangeiros. Por fim, em alguns casos, esse comportamento distante também poderia corresponder a um mecanismo de autopreservação.

Contudo, a partir de 1976, o recrudescimento da violência e o golpe na Argentina mudariam o padrão migratório do período anterior, trazendo de lá os “incômodos” exilados “deles”. Por outra parte, a situação brasileira também passaria por mudanças, o “milagre” do crescimento se esgotava e o futuro não parecia mais tão promissor. A imagem de um suposto “paraíso” brasileiro, idealizada por muitos imigrantes, começava a desmoronar lentamente. É significativa esta sentença de um de nossos entrevistados: (...) *Cuando uno entraba al Brasil pensaba que entraba al “paraíso”, pero no era bien así, no era así. Siempre tuvo esa virtud, Brasil, de parecer “el paraíso”, pero había otras cosas, ¿no?*⁹⁰⁶

Aos poucos, a ditadura brasileira começaria a mostrar aos emigrados que não se encaixavam no perfil desejado pelo regime, a sua face real: xenofobia, perseguição, intolerância e exclusão.

6. 1. 1. As Visões Prévias sobre o Brasil

⁹⁰⁶ Terceira entrevista com E. T. realizada em Porto Alegre – 05/07/2010.

De maneira geral, os argentinos dos anos 1960 e 1970 desconheciam o Brasil. Excetuando-se os poucos que já tinham viajado por motivos profissionais ou de férias, a grande maioria pouco sabia do gigante vizinho verde-amarelo, além dos consagrados e estereotipados “cartões de visita” do Brasil no exterior: um paraíso tropical exuberante e povoado por mulheres curvilíneas usando trajes sumários, onde reinava o carnaval, o futebol e o samba; sendo que neste último se incluíam, por “aproximação” de origem nacional, o restante da música popular brasileira (como a Bossa Nova) que, naquele período, transbordava as fronteiras nacionais. Das suas cidades, também se conhecia pouco: no máximo, sabia-se da existência de uma “pujante e industrial” São Paulo ou da “festiva e paradisíaca” Rio de Janeiro. Quando muito, este roteiro imaginário pelo Brasil poderia incluir a mística e exótica “Bahia de todos os Santos”, imortalizada nos mundialmente famosos livros de Jorge Amado.

Para Bernetti e Giardinelli, em sua obra sobre o exílio argentino no México, os argentinos eram acometidos de um “olhar provinciano”, uma “doença” em grande parte contraída pelas notícias emanadas pelos meios de comunicação do país. Isso fazia com que os argentinos tivessem uma perspectiva restrita, superficial e muito limitada do mundo circundante. Fazendo uma espécie de autocrítica, os autores ainda apontam o seguinte: *Además, cierta cuota de chovinismo argentino la traíamos todos, como un componente de nuestra identidad. Una actitud autosuficiente ante el mundo, de larga tradición y raigambre, perspectiva común al liberalismo y nacionalismo criollo.*⁹⁰⁷

Além do mais, os argentinos eram propensos a visões eurocêntricas o que os levava, por um lado, a percepções pejorativas, depreciativas e até racistas dos outros países (no caso, o México) atribuindo todo tipo de características negativas aos seus habitantes. Por outro, supervalorizavam-se as características próprias até como forma compensatória frente o abandono do próprio país. Todavia, segundo esses autores, o desconhecimento sobre o país do “outro” e as preconcebidas visões negativas não se restringiam apenas ao caso mexicano:

(...) en muchas otras geografías exiliares, los emigrados también tuvieron que seguir veloces cursos de aprendizaje elemental de sociopolítica de los países que los acogieron. Esto explicaría,

⁹⁰⁷ BERNETTI, Jorge L.; GIARDINELLI, Mempo, op. cit., p. 35.

*quizás, ese leve desdén de muchos argentinos por el país de su nueva residencia. Es necesario reconocer ese odioso estilo de desplante y pedantería que ha caracterizado al argentino y que nos ha sido y nos es señalado críticamente en muchos países. Esa ignorancia no se refería solamente a países de Asia y África, sino también a los retóricamente denominados “hermanos” de Latinoamérica. Este defecto nacional planteó a algunos compatriotas enormes dificultades para comprender la nueva sociedad.*⁹⁰⁸

De fato, esses preconceitos entranhados no imaginário coletivo de muitos argentinos, tal como assinalado por Bernetti e Giardinelli, também fizeram sua aparição ao longo das nossas entrevistas, só que referentes ao Brasil.

Sem nunca haver saído antes da Argentina até esse momento, Rafael nos comentou que, em 1968, seus colegas de fábrica em Buenos Aires, ao saber que decidira residir no Brasil lhe diziam: - *Uhh ¿te vas a Brasil? Mirá que es como irse a África, eh...*⁹⁰⁹, o considerando quase um “aventureiro” desbravador entre macacos e jacarés.

Carlos P., também foi motivo de “admiração” e chacota por sua “coragem” em se estabelecer no Brasil. O quadro que seus conhecidos pintavam sobre o país não era muito alentador:

*No, porque algunos me decían: - ¿te vas a morir de calor! Otros, la mujer que tenía la empresa que me empleaba en Alpargatas: (me decía) - son unos muleros, que esto, que el otro... Pero yo digo, peor de lo que me están tratando acá, no voy a estar. Tal vez sea mejor.*⁹¹⁰

Por fim, para Ernesto, os brasileiros eram uma espécie de “*Gringos de América Latina*”, entre outras coisas, por não falar o idioma castelhano.⁹¹¹ Cabe lembrar que na maioria dos países da América Latina, “gringo” é um modo de referir-se em sentido pejorativo aos norte-americanos. Nos anos 1970, o governo argentino considerava o Brasil, com um pouco de inveja, como um “satélite

⁹⁰⁸ Idem.

⁹⁰⁹ Entrevista com R.N. realizada em Porto Alegre - 29/10/2001

⁹¹⁰ *Muleros*: significa estelionatários, trapaceiros, etc. Entrevista com C. P. realizada em Porto Alegre - 07/08/2008.

⁹¹¹ Entrevista com E. T. realizada em Porto Alegre – 08/08/2008.

privilegiado⁹¹² dos EUA no subcontinente; enquanto isso, na mesma linha de raciocínio, mas com sinal inverso, a esquerda argentina atribuía taxativamente ao Brasil um papel de “lacaio” dos estadunidenses. Não estranha, portanto, que o termo “gringo” pudesse ser aplicado por extensão ao Brasil, tal como foi usado pelo depoente.

Ou seja, o Brasil e os brasileiros despertavam no imaginário coletivo dos argentinos uma série de representações, a maioria delas estereotipadas, e inclusive algumas delas carregavam uma conotação preconceituosa ou estigmatizada: os brasileiros sendo vistos como “trapaceiros”, ou “gringos”, “incivilizados”, etc. De um modo geral, parte destas representações levavam os argentinos a construir uma ideia de Brasil primitivo, pitoresco e exótico, o que pode ser exemplificado nas referências ao calor dos trópicos ou a analogia com África.

Em geral os argentinos também pouco sabiam da situação vivida internamente no Brasil. Sabia-se que havia uma ditadura similar a da Argentina, mas que, em contrapartida, o Brasil ostentava índices econômicos invejáveis (o que seduziu alguns argentinos). Contudo, o seu real conhecimento não ia muito além. Apesar do bom nível educacional, cultural e político dos argentinos, a informação divulgada na Argentina sobre o Brasil era escassa, fragmentada e, freqüentemente, temporalmente defasada.

Certamente eram raras as pessoas como Juan e Bruno, que devido a seu envolvimento direto com a militância política, tinham acesso à informação privilegiada e pouco acessível a maioria das pessoas.

Muito antes de sonhar em vir para o Brasil, Juan, um quadro combativo dos *Montoneros* que até 1973 se encontrava preso nas masmorras de Lanusse, disse saber que as ditaduras colaboravam intimamente desde aquela época:

Los torturadores argentinos aprenden en Brasil. (...) (Brasil) exportó, como ellos son exportadores en toda su esencia. (...) Los primeros técnicos de tortura del los países del Cono Sur son brasileiros. Existía “apoyo técnico” de todos los equipos de tortura brasileiros en todos los centros de detención que había en

⁹¹² MONIZ BANDEIRA, Luiz A. *Estado Nacional e Política Internacional na América Latina: o continente nas relações Argentina – Brasil (1930-1992)*. São Paulo/Brasília: Ensaio/EdUNB, 1993, p. 220.

*Argentina. Si, había personajes como Fleury y muchos más... (Montoneros) lo teníamos mapeado, estaba clarísimo. (...)*⁹¹³

Contudo, mais do que informação sobre o Brasil, o que Juan conhecia era mais especificamente sobre a atividade dos agentes do governo brasileiro fora do país. Já Bruno, também um quadro *montonero*, mas com formação acadêmica formal, tinha uma visão mais ampla, tanto da conjuntura política quanto de algumas questões sociais brasileiras:

*Teníamos una buena información de los secuestros que hicieron aquí (os sequestros de embaixadores para libertar guerrilheiros presos), sabíamos que (a guerrilha) era de menor envergadura, teníamos un claro conocimiento de la diferente composición del estamento militar en Brasil. (...) Era un ejército mucho más heterogéneo del punto de vista social. En fin, la rebelión de los sargentos... todo eso nos mostraba que había una composición diferente, e inclusive la dictadura aquí estaba en retroceso, a pesar de que estaba el gobierno de los “biónicos” (...) ya había un movimiento democratista que sostenía una posición de oposición relativamente respetada. En la Argentina un MDB hubiera sido exterminado en diez minutos. No podían abrir la boca.*⁹¹⁴

Mesmo entre militantes razoavelmente bem informados, os eventos recentes que aconteceram no Brasil, conduzindo-o a uma ditadura, eram ignorados. Como nos disse outro depoente,

*(...) si nosotros no supimos nada de la represión del Brasil en 1964. ¡No teníamos idea! Uh, sí Janio Quadros era ‘comunista’ (sic)... fue lo único que yo me enteré. ¡Pero de la represión, los masacres... nada! No teníamos idea, la verdad, que no teníamos ni idea...*⁹¹⁵

Somente ao desembarcar “de verdade” no Brasil é que os emigrados puderam se deparar com as complexidades decorrentes da realidade brasileira. Mas paulatinamente, os argentinos foram também percebendo que a desinformação operava como uma via de mão dupla. Os brasileiros também não sabiam muito sobre a Argentina.

⁹¹³ Entrevista com J. P. realizada em Porto Alegre – 09/08/2008.

⁹¹⁴ Entrevista com B. M. realizada em Porto Alegre - 13/07/2007.

⁹¹⁵ Entrevista com Carlos Claret, realizada em Foz do Iguaçu - 18/09/2009.

De fato, no início lhes chocava o desconhecimento e a falta de interesse no problema argentino (o golpe, a repressão) por parte dos brasileiros, embora a Argentina fosse tema recorrente na imprensa brasileira. Inclusive era freqüente entre os brasileiros a confusão quanto aos acontecimentos ocorridos na Argentina ou no Uruguai. Eventos, pessoas, e grupos guerrilheiros dos dois países platinos misturavam-se indistintamente no imaginário brasileiro. Temos um bom exemplo no depoimento abaixo.

Claret relembra que, em Passo Fundo, alguns amigos brasileiros o apelidaram de “*tupamaro*”. Embora tolerasse a brincadeira, ele interpretou que a mesma era fruto da desinformação dos amigos. Contudo, tampouco considerou necessário (e nem mesmo prudente) dar demasiadas explicações: (...) *Me decían tupamaro, pero (...) ¿para que me voy a poner a explicarle? (...) Yo creo que ellos tampoco sabían porque la información era tan fragmentada...*⁹¹⁶ Todavia, à medida que ele entrava em confiança com a população nativa da cidade, Claret se deu conta que a repressão era um tema tratado como tabu e também que o aparato repressivo brasileiro havia passado por lá e deixado suas cicatrizes traumáticas em alguns habitantes da cidade:

*¡Entonces la gente, en general, en Passo Fundo, para nada! (Mas) Ahí sí, conocí gente que hablando: -‘ah, sim, a repressão na Argentina, aquí nós tivemos também!’ No hablaban muy abiertamente pero había gente que tenía los padres desaparecidos en Passo Fundo, brasileiros. Tipos que habían sufrido más o menos lo mismo y que estaban en el ‘insilio’, pero... calladitos la boca, y eso lo fuimos conociendo muy, muy de a poco.*⁹¹⁷

Assim, entre as vítimas da intolerância de ambos os países, surgiram certas afinidades que permitiram a troca de confidências, mas principalmente, traçar paralelos que levaram a se identificar uns com os outros, certamente fortalecendo laços de solidariedade e amizade. No tempo das ditaduras, tanto na Argentina quanto no Brasil, o silêncio sobre certos temas se tornava “salutar”.

⁹¹⁶ Entrevista com Carlos Claret, realizada em Foz do Iguaçu - 18/09/2009.

⁹¹⁷ Idem.

6. 1. 2. As Primeiras Impressões

A chegada ao Brasil, de certa forma, nivelou todos os emigrados. Era um recomeço dentro de novos padrões de vida. Uma vez no Brasil, todos eles, independente de classe social, de filiação política, de gênero ou geração, deveriam aprender a lidar com outra língua, a conviver com outra cultura, reconhecer uma nova geografia, a se desvincular um pouco de seus códigos e comportamentos sociais conhecidos para poder interagir com os códigos e costumes do novo ambiente; enfim, tornar todas essas informações inteligíveis e minimamente aceitáveis por uma questão de simples sobrevivência. Não obstante, o grau e a profundidade desse processo de inserção na nova sociedade variaram em função de uma multiplicidade de fatores combinados entre si: o contexto, o local escolhido, ou o motivo que levou uns e outros a partir. Além disso, as diferenças na forma de inserção também se operavam no plano geracional e de gênero. Logo, adultos, jovens e crianças, assim como homens e mulheres transitavam esse caminho da inserção na nova sociedade de forma particular e, evidentemente, também se acrescentavam variáveis de acordo com a personalidade de cada indivíduo.

O contato com a alteridade é um processo sumamente complexo, intrincado e repleto de tensões. No plano individual, segundo o médico psicanalista Marcelo Viñar, o processo que envolve a relação de um sujeito frente ao “outro” é multidimensional e está pautado pelo que se denomina de “três eixos para situar a problemática da alteridade”, abordados no Capítulo 1. Cabe lembrar que o primeiro eixo é axiológico e se processa em termos dicotômicos; ou seja, o sujeito atribui um valor positivo ou negativo ao “outro”: o “outro” é bom ou mau, o ama ou o odeia, o considera igual ou inferior a ele.⁹¹⁸ Uma operação mental que parte do preconceito, de julgar algo antecipadamente sem conhecê-lo, até como mecanismo de defesa frente ao desconhecido.

Algo semelhante ocorre quando o sujeito tem o primeiro contato com o habitat do outro. A pessoa passa por aquilo que se denomina “choque cultural”, termo cunhado pelo antropólogo Karl Oberg na década de 1960. O choque cultural se inicia quando um sujeito é confrontado a um modo de vida, de ser e de atuar

⁹¹⁸VIÑAR, Marcelo. El reconocimiento del prójimo: notas para pensar el odio al extranjero. In: BLANCK-CEREJIDO, Fanny; YANKELEVICH, Pablo (comp.), op. cit., p. 42-44.

socialmente desconhecido. A perda abrupta daquilo que lhe é familiar é o cerne deste problema que coloca em jogo o sentido de previsibilidade, de pertencimento social, assim também como o senso de familiaridade e passado em comum com a comunidade originária. O sujeito pode reagir de diversas formas a essa experiência traumática, mas geralmente, os indivíduos apresentam as seguintes características, segundo listam os psicólogos Williams e Aghdami⁹¹⁹:

- 1) Sentimento de ansiedade ou frustração devido à falta de compreensão do “outro” e seu mundo.
- 2) A sensação de perda ou ruptura que envolve desde as relações pessoais, os bens materiais, a profissão e a posição social ocupado na sociedade deixada.
- 3) Rejeição da nova cultura e simultaneamente sentir-se rejeitado pelos seus membros.
- 4) Estado de confusão frente ao papel social, os valores e as expectativas de futuro, além da própria identidade.
- 5) Ansiedade e raiva como reação perante a diferença cultural.
- 6) Sentimento de desamparo e/ou perda de controle.

O contato intercultural gera uma complexa situação de estranhamento que, em muitos casos, se reflete imediatamente na rejeição ao lugar ou as pessoas do lugar. Alguns de nossos entrevistados, em seus relatos, conseguiram expressar este turbilhão de sensações resumidas em “sentir-se estranho” de forma muito explícita, quase gráfica. Pessoas tão díspares quanto Elsa, uma professora de escola, imigrante, e Jose, militante político exilado, tiveram inicialmente uma percepção um tanto negativa das cidades brasileiras. Os sublinhados são nossos:

Nos llamó la atención, a pesar de que en ese entonces nosotros veníamos de una situación argentina que era difícil porque estaba la dictadura, habían persecuciones, había de todo...Nosotros vivíamos en Bernal y hasta era tranquilo, en el sentido de la forma que vivíamos. Cuando llegamos a Brasil, me acuerdo que,

⁹¹⁹ WILLIAMS, Kinga; AGHDAMI, Rose. *Managing Migration: the applied psychology of international transitions*. In: <http://www.immi.se/intercultural/nr8/aghdami.htm> - Acessado em 05/04/2010.

mientras estábamos en el hotel, nos llamó la atención es como si hubiera cambiado la forma, la gente que transitaba en las calles. O sea, de una ciudad normal, común, de actividad, empezaban a ver gentes que... se te pegaban atrás, te seguían, medio que miraban de costado. ¡No nos gustó el ambiente! Estábamos en la Farrapos ¿no cierto? En el Hotel Umbú... A la noche era otro ambiente. No era como Buenos Aires, en Buenos Aires uno podía salir a cualquier hora de la noche y no pasaba nada, pero...y más en Bernal. Pero Porto Alegre era diferente. No se podía salir de noche y las calles estaban vacías... hasta daba miedo salir un poco ¿no? No había vida nocturna, no había absolutamente nada que hiciera ver una forma de vida parecida.⁹²⁰

Chegamos lá (em São Paulo) “y me sentía como en los filmes del bajo fondo” de Nova Iorque. Saí pra comprar cigarros, quando saí... nunca tinha visto uma prostituta, um travesti, um bêbado... Era uma coisa! Ali perto era o Largo do Arouche. Hoje está um pouco melhor, mas na época era um espanto!⁹²¹

Nos depoimentos de Elsa e José é claro o efeito do choque cultural. No caso de Elsa, apesar dos problemas da vida em ditadura, ela estava em um lugar onde as regras e os comportamentos, de certa forma, eram previsíveis. Ela conhecia a repressão e a violência que já faziam parte do cotidiano, mas, na sua concepção, estas se dirigiam a “outros” (subversivos, guerrilheiros, etc.) que não viviam (...) *en el sentido de la forma que vivíamos*, como ela mesma expressou. De fato, (...) *en Buenos Aires uno podía salir a cualquier hora de la noche y no pasaba nada*, desde que não se fosse um “subversivo”. Inconscientemente, nas suas palavras se infiltra um conhecido discurso da ditadura: o da segurança, da ordem e da “paz”, mesmo que fosse a paz perpétua dos cemitérios clandestinos do regime.⁹²²

De fato, em Porto Alegre, as coisas eram diferentes. Elsa e a família, acostumados a um ordenado subúrbio portenho de classe média (Bernal) tiveram um choque ao deparar-se com o caótico centro de Porto Alegre e seu quadro de desigualdade social abertamente exposto, com suas mazelas, misturas e contrastes de

⁹²⁰ Entrevista com E. G. realizada em Mendoza - 25/09/2007.

⁹²¹ Entrevista com J.V. realizada em Porto Alegre - 20/06/2007.

⁹²² Eis aqui o mesmo discurso, mas proferido de forma consciente por um artífice da ditadura: “*Los desaparecidos no son más de 7000; el informe Sábado había llegado a 9.000, pero ahí incluyo muchos muertos delincuentes comunes (...) los militares no preguntaban mucho si un tipo estaba armado (...) por eso en esa época había una seguridad personal impresionante, que la gente ahora ahora. Era una época en la que uno podía caminar de noche por cualquier barrio de Buenos Aires con un millón de dólares en el bolsillo, si quería, y no le pasaba nada.*” Palavras de Juan Alemann, ex-ministro de economia do governo militar argentino, em entrevista concedida aos historiadores Marcos Novaro e Vicente Palermo. In: NOVARO, Marcos; PALERMO, Vicente, op. cit., p. 124.

classe tipicamente brasileiros. A cidade gaúcha não somente carecia dos encantos da frívola e movimentada vida noturna portenha, como ainda a sua noite era povoada, na concepção de Elsa, por “gentes ameaçadoras” cuja lógica de vida não conseguia entender e, por conseguinte, isso lhe causava repulsa. Cabe ressaltar que a Avenida Farrapos (estrategicamente situada em uma das entradas da cidade e perto da estação rodoviária) era (e ainda o é) um local que, especialmente à noite, se transforma em eclética zona de prostituição. Ao contrário da violência política, a miséria, a marginalização, a exclusão e a violência social eram formas de violência quase “desconhecida” para Elsa, já que na Argentina o regime escondia muito bem as máculas sociais sob o manto da feroz repressão.

O brutal choque de José com a realidade brasileira ocorreu de forma similar, pois seu primeiro endereço brasileiro foi no Largo do Arouche, situado em pleno centro da capital paulista um local que, à noite, também se transmuta em uma confusa *melange* de submundo, lenocínio, miséria e marginalidade: um “espanto”, na percepção do depoente. Repare que no seu relato, a cidade não parece real e inclusive ele a compara com um cenário de filme do “*underground*” norte-americano, o que assinala ainda mais o distanciamento e a rejeição com aquela cidade a qual se via confrontado e se sentia obrigado a estar. O estranhamento de José ainda se viu agravado pela questão da perseguição política: a sua crise de identidade era antecipada a chegada ao Brasil, pois seu comportamento e suas idéias já haviam sido deslegitimadas na origem. E esse fenômeno é característico entre aqueles que sofrem o exílio político, como já apontamos no Capítulo 1. Para José, as suas raízes haviam sido arrancadas e, com elas, toda uma história de vida, de lutas e de compromisso militante que ele havia levado até esse momento e permaneciam suspensas em Buenos Aires, a dois mil quilômetros de distancia, por tempo indefinido. Assim, viver no Brasil carecia de sentido e se transformava naquilo que Del Olmo Pintado chama de “parêntese simbólico”⁹²³ na continuidade e consecução de seus objetivos de vida.

Por fim, em ambos os relatos, se percebe também certo preconceito moral inerente a conservadora sociedade argentina (mesmo nos setores vinculados a

⁹²³ DEL OLMO PINTADO, Margarita, op. cit., p. 40.

esquerda, também portadores de rígidos cânones morais) e que contrastavam com a maior liberalização e tolerância da questão sexual vivida no Brasil.

Mas no choque cultural também se percebe uma complexa situação de ambivalência com relação ao objeto. Paralelamente ao seu estranhamento, José destacou também pontos positivos encontrados na chegada ao Brasil, mas sem perder sua visão extremamente crítica e ácida sobre a realidade brasileira:

*(...) Por outro lado, havia coisas maravilhosas: o grau de liberdade que se vivia, o Brasil era um país maravilhoso nessa época, se tu não eras negro e pobre (ou demasiado negro e pobre) tu eras um senhor respeitável, tu botas um traje e pronto! Pra nós que parecemos classe média fica mais fácil.*⁹²⁴

Não obstante, em alguns casos, o choque cultural pode ser precedido ou até acompanhado por um deslumbramento inicial com a nova cultura que se abre a frente do sujeito. Em outro extremo, a experiência toma um juízo de valor positivo e é vivenciado de forma espetacular. É o que Williams e Aghdami chamam de “fase da lua-de-mel” (*honeymoon phase*).⁹²⁵

Assim foi que Mariana nos descreveu, recriando seu passado no presente e com riqueza de detalhes, o primeiro contato com o Brasil, em 1980:

(...) o que me chamou a atenção profundamente quando eu cheguei no Brasil foi a liberdade, porque me chamou...eu não entendia porque que as pessoas aqui falavam umas com as outras, eu não entendia porque que não tinha polícia, porque eu a polícia não te abordava aqui. Para mim era tudo muito estranho, porque eu vinha de um clima de muita repressão. (...) Não que eu tivesse grande engajamento política na Argentina. Eu não tinha militância orgânica nenhuma, mas naquele momento na Argentina, ou tu era a favor ou tu era contra. E sendo contra a ditadura, tu terminava sendo muito visada, muito vigiada e te sentia... não era uma coisa simbólica, tu te sentia muito reprimida e muito controlada, porque tu não podia falar com as pessoas, tu não tinha como chegar numa mesa de bar e sentar e conversar, isso era uma coisa que não acontecia. Então, esse choque que eu tive quando cheguei no Brasil...e tu vê que aqui no Brasil era ditadura! Não tinha acabado ainda. Aquilo parece que se descortinou um cenário, no qual eu nunca tinha estado, nunca

⁹²⁴ Entrevista com J. V. realizada em Porto Alegre - 20/06/2007.

⁹²⁵ WILLIAMS, Kinga; AGHDAMI, Rose. *Managing Migration: the applied psychology of international transitions*. In: <http://www.immi.se/intercultural/nr8/aghdami.htm> - Acessado em 05/04/2010.

tinha estado mesmo! E por acaso conheci meu (futuro) marido naquele dia, no aeroporto... essa fase aqui do Brasil era a fase de transição do bipartidarismo para o pluripartidarismo. Bom, então eu entrei, conheci ele naquele burburinho político, naquela efervescência que... A primeira loucura que eu fiz foi essa, ir com um estranho, coisa que eu jamais faria na Argentina porque aquilo era muito improvável de tu pegar carona com um estranho. Bom a segunda coisa que me deixou assim pasma é que o local de trabalho (...) do meu futuro marido, era a Assembléia Legislativa, ele era assessor parlamentar. E eu nunca tinha visto um deputado na minha vida (...) nunca tinha visto uma Assembléia Legislativa funcionando! Mal e porcamente eu entendia o que era aquilo que estava acontecendo. Então minha primeira sensação, foi aquele deslumbramento, mas imediatamente um recuo: não, este cara é policial, está me sondando, está querendo saber alguma coisa. Foi a minha primeira impressão.⁹²⁶

O choque de perceber o Brasil em processo de transição democrática contrastava diametralmente com a vida na Argentina (onde a democratização sequer tinha agenda) causando enorme impacto em Mariana o que, obviamente, foi interpretado em termos positivos. Deve ser destacado que Mariana chegara como turista ao Brasil. Posteriormente, em virtude da sua união afetiva com um brasileiro, ela decidiu emigrar. Uma vez convertida em imigrante, ela passou a ter contato mais orgânico com a sociedade brasileira. A partir desse contato intenso com a cultura do “outro” veio o previsível estranhamento, devidamente acompanhado pela sensação de perda do entorno afetivo, os problemas com idioma, a negação da cultura do outro, etc.:

Mas é evidente que nos primeiros meses foi muitíssimo duro a minha estadia aqui. Primeiro porque eu perdi meus amigos, perdi minha família. Eu não podia voltar para a Argentina, embora minha família viesse muito me visitar, eu não podia voltar para lá (...) e a questão do idioma, o idioma é muito difícil de tu aprender, eu levei mais ou menos uns oito meses para aprender o idioma. (...) eu não entendia nada, nada, eu tinha o ouvido muito duro para o português.⁹²⁷

Por outro lado, o estranhamento também se operou nos dois sentidos. Os argentinos também causaram estranheza aos brasileiros. Por exemplo, por sua formalidade ao vestir, por certo distanciamento no trato pessoal e alguns outros

⁹²⁶ Entrevista com M. A. realizada em Porto Alegre - 11/09/2007.

⁹²⁷ Entrevista com M. A. realizada em Porto Alegre - 11/09/2007.

costumes. Elementos vistos como “marca” da alteridade. Silvio, que veio a Porto Alegre em 1968, relembra com humor (nos dias de hoje) da má impressão por ele causada a seus colegas de faculdade brasileiros em virtude da sua aparência formal e austera, que destoava completamente da “moda jovem” do momento:

(...) quando eu vim aqui para o Brasil, eu tinha 22 anos, já era estudante de engenharia e como bom portenho, eu andava sempre de paletó e gravata. Cheguei na faculdade, 01 de abril, de pastinha executiva, paletó e gravata, me disseram: - a tua aula é ali! Entrei, todo mundo sentado ali, sentei lá no fundo. E custei a me entrosar com o pessoal. O pessoal achava que era do SNI, ninguém queria falar comigo!⁹²⁸

Mas os choques culturais iniciais, com suas contradições e ambigüidades, são momentâneos e tendem a ser superados de diversas formas. Veremos, a seguir, como foi a resposta dada pelos recém-chegados a esse desafio e poder sobreviver no Brasil: as estratégias traçadas pelos argentinos para superar o choque inicial e as fraturas de identidade que ele acarreta.

6. 2. Assimilação ou Integração? Acerca das Estratégias de Inserção

Uma vez superada as primeiras instâncias do choque entre culturas, os indivíduos se deparam com as dificuldades inerentes a um processo de inserção social que requer uma ressocialização dos indivíduos no novo ambiente cultural. A psicologia social denomina este processo, ou seqüência de processos únicos ao fenômeno migratório, que envolvem a mudança de um contexto cultural para o outro, de “aculturação psicológica”. Segundo Sylvia De Biaggi existem, baseado no modelo proposto por J. Berry, pelo menos quatro estratégias de aculturação psicológica que giram em torno de uma questão que possui dois aspectos que lhe são fundamentais: *até que ponto se deseja, é valorizado manter contato com o grupo majoritário fora do próprio grupo cultural e até que ponto valoriza-se manter a identidade cultural e características culturais.*⁹²⁹

⁹²⁸ Entrevista com S. S. realizada em Porto Alegre - 07/08/2008.

⁹²⁹ DE BIAGGI, Sylvia D. Implicações psicológicas do contato intercultural. In: SEMINARIO INTERNACIONAL EDUCACIÓN INTERCULTURAL, MOVIMIENTOS SOCIAIS E SUSTENTABILIDADE, 3, e COLOQUIO DA ASSOCIATION POUR LA RECHERCHE

A primeira estratégia é a de “assimilação”, um processo pelo qual o indivíduo se desprende de sua cultura de origem passando a abraçar a cultura majoritária, a cultura do “outro”. Existem duas outras estratégias similares entre si, mas contrapostas a primeira: a da “separação” e a “marginalização”. Estes mecanismos tendem a se desenvolver entre aqueles que sofreram o exílio político. É lógico pensar que aqueles que saíram forçados procurassem, pelo menos inicialmente, viver mais em referência à Argentina sem fazer esforço para se integrar no novo habitat, já que o estar no Brasil podia ser considerado apenas um recorte temporário nas suas vidas.

Assim, na estratégia da “separação”, o sujeito procura esquivar-se do contato com a sociedade de acolhida e teima em apegar-se à cultura originária.

Já a “marginalização” ocorre quando, por desinteresse ou impossibilidade, o indivíduo não consegue cultivar a própria cultura e nem mesmo desenvolver uma relação de interação cultural com os outros grupos que habitam o mesmo lócus. A marginalização deixa a pessoa inadaptada vivendo em um “limbo” e flutuando entre duas culturas.

Para Del Olmo Pintado, isso ocorre quando o indivíduo se nega a aprender os códigos culturais e de conduta do outro e, resistindo a compreender e lidar com as diferenças, ele interpreta a nova sociedade através de referências do seu lugar de origem que, por sinal, são freqüentemente inadequadas para o novo lugar. Mas, com essa atitude, ele não assume a crise de identidade e bloqueia sua possibilidade de “reconstrução”. O efeito conseguido é o da incomunicação:

*Se confirma la identidad originaria a la que no ve necesidad de substituir por medio de una reconstrucción, se refuerza el comportamiento anterior al exilio, pero se inicia una progresiva incomunicación con el nuevo entorno social y, a causa del desplazamiento que significa el exilio, también con respecto al grupo de origen.*⁹³⁰

Por último, na estratégia da “integração”, ocorre uma espécie de combinação entre os dois primeiros mecanismos precedentes (assimilação e separação). Percebe-se que o sujeito consegue preservar elementos característicos da sua cultura *mater*

INTERCULTURELLE (ARIC) NA AMÉRICA LATINA, 1, 2006, Florianópolis, *Anais...* Florianópolis: CED/ UFSC, 2006. Disponível em: <http://www.rizoma3.ufsc.br> – Acessado em 10/10/2007, p. 7.

⁹³⁰ DEL OLMO PINTADO, Margarita, op. cit., p. 43.

enquanto simultaneamente interage com outros grupos sociais e culturais que o circundam. Logo, ao permitir a elaboração desse diálogo intercultural, a integração significaria uma etapa mais complexa e sofisticada.

Pudemos observar, nos relatos dos nossos entrevistados, a presença destes mecanismos próprios do processo de aculturação. É importante destacar que estas estratégias são dinâmicas, seus limites são flexíveis (elas se entrelaçam) e variáveis de acordo com inúmeros fatores, entre os quais destacamos o contexto, o modo de vida, as questões familiares ou de emprego. Conforme assinala De Biaggi,

A aculturação não é necessariamente uniforme nas dimensões do comportamento e vida social, por exemplo, um indivíduo pode buscar assimilação econômica (no trabalho), integração lingüística (bilingüismo)⁹³¹ e separação no que concerne à parceria conjugal (endogamia).

Ou seja, deve ser levado em conta, nesses complexos e ricos processos de aculturação, que o sujeito é um ator social com capacidade de atuar e negociar, sendo que também é um agente de mudança capaz de transformar a si próprio e a seu entorno. Há uma enorme gama de respostas a serem dadas pelos indivíduos frente a este processo. Assim, cada sujeito desenvolveu, de acordo com sua personalidade, suas crenças, valores, história pessoal e experiência de vida, um leque de mecanismos particulares para poder sobreviver na nova sociedade e, ao mesmo tempo, reconstruir a identidade em crise. Vejamos a seguir alguns exemplos destes intentos de inserção em diversas esferas: trabalho, militância, escola.

6. 2. 1. Os Diversos Espaços de Inserção e Adaptação

O ingresso ao mundo do trabalho era um espaço obrigatório de vinculação com o novo contexto. Para os poucos que vieram contratados ou que tinham habilidades profissionais requeridas pelo Brasil, o processo de adaptação ao novo país certamente foi facilitado pela rápida reinserção profissional. Ou seja, as vantagens de um emprego garantido, de um salário digno, do reconhecimento do status profissional e da possibilidade de seguir a carreira ou profissão escolhida sem

⁹³¹ DE BIAGGI, Sylvia D, op. cit., p. 7.

interrupção, além do crescimento pessoal, ajudava a minimizar aspectos da ruptura provocada pela partida, mesmo que esta tivesse sido forçada.

Andrea, apesar de sofrer os desencontros e rupturas usuais de qualquer exilado, tem plena consciência de ser sido privilegiada no sentido laboral, se comparada a maioria de seus compatriotas. A partir da sua posição social de hoje, como uma cientista reconhecida e bem sucedida, ela reelabora e experiência do passado, provavelmente minimizando alguns aspectos negativos:

*Mi experiencia es una experiencia diferente, porque yo vine con una oferta de trabajo y realmente aquí me dieron todas, todas las oportunidades para yo poder trabajar así que entré a la Universidad. Yo me sentí, desde el inicio, completamente bien.*⁹³²

Para a imigrante Elsa, a prioridade era conseguir um meio de vida para garantir o sustento da família, já que o seu marido saíra do emprego para o qual fora trazido da Argentina. Assim, passado o primeiro impacto negativo e a frustração das expectativas não correspondidas em termos laborais, a família buscou uma nova atividade que lhe permitisse, além da sobrevivência, uma possibilidade de inserção social:

*(...) Comercio es comercio, y después que uno conoce el idioma, conoce la forma, es más fácil, ¿no es cierto? Pero era la única forma de trabajar y nosotros íbamos allá para trabajar. Por supuesto que no nos fue tan bien como pensábamos que nos iba a ir con un trabajo ya... enviados de aquí para allá, pero... Bueno, sobrevivimos y nos fue relativamente bien, así que en ese sentido el trabajo nos sirvió para conocer gente, relacionarnos, a pesar de que fue más difícil, pero nos asimilamos lo que pudimos.*⁹³³

Mais adiante, no depoimento de Elsa também aparece a preocupação com o estabelecimento de laços sociais com argentinos e também com brasileiros. Mediante a participação em um grupo religioso-filosófico, Elsa e a família buscavam uma forma de romper seu isolamento de estrangeiros e facilitar um processo de integração:

⁹³² Entrevista com A. T. realizada em Porto Alegre - 01/04/2008.

⁹³³ Entrevista com E. G. realizada em Mendoza - 25/09/2007.

*(...) nosotros estábamos relacionados con un grupo que nos sirvió de mucha ayuda (...) un grupo espiritual que tiene base en Brasil, Argentina (...) e inclusive en Europa también y que se dedican al desenvolvimiento espiritual, exclusivamente y ayudan las personas a desarrollarse en ese aspecto (...) entonces habían en Brasil muchas personas, que eran argentinas y brasileiras y que estaban en esos grupos (...) Mi esposo hacía reuniones para poder brindar contacto entre esas personas.*⁹³⁴

Já para aqueles cujo eixo de vida passava obrigatoriamente pela militância, o estar em outro país implicava em outras questões. Havia a necessidade de sobreviver materialmente, que os obrigava a uma espécie de assimilação no campo laboral, mas também deveriam se reincorporar a luta política, que em muitos casos, não tinha vinculação nenhuma com o Brasil, a não ser circunstancial.

Para o *montonero* Juan, a sua recomposição individual na terra estrangeira passava pela reativação do seu projeto coletivo, da atividade militante vinculada a Argentina e a vontade de estruturação de um núcleo *montonero* em Porto Alegre. No entanto, o contexto local o obrigou a romper com o sectarismo e a rigidez dogmática da sua organização (nacionalista, hierarquizada, militarista e com pouco espaço para a discussão democrática) o levando a uma ampliação dos seus horizontes. Assim, o grupo de Juan passou a se vincular com argentinos de outras tendências e inclusive outros grupos latino-americanos, mas sempre dentro de uma perspectiva da esquerda armada, o que equivalia a dizer que, de certo modo, ainda permaneciam em um *ghetto*.

*Mirá, en realidad, la estructura era mantenerse militante, en lo posible, con las informaciones que venían através de los familiares, porque no había otra. Acá en Brasil, en realidad, se forma, cuando uno llega acá una estructura mucho más amplia. Aquí había gente del MIR chileno, del ERP, todos exiliados, medio escondidos... y bueno, se hacen grupos fuertes, discusiones políticas amplias, no tan sectarias como decir: “yo soy monto, no voy a hablar otro tema”. De los pocos montos que había acá en la época, en realidad, éramos poquísimos; otros decidieron irse a Europa y los que decidieron quedarse acá, nuestras reuniones eran más amplias (...) la discusión era más América del Sur, eso porque estábamos fuera del país. El grupo Montoneros fue muy sectario en la Argentina, es una realidad nuestra...*⁹³⁵

⁹³⁴ Entrevista com E. G. realizada em Mendoza - 25/09/2007.

⁹³⁵ Entrevista com J. P. realizada em Porto Alegre – 09/08/2008.

Logicamente que, dado a natureza “subversiva” destes grupos para o regime militar brasileiro, eles deveriam permanecer ocultos aos olhos da sociedade brasileira. Apesar disso, eles buscaram romper o isolamento contatando setores da esquerda local, dentro desta perspectiva latino-americanista, mas sem maior sucesso. Enquanto estes militantes argentinos se negavam a encarar a derrota e repensavam uma forma de continuar a luta armada, os militantes da esquerda brasileira, em geral, viviam uma temporalidade e uma dinâmica histórica diferente: a metodologia da política em armas havia sido descartada e a prática política voltava gradativamente a seu caminho democrático. Além disso, parece que a forma do brasileiro em se relacionar com a política e a natureza da cultura política brasileira (mais matizada, flexível e dada a acertos consensuais entre oponentes) não foi bem entendida por estes argentinos, acostumados a uma cultura política mais intolerante, extremista e polarizada.

Assim, as diferenças culturais no plano político não conseguiram ser processadas. Juan e seu grupo continuariam a viver isolados (pelo menos no plano político) e tendo por referencia a consecução de seus objetivos nos seus países de origem.

Uno trató de juntarse entre todos los militantes combativos que estábamos aquí en Brasil, no podíamos hacer política, Brasil no permitía. Creo que es la característica de Brasil, tampoco te daba opciones: es un pueblo con muchas diferencias culturales con el nuestro. Y te digo más, aquí no se discute política. En Brasil no se discute política como lo hacemos nosotros, para nada. (...) Creo que para nosotros (...) el tema político es cosa de corazón y meternos de cabeza. Entonces, las reuniones donde existía gente de Brasil tampoco se podía discutir temas políticos amplios porque los brasileños no estaban en ese tema, y eso que estaban en un proceso de cambio acá.⁹³⁶

Cabe ressaltar que o isolamento do *ghetto*, de acordo com Yankelevich, por um lado, serve para alimentar a sensação de pertencimento e reforçar identidades ameaçadas pelo desterro, mas, em contrapartida, também serve para fortalecer preconceitos em relação à sociedade hospedeira.⁹³⁷

⁹³⁶ Segunda entrevista com J. P. realizada em Porto Alegre – 27/10/2008.

⁹³⁷ YANKELEVICH, Pablo. Ser otro en ambas patrias. In: BLANCK-CEREIJIDO, Fanny, YANKELEVICH, Pablo (comp.). *El otro, el extranjero*. Buenos Aires: Libros del Zorzal, 2003, p. 118.

Já outros militantes argentinos observavam o panorama político brasileiro com outros olhos. Passado o choque inicial, José buscou integração na sociedade brasileira mediante a retomada da sua militância, mesmo apesar dos riscos que isso significava para qualquer estrangeiro. Talvez em virtude de filosofia política de cunho internacionalista e por não ser adepto dos métodos armados da luta política, José aparentemente conseguiu melhores resultados junto aos grupos de esquerda brasileira que se reestruturavam no período pós-Anistia, em um momento de retorno ao pluripartidarismo, no início de 1980. No seu depoimento, além do entusiasmo por compartilhar a efervescência política que assinalou esse momento histórico, também podemos observar a importância que essa retomada da atividade política no Brasil representou na reconstrução de uma identidade militante: não apenas a sua, como também a de outros companheiros argentinos, o “nós” ao que se referiu José.

*Nós vimos com muito otimismo a fundação do PT... Havia livros de Lênin nas livrarias! (...) “Comenzámos” a militar “en el” partido de aqui, entramos na Convergência, entramos no PT, nos fuimos fundadores do PT...Me relacionei muito pouco com exilados argentinos (mas) tinha um núcleo do PST na Convergência. Fizemos um trabalho em Campinas, abrimos uma casa de integração latino-americana, um monte de coisas.*⁹³⁸

Em outra perspectiva, aqueles que vieram crianças (ou jovens) também se depararam com o choque e o desafio da adaptação, os quais são processados em outros termos e esferas, bem diferentes dos adultos. Para os menores de idade, geralmente não há possibilidade de escolha: a partida do país de origem quase sempre é “forçada”, provocando nesses indivíduos grande incerteza, frustração, raiva e sensação de perda, de modo similar ao que o exílio forçado provoca nos adultos. Assim, o mundo objetal e afetivo circundante desabam. Mas, como sempre, é bom lembrar que esses processos são vivenciados de forma muito particular pelas pessoas que passam pela migração. Por exemplo, Elsa lembrou a reação de seus filhos frente a uma música argentina tocada na radio brasileira, um “gatilho” identitário e cultural que imediatamente despertou-lhes sentimentos e evocações do lugar natal “perdido”:

⁹³⁸ Entrevista com J.V. realizada em Porto Alegre - 20/06/2007.

Me acuerdo que salíamos a dar vuelta en el auto, porque los chicos quedaban metidos en un departamento y querían salir. Y un día, ellos tenían ocho y diez años, y escucharon un tango por la radio y se pusieron los dos a llorar a llanto vivo y decían: - ¡yo quiero volver a Buenos Aires! Las saudades eran enormes...⁹³⁹

Conforme aponta Vives-Rocabert, os jovens deslocados do seu país de origem acabam se transformando em duplamente estrangeiros, pois

Además de su jerarquía de extraños dentro de la cultura adoptiva, en el seno de su propia casa se les marca constantemente con el “tú eres de allá”, por lo que con frecuencia crecen con la sensación de pertenecer a la patria de los padres. (...) aunque hayan nacido en el país de adopción, la vivencia con la que crecen es que son del país que han dejado los padres; junto con el aprendizaje de los códigos culturales, la lengua y las costumbre del país de adopción (...) existe la constante referencia a las normas y códigos sociales que colorean la vida familiar.⁹⁴⁰

Exceto algum caso excepcional, os pais entrevistados geralmente nos destacaram em seus depoimentos a grande capacidade de adaptação dos seus filhos a nova situação vivida em terra estrangeira: como aprenderam rapidamente a língua, ou como se integraram na escola e no bairro, ou fizeram amizades, etc. Contudo, alguns entrevistados que eram adolescentes ou crianças quando houve a migração, nos brindaram uma visão distinta desse mesmo processo, vista desde outra perspectiva e quiçá não percebida, em alguns casos, pela maioria dos pais.

Daniel, que chegou ao Brasil com dez anos de idade, se recordou das dificuldades enfrentadas para se adaptar a nova realidade. No seu depoimento, ele revela certo ressentimento de ter sido “arrancado” de seu lugar para ser jogado em um mundo desconhecido e potencialmente hostil. Na sua particular percepção, a questão da língua ocupava um espaço essencial e paradoxal, por onde obrigatoriamente passavam ou se resolviam quase todos os problemas referentes ao processo de adaptação. Um processo por demais complexo e que o entrevistado considerou “difícil” em virtude de seu temperamento. Para evitar o estranhamento dos outros em relação a sua pessoa, ele desenvolveu uma estratégia de mimetização:

⁹³⁹ Entrevista com E. G. realizada em Mendoza - 25/09/2007.

⁹⁴⁰ VIVES-ROCABERT, Juan, op. cit., p. 61.

Al principio, la dificultad que tenía en comunicarme, ¿no cierto? Me sacaron de un lugar y me largaron adentro de una escuela donde todos hablaban otro idioma y yo nunca había tenido contacto con el portugués. (...) Yo era más “cerradón”, y bueno, al haber llegado allá, encima tener dificultades de lengua, me cerré más, más difícil fue la adaptación. (...) Después de un año, la lengua llegué a dominarla, cuando uno es chico, es mucho más fácil adaptarse a la lengua, (...) inclusive fue una adaptación para que no me reconocieran, para evitar ese tipo de discriminación. Un extranjero que no habla la lengua llama mucho la atención.⁹⁴¹

Javier, atualmente um psiquiatra, também nos oferece um interessante relato das suas sensações sobre a chegada no Brasil durante a infância, nos anos 1960. O seu relato, apesar de matizado e idealizado pelo longo tempo transcorrido e por haver passado por um processamento analítico típico da sua formação acadêmica (não deve ser aleatório o uso do termo “ambivalente”), ainda preserva a primeira impressão, mas também expressa as ambigüidades, as contradições e as suas dificuldades em relação ao “outro” e seu território:

É uma relação muito ambígua, muito ambivalente com o Brasil no início. A primeira reação foi do ponto de vista de... local, de novidade, a língua. Muito legal tudo. Achava bom ter vindo para cá, mas como isto implicou na quebra familiar temporária que meu pai e meu irmão ficaram lá e isto trouxe, me trouxe dificuldades na esfera psicológica que se manifestavam no rechaço ao Brasil. Mas o rechaço era mais movido por questões emocionais minhas da estrutura familiar, mas logo me adaptei muito bem. Fui muito bem recebido, muito bem recebido no colégio, né? É, me adaptei rapidamente. (...) É, por exemplo, durante um mês, eu não me lembro quando tempo, talvez um ano, dois, eu não tinha amigos, ainda, que me convidassem para ir para a casa essas coisas, e eu não tinha dificuldade de ficar sozinho, sair sozinho, essas coisas.⁹⁴²

Por fim, houve pessoas como Mariana que, indo muito além de uma simples adaptação, encontrou ou construiu no Brasil um autêntico projeto de vida totalmente diferente daquele que deixou no país de origem.

⁹⁴¹ Entrevista com D. D. realizada em Mendoza - 25/09/2007.

⁹⁴² Entrevista com J. F. realizada em Porto Alegre - 07/08/2008.

Eu posso te dizer uma coisa assim, depois daquele período de estranhamento de uma cultura completamente, mas completamente diferente da cultura portenha, eu me adaptei de tal maneira à brasilidade que eu me sinto desconfortável na Argentina, aquela idiossincrasia de Buenos Aires, sobretudo, me choca, hoje me choca. Eu não consigo mais conviver com aquilo. (...) Mas eu fiz assim, nesse mesmo período, primeiro porque eu estava em uma fase muito romântica da minha vida, estava recém-casada, em plena lua de mel, esperando meu primeiro filho, tinha todo aquele encantamento nesses anos da minha vida, uma relação muito boa com o meu marido... E eu conheci pessoas que são meus amigos até hoje, que tinham aquele tipo de expectativa de vida absolutamente diferente do que eu estava acostumada na Argentina, como eu já te disse, embora eu me desse conta da situação política na Argentina eu não tinha uma militância orgânica, não tinha um partido definido. Então era uma simpatizante de esquerda, eu sabia que aquilo estava errado, mas eu não tinha... e aqui eu comecei imediatamente a ter, fui absolutamente acolhida como uma “igual” politicamente desde o início e, desde o início da minha estadia no Brasil, eu tinha uma participação efetiva na formação de um novo partido político que é o PDT, que se desmembrou do PMDB naquela época que rompeu com o PTB, então toda essa fase de organização de opção por um novo partido, de organização desse novo partido. Eu vivi intensamente e vivi intensamente a maternidade dos meus filhos que nasceram nessa época.⁹⁴³

Nesse sentido, o Brasil permitiu-lhes uma reconstrução da sua identidade tendo por base alguns elementos da sua identidade original. Mas, ao contrário de muitos outros argentinos, Mariana deixou de viver em relação aos acontecimentos da Argentina. A sua militância política, truncada e atrofiada na Argentina, inclusive se fundamenta e se consolida no Brasil, o que aumenta sensivelmente seu sentido de pertença a essa nova sociedade. No seu relato, se evidencia a emoção de participar do renascer da democracia brasileira, um evento da esfera coletiva, mas que para ela se insere em um contexto afetivo pessoal e se confunde simbolicamente com o nascimento de seus próprios filhos, o ponto de referência escolhida pela depoente para estender a ponte entre a esfera pessoal e a esfera social-coletiva, um recurso do processo de construção da memória, bem apontado por Phillippe Joutard: *los acontecimientos, ya sea nacionales o locales (...) son memorizados a partir de fechas*

⁹⁴³ Entrevista com M. A. realizada em Porto Alegre - 11/09/2007.

*que marcan el ciclo familiar (casamento, nascimento ou morte) y constituyen la trama de las genealogias.*⁹⁴⁴

Para Mariana, o estabelecimento de laços afetivos com um brasileiro (que a levou a construção de um núcleo familiar novo e próprio) estruturou o seu lado emocional e sentimental. Além disso, este vínculo foi fundamental para mitigar a ausência da família e contribuir no seu processo de adaptação. Ela não somente construiu uma vida nova, como hoje também assume o Brasil como parte indissolúvel da sua identidade.

A seguir, analisaremos algumas das dificuldades enfrentadas pelos argentinos e em seu processo de inserção na sociedade brasileira: os problemas enfrentados em relação ao trabalho e a residência; as dificuldades surgidas do contato com os brasileiros e, por fim, os problemas político-ideológicos entre os próprios argentinos.

6. 2. 2. Trabalhar e Residir no Brasil

Dois fatores estavam intimamente interligados, o trabalho e a obtenção do visto de residência. Ou seja, sem trabalho legal não havia possibilidade de se obter o visto de residência. Contudo, tal exigência encerrava uma contradição e um problema de difícil solução: como desenvolver uma atividade laboral legal sem estar regularizado? É exatamente nestas situações paradoxais onde se observava justamente o perfil excludente e restritivo do Estatuto do Estrangeiro. Sidney Silva, do Centro de Estudos Migratórios, sintetizou bem as mazelas enfrentadas pelos indocumentados latino-americanos no Brasil:

*O seu caráter seletivo (do Estatuto de Estrangeiros) exclui grande parte dos trabalhadores que estão no Brasil realizando tarefas que exigem pouca qualificação profissional, tornando-os vulneráveis às mais variadas formas de exploração. Além disso, não podem abrir uma conta bancária, legalizar a sua firma, matricular-se numa escola e comprar ou alugar um imóvel. Para estes imigrantes as duas únicas possibilidades previstas pela lei para regularizarem-se são: ter um filho no Brasil ou casar-se com cônjuges brasileiros(as).*⁹⁴⁵

⁹⁴⁴ JOUTARD, Phillippe, op. cit., p.291.

⁹⁴⁵ SILVA, Sidney. A. Imigrantes hispano-americanos em São Paulo: perfil e problemática. In: BOUCAULT, Carlos Eduardo A.; MALATIAN, Teresa. **Políticas migratórias: fronteiras dos direitos humanos no século XXI**. Rio de Janeiro: Renovar, 2003, p. 296.

É interessante destacar que Silva não está se referindo aos anos 1970, mas sim a 2003. Isso quer dizer que a matriz socialmente excludente da lei se mantém praticamente inalterada ainda nos dias de hoje e anacronicamente descompassada com a nossa Constituição de 1988. A principal diferença reside provavelmente no nível sócio-cultural e econômico dos migrantes: ao contrário do que se observa nos dias de hoje, a imigração vinda da Argentina nos anos 1970-1980 tinha uma importante presença de pessoas oriundas da classe média e com formação escolar superior. Contudo, as dificuldades estruturais enfrentadas então pelos imigrantes e exilados argentinos eram muito similares as sofridas no presente por outros imigrantes, assim como são semelhantes às estratégias criadas para enfrentá-las.

A grande dificuldade a resolver era, sem dúvida, a questão do trabalho. A impossibilidade laboral era um sério entrave para todas as outras atividades. Mas, se a burocracia e o “Estatuto do Estrangeiro” colocavam inúmeros entraves para a legalização ou regularização desses exilados e imigrantes no Brasil isso também gerava, em contrapartida, mecanismos paralelos destinados a esquivar os empecilhos legais do Estado brasileiro. Ou seja, mediante o uso do famigerado expediente conhecido por “jeitinho brasileiro”, comportamento escuso já tradicional em nossa cultura. Um depoente nos comentou como funcionava um dos sistemas “extra-oficiais” de obtenção das carteiras de trabalho:

(...) había unas personas (argentinos) (...) que hacían años que habían entrado, uno de ellos (...) tenía los contactos. (...) Yo lo único que sé es que se llamaba la ‘Bruja’... una vieja en el Mercado de (...) São Paulo y ella te los conseguía con el ‘Ministério do Trabalho’. Ellos tenían allí toda una mafia (...) tenias que pagar...⁹⁴⁶

Assim ele foi um dos que pode conseguir uma carteira de trabalho brasileira. Embora tendo sido obtido de forma similar à descrita acima, o documento, de certa forma, foi “validado” ao ser tacitamente aceito pela empresa que contratou o engenheiro. Pode se deduzir então que o fato devia configurar uma situação bastante corriqueira naquele período, não somente pela existência de toda uma estrutura paralela organizada com tal finalidade específica, mas principalmente pelo

⁹⁴⁶ Entrevista com Carlos Claret realizada em Buenos Aires - 13/12/2009.

comportamento e concordância da empresa com tal prática: (...) *Tenía la libreta esa... ‘trucha’, que la fábrica sabía que era ‘trucha’ ... ¡pero, si la mitad tenía!*⁹⁴⁷

Todavía, muitos trabalhavam de forma completamente ilegal, sem direitos, estando sujeitos às inclemências da clandestinidade e vivendo a mercê da boa vontade de seus patrões, em total situação de instabilidade e vulnerabilidade. José foi um passou muitos anos nessa instável condição: (...) *Então tu trabalhas sem 13º salário, sem cheque, sem conta bancária, não pode tirar crédito... É bastante complicado, “te pagan en negro”.*⁹⁴⁸

Essa situação era muito bem aproveitada pelos capitalistas locais, que também possuíam artimanhas para fazer uso, em benefício próprio, da ilegalidade de seus trabalhadores. Isso é o que nos conta Gabriel, um engenheiro que também teve de sujeitar-se a esse regime de trabalho irregular em Passo Fundo, Rio Grande do Sul:

*Cuando venia una investigación a la fábrica para ver si había obreros en negro, el patrón avisaba (...) y entonces los que estábamos en negro salíamos por la puerta del fondo y esperábamos en la calle. (risos) Y cuando ya había pasado el peligro, nos metíamos de nuevo adentro, yo creo que eso pasaba en todos lados. (...) En las fábricas les convenían este tipo de trabajo, había mucha gente así. Porque de esa manera pagaban menos y bueno, nosotros aceptábamos esas condiciones porque teníamos que sobrevivir... Que yo entienda, las fuerzas armadas de ahí, la policía, sabían (que lá haviam estrangeiros irregulares) pero se hacia la vista gorda porque eso convenía a la economía del lugar. ¡Mano de obra barata siempre conviene!*⁹⁴⁹

Como se não bastasse o terror e a violenta repressão vivida na Argentina, somavam-se a hiperexploração dos capitalistas locais que, barganhando com a situação ilegal dos imigrantes e exilados, aproveitavam para obter vantagens evadindo impostos, obrigações sociais e barateando custos de mão-de-obra, frequentemente amparados pela conivência de autoridades corruptas. Ironicamente, nesses casos, o processo de disciplinamento social semeado pela violência na Argentina foi funcional ao Brasil, já que foi ele quem finalmente colheu os frutos desse processo, garantindo para si funcionários de alto nível, produtivos, ordeiros e,

⁹⁴⁷ *Trucha*: falsa, em lunfardo. Entrevista com Carlos Claret, realizada em Foz do Iguaçu - 18/09/2009.

⁹⁴⁸ Entrevista com J. V. realizada em Porto Alegre - 20/06/2007.

⁹⁴⁹ Entrevista telefônica com Gabriel Martínez Agüero, desde La Rioja - 22/11/2010.

principalmente, despolitizados (pelo menos em aparência e frente a seus chefes) e obedientes em função do temor.

Além das diversas formas de exploração, também estava o grave problema da falta de emprego devido à recessão econômica que o Brasil começava a enfrentar na virada da década de 1970-1980, e que levaram muitos a realizarem atividades bastantes aquém da sua capacitação profissional. Lembre-se que a economia do Brasil desse período foi marcada pelo gigantesco crescimento da dívida externa (43,5 bilhões de dólares em 1978⁹⁵⁰), a elevação da inflação, que em 1980 atingiria 110,2% anuais,⁹⁵¹ e a correção anual dos salários, que gerava forte descontento nos assalariados.

Carlos P., quem viera nos celebrados tempos do “milagre”, se recorda bem desses tempos difíceis, que inclusive o levou a pensar em emigrar para a América do Norte, em busca de melhores condições:

*Esa época tuve que salir de la Piratini, me quede medio en banda, pero trabajo conseguí siempre. Claro ya no eran las épocas doradas, se acabó ya eso. (...) Hubo un bajón general para todo el mundo y yo entré en eso. El boom del “milagre” ya se había terminado.*⁹⁵²

Outros decidiram tentar a sorte transformando-se em micro ou pequenos empreendedores, frequentemente em associação com outros compatriotas. Assim, engenheiros, arquitetos ou advogados se transformaram em lojistas, donos de bares e restaurantes, vendedores, corretores de imóveis, etc. Eles tentavam a sorte nos chamados setores voláteis.

Por exemplo, o esposo de Elsa, agrônomo e enólogo de formação, foi um desses que tentou trilhar esse não menos difícil caminho, após ver esvair-se sua oferta de emprego na sua área de atuação:

Mi esposo, con otras personas, que eran unos conocidos argentinos, quiso poner una fábrica de herramientas en la Avenida Farrapos. Estuvieron trabajando unos años, pero no les fue bien. Y mas adelante mi esposo consiguió trabajo en la parte

⁹⁵⁰ FAUSTO, Boris, op. cit., p. 274.

⁹⁵¹ MOREIRA ALVES, Maria H, op. cit., p. 331.

⁹⁵² Entrevista com C. P. realizada em Porto Alegre, 07/08/2008.

*de telefonía, pero nos dimos cuenta que si no poníamos algo por cuenta nuestra, no íbamos a conseguir trabajo...*⁹⁵³

No entanto, outros tiveram mais sucesso ao exercer novas profissões em um novo país. Não poucas vezes, isso representou um processo de recriação de si próprios, um refazer-se. Para Ricardo, economista de formação, a experiência de deixar sua área de trabalho anterior foi positiva e, inclusive, ele pode adaptar seu saber específico anterior a necessidade do novo emprego e usá-lo como um diferencial em relação a seus colegas brasileiros:

*Me dediqué a... empecé a hacer seguros. Claro, acá en Brasil el tipo que te orienta en seguros es un “corretor de seguros”, se llama aquí. Que sabe de seguros, pero que no sabe ni de economía, ni de derecho. Los tipos que somos economistas en Argentina tenemos una fuerte, por lo menos en aquel tiempo, una fuerte base de derecho comercial.*⁹⁵⁴

Em outros casos, parece que uma minoria de emigrados exerceu atividades ilegais ou, no mínimo, ações situadas nos limites da contravenção e/ou do crime. Seja por necessidade, pela própria situação de ilegalidade ou até mesmo devido a desvios de conduta de algum indivíduo. Por exemplo, nos anos 1980, em pleno auge da especulação com a moeda estrangeira, não era incomum encontrar argentinos oficiando de cambistas (vulgarmente conhecidos por “doleiros”) na Avenida Borges de Medeiros, próximo à esquina com a Rua dos Andradas, em pleno centro de Porto Alegre. Assim, não nos causa estranheza que uma depoente, ao referir-se a seus compatriotas, os segmentasse e lhes atribuisse “categorias morais” bem distintas, mesmo dentro de uma condição geral de ilegalidade na qual a maioria se encontrava: exilados políticos, exilados econômicos e “picaretas”, um estigma então aderido com certa frequência ao substantivo “argentino”.

*(...) os argentinos que eu conheci eram (...) alguns exilados econômicos, que tinham vindo para aqui porque não tinham, de fato, como sobreviver na Argentina e aqui tinha uma pujança econômica naquele momento. E outros argentinos que eu conheci eram picaretas, marginais que vieram aqui fazer negócios ilegais.*⁹⁵⁵

⁹⁵³ Entrevista com E. G. realizada em Mendoza - 25/09/2007.

⁹⁵⁴ Segunda entrevista com R. A. realizada em Porto Alegre - 17/03/2008.

⁹⁵⁵ Entrevista com M. A. realizada em Porto Alegre - 11/09/2007.

Mas, de um modo geral, o que se via eram argentinos (e outros cidadãos deslocados do Cone Sul) exercendo atividades que, embora não ilegais, sofriam de certo preconceito social por parte de brasileiros e outros argentinos melhor posicionados socialmente, indistintamente. Por exemplo, havia gente trabalhando como intermediários vendendo imóveis, carros usados, agindo como representantes comerciais ou negociando telefones.

Como faziam Tony e Rafael: enquanto um revendia, em Porto Alegre, carros populares usados que comprava em São Paulo a preços mais vantajosos; o outro adquiria, com a finalidade de alugar, linhas de telefone comercial, especialmente àquelas com prefixos da zona central, então as mais procuradas. Posteriormente, ambos se tornariam sócios em uma loja de motocicletas usadas em Porto Alegre.⁹⁵⁶ Como tantos outros emigrados eles eram, como se diz na Argentina, “*buscavidas*”. Mas no Brasil, eles podiam ser genérica e pejorativamente rotulados de “picaretas”.

Outro entrave importante no cotidiano dos imigrantes e exilados eram as restrições existentes para alugar imóveis no Brasil, para moradia ou comércio. Os aluguéis quase sempre representaram um problema para os emigrados em geral, já que eles raramente tinham condições de apresentar garantias ou fiadores. Elsa descreve claramente e com pormenores as dificuldades enfrentadas por sua família nesse quesito:

*No se conseguía alquilar casa si no se tenían dos brasileiros que residieran en Porto Alegre, que tuvieran dos propiedades y que sirvieran de garante al alquiler. (...) Bueno, hasta que conseguimos alquilar algo, que nos sirvieran de garante dos personas brasileras que nos conocieran, pasó muchísimo tiempo. Estuvimos como un año en un hotel y la plata se nos iba... fue difícilísimo entrar e instalarse.*⁹⁵⁷

Nesse mesmo sentido vão as lembranças de Carlos. Ele recordou-se muito bem que (...) *las condiciones de los alquileres que debíamos pagar eran “leoninas”*.⁹⁵⁸ Ou seja, que deviam pagar mais caro a falta de fiadores e eles tornavam-se presas fáceis de inescrupulosos especuladores das empresas

⁹⁵⁶ Entrevista com R. N. realizada em Porto Alegre - 29/10/2001.

⁹⁵⁷ Entrevista com E. G. realizada em Mendoza, Argentina - 25/09/2007.

⁹⁵⁸ CLARET, Carlos A, op.cit., 17/06/2009, p.4.

imobiliárias. Evidentemente que para os ilegais a questão da moradia se tornava um problema agravado pela falta da documentação, o que os obrigava a alugar por temporadas, sempre na condição de turistas, ou então contar com algum bom amigo brasileiro (ou estrangeiro, mas residente legal) que lhes servisse de testa-de-ferro. Não obstante, nem sempre podia se contar com a amizade e compreensão dos brasileiros ou mesmo de argentinos residentes há mais tempo. Em alguns casos, a relação entre os recém-chegados e os habitantes do local distava de ser harmoniosa, como veremos nos dois itens seguintes.

6. 3. Argentinos X Brasileiros: Da Rivalidade nos Gramados à Discriminação dos “Castelhanos”

De um modo geral, a maioria dos entrevistados nos relatou ter sido sempre muito bem recebidos e tratados no Brasil, com o qual, em primeira instância, seus depoimentos reforçavam a ubíqua representação social da cordialidade inerente ao povo brasileiro. Em diversos casos, os entrevistados destacaram a importância da solidariedade brindada por muitos brasileiros em diversos aspectos, como foi especialmente observado ao longo do Capítulo 3 e no caso Claret especificamente.

Antônio foi um dos que declarou que sempre se sentiu bem-vindo no Brasil, embora não tenha se adaptado ao Rio de Janeiro, sua primeira escala no país:

Yo tuve más dificultad en Rio de Janeiro. Cuando vine a Porto Alegre, me encajé bien. (...) Me gustó que Rio Grande do Sul tiene una cultura bastante española y me sentí un poco en casa. En Rio de Janeiro no era...Entonces resolví quedarme, “ficar” aquí, pase tres meses y me quedé. La cultura “gaúcha é muito” parecida con la cultura argentina.⁹⁵⁹

O depoimento de Antonio foi dado em espanhol, mas permeado de palavras em português. Logo, a sua fala carregada de hibridismos revela, de forma sutil, o seu trânsito entre as duas culturas. O que deve ser destacado, neste depoimento, é que o entrevistado ressalta o “parentesco” e a semelhança cultural entre gaúchos e

⁹⁵⁹ Entrevista com A. B. realizada em Porto Alegre, 17/03/2008.

argentinos. Voltaremos a este ponto um pouco mais adiante, ao falarmos sobre a questão da música.

Contudo, em outros depoimentos, surgiram alguns antagonismos entre argentinos e brasileiros, mas que inicialmente tendem a aparecer bastante matizados ou relativizados, sendo colocados em segundo plano pelos próprios depoentes, como figura no depoimento abaixo:

El brasilero tiene eso, a uno lo aceptó desde que llegó. Yo creo que es un país que ha recibido siempre bien, a nosotros nunca nos hicieron a un lado, a pesar de que hay diferencias de muchas raíces y problemas que ha habido entre los países... despectivamente, nos pueden llamar “los castellanos”, eso es una cuestión para discutirlo mas en el terreno futbolístico que ideológico. Nada más que eso, pero en otro sentido, siempre nos han abierto las puertas.⁹⁶⁰

À medida que as entrevistas avançavam (ou se realizava uma segunda ou terceira entrevista) podia-se perceber que essa relação entre os dois povos “irmãos” não era tão harmoniosa quanto aparentava ser a simples vista e que certas dicotomias estavam presentes. Vejamos o seguinte depoimento:

Ahora vamos a hablar de las cosas malas, que son malas, pero no le hacen mella a todo lo bueno de acá. (...) O sea, “los castellanos”... así, en bromita, pero... ¡en serio! Lo siento hasta hoy. Es una discriminación disfrazada, sutil. Hábilmente disfrazada, pero aquí hay.⁹⁶¹

É interessante destacar que Carlos P. fez um balanço contrapesando os fatores positivos e negativos de estar no Brasil, no qual os primeiros superam amplamente os segundos. No entanto, embora ele relativize o impacto das “*cosas malas*” do Brasil, ao mesmo tempo, ele não pode desconsiderá-las, com o qual se depreende que o seu peso simbólico ainda é significativo, para o depoente.

Ou seja, na convivência cotidiana entre brasileiros e argentinos, os chamados “narcisismos das pequenas diferenças”, como bem assinalou o psicanalista Marcelo Viñar⁹⁶², teimavam em se fazer salientes revelando a existência de comportamentos

⁹⁶⁰ Entrevista com J. P. realizada em Porto Alegre – 09/08/2008.

⁹⁶¹ Entrevista com C. P. realizada em Porto Alegre, 07/08/2008.

⁹⁶² VIÑAR, Maren e Marcelo, op. cit., 1992, p. 127.

discriminatórios e inclusive de cunho xenófobo, mesmo que sutilmente camuflados em forma humorística, como pode ser observado no depoimento supracitado. Aos poucos, as “*cosas malas*” iriam aparecendo no decorrer das entrevistas. E entre esses aspectos negativos se fez especialmente presente à rivalidade histórica entre brasileiros e argentinos nos campos de futebol. Em diversos depoimentos emergiram das “trevas da memória” relatos de xenofobia, por parte de alguns brasileiros, em relação aos argentinos. Na sua grande maioria, por questões vinculadas ao futebol.

Deve ser lembrado que este esporte é um fenômeno de massas cultuado (em ambos os países) com um fervor quase religioso. Em certos casos, o fanatismo irracional dos aficionados pelo futebol beira o comportamento patológico e, inclusive, pode chegar a despertar nas multidões um comportamento intolerante e agressivo, quando não brutalmente violento, direcionado ao adversário ou a quem ousar antepor-se a “turba” futebolística.

De um modo geral, o futebol encarna o “espírito nacional” nos dois países, catalisando simultaneamente paixões e ódios e funcionando como um importante elemento estruturador da identidade nacional. Por representar justamente esse “ser nacional” abstrato, mas imaginado, é que o futebol pode ser utilizado pela esfera política como um eficaz instrumento de manipulação e alienação das massas, além de servir para instigar comportamentos chauvinistas.

De acordo com Eric Hobsbawn, foi durante o período Entre-guerras (1918-1939) que o futebol (assim como outras modalidades e eventos desportivos internacionais, como a Olimpíada) atingiu uma dimensão coletiva antes inimaginável, preenchendo lacunas deixadas entre a esfera pública e o universo privado. O futebol, dentro da nova lógica da sociedade de massas, converteu-se em uma sublimação psicológica das disputas e até de alguns conflitos nacionais, onde cada um dos times em campo representava não somente o Estado nacional, mas também o conjunto de seus habitantes.⁹⁶³

Nesse sentido, a pseudo-luta simbólica encarnada no futebol propiciava (e ainda propicia) uma “válvula de alívio” social para um número ilimitado de questões e ressentimentos (seja no plano individual ou coletivo) presentes e que são geradores de tensão e situações de estresse cotidiano em nossas sociedades.

⁹⁶³ HOBSBAWM, Eric J, op. cit., p. 170-171.

Pouco a pouco, as disputas futebolísticas começaram a se transformar em expressões da luta nacional, investindo-se na figura de cada jogador um ícone representativo da comunidade nacional. Dessa forma, cada vitória era encarada como se fosse um “triunfo bélico”, assim como cada partida perdida significava uma derrota que pertencia a todos os habitantes desse território nacional. Para Hobsbawm, o futebol conseguiu uma façanha ao possibilitar semelhante grau de identificação entre a pessoa e a nação, fomentando o sentimento nacional. Logo, o segredo desse sucesso do futebol residiria em que

(...) mesmo os menores indivíduos políticos ou públicos podiam se identificar com a nação, simbolizada por jovens que se destacavam no que praticamente todo homem quer, ou uma vez na vida terá querido: ser bom naquilo que faz. A imaginária comunidade de milhões parece mais real na forma de um time de onze pessoas com nome. O indivíduo, mesmo aquele que apenas torce, torna-se o próprio símbolo de sua nação.⁹⁶⁴

Para Ruy Carlos Ostermann, o futebol representa, além disso, uma espécie de re-encenação simbólica de um confronto histórico entre dois países. Por exemplo, a cada jogo Argentina versus Brasil,

Ressurge a desavença histórica dos povos sob a forma simbólica do conflito do futebol. E o desencadeado dos fatos, se não remonta as razões históricas de ocupação, pilhagem, degola e desterro, refaz a ordem dos feitos, a bravata das conquistas, o regozijo da vitória pessoal e da Nação, modulada pelo transitório dos estádios.⁹⁶⁵

Ou seja, é como se o futebol tivesse a capacidade de “reescrever”, a cada partida, o resultado histórico de uma disputa ancestral tornada atemporal, em virtude de que, a cada próximo jogo-embate, o resultado do jogo anterior pode ser revertido, o que se constitui em alimento da rivalidade e de um eterno revanchismo à expectativa de uma “nova” oportunidade: o próximo campeonato-conflito.

Isso foi sentido em “carne própria” por Daniel, que passou parte da infância e toda sua adolescência em Porto Alegre. De fato, para ele o futebol se revestia desse

⁹⁶⁴ Idem, p. 171.

⁹⁶⁵ OSTERMANN, Ruy C. Fronteiriças. In: MARTINS, Maria H. *Fronteiras Culturais: Brasil-Uruguai-Argentina*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002, p. 212.

caráter de conflito binacional. Contudo, na sua experiência vivida, o conflito representado no jogo não era apenas “simbólico” ou abstrato, mas se transformava em um embate concreto cujos resultados influíam direto no seu microcosmo cotidiano.

Embora hoje estas lembranças lhe resultem risíveis à luz do presente como adulto, nos seus tempos de criança estes eventos adquiriam, para ele, uma perspectiva verdadeiramente assustadora, na proporção da infância. Assim, a cada aproximação de um jogo Brasil x Argentina, Daniel recordou que sentia uma enorme pressão do seu imediato entorno social: a escola. Para seus colegas de classe, a figura de Daniel “transformava-se”, nos momentos prévios ao “combate simbólico”, na encarnação do “inimigo” e no receptáculo de todo um conjunto de representações sociais (negativas) sobre a Argentina. Em suma, convertera-se, a contragosto, em um representante quase “oficial” da nação argentina, sobre quem cairiam as chacotas (no caso da derrota argentina) ou uma possível ação punitiva, como vingança frente a uma vitória da seleção celeste e branca: *Y, si amenazaron, y te decían que... no se que... Y ay que Argentina le fuera a ganar a Brasil. ¡No, (desejava) que no le gane, porque sino nos van a linchar acá (risos)!⁹⁶⁶*

Cabe lembrar, contudo, que as percepções sobre a discriminação e a importância que é dada a esta são questões subjetivas: cada pessoa percebe e reage a seu modo a essa provocação. Por exemplo, Carlos Claret, apesar de todo o ocorrido (como foi visto no Capítulo 4) não considera haver sentido nenhuma espécie de discriminação aqui no Brasil. No entanto, com respeito ao futebol, ele se relembra da Copa de 1978, a qual festejou na companhia da família, em Passo Fundo: *Ah, si. Cuando Argentina ganó el Mundial tiraron un cohete en el patio de mi casa. Pero digamos, fue una cosa...Yo, al día siguiente, no fui a trabajar ¡por las dudas! (risos).⁹⁶⁷* De fato, o festejo da vitória em “território inimigo” podia soar ofensivo aos anfitriões e ser potencialmente perigoso. Era melhor não provocar.

Muitos argentinos destacaram a permanência dessa xenofobia. Mais de um entrevistado chegou a assinalar que essa discriminação é percebida como um processo que teria avançado com o passar dos anos e se localizaria especialmente no

⁹⁶⁶ Entrevista com D. D. realizada em Mendoza - 25/09/2007.

⁹⁶⁷ Entrevista com Carlos Claret realizada em Foz do Iguaçu - 18/09/2009.

Rio Grande do Sul. Ou seja, a xenofobia dirigida aos argentinos não somente teria uma historicidade própria como também teria um lócus privilegiado dentro do Brasil.

Três depoentes foram enfáticos ao afirmar este caráter geográfico da discriminação. Coincidentemente, os três haviam residido primeiramente em São Paulo. Por exemplo, Ernesto relembrou que no início (1975) ele não se sentiu discriminado de forma alguma, antes pelo contrário: (...) *cuando yo llegué era una honra recibir a un argentino.*⁹⁶⁸ Carlos P., que passou também seus primeiros anos em São Paulo, reforçou a idéia ao dizer que (...) *yo acá en el sur noto la discriminación, cosa que en San Pablo no se nota. (...) Es en forma de bromita, pero si fuera a escarbar hay. Alguna cosa hay. Acá como es frontera...*⁹⁶⁹ Em seu depoimento, Jaime também declarou sofrer constantemente com a discriminação. Quando perguntado pelo autor se ele já havia sentido discriminado alguma vez, ele respondeu ironicamente:

*¿Aquí? Y, tres veces por semana. (risos) No, siempre. Especialmente después que vine a Porto Alegre. No sé, creo que porque estamos tan cerca. Al gaúcho no le gusta el argentino... pero a las gaúchas sí les gustan. (risos)*⁹⁷⁰

É interessante destacar as inúmeras perspectivas pessoais que os distintos depoimentos orais nos permitem acessar. Carlos e Jaime buscaram justificativas de índole cultural ou histórica para tentar explicar as raízes de tal intolerância: a questão da fronteira, o fato de argentinos e gaúchos ser próximos físicos, cultural e historicamente. Relembremos que Antônio, no primeiro depoimento dado neste item, também apontou para as raízes culturais e históricas compartilhadas, mas para explicar exatamente o oposto. Ou seja, porque ele havia se sentido tão bem no Rio Grande do Sul.

Nesse sentido, cabe lembrar que a fronteira não é apenas um marco de separação territorial ou delimitador de uma superfície, mas que também encerra questões identitárias que transcendem a geopolítica dos Estados nacionais. Em outro sentido, também podemos pensar a “fronteira” como sendo uma construção

⁹⁶⁸ Entrevista com E. T. realizada em Porto Alegre – 08/08/2008.

⁹⁶⁹ *Bromita*: diminutivo de *broma*, ou seja, piada. Entrevista com C. P. realizada em Porto Alegre, 07/08/2008.

⁹⁷⁰ Entrevista com J. A. realizada em Porto Alegre – 05/08/2008.

simbólica que remete a um processo de constituição de uma determinada identidade nacional e cultural, mas que simultaneamente cria definições imaginárias sobre aqueles que se situam ao “outro” lado daquela fronteira. Assim, conforme Sandra Pesavento,

Nessa medida, o conceito de fronteira trabalha, necessariamente, com princípios de reconhecimento que envolvem analogias, oposições e correspondências de igualdade, em um jogo permanente de interpenetração e interconexões variadas. É por esse viés de compreensão da fronteira que se confrontam as percepções da alteridade e da identidade, ou que se contrapõem as construções imaginárias de referência, definindo-se os “outros” com relação ao “nós” e vice-versa.⁹⁷¹

Ou seja, enquanto a “fronteira” marca pertencimento, semelhanças e hibridizações possíveis, ela também acentua as diferenças, o que nos mostra o quão ambígua, contraditória e complexa é essa inter-relação bilateral. Nesse sentido, podemos pensar nas imbricações presentes nesse jogo entre alteridade e identidade. A relação com o “outro” é plasmada de ambiguidades. Para a psicanálise, o “outro” não é apenas diferente, estranho ou estrangeiro. Ele também é indispensável para a constituição do próprio “eu”, funcionando como uma espécie de espelho invertido de nós mesmos, o que nos leva a uma situação paradoxal, como explica Vives-Rocabert,

El “otro”, el extraño que es lo desconocido, es, al mismo tiempo, lo más familiar respecto de nuestra identidad, nuestro sustrato más íntimo, ya que de ese “otro” nos hemos formado. Esto hace que en el tema del “otro”, del extranjero, tengamos que referirnos, por necesidad, a ese sentimiento un tanto inefable de lo siniestro: el “otro” es nuestra sombra, es decir, parte de nosotros, aunque quizás una parte escindida, una zona que se encuentra fuera de nuestra posibilidad de conocimiento.⁹⁷²

Portanto, na acepção de Vives-Rocabert, estas partes desconhecidas do nosso “eu”, aspectos inconscientes percebidos como sinistros ou misteriosos, são vistos como “estrangeiros” à nossa constituição como sujeitos e, portanto, acabam sendo projetadas sobre o “outro” (o estrangeiro de fato) convertido em receptáculo do nosso “outro” interior. Logo, não estranha que sobre o estrangeiro se construa todo

⁹⁷¹ PESAVENTO, Sandra. Além das fronteiras. In: MARTINS, Maria H., op. cit., p.36.

⁹⁷² VIVES-ROCABERT, Juan, op. cit., p. 50-51.

um sistema de representações, geralmente negativas (embora não se exclua a possibilidade de certo deslumbramento pelo diferente, como visto anteriormente), onde se ressalta um conjunto de dessemelhanças imaginárias, que podem ser desde as diferenças entre as nações, passando pela cor da pele, a língua ou os sotaques, sem esquecermos, é claro, do futebol.

E foi particularmente na questão futebolística onde Jaime percebeu que ser argentino adquiriria um “peso diferente” no Brasil e que a sua natureza nacional suscitava agressão por parte da sociedade brasileira, especialmente a gaúcha:

*Acá en el diario salían todos los días cosas, mirá que yo tengo dos hijos brasileiros, yo escribí, me publicaron... (Eram) cosas de fútbol, de mezclar las cosas extra-fútbol, los chistecitos, siempre. Yo llegué a hablar con Jorge Biglione (cónsul argentino) así para hablar con (a imprensa gaúcha). De repente, te hacían una entrevista sobre el fútbol, la historia del fútbol y decían: los ingleses inventaron el fútbol, los italianos como gerenciarlo, los brasileiros como ganarlo y los argentinos, como no tenían nada que inventar, inventaron la envidia, la “inveja”. ¿Viste? ¡Gratis, al pedo!*⁹⁷³

Tal como Jaime, nos últimos tempos, Ernesto sentiu-se especialmente ofendido por comentários anti-argentinos veiculados pela mídia. Ele chegou a fazer uma reclamação telefônica a um dos jornalistas responsáveis por tais matérias: *Por culpa de esas estupideces que Ud. dice mi familia, que es brasilera, es agredida. ¿Por que crean esa situación? ¿Cual es el...?*⁹⁷⁴

Além disso, assim como Jaime, Ernesto também procurou a representação consular para constar a sua reclamação. No auge da sua irritação, chegou a externar, em uma reunião no Consulado, um pensamento que hoje ele mesmo considera exagerado, mas que provavelmente reflete o quão insuportáveis estava se tornando as “brincadeiras” da imprensa gaúcha a respeito dos argentinos:

Mira la barbaridad que dije: la prensa brasilera esta preparando para a los brasileiros para invadir Argentina. – ¡Ah, pará! ¡Sos un exagerado! (lhe disseram) - Yo dije: Hitler, en los discursos de antes de la Segunda Guerra siempre contaba una “piada” de los

⁹⁷³ Chistecitos: piadinhas. Al pedo: estar à toa. Entrevista com J. A. realizada em Porto Alegre – 05/08/2008.

⁹⁷⁴ Entrevista com E. T. realizada em Porto Alegre – 05/08/2008

*poloneses. Coincidentemente, el primer país que invadió fue Polonia, con eso...*⁹⁷⁵

Já Daniel relativiza e considera que a discriminação não é generalizada na sociedade brasileira ou gaúcha. Todavia, ainda coincide com outros compatriotas ao considerar a mídia como uma das responsáveis em fomentar tais antagonismos contra a comunidade argentina. Além disso, destaca que nos seus tempos de Brasil, por precaução, evitava externar sua “argentinidade” ocultando um dos principais atributos, a língua:

*Mirá, hay personas y personas. Hay gente que por ser argentino, inclusive, te tienen mas aprecio, no hay tanto... Pero hay mucha gente... incluso uno ve que hasta los medios de comunicación que se incentiva esa cuestión de desprecio al extranjero, al argentino, se le nota mucho. Me he cansado, muchas veces de (como yo dominaba la lengua) no decir que era argentino y escuchaba a la gente decir “que estos argentinos de miércoles” y yo me quedaba riendo, porque los escuchaba y les sacaba la información y veía que tipo de comentario hacían sobre los argentinos.*⁹⁷⁶

Já Andrea declarou não se sentir segregada por ser argentina, embora tenha percebido que isso aconteceu com outros. No entanto,

*Lo único que a veces me molestaba eran las “piadas” que te dicen que no sabes hablar portugués, eso me costó un poco, ¿viste? Me costaba hablar en un congreso, porque decía: voy a abrir la boca, empezar a hablar y van a ver que soy argentina...*⁹⁷⁷

De modo semelhante, o depoimento de José nos mostra o quão complexa é a questão da língua para o estrangeiro emigrado. Enquanto a língua do “outro” se converte em obstáculo, a língua originária se constitui em um quase indisfarçável elemento de distinção da alteridade e que frequentemente carrega significados contraditórios, ora percebidos como negativos, ora percebidos como positivos, quando não uma combinação de ambos:

⁹⁷⁵ Entrevista com E. T. realizada em Porto Alegre – 05/08/2008

⁹⁷⁶ *Miércoles*: aqui empregado como eufemismo para *mierda*. Entrevista com D. D. realizada em Mendoza - 25/09/2007.

⁹⁷⁷ Entrevista com A. T. realizada em Porto Alegre - 01/04/2008.

Yo estoy un poco cansado de ser extranjero, uno se cansa de ser extranjero. Si bien no pierdo el “sotaque” y tampoco hago el menor esfuerzo por perderlo, como una forma de autoidentificarme.⁹⁷⁸

Já Andrea, com o passar do tempo, passou a aceitar que carregava consigo uma indelével “marca de diferença”, o seu sotaque argentino. Logo, essa dessemelhança na forma de pronunciar o português falado, que tanto a havia incomodado, deixava de ser uma vergonha e passava a ser mais um elemento de reforço da sua identidade:

Yo aprendí que yo soy yo: yo soy resultado de una historia y nada de esa historia puede quedar afuera. Entonces, si yo hablo con mi “sotaque”... bueno, el que me acepta, me acepta, el que no... ¡Yo soy eso!⁹⁷⁹

O preconceito contra os argentinos também foi percebido por Mariana, que fez questão em definir-se como brasileira, embora nascida na Argentina, o que nos coloca diante do problema da auto-atribuição da identidade, ou da identidade como escolha: não basta aderir e sentir-se parte de “algo” se os membros que compõem esse “algo”, no caso a nação brasileira, não reconhecem essa pessoa que busca essa identificação como igual. Ela descreve esta situação de permanente tensão nos seguintes termos:

*Eu me sinto brasileira absolutamente brasileira. Porém, eu tenho que lidar com o preconceito de ser uma argentina. Esse preconceito no Brasil existe, embora seja uma das sociedades (que eu conheço) menos preconceituosas com respeito a estrangeiros, o preconceito contra argentino e contra argentino **portenho** é muito forte. Mas tu tens que lidar com isso aí. Mas eu me sinto **absolutamente** brasileira. Não sei como te explicar isso...(risos)⁹⁸⁰*

Por outro lado, Mariana e Daniel servem como bons exemplos daquilo que Stuart Hall chama de “identidade traduzida”, fruto de uma hibridização cultural e desenvolvidas a partir das novas diásporas do mundo globalizado e pós-colonial. Segundo ele, essas pessoas são obrigadas a “negociar” com as novas culturas em que

⁹⁷⁸ Entrevista com J.V. realizada em Porto Alegre - 20/06/2007.

⁹⁷⁹ Entrevista com A. T. realizada em Porto Alegre - 01/04/2008.

⁹⁸⁰ Entrevista com M. A. realizada em Porto Alegre - 11/09/2007.

vivem, já que carregam consigo as marcas das suas tradições, seus códigos culturais e histórias originárias. Ou seja, (...) *devem aprender a habitar, no mínimo, a falar duas linguagens culturais, a traduzir e a negociar entre elas*⁹⁸¹, de forma irrevogável, o que certamente dista de ser uma tarefa simples e isenta de contradições:

(...) *Eu tenho que lidar com essa dupla identidade, eu sou uma brasileira, que fala perfeitamente o português, que cozinha comidas mais típicas brasileiras com perfeição e por outro lado tem um monte de gente que me trata como argentina.*⁹⁸²

O fato de dominar o português, a língua do país de acolha, lhes dava maior solvência para mover-se na cultura do “outro” e romper um pouco com o estigma de ser e parecer estrangeiro. Afinal de contas, como afirma Monica Szurmuk, (...) *el lenguaje es la casa que se lleva encima y desde el cual se anuncia la extranjería.*⁹⁸³ Minimizada a principal marca da diferença, aumentavam-se as possibilidades de aproximação, abrindo caminhos para a hibridação cultural, a qual, por fomentar o contato e o conhecimento mútuo permite que se superem preconceitos, já que (...) *la ignorancia interviene en el nacimiento del prejuicio y que factores económicos, políticos y sociológicos coadyuvan en su constitución.*⁹⁸⁴

Ou seja, para superar o preconceito, no caso o xenofóbico, se torna necessário conhecer. Apenas conhecendo poderemos entender e assim respeitar a diferença. Como bem colocaram dois entrevistados, que ultimamente tem sentido uma sutil mudança em relação à discriminação aos argentinos. Perguntado pelo autor a que atribuí essa postura, Ernesto respondeu:

*¿Se calmo, sabes? Porque con esa invasión de brasileiros, conocen más la Argentina y se calmó esa agresión de la gente. (Intervenção Jaime: ...y porque van muchos para allá.) Si, y como los tratan bien, cambió eso.*⁹⁸⁵

⁹⁸¹ HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2005, p. 89.

⁹⁸² Entrevista com M. A. realizada em Porto Alegre - 11/09/2007.

⁹⁸³ SZURMUK, Monica. Extranjería y exilio en la Nave de los locos. In: BLANCK-CEREIJIDO, Fanny, YANKELEVICH, Pablo (comp.), op. cit., p. 98.

⁹⁸⁴ BLANCK-CEREIJIDO, Fanny. La mirada sobre el extranjero. In: BLANCK-CEREIJIDO, Fanny, YANKELEVICH, Pablo (comp.), op. cit., p. 25.

⁹⁸⁵ Entrevista com E. T. realizada em Porto Alegre – 05/08/2008

Por fim, podemos perceber, na voz de um entrevistado, a intrincada mistura que compõe o ser um argentino em terra alheia: uma amalgama que justapõe, entre outros, nação, futebol, política e língua nacional como elementos aglutinadores e constitutivos da sua identidade, mesmo em alguém que se define “internacionalista”, como José. Quando o autor lhe perguntou se não se identificava mais com um ou outro país, ele respondeu:

*No, el mundo es tan ancho y tan ajeno, como diría... ¡Pero nunca dejé de ser argentino, nunca deje de “torcer” por Boca Juniors, nunca dejé de luchar contra el imperialismo en la Argentina, nunca dejé la lengua española, que me apasiona!*⁹⁸⁶

6. 3. 1. Argentinos X Argentinos: A Desconstrução da Sabedoria de *Martin*

Fierro

*Los hermanos sean unidos,
porque ésa es la ley primera;
tengan unión verdadera,
en cualquier tiempo que sea,
porque, si entre ellos se pelean,
los devoran los de ajuera.*⁹⁸⁷

No exterior, as pessoas emigradas passam, quase que automaticamente, a buscar o contato e a proximidade com os seus compatriotas como forma de romper com o isolamento e o desamparo provocado pelo processo migratório. No entanto, esse contato nem sempre é bem visto e os recém-chegados nem sempre são bem recebidos como desejariam. É quase um axioma da imigração: aquele que chega por último se torna objeto de desconfiança, discriminação e desprezo, pois é o novo “outro” que precisa lutar para conquistar um espaço.

A afirmativa acima é especialmente válida no caso daqueles que chegaram ao Brasil na condição de exilados políticos e tomaram contato com uma comunidade argentina já estabelecida. Além de ser “novatos”, pesava sobre suas costas o estigma da questão política, pois no imaginário de alguns dos residentes antigos, os exilados não passavam de “guerrilheiros” ou “terroristas” e, fazendo eco do discurso excludente da ditadura, considerados “indignos” de ser argentinos.

⁹⁸⁶ Entrevista com J.V. realizada em Porto Alegre - 20/06/2007.

⁹⁸⁷ Conselhos do personagem Martin Fierro a seus filhos. HERNANDEZ, José. *Martin Fierro*. Buenos Aires: Ediciones Guatrache, 1953, estrofe 4696, p. 230.

Portanto, dada essa conjuntura, a colônia de imigrantes não se configurava como opção de socialização para aqueles que eram perseguidos ou dissidentes políticos e que, na maior parte dos casos, ainda estavam irregularmente no Brasil. Dessa forma, exilados e imigrantes se olhavam mutuamente com preconceito e desconfiança.

Para o *montonero* Juan, o antagonismo era evidente: (...) *en el exilio en Brasil había que cuidarse un poco entre los que habían venido como una inmigración económica y que estaban muy identificados con líneas políticas contrarias a las nuestras, ¿no?*⁹⁸⁸

Ricardo foi mais um dos que nos relatou suas dificuldades iniciais de relacionamento com a comunidade argentina. Percebe-se que o contato era marcado pela tensão e uma extrema cautela:

*Era una cosa que me costaba trabajo: hallar tipos argentinos que pensarán como yo, algo parecido. No, no hubo caso. En Uruguay yo me veía con algunos, no podíamos hablar entre nosotros porque peligraba cualquiera. Y bueno, aquí, en el asunto de la gente argentina no me parecía tan bien ubicado. Me costó años encontrar algunos que estuvieran pensando parecido conmigo. En general, los argentinos que había eran del “otro lado”. Menos algunos casos, gente rajada acá... aparte había miedo.*⁹⁸⁹

A partir da sua ótica particular, Ricardo generalizou a colônia argentina como politicamente adversária, o que automaticamente a transformava em potencialmente perigosa. Claro que esta visão preconcebida (tão preconceituosa como a dos residentes, mas de signo inverso) era recorrente nos exilados, partindo de princípios ideológicos e estando impregnada da lógica binária que revestia a questão política na Argentina.

Logo, a saída dos exilados frente ao isolamento geralmente tendia a ocorrer em um plano mais limitado, pois os contatos sociais se estabeleciam de forma muito discreta, em uma esfera mais privada, da qual costumavam participar apenas parentes e amigos indicados, formando assim pequenos grupos. Ao contrário do que acontecia em países europeus e no México, onde os exilados conseguiram articular uma comunidade própria em moldes organizados. No Brasil, os exilados cercavam-

⁹⁸⁸ Entrevista com J. P. realizada em Porto Alegre - 09/08/2008

⁹⁸⁹ Segunda entrevista com R. A. realizada em Porto Alegre - 17/03/2008.

se de precauções e procuravam não chamar a atenção para poder passar despercebidos, preservando assim a segurança pessoal e do núcleo mais próximo, familiares e amigos em similar condição. E isso era especialmente importante em uma região de fronteira como o Rio Grande do Sul.

Gabriel nos relatou como funcionava essa dinâmica social e se teciam essas delicadas redes interpessoais, inicialmente pautadas em uma questão primordial: a identidade nacional em comum.

¿Y, había eso, no? Esas reuniones que fuimos a comer un asado, el fin de semana. (...) cada argentino invitaba otro y se buscaba establecer un vínculo de amistad... y nosotros le huimos un poco a eso por temor, pero los “otros” se reunían mucho más.

P: Por los “otros” ¿Ud. dice los amigos de Claret?

Claro, amistades que venían, otros argentinos que estaban ahí y se juntaban. Unos se conocieron ahí, me parece que se conocieron ahí todos. Y nosotros tratábamos de escabullirnos por causa de nuestros parientes que estaban involucrados. (...) se reunían para un asado, para hacer vida como de “colonia” ahí, así como se juntaban los uruguayos, los chilenos. Los chilenos se juntaban mucho. Y bueno, pero nosotros, teníamos temor.

Porque en esas reuniones siempre se pregunta: ¿Y vos que hacías? ¿De donde venís? Y que te paso, etc. Y siempre hay gente que escucha que puede ser de los servicios. Uno siempre con la sospecha, tal fulano será, tal otro... No de Claret, pero de los otros, porque uno tenía un olfato para detectar quienes eran personas confiables y quienes no lo eran.⁹⁹⁰

O “temor” a que tanto se refere Gabriel era o risco de infiltração por parte dos serviços de inteligência. No seu caso específico, certamente que esse temor e a cautela eram redobrados em virtude do seu parentesco com a liderança *montonera*, como vimos no Capítulo 4.

Todavia, o trauma da violência política somada ao medo de uma hipotética perseguição além-fronteiras pairava sobre cada exilado, fazendo com que estes vivessem em constante estado de alerta e num clima de permanente desconfiança com o mundo circundante. Alguns ainda seguiam as regras dos tempos da clandestinidade na Argentina. De uma forma geral, essas pessoas procuravam evitar aproximação com “estranhos”, especialmente outros argentinos que não

⁹⁹⁰ Entrevista com Gabriel Martínez Agüero, desde La Rioja, 22/11/2010

pertencessem a um círculo mais íntimo ou conhecido. Quando este contato se perfilava como inevitável apareciam em cena estratégias próprias de preservação. Deliberadamente, o passado imediato era ocultado com zelo e as atividades ligadas à política completamente omitidas. Assim procedia a família de Andrea:

Al principio, nos cuidábamos mucho de decir (...) que habíamos sido militantes. Incluso de hablar con las personas de Argentina que no conociésemos. Si, teníamos mucho cuidado. Porque, por la situación nuestra, teníamos noción... Nunca vimos nada raro, pero nosotros teníamos la idea de que ciertamente, o no se si veníamos con trauma de allá de pensar que eras perseguido, de que eras vigilado. Entonces, uno siempre tuvo mucha discreción de decir (...) lo que realmente habíamos sido.⁹⁹¹

Na família de Bruno os procedimentos de segurança eram similares. Bruno comentou que, frente às perguntas indiscretas de terceiros, ele já tinha um discurso pronto: (...) *la historia que yo contaba era que me habían contratado para una investigación en GENPA y en ese sentido Esther Grossi estuvo muy solidaria, porque me dio lugar y todo lo demás.*⁹⁹²

Conforme nos explicou sua esposa, certos temas, tais como a atuação política do casal, eram considerados como sendo “tabus” e por isso nem mesmo os filhos deveriam ter acesso a essas informações:

*Hoy hablamos de esto, pero durante años no hemos hablado para nada. Inclusive a nuestros hijos no les decíamos nada. O sea, era un modo de protegerlos. (Sua filha mais velha) dice que sabía que había “cosas” que no podía decir, que siempre que le preguntaban: - eh, pero ustedes viviendo en Buenos Aires, ¿cómo vinieron aquí?
- Ah, porque tuvieron que venir a trabajar... ¡y yo sabía que tenía que callarme la boca!⁹⁹³*

A psicanalista Susana Kaufman examinou como ocorrem esses intrincados processos de ruptura na transmissão das memórias e relatos de experiências traumáticas dentro do seio familiar. No âmbito da família, é normal que as “histórias” dos mais velhos sejam submetidas, pelos mais jovens, a uma reelaboração dessa informação que passa pela recriação e a ressignificação com base nas

⁹⁹¹ Entrevista com A. T. realizada em Porto Alegre - 01/04/2008.

⁹⁹² Entrevista com B. M. realizada em Porto Alegre - 13/07/2007.

⁹⁹³ Entrevista com H. G., realizada em Porto Alegre - 13/07/2007.

experiências próprias e na subjetividade individual. No entanto, dado o teor traumático das vivências aqui em questão, essa dinâmica adquire características específicas. Essas vivências-limite superam a capacidade humana de tolerância à dor, dificultando o processamento psíquico da experiência e transportando-a para o mundo do silêncio, onde residem as “coisas que não se podem dizer” as quais se referia à filha de Bruno. Assim, para Kaufman,

Dentro de la familia, cuidar puede ser callar, cuidar puede ser compartir. Contar puede ser el deseo y callar la única posibilidad de sobrevivencia. En todos casos la transmisión está presente en forma de memoria reconocida o ausente. En los vínculos familiares, las versiones de la historia pueden permanecer intocadas e inabordables, a veces por no remover el pasado, a veces por que pertenecen a lo que nunca se ha dicho. Hasta la curiosidad de los más jóvenes entra en pactos acerca de lo que no se puede preguntar o cuestionar. Sentimientos de culpa y protección por parte de la generación joven hacia los mayores que han callado suelen multiplicar silencios y síntomas.⁹⁹⁴

Logo, percebe-se que, em virtude dos traumas sofridos, muitas famílias foram obrigadas a recortar e selecionar “partes” do seu passado a ser silenciadas ou até mesmo apagadas. Com isso se compromete (embora sem impedi-la por completo) a transmissão das narrativas e das memórias familiares para as gerações seguintes, assim como se dificulta aos filhos e netos o processo de elaboração de uma história própria e original, de forma concatenada e inteligível; por um lado, conferindo-lhe identidade singular e, pelo outro, inserindo este indivíduo em uma determinada genealogia familiar.

No entanto, muito além dos receios e temores com respeito à colônia argentina residente, os emigrados por questão política tinham uma especial e lógica aversão pela representação oficial do seu país. Embora na época não se soubesse exatamente o quão envolvido estava o setor diplomático argentino com a dinâmica repressiva transnacional (embora houvesse muitas especulações), por precaução, as pessoas geralmente evitavam quaisquer contatos com o consulado. Alguns sequer entraram no prédio, até a redemocratização. Outros, só recorreriam ao consulado em

⁹⁹⁴ KAUFMAN, Susana. Lo legado y lo propio. Lazos familiares y transmisión de memorias. In: JELIN, Elizabeth; KAUFMAN, Susana G. *Subjetividad y figuras de la memoria*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2006, p. 50.

casos de extrema necessidade (a obtenção de um documento indispensável à legalização do emigrado no Brasil, por exemplo), mas quase sempre sob um permanente clima de medo e desconfiança, pois afinal nunca se sabia ao certo quem estava ou ainda permanecia na mira da repressão. A resposta dada por Ricardo a nosso questionamento é deveras significativa:

P: ¿Mantén Ud. algún contacto con el Consulado?

*¡No, por favor! Pero escuchame, si yo conocía... nunca tuve ninguna relación. Había un cónsul aquí que lo había puesto el Ministerio de Relaciones Exteriores durante la represión, que se llamaba Otero y yo no quería saber nada de él.*⁹⁹⁵

Outro entrevistado também emitiu uma opinião similar sobre os diplomatas e a instituição consular em Porto Alegre, mas em termos mais ásperos:

*No, no iba. (...) y hay un viejo que está ahí todavía y es de la época esa. Hace 200 años que está ahí porque es de la época caliente del plan Condor. Era terrible. Yo ni iba porque sabía que eran... saber lo que representaban, ya me rechazaba, a los diplomáticos.*⁹⁹⁶

A percepção do depoente sobre este tema não era gratuita, pois ele era amigo do engenheiro Claret. Deve ser lembrado que o consulado de Porto Alegre parece ter exercido um papel decisivo na captura de Carlos Claret em Passo Fundo, em 1978. Como também analisamos no Capítulo 4, um ano antes desse sequestro de Passo Fundo, o cônsul argentino em São Paulo colaborou de forma direta com a repressão no sequestro de dois argentinos naquela capital. Portanto, a análise das fontes nos confirmou que tanto os boatos como os medos de então referentes à colaboração do consulado com a ditadura não eram, de modo algum, meramente infundados.

A seguir, verificaremos como ocorreu, em Porto Alegre, o surgimento e a formação de um coletivo social da diáspora argentina, analisando seu processo evolutivo-organizacional, seus múltiplos vínculos com a pátria-mãe e com a terra de acolha, assim como sua real inserção entre o conjunto dos argentinos residentes

⁹⁹⁵ Segunda entrevista com R. A. realizada em Porto Alegre - 17/03/2008.

⁹⁹⁶ Entrevista com Héctor Garaventa realizada em Porto Alegre – 07/05/2010.

(independente de situação legal, afinidades políticas, etc.) nessa urbe. Por fim, abordaremos como se tecia a sua rede de relações sociais e se havia ou não parâmetros para inclusão ou exclusão de determinado indivíduo.

6. 3. 2. CADEPA, uma Instituição da Diáspora Argentina

O *Círculo Argentino de Porto Alegre* (CADEPA) foi oficialmente legalizado em 18 de abril de 1968⁹⁹⁷, embora seja possível que sua existência informal fosse bem anterior a essa data, segundo Antonio B., que foi membro da primeira comissão diretiva: *No, ya estaba fundado, pero yo fui cofundador, digamos, porque el Círculo estaba comenzando y fui integrante ahí.*⁹⁹⁸ Ainda conforme Antonio, o objetivo do CADEPA era divulgar a cultura argentina, a qual encontravam (...) *muito parecida com a gaúcha.*⁹⁹⁹

Inicialmente, o CADEPA parece ter sido mais como um grupo de amigos, conforme nos conta Marta quem, além de pertencer ao grupo desde longa data (meados dos anos 1970), tornou-se uma espécie de fiel depositária da sua memória oficial: *El Círculo ya está casi en los cincuenta años. Fueron dos argentinos, inclusive vive el abogado que lo fundó con otro señor que falleció (...)*¹⁰⁰⁰

Com a regularização, o CADEPA se transformava em uma instituição formal e passava a ter estatuto e pessoa jurídica, sob o comando de um presidente e uma comissão diretiva, composta por treze membros associados. Na sua estréia como sociedade, o CADEPA foi incumbido pelo Consulado Geral da República Argentina em Porto Alegre, para iniciar os festejos pátrios da *Semana de Mayo*: um exclusivo e elegante jantar dançante no Restaurante Panorama, no alto do Edifício da CRT, na Avenida Borges de Medeiros.¹⁰⁰¹ A ligação entre o Círculo e o Consulado data, no mínimo, dos tempos da sua fundação. Deve ser destacado também que o Cônsul e alguns membros do seu quadro funcional constavam como associados na lista de

⁹⁹⁷ Circular N^o 1- CADEPA, 06/05/1968, arquivo privado, diretoria CADEPA.

⁹⁹⁸ Entrevista com A. B. realizada em Porto Alegre, 17/03/2008.

⁹⁹⁹ Idem.

¹⁰⁰⁰ Infelizmente, não conseguimos entrevistar o referido senhor. Entrevista com Marta Prendergast realizada em Porto Alegre, 11/03/2008.

¹⁰⁰¹ Circular N^o 1- CADEPA, 06/05/1968, arquivo privado, diretoria CADEPA.

membros do Círculo.¹⁰⁰² O CADEPA enquadrava-se perfeitamente no âmbito da restritiva legislação brasileira sobre as organizações compostas por estrangeiros, onde se definia claramente os limites desse associativismo:

*Art. 107. É lícito aos estrangeiros associarem-se para fins culturais, religiosos, recreativos, beneficentes ou de assistência, filiarem-se a clubes sociais e desportivos, e a quaisquer outras entidades com iguais fins, bem como participarem de reunião comemorativa de datas nacionais ou acontecimentos de significação patriótica.*¹⁰⁰³

Assim como os indivíduos, as coletividades estrangeiras e atividades sociais e culturais dos estrangeiros estavam submetidas a monitoramento da Polícia Federal e as determinações do Ministério da Justiça, quem detinha a palavra final sobre qualquer assunto concernente aos estrangeiros. Qualquer envolvimento do coletivo estrangeiro com política (seja do país ou brasileira), ou alguma outra atividade que fosse considerada como uma interferência nos assuntos internos poderia ser enquadrada como ameaça aos “interesses nacionais”, o que significaria o cancelamento das atividades como se pode observar na própria lei:

Parágrafo único. As entidades mencionadas neste artigo, se constituídas de mais de metade de associados estrangeiros, somente poderão funcionar mediante autorização do Ministro da Justiça.

Art. 108. A entidade que houver obtido registro mediante falsa declaração de seus fins, ou que passar, depois de registrada, a exercer atividades proibidas, terá sumariamente cancelado o seu registro pelo Ministro da Justiça, e seu funcionamento será suspenso até que seja judicialmente dissolvida.

*Art. 109. O Ministro da Justiça poderá, sempre que considerar conveniente aos interesses nacionais, impedir a realização, por estrangeiros, de conferências, congressos e exposições artísticas ou folclóricas.*¹⁰⁰⁴

¹⁰⁰² Nômina Sócios CADEPA, agosto 1973? Arquivo privado, diretoria CADEPA.

¹⁰⁰³ Decreto N° 66.689, de 11 de junho de 1970, Artigo 100. Documento na íntegra disponível em: <http://www6.senado.gov.br/sicon/ListaReferencias.action?codigoBase=2&codigoDocumento=197119> - Acessado em 16 de outubro de 2008.

¹⁰⁰⁴ Decreto N° 66.689, de 11 de junho de 1970, Artigo 100. Documento na íntegra disponível em: <http://www6.senado.gov.br/sicon/ListaReferencias.action?codigoBase=2&codigoDocumento=197119> - Acessado em 16 de outubro de 2008.

Contudo, mais do que uma sociedade de índole cultural, o CADEPA concentrava seus esforços em realizar eventos festivos para a comunidade argentina. Ou seja, ele estava mais um clube social informal, apesar da legalização, pois o CADEPA não possuía sede própria. Assim, se alugavam espaços para as reuniões entre os membros, que aconteciam com certa frequência, mas especialmente estes encontros coincidiam com as datas pátrias argentinas, como o 25 de Maio e o 9 de Julho. Segundo Marta, as reuniões do CADEPA eram sempre feitas em restaurantes e nos salões dos “melhores clubes” de Porto Alegre, o que podemos conferir ao analisar os convites de outrora, guardados com zelo pela entrevistada. Por outro lado, essa prática renderia ao CADEPA o rótulo de “elitista” entre os outros argentinos que não faziam parte de esse clube seleta.¹⁰⁰⁵ Assim, os jantares-dançantes e as festas eram realizados na sede da Casa de Espanha, da Casa de Portugal ou da Sociedade Hípica Porto-Alegrense, enquanto não se criava uma “Casa Argentina” capaz de albergar o CADEPA.

Além das comemorações das datas argentinas, também se comemoravam efemérides brasileiras, como o Sete de Setembro. Eis um exemplo, uma carta convite aos associados, datada de 1969:

*CADEPA, deseando homenajear fraternalmente esta tierra que hoy es la nuestra, organizo para la noche del día 5 de septiembre (...) una cena danzante (...) será la forma festiva de celebrar el 147º aniversario de la Independencia Brasileña. (...) Seguros de contar con su presencia y esperando que la reunión resulte un paso más en el camino de la comprensión brasileño-argentina (...)*¹⁰⁰⁶

Talvez reuniões como esta fosse apenas um mecanismo de aproximação para propiciar uma melhor integração com o país de acolha; mas cabe lembrar que nesse contexto histórico de ditadura, isto também podia significar uma forma de adesismo (sincero ou oportunista, dependendo do caso) por parte da colônia argentina ao regime militar brasileiro. Enfim, podia ser uma forma de agradar os anfitriões.

¹⁰⁰⁵ Entrevista com M. P. realizada em Porto Alegre, 11/03/2008.

¹⁰⁰⁶ Convite - CADEPA, 25/08/1969, arquivo privado, diretoria CADEPA.

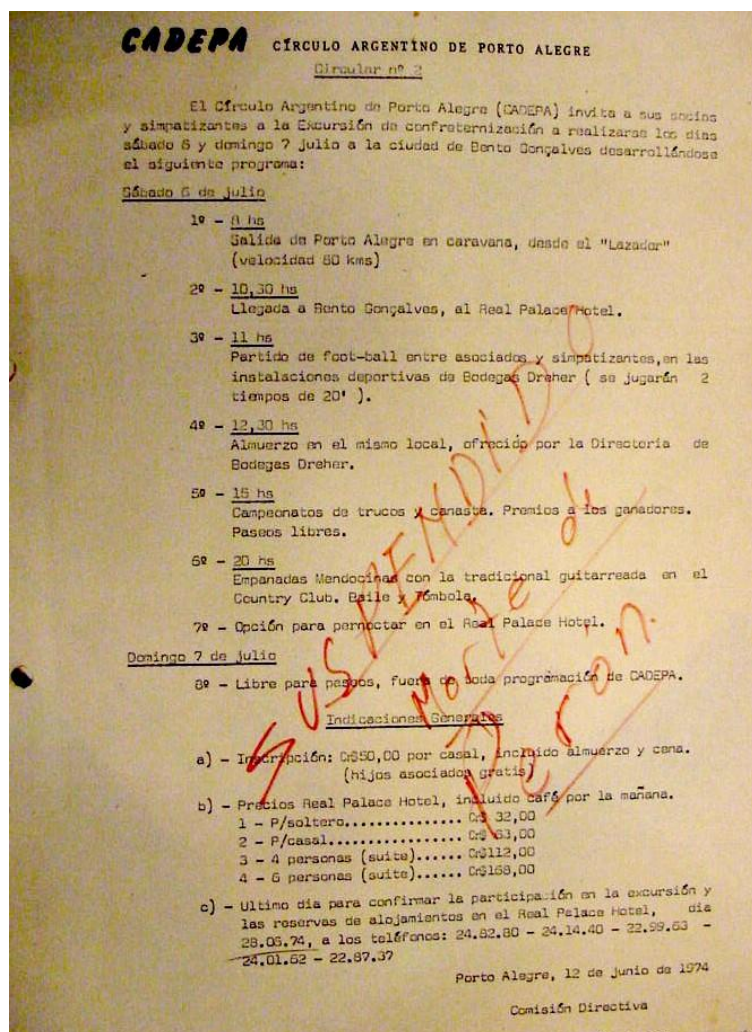


Figura 6.1. Programa completo de um típico evento coletivo do CADEPA, no caso uma excursão de fim-de-semana à Bento Gonçalves, região da Serra gaúcha. Como se observa, o minucioso cronograma do passeio contemplava uma série de atividades culturais, lúdicas, esportivas e culinárias que remetem a identidade argentina: futebol, jogos de carta, *guitarreadas*, baile, *empanadas mendocinas*. Entretanto, o evento em questão não aconteceu em virtude do luto oficial pela morte de Perón em 1º de julho de 1974 (Circular N°2 - CADEPA, 12/06/1974, arquivo privado, diretoria CADEPA).

As festas costumavam ser uma celebração da identidade argentina, onde se podiam degustar os pratos típicos da culinária platina, como *empanadas* e *asados*, geralmente regados a vinho tinto. De acordo com Sheffer, estas atividades de tipo “promocionais” na esfera cultural têm duplo propósito, pois elas tanto são direcionadas a comunidade própria quanto aos habitantes do país hospedeiro. Ou seja, por um lado, este tipo de atividade representa um constante reforço da identidade dos membros da diáspora, assim como também (re)estabelece ou fortalece vínculos com o país de origem. Mas, pelo outro, elas também outorgam maior

visibilidade social e esse coletivo étnico-nacional estrangeiro na sociedade de acolha, o que equivale a divulgar e, com isso, fomentar o conhecimento do “outro” sobre esses estrangeiros.¹⁰⁰⁷

A trilha sonora destes jantares e festas, embora não excluíssem a música internacional e a música brasileira, obviamente privilegiavam os estilos argentinos: o tango, a milonga e o folclore. Cabe destacar que, como cada evento realizado por uma comunidade estrangeira, essas festas deveriam ter, como de praxe, toda sua programação (inclusive a lista de músicas) submetida à análise de censura para liberação por parte do Ministério da Justiça, através do Serviço de Censura de Diversões Públicas da Superintendência Regional da Polícia Federal.¹⁰⁰⁸

O ambiente impregnado de emoção e nostalgia levava os participantes a evocar suas raízes e se sentir mais próximos de sua pátria. Antonio se lembrou, muito emocionado, destes momentos tão intensos para os imigrantes:

*Yo formaba un grupo de organizadores y todas esas cosas nosotros hacíamos una fiesta una vez por mes, más o menos. (...) Si, (a fazíamos) en cualquier club. Era “gostoso”, porque a gente estaba en un país diferente pero te encontrabas en aquel sábado, aquel domingo en la Argentina, en Buenos Aires... ¡Mi querido Buenos Aires!*¹⁰⁰⁹

O Círculo também tinha certa perspectiva integracionista, ou seja, procurava agrupar argentinos “avulsos” em Porto Alegre e ajudar os compatriotas na tarefa de adaptação ao novo país. Como coloca Zuccotti, os primeiros meses costumam ser os mais difíceis para um emigrado. O individuo ainda passa por uma etapa de choque cultural, como vimos anteriormente, e uma das reações mais costumeira, quase instintiva, é a de procurar o seu compatriota, como escape frente ao desarraigo e ao abalo emocional:

Reunirse con compatriotas es una meta primaria aunque más tarde pueda ser otra cosa, según indica la experiencia. Surge así la vida asociativa, como expresión de una tendencia natural a no marginarse y ayudarse mutuamente, por lo menos en los comienzos de la nueva existencia. Lo mueve el instinto de conservación, el temor a la soledad o cierta inseguridad personal.

¹⁰⁰⁷ SHEFFER, Gabriel, op. cit., 175.

¹⁰⁰⁸ Alvará para espetáculo – *playlist* de reunião CADEPA, 17/12/1982, arquivo privado, diretoria CADEPA.

¹⁰⁰⁹ Entrevista com A. B. realizada em Porto Alegre, 17/03/2008.

*Toma contacto con los núcleos existentes aunque ello sea para los momentos de expansión y de esparcimiento.*¹⁰¹⁰

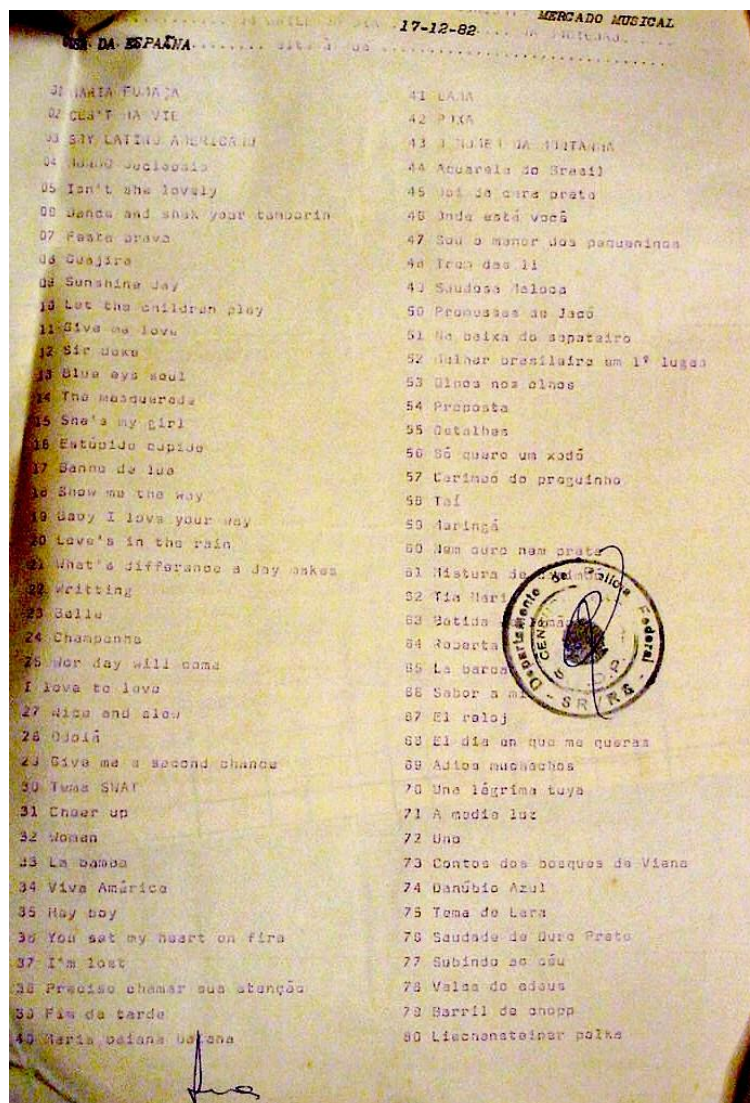


Figura 6.2. Lista de músicas que constavam de um pedido de emissão de Alvará para um evento do fim-de-ano do CADEPA, dezembro de 1982, realizado na Casa de Espanha. Bem destacado no documento, observa-se o carimbo do Serviço de Censura de Diversões Públicas da Superintendência Regional da Polícia Federal, que inspecionou a supracitada lista. (Alvará para espetáculo – *playlist* de reunião CADEPA, 17/12/1982, arquivo privado, diretoria CADEPA)

De modo geral, a aproximação com o CADEPA se dava por meio de uma rede contatos ou até poderia acontecer casualmente, como explicou Antonio:

Si había un argentino que estaba por ahí lo agarrábamos y lo llevábamos para la fiesta. Ahí con el tiempo se integraba (...) Ellos

¹⁰¹⁰ ZUCCOTTI, Juan, op. cit., p. 141.

*aparecían y alguno descubriría quien tenía un amigo y lo llevaba. No había un anuncio ni nada... era una relación personal.*¹⁰¹¹

Contudo, a tarefa de contatar o CADEPA certamente não era muito fácil para alguém recém-chegado que desconhecesse pessoas na cidade, já que a existência do grupo, como se observa, não era muito divulgada, seja por falta de meios ou interesse do próprio grupo em se expandir mais. Por outro lado, o grupo tinha quase um caráter de confraria privada.

O perfil sócio-econômico do Círculo era elevado, já que era composto por empresários, advogados, médicos, etc. Segundo comenta Pablo, nos seus primeiros tempos, o CADEPA era sustentado por (...) *dos o tres personas que tenían mucho dinero. Si había que hacer una fiesta ellos pagaban y no había problema.*¹⁰¹² Marta completa a frase: (...) *Gente de empresas argentinas que estaban acá que tenían el deber de ayudar. Así se 'bancaban' las fiestas y los eventos.*¹⁰¹³

Em síntese, quem integrava e custeava as atividades do Círculo era uma espécie de “elite” de imigrantes com determinado poder aquisitivo e cuja presença no Brasil se devia, principalmente, a motivos profissionais.

Além disso, podemos observar que, pelo menos nos primeiros tempos, o CADEPA se configurava como um clube com perfil eminentemente masculino, um tanto machista e patriarcal, no qual as mulheres e as crianças participavam das atividades na categoria de coadjuvantes. De acordo com a lista de membros titulares de 1973, não há constância de nenhum titular do sexo feminino.¹⁰¹⁴ Inclusive realizavam-se reuniões exclusivas do CADEPA onde se convidavam apenas os “seus associados do ‘sexo forte’”, em bares e clubes noturnos de Porto Alegre.¹⁰¹⁵

Como foi visto, houve um aumento da imigração argentina para o Brasil durante a década de 1970, especialmente a partir dos anos 1975-1976 em decorrência do agravamento das condições sociais e políticas do país vizinho. Esse fenômeno introduziu novos atores sociais no cenário porto-alegrense e na comunidade argentina de Porto Alegre: os perseguidos por problemas políticos. Ao que tudo nos indica a comunidade de imigrantes argentinos, agrupada em torno ao CADEPA, não

¹⁰¹¹ Entrevista com A. B. realizada em Porto Alegre, 17/03/2008.

¹⁰¹² Entrevista com P. O. realizada em Porto Alegre, 11/03/2008.

¹⁰¹³ Entrevista com M. P. realizada em Porto Alegre, 11/03/2008.

¹⁰¹⁴ Nómima Sócios CADEPA, agosto 1973? Arquivo privado, diretoria CADEPA.

¹⁰¹⁵ Convite CADEPA - Só para homens. 15/04/1975. Arquivo privado, diretoria CADEPA.

deve ter visto com bons olhos aqueles recém-chegados. Na imigração isso é um fenômeno bastante comum: os últimos a chegar quase sempre são vítimas de algum tipo de discriminação por parte daqueles que já estão assentados.

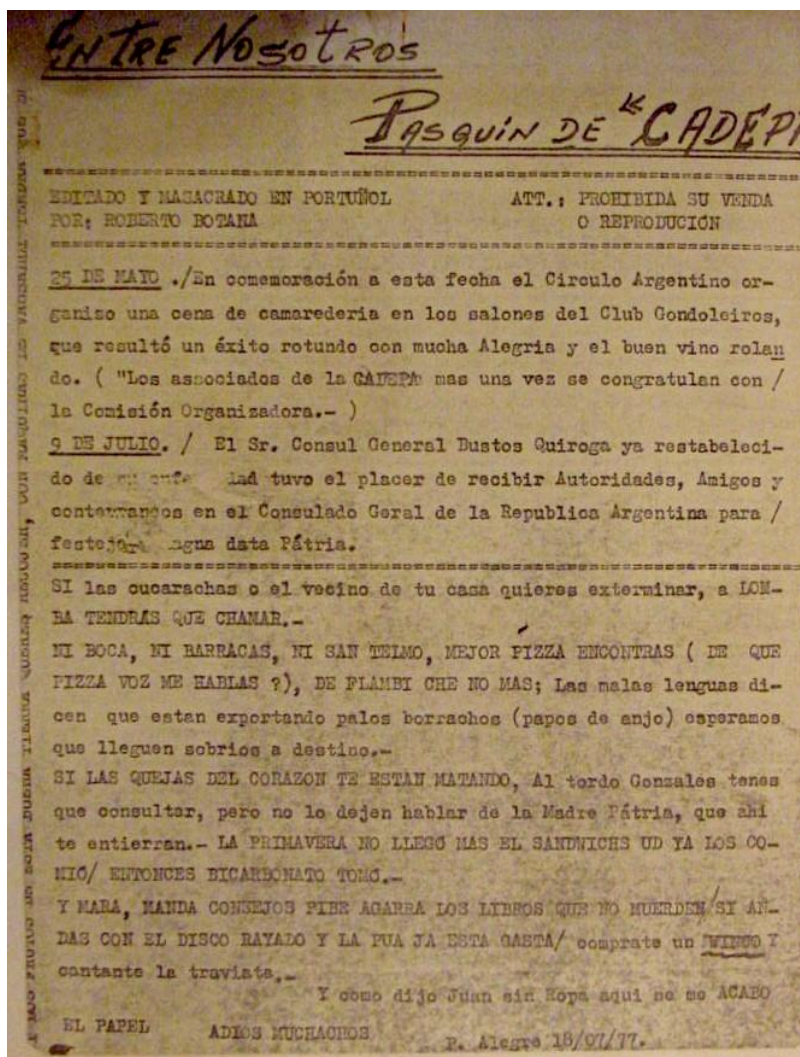


Figura 6.3. Este documento de feitiço artesanal parece ter servido como uma espécie de boletim informativo informal e, ao mesmo tempo, humorístico para o Círculo. O nome sugestivo, *Entre Nosotros – Pasquín de CADEPA*, certamente define o caráter e a origem do documento, que era produzido por um ou mais de seus membros e se destinava a circulação interna do grupo. (Boletim *Entre Nosotros - Pasquín de CADEPA*, 18/07/1977, arquivo privado, diretoria CADEPA).

Segundo nos relataram antigos membros do Círculo (anteriores a 1975-1976) a entidade não discriminava ninguém em virtude do seu posicionamento político. Para Antonio, um dos fundadores, a posição do CADEPA era plural e desvinculada da política. O “filtro” institucional seria apenas exercido na questão da nacionalidade:

(...) *Política no era nada. Éramos todos argentinos, no se discutía política.*

P: ¿Y se acercaba alguien de militancia?

*Era acepto... No, era acepto de cualquier forma. No importaba el pensamiento político del tipo; si era argentino, era argentino y pronto.*¹⁰¹⁶

Marta também fez questão de ressaltar, antes mesmo de ser perguntada a respeito, que o Círculo (...) *es exclusivamente de corte cultural y social: no hay política.*¹⁰¹⁷ A questão que intriga é porque estes membros antigos insistiram em despolitizar o âmbito do Círculo frente ao autor, sendo que a cultura política (em suas mais diversas manifestações) é um dos traços característicos da identidade nacional argentina, especialmente naqueles tempos de radicalização política, onde os grupos definiam sua identidade um em oposição ao outro. Essa despolitização pode advir de diversas origens.

Por um lado, ela poderia ser apenas uma resposta “automática” a proibição em exercer qualquer manifestação política no Brasil. Contudo, a despolitização também poderia ser um efeito do discurso nacionalista “enquadrador” da ditadura argentina, habilmente esgrimido pelos militares após esmagar qualquer tipo de dissidência, tal como foi utilizado durante o Mundial de 1978 ou a Guerra das Malvinas: um “argentinismo” de cunho chauvinista, caracterizado por uma unicidade de pensamento que cirurgicamente excluía outros adjetivos identitários, especialmente os políticos e particularmente os vinculados à esquerda. Assim, aqueles que teimassem em manter identidades políticas não avalizadas pelo regime, não seriam considerados argentinos.

Inserido na mesma lógica, mas atuando em contrapartida, a assunção de uma posição “apolítica” também poderia indicar um mecanismo de resguardo frente aos riscos que significava fazer política e ser um “sujeito político” em tempos ditatoriais. Assim, declarar-se “apolítico” equivalia a definir-se “neutro” frente ao embate entre governo e opositores, uma estratégia de sobrevivência que buscava desviar de si o foco da totalizante repressão estatal.

¹⁰¹⁶ Entrevista com A. B. realizada em Porto Alegre, 17/03/2008.

¹⁰¹⁷ Entrevista com M. P. realizada em Porto Alegre, 11/03/2008.

Por outro lado, o CADEPA parece ter sofrido pressões internas e, provavelmente externas, em função do aumento de número de argentinos emigrados. O crescimento na comunidade argentina de Porto Alegre era perceptível e se constituía em uma realidade que exigia ações concretas, alguma resposta.

Em 1978, uma nova Comissão Diretiva, talvez até percebendo este aumento no número de argentinos na cidade, parece ter sinalizado que a fase inicial marcada por festas e confraternizações esparsas, típicas de uma confraria, deveria ceder lugar a uma entidade social mais organizada, abrangente, institucionalizada e que conseguisse estruturar uma identidade coletiva multifacetada, indo além da mera questão nacional:

(...) CADEPA surgió de un grupo de argentinos residentes en Porto Alegre. Todos los asociados conocen esa parte histórica de la formación de nuestro grupo, y conocen también los esfuerzos y sacrificios de las comisiones que nos precedieron, para inyectar vida y entusiasmo y hacer de CADEPA un grupo de gente con una vida social más intensa que simples almuerzos o reuniones festivas en pocas ocasiones durante el año y con enorme gasto de energía de quienes heroicamente las organizaron. Nuestro intuio no es criticar, ni dividir; queremos sumar, aumentar.

Para eso, es necesario que nos concientizemos de que CADEPA, para ser una sociedad viva, un círculo actuante, precisa de gente que se conozcan, que se relacionen, que crie intereses en común. El hecho de ser todos argentinos y hablar el idioma patrio no basta.

Esta comisión directiva, llega hoy a ustedes a con una intención clara de promover esas condiciones para que nuestro círculo se transforme en una asociación con vida propia y actuante.¹⁰¹⁸

Com esta finalidade de promover o Círculo, a nova comissão encaminhou um questionário cujo objetivo era conhecer melhor o perfil dos membros. Segundo o documento, em posse desses dados, o CADEPA poderia fixar um rumo institucional, assim como objetivos a seguir. Contudo, segundo a própria comissão, o questionário teve pouca resposta¹⁰¹⁹, confirmando de certo modo o que a própria comissão havia vaticinado na sua primeira carta circular: (...) *Si usted, amigo asociado de CADEPA*

¹⁰¹⁸ *Carta Circular a los Socios - CADEPA, dezembro 1978 (?), arquivo privado, diretoria CADEPA.*

¹⁰¹⁹ *Carta - CADEPA, 26/04/1979, arquivo privado, diretoria CADEPA.*

no nos responde al “questionário”, es porque no existe CADEPA.¹⁰²⁰ Assim, o CADEPA continuava sendo um grupo informal e seletivo, reduto de uma minoria.

Apesar da composição social e do caráter político aparente insuspeito para as ditaduras, o governo militar brasileiro ainda manteve vigilância sobre as atividades do CADEPA e pontualmente sobre alguns membros. Cabe apontar que, apesar da comunidade de informações não considerar a entidade “suspeita” (já que a mesma não parecia estar vinculada a grupos “subversivos” argentinos¹⁰²¹). Como visto no Capítulo 5, Antônio, dirigente do CADEPA à época da Guerra das Malvinas, já havia sido alvo dos serviços de inteligência, por possuir um histórico de ativismo esquerdista incômodo para o regime brasileiro.

Mas antes dele, a investigação recaía sobre o também jornalista José Maria Villone, antigo sócio número 48.¹⁰²² Sua participação no governo de Isabel Perón, como secretário de imprensa e propaganda, lhe garantiu a perseguição da ditadura argentina e brasileira. Por ironia do destino, Villone, um dos artífices da temida Tríplice A, terminou sendo vítima do próprio aparato repressivo ilegal que ajudara a criar. Após o Golpe de 24 de março de 1976, Villone foi procurado no Brasil, onde teria residido desde 1960, por ser um possível local para refúgio.¹⁰²³ Uma matéria do Jornal do Brasil, de junho de 1975, destacava que Villone era um “velho amigo” do ex-ministro Lopez Rega e resumia a história da presença do jornalista no Brasil sinalizando simultaneamente suas vinculações no Rio Grande do Sul: (...) *este último (Villone), quando o peronismo estava fora da lei, trabalhou na imprensa em Porto Alegre e volta e meia vai ao Rio Grande rever os amigos.*¹⁰²⁴

Em outubro de 1976, um documento do Centro de Informações do Exército (CIE) do I Exército (RJ) apresentava uma relação com nomes de 149 argentinos

¹⁰²⁰ Idem.

¹⁰²¹ O documento lista as seguintes organizações: Grupos Argentinos pela Libertação (GAL), o Comitê de Solidariedade a Luta dos Argentinos pela Democracia (CSLAD) e o TYSAE, ao qual nos referimos já o Capítulo 5. Estas entidades, supostamente, operariam de forma clandestina no Brasil. INFE N°22-2807/82/SCI/SSP/RS (Confidencial), Organismos de argentinos promovem atividade no Rio Grande do Sul, 29/07/1982. Fundo SNI, Arquivo Nacional, Brasília.

¹⁰²² Nômina Sócios CADEPA, agosto 1973? Arquivo privado, diretoria CADEPA.

¹⁰²³ Profissionalmente, Villone exerceu atividades jornalísticas na Rádio Farroupilha e na extinta TV Canal 5 Piratini, mas também se tornou um empreendedor ao instalar uma agência de publicidade em Porto Alegre, a Noel Publicidade, junto com dois sócios brasileiros, Cláudio Ferreira e seu irmão. Em 1970, Villone ocupava a gerência comercial da Rádio Farroupilha e da TV Piratini. LARRAQUY, Marcelo. op. cit., 2007, p. 86 e 179.

¹⁰²⁴ Jornal do Brasil, 02/06/1975, p. 8. Recorte, arquivo privado.

procurados pelas novas autoridades militares da Argentina, onde eram acusados de terem praticado “ações subversivas” e partia-se do pressuposto que alguns deles poderiam encontrar-se refugiados no Brasil. Na longa lista, que incluía indistintamente guerrilheiros, militantes populares e membros do governo derrubado, constava “Jose Maria Willone” (sic), como o número 88 da lista.¹⁰²⁵ Aqui Villone e alguns dos antigos homens de Lopez Rega, foram listados como “subversivos”, indistintamente junto com militantes de esquerda, aqueles aos quais tanto haviam combatido.

Nesse ínterim, as autoridades brasileiras, em colaboração com as argentinas, continuavam buscando as possíveis conexões de Villone no Brasil e, em particular, no Rio Grande do Sul. Uma série de três documentos de igual teor (“pedidos de busca”) emitidos pelo DOPS/RS, de junho a outubro de 1977, informavam os “dados conhecidos” sobre o réu, dando constância de sua prisão e, principalmente, solicitavam maiores informações. Os sublinhados são nossos:

José Maria Villone, jornalista argentino, que, foi Secretário de Imprensa no governo de Isabel Perón, recentemente, por solicitação da Justiça argentina foi detido no Uruguai, em decorrência das falcatruas que teria cometido à testa da referida Secretaria de Estado.

Dados Solicitados: a) Reitera-se o PB de referência; b) Apurar se José Maria Villone esteve recentemente no Rio Grande do Sul; c) Caso positivo, datas e locais freqüentados e, se possível identificação das pessoas com as quais manteve contatos; d) Outros dados julgados úteis.¹⁰²⁶

Não consta no arquivo consultado nenhuma resposta, ou continuação, a estes três reiterados pedidos de busca. Portanto, não sabemos se Villone esteve ou não refugiado no Rio Grande do Sul antes de ser preso no Uruguai, em meados de 1977. Contudo, pelo conteúdo do documento do DOPS, podemos deduzir que é bem provável que o antigo grupo de amigos e de pessoas anteriormente próximas a Villone tenha estado sob estreita vigilância policial e dos serviços de inteligência.

¹⁰²⁵ Ministério do Exército, CIE: Argentinos Procurados. Pedido de Busca N° 771/76-II, 05/10/1976. Acervo Movimento Justiça e Direitos Humanos (MJDH) – Porto Alegre.

¹⁰²⁶ DOPS/RS: José Maria Villone. Pedido de busca N° 346/77/DBCI/DOPS/RS, 30/08/1977 – SOPS/E 1.1.86.2.1 - Acervo da Luta Contra a Ditadura - Porto Alegre.
DOPS/RS: José Maria Villone. Pedido de busca N° 432/77/DBCI/DOPS/RS, 18/10/1977 – SOPS/E 1.1.86.2.1 - Acervo da Luta Contra a Ditadura - Porto Alegre.

Gente como seu ex-sócio, Cláudio Ferreira e provavelmente seus colegas do Círculo Argentino.

Enquanto isso, na perspectiva do exílio político ou dos imigrantes simpáticos à esquerda, os membros do CADEPA eram quase sempre identificados como sendo simpatizantes das ditaduras. Todavia, essas clivagens e generalizações de tipo maniqueístas devem ser relativizadas e colocadas em perspectiva. Mesmo para Ricardo, que vinha de uma linha de centro-esquerda moderada, a comunidade argentina nucleada em torno ao CADEPA não era confiável por ser considerada alinhada com a ditadura. Para Ricardo eram os imigrantes quem evitavam os exilados e, de acordo com sua percepção, existia por parte do CADEPA uma clara atitude de discriminação e exclusão contra os recém-chegados:

(...) era una gente de mierda. Se cuidaban de los tipos que venían como...

P: ¿Exiliados?

Y, sería que la gente que estaba en el CADEPA era mas afines con los gobiernos militares que a los gobiernos democráticos; eran más a la derecha que a la izquierda. Si, textualmente así.

P: ¿Entonces la gente que estaba acá por motivos políticos estaba aislada?

Exactamente, y no se le daba bola. Yo, por ejemplo, entré al Club Uruguay y me recibieron como los dioses. En el Club Uruguay también había derecha, pero se arma otro grupo con el Frente Amplio. (...) Entonces formé parte del club uruguayo, donde soy el único caso de un argentino que llega secretario de un club uruguayo (risos)¹⁰²⁷

Portanto, como solução para não permanecer isolado em seu novo local de residência e, como saída frente à intolerância política de seus compatriotas, Ricardo preferiu estabelecer vínculos com o clube uruguaio, considerado por ele como um coletivo mais democrático, onde teve oportunidade de construir laços de amizade, além de poder compartilhar elementos culturais afins aos dois países platinos: o tango, o futebol, as *empanadas*, etc. Sua reaproximação ao CADEPA se daria posteriormente, com o fim da ditadura e a mudança dos “ventos” políticos.

¹⁰²⁷ Entrevista com R. A. realizada em Porto Alegre - 05/09/2007.

De fato, a queda da ditadura argentina (em dezembro de 1983) e a posterior consolidação do processo democrático na Argentina, mais para o final da década de 1980, também coincide com uma reaproximação entre os argentinos residentes em Porto Alegre. É possível que isso seja um dos efeitos do discurso político do governo do presidente Alfonsín que, com seu forte apelo civilista e democrático objetivava poder superar o trauma social, político e econômico deixado pelos governos militares.

No plano concreto, cabe destacar que a democracia trouxe uma evidente renovação no corpo diplomático, pelo menos nos primeiros escalões, o que sinalizava uma mudança de rumos nas relações com os compatriotas no estrangeiro. Com o reestabelecimento da democracia, os exilados argentinos podiam voltar a se aproximar das suas representações oficiais no estrangeiro sem tantos receios de sofrer perseguições. Por outra parte, dada a proximidade e quase subordinação do CADEPA ao Consulado Geral Argentino de Porto Alegre, é plausível que este último instasse o Círculo a passar por um processo de democratização, mas não se descarta a hipótese de que o CADEPA, por conta própria, já estivesse também realizando este processo sob as influências não somente do contexto argentino, mas também do brasileiro.

Cabe assinalar que, frente ao colapso do regime militar, diversos setores da sociedade argentina (muitos deles antes comprometidos com a ditadura) se apressaram em aderir à democracia, como se tivessem com esta uma afinidade secular. Assim, naquele período, muitas das diferenças políticas foram sendo obliteradas e postergadas, em parte devido ao ideal conciliador democrático, mas também devido à confortável “teoria dos dois demônios”, com sua “pasteurização” das antigas identidades políticas dos atores sociais dos anos 1970, no marco de uma dê-responsabilização geral da sociedade argentina pelo acontecido durante a ditadura. O surgimento e a aplicação da “teoria dos dois demônios” na Argentina será analisada um pouco mais adiante, no item 6.5.

Parece que o CADEPA também passou por certa abertura democrática o que, possivelmente, trouxe como resultado um aumento no volume de associados. Infelizmente, não dispomos desses dados em números, mas contamos com depoimentos que corroboram a ocorrência desse processo em meados dos anos 1980.

Com isso, o Círculo passou também a incluir, entre seus membros, alguns antigos exilados ou refugiados políticos em seu seio. Pessoas como Juan, Andrea e Ricardo, por exemplo.

Nesse processo de ampliação e constituição de uma entidade mais sólida e democrática, o Círculo pretendia, além de criar sua sede própria, ampliar sua atuação social e comunitária (antes inexistente), assim como também se colocava em pauta a integração de outros cidadãos latino-americanos na entidade. Um aviso publicado no Boletim da Igreja Nossa Senhora da Pompéia, em dezembro de 1990, anunciava a nova proposta do Círculo:

A mis hermanos de la Familia de la Pompéia, les comunico que tenemos más una casa que hace a la Integración Humana de los Latinoamericanos: el CENTRO (sic) ARGENTINOS DE PORTO ALEGRE (CADEPA), constituido por su nueva directoria, realizó el 08 de noviembre del corriente año, su primera 'Asamblea Ordinaria', en la Casa de España, eligiéndose los Directores para los distintos departamentos que el Centro posee: Dto. Cultural, Dto. Social, Dto. Deportivo, Dto. Jurídico y Dto. Patrimonial. Como es del sentimiento del Presidente, Sr. David Herzberg, Vice-Presidente Julio Ferreira y demás miembros de la Directiva, la importancia de la participación de todos los Latinoamericanos, es decir, que les es grato tener entre los asociados gente con ganas de integrarse al Círculo, sin importar su lugar de nacimiento.¹⁰²⁸

O chamado provocou adesões de gente como Carlos P., que entrou em contato com o Círculo, no final dos anos 1980. Segundo ele afirmou, até então desconhecia por completo a existência do CADEPA: *El Círculo Argentino no se cuando se empezó a formar... Nosotros ya estábamos viviendo en Porto Alegre hace muchísimos años (...) cuando nos enteramos que había un Círculo argentino y nos arrimamos.¹⁰²⁹*

Entretanto, apesar dos esforços realizados por alguns para criar uma entidade mais estruturada, aberta e democrática, logo as antigas dissidências políticas e os interesses divergentes começaram a despontar entre os antigos membros e novos associados do CADEPA. Para Carlos P., o problema surgia do individualismo, da soberba e de certa inveja e vaidade:

¹⁰²⁸ Boletim A Família da Pompéia, CIBAI - Migrações, Dezembro de 1990, s. p. Acervo Documental da Paróquia Nossa Senhora da Pompéia – Porto Alegre.

¹⁰²⁹ Entrevista com C. P. realizada em Porto Alegre, 07/08/2008.

Al poco tiempo empezaron las peleas... de costumbre entre los argentinos. Yo seguí yendo unos años y después últimamente perdimos el interés, porque había mucha... porque un tipo estaba bien en una empresa, los otros eran todos unos... o sea, a repetir lo que había allá.¹⁰³⁰

Ele ainda elaborou uma análise crítica da própria coletividade, ao comparar o comportamento da comunidade argentina com o de outras comunidades de imigrantes e destacou a falta de solidariedade entre os argentinos.

Yo vi otras colectividades de extranjeros, tanto en Argentina cuanto acá, polacos, alemanes, bolivianos... que entre ellos se ayudan. Acá en el Círculo argentino yo no vi nadie ayudar a nadie. No se por que. No note nada de eso. Al contrario, cada uno por su lado, salvando las honrosas excepciones.¹⁰³¹

Para o veterano militante Juan, o problema ainda residia em uma transferência automática das divisões políticas e sociais operadas na Argentina para a comunidade de argentinos no Brasil:

(...) Hay gente dentro del Círculo Argentino que tenían disidencias (conosco) (...) y nos siguen catalogando como “guerrilleros”, los “locos” (...) vimos que seguimos en la misma discusión ideológica dentro del Brasil.¹⁰³²

Já Ernesto chegou a demonizar o conjunto do CADEPA, representando-o ainda hoje como uma instituição subsidiária e diretamente vinculada à ditadura. Em termos muito duros, este depoente desabafou nos seguintes termos:

(...) son un bando de “gorilas”, las cosas acá son terriblemente jodidas (...) Una vez, la comunidad argentina, que hay un “coso” que no existe, el CADEPA, se llama. Es todo mentira... porque no tiene (sede)...hicieron un homenaje a (antigo funcionario do Consulado) Yo no fui, no aparecí. ¡No me convides a esas cosas!¹⁰³³

¹⁰³⁰ Idem.

¹⁰³¹ Idem.

¹⁰³² Entrevista com J. P. realizada em Porto Alegre - 09/08/2008

¹⁰³³ Terceira entrevista com E. T. realizada em Porto Alegre – 07/05/2010

Pelo outro lado, há pessoas que, desde outro prisma, insistem em negar, obscurecer ou restar importância à questão política. Um dos entrevistados, ao ser perguntado se em Porto Alegre haviam exilados argentinos, respondeu de forma surpreendente: (...) *Aunque no sé... ¿aquí, exilados? Francamente, que yo sepa, no hay nadie... así, montoneros, creo que no hay nadie.*¹⁰³⁴ Ao que sua esposa acrescentou um comentário desqualificador e carregado de estigmas da ditadura (por exemplo, exílio é igual à guerrilha), mas que, ao mesmo tempo, desconstruiu a resposta do seu marido: (...) *Mirá, yo te digo una cosa: hay muchos tipos que se mandan la parte y dicen que eran guerrilleros(...) y yo creo que los que lo dicen, no mataron una pulga!*¹⁰³⁵

Já em outra sessão, a esposa de outro entrevistado interrompeu a fala do seu esposo para esclarecer ao autor o seguinte: (...) *Nosotros exiliados no somos!*¹⁰³⁶, aparentemente para marcar bem a sua diferença com respeito aos emigrados por questões políticas e para sinalizar desde “onde” estavam falando.

Ou seja, apesar das tentativas de reconciliação propostas pelos políticos de turno na Argentina pós-ditatorial, de Alfonsín a Menem, e das políticas oficiais de esquecimento (desmemória) que buscavam lançar um manto de impunidade sobre responsáveis do terror de Estado sob o discurso de evitar “revanchismos”, o passado recente dos argentinos de Porto Alegre também teimava em não passar. Assim, ao menor sinal de divergências entre os membros da associação (até mesmo por temas banais) as adormecidas memórias de identidades políticas, forjadas nos turbulentos anos 1960-1970 e quase sempre polarizadas e extremistas, irrompiam em cena avivando o fogo de velhos antagonismos, cuja resolução requeria muito além do que a mera paciente espera pela passagem do tempo e o esquecimento induzido.

6. 4. Porto Alegre e a Geografia da Diáspora Argentina: Construção de Espaços Identitários e Ponte Intercultural

De modo similar ao que vinha já ocorrendo com diversas capitais brasileiras, a Porto Alegre de inícios dos anos 1970 era uma cidade que passava por uma série de

¹⁰³⁴ Entrevista com F. K. realizada em Porto Alegre - 29/06/2007.

¹⁰³⁵ Idem.

¹⁰³⁶ Entrevista com C. P. realizada em Porto Alegre, 07/08/2008.

mudanças e transformações, tanto na sua paisagem urbana quanto na forma de gestão dos espaços urbanos. De acordo com Charles Monteiro, esse período foi marcado por um elevado índice de crescimento da população citadina, assim como também de um aumento da área ocupada pela cidade. É nessa época que a cidade começou a se expandir em direção aos municípios vizinhos e começou a integrá-los como periferias em um processo que os urbanistas denominam de “metropolização” ou conurbação de áreas urbanas.¹⁰³⁷

Esse fenômeno de ampliação dos espaços urbanos das cidades brasileiras estava vinculado ao processo estrutural de reconversão econômica do país desde a década de 1940, quando o Brasil passa de ser um país essencialmente agrícola para se transformar em um país semi-industrializado.¹⁰³⁸ Nos anos seguintes, o subsequente desenvolvimento industrial e o surgimento e a diversificação de um pujante setor de serviços tornou as grandes cidades brasileiras polos de atração em virtude das crescentes ofertas de emprego, especialmente as da região Sudeste do país, para onde se deslocava o eixo da economia brasileira. Por outro lado, a modernização e a mecanização das lavouras, aliada a tradicional e arcaica estrutura fundiária brasileira, que exclui grande parte da população brasileira do acesso a um pedaço de terra como meio de subsistência, contribuiu enormemente para o crescimento destes fluxos migratórios internos em direção às cidades, o êxodo rural. Este fenômeno se acentuaria também em função do projeto desenvolvimentista do governo militar, mais dedicado ao mercado de consumo das classes médias e altas e que eliminou qualquer possibilidade de inclusão das camadas populares mediante uma reforma agrária, como previam as propostas das reformas de base do governo deposto em 1964.

No caso particular do Rio Grande do Sul, onde o centro de gravidade da economia era o setor agropecuário, a manutenção da estrutura do latifúndio impossibilitava a absorção de excedentes populacionais, o que contribuiu para o surgimento de uma autêntica diáspora dos gaúchos em busca de fronteiras agrícolas dentro e fora do Brasil. Assim, diferentemente do centro do país, o desenvolvimento industrial no Estado permaneceu essencialmente conectado aos processos de

¹⁰³⁷ MONTEIRO, Charles. *Porto Alegre e suas escritas: história e memórias da cidade*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006, p. 336-337.

¹⁰³⁸ FAUSTO, Boris, op. cit., p. 299.

transformação dos produtos agropecuários levados a cabo por frigoríficos e estabelecimentos pertencentes ao grande capital monopolista estrangeiro. Porém, a partir de 1960 ocorreu um gradativo processo de concentração industrial (setores têxteis, calçadista, químico e metalúrgico) no eixo Porto Alegre-Caxias do Sul atraindo grandes contingentes populacionais de outras regiões do Rio Grande do Sul.¹⁰³⁹ Monteiro explana o processo de crescimento de Porto Alegre nesses anos e nos apresenta dados sobre o fenômeno:

Estas populações se estabeleciam nas periferias sem infraestrutura das cidades ou nos municípios em ao redor das capitais. (...) a população de Porto Alegre passou de 394 mil habitantes em 1950 para 885 mil em 1970. A área metropolitana de Porto Alegre passou de 590 mil em 1950 para 1 milhão e 531 mil em 1970. A cidade crescia em extensão com a ocupação de novas áreas, que não estavam contempladas no Plano Diretor de 1959, e em altura pelo processo de verticalização do centro da cidade.¹⁰⁴⁰

Ou seja, a dinâmica de crescimento da cidade se dava em dois planos diferentes. Nas periferias, a expansão era horizontal, com um tipo de assentamento um tanto desordenado e precário. Nas regiões centrais, a expansão era vertical, com a construção de novas edificações que foram alterando gradativamente a fisionomia da cidade. De um modo geral, se observou uma complexificação da estrutura social devido às migrações internas e a nova escala de especialização da economia da urbe: indústria, bancos, comércio, serviços e administração pública. O aumento da população foi acompanhado pelas novas demandas por serviços públicos e implementos urbanos como transporte de massa, habitação, energia, saneamento, educação, saúde e áreas de lazer.¹⁰⁴¹ Ainda segundo Monteiro, esse processo de crescente urbanização do Rio Grande do Sul pode se claramente evidenciado nos seguintes dados: em 1970, o percentual da população urbana do Rio Grande do Sul atingiu 53% e, em 1980, 68% da população total do Estado já residia em zonas urbanas.¹⁰⁴²

Embora apresentasse a pujança típica de um polo econômico e de ser uma capital em pleno crescimento populacional, sofrendo por isso constantes

¹⁰³⁹ SOSA, Ana G., op. cit., p. 119.

¹⁰⁴⁰ MONTEIRO, Charles, op. cit., p. 337.

¹⁰⁴¹ Idem, p. 338.

¹⁰⁴² Idem, idem.

modificações em seus espaços urbanos (entre 1969 e 1974, a cidade passou por uma série de reformas estruturais que provocaram enorme impacto na geografia urbana gerando tensões e debates entre a população¹⁰⁴³), a Porto Alegre dos anos 1970 ainda conservava características de uma cidade interiorana.

Pelo menos, assim a recordam os argentinos de Porto Alegre. De um modo geral, a grande maioria dos entrevistados se lembrava de uma cidade relativamente grande, porém modesta, com bairros residenciais pacatos onde ainda predominavam construções horizontais, do tipo chalés ou sobrados, em meio a uma vegetação exuberante. Por exemplo, Rafael reconstruía, a partir das reminiscências guardadas em sua memória, a imagem de uma Porto Alegre tranqüila, pacífica e destacava o contraste existente entre aquela saudosa cidade do passado com a metrópole conturbada do terceiro milênio.

*y... todavía era una ciudad tranquila, sin mucho bullicio. (...) Si, había poco tráfico. Nosotros vivíamos en la Florencio Ygartua, en Moinhos de Vento (...) Había mucho verde, parques, aunque el Parcão no existía, era una cancha de fútbol (...) Nos bañábamos en el Guaíba, que en ese entonces no era poluido como hoy, allá por Ipanema, Zona Sul. (...) La gente te trataba cordialmente, con una sonrisa... la pasábamos muy bien...*¹⁰⁴⁴

Independente das mudanças de fato ocorridas na cidade, no transcorrer dos anos, deve ser também notado que as evocações de tempos passados quase sempre carregam certa dose de idealização por parte dos entrevistados. Conforme aponta Joutard, na lembrança de um tempo passado no qual a pessoa evoca sua juventude (ou sua vida adulta, em sua plenitude), um tempo onde a integração com a sociedade era completa, o entrevistado frequentemente matiza ou apaga conflitos e dificuldades vividas. Além disso, Joutard ainda destaca o caráter cultural e quase universal desse fenômeno, já que para a maioria das pessoas e das sociedades a “idade de ouro” se situa sempre em algum lugar do passado.¹⁰⁴⁵

Por outro lado, a cidade de Porto Alegre não apresentava grandes sofisticções culturais, em se tratando de opções de lazer ou de vida noturna, o que causava bastante estranheza aos argentinos, acostumados a um ritmo de intensa

¹⁰⁴³ Idem, p. 345-346.

¹⁰⁴⁴ Entrevista a R. N. realizada em Porto Alegre, 29/10/2001.

¹⁰⁴⁵ JOUTARD, Phillippe, op. cit., p. 288.

atividade social, particularmente, noturna: cafés, bares, restaurantes, teatros e cinemas. Na realidade, o desapontamento dos argentinos se dava em virtude de uma comparação um tanto assimétrica e desigual, mas inevitável, entre Porto Alegre e as principais cidades argentinas, Buenos Aires e Córdoba, de onde provinha a maior parte dos emigrados argentinos. Especialmente Buenos Aires, uma metrópole que possuía uma agitada e riquíssima vida noturna, capaz de provocar inveja em muitas capitais da Europa.

Alguns, como Elsa, consideraram que em Porto Alegre inexistia uma vida noturna tal como eles estavam acostumados. À noite, a cidade lhes parecia ainda mais estranha e, até mesmo, hostil:

*No se podía salir de noche y las calles estaban vacías... hasta daba miedo salir un poco ¿no? No había vida nocturna, no había absolutamente nada que hiciera ver una forma de vida parecida.*¹⁰⁴⁶

Já outros, militantes políticos, como Juan, sentiam mais a falta dos espaços público-privados de convivência social, como os cafés e bares, onde diferentes indivíduos podiam interagir entre si, debatendo, projetando ou articulando a prática política. Eram espaços do fazer político que em Porto Alegre não encontravam equivalente e que para Juan se devia tanto a uma questão política quanto cultural:

*(...) en esa época, donde ni siquiera tenías un “café” para tomar, porque Brasil no tenía un lugar típico como los cafés de nuestro país, donde, si vos querés hacer una o dos horas de política, te sentás y lo haces. El sistema americanizado de Brasil no nos permitía eso. (...)*¹⁰⁴⁷

José também sentiu, em Porto Alegre, a falta desses “cafés de esquina” tão entranhados na cultura e no cotidiano do argentino dos centros urbanos. Em seu depoimento, ele elencou alguma dessas carências que, evidentemente, implicavam em mudanças de comportamento aqui no Brasil: (...) *O hábito de tomar café, ficar*

¹⁰⁴⁶ Entrevista com E. G. realizada em Mendoza - 25/09/2007.

¹⁰⁴⁷ Segunda entrevista de J. P. realizada em Porto Alegre, 27/10/2008.

*uma hora, ler um livro... a falta do vinho (aqui era muito caro). Bom, era um problema gravíssimo! (risos).*¹⁰⁴⁸

Mas pelo menos, em termos de informação jornalística vinda do seu país, os argentinos não estavam tão desassistidos. Em Porto Alegre podiam ser adquiridos alguns jornais e revistas argentinas com relativa facilidade. Assim, lugares como a antiga banca Vera Cruz, situada na Praça da Alfândega, a banca da Estação Rodoviária ou a revistaria do Aeroporto Salgado Filho se tornaram parte dessa “geografia dos argentinos” e se constituíam em pontos de encontro quase obrigatórios, mesmo que fugazes, para alguns deles, especialmente aos domingos. E que nesse dia, por exemplo, podia ainda ser comprada a edição dominical completa do popular jornal portenho *Clarín*, bem no final da tarde, quando chegava o pacote no voo da *Aerolíneas Argentinas*. Já nos outros dias da semana, os jornais quase sempre eram edições “amanhecidas” do dia anterior.

De qualquer forma, a cidade carecia de espaços de socialização nos moldes da cultura argentina. Por isso, frente a esta lacuna, Juan e alguns companheiros decidiram empenhar-se na tarefa de construção de um lugar próprio. Algo que tivesse diversa utilidade e que tanto servisse como fonte de renda, quanto funcionasse como um espaço de socialização:

Y te digo más, nosotros, con unos compañeros hicimos un bar acá, en la Rua André Puente, de vinos y quesos típicos, para sentarnos a tocar... donde había una guitarra, el que quería cantaba, pero nos agarró la (Policía) Federal...

P: ¿qué época?

Y, el '78...

P: ¿era un punto de encuentro de Uds. (exilados)?

Si, y de gente de la cultura de acá, por ejemplo, iba Vasco Prado, el escultor (...) una pintora que estaba casada con él. Son intelectuales de Brasil que se sentaban y charlaban con nosotros. Fueron unos meses lindos, pero nos cerraron.

P: ¿era un emprendimiento colectivo?

Era colectivo, era de un grupo bastante amplio, porque había gente del PRT, nosotros... Y, uno dijo: - yo tengo ganas de poner

¹⁰⁴⁸ Entrevista de J. V. realizada em Porto Alegre, 20/06/2007.

esto, muchachos. Pongámonos todos. Nosotros hicimos los muebles, a mano, todo fue hecho muy lindo. (...) los hicimos entre un “erpiano” de Córdoba y yo, haciendo los muebles entre mucha discusión política (risos). Fue una época muy linda. Fue final del ‘77. (...) Creo que salió en el “Correio do Povo” en la columna social, porque era un tema... Una de las cosas lindas que podíamos hacer los militantes de acá, tratar de buscar un espacio nuestro, porque en esa época nos juntábamos en la casa de uno y de otro. (...) Pero, no tenía... no te dejaban.¹⁰⁴⁹

Como se pode observar, o espaço criado por Juan e seus compatriotas também possibilitou uma melhor integração destes emigrados com o país de acolha, assim como também cumpriu um papel de divulgação da cultura originária destes emigrados na capital gaúcha. Mas, principalmente, era necessário que Juan e seus companheiros contassem com uma atividade determinada que lhes possibilitasse a reconstrução de suas identidades fragmentadas pela derrota política e pelo exílio. Por fim, o fato de levar adiante um projeto de gestão coletiva, mesmo que fosse de um bar comercial, significava de certa forma retomar uma “ética militante” que possibilitava refazer-se enquanto sujeitos políticos, ainda mais dados os limites impostos pelo contexto político-social. Naquele momento, o bar em questão representava o que podia ser feito por eles para superar a situação delicada em que se encontravam.

¹⁰⁴⁹ *Erpiano*: apelido dado pelos *Montoneros* aos membros do PRT/ERP. Segunda entrevista de J. P. realizada em Porto Alegre, 27/10/2008. A matéria a que se refere Juan não foi encontrada no arquivo, em virtude da imprecisão do dado: são os consabidos limites da história oral.

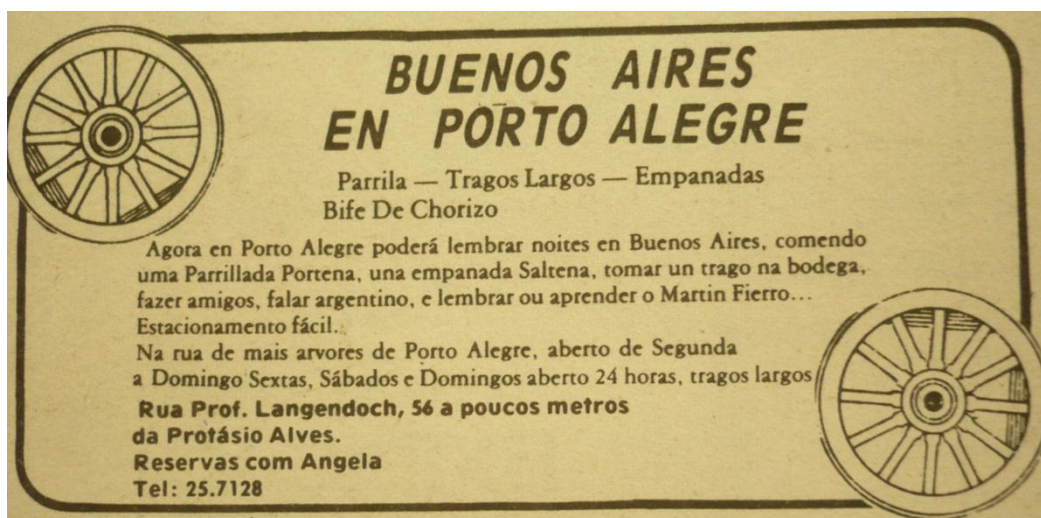


Figura 6.4. Anúncio de um restaurante argentino em Porto Alegre, nos anos 1970. Contendo um forte apelo emocional e nostálgico, este anúncio expressa claramente a ideia de recriar artificialmente todo um ambiente argentino (ou portenho) na capital gaúcha (Foto extraída de: Zero Hora, Caderno ZH Variedades, s. p, 30/06/1977. Acervo Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa).

Zuccotti bem assinala que, além dos centros, círculos e associações culturais de argentinos, os cafés, bares, restaurantes e confeitarias fundadas por argentinos no exterior também se constituem em lugares de recreação e, ao mesmo tempo, de vida social, já que nesses locais

*(...) se dan cita nuestros compatriotas para dialogar, filosofar, “cambiar el mundo”, recordar, soñar, planear y olvidar. Son, de hecho, consulados paralelos ricos en información, con dato estadístico de primera mano y digno de aprecio.*¹⁰⁵⁰

Mas deve-se ir além. Evidentemente, esses lugares também se constituem como espaços privilegiados onde se reafirma ou se recria a identidade enquanto argentinos e/ou latino-americanos. Nesses estabelecimentos quase tudo remete a terra de origem dos proprietários: a começar pelo cardápio, mas também a língua predominantemente falada no local, os artefatos da decoração, os tipos de música que impregnam o local e até mesmo as pessoas que constituem seu público-alvo. Ou seja, tudo é uma singular combinação de elementos culturais que leva a criar um ambiente carregado de sentidos e significados, frequentemente nostálgico e sentimental, e que assinala um pertencimento a uma comunidade étnico-nacional em particular. Assim, de seu jeito, cada estabelecimento pretendia reconstruir um pequeno pedaço da

¹⁰⁵⁰ ZUCCOTTI, Juan C, op. cit., p. 145.

Argentina no Brasil, onde os argentinos do exterior pudessem se reencontrar de alguma forma. Paralelamente, o fato de que muitos desses elementos culturais fossem compartilhados com os uruguaios ou os chilenos, por exemplo, também servia para configurar uma identidade mais abrangente, platina ou latino-americana que, longe de excluir, se amalgamava e justapunha a própria identidade argentina.

Assim, não é difícil encontrarmos nos jornais porto-alegrenses dos anos 1970-1980, anúncios de estabelecimentos comerciais (seja do setor gastronômico, seja do setor artístico) onde o eixo principal, ou seja, o diferencial do estabelecimento está dado pela referencia a cultura argentina. Da mesma forma que os clubes culturais, como o CADEPA, locais como restaurantes típicos, casas de tango e academias de dança, também podiam servir como ponte entre a cultura de origem e a cultura do local de acolha, favorecendo a integração, a troca cultural, o conhecimento e compreensão mútua. Portanto, era mais uma forma de fomentar a aproximação na convivência (nem sempre isenta de conflitos) entre brasileiros e argentinos.



Figura 6.5. Anúncio de uma casa de tangos em Porto Alegre, final dos anos 1970 (Foto extraída de: Zero Hora, Caderno Guia ZH, 22/04/1978, p. IX. Acervo Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa).

Além desses bares, restaurantes e casas de show, os argentinos de Porto Alegre podiam contar com outro importante elemento de identificação cultural, desta vez compartilhada também com os próprios brasileiros, os gaúchos, para ser mais

específicos: a música de tipo gauchesca ou folclórica. Lembre-se que a peculiar situação geográfica do Rio Grande do Sul como uma zona fronteiriça, e sua história permeada de seculares conflitos, lhe possibilitou configurar-se enquanto um espaço de articulação entre diferentes culturas, o que acabou por conferir ao Estado uma identidade regional e uma cultura regional híbrida, única dentro do Brasil, como bem ponderou Léa Masina:

*A ambivalência do movimento de absorção de imaginários estrangeiros, combinando traços da cultura portuguesa, acentuados pelo contato permanente com os platinos, volta-se para a construção de uma identidade própria que busca, no entanto, integrar-se ao restante do país.*¹⁰⁵¹

De acordo com Jakzam Kaiser, essa cultura gaúcha funciona como um sistema simbólico que instaura estigmas e estereótipos, assim como “inventa” e dá suporte a tradições e forma de grupos de interesse e solidariedade: *É através do culto a valores éticos, morais e práticas sociais que justifiquem e glorifiquem as características étnico-regionais da cultura que os gaúchos geram e mantêm o sentido da sua identidade.*¹⁰⁵² Assim, nos anos 1970 e 1980, um dos gêneros privilegiados para a manifestação e veiculação coletiva desse conjunto de valores e práticas dessa cultura regional gaúcha era, justamente, o da música regional ou regionalista. Segundo Léa Masina, nesse período, o tradicionalismo gaúcho começava a se distanciar de modelos reacionários e saudosistas do passado, convertendo-se assim em genuínas expressões da cultura popular, o que pode ser exemplificado no surgimento de eventos artísticos onde se renova e subverte a tradição temática e formal do folclore, como as Califórnia da Canção Nativa, que encarnavam a expressão de um novo tradicionalismo de cunho contemporâneo e multicultural.¹⁰⁵³

Essa ressignificação e renovação do cenário musical gauchesco coincidiram com a vinda de alguns músicos e compositores folclóricos argentinos ao Rio Grande do Sul, como Dante Ramón Ledesma, Martín Coplas e Talo Pereyra. Todos eles se

¹⁰⁵¹ MASINA, Léa. A gauchesca brasileira: revisão crítica do regionalismo. In: MARTINS, Maria H., op. cit., p. 95

¹⁰⁵² KAISER, Jakzam. *Ordem e Progresso: o Brasil dos gaúchos. Etnografia sobre a diáspora gaúcha*. Florianópolis: Insular, 1999, p. 31.

¹⁰⁵³ MASINA, Léa, op. cit., p. 97.

destacaram, tanto nas Califórnia, quanto nos palcos da capital e de diversas cidades gaúchas. Seu repertório, de cunho politizado e carregado de crítica social, os aproximava da chamada *canción de protesta* platina na qual (...) *as lutas do gaúcho do passado tornaram-se uma representação das demandas sociais urbanas do presente*, como bem asseverou Cesar Guazzelli.¹⁰⁵⁴ Por exemplo, o violonista Pereyra, além das composições próprias, executava obras de compositores e autores considerados “clássicos” da música politicamente engajada da América Latina: os chilenos Violeta Parra e Victor Jara, o argentino Atahualpa Yupanqui ou o cubano Sílvia Rodríguez.¹⁰⁵⁵

No ano de 1977, Martin Coplas apresentou durante dois meses, apesar das dificuldades, o espetáculo multimídia (que combinava um musical com a apresentação de slides fotográficos) *El Canto de Todos*, no alternativo Teatro de Arena. A obra escolhida abordava a problemática da posse da terra na América Latina usando a história de um indígena que buscava a mítica “terra sem males”. O breve comentário do editor de cultura de Zero Hora nos permite imaginar algumas das inúmeras dificuldades então enfrentadas pelos artistas que, como Coplas, ousaram fazer frente ao *status quo* imperante nos anos que antecederam a anistia política: (...) *El Canto tem conseguido manter um bom ritmo e nível de apresentações, embora sua continuidade tenha sido visivelmente prejudicada pela ação da censura.*¹⁰⁵⁶

Mas além desses músicos que residiam em terras brasileiras, Porto Alegre também foi palco de apresentações de músicos argentinos de renome internacional, como Mercedes Sosa, a popular e querida *la negra*, quem se apresentou em 1980 e 1982. Banida pelo governo militar argentino, cabe lembrar que, em 1979, pouco antes da abertura política, Mercedes estivera de passagem pelo Brasil a caminho da Europa. Ao pousar em território brasileiro, a cantora argentina foi impedida de desembarcar (ela pretendia visitar amigos brasileiros) por ser considerada, tal como no seu país, “*persona non grata*” pelos generais brasileiros. Constrangida e

¹⁰⁵⁴ GUAZZELLI, Cesar B. Matrero, guerreiro e peão campeiro: aspectos da construção literária do gaúcho. In: MARTINS, Maria H., op. cit., p. 123.

¹⁰⁵⁵ ZH Variedades, 16/11/79, Capa. Acervo Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa.

¹⁰⁵⁶ ZH Variedades, 15/06/77, Central. Acervo Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa.

humilhada, ela permaneceu confinada aos limites do Aeroporto do Galeão até sua partida para Madri.¹⁰⁵⁷

Em março de 1980, dada à mudança na conjuntura política brasileira, Mercedes finalmente obteve permissão para se apresentar no Brasil e, por primeira vez, o faria em Porto Alegre. Entretanto, os seus shows no Brasil não transcorreram de modo tranquilo, como era desejado. Eles foram alvo de elementos provocadores, provavelmente oriundos da direita terrorista, frustrada e insatisfeita com os rumos democráticos que, parcimoniosamente, tomavam conta do Brasil. Tanto no aguardado show do ginásio Gigantinho, em Porto Alegre, quanto no Mineirinho, em Belo Horizonte, várias bombas de gás lacrimogênio foram jogadas junto ao palco da cantora. O jornal *Correio do Povo* destacava que, no caso de Belo Horizonte, houve um policiamento muito reduzido (apenas 25 policiais fardados) em relação ao volume de assistentes ao show, cerca de 10.000 pessoas.¹⁰⁵⁸

Além de Mercedes Sosa, também se apresentou em terras gaúchas o famoso maestro e compositor argentino Ariel Ramirez, criador da *Misa Criolla*, obra que transitava entre o folclórico e o erudito, de grande reconhecimento nos palcos internacionais. Durante as apresentações, realizadas no Teatro Leopoldina, a orquestra argentina foi acompanhada, nos vocais, pelo Coral da UFRGS. Segundo Ramirez declarou a imprensa, a escolha foi feita para que houvesse “um intercambio entre os dois povos, ao ser executada uma obra argentina por um grupo local.”¹⁰⁵⁹

¹⁰⁵⁷ Mercedes Sosa revelou em entrevista dado a ZH, pouco antes do show, a emoção que significava estar no Brasil. No entanto, assinalava que aquela visita anterior ao Brasil “*não foi uma emoção, mas um sofrimento...*” Revista ZH, 30/03/80, s/n. Acervo Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa.

¹⁰⁵⁸ *Correio do Povo*, 01/05/1980, p. 8. Acervo Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa.

¹⁰⁵⁹ ZH Suplemento Cultural, 26/04/78, s. p. Acervo Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa.



Figura 6.6. Cartaz do primeiro show de Mercedes Sosa na capital gaúcha, 1º de abril de 1980 (Foto extraída de: Zero Hora, 27/03/1980, p. 33. Acervo Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa).

Já no palco da “Cidade de Lona”, durante a 9ª Califórnia da Canção Nativa de 1979, em Uruguaiana, se destacaram as apresentações dos grupos portenhos Ballet Brandsen e o conjunto folclórico Cuarteto Zupay.¹⁰⁶⁰

A partir de 1977, também faria a sua aparição por Porto Alegre, mesmo que esporadicamente, o mega-espetáculo cultural “Uma noite em Buenos Aires”. A tônica do evento consistia em apresentar um pool de artistas, cada um com sua especialidade, onde se mesclavam diversos estilos musicais platinos (tango, folclore,

¹⁰⁶⁰ ZH Variedades, 14/12/79, p. III. Acervo Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa.

milonga, etc.) em um show que coadunava música e dança com o objetivo de mostrar “o melhor da Argentina”, de acordo com seus organizadores. Segundo dados de Zero Hora, em 1977, o espetáculo foi visto por 120.000 pessoas no Brasil.¹⁰⁶¹ Por ser um evento direcionado para o mercado externo, o espetáculo exibia uma “argentinidade” um tanto estereotipada, a qual, no entanto, parecia não afetar seu sucesso, provavelmente por trazer para o Brasil grandes nomes do *show business* então em cartaz em Buenos Aires, como o cantor Jorge Sobral, o violonista Cacho Tiraio, a orquestra de tango Sexteto Mayor ou a companhia de dança Mallon Ballet, entre outros.¹⁰⁶² Em 31 de março 1980, o espetáculo foi apresentado em Porto Alegre, no mesmo local (Gigantinho) e na véspera do show de Mercedes Sosa.

Todavia, um e outro evento se dirigiam, em tese, a públicos diferenciados. Ou seja, pelo aspecto geracional, o tango costumava atrair uma faixa etária mais elevada. Já o lado da contestação política levava os jovens “politizados” a se identificarem mais com Mercedes Sosa. O que chama a atenção, no entanto, é que havia em Porto Alegre um considerável público consumidor potencial para esse tipo de espetáculo específico e de grande porte, algo que não passou despercebido pelos empresários do setor.

Mas, independentemente dos interesses específicos de mercado, esse período parece ter sido (pela quantidade e qualidade dos eventos) um momento de intensa atividade cultural para a comunidade argentina, latino-americana e também para os brasileiros apreciadores da cultura do país vizinho.

De um modo geral, a música do Cone Sul, percebida enquanto manifestação híbrida da cultura miscigenada da fronteira, também serviu como um elemento de aproximação intercultural entre argentinos e brasileiros, como podemos perceber por alguns depoimentos. Por exemplo, no caso de Carlos Claret (nativo de Entre Rios, terra do *chamamé*), o seu conhecimento e predileção pela música gauchesca contribuíram a facilitar o relacionamento com os habitantes das cidades onde residiu no Rio Grande do Sul, permitindo uma melhor inserção social. Assim, a sua profunda amizade com Algacyr Costa (importante artista do meio musical de Passo

¹⁰⁶¹ ZH 2º Caderno, 31/03/80, p. II. Acervo Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa.

¹⁰⁶² ZH 2º Caderno, 31/03/80, p. II. Acervo Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa.

Fundo)¹⁰⁶³ e seu grupo abriu-lhe um leque de contatos e amizades, como destacou no seu depoimento:

*Através de este conjunto, Os Fronteiriços, conocíamos a todos. (...) Algacyr Costa era el director de los Fronteiriços, el tocaba el acordeón, la guitarra, cantaba y (sua esposa) también cantaba... éramos muy amigos, venían todos los fines de semana a mi casa.*¹⁰⁶⁴

A música também foi importante na inserção social de Ricardo, como ele mesmo explica:

*Rio Grande do Sul tuvo mucho que ver com Argentina y Uruguay. Digamos, en la música. Por eso vos tenés tanta gente de Rio Grande do Sul que les gusta el tango ¡a muerte! o les gusta el folklore. El folklore de Rio Grande do Sul es emergente del litoral argentino, el chamamé, esas cosas... Bueno, yo conquisté un núcleo de gente muy interesada, muy importante, de gran capacidad intelectual, profesional... es un rejuntado de gente con el cual fundamos, hace quince años, El Patio de Tango.*¹⁰⁶⁵

O “Pátio de Tango” não era um lugar específico, mas consistia, basicamente, em uma reunião informal de pessoas aficionadas ao tango e a milonga, independente de nacionalidade. Desse modo, esses gêneros musicais se tornavam um meio para melhor aproximar os povos vizinhos do Cone Sul. Um “lugar” onde argentinos, uruguaios e brasileiros pudessem se integrar, compartilhar e desfrutar ludicamente destas manifestações artístico-culturais, entendidas como comuns a identidade da região.

6. 4. 1. Língua, Costumes e Culinária: Reforço ou Diálogo entre Identidades?

No âmbito da vida privada, os argentinos também tendiam a cultivar os costumes e práticas culturais autóctones. Nesse sentido, por exemplo, exercer cotidianamente a tradição da culinária argentina era uma forma de preservar a identidade originária, cultivando e reforçando os laços com o país. Alguns depoentes

¹⁰⁶³ Algacyr Costa era o pai do renomado violonista gaúcho Yamandú Costa.

¹⁰⁶⁴ Entrevista com Carlos Claret, realizada em Foz do Iguaçu - 18/09/2009.

¹⁰⁶⁵ Entrevista com R. A. realizada em Porto Alegre - 05/09/2007.

fizeram questão de ressaltar as diferenças de costumes e gostos entre as duas culturas e que eram vivenciadas no dia-a-dia.

Para Marta, as diferenças existiam e eram bem marcadas, tanto no plano culinário, quanto no hábito diário do *mate*, a tradicional infusão da erva-mate, o *ilex paraguayensis*, típica do Cone Sul e compartilhado igualmente por argentinos, uruguaios, paraguaios e alguns brasileiros:

*A mí me gusta mucho la cocina. Yo traigo cosas de Argentina: harina, dulce de leche, infinidades de cosas. Mirá que hace treinta años que vivo acá... y si no tengo, mi hermana me manda. La yerba... empanadas, las tengo congeladas, las tapas que traigo, los condimentos que lleva. (...) La yerba de acá no se puede tomar, es intomable.*¹⁰⁶⁶

Pelo seu depoimento, podemos observar que, apesar do tempo passado no Brasil, Marta não aceita transigir completamente com os gostos e costumes locais, especialmente na questão da erva-mate. Apesar de residir no Rio Grande do Sul, onde o *mate* adquire a denominação de “chimarrão”, sendo tão habitual e popular quanto na Argentina, Marta afirma sua identidade em relação ao “outro” mediante uma especificidade de paladar: para ela, a erva-mate “daqui” é “diferente” e é considerada como intragável.

Jaime também desfiou seu inventário das “pequenas diferenças” culturais, destacando o “modo argentino” de ingerir a infusão, em um recipiente pequeno, ao contrário das enormes “cuias” dos gaúchos brasileiros. Em outras palavras, mesmo sendo basicamente a mesma prática, *mate* e chimarrão possuem características específicas e bem regionais. Da mesma forma como há sensíveis diferenças na preparação do *asado*, ou churrasco, no Brasil, se comparado ao “modo argentino” de temperar e preparar a carne. No entanto, no seu depoimento já podemos perceber também a aceitação da cultura local pela incorporação de pratos brasileiros no seu cardápio tipicamente argentino: (...) *y tomamos mate, en el matecito, me traigo la yerba argentina, el chimichurri siempre, el asado sin chimichurri no es asado, lo*

¹⁰⁶⁶ Entrevista com M. P. realizada em Porto Alegre, 11/03/2008.

*hago yo. (...) la comida es argentina en mi casa... Bueno, hago feijoada, todas esas cosas...*¹⁰⁶⁷

De fato, em outros depoimentos podemos observar que, a questão culinária, também se tornava um espaço franco de negociação com a cultura local. Nesse sentido, a similitude com a culinária gaúcha facilitou a hibridização cultural para alguns e, conseqüentemente, facilitou sobremaneira a adaptação. No caso particular de Francisco, as diferenças existiam, mas não eram assim tão significativas:

*No es tan distinto. Esto ya era más parecido con Argentina. El idioma es relativamente parecido y las costumbres no son tan diferentes. En general, las comidas que comés en la Argentina encontrás todo aquí. Que aquí comas más arroz y feijão no quiere decir que no comas garbanzos... Carne, aquí y allá, es cosa popular, las verduras són más o menos las mismas.*¹⁰⁶⁸

Entretanto, a manutenção das características culturais de origem adquiria uma especial importância no sentido de transmitir uma ideia de continuidade para as segundas gerações, muitas delas criadas ou então já nascidas em solo brasileiro. Assim, elementos constitutivos da identidade cultural, como a língua materna ou costumes e práticas específicas, alicerçavam um nexos cultural com os pais ou com a família no país de origem. Além disso, segundo Benedetta Calandra,

*Otro aspecto fundamental en los procesos de construcción de identidad en el exilio está marcado por la percepción del país de origen, en la cual se entretajan deseos y proyecciones de la generación de los padres, por un lado, y una reelaboración original de los chicos, por el otro. La Argentina, donde muy poco tiempo o nunca los hijos han vivido, es sentida a veces como lugar de lo onírico, o de todas maneras propio, que intimamente responde a rasgos identitarios profundamente interiorizados.*¹⁰⁶⁹

O relato da experiência vivida por Alberto é exemplar nesse sentido. Embora tivesse nascido na Argentina, Alberto veio ao Brasil com três anos de idade e passou vinte anos de sua vida no Brasil, até retornar à terra ancestral. Segundo ele, sua casa era uma “casa argentina”: *Si, tenían costumbres argentinas, de dormir la siesta, la*

¹⁰⁶⁷ *Chimichurri*: tempero de ervas para adobar a carne antes de assar, muito usado por uruguaios e argentinos. Entrevista com J. A. realizada em Porto Alegre - 05/08/2008.

¹⁰⁶⁸ Entrevista com F. K. realizada em Porto Alegre - 29/06/2007.

¹⁰⁶⁹ CALANDRA, Benedetta, op. cit., p.7.

*costumbre mendocina, que en Brasil no hay. Las comidas eran argentinas... algunas cosas típicas. (...)*¹⁰⁷⁰

Mas seu depoimento nos aponta também para o fato de que ser um argentino fora do seu país implicava em questões extremamente complexas, tal como levar uma espécie de “vida dupla”, permeada de sentimentos ambivalentes (de simultânea valoração positiva e negativa) com relação a ambos os países e, por conseguinte, gerador de situações ambíguas e de incerteza. Por um lado, a língua e os costumes se revelavam como aspecto fundamental da construção e reforço dessa identidade argentina em oposição à identidade do novo local. Isso levava a definir (ou tentar definir) espaços delimitados, onde a cultura argentina era reservada ao âmbito íntimo e a cultura brasileira ao ambiente público. Mas, pelo outro lado, na prática, os limites e fronteiras entre estas duas dimensões distintas eram um tanto quanto sutis e o que se percebe é que havia um contexto de permanente tensão junto a um processo de negociação intercultural:

En casa se hablaba castellano, pero afuera tenía que hablar portugués. (...) en la escuela, aprender a hablar portugués y en casa hablás castellano: un doble juego que había. (...) Por eso, hoy en día, tengo más facilidad para las lenguas. Yo pienso que es por el tema que aprendí muy temprano las dos lenguas...

P – ¿Cómo es eso de ser “argentino” en casa, en privado, y “brasileiro” afuera, en público? Contáme como fue eso.

*En casa uno era argentino, o lo que me enseñaron que era ser argentino, o sea, tanto que hablábamos castellano... Pero yo absorbí toda la cultura brasilera y en casa era otra cosa... yo... siempre fue una confusión para mí eso, una cosa muy mezclada y muy distinto. Porque en casa uno tenía una línea a seguir, se portaba como argentino y afuera tenés que portarte como un brasileiro, pero nunca sós un brasileiro... igualmente, no sós un argentino. Yo, particularmente, nunca entendí hasta que no volví hasta acá: ¡Ah, mirá vos como hablan, como se expresan o formas distintas de ser! (...) Yo pensaba y trataba de ser como brasileiro. (...)*¹⁰⁷¹

Ironicamente, a fala truncada de Alberto expressa com clareza à contradição inerente ao indivíduo híbrido, ao mesclado. Define também o sentimento de

¹⁰⁷⁰ Entrevista com A. D. realizada em Mendoza - 26/09/2007.

¹⁰⁷¹ Idem.

ambiguidade que permeia esse sujeito dividido e submetido diariamente a esse complicado e ininterrupto trânsito entre as duas culturas, a fazer o que ele mesmo denominou de “duplo jogo”.

Outra questão é que, embora ressaltasse o predomínio da “argentinidade” dentro dos limites da sua casa paterna, Alberto também apontou que os elementos culturais brasileiros também já permeavam o seu cotidiano familiar, tal como ocorria em muitas “casas argentinas” no Brasil:

(...) también había costumbres que se fueron adaptando, se fueron mezclando.

P – ¿Qué tipo de costumbres?

Qué se yo, el feijão, la comida, la manera de hablar. Porque al final, ya estábamos hablando medio un portuñol, un castellano con muchas palabras en portugués, que me di cuenta recién cuando vine para acá, que mezclaba mucho yo... cuando vine, acá se daban cuenta, por el acento.¹⁰⁷²

É Interessante destacar que a hibridização cultural, presente no processo de adaptação, só pode ser plenamente percebida pelo depoente quando do seu retorno à Argentina. Até esse momento, ele julgava falar o idioma espanhol perfeitamente, sem nenhum sotaque que o diferenciasse dos conterrâneos. Porém, seus compatriotas não tiveram dificuldade em perceber (e assinalar) que Alberto, mesmo sendo nativo, não deixava de ser um “estranho”. Por segunda vez, sua própria identidade foi questionada e, desta vez, apesar do paradoxal que possa isso parecer, na própria terra de nascença. Contudo, ocorre que “ser” e “pertencer” não são sinônimos, especialmente quando aplicados à questão da identidade nacional, e nem se relacionam de forma tão automática e linear. O nascimento em determinado solo pode outorgar a pessoa um status nacional reconhecido oficialmente, mas a inscrição no “registro geral” (ou qualquer outro documento oficial indicativo de nacionalidade) nem sempre garante ao seu portador o pleno reconhecimento por parte de seus hipotéticos pares como sendo um membro pertencente dessa “comunidade imaginada”. Esse descompasso entre “ser” e “pertencer” é um elemento que contribui a desatar uma avalanche de sentimentos desencontrados (angústia, raiva,

¹⁰⁷² Entrevista com A. D. realizada em Mendoza - 26/09/2007.

tristeza, incerteza, desorientação, etc.) que se fazem especialmente presentes aos expatriados no momento do retorno ao lar de origem.

6. 5. Retornos: A Volta da Democracia na Argentina e o Regresso dos Emigrados

Em 10 de dezembro de 1983, Raúl Alfonsín, da UCR, assumiu como presidente eleito. Sua campanha em prol da justiça, da civilidade e da democracia como panacéia convenceu o eleitorado argentino e desbancou o peronismo. Antes de qualquer coisa, se fazia necessário reaprender um jogo democrático esquecido desde 1973; o qual, não obstante, foi satisfatoriamente exercido nessas eleições, de acordo com Romero:

Las formas de hacer política del pasado reciente – la intransigencia de las facciones, la subordinación de los medios a los fines, la exclusión del adversario, el conflicto entendido como guerra – dejaban paso a otras en las que se afirmaba el pluralismo, los acuerdos sobre formas y una subordinación de la práctica política a la ética. Celebrando la novedad – en rigor, hacia seis décadas que se había dejado de lado este juego democrático – se valoró y hasta sobrevaloró la eficacia de este instrumento. Para cuidarlo, nutrirlo y fortalecerlo se puso sobre todo el acento en el consenso alrededor de las reglas y en la acción conjunta para la defensa del sistema.¹⁰⁷³

Não obstante, a democracia e a supremacia da civilidade eram insuficientes para resolver os graves problemas que a Argentina apresentava, a começar pela situação econômica. Ainda segundo Romero, desde 1981 a economia do país estava beirando o caos, presa da inflação descontrolada e da impagável dívida externa adquirida pelos militares. Frente a isso, o Estado ainda carecia de recursos e capacidade para atender o conjunto de reclamações dos diversos setores sociais desatendidos.¹⁰⁷⁴

No governo Alfonsín, a questão dos desaparecidos foi fundamental. O relatório *Nunca más*, editado pela CONADEP presidida pelo prestigiado e polêmico escritor Ernesto Sábato, compilou para o público as denúncias de violações aos

¹⁰⁷³ ROMERO, Luis A., op. cit., p. 241.

¹⁰⁷⁴ Idem, p. 243.

direitos humanos tornando-se uma prova irrefutável da barbárie militar, o que instigou o povo a exigir justiça. Contudo, o *Nunca más* era inspirado pela “teoria dos dois demônios”, que havia se tornado um eixo do discurso oficial do governo Alfonsín e um signo daquele período do imediato pós-ditadura. Assim, considerava-se que tanto os comandantes das sucessivas juntas militares quanto os chefes das organizações guerrilheiras deveriam ser colocados no banco dos réus, apesar de assumir as óbvias assimetrias que existiam entre os bandos combatentes. Na prática, a “teoria dos dois demônios” levou a um profundo processo de despolitização para priorizar a condenação das violações dos direitos humanos por parte dos militares. Era também uma estratégia da promotoria no julgamento dos ex-comandantes das juntas militares. Portanto, todas as pessoas atingidas pelo TDE foram “purificadas” de seu passado de ativismo político para serem transformadas em objetos inertes que sofreram uma ação externa, apenas “vítimas inocentes”.¹⁰⁷⁵ Para Novaro e Palermo, havia uma necessidade de modelar as identidades e o passado incômodo das vítimas, de forma que permitisse resgatar raízes republicanas y democráticas.¹⁰⁷⁶ Assim, o respeito à lei e as instituições democráticas exigiam atores “inocentes” e não militantes que houvessem ameaçado de algum modo a ordem democrático-burguesa que se pretendia reimplantar. Ou seja, parecia que o rigor da lei somente poderia ser moralmente aplicado sobre os militares se as vítimas fossem “inocentes”; pois, caso as vítimas fossem militantes políticos revolucionários a violência sofrida estaria, de certa forma, justificada. Isso indicava o quão estava internalizado na sociedade o discurso antissubversivo e como ainda persistiam setores coniventes com a guerra suja. Nesse sentido, o *Nunca más* parece também ter contribuído, a guisa de bálsamo moral, para aliviar culpas de grande parte da sociedade de suas responsabilidades morais e políticas com tudo o que havia ocorrido.

O fim do regime militar e o conseqüente retorno da democracia significaram a possibilidade legal de retorno para alguns expatriados (não todos, como veremos adiante), principalmente os exilados por motivos políticos. Inicialmente, houve um “boom” de esperança que contagiou também até alguns daqueles que emigraram por outros motivos, além da situação política. Assim, dentro de um projeto político e econômico inclinado ao desenvolvimentismo, o governo criou uma “comissão para o

¹⁰⁷⁵ VEZZETTI, Hugo, op. cit., p.119 e SS.

¹⁰⁷⁶ NOVARO, Marcos; PALERMO, Vicente, op. cit., p. 489.

retorno”, cujo objetivo era auxiliar na repatriação de emigrados, especialmente aqueles mais preparados intelectual e profissionalmente, para que pudessem contribuir com o desenvolvimento econômico, cultural e científico do país.¹⁰⁷⁷

Por outro lado, o chamado do governo não era suficientemente amplo para incluir todos os emigrados: ele era seletivo e indicava quem poderia fazê-lo ou quem não deveria retornar. Em outros termos, a proclamação alfonsinista pelo retorno dos emigrados estava claramente balizada pela “teoria dos dois demônios” e carregava inegáveis traços do discurso antissubversivo militar, o que pode ser percebido pela simples utilização do adjetivo “subversiva” aplicado ao substantivo “guerrilha”; como pode ser visto no texto abaixo, uma declaração dada pelo próprio Alfonsín a um jornal espanhol no dia seguinte da posse presidencial. Os sublinhados são nossos:

*Que regresen a este país, y lo pido aun sabiendo que argentinos que ya han soportado hasta dos exilios; que tengan confianza en esta etapa de nuestra vida política, que sepan que no habrá más problemas en la Argentina y que los necesitamos aquí. Desde luego, no quiero dejar de recordar que lo que me parece inoportuno a este respecto es la intención de regresar que albergan algunos jefes de la guerrilla subversiva, aún sé que han proclamado muy firmemente su decisión de actuar en el futuro de otra manera. Pienso que el pueblo argentino, sin distinción de credos políticos, estima que la contribución más importante que ahora pueden prestar es no regresar al país. Todo lo contrario de la contribución que yo pido a decenas de miles de argentinos que con su inteligencia y su preparación, están enriqueciendo a los países más desarrollados de la tierra. A todos ellos tenemos que hacerlos regresar, pero no mediante estímulos materiales, sino convenciéndoles de que pueden llevar a cabo, en su país, el trabajo que ahora desarrollan brillantemente en beneficios de otros pueblos.*¹⁰⁷⁸

Ou seja, esperava-se que o apelo democrático por si só fosse suficiente para operar um efeito inverso ao da expatriação. Apesar do caráter genérico do chamado, sem explicitar muito a respeito dos motivos que provocaram a saída, e dirigidos a todos os emigrados de modo geral, a proposta tinha, no entanto, um alvo bem definido: cientistas, professores e técnicos radicados no exterior. É evidente que o que governo realmente pretendia e interessava era uma espécie de reversão do *brain drain*. No entanto, a resposta ao chamado do governo teve pouca repercussão em

¹⁰⁷⁷ ZUCCOTI, Juan, C., op. cit., p. 99.

¹⁰⁷⁸ Diário *El País*, 11 de dezembro de 1983, citado em: ZUCCOTI, Juan, C., op. cit., p. 98.

termos numéricos: apenas umas 10.000 pessoas teriam retornado até 1985.¹⁰⁷⁹ Principalmente eram exilados políticos e, para desapontamento do governo, poucos cientistas ou professores se encontravam entre eles.

De fato, o retorno não era uma tarefa simples, além de ser uma operação demasiado custosa e arriscada, tanto em termos monetários quanto no plano pessoal. Além do mais, é evidente que na decisão frente ao dilema de retornar ou não intervinham múltiplos fatores subjetivos e objetivos: verdadeiros espaços intersticiais onde se entrelaçavam dinâmicas distintas (desde problemas pessoais até a conjuntura política e econômica) e que complexificavam ainda mais a tomada de decisão.

Andrea, na época, até cogitou o retorno. Como cientista ela seria um dos alvos prediletos para o programa de retorno do governo. Entretanto, ela estava pouco disposta a enfrentar os riscos do desenraizamento, para si e especialmente para seu filho, criado no Brasil, além das inúmeras dificuldades de um recomeço. Mas, além disso, pesara na sua decisão de permanecer no Brasil as questões de fundo político, tal como a permanente situação de instabilidade política, e também a própria cultura política argentina, baseada na polarização, no extremismo e na negação do outro, elementos que contribuiriam para aumentar a insegurança em relação à projeção de futuro na Argentina, algo que, na sua percepção, era quase impossível de ser realizado. Em contrapartida, no Brasil seria possível planejar o futuro:

*Yo iba a ser una desarraigada. Desarraigada en el sentido siguiente: que un poco no sós de aquí, ni sós de allá y sós de los do lugares, viste.(...) En Argentina no se puede proyectar que va a suceder de acá a tres, cuatro años. Acá si se puede. Porque va a salir el PT y va a entrar el PSDB... bueno, va a mudar alguna cosa, pero no gran cosa. Allá no. ¡Allá sube uno y cambia todo! Y sube el otro y se van de un lado para el otro. Entonces, yo pensé: Yo no lo voy a desarraigar a (seu filho) que ya tiene todos sus amigos aquí, que ya se educó aquí... que él no se da cuenta y “tuerce” por la Selección Argentina (risos). Pero no es lo mismo que vivir allá. Si se fuese allá, el vería que le cuesta mucho más allá que le cuesta acá. ¡No, me voy a quedar aquí y chau!*¹⁰⁸⁰

Ernesto foi mais um dos que pensou em retornar, mas a sua vida havia mudado de tal modo que a volta já não se configurava como algo plausível. Já

¹⁰⁷⁹ Idem, p. 102.

¹⁰⁸⁰ Entrevista com A. T. realizada em Porto Alegre - 01/04/2008.

formara família e a sua prole era brasileira: (...) *Y yo estaba casado, mi señora és economista, funcionaria pública, yo trabajando también, criando a la nena...*¹⁰⁸¹ Já outros, como Mariana, parecem sequer ter cogitado a possibilidade do retorno. Inclusive, parece que o discurso massivo da redemocratização não chegou a sensibiliza-la:

P: Deixa eu te fazer mais uma pergunta, tu chegaste a pensar em algum momento em voltar para lá?

Nunca, jamais.

P: Não cogitou nem com o retorno da democracia...

Nem pensar. Nem nas piores crises matrimoniais (risos)!

P: Bom saber, porque são nesses momentos especiais que a coisa...

*Não, às vezes tu voltas e vais fazer a justificativa “não, agora a democracia voltou” não, **nem** pensar! Nunca, jamais.*¹⁰⁸²

Por sinal, o apelo do retorno da democracia nem sempre exercia atração por igual no heterogêneo universo dos emigrados. Geralmente setores e grupos ligados ao peronismo (mas não somente) tinham severas restrições aos radicais, embora não exatamente contra Alfonsín: este costumava ser respeitado por sua militância junto aos organismos de direitos humanos. A resistência frente aos radicais explicava-se por duas questões: primeiro, a velha rivalidade entre peronistas e radicais, que remonta aos anos 1940-1950. E, em segundo, a própria história da UCR, associada ao golpismo em 1955 e suas vinculações com o aparato militar e o *establishment* civil, o que levou a que setores dentro da UCR tivessem apoiado e até mesmo participado do governo da ditadura de 1976-1983. Entretanto, não deve ser esquecido que setores do próprio peronismo também estiveram em estreita vinculação com os golpistas: era o caso do grupo em torno ao candidato concorrente à presidência, Ítalo Luder, quem, em 1975, chegara a substituir Isabel Perón e foi o responsável por assinar o decreto que outorgou aos militares a capacidade de operar livremente contra a guerrilha.

¹⁰⁸¹ Entrevista com E. T. realizada em Porto Alegre – 08/08/2008.

¹⁰⁸² Entrevista com M. A. realizada em Porto Alegre - 11/09/2007.

Dois depoentes, ambos peronistas de esquerda, nos ofereceram as seguintes e esclarecedoras narrativas. Perguntamos a Ernesto como recebeu a democracia:

Y con mucha decepción. Yo sabía que iba a pasar eso por la extracción de ellos, los radicales, el retrospecto de ellos dice eso. Pero mucha decepción con los candidatos que llevó el peronismo. No voté, pero muchos de los amigos míos de Argentina no los votaron. Uno de los que habían vuelto me dijo: - ¿qué querés, que lo ganemos y que me tenga que ir otra vez?¹⁰⁸³

Ou seja, Ernesto rejeitava os radicais, mas também considerava inviável a opção peronista de direita, a qual teria levado a que muitos peronistas não apoiassem ao candidato oficial do movimento. Já Juan, ex-combatente *montonero*, justificou a sua negativa a retornar, em boa parte, ao fato do *radicalismo* (o qual abominava) ter assumido o governo, independente da facção que havia chegado ao poder:

P: La democracia, ¿cómo la recibe? ¿Cogita la idea de volver allá?

Sí y no. Por un lado, lo bueno de poder cambiar la historia del país. Por el otro, jamás he tenido confianza en el Partido Radical. Entonces, por ser peronista, hay cosas que jamás... No, no acepto esto de que “radicales tal” y “radicales cual”. Para mí, radical es radical. ¡ y se acabó la historia!¹⁰⁸⁴

Ambos os depoimentos acima exemplificam bem o extremismo reinante na cultura política argentina e sua histórica lógica de exclusão do adversário. Mas, além da querela política, parece que a maioria dos exilados no Brasil, como Andrea e Juan P., preferiu poupar a si próprio e a seu núcleo familiar do desgastante processo do *desexilio* para não sofrer com o eterno desenraizamento. Entre os fatores elencados pelos entrevistados para justificar a permanência destacava-se que já haviam se adaptado e construído uma nova vida no Brasil. Assim, para não transformar-se na “planta monstruosa de raízes flutuantes” a qual aludia o poeta exilado Juan Gelman, muitos desses argentinos decidiram fincar definitivamente as suas raízes em solo brasileiro.

¹⁰⁸³ Entrevista com E. T. realizada em Porto Alegre – 08/08/2008.

¹⁰⁸⁴ Entrevista com J. P. realizada em Porto Alegre - 09/08/2008.

*Cuando asume Alfonsín, la familia, en realidad, todo el mundo (disse): No, ya está... (a democracia) No, primero por ese hecho, y segundo por la economía, es una realidad. Era reconstruir todo, salir de nuevo, tu sabes que el desarraigo es algo terrible, (...) y se sufre y ya nos habíamos desarraigado mucho al salir del país nuestro y después de nuevo, desarraigarse de Brasil para una aventura que no sabíamos cómo iba a terminar... yo tomé la decisión que **no**: voy a seguir acá, aunque me cueste más tiempo. Uno ya estaba con una adaptación a la sociedad brasilera, en la cual no existen todos los problemas que existen en la Argentina, entonces dije **no**.*¹⁰⁸⁵

No entanto, Juan (e certamente outros em situação similar) tinha outro motivo para não retornar: o risco de ser responsabilizado judicialmente, no marco da “teoria dos dois demônios”. Por haver atuado como “oficial” da organização *Montoneros* (cujas lideranças máximas começavam a ser processadas) ele temia que, se retornasse, também poderia ser enquadrado legalmente e julgado devido a sua participação em ações militares da guerrilha. Na sua percepção, inclusive, desconfiava que a anistia proposta pudesse ser mais uma “armadilha” maquiavélica do inimigo. Logo, frente a tantas incertezas, Juan preferiu não regressar naquele momento.

*Y otro porque también la lectura que tenia de algunos compañeros que estaban volviendo era muy grave. (...) Yo me acuerdo (...) el canciller de Alfonsín era Dante Caputo, aquí tuvimos una reunión con él. Hizo un recorrido por todos los países donde había exiliados haciéndole la invitación a que vuelvan, que había una “vuelta a la democracia”, que iba a hacer la amnistía a todo el mundo... y es un poco la lectura que yo hice, que era llevarnos de nuevo a una historia sin salida... Yo creo que la gente que tenía una militancia tan fuerte, por lo menos en lo militar, no digo ni siquiera en lo político, hasta lo podían tener. (Ou seja) que habían participado de hechos militares **fuertes**, creo que le quedaba todavía la duda de volver al país y encontrarse con una serie de actitudes que no la sabíamos interpretar, uno no sabía si volvía y que pasaba? ¿Nos juzgaban por todos los hechos? ¿O la amnistía era para que simplemente se olvidaran de todo? ¿Quién se olvida de todo? Bueno, hoy estamos casi (...) y seguimos en discusión de juicios... Creo que hice la lectura correcta, a mi punto de vista. Yo digo: yo participé de **actos militares**, no tengo porque volver y contarle esa historia a nadie. (...) Algo me decía que no era el momento.*¹⁰⁸⁶

¹⁰⁸⁵ Idem.

¹⁰⁸⁶ Entrevista com J. P. realizada em Porto Alegre - 09/08/2008.

Enquanto isso, para aqueles que empreenderam o caminho do retorno à Argentina, as dificuldades pareciam se avolumar de forma assustadora. José V. nos comentou seu sofrido retorno, quando suas efêmeras esperanças iniciais se esvaíram e percebeu o choque de voltar a um país convertido em “terra arrasada”:

Volví en diciembre de 1983, esperé que hubiera la amnistía. (...) Al principio, con esperanza, pero comenzamos a ver que el gobierno de Alfonsín, si bien nunca tuvimos expectativas con el gobierno de Alfonsín, comenzó a amnistiar a los militares, la falta de perspectivas políticas, la destrucción de la izquierda porque nos mataron treinta mil personas, militantes, simpatizantes y lo difícil que era reconstruir algo... (...) En Argentina había cambiado todo. ¡Yo no había visto el tamaño de la derrota que habíamos sufrido! (os setores de esquerda) (...) ¡El problema era vivir ahí! (na Argentina).¹⁰⁸⁷

Como muitos retornados, José acalentava sentimentos contraditórios com relação ao retorno da democracia. Por uma parte, havia esperança de que o governo empreendesse uma política de justiça e verdade, punindo os responsáveis pelas arbitrariedades e crimes cometidos durante a ditadura. Por outro, certa desconfiança em relação à composição desse “governo democrático”. De fato, o posterior desenrolar dos fatos o levou a uma postura descrente em relação à possibilidade de consecução de uma efetiva política concernente a condena das violações dos direitos humanos. Sem falar que o momento político tampouco parecia apropriado ao retorno dos ideários de esquerda, em função dos estigmas remanescentes na sociedade e carregados na indefectível “teoria dos dois demônios”.

Embora de forma distinta, o retorno à pátria também foi uma experiência muito desgastante para Rafael. Em seu diário, um ano após o seu retorno à Argentina, ele registrou com minúcias o seu crescente desencanto, a falta de esperança e de perspectivas que tomavam conta de sua pessoa e, quiçá, de uma grande parte da sociedade argentina, uma vez passada a euforia inicial pela redemocratização e a promessa de novos rumos:

31/12/1984 – ¡ Último día del año! Finalmente llega al fin un año más sin pena ni gloria; un año de imprecisiones y tanteos, un año con sentimientos encontrados, sin ideas claras y sin convicciones...un simplemente dejar correr los días...uno tras otro,

¹⁰⁸⁷ Entrevista com J.V. realizada em Porto Alegre - 20/06/2007.

*a la espera de algún acontecimiento inesperado capaz de hacerme vibrar...un año opaco y hostil, un año de pocos recuerdos gratos y muchos días anodinos y/o tristes. ¡Adiós 84, no te voy a añorar!*¹⁰⁸⁸

Por outro lado, a profunda crise social e a debilitada economia argentina em nada incentivavam os possíveis candidatos ao retorno. Tendo em vista melhorar o quadro social e econômico, a equipe econômica de Alfonsín colocou em prática um projeto redistributivo, com medidas de ação social, como concessão de microcréditos e políticas assistencialistas aos setores mais carentes. Um pacote de medidas econômicas para 1985 (o plano *Austral*) tentou frear a inflação, congelou salários e preços, além de realizar o ajuste fiscal. Apesar de contar com certo sucesso e apoio inicial da população e até mesmo o respaldo das instituições financeiras internacionais, o plano fracassaria um ano depois. As medidas do plano foram duramente criticadas pelos setores corporativos capitalistas e pelos sindicatos oposicionistas, com quem o governo teve sérios confrontos. Na verdade, o sucesso do plano dependia de uma disciplina e solidariedade coletiva de todos os atores sociais, mas é evidente que nem todos os setores estavam dispostos a colaborar. Para superar o crescente déficit, o governo terminou enveredando por um caminho oposto, questionável e que também fracassaria: uma política de privatizações com o intuito de capitalizar e reduzir gastos.

Mais uma vez, Rafael fez constar, naquele momento, sua preocupação com a insegura e instável situação do país, registrando seus medos frente ao fracasso e a pobreza e revelando certa culpa por haver retornado “a uma sociedade enferma e triste”, manobra com a qual teria arriscado o futuro da sua família:

10/03/1985 – lo que realmente me preocupa ahora es la situación económica, pues no se ven perspectivas y tengo miedo en invertir los pocos pesos que me quedan y perderlos...no sé si mi intención original de aguantarme en BSAS un año la voy a poder cumplir porque tengo la sensación de que puedo perder lastimosamente el tiempo y que lo mejor sería vender todo de una vez y rajarme violentamente, esta es una sociedad enferma y triste. ¿Cuál es el futuro para (seu filho)?... ¿Yo que tengo que perder?
(...)

01/04/1985 – Estoy escuchando la radio y por las noticias que dan, tengo ganas de agarrar las valijas y desaparecer del país...se

¹⁰⁸⁸ Diário de R. N., 31/12/1984. Arquivo privado do autor.

pronostica más recesión e inflación... ¡Hoy se negocian prestamos de dinero al 32 y 35% mensual! ¿Será que esto tiene arreglo? El dólar paralelo a \$470.

(...)

*15/04/1985 – El país anda a las patadas y se pronostican tiempos muy sombríos (¿más todavía?) Realmente, cada vez estoy más convencido del error que hice de venirme de Brasil... a complicarme la vida en una sociedad en crisis... si las cosas no mejoran, (**quiero**) tener la libertad suficiente para irme (ya definitivamente) hacia donde soplen mejores vientos.¹⁰⁸⁹*

Apesar da singularidade de tais percepções, elas são um claro relato de tempos difíceis, de ambientes densos e horizontes sombrios: hiperinflação, instabilidade política, crise econômica, caos social. O que nos ajuda a compreender porque uma grande parte daqueles retornados empreendeu, pouco tempo depois, uma viagem em sentido contrário. Ou seja, de volta aos lugares de emigração, após verificar as frágeis condições econômicas, políticas e sociais em que se encontrava a Argentina pós-ditadura.

Contudo, mesmo apesar da grave situação, alguns emigrados sentiam que o retorno era necessário, talvez como uma forma de restituição de “algo” perdido (a identidade, a história, o passado, etc.) ou como encerramento de um ciclo de vida interrompido, no caso particular daqueles que tiveram que sair sem muita escolha. Em 1986, o engenheiro Gabriel havia recebido diversos convites para continuar a trabalhar no Brasil e inclusive lhe ofertaram vagas na Europa. Entretanto, as atrativas propostas foram recusadas por ele, pois sentiu uma espécie de chamado “telúrico” que lhe dizia que era hora de voltar, independente das perdas no campo profissional e econômico que isso podia lhe ocasionar. No seu caso, parece que a emoção abafou a voz da razão.

Podía haber vuelto antes, pero yo no me sentía con ganas de volver (...) Yo estaba con una nostalgia y yo quería resolver este problema. Yo no me había ido a Brasil porque había querido, fui por necesidad. Entonces, el trauma de la salida, del desarraigo, lo tenía que resolver (...) A pesar de que muchas veces me he arrepentido de haber regresado, porque había cosas que aquí no me gustaban, pero siempre que hacia el balance daba positivo a favor de haber regresado. Digamos, que daba más salud

¹⁰⁸⁹ Diário de R. N., 10/03/1985. Arquivo privado do autor.

*emocional eso. Pero claro, profesionalmente... Bueno, hay que sacrificar.*¹⁰⁹⁰

Além da questão social e econômica, outro medo permeava a sociedade naquele tempo: a possibilidade de um novo golpe, apesar dos esforços do governo para fortalecer as instituições democráticas, em um país de poucas tradições democráticas e marcado por uma cultura política tradicionalmente violenta e intolerante. E nesse sentido era primordial definir o papel dos militares na democracia. Buscando um equilíbrio entre os reclamos da civilidade e as propostas militares, Alfonsín pretendia que as próprias Forças Armadas se encaregassem de responsabilizar os culpados dos crimes, de julgá-los e indicar a punição. Ou seja, que as Forças Armadas se subordinassem de uma vez ao poder civil.

Entretanto, muitos setores duvidavam que os militares fossem se submeter, antes pelo contrario, e isso se colocava como mais um entrave ao retorno dos emigrados políticos, que temiam ser pegos em uma espécie de ratoeira. O conselheiro Jair Krischke, do MJDH, foi chamado pela ACNUR a intervir e auxiliar no processo de retorno, ou *desexilio*. Em seu depoimento, ele explicou as dificuldades e temores a ser defrontada pelos retornados na volta à terra natal:

*Muitos argentinos temiam a volta, então queriam entrar no território acompanhados. (...) por isso nos tivemos que intervir, acompanhando. Eu quis te frisar isso porque não é algo tão fácil, que nós não entendemos, nós os brasileiros. Os argentinos sabiam bem do que se tratava... o terror que havia acontecido lá fazia com que eles não acreditassem muito de que “ah, agora é democracia!”. E muitos dos que voltaram, passaram um tempo e regressaram, por insegurança, não acreditando muito na solidez da democracia e outros por questões econômicas também (...)*¹⁰⁹¹

Além disso, a assunção do governo civil em nada modificara a estrutura militar e também pouco abalara o aparelho repressivo, embora a diminuição da “atividade” fizesse com que alguns dos repressores saíssem de cena e se tornassem “mão-de-obra desocupada”, passando a emprestar o seu *know-how* ao crime comum. De fato, relatórios de organizações de direitos humanos confirmam que muitos retornados, especialmente em cidades menores onde o anonimato era difícil de

¹⁰⁹⁰ Entrevista com Gabriel Martinez Agüero, desde La Rioja, 22/11/2010

¹⁰⁹¹ Entrevista com Jair Krischke, realizada em Porto Alegre - 25/08/2008.

manter, passaram a receber ameaças de seus antigos algozes, sendo que alguns chegaram a ser atacados, tornando-se vítimas pela segunda vez. Em um de seus depoimentos, Juan nos comentou um destes trágicos casos:

*El aparato represivo de Córdoba no se levantó hasta el día de hoy. (...) en plena democracia, cuando viene Alfonsín, yo tengo un compañero que estaba exiliado en Dinamarca y cuando vuelve lo torturaron, lo dejaron... y hoy está perdido. Le hacían tortura psicológica día a día, lo agarraban en la calle, ¡fue terrible! Hoy sigue con los fantasmas, que lo persiguen...*¹⁰⁹²

Por fim, frente ao descaso dos militares, em 1985, os comandantes da Junta acabaram sendo julgados na justiça civil e, aos poucos, começava-se a indiciar também os oficiais de menor graduação. Isso provocou a revolta dos militares que passaram a enfrentar duramente o governo. A partir daí, a antinomia do poder civil *versus* o poder militar dominou a Argentina até o final da década de 1980. A cada avanço da Justiça na punição aos crimes da ditadura se refletia em boatos golpistas e ameaças de quartelada, desestabilizando o poder civil ao ponto de levar o Executivo a frear a ação da Justiça (leis de *Punto final* e *Obediencia debida*) para evitar a revolta nas casernas.

Apesar do apaziguamento governista, o médio oficialato protagonizou um levante na Semana Santa de 1987, exigindo a revisão dos julgamentos, condenando os generais como “traidores” por intentar culpabilizar os subordinados e assumindo-se como o “verdadeiro” exército nacional, reivindicando sua vitória na guerra contra a guerrilha. A população civil, desta vez indignada, reagiu veementemente e manifestou todo o apoio possível ao governo democrático ameaçado, sendo que os mais afoitos pretendiam enfrentar os sublevados, até porque mesmo os setores legalistas da corporação militar estavam mais propensos a aderir aos rebelados do que reprimi-los. Após tensas e obscuras negociações, os rebeldes depuseram armas e foram detidos. No entanto, isso não significou a vitória para o governo. As negociações desgastaram a imagem do governo perante a opinião pública, que considerou claudicante seu desempenho. Conforme Romero, tal conluio era a evidencia do fim de uma ilusão:

¹⁰⁹² Entrevista com J. P. realizada em Porto Alegre - 09/08/2008.

*La civilidad era incapaz de doblegar a los militares. Para la sociedad, era el fin de la ilusión de la democracia. Para el gobierno, el fracaso de un intento de resolver de manera digna el enfrentamiento del ejército con la sociedad, y el comienzo de un largo y desgastante calvario.*¹⁰⁹³

Mais duas rebeliões da extrema direita militar durante 1988 enfraqueceriam ainda mais o governo, evidenciando a limitada capacidade de manobra e o cada vez mais reduzido leque de apoios que este possuía para enfrentar o problema militar. Para os militares, a resolução desta questão passava unicamente pela concessão de uma anistia irrestrita que conduzisse a um progressivo “esquecimento” dos crimes da ditadura. Para aumentar a tensão do período, em janeiro de 1989, um inesperado e insólito ataque a um quartel em La Tablada, província de Buenos Aires, por parte de um grupo de extrema esquerda serviu perfeitamente aos militares como reforço da sua posição política reivindicatória da luta antissubversiva.¹⁰⁹⁴

É evidente que o somatório de tais condições levou muitos retornados a ponderar se deviam permanecer na Argentina. Pois, se no plano político, o cenário era caótico e permanentemente ameaçador; os rumos da economia eram incertos e as perspectivas de melhoria social quase nula, de que adiantava haver voltado? Que condições efetivas o país oferecia para a retomada de uma vida plena? Assim, o desejo idealizado e quase infantil do retorno se chocava brutalmente com a realidade concreta do país em profunda crise. Rafael foi um dos que fizeram essa reflexão a respeito da validade e viabilidade da permanência. Como vimos anteriormente, em seu diário ele registrou a sua insatisfação com situação do país. Neste excerto, no entanto, se observa que Rafael percebeu que, além de ser socialmente afetado pelos inúmeros problemas da Argentina, ele e seu filho sofriam particularmente com um problema subjetivo, efeito do desarraigo, de sentir-se fora de lugar.

25/01/1985 – A veces pienso que sería mejor volver a Brasil, aunque sé muy bien que el problema no es del país (aunque influye) sino más bien mío y de (seu filho)...la diferencia (si nos vamos a Brasil) es que qué allí estaría (por lo menos el) más a

¹⁰⁹³ ROMERO, Luis A., op.cit. p. 251.

¹⁰⁹⁴ Cabe destacar que, ao contrário das quarteladas, a ação guerrilheira de La Tablada foi exemplarmente reprimida e com especial brutalidade pelo exército. No discurso militar, o ataque demonstrava a sociedade que a “subversão” havia renascido, obviamente graças à democracia, e que somente os militares eram capazes de exterminá-la.

*gusto con sus amigos y compañeros de escuela; de mi parte no habría gran diferencia...*¹⁰⁹⁵

Em 1986 Rafael voltou, por terceira vez, em menos de 20 anos, ao Brasil. Também José V. empreendeu o caminho de regresso ao Brasil. Desta vez, não mais forçado, mas sim por opção própria. Em seu depoimento transparece também esse sentimento ambíguo, essa situação paradoxal de estar “desencaixado” naquele que deveria ser o “seu lugar”:

*Milité con las Madres (de Praça de Maio), no tenía partido político. Le propuse a mi compañera volver a Brasil. No quiso. Me separé, hice terapia. En el 1987 me volví para acá. Realmente, me encontré mucho mejor acá (Brasil) que allá. (...)*¹⁰⁹⁶

Assim, José e Rafael, tal como muitos outros argentinos, assistiram de longe o fim do primeiro governo da redemocratização argentina, acuado sob o signo da ingovernabilidade, da instabilidade política e do colapso da economia: Alfonsín, pressionado pelos rumores golpistas e a ameaça de novos levantes; pela hiperinflação e a desvalorização da moeda nacional, além do corte dos créditos internacionais, concordou em antecipar a entrega do poder ao novo presidente eleito, Carlos Menem.

6. 5. 1. A Sina do Sujeito Eternamente Dividido

*Yo adivino el parpadeo
de las luces que a lo lejos,
van marcando mi retorno.
Son las mismas que alumbraron,
con sus pálidos reflejos,
hondas horas de dolor.
Y aunque no quise el regreso,
siempre se vuelve al primer amor.
La quieta calle donde el eco dijo:
"Tuya es su vida, tuyo es su querer",
bajo el burlón mirar de las estrellas
que con indiferencia hoy me ven volver.
Volver,
con la frente marchita,
las nieves del tiempo
platearon mi sien.
Sentir, que es un soplo la vida,
que veinte años no es nada,
que febril la mirada
errante en las sombras*

¹⁰⁹⁵ Diário de R. N., 25/01/1985. Arquivo privado do autor.

¹⁰⁹⁶ Entrevista com J.V. realizada em Porto Alegre - 20/06/2007.

*te busca y te nombra.
 Vivir,
 con el alma aferrada
 a un dulce recuerdo,
 que lloro otra vez.
 Tengo miedo del encuentro
 con el pasado que vuelve
 a enfrentarse con mi vida.
 Tengo miedo de las noches
 que, pobladas de recuerdos,
 encadenen mi soñar.
 Pero el viajero que huye,
 tarde o temprano detiene su andar.
 Y aunque el olvido que todo destruye,
 haya matado mi vieja ilusión,
 guarda escondida una esperanza humilde,
 que es toda la fortuna de mi corazón.*

Volver¹⁰⁹⁷

Em tese, quase todo desterrado almeja retornar, a poder voltar a viver em sua terra natal. Mas a questão é: quanto tempo esse retorno pode demorar em acontecer? Esta incerteza é o que dá ao exílio, de um modo geral, uma feição temporária, o que faz com que muitos exilados se instalem de modo provisório, não tecendo maiores vínculos com o lugar de acolhida. Assim, o exilado pretende que sua estadia “fora” do seu país seja um lapso transitório. Enquanto isso ele espera, em uma espécie de “limbo estrangeiro”, uma mudança conjuntural ou a solução do problema político-social que o fez abandonar sua terra. Para a psicóloga Ildis Carrasco, o termo “exílio” implica sempre numa idéia de retorno:

(...) el retorno estuvo presente siempre, desde el momento de la partida, en forma de fantasía. Durante mucho tiempo actuó dificultando la adaptación, el aprendizaje de la lengua y la aceptación de las normas de la sociedad de acogida.¹⁰⁹⁸

Mas o que fazer quando o exílio se prolonga temporalmente além do previsto e o exilado, após tecer uma serie de relações sociais, criar vínculos diversos e desenvolver novas lealdades, converte-se, muitas vezes sem se dar conta, em “residente”?

¹⁰⁹⁷ Tango, 1935. Música: Carlos Gardel; letra: Alfredo Le Pera.

¹⁰⁹⁸ CARRASCO, Ildis S., op. cit., p. 82.

De certo modo, é o que aconteceu com Andrea. Durante anos, ela acalentou a possibilidade da volta, mas quando este retorno parecia próximo de se materializar, ela decidiu permanecer no Brasil:

Y fijate vos que recién ahora, que es un proceso... la verdad que durante mucho tiempo te pasa eso, no sabes cuál es tu lugar. (...) no sabes si es allá o si es aquí. Yo, durante mucho tiempo, no sentí Porto Alegre como mi lugar. No lo sentía. (...) Estos últimos años, yo estaba con intenciones de jubilarme y mi intención era ir y estar más un tiempo allá. Pero que pasa, ahí yo me voy para allá, que está mi familia, mi hija y mi nieta, y yo conozco gente de la Universidad (...) por ahí me invitan a que de una charla, pero la verdad es que yo no soy más nadie. O sea, yo no estoy dentro del sistema allá. Yo soy una argentina que vive en Brasil y soy una investigadora más brasileira que argentina (...) Aquí yo circulo, yo me siento parte, integrada a este país, más que allá.(...) Aquello fue mi experiencia de vida y ya no más.¹⁰⁹⁹

O que havia se passado? Andrea descobriu que obtivera uma espécie de “dupla identidade” combinada. Ou seja, se havia uma Andrea “argentina”, desarraigada e que vivia detida num tempo passado, hoje ela percebe que há uma Andrea “argentino-brasileira” (nem sempre nessa ordem), melhor inserida socialmente e pertencente à dinâmica do tempo presente. Entretanto, como ela mesma expressou, não foi fácil aceitar e reconhecer-se dentro desta dualidade conflitiva. Já explicaremos isso melhor.

O que acontece é que uma vez que a pessoa se adapta ou se insere no ritmo da sociedade nova, abandonando essa transitoriedade que caracteriza o exílio (e outras migrações de caráter temporário), a possibilidade de concretizar esse retorno (antes tão almejado) se torna algo inquietante e ambivalente. Pois voltar a terra de origem significa uma “nova” partida, vivida quase como se fosse um “segundo exílio” e que, como tal, acarreta uma “nova” fratura de identidade, exigindo um “novo” período de adaptação e reinserção, etc. Uma perda, no sentido de “luto”, dos novos referenciais de vida adquiridos a muito custo, e esta perda deve ser reelaborada. Voltar, por sua vez, também implica na rememoração das situações ou motivos, geralmente desagradáveis, que levaram a pessoa à saída. Enfim, o conflito íntimo e a angústia se tornam constantes.

¹⁰⁹⁹ Entrevista com A. T. realizada em Porto Alegre - 01/04/2008.

Além disso, se por um lado, a ideia do retorno propicia um sentimento de euforia e expectativas positivas em função do reencontro com tudo o que foi deixado para trás no país de origem (família, amigos, lugares em comum); pelo outro, o contato com a realidade do país pode ser física e psicologicamente avassalador. O que ocorre é que o local da volta é sempre diferente daquele que foi deixado.

Este é o axioma do exílio, nunca se retorna ao mesmo lugar. Na distância da terra estrangeira, a mente do emigrado tende a idealizar o seu país e imagina o momento de reencontro com a pátria-mãe. E embora conscientemente o indivíduo até possa perceber a idealização fantasiosa que povoa tais recordações, ele frequentemente vive aferrado ao país do passado, que teima em parecer tão “presente e real”, pois permanece como congelado em suas lembranças e sonhos. Contudo, estes contornos nítidos e bem delineados, quase fotográficos, do ordenado cenário mental imaginado pelo sujeito, se tornam difusos e se esvaem quase que abruptamente frente ao choque com a realidade concreta do país no presente. Ou, como assevera Denis Merklen,

El presente de su tierra transformada lo confronta a la tragedia de una identidad que añora algo que no existe. Y esa evocación infantil se redobla en el exiliado del desplazamiento forzado a una tierra no deseada.¹¹⁰⁰

O sonho do retorno perde assim seu “encanto”: a pessoa descobre prontamente que aquele lugar ao qual se pertencia não lhe pertence mais, pois ninguém “guardou” o lugar daquele que partiu. A dinâmica da vida prosseguiu, independente da presença do exilado. Segundo Carrasco,

Empieza entonces un tempo de repliegue y de nostalgia, y se siente soledad: es el momento en que se va elaborando el duelo por el país de exilio. Es en este periodo donde los que no pueden superar esta situación, vuelven al país de exilio.¹¹⁰¹

¹¹⁰⁰ MERKLEN, Denis. Sufrir lejos, quedarse juntos. El exilio de los uruguayos en Francia. In: GONZALES BERNALDO DE QUIRÓS, Pilar. *Dossier: Emigrar en tiempos de crisis al país de los derechos humanos. Exilios latinoamericanos en Francia en el siglo XX*. Anuario de Estudios Americanos, Volumen 64 N°1, Enero-junio 2007, Sevilla.

¹¹⁰¹ CARRASCO, Ildis S., op. cit., p. 89.

Não são poucos os que decidem se poupar deste desgastante e complexo processo de reinserção e evitam o retorno definitivo. Outros retornam aos poucos, ou executam movimentos de vaivém, alternando entre um e outro país, às vezes, como forma de mitigar as dores de uma cicatriz permanente.

Ernesto visita a Argentina frequentemente, mas se sente “fora-de-lugar”, parado no tempo, quando visita o país. Há um descompasso evidente entre a realidade do hoje e o seu imaginário subjetivo. A “sua” Argentina é ainda aquela que ele deixou nos idos de 1975 e o “hoje” dessa Argentina, para ele, não faz sentido. Evidentemente, ele também não é mais o mesmo. Ele mudou e essa mudança também pesa nesse desencontro entre passado e presente:

Pero, cuando voy, me estreso... aquella imagen que me produce, no me encuentro. A pesar de que tengo un montón de amigos que los veo todavía, pero no me encuentro. Me parece que estoy parado hace 50, 30 años y extraño. Por ahí, esa decepción hace que acá me sienta mejor, ¿no?¹¹⁰²

De qualquer forma, estas pessoas permanecem divididas entre um lugar e o outro e, como afirma Juan Vives-Rocabert, eternamente situadas em uma curiosa condição de “estrangeiros permanentes”, pois mesmo o retorno à terra natal, implica em ser considerado “diferente” na própria pátria, o que leva a um novo estranhamento e assim por diante. O conflito de lealdades oscila entre ser de um país, ser do outro, ser dos dois ou de nenhum deles. De qualquer modo, é algo complexo, imbricado e irresolúvel. Como explana Vives-Rocabert,

El sujeto migrante queda escindido entre una patria de origen y una patria adoptiva; entre el amor a la cultura originaria y el contacto con una nueva forma de entender la vida y códigos de convivencia aprendidos en la infancia. Esta escisión durará toda la vida y son muy variadas las formas que los migrantes enfrentan esta situación. (...) la identidad queda fracturada para siempre, se trata de sujetos basculando entre dos objetos libidinales, cuya solución se intenta integrar en la palabra, en la invención de términos en los que se combinan ambas lealtades: así nacen los argentino-mexicanos, los judeo-mexicanos (...) etc. El resultado dependerá del establecimiento de una escisión permanente o de la

¹¹⁰² Entrevista com E. T. realizada em Porto Alegre – 08/08/2008.

*posibilidad de una integración más o menos feliz de las dos vertientes de identidad.*¹¹⁰³

Gabriel demorou algum tempo em descobrir esta cisão identitária existia. Depois, veio a perceber a sua profundidade e o seu carácter de fenómeno permanente. Nas suas palavras, expressou-o metafóricamente como uma sensação “estar partido ao meio”, a ruptura da unicidade do eu.

A uno le gusta los espacios de tierra y poca gente (...) y cuando va a un lugar que hay muchos habitantes se siente como asfixiado, una sensación de hacinamiento. (...) Claro, el horizonte, yo extrañaba todas esas cosas cuando estaba allá, que es muy distinto a las llanuras y montañas de acá y allá es todo ondulado, muy distinto, entonces yo extrañaba el paisaje. (...) La geografía se siente mucho y para decirte que los años que estuve allá también dejaron su marca, Entonces, ahora, siento nostalgias de esa geografía brasileña. Uno queda partido al medio...

P: El dilema del exilio, uno nunca vuelve...

Sí, eso pasó. Al regresar acá nos dimos cuenta que queríamos seguir viviendo como igual que antes... entonces uno continúa “medio” exilado.

P: Ese choque de regresar... ¿Ud. lo sintió?

Uno venía con la gran ilusión de regresar de nuevo, y cuando regresa se da cuenta que nada es igual, ni uno mismo es igual, todo ha cambiado y hay cosas que le faltan. Por ejemplo, uno dice: “pero acá falta algo... ¿pero que falta?” Ah, claro, veía a la gente y no veía gente de color. Acá faltan los negros, los mulatos, solo hay “gringos”... bueno, a lo sumo, criollos. (risos) Falta realmente el feijão, la comida, el olor en las calles a vela, de los umbandistas. Uh, faltan cosas... ya me había acostumbrado. Y entonces ahí empecé a entender que nunca me acostumbraría ni a un lugar ni a otro. Después empecé a hacer una sucesión de viajes (...) hacia como dos o tres viajes por año a Brasil, visitar a la gente... necesitaba de ese ambiente... no tiene solución.

P: Es que la persona queda dividida, pasa a tener dos identidades, Ud. se tornó un poco brasileiro también...

Sí, hay una parte que sí. Tanto es así que a cada viaje me compraba música sertaneja, gaúcha, de esas que nos gustaban porque calaban hondo, me hacían ir al ancestral de esa identidad, al folklore. ¡No el MPB, eso es música para la burguesía! En cambio, la de los camioneros, que se yó... trio Parada Dura,

¹¹⁰³ VIVES-ROCABERT, Juan, op. cit., p. 57-59.

*Tonico y Tinoco, esa música caipira (...) Gaúcho de la Fronteira y todo este tipo de música: Teixeirainha quedó en la memoria nuestra.*¹¹⁰⁴

Para Gabriel, a forma de resolver esse problema da ruptura de identidade original passou pela possibilidade de combinação das duas vertentes identitárias, pois uma parte de si pertencia já (e definitivamente) ao Brasil; país adotivo pelo qual veio a nutrir uma grande afeição, algo impensado à época do seu exílio. Esse apego afetivo se expressava na sua necessidade de retornar ao Brasil e cercar-se de artefatos culturais brasileiros (no caso, os discos de música) que pudessem transportá-lo, pelo menos mentalmente, ao Brasil, além de servir como “bálsamos” espirituais para aliviar as saudades do seu “lado” brasileiro.

Ele fora “partido ao meio”, mas, ao que parece, isso não lhe impediu de intentar conciliar as “partes” que correspondem a essas identidades distintas, e assim desenvolver uma integração original, mostrando que, afinal, em um ser único podem coexistir muitas identidades.

¹¹⁰⁴ Entrevista telefônica com Gabriel Martinez Agüero, desde La Rioja - 22/11/2010.

Considerações Finais

Em termos gerais e buscando uma sintetização didática, podemos resumir de seguinte forma o perfil e as fases da recente imigração argentina: imigração de profissionais, exílio político e exílio econômico. Os primeiros buscavam no Brasil um lugar melhor para se estabelecer ou adquirir projeção profissional e melhores compensações econômicas numa terra estrangeira promissora e considerada próspera quando comparada com a própria. Já os segundos procuravam um refúgio, muitas vezes apenas temporário, na espera da mudança dos instáveis ventos da política, ou de passagem (visualizando o Brasil como “corredor” ou “trampolim”) em direção a um terceiro lugar, geralmente além-mar e considerado mais seguro, longe dos horrores que haviam padecido em seu próprio lar. E por fim, estão aqueles que vieram por que não tinham mais nada a perder, dada a terrível situação de crise estrutural, social e econômica enfrentada em seu país de origem e que não lhes garantia sequer as mínimas condições de sobrevivência digna.

Entretanto, deve-se ter consciência que essas categorias possuem seus limites. Como vimos ao longo do texto, essas linhas divisórias entre uns e outros não são sempre tão definidas quanto aparentam. Assim, não infreqüentemente, motivações econômicas e causas políticas, por exemplo, se cruzavam, evidenciando inúmeras interfaces entre as questões políticas, sociais e econômicas, dificultando o uso de rotulações simplistas e mostrando que a realidade do fenômeno migratório é sempre muito mais complexa do que a abstração conceitual pode abarcar, devido às suas limitações de elasticidade. Tal como no espectro de cores, entre um imigrante “puro” (no sentido de ideal) e um exilado “puro” existem diversas nuances e tonalidades intermediárias possíveis, mas nem sempre simples de serem definidas ou identificadas categoricamente. Pode-se tentar exercer o uso de tipologias que enquadrem a experiência do exílio e da imigração, mas nenhuma delas é capaz de

abranjer a dimensão real que possuem esses acontecimentos na vida de um ser humano. Ao tentar emoldurar essas experiências dentro de rígidos e assépticos cânones academicistas, corremos o risco de empobrecermos a humanidade inerente a estes eventos, coisificando vivências, sentimentos, e reduzindo-os a meros objetos de estudo desvinculados do ser humano que passou por tais experiências.

Independentemente de rótulos, os argentinos conseguiram se estabelecer no Brasil e no Rio Grande do Sul, todavia o processo não foi simples e tampouco isento de conflitos. Houve ruptura e descontinuidade, inerentes ao processo migratório, seja qual for a motivação causal. As reações ao processo foram as mais diversas, assim como os resultados deste: desde aqueles que ainda hoje se negam à integração, até aqueles que se assumem mais brasileiros que argentinos. Entre estes extremos, mais uma vez, afirmamos que existe uma enorme gama de possibilidades intermediárias de integração e adaptação social.

No entanto, será que a inserção e a adaptação são vias de mão única? Certamente que esta capacidade em se adaptar a novas circunstâncias e acontecimentos é uma característica subjetiva e singular. Mas, por outro lado, ela também pode ser atribuída em relação ao meio circundante, no caso, a sociedade de acolhida. Ou seja, cada pessoa vai reagir de forma diferente frente ao fenômeno do exílio ou da imigração, agindo sempre de acordo com seus princípios, idiosincrasias, personalidade, temperamento e origem sócio-econômica, ou cultural. Contudo, é importante ressaltar que cada sociedade vai também reagir conforme com sua cultura, de forma própria e singular, frente à chegada desses estrangeiros. Todos os códigos, valores, representações sociais, preconceitos e estigmas estão presentes e se manifestam em distintos graus de tolerância (ou de intolerância) quando ocorre o contato com o estrangeiro.

É preciso também lembrar que a sociedade de acolha não é um todo orgânico, mas sim uma colcha de retalhos, heterogênea, desigual e assimétrica em maior ou menor grau, cujas partes componentes podem reagir de formas diferentes ao mesmo problema. Ou seja, diversas variáveis perpassam transversalmente o problema: níveis sócio-econômicos, classe social, localização geográfica, questões culturais, linguagem, identidades diversas (religiosa, política, profissional, de classe, etc.) Por exemplo, uma determinada pessoa pode não ser bem aceita em determinado

segmento social e ser bem recebido em outro com o qual tenha maior sintonia de afinidades e pertenças. Isto também enfrenta variações de local para local. A primeira vista, diríamos que as grandes cidades são frias e pouco acolhedoras e que cidades pequenas possuem um ambiente mais familiar, mas isto é um pensamento de senso comum. Uma cidade pequena pode também ser muito conservadora e intolerante em relação ao estrangeiro, que pode ser percebido como um “corpo estranho” num meio social restrito. Por outra parte, em uma grande cidade podem ser encontrados nichos dentro desse universo cosmopolita capazes de significar uma possibilidade de melhor acolhida ao entranho, se este for afim a um determinado segmento cultural, social ou profissional. Enfim, um lugar onde prevaleçam ou apenas constem outro tipo de elementos identitários que possam superar a primitiva barreira da condição de estrangeiro. Lugares onde o ser “de fora” não seja tão levado em conta pelos nativos.

Todavia, será que um imigrante ou exilado realmente pode ser completamente integrado ou assimilado à sociedade de acolhida? Não se descarta que sim, mas talvez isto seja uma quimera. Quiçá alguns acreditem nisto, ou sejam auto-induzidos a tal como mecanismo para poder enfrentar e negociar psicologicamente a divisão entre duas pátrias, duas culturas, etc. Parafrazeando Gabriel Sheffer, ninguém é assimilado ou adaptado em todos os aspectos da sua vida: o estrangeiro pode ser culturalmente assimilado no trabalho, parcialmente adaptado na sociedade e, ao mesmo tempo, manter suas raízes culturais originárias quase intactas no plano cotidiano. E, por mais assimilado que se possa ser ou parecer, sempre haverá um instante em que os estrangeiros serão lembrados da sua condição de estrangeiros pelos nativos. Eles são denunciados pelo sotaque, pela aparência externa (fenótipo, vestuário, etc.) ou pelos indisfarçáveis costumes. Não existe escapatória para a condição de estrangeiro, sempre se é estranho ao local do “outro”. E os “outros” sempre os lembrarão disso. A adaptação e/ou assimilação também pode ser entendida como uma relação dialética cujo resultado final deveria ser uma síntese negociada entre ambas as partes, o que nem sempre ocorre. Tal como observamos no texto, preconceitos, estigmas e velhas rivalidades entre argentinos e brasileiros eram intensas e ainda hoje teimam em subsistir, um tanto suavizadas, mas ainda persistem, especialmente quando vinculadas à cultura futebolística. No entanto, nos últimos

anos, em virtude de uma conjuntura econômica mais favorável, os brasileiros têm conhecido mais a Argentina e seus habitantes. À medida que se facilita a circularidade entre os dois povos aumenta-se o contato com a cultura do “outro”, que se torna mais familiar e acessível. Assim, o conhecimento mútuo matiza e minimiza, aos poucos, o preconceito, filho legítimo da ignorância e do obscurantismo.

Acreditamos que não seria acurado falarmos em uma comunidade ou coletividade argentina no Rio Grande do Sul. Antes, talvez devêssemos falar em “grupos” distintos de argentinos. Não se evidenciou a criação de uma “pequena Argentina”, mas sim de núcleos sociais unidos mais estreitamente por diversos tipos de laços identitários, muito além da questão nacional, e que até mesmo podiam incluir estrangeiros na formação destes grupos. Alguns militantes políticos, por exemplo, se uniram com militantes locais e estrangeiros cujo eixo de identificação passava pela militância junto à esquerda e por uma perspectiva mais latino-americanista do que nacional. Pelo outro lado, parte dos residentes argentinos, independente de estarem agrupados ou não em entidade própria, evitava o contato com outros argentinos em função de preconceitos políticos ou de classe social, estabelecendo uma hierarquização e seleção que negava ou ignorava a existência destes “outros” argentinos, ou então os adjetivava pejorativamente para desqualificá-los e marcar sua diferença com eles: terroristas, subversivos, esquerdistas, picaretas, etc.

No entanto, o que mais evidenciamos foi a presença de grupos unidos por fortes laços afetivos, de amizade e solidariedade. Nesse sentido, deve se destacar a presença de redes sociais tecidas em virtude da experiência da emigração e consolidadas como instrumento para enfrentar melhor as dificuldades surgidas durante o processo migratório e a posterior fase de assentamento.

E as dificuldades não eram poucas. A começar pela questão do trabalho (ou a falta deste, especialmente a partir de meados dos anos 1970) e a obtenção da residência legal, objetivos inter-relacionados muito almejados, mas nem sempre atingidos, dado a combinação de uma conjuntura econômica recessiva pós-*milagre* com as restrições da política migratória brasileira. A ilegalidade documental e laboral era uma carga constante para grande parte destes emigrados. Já para aqueles emigrados por questões políticas, os problemas tendiam a se complexificar. O regime

militar brasileiro não somente coibiu a ação política de grupos opositores argentinos, mas controlou, perseguiu e, violando direitos humanos e leis internacionais, capturou e entregou dissidentes nas mãos dos militares argentinos, colaborando diretamente na conexão repressiva transnacional das ditaduras civis-militares do Cone Sul, a “internacional do terror”, mais conhecida por Operação Condor. Apesar disso, grupos de militantes ainda conseguiram se articular no Brasil e deram continuidade a sua militância combativa mesmo nas condições mais adversas, especialmente se levarmos em conta que o Rio Grande do Sul possuía importância geoestratégica, tanto para os militares quanto para os dissidentes.

Por fim, as mudanças na Argentina trouxeram à tona o dilema do retorno, uma decisão difícil, permeada por sentimentos ambíguos e contraditórios, onde se colocava novamente a identidade em jogo. Entretanto, apesar dos inúmeros empecilhos aqui encontrados, muitas pessoas acabaram ficando no Brasil, seja por contingências do acaso ou por vontade própria. Assim, o que em muitos casos havia sido previsto originalmente como “temporário” acabou se tornando permanente, o que levou muitos a reconstruírem o eixo de suas vidas em terras brasileiras e, dessa forma, tornar-se também um pouco brasileiros. Surgiu assim uma identidade justaposta, hifenizada, no dizer de Jeffrey Lesser, e indissolúvel, já que as vivências que resultam da experiência da migração são, evidentemente, irreversíveis. Como já apontamos anteriormente, do exílio não se “retorna” e o próprio “retorno” implica em um “novo” exílio, só que desde a “outra” margem. Então, como reparar essas identidades fraturadas e histórias interrompidas?

Em 2004, o governo do presidente argentino Nestor Kirchner, promulgou o Decreto 1601/04. Mediante essa legislação, os filhos de argentinos nascidos no estrangeiro podem adquirir plena cidadania argentina, bastando apenas apresentar perante as autoridades consulares uma documentação comprobatória da nacionalidade paterna ou materna. Assim, podem tornar-se “argentinos por opção”.¹¹⁰⁵ Longe de ser apenas uma medida simbólica, a lei em questão tem um evidente caráter reparatório, uma forma de restituir e/ou reconstruir identidades fragmentadas pelas sucessivas migrações e, especialmente, pelos s. Assim, outorgar a

¹¹⁰⁵ Até a promulgação dessa lei, os filhos de argentinos tinham apenas direito a residência permanente (Decreto 4.418/65), mas continuavam sendo considerados estrangeiros, com um status diferenciado em relação aos nacionais e, portanto, estando limitados no exercício da cidadania.

nacionalidade argentina aos nascidos em solo estrangeiro se constitui em uma política integradora e de inclusão operando em um sentido totalmente oposto ao que havia sido a prática tradicional do Estado argentino, marcada pela indiferença com relação aos argentinos no exterior e seus descendentes. Nos tempos do regime militar, a indiferença se transformava em intolerância e atingia níveis extremos, levando a que muitos argentinos, perseguidos políticos, não pudessem sequer registrar seus filhos nas embaixadas ou consulados, o que lhes causaria transtornos futuros, em caso de um possível, quase sempre almejado, retorno. Nesse sentido, o decreto de Kirchner também auxiliou, indiretamente, a romper com o estigma que ainda pairava (mesmo com a restauração democrática) sobre a diplomacia argentina, vista como cúmplice da ditadura passada, além de tradicionalmente elitista e politicamente conservadora. Segundo declaração do cônsul adjunto, a preocupação dos diplomáticos hoje consiste em atender as demandas dos residentes.¹¹⁰⁶ De fato, conforme nos foi relatado por diversos entrevistados, nos últimos tempos os residentes argentinos tem estabelecido vínculos e parcerias antes impensáveis com as suas representações consulares, superando gradativamente a desconfiança que outrora imperava na maioria da comunidade. Há mudanças perceptíveis. Por exemplo: o cônsul (ou o cônsul adjunto) não é mais o funcionário distante com o qual as pessoas não tinham contato (ou nem queriam ter), mas sim um sujeito mais acessível e atento às necessidades dos seus conterrâneos, com quem passou a ter um trato mais afável, humano. Isso nos indica a existência de uma sensível alteração na forma em que o Estado argentino e seus representantes estão se relacionando com seus cidadãos.

Por fim, a medida promulgada por Kirchner também tem uma componente histórica inovadora. É como se se rompesse significativamente com a idealizada “Argentina dos imigrantes”, uma “generosa mãe-terra do novo mundo” disposta a aceitar os deserdados de qualquer pátria, adotá-los e tornar seus descendentes legítimos argentinos, conquanto regida pelo *jus solis*. Essa imagem da Argentina não passa hoje de uma representação anacrônica. Em termos objetivos e pragmáticos, a Argentina de hoje necessita reaver seus cidadãos desgarrados, para tentar compensar de alguma forma os efeitos da diáspora sofrida nas décadas anteriores e reconstituir

¹¹⁰⁶ Entrevista com o Cônsul Geral Jorge Biglione e o Cônsul Adjunto Gustavo Coppa realizado em Porto Alegre. 03/04/2008.

uma malha social deteriorada, especialmente desde 1976. Assim, ao conceder nacionalidade aos descendentes de argentinos, a Argentina muda de perspectiva e passa também a reconhecer o direito de sangue de seus concidadãos. A construção de uma *argentinidad* é evidentemente reforçada com esta política: iniciando-se pelo elo entre pais, filhos e familiares, que veem uma continuidade de uma origem em comum, algo frequentemente posto em xeque pela emigração e o nascimento dos filhos em terra estrangeira, o que gera estranhamento dentro do seio familiar. Por último, se reforça o sentido de pertença e continuidade histórica desses filhos: eles passam a ser parte de um contexto histórico maior, onde poderão observar que suas histórias particulares encontrarão similitude e proximidade com a de muitos outros filhos de argentinos nascidos na diáspora.

Pode se dizer que a memória dos emigrados argentinos no Brasil está ainda em processo de construção: não é una e muito menos possui uma visão coesa. A própria natureza do fenômeno migratório, plural e singular ao mesmo tempo (posto que cada experiência desse tipo é única, mesmo dentro de um processo coletivo e social) e isso é o que confere a essa memória o caráter heterogêneo e diverso. Logo, o que se observa é um processo permeado por conflitos e visões opostas, onde grupos e indivíduos buscam trazer à tona suas memórias (com seu arcabouço de recordações, mas também de esquecimentos e omissões, consciente ou inconscientemente selecionados) e apresentá-las como sendo a “verdade”, pretensamente amparados no caráter imediato da sua experiência, do valor intrínseco do seu testemunho, o que lhes garantiria irrefutabilidade, segundo Beatriz Sarlo.¹¹⁰⁷ Entretanto, seguindo a proposta de Sarlo, essa memória (e especialmente aquelas ligadas aos eventos sociais traumáticos), enquanto objeto e fonte da história, não deve ser congelada e erigida, em virtude de uma relação afetiva ou de dever moral com o passado, em algo indiscutível ou intocável, quase sacralizado. Independente de afinidades e posicionamentos, para o historiador, a memória deve ser entendida como mais um discurso social, dentre muitos outros, a ser esmiuçado e tornado inteligível.

E isso nos leva a uma relevante questão que diz respeito a nossa postura como historiadores que se utilizam de fontes orais: a clivagem entre os “historiadores orais

¹¹⁰⁷ SARLO, Beatriz. *Tiempo Pasado. Cultura de la memoria y giro subjetivo. Una discusión*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2005, p. 55.

militantes” e os “historiadores orais acadêmicos”. Ou seja, entre aqueles que pretendem dar voz aos “sem voz” ou fazer “história de baixo” assumindo abertamente uma postura política (por vezes acrítica e não-historicizada) e os últimos que, refugiados em procedimentos metodológicos e epistemológicos próprios da profissão do historiador, rechaçam aceitar implícitas influências políticas. Sem pretender adentrar especificamente neste longo (e talvez interminável) debate, consideramos que a postura do historiador deve estar sempre pautada no trabalho de análise, crítica e interpretação das fontes para possibilitar a transformação da memória em matéria-prima da História. Por outro lado, isso não exclui absolutamente a possibilidade de que o historiador assuma determinadas posições políticas e seja cômico do seu papel social como intelectual. Phillippe Joutard alerta que os “excluídos” e os “sem voz” não devem temer que a história questione a “sua” memória, pois a História (...) *validará lo esencial de su palabra*.¹¹⁰⁸ Mas, em compensação, destaca que:

(...) *una memoria no sometida a la crítica histórica (...) será “relativizada” por outra memoria, incluso falsificada. Los que no tienen interés en la historización de las memorias son los negadores de las torturas, de las desapariciones y de los genocidios.*¹¹⁰⁹

A assertiva de Joutard não poderia ser mais pertinente. Frequentemente observamos que governos e setores dominantes tem praticado nas políticas públicas e nos meios de comunicação, o “esquecimento” enquanto uma deliberada política de amnésia ao invés de fomentar a memória. Apagar a memória não representa apenas eliminar vestígios e significados do passado, mas também significa a possibilidade de embargar a construção da História de um modo geral. Além do mais, como afirma David Lowenthal, (...) *relebrar um passado é crucial para nosso sentido de identidade: saber o que fomos confirma o que somos*.¹¹¹⁰ Logo, eliminar a memória pode também levar uma perda irreparável da identidade da sociedade. Isso não que dizer que uma sociedade tenha que carregar eternamente o pesado fardo da memória traumática. Mas uma sociedade (assim como os indivíduos) só pode optar por esquecer aquilo que conhece e que foi trabalhado, refletido, fruto de um processo de

¹¹⁰⁸ JOUTARD, Phillippe, op. cit., p. 10.

¹¹⁰⁹ Idem.

¹¹¹⁰ LOWENTHAL, David, op. cit., p. 87.

consenso coletivo. Eludir estas etapas, por mais dolorosas e conflitantes que possam ser, pode ter um custo social elevado ao perpetuar o trauma da fratura social ao longo de várias gerações.

Com base no trabalho de Hugo Vezzetti desejamos ainda destacar que a memória, enquanto substrato da história, deve contar com dois componentes: um intelectual, que carrega uma vontade de conhecimento e se propõe não somente denunciar e repudiar, mas acima de tudo entender; bem como um componente ético, que transforma esse saber em uma interrogação que retorna à própria sociedade, sujeito ou grupos. Segundo Vezzetti, esse é o compromisso da memória com as tarefas e as responsabilidades do presente, mas também do futuro. A falta de algum desses componentes pode tornar a memória uma forma de repetição do passado próxima da alucinação (um passado-presente permanente) ou do esquecimento, ao invés de uma rememoração eficaz.¹¹¹¹ Para Ricoeur, a saída para esta “compulsão pela repetição” residiria no uso crítico da memória, e que se iniciaria na narrativa das histórias do passado a terceiros, mas de forma rearranjada, contando-as não somente do próprio ponto de vista, mas também desde o ponto de vista do outro (outro, meu amigo, meu adversário, etc.). Assim, o passado pode ter seu sentido revisto (sua carga moral, suas dívidas) para poder modificar a projeção de futuro e possibilitar que o “trabalho de lembrança” nos aponte para a via do perdão, de uma libertação da dívida pendente do passado. E isso, segundo Ricoeur, (...) *vale efetivamente para a memória pessoal, vale também para a memória partilhada e, acrescentaria, igualmente para a História escrita pelos historiadores.*¹¹¹²

Assim, cabe ao historiador se antepor aos que manipulam, desvirtuam ou apagam os traços da memória com o claro objetivo de impedir que esta se torne um importante elemento constituinte da História, mas também é de incumbência do historiador o questionamento, a problematização e a desconstrução dos discursos (muitas vezes deliberadamente parcial, omissos e excludentes) da memória. Após ter passado pelo crivo analítico do historiador, a memória deve possibilitar a produção

¹¹¹¹ VEZZETTI, Hugo, op. cit., p. 35.

¹¹¹² RICOEUR, Paul. O perdão pode curar? Tradução José Rosa. In:

http://www.lusosofia.net/textos/paul_ricoeur_o_perdao_pode_curar.pdf Acessado em 15 de setembro de 2011.

de um discurso histórico comprometido com a busca do conhecimento, almejando a maior proximidade com a verdade e objetivando atingir a justiça.

As memórias dos argentinos no Brasil e no Rio Grande do Sul, com seus significados, sentidos, valores e percepções próprias alimentaram a construção deste texto histórico. Suas narrativas constituíram a argamassa da história que aqui se escreveu. Essas subjetividades foram colocadas “em xeque”, esmiuçadas, problematizadas e analisadas; mas, acima de tudo, foram respeitadas na sua essência: uma obrigação ético-profissional do historiador em relação à fonte, especialmente se esta é uma “fonte viva”, com a qual existe um compromisso e uma relação humana que deve ser embasada no respeito e no entendimento mútuo. Além disso, nessa relação entrevistado-entrevistador sempre se coloca a questão do retorno aos entrevistados, seja ele concreto ou simbólico, por parte do pesquisador. As informações dadas por estes entrevistados retornarão, não a eles diretamente (até porque já as conhecem), mas sim a outras pessoas, outros grupos e sociedades diferentes, ou simples e modestamente a seus filhos e netos, que muitas vezes ouvem com certo desdém as “histórias” dos mais velhos. Quiçá as mesmas “histórias” adquiram maior respeitabilidade para os descendentes, se reconhecidas e valorizadas por um terceiro. Concordamos com Alessandro Portelli quando afirma que o “verdadeiro serviço de restituição” é fazer com que a voz destas pessoas e comunidades seja ouvida fora, além do seu limitado alcance habitual. Para Portelli, levar as “versões da história” de determinado indivíduo ou grupo,

(...) para fora da comunidade representa a forma específica de restituição ao nosso alcance, como acadêmicos que somos, pois, em nível profissional, temos condições de entrar em contato com editoras e veículos de comunicação em geral. E vez de nos limitarmos a restituir à comunidade conhecimentos de que já dispõem, nós os restituímos e os complementamos com conhecimentos nossos, compartilhando-os com aquelas regiões do mundo a que temos condições de chegar.¹¹¹³

Esse é o nosso intuito: retirar esse conjunto de narrativas subjetivas de seu habitual círculo de interlocutores trabalhá-las e constituí-las em História. Evidentemente que a história que aqui se escreveu não é, nem pretende ser,

¹¹¹³ PORTELLI, Alessandro, op. cit., p. 32.

definitiva: é um passo dado no sentido de introduzir e explicar historicamente a presença deste grupo étnico-nacional que coabita o território brasileiro. Tampouco pretende ser uma história filiada a algum adjetivo nacional ou regional: não é nem especificamente brasileira, nem argentina ou, muito menos, gaúcha. Possui, no entanto, uma característica dual, tal como nossos sujeitos-objetos de estudo. É uma história compartilhada entre Brasil e Argentina, uma interface entre esses dois países e, como tal, a ambos os países pertence, mas que também se insere na raiz de uma grande história latino-americana.

Por fim, espera-se que tal história contribua para algumas reflexões: sobre a tolerância às diferenças, sobre os efeitos dos nacionalismos infantis, sobre nosso turbulento e não resolvido passado recente compartilhado. Especialmente, espera-se que o trabalho contribua para o conhecimento e a compreensão mútua, além do desejo (ambicioso, por certo) de também contribuir para o fortalecimento dos laços de amizade entre a Argentina e o Brasil.

Bibliografía

- ABOS, Álvaro. La racionalidad del Terror. *El Viejo Topo*, Barcelona, n° 39, dic. 1979.
- ACNUR, *La situación de los refugiados en el 2000. Cincuenta años de acción humanitaria de ACNUR*. Barcelona: Icaria Editorial, 2000.
- ALBERTI, Verena. “Histórias dentro da História”. Em: PINSKI, Carla B. (org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005. p. 155-202.
- ANDERSON, Benedict. *Nação e Consciência Nacional*. São Paulo: Ática, 1989.
- ANGUITA, Eduardo; CAPARRÓS, Martín. *La voluntad. Una historia de la militancia revolucionaria en Argentina*. V Tomos, Buenos Aires: Booket, 2006.
- ARENDT, Hannah. *Origens do Totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- ASTIZ, Eduardo. *Lo que mata de las balas es la velocidad. Una historia de la contraofensiva montonera del 79*. La Plata: De la Campana, 2005.
- BARON, Ana; DEL CARRIL, Mario; GÓMEZ, Albino. *Porqué se fueron. Testimonios de argentinos en el exterior*. Buenos Aires: Editorial Emecé, 1995.
- BAYER, Osvaldo; GELMAN, Juan. *Exilios*. Bs As: Planeta, 2006.
- BEREMBLUM, Andrea. *A Invenção da Palavra Oficial: identidade, língua nacional e escola em tempos de globalização*. Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 2003.
- BERNADOTTI, Maria A; BONGIOVANNI, Barbara. Aproximaciones al estudio del exilio argentino en Italia. In: YANKELEVICH, Pablo (comp.) *Represión y destierro: Itinerarios del exilio argentino*. La Plata: Ediciones Al Margen, 2004
- BERNETTI, Jorge L.; GIARDINELLI, Mempo. *México: El Exilio que hemos vivido. Memoria del exilio argentino en México durante la dictadura, 1976-1983*. Quilmes: Universidad Nacional de Quilmes, 2003.
- BESSONE, Ramón G. D. *Guerra Revolucionaria en la Argentina (1959-1978)*. Buenos Aires: Círculo Militar, 1988.
- BIELOUS, Silvia D. *El Uruguay del Exilio: gente, circunstancias, escenarios*. Montevideo: Trilce, 2006.

- BLANCK-CEREIJIDO, Fanny. La mirada sobre el extranjero. In: BLANCK-CEREIJIDO, Fanny, YANKELEVICH, Pablo (comp.). *El otro, el extranjero*. Buenos Aires: Libros del Zorzal, 2003.
- BLANCK-CEREIJIDO, Fanny; YANKELEVICH, Pablo (comp.). *El otro, el extranjero*. Buenos Aires: Libros del Zorzal, 2003.
- BONASSO, Miguel. *Recuerdo de la muerte*. Buenos Aires: Bruguera, 1984.
- BORTOT, Ivanir J.; GUIMARAENS, Rafael. *Abaixo a Repressão: Movimento Estudantil e as Liberdades Democráticas*. Porto Alegre: Libretos, 2008.
- BRAVO, Alvaro F.; GARRAMUÑO, Florencia.; SOSNOWSKI, Saúl. *Sujetos en Tránsito: (in)migración, exilio y diáspora en la cultura latinoamericana*. Madrid/Buenos Aires: Alianza Editorial, 2003.
- BROCATTO, Carlos. *El exilio es el nuestro*. Buenos Aires: Sudamericana, 1986.
- CALANDRA, Benedetta. "Los chicos del exilio: memória e identidad de hijos de argentinos en Europa". In: INTERNACIONAL ORAL HISTORY ASSOCIATION (IOHA)/ COMUNE DI ROMA. *XIII Internacional Oral History Conference*. Atti del Convegno (Anais Eletrônicos) Roma. 2004. 13 p.
- CALLONI, Stella. *Operación Cóndor: Pacto criminal*. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 2006.
- CALVEIRO, Pilar. La experiencia concentracionaria. In: LIDA, Clara E.; CRESPO, Horácio; YANKELEVICH, Pablo. (comp.) *Argentina, 1976: estudios en torno al golpe de Estado*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica: El Colégio de México, 2008.
- CALVEIRO, Pilar. *Poder y desaparición. Los campos de concentración en Argentina*. Buenos Aires: Ediciones Colihue, 2001.
- CALVEIRO, Pilar. *Política y/o Violencia. Una aproximación a la guerrilla de los años 70*. Buenos Aires: Norma, 2005.
- CAMPIONE, Daniel. La izquierda no armada en los años setenta: tres casos, 1973-1976. In: LIDA, Clara E.; CRESPO, Horácio; YANKELEVICH, Pablo. (comp.) *Argentina, 1976: estudios en torno al golpe de Estado*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica: El Colégio de México, 2008.
- CANELO, Brenda. Cuando el exilio fue confinamiento. Argentinos en Suecia. In: YANKELEVICH, Pablo; JENSEN, Silvina. (comp.) *Exilios. Destinos y experiencias bajo la dictadura militar*. Buenos Aires: Libros del Zorzal, 2007.

- CARABALLO, Liliana; CHARLIER, Noemí; GARULLI, Liliana. *Documentos de la História Argentina (1955-1976)*. Buenos Aires: Eudeba, 1999.
- CARMAGNANI, Marcello. *Estado y sociedad en América Latina, 1850-1930*. Barcelona: Grijalbo, 1984.
- CARNOVALE, Vera. "Memórias en juego. El lugar del historiador en la construcción del Archivo Oral de Memória Abierta". In: INTERNACIONAL ORAL HISTORY ASSOCIATION (IOHA)/ COMUNE DI ROMA. *XIII Internacional Oral History Conference*. Atti del Convegno (Anais Eletrônicos) Roma. 2004. 14 p.
- CARRASCO, Ildis S. Retornar no es solo volver, sino también irse. In: VV. AA. *Represión y olvido: Efectos psicológicos y sociales de la violencia política dos décadas después*. Montevideo: Editorial Roca, 1995.
- CAVIGLIA, Mariana. *Dictadura, vida cotidiana y clases medias. Una sociedad fracturada*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2006.
- CELS (Centro de Estudios Legales y Sociales). *El secuestro como método de detención*. Buenos Aires, ¿Mayo-Junio 1982?
- CENTRO DE DERECHOS HUMANOS DE LA UNIVERSIDAD NACIONAL DE LANUS (Argentina). El Asilo y la protección de los refugiados en América Latina. In: VVAA. *Derechos Humanos y refugiados en las Américas*. San José: ACNUR, 2001.
- COMISION INTERAMERICANA DE DERECHOS HUMANOS-OEA, 1980. *Informe sobre la situación de los derechos humanos en Argentina*. Washington, 1980, OSEA (Organización Solidaridad Exiliados Argentinos)-CELS, s/f, s/l.
- COMISSÃO DE FAMILIARES DE MORTOS E DESAPARECIDOS POLITICOS; INSTITUTO DE ESTUDOS SOBRE A VIOLÊNCIA DE ESTADO. *Dossiê Ditadura: Mortos e desaparecidos políticos no Brasil (1964-1985)*. São Paulo: IEVE/Imprensa Oficial, 2009.
- CONADEP. *Nunca Mais. Informe da Comissão Nacional Sobre o Desaparecimento de Pessoas na Argentina*. Porto Alegre: L&PM, s. d.
- CUEVA, Agustín. *O desenvolvimento do capitalismo na América Latina*. São Paulo: Global, 1983.
- CUNHA, Luiz C. *Operação Condor: o sequestro dos uruguaios. Uma reportagem dos tempos da ditadura*. Porto Alegre: LP&M, 2008.
- CUNHA-GIABBAI, Gloria da. *El exilio, realidad y ficción*. Montevideo: Ed. Arca, 1992.

- DEL OLMO PINTADO, Margarita. El exilio después del exilio. In: *Exilios. Historia reciente de Argentina y Uruguay*. Revista de Ciencias Sociales América Latina Hoy, Volumen 34, Salamanca: Universidad de Salamanca, Agosto de 2003.
- DELLI-ZOTTI, Guillermo M. La singularidad del exilio argentino en Madrid: Entre las respuestas a la represión de los 70 y la interpelación a la Argentina posdictatorial. In: YANKELEVICH, Pablo (comp.) *Represión y destierro: Itinerarios del exilio argentino*. La Plata: Ediciones Al Margen, 2004.
- DELLI-ZOTTI, Guillermo M. Voces distantes, otras miradas examinan el círculo de hierro. Política, emigración y exilio en la declinación argentina. In: *Exilios. Historia reciente de Argentina y Uruguay*. Revista de Ciencias Sociales América Latina Hoy, Volumen 34, Salamanca: Universidad de Salamanca, Agosto de 2003, p. 15 a 34.
- DICCIONARIO ENCICLOPÉDICO SOPENA. Barcelona: Editorial Ramón Sopena, 1977. 5 V.
- DINGES, John. *Os anos do Condor: uma década de Terrorismo internacional no Cone Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- DUARTE, Paulo de Q. *Conflito das Malvinas*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1986.
- DUHALDE, Eduardo Luís. *El Estado terrorista argentino. Quince años después, una mirada crítica*. Buenos Aires: Eudeba, 1999.
- ESTEBAN, Fernando O. “Dinámica Migratoria Argentina: inmigración y exilios”. In: *Exilios. Historia reciente de Argentina y Uruguay*. Revista de Ciencias Sociales América Latina Hoy, Volumen 34, Salamanca: Universidad de Salamanca, Agosto de 2003, p. 15 a 34.
- FAUSTO, Boris. *História Concisa do Brasil*. São Paulo: EdUSP, 2006, 2 ed.
- FAUSTO, Boris; DEVOTO, Fernando J. *Brasil e Argentina: um ensaio de história comparada, 1855-2002*. São Paulo: Ed. 34, 2005, 2 ed.
- FEINMANN, José Pablo. *La sangre derramada. Ensayo sobre la violencia política*. Buenos Aires: Booket, 2006.
- FERNÁNDEZ, Jorge C. Argentina: extermínio organizado de uma nação. In: PADRÒS, Enrique S. *As ditaduras de segurança nacional: Brasil e o Cone Sul*. Porto Alegre: CORAG – Comissão de Acervo da Luta contra a Ditadura, 2006.
- FRANCO, Marina; BERNALDO, Pilar G. Cuando el sujeto deviene objeto: la construcción del exilio argentino en Francia. In: YANKELEVICH, Pablo (comp.)

- Represión y destierro: Itinerarios del exilio argentino*. La Plata: Ediciones Al Margen, 2004.
- FRANCO, Marina; LEVIN, Florencia. *Historia reciente. Perspectivas y desafíos para un campo en construcción*. Buenos Aires: Piados, 2007.
- GARZÓN -VALDÉZ, Ernesto. La emigración argentina. Acerca de sus causas ético-políticas. In: WALDMANN, Peter; GARZÓN - VALDÉZ, Ernesto. (comp.) *El poder militar en la Argentina, 1976-1981*. Buenos Aires: Galerna, 1983.
- GASPARINI, Juan. *Montoneros, final de cuentas*. La Plata: De la Campana, 2005.
- GELLNER, Ernest. *Nações e Nacionalismos. Trajectos*. Lisboa: Gradiva, 1993.
- GIANNOTTI, José A. (et alli) *Karl Marx: manuscritos econômico filosóficos e outros textos escolhidos*. São Paulo: Abril Cultural, 1978 p.X, XIV, XV.
- GILLESPIE, Richard. *Soldados de Perón: los Montoneros*. Buenos Aires: Grijalbo, 1998.
- GOBELLO, José; OLIVIERI, Marcelo H. *Lunfardo. Curso básico y diccionario*. Buenos Aires: Libertador, 2005.
- GOLDAR, Ernesto. *Los Argentinos y la Guerra Civil Española*. Buenos Aires: Plus Ultra, 1996.
- GÓMEZ, Albino. *Exilios: Porqué volvieron*. Buenos Aires: Editorial Tea, 1999.
- GONZÁLEZ, Ana M. S. *Identidad/es en Diáspora, Identidad/es en Construcción. Inmigración uruguaya en Porto Alegre*. Porto Alegre: Dissertação de Mestrado, 2006.
- GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas. A esquerda brasileira, das ilusões perdidas à luta armada*. São Paulo: Ática, 1987.
- GROPPO, Bruno. Traumatismos de la memoria e imposibilidad de olvido en los países del Cono Sur. In: GROPPPO, Bruno; FLIER, Patricia (Comp.). *La imposibilidad del olvido. Recorridos de la memoria en Argentina, Chile y Uruguay*. La Plata: Ediciones Al Margen, 2001.
- GROPPO, Bruno; FLIER, Patricia (Comp.). *La imposibilidad del olvido. Recorridos de la memoria en Argentina, Chile y Uruguay*. La Plata: Ediciones Al Margen, 2001.
- GUAZZELLI, Cesar B. Matrero, guerreiro e peão campeiro: aspectos da construção literária do gaúcho. In: MARTINS, Maria H. *Fronteiras Culturais: Brasil-Uruguaí-Argentina*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002.

- GUELAR, Diana, JARACH Vera, RUIZ Beatriz. *Los chicos del exilio. Argentina (1975-1984)*. Buenos Aires: Ediciones El país de no me olvides, 2002.
- HALL, Stuart. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: UFMG, 2003.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.
- HALPERIN DONGHI, Tulio. *La democracia de masas*. Buenos Aires: Paidós, 2000.
- HERNANDEZ, José. *Martin Fierro*. Buenos Aires: Ediciones Guatrache, 1953.
- HOBSBAWM, Eric J. *Nações e Nacionalismos desde 1780*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.
- JELIN, Elizabeth; KAUFMAN, Susana G. "Transmisión intergeneracional. Vivencias y Aprendizajes". In: INTERNACIONAL ORAL HISTORY ASSOCIATION (IOHA)/COMUNE DI ROMA.XIII *Internacional Oral History Conference*. Atti del Convegno (Anais Eletrônicos) Roma. 2004. 9 p.
- JELIN, Elizabeth; KAUFMAN, Susana G. *Subjetividad y figuras de la memoria*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2006.
- JENSEN, Silvina. "Nadie habrá visto esas imágenes, pero existen". In: *Exílios. História recente de Argentina y Uruguay*. Revista de Ciencias Sociales América Latina Hoy, Volúmen 34, Salamanca: Universidad de Salamanca, Agosto de 2003, p. 103 a 118.
- JENSEN, Silvina. Política y cultura del exilio argentino en Cataluña. In: YANKELEVICH, Pablo (comp.) *Represión y destierro: Itinerarios del exilio argentino*. La Plata: Ediciones Al Margen, 2004.
- JOUTARD, Philippe. *Esas voces que nos llegan del pasado*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1999.
- KAISER, Jakzam. *Ordem e Progresso: o Brasil dos gaúchos. Etnografia sobre a diáspora gaúcha*. Florianópolis: Insular, 1999.
- KAUFMAN, Susana. Lo legado y lo propio. Lazos familiares y transmisión de memorias. In: JELIN, Elizabeth; KAUFMAN, Susana G. *Subjetividad y figuras de la memoria*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2006.
- KORDON, Diana R.; EDELMAN, Lucila et al. *Efectos psicológicos de la represión política*. Buenos Aires: Sudamericana/Planeta, 1987.
- KORDON, Diana; EDELMAN, Fanny. *Por-venires de la memoria. Efectos psicológicos multigeneracionales de la represión de la Dictadura: Hijos de Desaparecidos*. Buenos Aires: Madres de Plaza de Mayo, 2007.

- LANG, Alice Beatriz da Silva Gordo. Historia Oral: muitas dúvidas, poucas certezas e uma proposta. In: MEIHY, Jose Carlos Sebe Bom. *(Re) Introduzindo a História Oral no Brasil*. São Paulo: Xamã, 1996.
- LARRAQUY, Marcelo. *Fuimos soldados. Historia secreta de la contraofensiva montonera*. Buenos Aires: Aguilar, 2006.
- LARRAQUY, Marcelo. *Lopez Rega, el peronismo y la Triple A*. Buenos Aires: Punto de Lectura, 2007.
- LATTES, Alfredo; OTEIZA, Enrique (eds.). *Dinámica migratoria argentina (1955-1984) Democratización y retorno de los expatriados*. Tomo I y II. Buenos Aires, CEAL, 1987.
- LECHNER, Norbert; GUELL, Pedro. Construcción Social de las memorias en la transición chilena. In: JELIN, Elizabeth; KAUFMAN, Susana G. *Subjetividad y figuras de la memoria*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2006.
- LOWENTHAL, David. Como Conhecemos o Passado. In: *Revista Projeto História*, Número 17, São Paulo: PUC-SP, novembro de 1998, p. 63 a 179.
- MARCONDES FILHO, Ciro. *Violência Política*. São Paulo: Moderna, 1987.
- MARENGHI, Patricia.; LOPEZ, Laura P. “Prensa española y dictadura argentina (1976-1983): la imagen del exilio”. In: *Exilios. Historia reciente de Argentina y Uruguay*. Revista de Ciencias Sociales América Latina Hoy, Volumen 34, Salamanca: Universidad de Salamanca, Agosto de 2003, p. 49 a 78.
- MARIANO, Nilton C. *Montoneros no Brasil. Terrorismo de Estado no sequestro-desaparecimento de seis guerrilheiros argentinos*. Dissertação. (Mestrado em História) Porto Alegre: PUC, 2006.
- MARIANO, Nilton C. Operação Condor: a internacional repressiva. In PADRÓS, Enrique (org). *As ditaduras de segurança nacional: Brasil e Cone Sul*. Porto Alegre: CORAG/ Comissão Acervo da Luta contra a Ditadura, 2006.
- MASINA, Léa. A gauchesca brasileira: revisão crítica do regionalismo. In: MARTINS, Maria H. *Fronteiras Culturais: Brasil-Uruguaí-Argentina*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002.
- Mc SHERRY, Patrice J. *Los Estados depredadores: la Operación Cóndor y la guerra encubierta en la América Latina*. Montevideo: La Banda Oriental, 2009.

- MERKLEN, Denis. Sufrir lejos, quedarse juntos. El exilio de los uruguayos en Francia. In: GONZALES BERNALDO DE QUIRÓS, Pilar. *Dossier: Emigrar en tiempos de crisis al país de los derechos humanos. Exilios latinoamericanos en Francia en el siglo XX*. Anuario de Estudios Americanos, Volumen 64 N°1, Enero-junio 2007, Sevilla.
- MICHAUD, Yves. *A violência*. São Paulo: Ática, 1989.
- MONIZ BANDEIRA, Luiz A. *Brasil-Estados Unidos: a rivalidade emergente (1950-1988)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.
- MONIZ BANDEIRA, Luiz A. *Estado Nacional e Política Internacional na América Latina: o continente nas relações Argentina – Brasil (1930-1992)*. São Paulo/Brasília: Ensaio/EdUNB, 1993.
- MONTEIRO, Charles. *Porto Alegre e suas escritas: história e memórias da cidade*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006.
- MOREIRA ALVES, Maria H. *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)*. Petrópolis: Vozes, 1984.
- MOVIMIENTO PERONISTA MONTONERO. *Padre Jorge Adur: Compromiso cristiano por la liberación*. s.l., 07/09/1980.
- NAFTAL, Alejandra. “La construcción del archivo oral de Memória Abierta”. In: INTERNACIONAL ORAL HISTORY ASSOCIATION (IOHA)/ COMUNE DI ROMA. *XIII Internacional Oral History Conference*. Atti del Convegno (Anais Eletrônicos) Roma. 2004. 14 p.
- NOVARO, Marcos.; PALERMO, Vicente. *La Dictadura Militar 1976/1983: del golpe de Estado a la restauración democrática*. Buenos Aires: Paidós, 2003.
- OSTERMANN, Ruy C. Fronteiriças. In: MARTINS, Maria H. *Fronteiras Culturais: Brasil-Uruguai-Argentina*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002.
- PADRÓS, Enrique S. (Org.). *As ditaduras de segurança nacional: Brasil e Cone Sul*. Porto Alegre: Corag : Comissão do Acervo da Luta contra a Ditadura, 2006.
- PADRÓS, Enrique S. “Tempos de Barbárie e Desmemória” em: RIBEIRO, Luiz Dario T.; PADRÓS, Enrique S. *Contrapontos: Ensaios de História Imediata*. Porto Alegre: Folha da História/Palmarinca Editora, 1999.
- PADRÓS, Enrique S. “Usos da Memória e do Esquecimento na História”. Em: *Literatura e Autoritarismo*, Revista Letras Número 22, Santa Maria: UFSM-RS, janeiro - junho de 2001, p. 79 a 96.
- PADRÓS, Enrique S. Conexão repressiva internacional: o Rio Grande do Sul e o Brasil. In: PADRÓS, Enrique S.; BARBOSA, Vânia M.; LOPEZ, Vanessa A.;

- FERNANDES, Ananda, S. (Org.). *Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Corag, 2009. - v.3.
- PADRÓS, Enrique S; MARÇAL, Fabio A. *O Rio Grande do Sul no cenário da coordenação repressiva de Segurança Nacional*. In: PADRÓS, Enrique S.; BARBOSA, Vânia M.; LOPEZ, Vanessa A.; FERNANDES, Ananda, S. (Org.). *Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Corag, 2009. - v.3.
- PARCERO, Daniel, HELGFOT Marcelo, DULCE Diego. *La Argentina exiliada*. Buenos Aires: CEAL, 1985.
- PASCUAL, Alejandra L. *Terrorismo de Estado. A Argentina de 1976 a 1983*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004.
- PASSOS, José M. *A noite dos generais. Os bastidores do terror militar na Argentina*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- PERELLI, Carina; RIAL, Juan. *De Mitos y Memórias Políticas: La represión, el miedo y después...* Montevideo: Banda Oriental, 1986.
- PEREZ-MURILLO, Maria D. (org.) *Oralidad e historias de vida de la emigración andaluza hacia América Latina (Brasil y Argentina) en el siglo XX*. Cádiz: Servicio de Publicaciones de la Universidad, 2000.
- PESAVENTO, Sandra. Além das fronteiras. In: MARTINS, Maria H. *Fronteiras Culturais: Brasil-Uruguai-Argentina*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002.
- PIGNA, Felipe. *Lo Pasado Pensado. Entrevistas con la História Argentina*. Buenos Aires: Ed. Planeta, 2005.
- PIGNA, Felipe; SEOANE, Maria. *La noche de la dictadura: memoria fotográfica inédita a 30 anos del terror*. Buenos Aires, Fundación Octubre, 2006.
- PIGNA, Felipe; SEOANE, Maria. *La noche de los bastones largos: a 40 anos del saqueo de la ciencia en la Argentina*. Buenos Aires, Fundación Octubre, 2006.
- POLLAK, Michael. “Memória, esquecimento, silêncio”. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.
- POLLAK, Michael. “Memória e identidade social”. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.
- PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. In: *Projeto História*. São Paulo: PUC/SP. n. 14, fev. 1997 [1979]. p. 25-39.

- POZZI, Pablo. Denuncia: una experiencia editorial de inmigrantes y exiliados argentinos en los Estados Unidos (1976-1983). In: YANKELEVICH, Pablo (comp.) *Represión y destierro: Itinerarios del exilio argentino*. La Plata: Ediciones Al Margen, 2004.
- POZZI, Pablo. *Por las sendas argentinas: el PRT-ERP, la guerrilla marxista*. Buenos Aires: Imago Mundi, 2004.
- QUADRAT, Samantha V. Solidariedade no exílio: os laços entre argentinos e brasileiros. In: *IV Jornada de Historia Reciente*, Universidad Nacional de Rosário, Argentina, maio de 2008.
- QUADRAT, Samantha, V. Exiliados Argentinos en Brasil: una situación delicada. In: YANKELEVICH, Pablo. JENSEN, Silvina. *Exílios. Destinos y experiencias bajo la dictadura militar*. Buenos Aires: Libros del Zorzal, 2007.
- QUEIROZ, Paulo D. *Conflito das Malvinas*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1986.
- RABÊLO, José M. & RABÊLO, Thereza. *Diáspora: os longos caminhos do exílio*. São Paulo: Geração Editorial, 2001.
- REIS, Daniel A., RIDENTI, Marcelo, MOTTA, Rodrigo P.Sá. *O golpe e a ditadura militar: 40 anos depois*. Baurú, SP: EDUSC, 2004.
- RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2007.
- RIZ, Liliana de. *La Política en Suspense 1966/1976*. Buenos Aires: Paidós, 2000.
- ROLLEMBERG, Denise. “Nômades, sedentários e metamorfoses: trajetórias devidas no exílio”, em: REIS, Daniel A., RIDENTI, Marcelo, MOTTA, Rodrigo P.Sá. *O golpe e a ditadura militar: 40 anos depois*. Baurú, SP: EDUSC, 2004.
- ROLLEMBERG, Denise. *Exílios. Entre raízes e radares*. Rio de Janeiro: Record, 1999.
- ROMERO, Luis A. *Breve história contemporânea de la Argentina: 1916-1999*. BsAs: Fondo de Cultura Económica, 2004. Segunda edición revisada y actualizada.
- ROUQUIÉ, Alain. *El Estado Militar en América Latina*. Buenos Aires: Emecé, 1984.
- SAENZ QUESADA, Maria. *Isabel Perón: La Argentina en los años de Maria Estela Martinez*. Buenos Aires: Planeta, 2003.
- SAID, Edward W. *Reflexões sobre o Exílio e outros ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- SAID, Edward W. *Representações do Intelectual*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

- SANJURJO, Liliana L. *Narrativas do Exílio argentino no Brasil: nação, memórias e identidades*. Campinas: UNICAMP, 2007. Dissertação de Mestrado.
- SANTOS, Enrique C. de los. Realidades y visiones del exílio uruguayo en España. In: *Exílios. História reciente de Argentina y Uruguay*. Revista de Ciencias Sociales América Latina Hoy, Volúmen 34, Salamanca: Universidad de Salamanca, Agosto de 2003, p. 79 a 102.
- SARLO, Beatriz. *Tiempo Pasado: Cultura de la memoria y giro subjetivo, una discusión*. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2005.
- SCHWARZSTEIN, Dora. *Entre Franco y Perón: Memoria y Identidad del Exilio Español en Argentina*. Barcelona: Crítica, 2001.
- SHEFFER, Gabriel. *Diaspora Politics: at home abroad*. New York: Cambridge University Press, 2006.
- SILVA, Sidney. A. Imigrantes hispano-americanos em São Paulo: perfil e problemática. In: BOUCAULT, Carlos Eduardo A.; MALATIAN, Teresa. *Políticas migratórias: fronteiras dos direitos humanos no século XXI*. Rio de Janeiro: Renovar, 2003.
- SOSNOWSKI, Saúl. (Org.) *Represión y Reconstrucción de una Cultura: el Caso Argentino*. Buenos Aires: Eudeba, 1988.
- SVETOV, Boris; TARIN, Oleg. La CIA: sindicato de violencia y terror. In: VVAA. *CIA y terrorismo internacional: documentos, testimonios, hechos*. Moscú: Progreso, 1985.
- SZNAJDER, Mario; RONIGER, Luis. De Argentina a Israel: escape y exilio. In: YANKELEVICH, Pablo (comp.) *Represión y destierro: Itinerarios del exilio argentino*. La Plata: Ediciones Al Margen, 2004.
- SZURMUK, Monica. Extranjería y exilio en la Nave de los locos. In: BLANCK-CEREIJIDO, Fanny, YANKELEVICH, Pablo (comp.). *El otro, el extranjero*. Buenos Aires: Libros del Zorzal, 2003.
- THOMPSON, Paul. *A Voz do Passado. História Oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.
- TRINDADE, Antonio A. C. Reflexiones sobre el desarraigo como problema de derechos humanos frente a la conciencia jurídica universal. In: VVAA. *Derechos Humanos y refugiados en las Américas*. San José: ACNUR, 2001.
- VÁRIOS AUTORES. *Derechos Humanos y Refugiados en las Américas*. San José: ACNUR, 2001.

- VEZZETTI, Hugo. *Pasado y presente. Guerra, dictadura y sociedad en Argentina*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2002.
- VIÑAR, Marcelo y ULRIKSEN, Maren. *Fracturas de memória*. Montevideo: Ediciones Trilce, 1993.
- VIÑAR, Marcelo. El reconocimiento del prójimo: notas para pensar el odio al extranjero. In: BLANCK-CEREIJIDO, Fanny; YANKELEVICH, Pablo (comp.). *El otro, el extranjero*. Buenos Aires: Libros del Zorzal, 2003.
- VIÑAR, Maren e Marcelo. *Exílio e tortura*. São Paulo: Escuta, 1992.
- VIVES-ROCABERT, Juan. “El extranjero y sus hijos”, en: BLANCK-CEREIJIDO, Fanny, YANKELEVICH, Pablo (comp.). *El otro, el extranjero*. Buenos Aires: Libros del Zorzal, 2003.
- WASSERMAN, Claudia. O império da Segurança Nacional: o golpe militar de 1964 no Brasil. In: WASSERMAN, Claudia; GUAZELLI, César A. B. *Dictaduras Militares na América Latina*. Porto Alegre: Editora da Universidade-UFRGS, 2004.
- WASSERMAN, Claudia; GUAZELLI, César A. B. *Dictaduras Militares na América Latina*. Porto Alegre: Editora da Universidade-UFRGS, 2004.
- WONSEWER, Israel; TEJA, Ana Maria. *La emigración uruguaya 1963-1975. Sus condicionantes económicas*. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 1983.
- YANKELEVICH, Pablo (comp.) *Represión y destierro: Itinerarios del exilio argentino*. La Plata: Ediciones Al Margen, 2004.
- YANKELEVICH, Pablo. Exilio y dictadura. In: LIDA, Clara E.; CRESPO, Horácio; YANKELEVICH, Pablo. (comp.) *Argentina, 1976: estudios en torno al golpe de Estado*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica: El Colegio de México, 2008.
- YANKELEVICH, Pablo. Ser otro en ambas patrias. In: BLANCK-CEREIJIDO, Fanny, YANKELEVICH, Pablo (comp.). *El otro, el extranjero*. Buenos Aires: Libros del Zorzal, 2003.
- YANKELEVICH, Pablo; JENSEN, Silvina. (comp.) *Exilios. Destinos y experiencias bajo la dictadura militar*. Buenos Aires: Libros del Zorzal, 2007.
- YANKELEVICH, Pablo; JENSEN, Silvina. La actualidad del exilio. In: YANKELEVICH, Pablo; JENSEN, Silvina. (comp.) *Exilios. Destinos y experiencias bajo la dictadura militar*. Buenos Aires: Libros del Zorzal, 2007.
- YOFRE, Juan B. *Fuimos Todos. Cronología de un fracaso, 1976-1983*. Buenos Aires, Sudamericana, 2007.

ZUCCOTTI, Juan C. *La Emigración Argentina Contemporánea (a partir de 1950)*. Buenos Aires: Editorial Plus Ultra, 1987.

Internet

ACNUR. *La protección de los refugiados 2007-2008* (versão on-line). Disponível em: www.acnur.org - Acessado em 23/06/2008.

DE BIAGGI, Sylvia D. Implicações psicológicas do contato intercultural. In: SEMINARIO INTERNACIONAL EDUCAÇÃO INTERCULTURAL, MOVIMENTOS SOCIAIS E SUSTENTABILIDADE, 3, e COLOQUIO DA ASSOCIATION POUR LA RECHERCHE INTERCULTURELLE (ARIC) NA AMÉRICA LATINA, 1, 2006, Florianópolis, Anais... Florianópolis: CED/ UFSC, 2006. Disponível em: <http://www.rizoma3.ufsc.br> – Acessado em 10/10/2007.

ENGEL, Juvenal M. *As comissões brasileiras demarcadoras de limites: Breve notícia histórica*. In: [http://www.info.lncc.br/cbdl.html/](http://www.info.lncc.br/cbdl.html) - Acessado em 11/04/2010.

FRANCO, Marina. Testimoniar e informar: exiliados argentinos em Paris (1976-1983). *Amérique Latine Histoire et Mémoire, Numéro 8-2004 - Médias et migrations en Amérique Latine*, [En ligne], mis en ligne le 18 avril 2005. URL: <http://alhim.revues.org/document414.html>. Acessado em 17/03/2006.

DESAPARECIDOS. Lista. In: <http://www.desaparecidos.org> - Acessado em 07/10/2010.

KORDÖN, Diana, EDELMAN, Lucila, LAGOS, Dario y otros. *Memória e Identidad*. (1999) [en línea] URL: <http://www.eatip.org.ar/textos/MEMORIAEIDENTIDAD.htm>. Acessado em 05/04/2010.

OLIVEIRA-CÉZAR, Maria. El exilio argentino en Francia. *Amérique Latine Histoire et Mémoire, Numéro 1-2000 - Migrations en Argentine*. [En ligne], mis en ligne le 22 décembre 2004. URL: <http://alhim.revues.org/document67.html>. - Acessado em 15/04/2006.

RICOEUR, Paul. O perdão pode curar? Tradução José Rosa. In: http://www.lusosofia.net/textos/paul_ricoeur_o_perdao_pode_curar.pdf - Acessado em 15 de setembro de 2011.

STAROBINAS, Marcelo. Argentino relata tortura em praia do Rio, 01/09/2002. <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft0109200209.htm> - Acessado em 29/03/2010.

WILLIAMS, Kinga; AGHDAMI, Rose. Managing Migration: the applied psychology of international transitions. In: <http://www.immi.se/intercultural/nr8/aghdami.htm> - Acessado em 05/04/2010.

Periódicos e revistas

BERMUDEZ, Ismael. Martinez de Hoz y la pátria financiera. In: *Clarín* (Suplemento Especial), 24/03/2006, p.6.

GARCIA LUPO, Rogelio. Los asesinos hablaban como argentinos. *Clarín*, Edición Especial/ Dossier, 24/03/2006.

LEGUINECHE, Manuel. El destierro republicano. In: *Exilio, la historia olvidada*. Revista El País Semanal (Edición Extra), Madrid, enero de 2003.

MOVIMIENTO PERONISTA MONTONERO. *Padre Jorge Adur: Compromiso cristiano por la liberación*. s.l., 07/09/1980.

MURUKAWA, Fabio. O infiltrado. In: *Playboy*, N° 401, Outubro 2008, p. 150.

NEUSTADT, Bernardo. Yo sé que ahora vendrán caras extrañas. In: *Gente*, 03/06/1982, p.98.

PEICOVICH, Esteban. Como pelean en esta guerra un padre y un hijo. In: *Gente*, 03/06/1982, p.32.

SEOANE, María. Los secretos de la Guerra sucia continental de la dictadura. *Clarín*, (Dossier) 24/03/2006.

Entrevistas:

As entrevistas foram todas realizadas pelo autor, em Porto Alegre, São Leopoldo, Foz do Iguaçu, Mendoza, La Rioja e Buenos Aires, em um longo e descontínuo período compreendido entre janeiro de 2001 e agosto de 2010. Como já observado no início do texto, a maioria dos *depoentes* preferiram o anonimato. Estes são identificados apenas por uma sigla colocada entre aspas. Já os nomes previamente assinalados com asterisco (*) referem-se aos *informantes* (ou seja, não os sujeitos históricos) da pesquisa.

“A. B”., professor, jornalista, militante comunista(?), hoje é aposentado, mais de 70 anos.

“A. D.”, comerciário, mais de 30 anos.

“A. T.”, pesquisadora, quadro político do PRT/ERP, professora universitária, mais de 70 anos.

“B M.”, psicanalista, militante montonero, hoje é professor universitário.

Carlos Claret, professor universitário, decano, militante da Juventude Peronista, hoje é empresário, mais de 60 anos.

“C. C.”, policial, peronista, hoje é artesão, mais de 60 anos.

“C. P.”, técnico especializado, hoje é aposentado, mais de 70 anos.

“D. D.”, comerciante, mais de 40 anos.

Diego Martinez Agüero, aspirante a oficial montonero na base de São Paulo, hoje é empresário, mais de 50 anos.

“E. G.”, dona de casa, mais de 60 anos.

“E. K.”, dentista, mais de 50 anos.

“E. K.”, fotógrafo, mais de 50 anos.

“E. T.”, simpatizante da Juventude Peronista, comerciante, mais de 70 anos.

“F. K.”, pesquisador, professor universitário, mais de 60 anos.

“F. S.”, advogado, ainda milita pelos direitos humanos, mais de 70 anos.

Gabriel Martinez Agüero, engenheiro, simpatizante montonero, hoje é professor e militante social, mais de 60 anos.

*Gustavo Coppa, Consul Adjunto da República Argentina em Porto Alegre.

“G. T.”, analista de sistemas, mais de 30 anos.

Héctor Garaventa, simpatizante da Juventude Peronista, representante comercial, mais de 70 anos.

“H. G.”, fonoaudióloga, militante trotsquista, hoje é professora universitária, mais de 60 anos.

*Hugo Maujan, subchefe *Dirección Nacional de Migraciones* em Buenos Aires.

“I. M.”, comerciário, dirigente sindical, hoje é comerciante, mais de 50 anos.

“J. A.”, estudante, simpatizante de esquerda, hoje é músico, mais de 40 anos.

*Jair Lima Krischke, ainda é conselheiro/presidente do MJDH.

“J. F.”, estudante, simpatizante de esquerda, hoje é médico, mais de 50 anos.

*Joaquim Filippin, padre da Igreja Nossa Senhora da Pompéia (a “igreja dos imigrantes”) em Porto Alegre.

*Jorge Biglione, ministro, Consul Geral da República Argentina em Porto Alegre.

“J. P.”, oficial montonero na base de Porto Alegre, hoje é empresário, mais de 50 anos.

“J. V.”, militante trotsquista, operário, comerciário, hoje é fotógrafo e continua militando, mais de 60 anos.

“M. A.”, estudante, simpatizante de esquerda, hoje é funcionária pública, militante de causas sociais, mais de 50 anos.

“M. P.”, estilista, mais de 60 anos.

“O. C.”, estudante, simpatizante de esquerda, hoje é engenheiro, mais de 50 anos.

“P. O.”, leiloeiro, hoje é vendedor, mais de 60 anos.

“R. A.”, militante do radicalismo, economista, hoje é corretor de seguros, mais de 70 anos.

“R. N.”, técnico, simpatizante de esquerda, hoje é autônomo aposentado, mais de 70 anos.

“S. S.”, estudante, hoje é engenheiro, mais de 60 anos.

Arquivos.

Arquivo Nacional, Fundo SNI - Brasília.

Acervo Movimento Justiça e Direitos Humanos – Porto Alegre.

Antigo Acervo da Luta Contra a Ditadura – Porto Alegre.

Arquivo Museu de Comunicação Social Hipólito Jose da Costa – Porto Alegre.

Acervo DEOPS, Arquivo Estado de São Paulo.

Archivo del Centro Estudios Legales y Sociales - Buenos Aires.

Centro de Investigación de la Cultura de Izquierdas en la Argentina – CEDINCI,
Buenos Aires.

Arquivo Particular de Diego Martinez Agüero.

Arquivo Particular de Carlos Claret.

Arquivo Particular do Autor.

Acervo Documental da Paróquia Nossa Senhora da Pompéia – Porto Alegre.

Arquivo do Círculo Argentino de Porto Alegre – CADEPA